ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 107 Brasília - DF, quinta-feira, 10 de junho de 2021 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Congresso Nacional 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Cidadania 5
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 6
Ministério das Comunicações 6
Ministério da Defesa 9
Ministério do Desenvolvimento Regional 46
Ministério da Economia 46
Ministério da Educação 110
Ministério da Infraestrutura 118
Ministério da Justiça e Segurança Pública 124
Ministério de Minas e Energia 130
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 136
Ministério da Saúde 137
Ministério do Turismo 161
Ministério Público da União 162
Tribunal de Contas da União 162
Poder Judiciário 190
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 190

..... Esta edição completa do DOU é composta de 192 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.475 **(1)**

ORIGEM	: 6475 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MARANHÃO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
REQTE.(S)	: CONFEDERACAO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO-CONSIF
ADV.(A/S)	: LUIZ CARLOS STURZENEGGER (1942-A/DF, 201395/MG, 29258/SP)
ADV.(A/S)	: FABIO LIMA QUINTAS (249217/SP)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	: ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB
ADV.(A/S)	: ANA PAULA ANDRADE RAMOS RODRIGUES (186635/SP)
AM. CURIAE.	: BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTICA DO ESTADO DO MARANHAO
ADV.(A/S)	: FERNANDO ANTONIO REIS SILVA (21816/MA)

Decisão: O Tribunal, por maioria, confirmando a cautelar deferida, julgou procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 11.274/2020, do Estado do Maranhão, com as alterações promovidas pela Lei nº 11.298/2020, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Falaram: pelo requerente, o Dr. Fábio Lima Quintas; e, pelo *amicus curiae* Banco Central do Brasil, a Dra. Luciana Lima Rocha, Procuradora do Banco Central. Plenário, Sessão Virtual de 7.5.2021 a 14.5.2021.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 11.274/2020, DO ESTADO DO MARANHÃO. ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI 11.298/2020. EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS. NORMA INSTITUIDORA DE SUSPENSÃO, POR NOVENTA DIAS, DO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO EM MATÉRIA DE DIREITO CIVIL E DE POLÍTICA DE CRÉDITO. ART. 22, I E VII, DA CF. CONFIRMAÇÃO DA CAUTELAR. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE.

I - A Lei estadual, com as alterações promovidas pela Lei 11.298/2020, ao interferir na relação obrigacional estabelecida entre as instituições de crédito e os servidores e empregados públicos estaduais e municipais, adentrou na competência privativa da União, prevista no art. 22, I e VII, da Constituição Federal, para legislar sobre direito civil e política de crédito. Precedentes.

II - Ação direta julgada procedente, confirmando a cautelar deferida, para declarar a inconstitucionalidade da Lei 11.274/2020, do Estado do Maranhão, com as alterações promovidas pela Lei 11.298/2020.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.163, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Altera a Lei nº 13.475, de 28 de agosto de 2017, que dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave.

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 1.029, de 2021, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 13.475, de 28 de agosto de 2017, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 20. .....

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica quando o operador da aeronave for órgão ou entidade da administração pública, no exercício de missões institucionais ou de poder de polícia." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 9 de junho de 2021; 200º da Independência e 133º da República
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 37, DE 2021

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 1.019, de 29 de dezembro de 2020**, que "Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, para dispor sobre a execução e os prazos para realização das ações emergenciais destinadas ao setor cultural", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho de 2021.

Congresso Nacional, em 9 de junho de 2021
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 38, DE 2021

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 1.020, de 29 de dezembro de 2020**, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 10.193.233.748,00, para o fim que especifica, e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho de 2021.

Congresso Nacional, em 9 de junho de 2021
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 39, DE 2021

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 1.022, de 31 de dezembro de 2020**, que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho de 2021.

Congresso Nacional, em 9 de junho de 2021
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 249, de 9 de junho de 2021. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 756.

Nº 250, de 9 de junho de 2021. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 847.

AVISO

Foi publicada em 9/6/2021 a edição extra nº 106-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AC DOCCLOUD. Processo n° 00100.000584/2018-22.

DEFIRO o credenciamento da AR LICICOM NEGÓCIOS EMPRESARIAIS. Processo n° 00100.001740/2021-78.

DEFIRO o credenciamento da AR FEDERAL CERTIFICADOS. Processo n° 00100.001741/2021-12.

DEFIRO o credenciamento da AR CAMPEÃO CERTIFICADOS. Processo n° 00100.001759/2021-14.

DEFIRO o credenciamento da AR XPERTIA BRASIL. Processo n° 00100.001762/2021-38.

DEFIRO o credenciamento da AR CERTIFICAÇÃO - AR SAÚDE. Processo n° 00100.001760/2021-49.

DEFIRO o credenciamento da AR CERTDIG CERTIFICADORA LTDA. Processo n° 00100.001757/2021-25.

DEFIRO o credenciamento da AR D ROMANI CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRAÇÃO DE BENS. Processo n° 00100.000696/2021-89.

DEFIRO o credenciamento da AR CERTIFICADORA TOTAL APOIO. Processo n° 00100.001787/2021-31.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÕES DE 8 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED), com fulcro no inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, e no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do artigo 12 da Resolução CMED nº 03, de 29 de julho de 2003 (Regimento Interno), decidiu sobre os processos administrativos para apuração de infração, conforme anexo.

ROMILSON DE ALMEIDA VOLOTÃO

ANEXO

Processo Administrativo nº 25351.164793/2018-72
Interessado: SANFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ n° 00.895.119/0001-70).

Extrato da Decisão nº 172, de 26 de maio de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 13.298,93 (treze mil, duzentos e noventa e oito reais e noventa e três centavos), em decorrência de venda e oferta de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, caput, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, Orientação Interpretativa CMED 2/2006; Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.935082/2018-93
Interessado: MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - ME. (CNPJ nº 20.918.668/0001-20).

Extrato da Decisão nº 173, de 28 maio de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 34.517,36 (trinta e quatro mil, quinhentos e dezessete reais e trinta e seis centavos)**,** em decorrência de oferta de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Orientações Interpretativas n° 1/2006 e n° 2/2006; e Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.933602/2020-48
Interessado: BASCEL SOLUÇÕES LTDA. (CNPJ n° 21.515.353/0001-02).

Extrato da Decisão nº 174, de 28 de maio de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 1.568,90 (mil, quinhentos e sessenta e oito reais e noventa centavos), em decorrência de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 5°, inciso II, alínea "a" c/c art. 13 inciso I, alínea "a", e inciso II, alíneas "d", e "e" da Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.929537/2020-56
Interessado: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ n° 94.516.671/0001-53).

Extrato da Decisão nº 175, de 28 de maio de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 1.433,34 (mil, quatrocentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos), em decorrência de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 5°, inciso II, alínea "a" c/c art. 13 inciso II, alíneas "a", "d", e "e" da Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.933600/2020-59
Interessado: ANBIOTON IMPORTADORA LTDA. EPP. (CNPJ n° 11.260.846/0001-87).

Extrato da Decisão nº 176, de 02 de junho de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 5.157,35 (cinco mil, cento e cinquenta e sete reais e trinta e cinco centavos), em decorrência de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 5°, inciso II, alínea "a" c/c art. 13 inciso I, alínea "a", e inciso II, alíneas "d", e "e" da Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.933603/2020-92
Interessado: CIRÚRGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA. (CNPJ n° 79.250.676/0001-93).

Extrato da Decisão nº 177, de 02 de junho de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 1.278,74 (mil, duzentos e setenta e oito reais e setenta e quatro centavos), em decorrência de oferta de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 5º, inciso II, alínea "a" c/c art. 13 inciso I, alínea "a", e inciso II, alíneas "d", e "e" da Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.933604/2020-37
Interessado: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ n° 94.516.671/0001-53).

Extrato da Decisão nº 178, de 02 de junho de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 13.402,46 (treze mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e seis centavos), em decorrência de oferta de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 5º, inciso II, alínea "a" c/c art. 13 inciso II, alíneas "a", "d", e "e" da Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.371674/2017-21
Interessado: COMERCIAL TOALDO DE MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ n° 01.039.190/0001-13).

Extrato da Decisão nº 179, de 02 de junho de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 511.618,76 (quinhentos e onze mil, seiscentos e dezoito reais e setenta e seis centavos), em decorrência de venda de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 3/2011; Comunicado nº 3, de 16 de março de 2012; Comunicado nº 5, de 5 de setembro de 2013; Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.935070/2018-69
Interessado: SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI. (CNPJ n° 06.065.614/0001-38).

Extrato da Decisão nº 180, de 04 de junho de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 204.302,98 (duzentos e quatro mil, trezentos e dois reais e noventa e oito centavos), em decorrência de oferta de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED n° 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.944012/2019-15
Interessado: MACER DROGUISTAS LTDA. (CNPJ n° 71.448.047/0047-43).

Extrato da Decisão nº 181, de 04 de junho de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 42.749,87 (quarenta e dois mil, setecentos e quarenta e nove reais e oitenta e sete centavos), em decorrência de venda de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 3/2011; Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018; e na Orientação Interpretativa CMED n° 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.931403/2019-61
Interessado: ESPECIFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ n° 00.085.822/0001-12).

Extrato da Decisão nº 182, de 04 de junho de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor total de R$ 8.576.437,03 (oito milhões, quinhentos e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e três centavos), em decorrência de oferta de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED n° 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.930143/2019-15
Interessado: CIRÚRGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. (CNPJ n° 79.250.676/0001-93).

Extrato da Decisão nº 183, de 04 de junho de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 92.770,71 (noventa e dois mil, setecentos e setenta reais e setenta e um centavos), em decorrência de venda e oferta de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 3/2011; Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018; e na Orientação Interpretativa CMED n° 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.935076/2018-36
Interessado: NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME. (CNPJ n° 14.595.725/0001-84).

Extrato da Decisão nº 184, de 04 de junho de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 133.709,24 (cento e trinta e três mil, setecentos e nove reais e vinte e quatro centavos), em decorrência de oferta de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED n° 2, de 13 de novembro de 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

SAVIO LUCIANO DE ANDRADE FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Processo Administrativo nº 25351.933605/2020-81
Interessado: CTM EXPRESS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ n° 07.657.571/0001-42).

Extrato da Decisão nº 185, de 07 de junho de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 5.774,91 (cinco mil, setecentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos), em decorrência de oferta de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 5°, inciso II, alínea "a" c/c art. 13 inciso I, alínea "a", e inciso II, alíneas "d", e "e" da Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.933353/2018-76
Interessado: HOSP-LOG COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ n° 06.081.203/0001-36).

Extrato da Decisão nº 186, de 07 de junho de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 9.664,07 (nove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e sete centavos), em decorrência de venda de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 3/2011; Comunicado nº 5/2013; Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.944005/2019-13
Interessado: FARMÁCIA SANTA ANA. (CNPJ n° 24.378.390/0001-04).

Extrato da Decisão nº 187, de 07 de junho de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 64.436,15 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quinze centavos), em decorrência de venda de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 3/2011; Comunicados nº 6/2016 e 6/2017; Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.933615/2020-17
Interessado: PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI. (CNPJ n° 13.485.130/0001-03).

Extrato da Decisão nº 188, de 07 de junho de 2021: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 4.777,80 (quatro mil, setecentos e setenta sete reais e oitenta centavos), em decorrência de oferta de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 5°, inciso II, alínea "a" c/c art. 13 inciso I, alínea "a", e inciso II, alíneas "d", e "e" da Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RESOLUÇÃO Nº 797, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 31 (trinta e um) de maio de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 54700.000867/2002-77, Interessado: ANTONIO SOARES DA COSTA CPF: 122360715-15, Assunto: Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio, decide:

Autorizar a a emissão de Certidão de Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF011500000015, parcela nº 14 do Projeto de Assentamento Sonho Realizado, localizado no Município de Água Fria de Goiás - GO, em favor dos beneficiários LUIZA BARRETO DA COSTA, CPF:378.273.915-91 e ANTONIO SOARES DA COSTA, CPF: 122.360.715-15.

Art. 1.º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Presidente do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 798, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 31 (trinta e um) de maio de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 54700.000866/2002-22, Interessado: ADENILDE ALVES DE ALMEIDA CPF: 381165021-15, Assunto: Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio, decide:

Autorizar a emissão de Certidão de Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF011500000013 parcela nº 16 do Projeto de Assentamento Sonho Realizado, localizado no Município de Água Fria de Goiás - GO, em favor da beneficiária ADENILDE ALVES DE ALMEIDA, CPF: 381.165.021-15.

Art. 1.º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Presidente do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 799, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 31 (trinta e um) de maio de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 54700.000529/2001-54, Interessado: CLEONIICE F, DE OLIVEIRA CPF:826153066-34 LT. 36, Assunto: Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio. , decide:

Autorizar a emissão de Certidão de Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF0080000000242, parcela nº 36 do Projeto de Assentamento Curral do Fogo localizado no Município de Unaí/MG, em favor da beneficiária CLEONIICE FRANCISCO DE OLIVEIRA, CPF:826.153.066-34.

Art. 1.º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Presidente do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 800, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 31 (trinta e um) de maio de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 54700.001316/2000-42, Interessado: GILDO GERALDO GOMES - 248.590.101-59, Assunto: Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio, decide:

Autorizar a emissão de Certidão de Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF004100000007, parcela nº 20 do Projeto de Assentamento Terra Conquistada Gleba 2 localizado no Município de Água Fria de Goiás -GO , em favor do beneficiário GILDO GERALDO GOMES - 248.590.101-59.

Art. 1.º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Presidente do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 801, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 31 (trinta e um) de maio de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 54700.002996/1999-89, Interessado: LAZARO FRANCISCO DE FREITAS CPF:218050166-87, Assunto: Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio, decide:

Autorizar a emissão de Certidão de Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF008000000059, parcela nº 61 do Projeto de Assentamento Curral do Fogo, localizado no Município de Unaí/MG, em favor dos beneficiários MARIA DAS GRAÇAS SOARES DE FREITAS, CPF: 865.353.581-00 e LAZARO FRANCISCO DE FREITAS, CPF:218.050.166-87.

Art. 1.º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Presidente do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 802, DE 09 DE JUNHO DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 31 (trinta e um) de maio de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 54700.003767/2009-79, Interessado: MARIA IRENE DA SILVA CPF:339380246-15, Assunto: Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio. , decide:

Autorizar a emissão de Certidão de Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio TD Nº,DF008000000349, parcela nº 103 do Projeto de Assentamento Curral do Fogo localizado no Município de Unaí/MG, em favor da beneficiária MARIA IRENE DA SILVA, CPF:339.380.246-15.

Art. 1.º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Presidente do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 804, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 31 (trinta e um) de maio de 2021;

Considerando o contido no Processo nº nº 54700.000421/2001-61, Interessado: LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS CPF:791060566-87, Assunto: Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio, decide:

Autorizar a emissão de Certidão de Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF001300000097, parcela nº 17 do Projeto de Assentamento Rancharia localizado no Município de Arinos- MG, em favor dos beneficiários MARIA PEREIRA DOS SANTOS, CPF: 048.771.966-25 e LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS CPF:791.060.566-87.

Art. 1.º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Presidente do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 806, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 31 (trinta e um) de maio de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 21470.001357/1992-11, Interessado: ELPIDIO PERES, Assunto: Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio, decide:

Autorizar a emissão de Certidão de Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF001700000106, parcela nº 16 do Projeto de Assentamento São Pedro Cipó localizado no Município de Unaí - MG em favor dos beneficiários Franquelina Souto Martins, CPF Nº 002.477.836-25 e Elpidio Peres, CPF Nº 241.336.206-15.

Art. 1.º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Presidente do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 807, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 31 (trinta e um) de maio de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 54700.000065/2005-18, Interessado: JERÔNIMO PEREIRA DA CUNHA CPF;304172526-68, Assunto: Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio, decide:

Autorizar a emissão de Certidão de Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF012700000016, parcela nº 17 e 39 do Projeto de Assentamento Roseli Nunes, localizado no Município de Buritis - MG, em favor dos beneficiários Domingas Quirino da Silva, CPF Nº 757.141.676-00 e Jeronimo Pereira da Cunha, CPF Nº 304.172.526-68.

Art. 1.º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Presidente do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 808, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 31 (trinta e um) de maio de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 00073.002728/1984-59, Interessado: Lazaro Gonçalves Ferreira, Assunto: Regularização Fundiária, decide:

Por unanimidade, pelo não cancelamento do Contrato Particular de Compra e Venda - CPCV, referente ao lote nº 51, Reserva G, Gleba 3, localizado no PICAG.

Art. 1.º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Presidente do Comitê

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DO PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 786, DE 4 DE JUNHO DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ - SR(09)PR, Órgão colegiado criado de acordo com a alínea "b", do inciso "V", do artigo 2º c/c o artigo 5º da estrutura Regimental do INCRA, aprovado pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial do dia 21 de fevereiro de 2020 que aprova a sua Estrutura Regimental, combinado com o Regimento Interno, aprovado pela Portaria INCRA nº 531, de 23 de março de 2020, publicado no D.O.U. do dia 24 de março de 2020, tendo em vista a decisão adotada na sua Reunião realizada em 02 de junho de 2021, ATA do CDR (9086265); resolve:

Art. I - Aprovar a proposta de doação de bens móveis (270 itens) ao INSTITUTO NOVA AGORA DE CIDADANIA - INAC, no valor total de R$ 275.419,94 (duzentos e setenta e cinco mil quatrocentos e dezenove reais e noventa e quatro centavos), pertencentes a esta Autarquia e alocados no acervo patrimonial do INCRA - SR(09)PR considerados antieconômicos, de acordo com o contido no Processo Administrativo n° 54000.106669/2019-51.

Art. II - Autorizar o Senhor Superintendente Regional do INCRA no Estado do Paraná, para no uso das atribuições que lhe confere o Inciso IV, artigo 118, do Regimento Interno do INCRA, assinar o respectivo Termo de Doação.

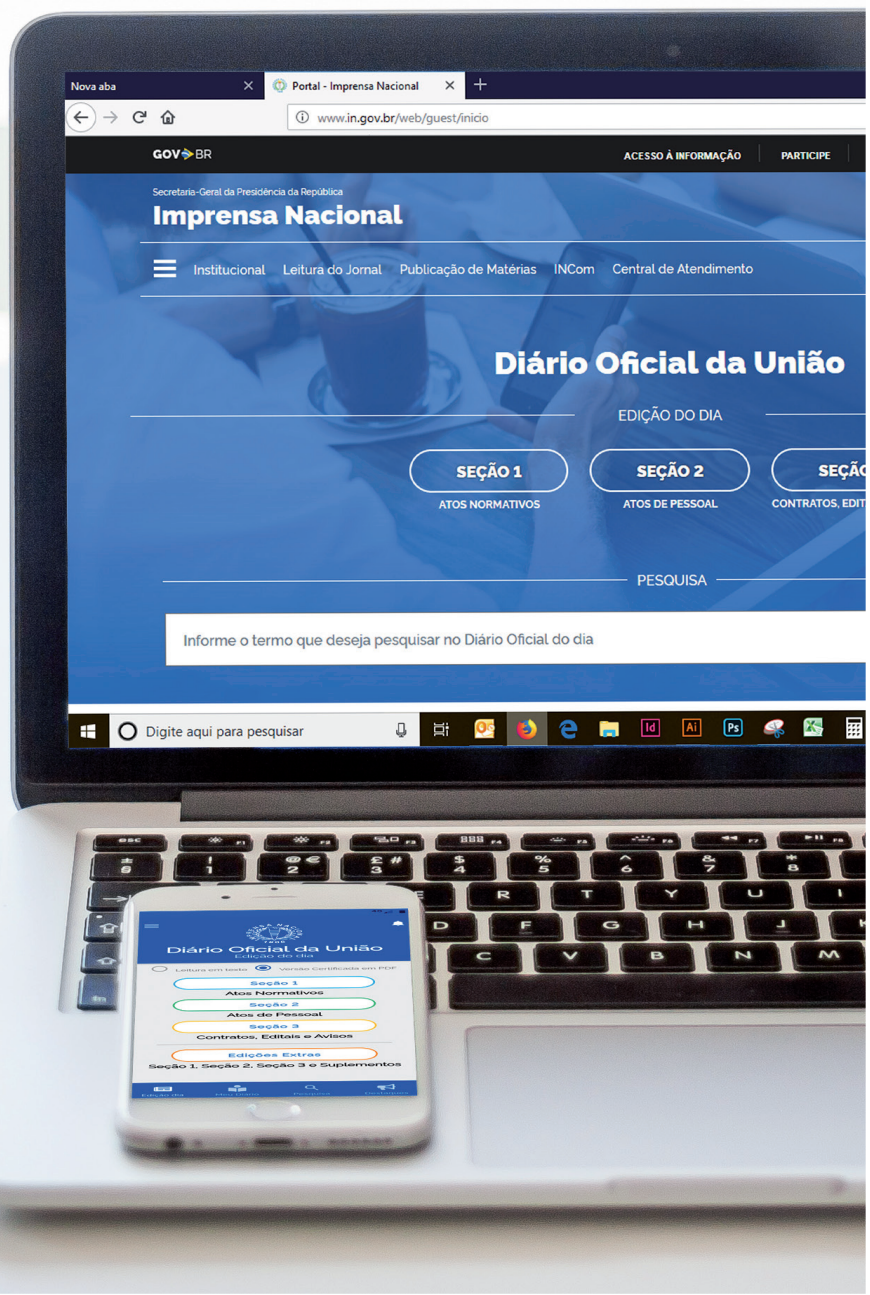
ROBSON LUIS BASTOS
Coordenador do Comitê

Diário Oficial da União Digital

A informação oficial ao alcance de todos

Confira as facilidades oferecidas pela Imprensa Nacional:

- Acesso **livre** e **gratuito** às edições
- **Disponibilidade imediata** no momento da publicação
- **Pesquisa avançada** por palavra, data, órgão, ato, etc.
- Edições **completas** e **certificadas**
- Disponibilizado em **diferentes formatos de leitura** (*pdf*, *html*) e em **dados abertos** (*xml*)
- Novas funcionalidades e serviços no **App DOU**



Acesse o portal da Imprensa Nacional
www.in.gov.br

Baixe o App DOU nas lojas

App Store Google Play

IMPRENSA NACIONAL 1808

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 65, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Torna pública a relação de entes federativos em fase de averiguação dos requisitos do art. 30 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Ministério da Cidadania, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, e pela Portaria nº 115, de 20 de março de 2017, do então Ministério do Desenvolvimento Social,

Considerando o art. 30 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que prevê como condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos federais, a efetiva instituição e funcionamento de Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social e Plano de Assistência Social;

Considerando a Portaria nº 109, de 22 de janeiro de 2020, que regulamenta a averiguação dos requisitos do art. 30 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, no exercício de 2020, alterada pelas Portarias MC nº 337, de 24 de março de 2020 e nº 561, de 17 de dezembro de 2020; e

Considerando a necessidade de dar publicidade aos entes federativos que se encontram em fase de averiguação dos requisitos do art. 30 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para que estes possam promover o planejamento da superação das irregularidades antes da suspensão dos repasses de recursos do cofinanciamento federal, resolve:

Art. 1º Tornar pública a relação dos entes federativos que estão em fase de averiguação dos requisitos do art. 30 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. A lista dos entes federativos de que trata o caput será disponibilizada no Blog da Rede SUAS no link: http://blog.mds.gov.br/redesuas/relacao-dos-entes-federativos-em-fase-de-averiguacao-dos-requisitos-do-art-30-da-lei-no-8-742-de-1993/.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor uma semana após a data de sua publicação.

MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

PORTARIA Nº 67, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Torna pública a relação das programações financeiras oriundas de emendas parlamentares executadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, nos exercícios financeiros de 2019 e 2020, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Ministério da Cidadania, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, na Portaria nº 115, de 20 de março de 2017, do então Ministério do Desenvolvimento Social, e na Portaria nº 305, de 10 de março de 2020, do Ministério da Cidadania e

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 (Lei Orçamentária Anual - LOA), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020; e

Considerando a Portaria nº 580, de 31 de dezembro de 2020, do Ministério da Cidadania, que dispõe sobre a utilização de recursos transferidos fundo a fundo pelo Ministério da Cidadania para o incremento temporário e a estruturação da rede no âmbito do Sistema Único de Assistência Social;, resolve:

Art. 1º Tornar pública a relação das programações financeiras oriundas de emendas parlamentares executadas pela Unidade Gestora 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, referente aos restos a pagar dos exercícios financeiros de 2019 e 2020, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

Art. 2º As programações descritas no anexo desta Portaria visam a Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, destinadas a:

I - adquirir veículos, equipamentos e materiais permanentes, para fins de investimento (GND 4); e

II - incrementar de maneira temporária as transferências regulares e automáticas financeiras para fins de custeio (GND 3).

Art. 3º O Fundo Nacional de Assistência Social adotará as providências necessárias para as transferências de recursos aos respectivos Fundos de Assistência Social estabelecidos nesta Portaria, em conformidade com os procedimentos da modalidade de transferência fundo a fundo, e cumprido, pelos entes federados, os requisitos previstos na Portaria nº 580, de 31 de dezembro de 2020, do Ministério da Cidadania.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

ANEXO

UF	ENTE FEDERADO	ANO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	EMENDA	PROGRAMAÇÃO	VALOR	GND	NOTA DE EMPENHO	PROCESSO
AL	MACEIO	2019	219G	25790009	270430220190003	180.000,00	3	2019NE002104	71000.057293/2019-63
BA	SALVADOR	2019	219G	27380007	292740820190003	200.000,00	4	2019NE002646	71000.083107/2019-41
MG	BELO HORIZONTE	2019	219G	35950008	310620020190012	200.000,00	3	2019NE001771	71000.083134/2019-14
MG	GOVERNADOR VALADARES	2019	219G	14030018	312770120190004	100.000,00	4	2019NE001904	71000.080208/2019-61
MG	SAO JOAO DEL REI	2019	219G	28890001	316250020190001	150.000,00	3	2019NE000960	71000.047009/2019-41
PR	ARARUNA	2019	219G	18760008	410170520190001	345.000,00	4	2019NE002209	71000.082943/2019-17
RO	ESPIGAO DOESTE	2020	219G	41490003	110009820200001	40.000,00	3	2020NE442600	71000.036083/2020-75
AC	FUNDO ESTADUAL - AC	2020	219G	11970023	120000020200003	500.000,00	3	2020NE000789	71000.060838/2020-52
RR	IRACEMA	2020	219G	38040010	140028220200001	150.000,00	4	2020NE442614	71000.035968/2020-57
AP	MACAPA	2020	219G	39250004	160030320200003	150.000,00	4	2020NE000871	71000.060217/2020-79
AP	MACAPA	2020	219G	39250004	160030320200004	250.000,00	4	2020NE000844	71000.060218/2020-13
MA	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	2020	219G	34630002	210410720200001	160.000,00	4	2020NE443718	71000.053705/2020-20
BA	MANOEL VITORINO	2020	219G	27370009	292040320200001	125.000,00	3	2020NE442503	71000.036100/2020-74
MG	BAMBUI	2020	219G	37140002	310510320200001	100.000,00	3	2020NE441316	71000.032351/2020-80
MG	BETIM	2020	219G	27680007	310670520200003	500.000,00	4	2020NE441314	71000.033036/2020-70
MG	CARATINGA	2020	219G	40980003	311340420200003	200.000,00	4	2020NE442438	71000.036077/2020-18
MG	CARVALHOS	2020	219G	27590025	311480820200001	100.000,00	4	2020NE442440	71000.036102/2020-63
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	2020	219G	27640013	311830420200002	50.000,00	3	2020NE000800	71000.059076/2020-41
MG	CRUZILIA	2020	219G	27640013	312080520200001	50.000,00	4	2020NE443708	71000.051391/2020-21
MG	GUARACIABA	2020	219G	41480006	312820420200001	50.000,00	4	2020NE443725	71000.047688/2020-91
MG	IGARAPE	2020	219G	41570013	313010120200001	100.000,00	3	2020NE441850	71000.032500/2020-19
MG	MATIAS BARBOSA	2020	219G	36820002	314080320200001	100.000,00	4	2020NE442429	71000.035985/2020-94
MG	ALTO JEQUITIBA	2020	219G	35950005	315350920200001	100.000,00	3	2020NE441901	71000.032392/2020-76
MG	SENADOR JOSE BENTO	2020	219G	39600009	316580020200001	60.000,00	4	2020NE442416	71000.036103/2020-16
MG	URUCANIA	2020	219G	27640013	317050320200001	160.000,00	4	2020NE000865	71000.058843/2020-03
MG	VICOSA	2020	219G	27640013	317130320200002	50.000,00	4	2020NE443710	71000.053709/2020-16
ES	COLATINA	2020	219G	39480002	320150620200001	130.000,00	3	2020NE442545	71000.036029/2020-20
ES	SERRA	2020	219G	37620007	320500220200004	110.000,00	4	2020NE442633	71000.037207/2020-30
RJ	BARRA MANSA	2020	219G	39560005	330040720200002	60.000,00	4	2020NE442627	71000.037041/2020-51
RJ	MAGE	2020	219G	39880002	330250220200002	400.000,00	3	2020NE000504	71000.051402/2020-72
RJ	MAGE	2020	219G	39880002	330250220200003	400.000,00	3	2020NE000505	71000.051403/2020-17
RJ	RIO DE JANEIRO	2020	219G	39810006	330455720200020	122.000,00	3	2020NE000813	71000.060253/2020-32
SP	CACAPAVA	2020	219G	37170008	350850420200002	50.000,00	3	2020NE443752	71000.036059/2020-36
SP	CANAS	2020	219G	41180006	350995720200001	60.000,00	4	2020NE442061	71000.032920/2020-97
SP	CONCHAL	2020	219G	37170008	351220920200001	17.500,00	3	2020NE442074	71000.032922/2020-86
SP	CONCHAL	2020	219G	37170008	351220920200001	50.000,00	4	2020NE442110	71000.032922/2020-86
SP	IBIRAREMA	2020	219G	41180006	351950120200001	60.000,00	4	2020NE442355	71000.036023/2020-52
SP	ITAPEVI	2020	219G	39460005	352250520200001	100.000,00	4	2020NE442126	71000.033211/2020-29
SP	LORENA	2020	219G	41180006	352720720200004	60.000,00	4	2020NE442332	71000.036096/2020-44
SP	MONTEIRO LOBATO	2020	219G	41180006	353170420200001	60.000,00	4	2020NE442164	71000.034886/2020-95
SP	MONTEIRO LOBATO	2020	219G	30890012	353170420200002	100.000,00	4	2020NE442166	71000.034869/2020-58
SP	SAO PAULO	2020	219G	41270007	355030820200001	100.000,00	3	2020NE442337	71000.036039/2020-65
SP	SAO PAULO	2020	219G	37350012	355030820200005	310.000,00	3	2020NE442365	71000.035977/2020-48
SP	URUPES	2020	219G	37300007	355600820200002	50.000,00	3	2020NE442259	71000.034802/2020-13
PR	BARBOSA FERRAZ	2020	219G	40890005	410250520200005	50.000,00	3	2020NE000817	71000.060862/2020-91
PR	CAMPO MOURAO	2020	219G	32200001	410430320200002	81.540,00	3	2020NE441476	71000.034125/2020-33
PR	CENTENARIO DO SUL	2020	219G	30410013	410510220200001	50.000,00	4	2020NE441536	71000.033068/2020-75
PR	IPIRANGA	2020	219G	30410013	411050820200001	100.000,00	4	2020NE441443	71000.027378/2020-51
PR	ITAUNA DO SUL	2020	219G	37050002	411130820200001	50.000,00	4	2020NE442480	71000.036016/2020-51
PR	MARQUINHO	2020	219G	20520006	411545720200001	100.000,00	4	2020NE441539	71000.027803/2020-10
PR	MAUA DA SERRA	2020	219G	28740004	411575420200001	50.000,00	4	2020NE441518	71000.034142/2020-71
PR	MORRETES	2020	219G	18760003	411620820200001	100.000,00	4	2020NE442813	71000.036076/2020-73
PR	REALEZA	2020	219G	32200001	412140620200001	124.000,00	4	2020NE441548	71000.027025/2020-51
PR	SANTA MARIA DO OESTE	2020	219G	30410013	412385720200001	50.000,00	4	2020NE441429	71000.032379/2020-17
PR	SANTANA DO ITARARE	2020	219G	40890005	412400420200001	25.000,00	3	2020NE000818	71000.060863/2020-36
PR	SANTANA DO ITARARE	2020	219G	40890005	412400420200001	25.000,00	4	2020NE000848	71000.060863/2020-36
SC	ABELARDO LUZ	2020	219G	39320004	420010120200001	250.000,00	4	2020NE441765	71000.027575/2020-70
SC	PONTE SERRADA	2020	219G	37860003	421340120200001	80.000,00	3	2020NE442313	71000.036035/2020-87
RS	CARAZINHO	2020	219G	39200001	430470520200001	75.000,00	4	2020NE441615	71000.034157/2020-39
MS	CAMPO GRANDE	2020	219G	41810011	500270420200007	100.000,00	3	2020NE000839	71000.060878/2020-02

MS	DOURADOS	2020	219G	39640003	500370220200004	50.000,00	3	2020NE442811	71000.036104/2020-52
MS	DOURADOS	2020	219G	39640003	500370220200005	50.000,00	3	2020NE442810	71000.036032/2020-43
GO	CACU	2020	219G	29350008	520430020200001	75.000,00	4	2020NE441149	71000.034168/2020-19
PR	SAO TOME	2020	219G	37050002	412610820200001	100.000,00	4	2020NE000868	71000.060850/2020-67
SP	ESTRELA DOESTE	2020	219G	40940001	351520220200002	100.000,00	3	2020NE000828	71000.060868/2020-69
ES	SERRA	2020	219G	37620007	320500220200005	1.000.000,00	3	2020NE000802	71000.060851/2020-10
ES	SERRA	2020	219G	37620007	320500220200005	200.000,00	4	2020NE000869	71000.060851/2020-10
SP	SAO PAULO	2020	219G	39460005	355030820200008	100.000,00	3	2020NE000810	71000.060335/2020-87
PE	FLORES	2020	219G	27190006	260560820200001	50.000,00	3	2020NE443714	71000.057538/2020-96
PE	FLORES	2020	219G	27190006	260560820200002	50.000,00	3	2020NE443712	71000.057540/2020-65
AP	MACAPA	2020	219G	26750019	160030320200005	300.000,00	4	2020NE000864	71000.060219/2020-68
SP	SANTA RITA DOESTE	2020	219G	40940001	354740320200001	50.000,00	3	2020NE000820	71000.060865/2020-25
PB	JOAO PESSOA	2020	219G	27150009	250750720200012	110.000,00	3	2020NE000791	71000.060840/2020-21
SC	LINDOIA DO SUL	2020	219G	37860003	420985420200001	80.000,00	3	2020NE000808	71000.060319/2020-94
SC	IPIRA	2020	219G	37860003	420760120200001	80.000,00	3	2020NE000806	71000.059121/2020-68
SP	AREIOPOLIS	2020	219G	40940001	350360420200001	100.000,00	3	2020NE000823	71000.060867/2020-14
PR	PRUDENTOPOLIS	2020	219G	30950019	412060620200002	225.000,00	4	2020NE000866	71000.059084/2020-98
PR	CURITIBA	2020	219G	30950019	410690220200023	100.000,00	3	2020NE000801	71000.060849/2020-32
SC	IPUACU	2020	219G	37860003	420768420200001	80.000,00	3	2020NE000807	71000.060855/2020-90
SP	MOGI-MIRIM	2020	219G	40940001	353080520200001	100.000,00	3	2020NE000821	71000.060333/2020-98
MG	PONTE NOVA	2020	219G	27640013	315210520200004	60.000,00	3	2020NE000799	71000.060848/2020-98
ES	VITORIA	2020	219G	37620007	320530920200010	200.000,00	4	2020NE000870	71000.060852/2020-56
RO	ESPIGAO DOESTE	2020	219G	41730003	110009820200002	500.000,00	3	2020NE000834	71000.060285/2020-38
PI	FUNDO ESTADUAL - PI	2020	219G	41830009	220000020200001	200.000,00	3	2020NE000840	71000.059082/2020-07
SP	SAO PAULO	2020	219G	27960002	355030820200009	250.000,00	3	2020NE000872	71000.060337/2020-76
AL	MACEIO	2020	219G	41740024	270430220200003	220.000,00	3	2020NE000836	71000.060876/2020-13
AL	MACEIO	2020	219G	41740024	270430220200004	200.000,00	3	2020NE000835	71000.060875/2020-61
AL	MACEIO	2020	219G	41740024	270430220200005	280.000,00	3	2020NE000837	71000.060877/2020-50
SP	VINHEDO	2020	219G	40940001	355670120200001	100.000,00	3	2020NE000822	71000.060866/2020-70
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	2020	219G	27190006	261270320200001	50.000,00	3	2020NE000792	71000.060841/2020-76
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	2020	219G	27190006	261270320200002	50.000,00	3	2020NE000793	71000.060842/2020-11
SC	JABORA	2020	219G	37860003	420860920200001	80.000,00	3	2020NE000804	71000.060317/2020-03
RN	NATAL	2020	219G	41420005	240810220200009	50.000,00	3	2020NE000831	71000.060872/2020-27
SP	CATANDUVA	2020	219G	39460005	351110220200003	150.000,00	3	2020NE000811	71000.060857/2020-89
RN	CEARA-MIRIM	2020	219G	41420005	240260020200001	50.000,00	3	2020NE000830	71000.060871/2020-82
MG	AREADO	2020	219G	27620010	310430420200002	100.000,00	3	2020NE000796	71000.060845/2020-54
MG	BERTOPOLIS	2020	219G	27620010	310660620200001	110.000,00	3	2020NE000797	71000.060846/2020-07
MG	IBIRITE	2020	219G	27620010	312980620200001	100.000,00	3	2020NE000798	71000.060847/2020-43
MG	TEOFILO OTONI	2020	219G	27620010	316860620200003	100.000,00	3	2020NE000794	71000.060843/2020-65
MG	TEOFILO OTONI	2020	219G	27620010	316860620200004	100.000,00	3	2020NE000795	71000.060844/2020-18
SC	ILHOTA	2020	219G	37860003	420710620200001	160.000,00	3	2020NE000803	71000.060853/2020-09
MG	ALBERTINA	2020	219G	41480006	310140920200001	50.000,00	4	2020NE000853	71000.061062/2020-98
SP	RIBEIRAO GRANDE	2020	219G	19970021	354325320200005	280.000,00	3	2020NE000790	71000.061063/2020-32

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCTI Nº 4.866, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Altera a Portaria MCTIC nº 4.977, de 20 de setembro de 2019, que dispõe sobre as normas e diretrizes para a prestação de informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais de que trata o Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem).

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e considerando o disposto no art. 17, § 7º, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e no art. 14, caput, do Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006, resolve:

Art. 1º A Portaria MCTIC nº 4.977, de 20 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

§4º Os trabalhos poderão ocorrer de forma presencial ou remota.

§5º A necessidade de acesso por parte dos especialistas convidados de que trata esta Portaria às informações classificadas em qualquer grau de sigilo observará as normas vigentes em relação ao acesso e tratamento destas informações, notadamente a assinatura de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS, na forma do Anexo I do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 132/SEI-INT, DE 8 DE JUNHO DE 2021

A DIRETORA DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Delegação de Competência concedida pela Portaria MCT nº 407, de 29.06.2006, publicada no D.O.U. de 30.06.2006, e pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria 3.472, de 10.09.2020, publicada no DOU de 11.09.2020, ambas assinadas pelo Exmº Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovações, resolve:

CONSIDERANDO que a delegação de competência é utilizada para aumentar a celeridade das decisões e ações administrativas, em busca da elevação dos níveis de efetividade, eficiência, eficácia e economicidade;

CONSIDERANDO que é facultado às autoridades da Administração Federal delegar competência para a prática de atos administrativos, desde que não haja impedimento legal, nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Coordenador de Tecnologia da Informação, Estratégia e Qualidade - COTIE, ao Coordenador de Tecnologia de Materiais - COTEM, ao Coordenador de Tecnologia Química - COTEQ, ao Coordenador de Engenharia de Produtos e Processos - COENG, ao Coordenador de Negócios - CONEG e ao Coordenador de Planejamento Tecnológico - COPTE, do Instituto Nacional de Tecnologia para praticarem os seguintes atos:

1- Declarar o reconhecimento da dispensa e inexigibilidade de licitação de processos demandados pelas unidades internas a eles vinculadas.

§1º - É vedada a subdelegação de competência para praticar os atos relacionados neste artigo.

Art. 2º Estabelecer que, no exercício da competência ora delegada, deverão ser observadas, rigorosamente, toda a legislação federal e normas internas deste Instituto.

Art. 3º A presente delegação implica em submeter-se às competências dos órgãos de Controle Interno e Externo da Administração Pública.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IEDA MARIA VIEIRA CAMINHA

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 1º DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou n° 294, de 30 de janeiro de 2015 e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa e/ou suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
01250.031817/2018	Fundação Vicente Pinzon	FM	Cabo de Santo Agostinho	PE	Multa	6.807,27	Art. 38, "b", da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 2471 de 1/06/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
01250.043505/2018	Secretaria Do Gabinete Civil	TV	Maceió	AL	Multa	10.472,72	Cláusula Terceira, "p", do Contrato de Concessão, publicado no DOU em 01/04/1986, c/c o Item 7.1, alínea "g", da Portaria nº 310/2006, e art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 2492 de 1/06/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

THIAGO AGUIAR SOARES

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

PORTARIA Nº 2.559, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O CORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pela Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade, abaixo relacionada, a penalidade de advertência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.045109/2015	Accci - Associação Comunitária De Comunicação E Cultura De Igarapé	RADCOM	Igarapé	MG	Advertência	Art. 40, XII, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria CGFM n° 2559 de 08/06/2021	Portaria MC n° 112/2013

TÁCIO NEVES FROTA SOUZA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 4.099, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53512.000167/2021-08. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à Integrar Segurança, Comercio de Equipamentos Eletronicos Ltda, CNPJ nº 15546451000104, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 4.100, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53512.000189/2021-60. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à IMETAME METALMECANICA LTDA, CNPJ nº 31790710000196, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 3.998, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53520.000720/2021-03. Expede autorização à Imaribo S.A. Industria e Comercio , CNPJ nº 76.486.463/0002-58, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 3.999, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53520.000736/2021-16. Expede autorização à Valdoir Jose dos Santos , CPF nº ***.490.649-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 4.001, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53520.000748/2021-32. Expede autorização à Carlos Henrique Fructuoso , CPF nº ***.741.239-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 4.109, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53520.000628/2021-35. Expede autorização à Dagmar Bernardes de Oliveira , CPF nº ***.802.789-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 4.111, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53520.000768/2021-11. Expede autorização à Associacao Comunitaria S.A. Francisco de Assis , CNPJ nº 08.899.071/0001-80, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 4.129, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53516.009742/2021-90: Expede à RODRIGO MOTTA, CPF nº ***.651.509-**, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 4.130, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53516.009684/2021-02: Outorga à SOUL VILA VELHA S/A, CNPJ nº 36.141.431/0001-15, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 3.795, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002588/2021-64. Expede autorização à AGENDEJA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA, CNPJ nº 23.547.236/0001-48, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.799, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002615/2021-07. Expede autorização ao Ruy Flemming Filho, CPF nº ***.709.328-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.800, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo 53504.002477/2021-58 - Outorga autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à(ao) COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA, CNPJ nº 02.998.611/0001-04, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.820, DE 28 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002620/2021-10. Expede autorização ao Rafael Marsolla, CPF nº ***300.406-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.836, DE 28 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002632/2021-36. Expede autorização à MBDC - COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 34.588.062/0001-88, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 3.838, DE 28 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53504.002640/2021-82. Expede autorização ao Fabio Roberto Camargo Guerra, CPF nº ***.399.678-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 3.788, DE 27 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53542.000696/2021-46. Expede autorização a ALUISIO DAILY MARTINS, CPF nº ***.574.151-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 31 DE MAIO DE 2021

Nº 3.865. Processo nº 53542.000550/2021-09. Expede autorização a JOÃO PEDRO BELLINCANTA, CPF nº ***.868.611-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.870. Processo nº 53542.000715/2021-34. Expede autorização a ALUIZIO FERNANDES DE OLIVEIRA, CPF nº ***.820.389-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.877. Processo nº 53542.000722/2021-36. Expede autorização a ONDANIR BORTOLINI, CPF nº ***.215.709-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 1º DE JUNHO DE 2021

Nº 3.909. Processo nº 53542.000658/2021-93. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a JOSÉ CARLOS GUIMARÃES, CPF nº ***.734.088-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 3.914. Processo nº 53542.000693/2021-11 Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a IPANEMA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.601.036/0003-80, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 3.915. Processo nº 53542.000670/2021-06 Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a TEX TELECOM EIRELI, CNPJ nº 21.301.138/0001-09, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 7 DE JUNHO DE 2021

Nº 4.011. Processo nº 53542.000717/2021-23. Expede autorização a 3LX AGROPECUÁRIA UNIPESSOAL LTDA, CNPJ nº 38.560.602/0001-76, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 4.017. Processo nº 53542.000736/2021-50. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a EURYDES CENI, CPF nº ***.944.609-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 4.031. Processo nº 53542.000731/2021-27. Expede autorização a NEWTON DE FREITAS MIOTTO, CPF nº ***.136.071-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 4.032. Processo nº 53542.000743/2021-51. Expede autorização a ANA CLAUDIA BORGES DE ALMEIDA COELHO, CPF nº ***.880.686-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 4.106, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53542.000759/2021-64. Expede autorização a PEDRO VONO FERREIRA, CPF nº ***.931.286-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 4.096, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Expede autorização a A P B de Macedo, CNPJ nº 84.479.518/0001-40, para explorar serviços de telecomunicações de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Processo 53578.001428/2021-34.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

ATO Nº 3.979, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Expede autorização a Elias Martins da Silva, CPF nº ***.584.832-**, para explorar serviços de telecomunicações de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Processo 53578.001436/2021-81.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 3.364, DE 13 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53500.000778/2021-87. Transfere integralmente, de forma onerosa, a autorização para exploração de Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito expedida a SERCOMTEL PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 04.459.311/0001-74, para a SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES, CNPJ nº 01.371.416/0001-89.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 29, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 59 do Regimento Interno da Anatel - aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, submete a comentários e sugestões do público em geral proposta de Ato que estabelece os parâmetros e requisitos técnicos para compartilhamento do espectro entre estações terrestres operando na faixa de 3.300 MHz a 3.700 MHz e estações terrenas do serviço fixo por satélite operando na faixa de frequências de 3.700 MHz a 4.200 MHz, processo SEI nº 53500.032937/2021-11.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões deverão ser fundamentadas, devidamente identificadas e encaminhadas, preferencialmente por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública(SACP), disponível no endereço Internet http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, relativo a esta Consulta Pública, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo. Esta Consulta Pública permanecerá disponível por 45 (quarenta e cinco) dias, contados de sua publicação.

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

LUIZA MARIA THOMAZONI LOYOLA GIACOMIN
Superintendente
Substituta

CONSULTA PÚBLICA Nº 30, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 59 do Regimento Interno da Anatel - aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, submete a comentários e sugestões do público em geral proposta de Ato que estabelece os requisitos técnicos e operacionais para uso da faixa de 3.700 MHz a 3.800 MHz por estações de serviços terrestres de baixa potência, processo SEI nº 53500.027382/2021-87.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões deverão ser fundamentadas, devidamente identificadas e encaminhadas, preferencialmente por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública(SACP), disponível no endereço Internet http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, relativo a esta Consulta Pública, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo. Esta Consulta Pública permanecerá disponível por 45 (quarenta e cinco) dias, contados de sua publicação.

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

LUIZA MARIA THOMAZONI LOYOLA GIACOMIN
Superintendente
Substituta

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 3.366, DE 14 DE MAIO DE 2021

Processo nº 53500.031582/2021-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE APOIO A GERACAO, PRODUCAO, CRIACAO E DIFUSAO DE RADIO E TV, CNPJ 04.005.003/0001-79, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Recife/PE.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 21 DE MAIO DE 2021

Nº 3.593 Processo nº 53500.024875/2021-65. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CASSINO DE RIO GRANDE LTDA, CNPJ 89.112.452/0001-79, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Rio Grande/RS.

Nº 3.594 Processo nº 53500.028438/2021-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS LTDA, CNPJ 46.049.326/0001-04, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Campinas/SP.

Nº 3.595 Processo nº 53500.029741/2021-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI URCA, CNPJ 06.740.864/0001-26, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Crato/CE.

Nº 3.606 Processo nº 53500.031804/2021-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PLUS RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 04.408.493/0001-54, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Coxilha/RS.

Nº 3.607 Processo nº 53500.032163/2021-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO JORNAL DE ESTANCIA LTDA, CNPJ 32.703.357/0001-22, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Estância/SE.

Nº 3.624 Processo nº 53500.025531/2021-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO DIFUSORA BATATAIS LTDA, CNPJ 44.942.480/0001-85, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Batatais/SP.

Nº 3.625 Processo nº 53500.031371/2021-00. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ALVORADA DO SUL LTDA, CNPJ 23.526.395/0001-66, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Floriano/PI.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 29 DE MAIO DE 2021

Nº 3.846 Processo nº 53500.027963/2021-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Porto Seguro/BA.

Nº 3.847 Processo nº 53500.035432/2021-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL E EDUCATIVA SENADOR CANEDO, CNPJ 04.644.419/0001-37, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Goiânia/GO.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 3.970, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53500.036625/2021-78. declara extinta, por renúncia, a partir de 01/06/2021, a autorização outorgada à READYTECH - INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 12.143.229/0001-64, por intermédio do Ato n° 4334, de 13/08/2020 (SEI nº 5864225), para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 9 DE JUNHO DE 2021

Nº 4.140 Autoriza BRAZUCAH PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME, CNPJ nº 05.357.127/0001-86, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Itupeva/SP, no período de 13/06/2021 a 13/06/2021.

Nº 4.147 Autoriza Radioestrada Comunicacoes Ltda, CNPJ nº 15.070.177/0001-31, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, nas cidades de São Paulo/SP, Guarulhos/SP, Arujá/SP, Santa Isabel/SP, Guararema/SP, Jacareí/SP, São José dos Campos/SP, Caçapava/SP, Taubaté/SP, Pindamonhangaba/SP, Roseira/SP, Aparecida/SP, Guaratinguetá/SP, Cachoeira Paulista/SP, Lavrinhas/SP, Queluz/SP, Itatiaia/RJ, Barra Mansa/RJ, Volta Redonda/RJ, Piraí/RJ, Paracambi/RJ, Queimados/RJ, Nova Iguaçu/RJ, São João de Meriti/RJ, no período de 10/06/2021 a 08/08/2021.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD N° 2.445, DE 1º DE JUNHO DE 2021 (*)

Institui, no âmbito do Ministério da Defesa, o Sistema de Geoinformação de Defesa (SisGEODEF), dispõe sobre a sua Infraestrutura de Dados Espaciais de Defesa (IDE-Defesa) e cria o Conselho de Geoinformação de Defesa (ConGEODEF).

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 60080.000145/2021-22, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui, no âmbito do Ministério da Defesa, o Sistema de Geoinformação de Defesa (SisGEODEF), dispõe sobre a sua Infraestrutura de Dados Espaciais de Defesa (IDE-Defesa) e cria o Conselho de Geoinformação de Defesa (ConGEODEF).

Art. 2º Integram o SisGEODEF os órgãos do Ministério da Defesa e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica que produzam conhecimentos de interesse das atividades de Geoinformação de Defesa.

Parágrafo único. O ConGEODEF poderá convidar outros órgãos ou entidades da administração pública federal que sejam de interesse da Defesa para participar dos trabalhos do SisGEODEF.

Art. 3º O SisGEODEF visa garantir a gestão eficaz da Geoinformação de Defesa, para apoio às atividades de interesse da Defesa, mediante orientações fixadas por meio de doutrinas, manuais e normas.

Parágrafo único. O SisGEODEF tem os seguintes objetivos:

I - garantir a padronização da Geoinformação produzida por diferentes instituições, assegurando coerência, continuidade e interoperabilidade;

II - definir e promover a utilização de normas e padrões dos dados geoespaciais de interesse da Defesa;

III - realizar a gestão eficiente dos recursos públicos destinados à produção de Geoinformação; e

IV - assegurar o acesso à Geoinformação de Defesa, de acordo com as demandas, com ênfase no planejamento e controle das operações conjuntas a cargo ou com a participação do Ministério da Defesa e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Art. 4º A IDE-Defesa consiste no conjunto integrado de usuários e produtores de geoinformação, dados geoespaciais, tecnologias, políticas, acordos, normas e padrões, em consonância com a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), a fim de facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso da Geoinformação de interesse da Defesa, tendo como objetivos específicos:

I - fornecer o suporte necessário ao pleno desenvolvimento do SisGEODEF;

II - viabilizar o emprego da Geoinformação de Defesa nos níveis estratégico, operacional e tático; e

III - maximizar a economia dos recursos empregados, pelos órgãos de Defesa Nacional, na aquisição e geração dos dados geoespaciais.

Art. 5º Para efeito desta Portaria, entende-se por:

I - Geoinformação de Defesa: o conhecimento associado a uma referência geográfica, resultado do processamento de dados geoespaciais, que se destina a apoiar o processo decisório em prol dos interesses da Defesa, dividindo-se em:

a) Geoinformação Básica: conjunto de informações geoespaciais, de caráter informativo geral e de uso não particularizado, que contempla a representação de feições naturais e artificiais para a referência do espaço geográfico estruturado, de forma que o produto gerado possa servir como base imprescindível para a compreensão do ambiente físico, ao proporcionar a cada feição (informação geoespacial cuja localização na superfície da Terra é definida) ou objeto o seu referenciamento espacial em três dimensões, podendo ser classificada em dados geodésicos, limites e nomes geográficos, imageamento e cartografias terrestre, náutica e aeronáutica e consolidada em um produto geoespacial de utilidade para as mais diversas aplicações; e

b) Geoinformação Temática: conjunto de informações geoespaciais, de caráter informativo específico, no contexto das operações e atividades militares, que descrevem a distribuição espacial georreferenciada de fenômenos e suas evoluções, grandezas físicas, feições ou objetos particularizados, que se constituem em produtos geoespaciais com um determinado tema, entendidos como necessários ao apoio no processo decisório e ao planejamento e execução de ações de interesse da Defesa;

II - Metadados de Informações Geoespaciais: conjunto de informações descritivas sobre os dados coletados, incluindo as características de sua produção, tais como: qualidade, linhagem e outras características técnicas dos dados como temporalidade, estrutura e padrões, possibilitando a documentação, integração, disponibilização, busca e exploração; e

III - Gestão da Geoinformação de Defesa: conjunto de ações ordenadas e interrelacionadas, que consomem recursos humanos e materiais, para planejar, direcionar, gerenciar, buscar, coletar, processar, analisar, produzir, visualizar, armazenar, integrar, explorar, compartilhar e disseminar dados, informações, produtos e serviços geoespaciais necessários ao apoio no processo decisório e ao planejamento e execução de ações de interesse da Defesa.

Art. 6º A produção e normatização da Geoinformação Básica referentes às cartografias terrestre, náutica e aeronáutica ficarão a cargo dos órgãos técnicos de produção cartográfica dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

§ 1º O compartilhamento da Geoinformação Básica é obrigatório entre todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, conforme legislação federal, aderente aos padrões nacionais.

§ 2º A atividade de cartografia relacionada ao SisGEODEF, no âmbito do Ministério da Defesa, será coordenada pelo Comitê Executivo do ConGEODEF.

Art. 7º A produção e normatização da Geoinformação Temática de interesse específico de cada Força Singular ficarão a cargo do respectivo Comando, e o compartilhamento, caso apresente alguma ressalva, ficará a critério do ConGEODEF.

§ 1º A Geoinformação Temática de interesse para as operações conjuntas será normatizada com base nos padrões da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com a participação dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e compartilhada no âmbito do Ministério da Defesa.

§ 2º A atividade de meteorologia relacionada ao SisGEODEF, no âmbito do Ministério da Defesa, será coordenada pela Comissão de Meteorologia Militar ou colegiado militar equivalente.

Art. 8º A atualização da Geoinformação de Defesa será realizada conforme os processos estabelecidos pelos seus produtores ou, sob demanda, em apoio às operações militares das Forças Singulares.

Art. 9º Fica criado, no âmbito do Ministério da Defesa, o Conselho de Geoinformação de Defesa (ConGEODEF), colegiado de natureza deliberativa e de atuação continuada, com a seguinte composição:

I - administração central do Ministério da Defesa, representada pelo Chefe de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), que o presidirá, e pelo Subchefe e Gerente subordinados, relacionados com a área de Geoinformação;

II - um representante titular e um suplente do Comando da Marinha;

III - um representante titular e um suplente do Comando do Exército; e

IV - um representante titular e um suplente do Comando da Aeronáutica.

§ 1º Os membros do ConGEODEF e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados por meio de portaria do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

§ 2º Os representantes titulares dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica serão oficiais-generais da área técnica, e os suplentes, oficiais-generais da área operativa.

Art. 10. Compete ao ConGEODEF:

I - apresentar parecer sobre assuntos que afetem a IDE-Defesa, a pedido de qualquer um de seus membros, com a finalidade de subsidiar decisões do Ministro de Estado da Defesa;

II - homologar padrões e normas necessários à gestão e à segurança da IDE-Defesa;

III - definir as regras para publicação e acesso à Geoinformação de Defesa;

IV - elaborar planos de ação da IDE-Defesa, que são instrumentos de gestão da Geoinformação de Defesa; e

V - coordenar a gestão da Geoinformação de Defesa;

Art. 11. Para efeito desta Portaria, compete:

I - à Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas:

a) formalizar instrumentos de compartilhamento de Geoinformação com órgãos externos ao Ministério da Defesa, resguardada a autonomia dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, consultando-os previamente; e

b) prestar apoio administrativo aos trabalhos do ConGEODEF;

II - aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e aos demais órgãos da administração central do Ministério da Defesa:

a) compartilhar a Geoinformação sob sua responsabilidade no SisGEODEF, de acordo com os arts. 6º e 7º;

b) atualizar a Geoinformação sob sua responsabilidade no SisGEODEF, de acordo com o art. 8º; e

c) realizar a gestão da Geoinformação de Defesa em suas áreas de competência.

Art. 12. O ConGEODEF será assessorado por um Comitê Executivo, de caráter técnico, com a seguinte composição:

I - Gerente da Seção de Geoinformação, Meteorologia e Aerolevantamento da Chefia de Logística e Mobilização;

II - Coordenador da área de Geoinformação da Seção de Geoinformação, Meteorologia e Aerolevantamento;

III - um representante titular e um suplente das Chefias do EMCFA afetas às áreas de operações conjuntas e de inteligência;

IV - um representante titular e um suplente do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM);

V - um representante titular e um suplente do Comando da Marinha;

VI - um representante titular e um suplente do Comando do Exército; e

VII - um representante titular e um suplente do Comando da Aeronáutica.

§ 1º Os membros do Comitê Executivo e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados por ato do Chefe de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

§ 2º Compete ao Comitê Executivo:

I - elaborar atas, pareceres, estudos, notas técnicas e outros documentos referentes a assuntos e temas afetos ao SisGEODEF, necessários ao adequado assessoramento ao ConGEODEF;

II - propor os planos de ação da IDE-Defesa, com ênfase nas operações conjuntas, exceto o relativo à área de inteligência, para homologação por parte do ConGEODEF;

III - coordenar a atividade de cartografia relacionada ao SisGEODEF;

IV - coordenar a formulação de normas e padrões, o desenvolvimento de soluções e o estabelecimento de parâmetros para atendimento de necessidades do SisGEODEF, visando à gestão eficiente da Geoinformação de Defesa;

V - promover estudos visando à harmonização, interoperabilidade e integração de atividades; e

VI - apresentar, discutir e manter atualizadas as possibilidades e as condicionantes específicas de intercâmbio de dados e informações com as comunidades nacionais e estrangeiras.

§ 3º O funcionamento do Comitê Executivo será disciplinado no Regimento Interno do ConGEODEF.

Art. 13. O ConGEODEF se reunirá, em caráter ordinário, com periodicidade anual e, em caráter extraordinário, sempre que houver necessidade, por meio de convocação de seu Presidente.

Parágrafo único. Os membros do ConGEODEF que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 14. As reuniões e votações no ConGEODEF ocorrerão com a presença de, no mínimo, um Oficial-General representante da administração central do Ministério da Defesa e de um Oficial-General representante de cada Força Singular.

Parágrafo único. É vedada a divulgação de discussões em curso no ConGEODEF sem a prévia anuência do Chefe de Logística e Mobilização do EMCFA.

Art. 15. O ConGEODEF deliberará por meio de resoluções.

Parágrafo único. As deliberações do ConGEODEF serão tomadas por maioria simples e caberá ao Presidente, além do seu voto ordinário, o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 16. As atas das reuniões e os relatórios emitidos pelo ConGEODEF serão encaminhadas ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, por intermédio do Chefe de Logística e Mobilização.

Art. 17. A participação no ConGEODEF será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 18. Ficam revogadas:

I - a Portaria Normativa nº 40/GM-MD, de 11 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 142, Seção 1, página 9, de 25 de julho de 2018;

II - a Portaria Normativa nº 49/GM-MD, de 10 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 132, Seção 1, página 14, de 11 de julho de 2019; e

III - a Portaria Normativa nº 50/GM-MD, de 10 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 132, Seção 1, página 14, de 11 de julho de 2019.

Art. 19. Esta Portaria entra vigor em 1º de julho de 2021.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO

(*) Republicada por ter saído com incorreção no Diário Oficial da União nº 104 de 1 de junho de 2021, Seção 1 pág.15

PORTARIA GM-MD N° 2.489, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Revoga a Portaria nº 434, de 17 de julho de 2002, e a Portaria nº 467, de 12 de agosto de 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, observado o disposto no inciso I do art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 60532.000033/2021-14, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 434, de 17 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União nº 137, Seção 1, página 23, de 18 de julho de 2002; e

II - a Portaria nº 467, de 12 de agosto de 2002, publicada no Diário Oficial da União nº 156, Seção 1, página 24, de 14 de agosto de 2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO

PORTARIA GM-MD N° 2.496, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Aprova o Regimento Interno da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 9.325, de 3 de abril de 2018, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 60080.000157/2021-57, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aprova o Regimento Interno da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - RBJID, na forma do Anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria Normativa nº 3/GM-MD, de 4 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 8, Seção 1, páginas 13 e 14, de 11 de janeiro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO
REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA
CAPÍTULO I
DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - RBJID, órgão integrante da estrutura da Chefia de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, sediado em Washington, D.C., Estados Unidos da América, e mantido com recursos previstos no orçamento do Ministério da Defesa, compete:

I - prestar assessoria militar à Missão Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos - OEA;

II - prestar apoio administrativo aos integrantes da RBJID e aos militares e servidores públicos designados pelo Ministério da Defesa ou pelos Comandos das Forças Armadas para missão na Junta Interamericana de Defesa - JID;

III - exercer as atividades de execução financeira dos recursos orçamentários alocados pelo Ministério da Defesa (MD) para custear as atividades da RBJID e do Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque; e

IV - receber as demandas de pessoal militar e civil, inclusive de alunos do Colégio Interamericano de Defesa - CID, realizadas pela JID para atuação na Secretaria da JID e no CID.

Art. 2º À Delegação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - DBJID, unidade da RBJID incumbida de representar os interesses do Brasil na JID, com atuação no Conselho de Delegados, compete:

I - representar os interesses do Brasil na JID por meio de atuação no Conselho de Delegados; e

II - assessorar as atividades de estudo e as técnicas educativas em assuntos militares e de defesa no Hemisfério julgados de interesse pelo Ministério da Defesa e pela Missão Permanente do Brasil junto à OEA.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A RBJID possui a seguinte estrutura organizacional:

I - Chefia da Representação:

a) Seção de Administração;

b) Seção de Inteligência;

c) Seção de Pessoal; e

d) Seção de Logística; e

II - Delegação do Brasil na JID.

Art. 4º Compõem a RBJID e subordinam-se à Chefia de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa os militares e civis brasileiros designados pelo Ministro de Estado da Defesa para exercer as seguintes funções:

I - Chefe da RBJID;

II - Assessores Técnicos;

III - Assessor Administrativo;

IV - Auxiliar Administrativo; e

V - Assessor Especial da RBJID.

Art. 5º A Delegação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa é composta pelo Chefe da RBJID e pelos Assessores Técnicos incumbidos de representar os interesses do Brasil no Conselho de Delegados da JID.

Art. 6º A função de Chefe da RBJID será exercida por um Oficial-General da ativa do primeiro posto, obedecido o critério de rodízio entre as três Forças Armadas, por um período de dois anos.

Art. 7º O Chefe da RBJID exercerá, cumulativamente, a função de Chefe da DBJID.

Art. 8º A função de Assessor Técnico será exercida por oficiais superiores da ativa, dois de cada Força Armada, do posto de Capitão de Mar e Guerra ou seu equivalente, designados para exercer cumulativamente a função de Delegado Alterno no Conselho de Delegados da JID, por um período de dois anos.

Parágrafo único. Será designado, anualmente, um militar de cada Força Armada como assessor técnico da RBJID para cumprir a missão descrita no caput.

Art. 9º A função de Assessor Administrativo será exercida por um Capitão de Fragata ou um Capitão de Corveta, ou por seus equivalentes, do quadro de Intendência, preferencialmente que tenha feito o Curso de Comando e Estado-Maior, designado em sistema de rodízio entre as três Forças Armadas, por um período de até dois anos.

Art. 10. A função de Auxiliar Administrativo da RBJID, de apoio direto ao Assessor Administrativo, será exercida por uma praça da especialidade de Administração, Contabilidade, Intendência, Escrevente ou equivalente, da graduação de Suboficial, Subtenente ou 1º Sargento, obedecido o critério de rodízio entre as Forças Armadas, pelo período de até dois anos.

Art. 11. O Chefe da RBJID designará, dentre os dois Assessores Técnicos de cada Força, aquele a quem caberá exercer, cumulativamente, as funções de Chefe da Seção de Inteligência, da Seção de Pessoal e da Seção de Logística.

Art. 12. Poderá ser designado um servidor efetivo em exercício na administração central do Ministério da Defesa, nas Forças Armadas ou na Escola Superior de Guerra, para exercer a função de Assessor Especial da RBJID por período de até um ano, não prorrogável.

Art. 13. A RBJID também é composta por até cinco Auxiliares Locais, contratados para exercer as seguintes atividades:

I - motorista;

II - auxiliar de secretaria;

III - auxiliar de administração; e

IV - auxiliar de comunicação social.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 14. Ao Chefe da RBJID incumbe:

I - prestar assessoria militar ao Representante Permanente do Brasil junto à OEA;

II - representar os interesses do Brasil na JID;

III - manter o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, do Ministério da Defesa, informado sobre as atividades da JID;

IV - exercer, cumulativamente, a função de Chefe da DBJID;

V - supervisionar, orientar e controlar as atividades dos integrantes da RBJID;

VI - atribuir aos integrantes da RBJID tarefas específicas relacionadas com as metas estabelecidas para a Representação;

VII - exercer a função de Ordenador de Despesas dos recursos orçamentários alocados à RBJID e dos recursos alocados pelo Ministério da Defesa (MD) para custeio das despesas de responsabilidade do Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque;

VIII - enviar ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas:

a) os relatórios periódicos sobre as atividades da JID e da OEA;

b) os relatórios de fim de missão; e

c) os relatórios especiais;

IX - enviar ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas a documentação produzida pela JID, incluídas as publicações didáticas editadas pelo CID;

X - atribuir aos Assessores Técnicos, cumulativamente, funções de assessoria técnica relacionadas às suas respectivas Forças, seja no âmbito da JID ou da Missão Permanente do Brasil junto à OEA; e

XI - selecionar, contratar e avaliar os Auxiliares Locais, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º A atribuição prevista no inciso VII do caput poderá ser delegada a um dos Assessores Técnicos da RBJID.

§ 2º É facultado ao Chefe da RBJID designar até três Assessores Técnicos para atuarem na Junta Interamericana de Defesa, a fim de prestar auxílio e colaboração aos trabalhos desenvolvidos por aquela entidade internacional.

Art. 15. Aos Assessores Técnicos incumbe:

I - representar o Chefe da Delegação, quando necessário;

II - participar das atividades de interesse do Ministério da Defesa na JID e na OEA;

III - exercer as atividades de interesse da administração, bem como as relacionadas com os propósitos da Representação na JID e na OEA;

IV - supervisionar a execução das atividades realizadas na RBJID, administrativas ou no âmbito da JID e da OEA; e

V - assessorar o Chefe da RBJID em assuntos administrativos e naqueles relacionados à JID e à OEA.

Parágrafo único. Aos Assessores Técnicos do Comando da Marinha, do Comando do Exército e do Comando da Aeronáutica designados na forma do art. 11 incumbe, além das atribuições estabelecidas no caput, exercer as funções de Chefe da Seção de Inteligência, da Seção de Pessoal e da Seção de Logística, de acordo com a designação do Chefe da RBJID.

Art. 16. Ao Assessor Administrativo incumbe:

I - orientar e supervisionar o trabalho do Auxiliar Local responsável pelo controle, processamento, protocolo, distribuição e arquivamento da documentação interna e externa;

II - manter o controle de todo o material de carga da Representação;

III - elaborar as minutas dos contratos de leasing, de locação e demais contratos da RBJID;

IV - executar, com apoio de um dos Auxiliares Locais, as atividades de empenho, liquidação e pagamento dos contratos;

V - realizar a interlocução com entidades, organizações ou firmas comerciais sobre assuntos de sua responsabilidade;

VI - manter em ordem e em dia o arquivo dos documentos financeiros e dos contratos de serviços;

VII - controlar, mensalmente, as despesas executadas pela RBJID para custeio das atividades da Representação e do Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque;

VIII - providenciar e armazenar o estoque de material de consumo e de expediente;

IX - elaborar e tramitar as correspondências e documentos da RBJID;

X - preparar o relatório de prestação de contas mensal, para aprovação do Ordenador de Despesas e do Fiscal Administrativo e posterior encaminhamento ao Ministério da Defesa, no prazo previsto;

XI - coordenar as atividades de apoio a todo o pessoal da RBJID; e

XII - secretariar as reuniões da RBJID.

Parágrafo único. Ao Assessor Administrativo incumbe, além das atribuições estabelecidas no caput, exercer a função de Chefe da Seção de Administração.

Art. 17. Ao Chefe da Seção de Inteligência da RBJID incumbe:

I - controlar a distribuição e o processamento da documentação de inteligência;

II - providenciar a elaboração dos documentos de inteligência a serem encaminhados ao Ministério da Defesa;

III - organizar e supervisionar a segurança das instalações, do pessoal e da documentação sigilosa; e

IV - controlar os credenciamentos de segurança expedidos.

Art. 18. Ao Chefe da Seção de Pessoal da RBJID incumbe:

I - controlar as atividades relacionadas ao pessoal militar e civil da RBJID;

II - processar as demandas de pessoal militar e civil para atuação na Junta Interamericana de Defesa;

III - manter o registro do efetivo militar e civil em exercício na RBJID; e

IV - executar as atividades de relações públicas da RBJID, com o apoio de um dos Auxiliares Locais.

Art. 19. Ao Chefe da Seção de Logística da RBJID incumbe:

I - controlar a utilização dos veículos oficiais da RBJID;

II - supervisionar a tramitação e a expedição de correspondências e documentos da RBJID;

III - planejar e controlar, em coordenação com o Chefe da Seção de Administração, o estoque de material de consumo e bens patrimoniais da RBJID; e

IV - prover suporte logístico a todas as atividades desenvolvidas pela RBJID.

Art. 20. Ao Assessor Especial da RBJID incumbe:

I - assessorar o Chefe da RBJID nos assuntos de sua competência;

II - auxiliar na elaboração de atos internos e fazer a interlocução com o Ministério da Defesa quando necessário e a critério do Chefe da RBJID;

III- participar de reuniões e de comissões no âmbito da JID, a critério do Chefe da RBJID; e

IV - fornecer ao Chefe da RBJID todos os dados relativos às suas atividades.

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA MB/MD Nº 21, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Estabelece a denominação para os cargos de Comando e de Direção de Organizações Militares e demais Elementos Organizacionais da Marinha e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; art. 4º, inciso XIV do art. 26 e art. 29 do anexo I ao Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005; e em conformidade com o disposto no art. 4.2.9 do Volume I do anexo da Portaria Ministerial nº 0424/MM, de 17 de junho de 1994; e na Portaria Normativa nº 58/GM-MD, de 7 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Dentro da Estrutura Organizacional da Marinha, as denominações dos cargos de Comando e de Direção para os titulares das Organizações Militares (OM) abaixo discriminadas obedecerão aos seguintes critérios:

I - cargos de Comando, com título de Comandante:

a) Distritos Navais;

b)Forças, Divisões, Esquadrões, Flotilhas e Grupamentos;

c) Forças de Fuzileiros Navais, Divisões de Fuzileiros Navais, Tropas de Fuzileiros Navais, Grupamentos de Fuzileiros Navais, Batalhões de Fuzileiros Navais, Batalhões de Operações Ribeirinhas, Companhias de Fuzileiros Navais e Unidades de Fuzileiros Navais;

d) Navios; e

e) Unidades Aéreas;

II - cargos de Direção, com título de Comandante:

a) Bases Navais, Fluviais, Aéreas Navais, de Submarinos e de Hidrografia;

b) Bases de Fuzileiros Navais e Batalhão Naval;

c) Centro de Apoio a Sistemas Operativos;
d) Centro de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica da MB;
e) Centro de Educação Física "Almirante Adalberto Nunes";
f) Centro Integrado de Segurança Marítima;
g) Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais;
h) Centros de Instrução, de Adestramento e de Avaliação (somente para OM cujos Titulares sejam Oficiais do Corpo da Armada ou do Corpo de Fuzileiros Navais);
i) Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais;
j) Comando do Material de Fuzileiros Navais;
k) Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais;
l) Comando Naval de Operações Especiais;
m) Escola Naval e Colégio Naval;
n) Escolas de Aprendizes-Marinheiros;
o) Estações Navais;
p) Estações Rádio e Radiogoniométricas; e
q) Grupo Aéreo Naval de Manutenção;
III - cargos de Direção, com título de Diretor:
a) Agência Naval de Segurança Nuclear e Qualidade;
b) Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro;
c) Bases de Abastecimento;
d) Casa do Marinheiro;
e) Centros (exceto os citados no inciso II);
f) Depósitos;
g) Diretorias Especializadas;
h) Escolas e Institutos (exceto as citadas no inciso II);
i)Estabelecimentos Médico-Hospitalares, Laboratórios e Odontoclínicas;
j) Pagadorias;
k) Presídios;
l) Procuradoria Especial da Marinha; e
m) Serviços (exceto os de Sinalização Náutica e de Assistência Religiosa); e
IV - cargos de Direção, com títulos discriminados ao lado dos cargos:
a) Agente: Agências de Capitanias dos Portos e Fluviais;
b) Capitão dos Portos: Capitanias dos Portos e Capitanias Fluviais;
c) Chefe: Gabinete do Comandante da Marinha;
d) Delegado: Delegacias de Capitanias dos Portos e Fluviais;
e) Encarregado: Serviços de Sinalização Náutica;
f) Presidente: Comissões;
g) Representante: Representação Permanente do Brasil junto à Organização Marítima Internacional; e
h) Secretário: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e Comissão de Promoções de Oficiais.

Parágrafo único. Os Oficiais da Ativa, em cargo de Comando e de Direção de OM, conforme descrito neste artigo, farão jus ao cômputo de tempo de Comando/Direção e ao uso de distintivo.

Art. 2º Fica estabelecido que os cargos abaixo discriminados, pertencentes a Elementos Organizacionais não enquadrados como OM, serão equiparados a cargos de Direção, com títulos discriminados ao lado dos cargos:

I) Capelão-Chefe: Serviço de Assistência Religiosa da Marinha;

II) Chefe: Missões Navais (incluindo as de Assessoria e de Cooperação) e Estação Antártica;

III) Comandante: Comandante do Corpo de Aspirantes da Escola Naval;

IV) Diretor-Presidente: Empresa Gerencial de Projetos Navais e Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.;

V) Encarregado: Grupos (de fiscalização e recebimento de meios, de embarcações e de aeronaves), Escritórios e Núcleos; e

VI) Presidente: Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha e Tribunal Marítimo.

Parágrafo único. Os Oficiais da Ativa, ocupantes dos cargos previstos neste artigo, farão jus ao cômputo de tempo de Direção e uso de distintivo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 10 de junho de 2021.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 434/MB, de 24 de setembro de 2015, conforme consta do anexo da Portaria nº 285/MB, de 28 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 187, de 29 de setembro de 2020, Seção 1, Página 15.

ALMIR GARNIER SANTOS

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA DPC/DGN/MB Nº 16, DE 24 DE MAIO DE 2021

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Registro de Helideques instalados em Embarcações e em Plataformas Marítimas - NORMAM-27/DPC (Revisão nº 2 Modificação nº 3).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, em cumprimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º, da Lei nº 9.537 (LESTA), de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para Registro de Helideques instalados em Embarcações e em Plataformas Marítimas - (NORMAM-27/DPC - 2ª Revisão Modificação nº 2), que a esta acompanha, aprovadas pela Portaria nº 422/DPC, de 2 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 235, de 5 de dezembro de 2019. Esta modificação é denominada Revisão nº 2 Modificação nº 3.

Art. 2º Fica revogada a portaria nº 17, de 19 de janeiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 7 de junho de 2021.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

ANEXO

Anexo da Port. nº 16/2021, da DPC

NORMAM-27, denominada Revisão nº 2 Modificação nº 3.

FOLHA DE REGISTRO DE MODIFICAÇÕES

NÚMERO DA MODIFICAÇÃO	EXPEDIENTE QUE A DETERMINOU E RESPECTIVA DATA	PÁGINAS AFETADAS	DATA DA ALTERAÇÃO	RUBRICA
Rev 2	Portaria nº 294/DPC, de 17 de outubro de 2017	I II III IV V VI VII VIII IX X XI XII 1-1 1-2 1-3 1-4 1-5 1-6 1-7 1-8 1-9 2-1 2-2 2-3 3-1 3-2 3-3 3-4 4-1 4-2 4-3 5-1 5-2 5-3 5-4 5-5 6-1 6-2		

Anexo da Port. nº 16/2021, da DPC

NÚMERO DA MODIFICAÇÃO	EXPEDIENTE QUE A DETERMINOU E RESPECTIVA DATA	PÁGINAS AFETADAS	DATA DA ALTERAÇÃO	RUBRICA
		6-3 6-5 6-6 7-1 7-2 7-3 7-4 8-5 9-2 9-3 9-5 10-1 10-2 10-3 10-4 10-5 10-6 10-7 10-8 10-9 11-1 11-2 11-3 11-5 Cap 12 Cap 13 1-A-1 1-B-1 1-C-1 1-E-1 1-G-1 1-H-1 1-I-1 1-I-2 2-D-1 2-E-1 3-B-1 3-C-1 4-A-1 4-B-1 4-C-1		

Anexo da Port. nº 16/2021, da DPC

NÚMERO DA MODIFICAÇÃO	EXPEDIENTE QUE A DETERMINOU E RESPECTIVA DATA	PÁGINAS AFETADAS	DATA DA ALTERAÇÃO	RUBRICA
Rev 2 Mod 1	Portaria nº 394 , de 10 de dezembro de 2018	IV V VII IX X XI XII XIII XIV XV XVIII 1-1 1-3 1-4 1-5 1-7 1-8 1-9 1-10 2-1 2-2 2-3 2-4 3-1 3-2 3-3 3-4 4-3 4-4 5-1 5-2 5-3 5-4 6-2 6-3 6-4 6-5 6-6 7-1 7-2 7-3 8-3		

Anexo da Port. nº 16/2021, da DPC

NÚMERO DA MODIFICAÇÃO	EXPEDIENTE QUE A DETERMINOU E RESPECTIVA DATA	PÁGINAS AFETADAS	DATA DA ALTERAÇÃO	RUBRICA
		9-1 9-2 9-3 9-5 10-1 10-4 10-7 11-3 11-5 11-6 12-2 13-1 13-2 13-3 13-4 13-5 1-A-1 1-C-1 1-D-1 1-D-2 1-D-3 1-D-4 1-F-1 1-G-1 1-H-1 1-I-1 1-J-1 2-B-1 4-C-2 5-F-1 5-G-2 5-G-3 5-G-4 5-G-5 5-G-6 5-G-7 5-H-2 6-A-1		

Anexo da Port. nº 16/2021, da DPC

NÚMERO DA MODIFICAÇÃO	EXPEDIENTE QUE A DETERMINOU E RESPECTIVA DATA	PÁGINAS AFETADAS	DATA DA ALTERAÇÃO	RUBRICA
Rev 2 Mod 2	Portaria nº 422 , de 02 de dezembro de 2019	Capa X XV XVI 1-1 1-3 1-5 1-6 1-7 1-8 1-9 1-10 1-11 2-1 2-2 2-3 2-4 3-1 3-2 3-3 4-1 4-2 4-4 5-1 5-2 5-3 5-4 5-5 6-1 6-2 6-3 6-4 6-5 6-6 6-7 7-1 7-2 7-4 7-5 8-5 9-1 9-2 9-3		

Anexo da Port. nº 16/2021, da DPC

NÚMERO DA MODIFICAÇÃO	EXPEDIENTE QUE A DETERMINOU E RESPECTIVA DATA	PÁGINAS AFETADAS	DATA DA ALTERAÇÃO	RUBRICA
		9-4 9-5 9-6 10-7 10-8 11-4 11-5 12-1 12-2 1-A-1 1-B-1 1-C-1 1-D-2 1-E-1 1-F-1 1-F-2 1-G-1 1-H-1 1-I-1 1-J-1 1-J-2 1-L-1 1-M-1 2-B-1 3-A-1 3-B-1 4-E-1		

Anexo da Port. nº 16/2021, da DPC

NÚMERO DA MODIFICAÇÃO	EXPEDIENTE QUE A DETERMINOU E RESPECTIVA DATA	PÁGINAS AFETADAS	DATA DA ALTERAÇÃO	RUBRICA
Rev 2 Mod 3	Portaria nº 17, de 19 de janeiro de 2021	XVII XIX 1-7 1-8 1-9 1-10 1-11 2-2 2-3 2-4 3-2 3-3 3-5 4-1 5-1 6-3 6-4 6-5 6-6 6-7 7-1 7-2 7-4 8-1 9-3 12-1 12-2 13-5 1-D-3 1-E-1 1-F-1 1-H-1 1-I-1 1-J-1 1-J-2 2-D-1 3-C-1		

HISTÓRICO DA NORMAM-27

Documento	Assunto
Portomarinst nº 20-08, de 09 de maio de 1988.	Estabelece normas e procedimentos para construção, homologação, modificação, registro, vistoria e certificação de helipontos em Plataformas Marítimas e Navios mercantes. Val. 5 anos. MM-DPC e MAer-DAC.
Portomartec no20T8502-A, de 09 de maio de 1988.	Especificam os parâmetros a serem seguidos durante a construção, homologação, instalação, modificação de helipontos e operação de helicópteros em Plataformas Marítimas.
Capítulo-24	Portaria nº 005/97, de 15 de janeiro de1997. Construção, instalação, homologação e modificações de helipontos e operações de helicópteros em plataformas marítimas e em navios.
NORMAM-1	Aprovada pela Portaria no017/DPC, de 12 de maio de 1998. Criado o Cap 6 -Regularização de Helipontos.
NORMAM-1 Cap 6 Mod 1	Portaria nº 063/DPC, de setembro de 1998. Altera o tamanho da área de toque para ½ de B (pg 6-A-1). Inclui o limite da área de apro/dec (pg 6-A-2).
NORMAM-1 Cap 6 Mod 2	Fax nº 23149, de novembro de 1999. Altera o art 0603, item b, dispensando o Atestado de Inscrição Temporária para embarcação estrangeira. Altera o art 0630, item a, retirando a cor azul das luzes da AAFD.
NORMAM-1 Cap 6 Mod 3	Portariano009/DPC, de 11 de fevereiro de 2000. Aprova a seguinte NORMAM, edição 2000: A-NORMAM-01.
NORMAM-1 Cap 6 Mod 4	Portaria no039/DPC, de 19 de junho de 2000.
NORMAM-1 Cap 6 Mod 5	Portaria nº 099/DPC, de 16 de dezembro de 2003. Msg R-031230Z/NOV/2004 de AENAUT. Redução de um membro na EMCIA para embarcações de apoio marítimo.
NORMAM-1 Cap 6 Mod 6	Portaria nº 045/DPC, de 11 de maio de 2005.
NORMAM-1 Cap 6, 2005, Mod 7	Portaria nº 043/DPC, de 27 de março de 2007. Altera o Cap 6 e o Anexo 6-B.
NORMAM-1 Cap 6, 2005, Mod 8	Portaria nº 028/DPC, de 17 de março de 2008. Item 0613, alínea h, subalínea 2; alínea i; item 0618, alínea c, observações 1e 2; item 0620, alínea b, observação -alterar a dada de 31/03/2008 para 30/06/2009.
NORMAM-27, 2011	Portaria nº 172/DPC, de 08 de agosto de 2011. Cancela o Cap 6 da NORMAM-01 e cria a NORMAM-27.
NORMAM-27, 2011, Mod 1	Portaria nº 045/DPC, de 23 de março de 2012. Altera as luzes limites da AAFD de amarelas para verdes.
NORMAM-27, 2011, Mod 2	Portaria nº 186/DPC, de 09 de julho de 2013. Altera o item 0404 e inclui Anexo 4-F.
NORMAM-27, 2014, Rev 1	Portaria nº 281/DPC, de 18 de novembro de 2014. Aprova a Rev 1. Altera as páginas 1-1 a 1-8; 2-1 a 2-3; 3-1 a 3-5; 4-1 a 4-4; 5-1 a 5-5; 6-1 a 6-6; 7-1 a 7-4; 8-1 a 8-5;9-1 a 9-5 e inclui o Cap 10.
NORMAM-27, 2014, Rev 1 Mod 1	Portaria nº 334/DPC, de 27 de outubro de 2015. Altera as páginas: IV; V; 1-4; 1-5 a 1-7; 2-2; 2-3; 3-3; 3-4; 4-2; 4-3; 5-2; 6-1; 6-2; 6-5; 7-1 a 7-3; 8-4; 8-5; 10-5; 1-A-1; 1-B-1; 1-C-1; 1-D-2; 1-E-1; 1-G-1; 1-H-1; 1-I-1; 1-I-2; 1-J-1; 1-K-1; 1-K-2; 5-A-1; 5-C-1.
NORMAM-27, 2011, Mod 2	Portaria nº 186/DPC, de 09 de julho de 2013. Altera o item 0404 e inclui Anexo 4-F.
NORMAM-27, 2014, Rev 1 Mod 2	Portaria nº 414/DPC, de 20 de dezembro de 2016. Altera as páginas: III; IV; V; 1-3 a 1-8; 2-1 a 2-3; 3-1 a 3-3; 4-2 a 4-4; 5-1 a 5-5; 6-1; 6-2; 6-3; 6-5; 7-2 a 7-4; 8-4; 8-5; 9-2 a 9-4; 10-1; 1-A-1; 1-B-1; 1-C-1; 1-D-2; 1-D-3; 1-E-1; 1-F-1; 1-H-1; 1-I-1; 1-J-1; 1-L-1; 4-A-1; 4-G-1; 5-G-3; 5-G-4; 5-G-5; 5-G-6; 5-G-7 e inclui 11-1 a 11-5; 11-A-1.
NORMAM-27, 2017, Rev 2	Portaria no294/DPC, de 17 de outubro de 2017. Altera as páginas: I; II; III; IV; V; VI; VII; VIII; IX; X; XI; XII; 1-1; 1-2; 1-3; 1-4; 1-5; 1-6; 1-7; 1-8; 1-9; 2-1; 2-2; 2-3; 3-1; 3-2; 3-3; 3-4; 4-1; 4-2; 4-3; 5-1; 5-2; 5-3; 5-4; 5-5; 6-1; 6-2; 6-3; 6-5; 6-6; 7-1; 7-2; 7-3; 7-4; 8-5; 9-2; 9-3; 9-5; 10-1; 10-2; 10-3; 10-4; 10-5; 10-6; 10-7; 10-8; 10-9; 11-1; 11-2; 11-3; 11-5; Cap 12; Cap 13; 1-A-1; 1-B-1; 1-C-1; 1-E-1; 1-G-1; 1-H-1; 1-I-1; 1-I-2; 2-D-1; 2-E-1; 3-B-1; 3-C-1; 4-A-1; 4-B-1; 4-C-1; 5-A-1; 5-H-1; 5-H-2; 12-A-1; 12-B-1; 13-A-1; 13-B-1; 13-C-1 e 13-D-1.
NORMAM-27, 2018, Rev 2 Mod 1	Portaria no394/DPC, de 10 de dezembro de 2018. Altera as páginas: IV; V; VII; IX; X; XI; XII; XIII; XIV; XV; XVIII; 1-1; 1-3; 1-4; 1-5; 1-7; 1-8; 1-9; 1-10; 2-1; 2-2; 2-3; 2-4; 3-1; 3-2; 3-3; 3-4; 4-3; 4-4; 5-1; 5-2; 5-3; 5-4; 6-2; 6-3; 6-4; 6-5; 6-6; 7-1; 7-2; 7-3; 8-3; 9-1;9-2; 9-3; 9-5; 9-6; 10-1; 10-4; 10-7; 11-3; 11-5; 11-6; 12-2; 13-1; 13-2; 13-3; 13-4; 13-5; 1-A-1; 1-C-1; 1-D-1; 1-D-2; 1-D-3; 1-D-4; 1-F-1; 1-G-1; 1-H-1; 1-I-1; 1-J-1; 2-B-1; 4-C-2; 5-F-1; 5-G-2; 5-G-3; 5-G-4; 5-G-5; 5-G-6; 5-G-7; 5-H-2 e 6-A-1. DOU no238, de 12 de dezembro de 2018, seção 1, pg 14.
NORMAM-27, 2019, Rev 2 Mod 2	Portaria no422/DPC, de 02 de dezembro de 2019. Altera as páginas: capa, X, XV, XVI, 1-1, 1-3, 1-5, 1-6, 1-7, 1-8, 1-9, 1-10, 1-11, 2-1, 2-2, 2-3, 2-4, 3-1, 3-2, 3-3, 4-1, 4-2, 4-4, 5-1, 5-2, 5-3, 5-4, 5-5, 6-1, 6-2, 6-3, 6-4, 6-5, 6-6, 6-7, 7-1, 7-2, 7-4, 7-5, 8-5, 9-1, 9-2, 9-3, 9-4, 9-5, 9-6, 10-7, 10-8, 11-4, 11-5, 12-1, 12-2, 13-1, 1-A-1, 1-B-1,1-C-1, 1-D-2, 1-E-1, 1-F-1, 1-F-2, 1-G-1, 1-H-1, 1-I-1, 1-J-1, 1-J-2, 1-L-1, 1-M-1, 2-B-1, 3-A-1, 3-B-1 e 4-E-1. DOU no235, de 05 de dezembro de 2019, seção 1, pg 24.

Características de alguns helicópteros utilizados em operação offshore

Tipo	comprimento D (m)	valor D	diâmetro rotor (m)	peso máx decolagem (kg)	Valor dacarga máxima admissível (ton)
EC 135 T2+	12.20	12	10.20	2910	2.9
EC 155B1	14.30	14	12.60	4850	4.9
Sikorsky S76	16.00	16	13.40	5307	5.3
Agusta/Westland AW 139	16.63	17	13.80	6800	6.8
Agusta/Westland AW 189	17.60	18	14.60	8600	8.6
Airbus H175	18.06	18	14.80	7500	7.5
Super Puma AS332L	18.70	19	15.60	8599	8.6
Super Puma AS332L2	19.50	20	16.20	9300	9.3
EC 225 (H225)	19.50	20	16.20	11000	11.0
Sikorsky S92A	20.88	21	17.17	12565	12.6
Sikorsky S61N	22.20	22	18.90	9298	9.3
AW101	22.80	23	18.90	14600	14.6

Glossário de termos e abreviaturas

AAFD	Área de Aproximação Final e Decolagem
ACC	Centro de Controle de Área
AFFF	Espuma de formação de película aquosa (*Aqueous Film Foming Foam*)
AIS	Sala de Tráfego do aeródromo
AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
ALPH (HLO)	Agente de Lançamento e Pouso de Helicóptero (*Helicopter Landing Officer*)
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
Arfagem(Arf)	É o deslocamento vertical do centro do helideque
Velocidade de arfagem (VArf)	É a velocidade média do centro do helideque, quando este se desloca entre o máximo e o mínimo da maior oscilação vertical.
BIRUTA	Indicador de direção do vento
BOMBAV	Bombeiros de Aviação
CAA	Autoridade de Aviação Civil (*Civil Aviation Authority, UK*)
CAP	Certificado de Aprovação de Projeto
Categoria de Helideque	H1-D menor que 16m H2 -D entre 16 e 24m H3 -D maior que 24m
Classe de Helideque	Classe 1-compreende os helideques de plataformas semi-submersíveis; de FPSO; de unidades flutuantes de armazenamento (FSU); de cábreas e barcaças, semi-submersíveis ou não; de navios de produção; de navios-tanque convertidos e de outros navios de porte equivalente, com boas referências visuais Classe 2 -compreende os helideques de embarcações que oferecem boas referências visuais durante as operações de pouso e decolagem, normalmente instalados na popa ou a meia-nau Classe 3 -compreende os helideques de embarcações que oferecem poucas referências visuais durante as operações de pouso e decolagem, normalmente instalados na proa ou acima da superestrutura
CBAer	Código Brasileiro de Aeronáutica
CENIPA	Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
CFD	Dinâmica dos Fluidos Computacional
Chevron	Figura geométrica pintada na cor preta, na parte externa da faixa que define o Limite da AAFD, em forma de "V", onde seu vértice define a origem do SLO.
CHT	Certificados de habilitação técnica
CINDACTA	Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo
CMCTAP	Certificado de Manutenção das Condições Técnicas da Área de Pick-up
CMCTH	Certificado de Manutenção das Condições Técnicas de Helideque
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
D	Comprimento máximo do helicóptero
DECEA	Departamento de Controle do Espaço Aéreo
DOE	Dano por Objeto Estranho
DPC	Diretoria de Portos e Costas
EMCIA	Equipe de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação

EPI	Equipamento de proteção individual
EPTA	Estação Prestadora de Serviço de Telecomunicação e de Tráfego Aéreo Categoria A, C e M
FPSO	Unidade Estacionária de Produção, Armazenagem e Transferência
FRH	Ficha-Registro do Helideque
FSO	Unidade Estacionária de Armazenagem e Transferência
GRO	Gerenciamento de Risco Operacional
Hatch cover	Tampa do porão de carga
HCA	*Helideck Certification Agency*. A HCA é a agência de certificação que atua em nome dos operadores de helicópteros offshore do Reino Unido que fiscaliza e inspeciona todos os helidecks e helipontos a bordo de instalações e embarcações offshore que operam em águas do Reino Unido, segundo as normas estabelecidas no CAP 437
Helicóptero Categoria A	Aeronave de asa rotativa categoria transporte, multimotora, projetada com as características de isolamento de motores e sistemas especificados no RBAC 29, utiliza operações de decolagem e pouso pré-definidas que assegure uma área e capacidade de desempenho adequado para prosseguir o voo seguro na eventualidade de uma falha de um motor
Helicóptero Categoria B	Aeronave de asa rotativa categoria transporte, monomotora ou uma aeronave de asa rotativa multimotora que não atende totalmente aos padrões de categoria A, não possuindo capacidade assegurada de voar com falha de um motor e nas quais a probabilidade de pouso em local não pré-programado e adequado deve ser considerada
HLL	Lista de Limitações do Helideque (*Helideck Limitations List*) Publicado e distribuído pela HCA no UKCS ou outros organismos aceitos pela Autoridade Nacional em outros Estados europeus
HMS	Sistema de Monitoramento de Helideque (*Helideck Monitoring System*)
Hover	Voo pairado (librado) de helicóptero
ICA	Instrução do Comando da Aeronáutica
ICEA	Instituto de Controle do Espaço Aéreo
OACI (ICAO)	Organização Internacional da Aviação Civil (*International Civil Aviation Organization*)
ICS	Câmara Internacional de Navegação (*International Chamber of Shipping*)
IMC	Condições Meteorológicas de Voo por Instrumento (*Instrument Meteorological Conditions*)
IMCO	Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (Intergovernmental Maritime Consultative Organization)
IMO	Organização Marítima Internacional (*International Maritime Organization*)
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
Inclination	Inclinação (Inc)
L	Diâmetro do Helideque
LGE	Líquido gerador de espuma
LSA	Código Internacional de Dispositivos Salva-Vidas (*International Life-Saving Appliance Code*)
MCIA	Manobra e Combate a Incêndio de Aviação
MTOM	Carga Máxima de Decolagem (*Maximum Take Off Mass*)
NDB	Radiofarol não direcional (*Non-Directional Beacon*)
NS	Navio Sonda
Offloading	Operação de transferência de produto entre o navio armazenador e o navio aliviador
OR	Organização Reconhecida
Pitch	Caturro (C)
PEA	Plano de Emergência Aeronáutica
PRE	Plano de Resposta a Emergência com Aeronaves
PPI	Plano Pré-Investigação
Pull In	Manobra entre Unidades Marítimas para passagem de equipamentos ou fluidos
QAV-1	Querosene de aviação
RAR	Relatório de Análise de Risco
RBAC	Regulamento Brasileiro da Aviação Civil
RBC	Rede Brasileira de Calibração
RF	Resistente ao fogo
Roll	Balanço (B)
RVH	Relatório de Vistoria de Helideque
RPA	Aeronave Remotamente Pilotada
RPM	Radioperador em Plataforma Marítima
SGSA	Sistema de Gerenciamento de Segurança de Aviação
SGSO	Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional
SLO (OFS)	Setor Livre de Obstáculos (*Obstacle Free Sector*)
SOAL (LOS)	Setor de Obstáculos com Alturas Limitadas (*Limited Obstacle Sector*)
SOLAS	Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar
SS	Unidade Semi-Submersível
SPAR	Unidades de Calado Profundo
SWL	Carga de trabalho segura (*safe working loads*)
TLWP	Unidades de Pernas Tensionadas (*Tension Leg Wellhead Platform*)
Triagem de feridos - enquadramento das lesões	1) Categoria I -lesões na medula espinhal, grandes hemorragias, inalação severa de fumaça e gases, asfixia torácica, lesões cervico-maxilo-faciais, trauma craniano com coma e choque progressivo, fraturas expostas e múltiplas, queimaduras extensas, lesões por impacto e qualquer tipo de choque 2) Categoria II -trauma torácico não-asfixiante, fraturas simples, queimaduras limitadas, trauma craniano sem coma ou choque e lesões das partes macias 3) Categoria III -lesões menores
Trincaniz	-cada uma das peças de madeira ou ferro que correm ao longo do navio, ao pé dos embornais, e servem para escoar água Embornal -abertura no costado do navio, junto ao convés, para escoamento de água
Unidades Estacionárias	São embarcações operando em local fixo e determinado, efetuando perfuração, exploração, explotação, armazenamento e distribuição de petróleo e seus derivados, como, por exemplo, plataformas, FPSO, FSO, etc.
VMC	Condições Meteorológicas Visuais (*Visual Meteorological Condition*)

CAPÍTULO 1

REGISTROS E CERTIFICAÇÕES DE HELIDEQUES

0101 - PROPÓSITO Estabelecer instruções para certificação e registro de helideques localizados em embarcações ou plataformas marítimas operando nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).

0102 - ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE A Portaria Normativa Interministerial nº 1.422/MD/SAC-PR/2014 atribui responsabilidades à Marinha do Brasil para elaborar normas para o registro e a certificação de helideques em operação nas AJB.

0103 - LEGISLAÇÕES CORRELATAS

a) Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997 - Ordenação do Transporte Aquaviário;

b) Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 - Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional;

c) Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 - Normas Gerais para a Organização, o Preparo e o Emprego das Forças Armadas;

d) Anexo 3 da Convenção Internacional de Aviação Civil - Meteorological Service for International Air Navigation;

e) Anexo 14 da Convenção Internacional de Aviação Civil - Volume II;

f) CAP 437 - Offshore Helicopter Landing Areas - Guidance on Standards - UK Civil Aviation Authority;

g) ICA 63-10 - Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo;

h) ICA 63-25 - Preservação e reprodução de Dados de Revisualizações e Comunicações ATS;

i) ICA 66-27 - Manutenção e Calibração de Instrumentos e Equipamentos Meteorológicos de SISCEAB;

j) ICA 100-4 - Regras e Procedimentos Especiais de Tráfego Aéreo para Helicópteros;

k) ICA 100-12 - Regras do Ar;

l) ICA 100-37 - Serviços de Tráfego Aéreo;

m) Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar - SOLAS; e

n) Código para Construção e Equipamento para Plataformas Móveis de Perfuração - MODU Code.

0104 - DEFINIÇÕES

a) Área de Aproximação Final e Decolagem (AAFD) - é a área na qual a fase final da manobra de aproximação para voo pairado ou pouso é completada e na qual a manobra de decolagem é iniciada.

b) Área de toque - é a parte da AAFD, com dimensões definidas por uma faixa circular na cor amarela que contém o Sinal de Identificação "H", na qual é recomendado o toque do helicóptero ao pousar.

c) Agente de Lançamento e Pouso de Helicóptero (ALPH) - é o tripulante responsável pela coordenação das operações aéreas, pela prontificação do helideque e pela condução da Equipe de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (EMCIA).

d) Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) - compreendem as águas interiores e os espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos ou não vivos, encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho, para os fins de controle e fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional. Esses espaços marítimos compreendem a faixa de 200 (duzentas) milhas marítimas contadas a partir das linhas de base, acrescida das águas sobrejacentes à extensão da Plataforma Continental além das duzentas milhas marítimas, onde ela ocorrer.

e) Certificação - é o ato oficial mediante o qual a Diretoria de Portos e Costas (DPC) atesta que um helideque apresenta condições satisfatórias de segurança para realização de operações com helicópteros nas AJB.

f) Comprimento máximo do helicóptero (D) -"D" é o comprimento total do helicóptero, considerando as projeções máximas à vante e à ré das pás dos rotores ou extremidade mais de ré da estrutura.

g) DOE - é o acrônimo da expressão "Dano por Objeto Estranho". Refere-se a danos causados por objetos que possam ser aspirados pelos motores ou possam colidir com alguma aeronave. Designa, de modo geral, esses objetos.

h) Embarcação Offshore - é qualquer construção, inclusive as plataformas marítimas flutuantes e, quando rebocadas, as fixas, suscetível de se locomover na água, empregada diretamente nas atividades de prospecção, extração, produção e/ou armazenagem de petróleo e gás. Inclui as unidades Semi-Submersíveis, Auto-Elevaveis, Navios-Sonda, Unidades de Pernas Tensionadas (Tension Legs), Unida-des de Calado Profundo (Spar), Unidade Estacionária de Produção, Armazenagem e Transferência (FPSO) e Unidade Estacionária de Armazenagem e Transferência (FSO).

i) Equipe de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (EMCIA) - é a equipe responsável por guarnecer o helideque por ocasião de operações aéreas (embarque e desembarque de pessoal e material, abastecimento de aeronaves, combate a incêndio, primeiros socorros e transporte de feridos).

j) Exigência - é o não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Norma, constatados durante uma Vistoria Inicial, de Renovação ou Inopinada.

k) Exigência Impeditiva - são as exigências que comprometem diretamente a segurança das operações aéreas. Ocasionarão a interdição do helideque.

l) Exigência Não Impeditiva -são exigências que não comprometem diretamente a segurança das operações aéreas, mas que evidenciam algum descumprimento desta norma e poderão resultar em restrição à realização das operações aéreas.

m) Ficha-Registro do Helideque(FRH) -é o documento oficial no qual o Afretador/Armador descreve as características gerais dos helideques das embarcações e plataformas marítimas.

n) Helideque - é um heliponto situado em uma estrutura sobre água, fixa ou flutuante. É também chamado de heliponto offshore.

o) Helideque Adaptado - é uma área de pouso adaptada, localizada a meia-nau, sobre a tampa do porão de carga (hatch cover), de Navios de Carga Geral ou Graneleiros, ou na lateral do convés principal de outros tipos de navios. Diferencia-se do helideque pela ausência de uma estrutura construída para possibilitar os pousos e decolagens de helicópteros em situações rotineiras, sendo a sua utilização limitada ao embarque e desembarque de agentes públicos/práticos e remoção de pessoas feridas ou doentes para locais onde possam receber assistência médica adequada.

p) Registro - é o ato oficial mediante o qual a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) autoriza a abertura de um helideque privado ao tráfego aéreo, para a realização de operações com helicópteros.

q) Interdição - é o ato oficial mediante o qual a ANAC promulga a interrupção das operações aéreas, definitiva ou temporariamente, em um determinado helideque.

r) Diâmetro do Helideque (L) - é o diâmetro do maior círculo imaginário que couber na AAFD.

s) Navio Mercante - para fins desta norma é o navio de bandeira, nacional ou estrangeiro, empregado no transporte de carga, atividades de prospecção, extração, produção, armazenagem de petróleo e gás ou transporte de passageiro nas AJB, com finalidade comercial.

t) Patrulha do DOE - é a inspeção diária realizada na AAFD, antes das operações aéreas, para limpá-la de objetos e detritos que possam causar dano à aeronave.

u) Plataforma Desabitada - é uma plataforma marítima fixa, operada remotamente, dotada de helideque, com instalações habitáveis para pernoite de, no máximo, cinco pessoas.

v) Plataforma Marítima Fixa - construção instalada de forma permanente no mar ou em águas interiores, destinada às atividades relacionadas à prospecção e extração de petróleo e gás. Não é considerada uma embarcação.

w) Plataforma Marítima Móvel - denominação genérica das embarcações empregadas diretamente nas atividades de prospecção, extração, produção e/ou armazenagem de petróleo e gás. Incluem as unidades Semi-Submersíveis, Auto-Eleváveis, Navios Sonda, Unidades de Pernas Tensionadas (Tension Leg),Unidades de Calado Profundo (Spar),Unidade Estacionária de Produção, Armazenagem e Transferência (FPSO) e Unidade Estacionária de Armazenagem e Transferência (FSU).

x) Ponto de Referência - é o ponto localizado na linha periférica da AAFD, escolhido criteriosamente com base nas estruturas existentes nas proximidades do helideque, que serve de referência para definir o Setor Livre de Obstáculos (SLO) e de Obstáculos com Alturas Limitadas (SOAL).

y) Requerente - é o Armador brasileiro, a Empresa Brasileira de Navegação, o afretador, o operador ou o seu preposto, com representação no país, que solicita serviços de regularização de helideque.

z) Setor Livre de Obstáculos (SLO) - é um setor de, no mínimo, 210°, onde não é permitida a existência de obstáculos acima de 0,25m em relação ao plano do helideque.

aa) Setor de Obstáculos com Alturas Limitadas (SOAL) - é um setor de 150º, adjacente ao SLO, onde são permitidos obstáculos com alturas limitadas em relação ao nível do helideque.

bb) Sinal de Identificação "H" - a letra "H" é o sinal de identificação de um helideque instalado em embarcação/plataforma marítima. O alinhamento longitudinal com o "H" indica a trajetória para a aeronave com maior separação dos obstáculos delimitados pelo SOAL, para um pouso dentro dos limites daárea de toque, ou seja, é a aproximação mais segura devendo ser considerada a trajetória de aproximação preferencial.

cc) Relatório de Vistoria de Helideque (RVH) - é o documento por intermédio do qual a Diretoria de Portos e Costas (DPC) exara parecer técnico quanto às condições para realização de operações aéreas em um determinado helideque, dando início ao processo de homologação ou de interdição definidos por esta norma, cujo modelo consta do Anexo 1-D.

dd) Vistoria - é a ação oficial mediante a qual os peritos qualificados pela DPC inspecionam, in loco, determinados helideques, verificando se suas instalações, equipamentos, pessoal e material atendem aos requisitos mínimos estabelecidos nesta norma, de modo a assegurar a existência de condições satisfatórias para a condução de operações com helicópteros nas AJB em segurança.

ee) Aeronave Remotamente Pilotada (RPA) - aeronave projetada para operar sem piloto a bordo e que não seja utilizada para fins meramente recreativos. Nesta definição, incluem-se todos os aviões, helicópteros e dirigíveis controláveis nos três eixos, excluindo-se, portanto, os balões tradicionais e os aeromodelos.

ff) Organização Reconhecida (OR) - Entidade Especializada autorizada para atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira na regularização e controle de embarcações nos aspectos relativos à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana e à prevenção da poluição ambiental. Atuam nas condições específicas de cada reconhecimento (NORMAM-06/DPC).

gg) Risco - é a avaliação das consequências de um perigo ou ameaça, expresso em termos de probabilidade e severidade, tomando como referência a pior condição possível.

Exemplo:

Um vento cruzado de 45 nós no helideque é um perigo. Um piloto não controlar a aeronave durante a decolagem ou o pouso é uma das consequências desse perigo.

A avaliação das consequências da possibilidade de que o piloto não consiga controlar a aeronave, em termos de probabilidade e severidade, é o risco.

a) Gerenciamento do Risco - é a identificação, análise e eliminação, e/ou mitigação de um perigo ou ameaça que afete a capacidade operacional de uma organização. O processo tem por propósito reduzir a possibilidade da ocorrência e suas consequências a um nível aceitável, contando com a alocação equilibrada de recursos para enfrentar, controlar e diminuir seus efeitos a um nível aceitável, defensável e fácil de explicar.

b) Safety Case-pode ser entendido como sendo um estudo de caso de segurança composto de um ou mais Relatório de Análise de Risco (RAR), estruturados em argumentos apoiados por evidências e destinados a justificar que um sistema é aceitável no que tange a segurança das operações perpetradas em um determinado ambiente operacional.

Para efeito desta norma, Safety Casepodeser considerado como o documento composto de um ou mais RAR, conforme a necessidade apresentada.

c) Plano de Emergência Aeronáutica (PEA) ou Plano de Resposta a Emergência com Aeronaves (PRE) - é o documento que estabelece os procedimentos a serem seguidos pelos setores envolvidos e que define a participação da unidade nas diversas situações de emergências aeronáuticas.

0105 - AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA, VISTORIAS E INSPEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

a) Autorização Provisória - tem a finalidade de atender às necessidades imediatas de operação. A DPC poderá recomendar a emissão de uma Autorização Provisória para a realização de operações aéreas em um determinado helideque que venha a ingressar nas AJB, desde que esteja em operação no estrangeiro.

A solicitação de emissão de Autorização Provisória deverá ser requerida utilizando-se o modelo do Anexo 1-A, e anteceder de, no mínimo, 20 (vinte) dias da data desejada pelo requerente para o início das operações aéreas. Ao requerimento de solicitação, deverão ser anexados a FRH (Anexo 1-B) e os demais documentos nela previstos, que correspondam à situação atual do helideque.

A concessão de Autorização Provisória observará os seguintes aspectos:

1) Será necessário que o helideque já possua homologação com prazo de validade em vigor, emitida por órgão oficial de aviação civil estrangeiro ou por entidade que possua delegação de competência de tal órgão;

2) Caso a documentação apresentada seja avaliada como satisfatória, a DPC solicitará à ANAC a abertura do helideque ao tráfego aéreo para a realização de operações de pousos e decolagens por um período de até 30 (trinta) dias, corridos ou até o vencimento da homologação estrangeira em vigor, o que ocorrer primeiro, prorrogáveis por um único período de até 30 (trinta) dias, a critério da DPC. Somente poderá ser concedida uma Autorização Provisória, para um mesmo helideque a cada período de 3 (três) anos; e

3) Dentro do prazo de vigência da Autorização Provisória o helideque deverá ser adequado à presente norma e ser realizado o processo de vistoria, certificação e homologação aqui estabelecido.

4) Se a embarcação, mesmo com a homologação estrangeira válida, infringir alguma exigência impeditiva desta norma, não será concedida a autorização provisória.

5) As embarcações que tiverem sua portaria de homologação cancelada por descumprimento do item 0106 ou do processo da Estação Prestadora de Serviço de Telecomunicação e de Tráfego Aéreo (EPTA) não poderão solicitar nova autorização provisória.

b) Vistoria Inicial e de Renovação - para iniciar a condução de operações aéreas nas AJB os helideques deverão ser submetidos à Vistoria Inicial, para sua certificação e registro, os quais serão válidos por 3 (três) anos, podendo ser renovados antes do término do prazo de registro.

1) Os parâmetros técnicos estabelecidos para a autorização da realização de operações aéreas nos helideques serão avaliados por uma Comitiva de Vistoriadores, cuja constituição será determinada pela DPC;

2) Ao requerente cabe solicitar a Vistoria Inicial por meio do Anexo 1-C. A data do protocolo de entrada do requerimento na Secretaria da DPC deverá anteceder de, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias da data desejada pelo requerente para a realização da vistoria;

3) Após o término da validade da portaria de registro inicial, os helideques deverão ser submetidos às Vistorias de Renovação;

4) As Vistorias de Renovação deverão ocorrer em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência da Portaria de Registro, a fim de que seja verificada a manutenção das condições técnicas do helideque e renovadas a sua certificação e registro;

5) A solicitação de Vistoria de Renovação deverá ser feita por meio do Anexo 1-C. O requerente deverá apresentar sua solicitação com antecedência mínima de 50 (cinquenta) dias em relação à data de vencimento da portaria;

6) No caso de Vistoria Inicial ou de Renovação, deverão ser anexados ao requerimento os documentos previstos no Anexo 1-C. A FRH deverá ser preenchida com todos os dados atuais do helideque. A partir do início do processo de registro, quando houver qualquer alteração das informações contidas na última ficha entregue à DPC, o requerente deverá atualizá-la e encaminhá-la corretamente preenchida;

7) Com o objetivo de atender às embarcações recém-construídas no Brasil ou no exterior, poderá ser realizada uma Vistoria Inicial, fora de área de operação, caso seja considerado aceitável e exequível pelaDPC. Para tanto, a embarcação deverá dispor de uma aeronave para pouso no helideque, ou ser colocado um peso equivalente a metade da tonelagem do mais pesado helicóptero que ele suportará, e deverão ser encaminhados à DPC, caso não sejam apresentados "in loco", cópia dos certificados de habilitação do ALPH, dos Bombeiros de Aviação (BOMBAV), do Radioperador de Plataforma Marítima (RPM), da tripulação da embarcação de resgate e o comprovante de recebimento do processo de homologação da EPTA no Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA) responsável pela área de operação. Somente serão certificados os helideques aprovados nas verificações finais realizadas durante o primeiro pouso de aeronave com os peritos da DPC, em AJB; e

8)Após a Vistoria Inicial ou de Renovação será emitido o RVH (Anexo 1-D), com cópia para o requerente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

c) Vistoria para Retirada de Exigência - é utilizada para a verificação do cumprimento de exigência constatada durante uma vistoria Inicial, de Renovação ou de Inspeção de Fiscalização. Será agendada mediante solicitação do Armador/Operador ou seu representante legal. O requerente deverá comunicar o cumprimento da exigência à DPC por meio do documento "Informação do Cumprimento de Exigência" (Anexo 1-E). A comunicação deverá ser feita com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência em relação ao vencimento do prazo estipulado para a retirada da exigência. O não cumprimento deste prazo resultará no cancelamento da Portaria de Registro. Será considerada como data da comunicação do cumprimento da exigência a do protocolo de recebimento do documento "Informação do Cumprimento de Exigência" pela Secretaria da DPC.

Estas Normas estabelecem uma lista de exigências impeditivas e as definem, genericamente, como aquelas cuja gravidade comprometa, de imediato, as condições mínimas para a realização de operações aéreas com segurança. A relação de Exigências Impeditivas, Anexo 1-F, não é taxativa e será dinâmica, sofrendo atualizações constantemente, em função do acúmulo de experiência dos vistoriadores, bem como da evolução dos recursos tecnológicos e dos procedimentos operacionais.

Após a Vistoria para a Retirada de Exigência será emitido o RVH (Anexo 1-D), com cópia para o requerente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

d) Inspeção de Fiscalização - a DPC poderá realizar perícias, sem aviso prévio, em qualquer época, denominadas Inspeções de Fiscalização, para verificar a manutenção das condições técnicas do helideque.

1) Após a Inspeção de Fiscalização será emitido o RVH (Anexo 1-D), com cópia para o requerente;

2) Para a retirada de exigências deverão ser adotados os procedimentos previstos na alínea canterior;

3) Caso seja identificada exigência relativa ao projeto da plataforma ou do navio que não tenha sido observada por ocasião da Vistoria Inicial ou da Vistoria de Renovação anterior, será feita observação no RVH determinando o cumprimento da exigência até a próxima vistoria programada para o helideque; e

4) As Vistorias de Inspeções de Fiscalização não serão consideradas para extensão

do prazo de validade da Portaria de Registro do helideque.

e) Vistoria de Alteração de Parâmetro - no caso de necessidade de alteração de parâmetros, o requerente deverá solicitá-la à DPC, mediante o preenchimento do Requerimento para Alteração de Parâmetro do Helideque (Anexo 1-G), ao qual deverão ser anexados os documentos nele citados, a solicitação deve anteceder de, no mínimo, 20 (vinte) dias da data desejada pelo requerente para a alteração.

1) Caso a DPC considere que as alterações não implicam em mudanças substanciais nas características do helideque, solicitará à ANAC a emissão da Portaria de Registro contendoas alterações solicitadas, cujo prazo de validade deverá ser o mesmo da Portaria de Registro anterior;

2) Caso a DPC identifique que as alterações solicitadas implicam na necessidade de realizar uma vistoria in loco, deverá notificar o requerente;

3) A realização da Vistoria para Verificação de Alteração de Parâmetro não implicará alteração no prazo de validade da Portaria de Homologação anterior; e

4) Após a Vistoria de Alteração de Parâmetro será enviado o RVH ao requerente.

Observação: Deverá ser cumprida a lei nº13.726, de 08 de outubro de 2018.

0106 - SAÍDA E REGRESSO DE AJB DE EMBARCAÇÃO COM HELIDEQUE REGISTRADO

O Armador/Operador, ou seu representante legal, deverá informar à DPC a saída de toda embarcação ou plataforma das AJB, caso contrário, a embarcação ou plataforma terá o seu registro cancelado.

Caso a embarcação ou plataforma, que possua Portaria de Registro emitida pela ANAC, ausente-se das AJB e regresse posteriormente com a mesma ainda dentro da validade, ela não perderá a sua efetividade. Entretanto, o Armador/Operador deverá encaminhar à DPC, um Certificado de Manutenção das Condições Técnicas de Helideque, conforme o modelo do Anexo 1-H.

0107 -DESPESAS SOB A RESPONSABILIDADE DO REQUERENTE

Compete ao requerente arcar com os custos de indenização para registro e certificação do helideque, bem como com as despesas logísticas com transporte aéreo, terrestre nos deslocamentos urbanos, alimentação e hospedagem da Comitiva de Vistoriadores. No caso de alguma vistoria ser realizada no exterior, além dos custos relativos ao transporte, à estadia e à alimentação, as diárias devidas aos Vistoriadores serão de responsabilidade do requerente. Os valores referentes às diárias serão os adotados pela MB para o posto/graduação de cada Vistoriador; e o transporte e a hospedagem deverão ser condizentes com o nível de Oficial Superior.

Os valores das indenizações cuja guia de pagamento constante no Anexo 1-Ideverá ser solicitada à DPC.

0108 -CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS VISTORIAS

Para efeito de planejamento deverão ser considerados os seguintes aspectos:

a) As vistorias serão realizadas no local de operação ou onde possam ser testados todos os sistemas e equipamentos da plataforma ou da embarcação relacionados à operação do helideque, nas condições de operação normais em que o mesmo será empregado.

b) As vistorias serão realizadas no período diurno. Por ocasião da solicitação da vistoria o requerente receberá da DPC uma proposta de logística, com a programação, a fim de ser apreciada.

c) Os vistoriadores deverão ser transportados ao helideque por helicóptero multimotor que atenda aos requisitos de operação offshore, que possua os equipamentos Helicopters Operation Monitoring Program(HOMP -sistema que, padro-niza as operações e identifica previamente qualquer problema na qualidade das operações), Health and Usage Monitoring Systems(HUMS -sistema de monitoramento que utiliza técnicas de coleta e análise de dados para ajudar a garantir a disponibilidade, confiabilidade e segurança das aeronaves), Blue Sky (sistema via satélite que monitora informações diversas da aeronave) e o Traffic Alert and Collision Avoidance System (TCAS -sistema de prevenção de colisão e alerta de tráfego), ou similares, e a sua tripulação deverá estar apta a voar sob condições meteorológicas de voo por instrumento (IMC). O helicóptero será destinado exclusivamente para atender à realização da vistoria e ficará no helideque, cortado e à disposição da Comitiva de Vistoriadores, durante a sua realização. Deverá ser disponibilizado um ponto de comunicação (3ºfone -"rabicho") no helicóptero, para que um vistoriador possa verificar os procedimentos de comunicação rádio dos pilotos e da unidade a ser vistoriada; e

d) No decorrer da vistoria o helideque ficará interditado e à disposição da Comissão de Vistoriadores, devendo a embarcação disponibilizar todos os recursos necessários para atender a sua realização.

0109 -PROCESSO DE REGISTRO

a) Certificação - a Certificação de Helideque (Anexo 1-J) será emitida pela DPC, com a validade contando a partir da data de realização da Vistoria Inicial ou de Renovação.

Havendo Exigência Não Impeditiva por ocasião das Vistorias, a DPC solicitará à ANAC a abertura do helideque para a realização de operações aéreas. Após a verificação do cumprimento das exigências, a DPC emitirá o RVH final do Helideque, contando o prazo de certificação a partir da data da vistoria. O helideque poderá operar pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por um único período de até 30 (trinta) dias, a critério da DPC. Terminado este prazo sem que a exigência tenha sido cumprida pelo armador e verificada pela DPC, será solicitado à ANAC o cancelamento da Portaria de Registro. Após o cancelamento da Portaria de Registro, deverá ser realizada uma nova Vistoria Inicial para que a embarcação/plataforma seja novamente autorizada a operar o helideque.

Havendo Exigência Impeditiva, a DPC solicitará à ANAC a interdição do helideque, em conformidade com o procedimento previsto na alínea c abaixo.

A Certificação de Helideque terá validade de 3 (três) anos, podendo ser renovada indefinidamente por iguais períodos mediante realização de Vistorias de Renovação com resultado satisfatório.

A DPC encaminhará a Certificação de Helideque para a ANAC, a fim de subsidiar a emissão da Portaria de Registro. Será encaminhada cópia do RVH para o requerente.

A DPC poderá cancelar a Certificação, a qualquer momento, caso tome conhecimento de que os parâmetros técnicos ou que as condições da plataforma ou da embarcação comprometam a realização de operações aéreas de pouso e decolagem com segurança.

b) Registro - ocorrerá mediante o encaminhamento, pela DPC, da Certificação de Helideque juntamente com a respectiva FRH para ANAC.

A ANAC é responsável pela expedição da Portaria de Registro e a sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

A Portaria de Registro terá validade de 3 (três) anos, devendo seu término coincidir com a data de validade da Certificação de Helideque expedida pela DPC.

Obervação: A ANAC sempre emitirá a Portaria de Registro com o seu prazo máximo. Se o helideque da embarcação/plataforma contiver exigências não impeditivas, estas serão listadas no RVH com os seus prazos de execução. Caso as mesmas não sejam cumpridas no respectivo prazo, a DPC solicitará à ANAC o cancelamento da Portaria (Anexo 1-J).

c) Notificação de Interdição e Desinterdição de Helideque -Caso seja verificado a existência de Exigência Impeditiva, será emitida a Notificação de Interdição de Helideque para pouso de helicópteros, sendo assinada pelos Vistoriadores e pelo responsável pela embarcação/helideque, conforme previsto no Anexo 1-K. Após a Vistoria para Retirada de Exigência, constatada a correção da(s) Exigência(s) Impeditiva(s), o representante da Autoridade Marítima emitirá a Notificação de Desinterdição do Helideque, Anexo 1-K,e solicitará à ANAC a abertura/reabertura do helideque para o tráfego aéreo. As notificações serão emitidas em 3 (três) vias, ficando a original com o responsável da Embarcação/Plataforma, uma cópia com a equipe de vistoria e uma cópia será entregue na Sala de Tráfego (AIS) do aeródromo correspondente.

0110 -CERTIFICADO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS (CMCTH)

Caso a embarcação ou plataforma, que possua Portaria de Registro emitida pela ANAC, ausente-se das AJB e regresse posteriormente com a mesma ainda dentro da validade o CMCTH deverá ser encaminhado à DPC, conforme o Anexo 1-H, assinado pelo responsável pelo helideque, até 20 (vinte) dias antes da data de vencimento. Deverá ser encaminhado, juntamente com o Certificado do Coeficiente de Atrito, quando aplicável.

A não apresentação desse documento, dentro do prazo previsto, cancelará automaticamente a validade da Certificação do Helideque, acarretando a revogação da portaria de registro.

Caberá à DPC solicitar à ANAC a interdição do helideque e o cancelamento da Portaria de Registro. Neste caso, para que o helideque possa retomar à realização das operações aéreas, deverá ser submetido a uma nova Vistoria Inicial.

0111 - EMBARCAÇÕES DE ESPORTE E RECREIO COM HELIDEQUE

A DPC não certifica helideques instalados em embarcação de esporte e recreio. Para esses casos, devem ser cumpridos os procedimentos da ANAC.

0112 - COMUNICAÇÃO ENTRE EMBARCAÇÃO/PLATAFORMA X AERONAVE

Se não houver uma frequência aeronáutica alocada pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), por meio do Certificado de Aprovação de Projeto (CAP), para um determinado helideque, por questões de segurança, as comunicações essenciais entre o helicóptero e a unidade marítima deverão trafegar pelo VHF marítimo, até a homologação da respectiva Estação Prestadora de Serviço de Telecomunicação e de Tráfego Aéreo (EPTA).

A utilização de frequências não homologadas na faixa aeronáutica é crime, conforme previsto no art. 183, da lei nº9.472, de 16 de julho de 1997.

0113 -AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA (RPA)

As aeronaves remotamente pilotadas, que compreendem os sistemas de aeronaves remotamente pilotadas e aeronaves totalmente autônomas, se enquadram na definição de "aeronave" presente no Código Brasileiro de Aeronáutica -CBAer (Lei 7.565/1986) e, portanto, são objeto de regulação e fiscalização da ANAC, no caso de operações civis.

A autorização da ANAC é condição necessária, mas não suficiente para a operação de sistemas de aeronaves civis remotamente pilotadas no Brasil. Também é preciso que o operador obtenha autorização do DECEA e verifique junto à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) se a sua frequência de controle é segura.

As competências da ANAC e do DECEA são complementares e, portanto, ambas as autorizações são necessárias para a operação de aeronaves civis remotamente pilotadas no Brasil.

As embarcações/plataformas que desejam utilizar o RPA deverão seguir as normas e regulamentos da ANAC, do DECEA e da ANATEL.

Não é permitida a sua utilização em embarcações/plataformas que tenham helideques, simultaneamente com as operações de pouso e decolagem de helicópteros, exceção se daria nos casos de emprego de RPA em área interna das embarcações/plataformas, como tanques, reservatórios e espaços confinados, ou para inspeções estruturais, em caráter excepcional, que envolvam aspectos de segurança das mesmas, quando deve haver uma coordenação com a tripulação do helicóptero e sem possibilidade de interferência mútua.

O descumprimento dessa regra está passível de autuação por parte da Autoridade competente.

0114 - CUMPRIMENTO DE REQUISITOS

A DPC manterá atualizada, no seu sítio eletrônico (www.marinha.mil.br/dpc), uma tabela de prazos para o cumprimento de requisitos e de exceções; a Autoridade Marítima recomenda a consulta e o conhecimento prévio, pelos operadores de helicópteros e das embarcações, das exceções e prazos desta tabela, especialmente quando operando em áreas com difícil acesso à internet.

Caso a embarcação/plataforma, após a homologação de seu helideque, infrinja algum requisito dessa norma, receberá uma comunicação (Anexo 1-L) e informará seu cumprimento à DPC, caso contrário poderá ter as operações aéreas suspensas, definitiva ou temporariamente.

0115 - TRANSPORTE DE ARTIGOS PERIGOSOS

Deverá ser cumprida a RBAC nº 175 (Transporte de Artigos Perigosos em Aeronaves Civis).

Para garantir que nenhum artigo perigoso será embarcado nas aeronaves, cumprir os procedimentos previstos no RBAC nº107 (Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita -Operador de Aeródromo) quanto à inspeção de pessoas, bagagens e cargas, bem como habilitar o pessoal para essa atividade de acordo com o previsto no próprio RBAC nº107, complementado com o RBAC nº110 (Programa Nacional de Instrução em Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita -PNIAVSEC) .

0116 - RISCO DE FAUNA

Deverá ser cumprido o PCA 3-3/2018 (Plano Básico de Gerenciamento de Risco de Fauna - PBGRF) do Comando da Aeronáutica.

As Unidades Estacionárias devem apresentar o citado plano, quando houver uma rota migratória, devendo informar às tripulações das aeronaves a existência de pássaros no entorno da embarcação quando em operações aéreas.

0117 - EMBARCAÇÕES COM HELIDEQUE NÃO REGISTRADO

As embarcações, que operarão em AJB, que possuem helideques, mas não desejam registrá-lo devem:

- nas perícias e inspeções, apresentar ao Inspetor Naval uma declaração que não utilizarão seu helideque, Anexo 1-M; e

- colocar a sinalização de helideque interditado, item 0504, subitem g desta norma.

0118 - DOCUMENTOS

Todos os documentos deverão ser encaminhados à DPC em meio eletrônico, utilizando o formato PDF (Adobe Reader).

As plantas do helideque, na escala 1:100, além do formato eletrônico também deverão ser encaminhadas por meio impresso.

Os documentos originais deverão ser mantidos arquivados pelo interessado até a finalização do processo para possível consulta.

0119 - CASOS NÃO PREVISTOS

Os casos não previstos na presente norma deverão ser encaminhados à DPC, a fim de serem analisados.

CAPÍTULO 2

PROJETO DO HELIDEQUE

0201 - REQUISITOS FUNDAMENTAIS

Para projetar a estrutura de um helideque, o engenheiro necessita como ponto de partida, definir a sua localização, as dimensões e o peso do maior e mais pesado helicóptero que a estrutura deverá ser capaz de suportar. Para definir esses requisitos fundamentais o engenheiro poderá, como dado de projeto:

a) adotar as dimensões e o peso do maior e mais pesado helicóptero conhecido que poderá operar naquele helideque; ou

b) assumir dimensões para a AAFD e resistência do piso que permitam a operação no helideque de helicópteros, conhecidos ou não, com dimensões e peso inferiores ou, no máximo, iguais às assumidas.

0202 - LOCALIZAÇÃO

a) a localização de um helideque em plataformas marítimas fixas, em navios mercantes e em embarcações empregadas em operações offshore é quase sempre uma solução de compromisso entre as diferentes exigências básicas do projeto, tais como a limitação de espaço e a necessidade de desempenhar diversas funções. A localização do helideque deve ser cuidadosamente escolhida de modo a atender a essas diferentes necessidades;

b) a AAFD deve estar posicionada, em relação às demais estruturas, de tal forma que exista um setor livre de obstáculos abaixo do nível do helideque, fora do setor de gradiente negativo, que permita uma aeronave aproximar-se e decolar ou arremeter com segurança, mesmo que apresente perda de potência dos motores;

c) a AAFD deve também ser localizada de forma a minimizar a ocorrência de turbulência sobre o helideque, originada pelo escoamento do vento nas estruturas da instalação; para os novos projetos de construção, iniciados a partir de 2018, as embarcações/plataformas devem possuir um estudo do ambiente eólico sobre o helideque em que os helicópteros deverão operar cujos critérios encontram-se no documento do item 0103, alínea f;

d) não devem existir, sobre o helideque, gases da combustão de queimadores ou de outros equipamentos que possam despejar gases quentes que alterem os parâmetros ambientais para os quais o voo foi planejado. Aumentos repentinos na temperatura ambiente podem causar diminuição de desempenho do motor e da eficácia do rotor em um estágio crítico da operação do helicóptero. Os projetistas devem, portanto, tomar muito cuidado com a localização e com a elevação das descargas de gases em relação à AAFD;as embarcações/plataformas devem realizar testes em túnel de vento ou de Dinâmica dos Fluidos Computacional (CFD) do helideque para determinar os parâmetros eólicos para o pouso e decolagens de aeronaves;

Observação: em projetos anteriores a 2018, a DPC poderá solicitar a realização do estudo acima, quando houver histórico de formação de turbulência no helideque.

e) o projeto deve prever a instalação de diversos sensores de condições ambientais na área do helideque de forma a disponibilizar aos pilotos um retrato tão fiel quanto possível das condições reinantes na AAFD. Sensores de movimento devem ser posicionados no piso do helideque. Caso não seja possível, os valores apresentados de caturro (pitch), balanço (roll,) arfagem (heave), velocidade de arfagem (heave rate) e inclinação (inclination) devem ser corrigidos para a altura e a posição do helideque, enquanto termômetros e sensores de vento devem ser instalados, mandatoriamente, próximos ao helideque;

f) nos casos em que nem todos os parâmetros estabelecidos nesta norma para o projeto do helideque possam ser plenamente satisfeitos, poderá ser necessário impor restrições às operações de helicópteros;

g) a área de toque deverá estar no centro da AAFD; e

h) deverá se evitar colocar a embarcação de resgate sob ou próximo da projeção para baixo do helideque, para que não seja danificada, em caso de acidente.

0203 - DIMENSÕES

Os helideques serão classificados em função do comprimento "D" do maior helicóptero que poderá operar em cada instalação nas categorias (H) definidas no artigo 0302, desta Norma.

0204 - SEGURANÇA

a) Tela de proteção - as telas de proteção devem ser instaladas ao redor da área do helideque, de acordo com o contido no Anexo 2-A, exceto quando existir proteção estrutural que venha prover segurança suficiente ao pessoal envolvido nas operações aéreas. A tela deve ser constituída por material flexível e resistente ao fogo.

1) a tela de proteção deve ter uma largura mínima de 1,5m, no plano horizontal, a partir da borda externa do helideque, podendo incluir a calha de drenagem;

2) a malha da tela de proteção deverá possuir dimensões de, no máximo, 0,10m x 0,10m;

3) o espaçamento entre as telas e a borda do helideque, e entre as seções das mesmas não deverá exceder 0,10m. Caso as características de construção impeçam esse espaçamento com as redes rebatidas, tais espaços deverão ser fechados com rede do mesmo material;

4) a extremidade inferior da tela de proteção deve ficar no mesmo nível do helideque ou em um nível um pouco abaixo da calha de drenagem, quando existente. A tela deverá possuir inclinação aproximada de 10° para cima em relação ao plano horizontal. A extremidade superior da tela de proteção poderá ficar ligeiramente acima do nível do helideque, não devendo exceder a altura de 0,25m em relação a esse plano;

5) a tela de proteção não deve ser esticada em demasia, de forma a evitar sua atuação como trampolim e, caso sejam instaladas vigas laterais e longitudinais para dar maior resistência à estrutura da tela, estas não devem possuir formato que possa causar lesões em pessoas que, eventualmente, venham a ser amparadas pela tela. O projeto ideal deve produzir o efeito de uma maca, devendo suportar, seguramente, um corpo que caia na tela sem lhe causar ferimentos;

6) as telas de proteção poderão ser confeccionadas em qualquer material: aço carbono, sisal ou poliéster.

7) cada seção da tela deverá resistir, sem ruptura, ao teste que consiste no impacto de uma carga de 100kg, com diâmetro da base de 0,76m, solto, em queda livre, de uma altura de 1m;

8) por ocasião da solicitação de vistoria, deverá ser apresentado um Certificado de Resistência da Tela, emitido por Organização reconhecida (OR) pela DPC, ou pelo setor de engenharia da empresa operadora da plataforma/embarcação, atestando que todas as seções da tela de proteção apresentam condições seguras de uso, de acordo com o Anexo 2-D. Nesse caso, o responsável técnico da empresa deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e a cópia do registro no CREA. Esse documento deverá ser válido por 3 anos e ter sido emitido há, no máximo, seis meses da solicitação da vistoria.

9)deverá ser realizada a verificação visual, antes de realizar operações aéreas, caso seja constatado pontos de corrosão em um determinado trecho da tela, esse deverá ser submetido a um novo teste de impacto, se sofrer ruptura, ser substituído;

10) dispositivos de travamento da tela rompidos, abertos e/ou corroídos deverão ser substituídos;

11) em caso de necessidade de substituição da tela, o novo trecho deverá ser submetido ao teste de impacto;

12) a tela de proteção deverá estar, sempre, livre de qualquer objeto sobre ela ou seu suporte; e

13) são aceitos os testes destrutivos em laboratório das telas de poliéster para se verificar a resistência e a degradação do material ao longo do tempo, não sendo necessário os testes mecânicos da alínea 7.

b) Acessos - a fim de prover vias de combate a incêndio, independentemente do vento reinante, e de modo a permitir a eventual evacuação de feridos, deverão existir, no mínimo, os seguintes acessos fora da AAFD e, preferencialmente, equidistantes:

1) Categoria H1: dois acessos;

2) Categorias H2 e H3: três acessos; e

3) Para as categorias H1 e H2 um dos acessos poderá ser de emergência.

Observação:

Nos casos em que corrimãos associados aos pontos de acessos do helideque excedam a elevação máxima permitida de 0,25m no entorno da AAFD, estes devem ser do tipo dobrável ou removível, sendo obrigatoriamente rebaixados durante a realização das operações aéreas, de maneira que não obstruam os acessos ou as saídas de emergência.

O acesso de emergência poderá estar dentro da AAFD, fora da área de toque, porém, deverá ter no máximo 0,025m de altura em relação ao piso do helideque, não constituindo um obstáculo.

c) Guindastes - atentar para a localização dos guindastes nas proximidades do helideque que, durante a sua movimentação, possam invadir o SLO ou o SOAL.

Na certificação do helideque, deverão ser avaliados se os guindastes não interferem na operação aérea.

d) Projeto estrutural - o piso do helideque e sua estrutura de sustentação deverão possuir resistência suficiente para suportar 150% da Massa [Carga] Máxima de Decolagem (Ma-ximum Take Off Mass - MTOM), para pousos normais, e 250% da MTOM, para pousos em condições de emergência do mais pesado helicóptero considerado no projeto do helideque, além daquelas devidas à concentração de pessoas, equipamentos, efeitos meteorológicos e do mar. O projeto deverá conter o certificado de resistência do helideque.

Os helideques construídos até 12 de agosto de 2011 poderão cumprir somente o requisito de 150% para pousos normais. Quando enviarem o certificado padronizado para a DPC deverá ser colocado a observação: "Este helideque foi construído em xx/xx/2xxx, não cumprindo o requisito de 250% MTOW para pouso em emergência".

e) Certificado de Resistência do Helideque - é pré-requisito para a realização de Vistoria Inicial, de Vistoria de Renovação e de Vistoria de Alteração de Parâmetro (quando aplicável), devendo ser apresentado no original ou cópia, nas línguas portuguesa ou inglesa, atestando a resistência do piso e sua estrutura de sustentação declarada na FRH, emitido por Organização reconhecida pela DPC, ou pelo setor de engenharia da empresa operadora da plataforma/embarcação; de acordo com o Anexo 2-E. Nesse caso, o responsável técnico da empresa deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e cópia do registro no CREA. Esse documento deverá ser válido por cinco anos e ter sido emitido há, no máximo, dois anos da solicitação da vistoria, de modo a contemplar todo o período de vigência da Portaria de Homologação.

f) Tanque de drenagem - a embarcação/plataforma, que for certificada para abastecimento de combustível, deverá ser provida de um tanque para o recebimento do líquido escoado pelo sistema de drenagem do helideque, durante o abastecimento.

A capacidade deste tanque deverá ser, no mínimo, a mesma capacidade dos tanques de combustível do maior helicóptero que poderá operar no helideque.

O tanque não necessita ser exclusivo, podendo ser compartilhado com outros fluídos, desde que atendam ao citado anteriormente.

0205 - PLANTAS DE ARRANJO GERAL E MARCAÇÕES DO HELIDEQUE

As plantas de Arranjo Geral e Marcações do Helideque devem ser em escala 1:100, seguindo os modelos dos Anexos 2-B e 2-C, respectivamente, e devem conter a localização do helideque e suas marcações, a rede antiderrapante e seus elos de fixação, telas de proteção, acessos, as luzes e holofotes, os monitores de espuma, os extintores a incêndio, os drenos, as búricas, as birutas, os dutos de descarga de gases quentes, os obstáculos e as estruturas que possam gerar turbulência, e qualquer outro item colocado no helideque .

CAPÍTULO 3

CARACTERISTICAS FÍSICAS

0301 -PROPÓSITO

Descrever as características físicas mínimas necessárias aos helideques localizados a bordo de plataformas e de embarcações.

0302 -CATEGORIAS DE HELIDEQUES

Em função do comprimento "D" do maior helicóptero que poderá operar, os helideques serão classificados de acordo com a tabela a seguir:

COMPRIMENTO (D)	CATEGORIA (H)
<16m	H1
entre 16m e 24m	H2
>24m	H3

0303 -ÁREA DE APROXIMAÇÃO FINAL E DECOLAGEM

A AAFD poderá possuir qualquer forma geométrica, devendo conter um círculo inscrito de diâmetro "L" igual ou maior que o comprimento "D", no interior do qual não será permitido à existência de nenhum obstáculo acima de 0,025m.

a) Exceções - As exceções encontram-se listadas na Tabela de Prazos para o Cumprimento de Requisitos e de Exceções, publicada no sítio eletrônico da DPC. A Autoridade Marítima recomenda a consulta e o conhecimento prévio, pelos operadores de helicópteros e das embarcações, das exceções e prazos desta tabela, especialmente quando operando em áreas com difícil acesso à internet.

b) Superfície da AAFD no helideque

1) toda a superfície deverá ser pintada na cor verde-escuro ou cinza, com tinta antiderrapante, e todas as marcações sobre ela deverão ser feitas com materiais não deslizantes. É obrigatório a pintura da área externa à AAFD com outras cores, de modo a não confundir os pilotos quanto ao tamanho do helideque;

2) pisos confeccionados em alumínio não necessitam ser pintados, devendo:

I) o alumínio ser fosco para não ofuscar a visão dos pilotos por reflexão da luminosidade ambiente (ex.: raios solares); e

II) a cor do alumínio deve prover contraste adequado à perfeita visualização, individualização e identificação das linhas de marcação das diversas áreas pintadas da AAFD (Área de Toque, etc.). Para realçar, essas linhas deverão ser contornadas por uma faixa de dez centímetros de largura, pintada na cor preta ou possuir o fundo preto;

3)a superfície da AAFD, pintada ou não, deverá possuir um coeficiente de atrito em qualquer direção e sentido, atestado por um certificado, para as unidades marítimas que optarem por operar sem o uso da rede antiderrapante no helideque, medido pelo método de teste especificado na alínea d, a seguir. As plataformas fixas não necessitam realizar o teste do coeficiente de atrito e são dispensadas do uso de rede antiderrapante;

4) deverá ser estanque, evitando o vazamento de líquidos para os conveses inferiores; e

5)por ocasião das Vistorias Iniciais ou de Renovação a pintura e as marcações da AAFD devem estar novas e uniformes, não sendo aceito reparos, remendos ou áreas enferrujadas.

c) Certificado do coeficiente de atrito -documento original ou cópia, nas línguas portuguesa ou inglesa, emitido por Organização reconhecida pela DPC, ou pelo setor de engenharia da empresa operadora da plataforma/embarcação, atestando o valor médio do coeficiente de atrito reinante no piso da AAFD, cuja periodicidade entre testes se encontra na tabela do artigo 0305, devendo ser anexado ao requerimento para a realização de Vistoria Inicial, de Vistoria de Renovação e de Vistoria de Alteração de Parâmetro (quando aplicável), de acordo com o Anexo 3-B. Esse documento deverá ser emitido toda a vez que houver pintura do helideque e deverá estar na validade por todo o período de vigência da portaria.

Esse requisito deverá ser cumprido para as unidades marítimas que optarem por operar sem o uso da rede antiderrapante no helideque, exceto para as plataformas fixas. Anualmente, a contar da data da vistoria do helideque, este certificado deverá ser encaminhado à DPC, junto com o CMCTH.

d) Método do teste do coeficiente de atrito - o teste do coeficiente de atrito deverá ser realizado por método que atenda aos seguintes requisitos:

1)utilizar a técnica de "rodas travadas" (braked wheel);

2)a superfície do helideque deverá estar molhada e com a quantidade de água produzida pelo equipamento de teste controlada;

3)o Relatório do Teste produzido automaticamente pelo equipamento de teste, deverá apresentar os valores de coeficiente de atrito detoda a superfície do helideque, subdividido em áreas de, no máximo, 1m² e também o dia, hora e local (Lat -Long) da realização do teste;

4)o teste deverá ser realizado por um técnico qualificado; e

5)o equipamento de teste deverá atender aos seguintes requisitos:

I) deverá ser adequado parar medir o coeficiente de atrito pela técnica de roda travada, cobrindo toda a superfície do helideque;

II) deverá ser capaz de controlar a quantidade de água a ser aplicada à superfície do helideque durante o teste;

III) deverá processar e armazenar eletronicamente o resultado das medições; e

IV) deverá dispor de GPS para que possa registrar automaticamente, sem interferência externa, o dia, a hora e o local do teste (Lat -Long).

A calibração dos equipamentos deverá estar em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Rede Brasileira de Calibração (RBC), constituída por laboratórios credenciados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

0304 - DRENAGEM

Todo helideque deverá ser provido de sistema de drenagem eficaz que impeça a formação de poças e que seja capaz de garantir o rápido escoamento de líquidos provenientes de combate a incêndio. Poderão ser utilizadas calhas, trincanizes em torno do helideque e/ou pontos de drenagem no interior da AAFD.

O líquido escoado deverá ser direcionado diretamente para o mar para evitar que eventual incêndio no helideque se propague para outras áreas de conveses inferiores.

Embora exista o permanente comprometimento com a preservação do meio ambiente, o citado procedimento visa à priorização da vida humana no mar e a segurança da embarcação.

Observação: a embarcação/plataforma, que for certificada para abastecimento de combustível, deverá ser provida de um tanque de drenagem, ter um desvio para o mesmo, para o recebimento do líquido escoado pelo sistema de drenagem do helideque durante o abastecimento.

0305 - REDE ANTIDERRAPANTE

A rede antiderrapante tem finalidade de evitar que aeronaves venham a deslizar em decorrência do jogo da plataforma ou da embarcação, quando operando em condições climáticas adversas (vento forte, chuva, etc.).

Em embarcações com coeficiente de atrito cujo valor é comprovado pelo certificado de teste exigido na alínea c do artigo 0303, é opcional o uso de redes antiderrapantes, porém recomenda-se a utilização de calços e deverá ser cumprido o coeficiente de atrito, de acordo com a tabela a seguir:

Seção do helideque	Embarcações
Área de toque	0.65
Fora da área de toque	0.5

Observação: O helideque deve ser testado novamente anualmente ou quando sua condição sugere que testes mais frequentes são apropriados, por exemplo, acúmulo de guano ou outro(s) contaminante(s).

Em plataformas fixas está dispensado o uso de redes antiderrapantes.

As unidades marítimas que, embora flutuantes, possuam constantemente grande estabilidade, como, por exemplo, uma instalação do tipo "Tension Leg Wellhead Platform" (TLWP), e movimentos reduzidos de caturro, balanço e arfagem, serão consideradas, para efeito desta Norma, como "plataformas fixas". Para atender esse critério, deve ser demonstrado que os movimentos de caturro e balanço são limitados a 1º e a variação máxima de arfagem é 1m/s, medidos por equipamento HMS em um período de 6 meses.

A pintura do helideque deve permanecer em boas condições antiderrapantes, independentemente do uso de rede.

O guano, matéria produzida pelo acúmulo de excrementos e cadáveres de aves marinhas, é um destruidor extremamente eficaz de superfícies de atrito. Devido à dificuldade de assegurar que uma superfície de atrito possa ser mantida livre de contaminantes, a remoção permanente da rede antiderrapante em Plataformas Desabitadas não é normalmente uma opção viável a menos que medidas preventivas eficazes estejam em vigor.

a) Características da Rede Antiderrapante - a rede antiderrapante deve se estender por toda a Área de Toque, não abrangendo as demais identificações externas a ela, devendo as suas dimensões ser ajustadas, se necessário, para cobrir esta área, podendo ter qualquer formato.

Os cabos devem:

1) ser confeccionados de sisal, frictape ou de material que não seja de fácil combustão;

2) possuir diâmetro ou largura de 20mm e não apresentar desgaste que comprometa a sua funcionalidade; e

3)possuir malha formada por quadrados ou losangos de 20cm de lado.

b) Fixação da Rede Antiderrapante - a rede deverá ser fixada com firmeza, por meio de cabos e/ou esticadores, a olhais instalados no limite da AAFD, com espaçamento máximo de 2,0m e com altura máxima de 0,05m. Não deve ser possível levantar qualquer parte da rede em mais do que 0,25m acima da superfície do helide-que ao aplicar tração vertical com a mão.

0306 -BÚRICAS

Búricas são dispositivos instalados na superfície dos helideques destinados à amarração dos helicópteros, por intermédio de peias (cintas). As áreas de estacionamento de aeronaves também deverão ser dotadas de búricas.

a) Quantidade e distribuição - as búricas deverão formar com as peias, pontos de amarração com ângulos dentro dos limites recomendados pelos fabricantes dos helicópteros. Deverão ser instaladas, no mínimo, seis búricas, distribuídas de maneira uniforme, em cada circunferência concêntrica à Área de Toque (Anexo 3-A).

b) A quantidade mínima de búricas e os raios das circunferências para a sua distribuição variam de acordo com a categoria do helideque, conforme a tabela a seguir apresentada:

CATEGORIA	QUANTIDADE MÍNIMA DE BÚRICAS	RAIO DAS CIRCUNFERÊNCIAS (m)
H1	6	2,5 ou 3,0
H2	12	2,5 ou 3,0 e 5,0
H3	18	2,5 ou 3,0; 5,0 e 7,0

Quando não for possível instalar as búricas seguindo as regras acima, os raios e o espaçamento entre elas poderão variar, devendo ser o mais uniforme possível.

c) Altura das búricas - as búricas fixas devem possuir no máximo 0,025m de altura ou preferencialmente, facear o piso do helideque e a área de estacionamento. No caso de búricas com elos escamoteáveis, estes deverão estar rebatidos quando não estiverem em uso e no caso de búricas removíveis, estas só poderão ser colocadas após o pouso e corte da aeronave e retiradas antes da decolagem.

d) Resistências das búricas - o conjunto de búricas/peias deverá suportar as cargas do maior helicóptero a operar no helideque. O movimento da plataforma/embarcação impõe à aeronave acelerações que geram cargas dinâmicas superiores ao seu peso, deste modo, o conjunto de búricas/peias deverá possuir carga de ruptura superior às forças geradas pela aeronave, a fim de garantir que o mesmo não se desprenda. Além disso, essas cargas dinâmicas deverão ser distribuídas por uma quantidade adequada de búricas.

Os dados de carga de trabalho segura (SWL-safe working loads) deverão ser obtidos junto aos fabricantes/operadoras de helicópteros, com a finalidade de se dimensionar o conjunto de búricas/peias.

e)Diâmetro da cruzeta da búrica - o diâmetro máximo da barra do ponto de amarração deve ser de 22mm, de modo a facilitar o ajuste à dimensão do gancho da peia de amarração.

Obervação: As unidades já em operação, que não cumprem esse requisito, deverão prover o encaixe entre peias e búricas utilizando manilhas ou cintas de amarração de carga, com resistência igual ou superior a das peias.

f) Certificado de Resistência das Búricas - por ocasião da solicitação de vistorias, deverá ser apresentado o certificado de resistência, emitido por Organização reconhecida pela DPC, ou pelo setor de engenharia da empresa operadora da plataforma/embarcação, descrevendo claramente que as mesmas se encontram em condições seguras para a condução das operações aéreas do maior helicóptero a operar naquele helideque, de acordo com o Anexo 3-C. Nesse caso, o responsável técnico da empresa deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e cópia do registro no CREA. Esse documento terá a validade de 3 anos, e ter sido emitido há, no máximo, seis meses da solicitação da vistoria.

CAPÍTULO 4

SETORES E SUPERFÍCIES

0401 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Com o propósito de garantir que as operações com helicópteros sejam conduzidas de maneira segura, são definidos setores e superfícies, ao redor do helideque, que podem possuir obstáculos desde que com alturas limitadas.

As dimensões mínimas exigidas para essas superfícies variam de acordo com as dimensões (D) do maior helicóptero considerado no projeto.

0402 - SETOR LIVRE DE OBSTÁCULOS (SLO)

É um setor de 210° onde não é permitida existência de obstáculos. O SLO está definido no plano horizontal coincidente com o plano do helideque pelos seguintes limites: Anexo da Port. nº 16/2021, da DPC

a) Laterais - semi-retas com origem no ponto de referência (vértice do chevron, definido na alínea f do artigo 0504, fazendo entre si o ângulo de, no mínimo, 210° e localizadas externamente à AAFD.

b) Externo - pela linha paralela à linha limite da AAFD, até a distância de 370m.

c) As alturas máximas permitidas para os equipamentos essenciais, em relação ao helideque, como luminárias e equipamentos de combate a incêndio existentes no SLO e externos à AAFD, não deverão ultrapassar 0,25m, ou exceder 0,05m para helideque onde o valor D é menor que 16m.

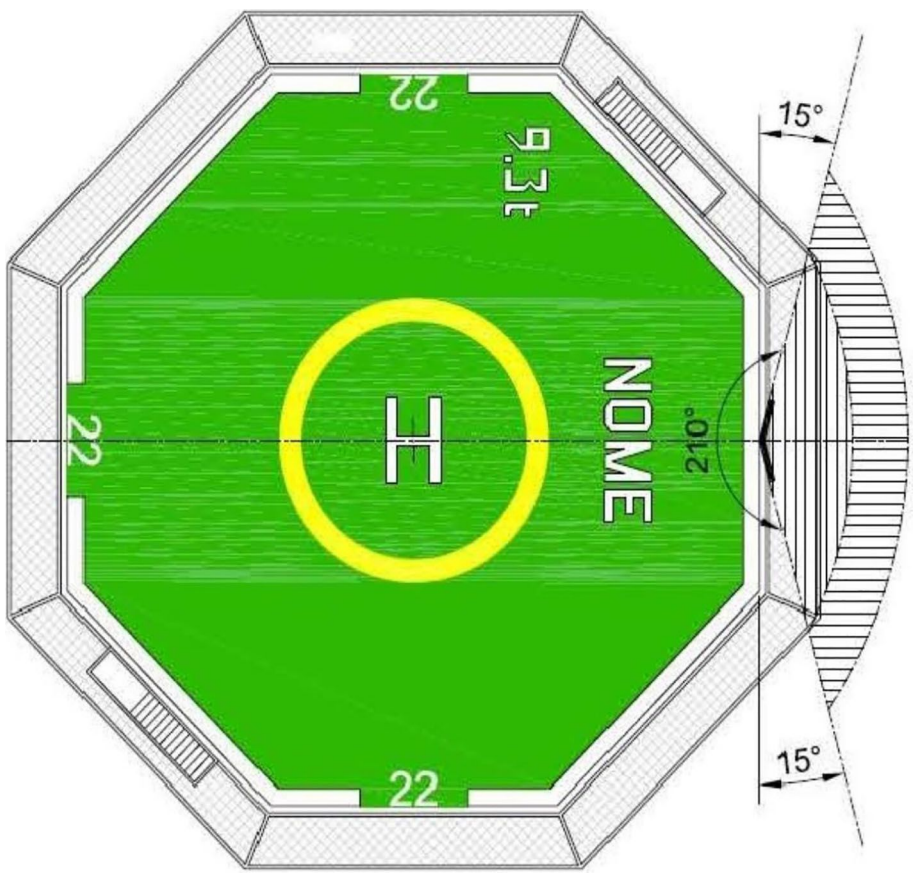
d) As características do SLO, em função do posicionamento dos helideques nos navios, estão descritas nos seguintes anexos:

1) Helideque na lateral do convés principal de navio - conforme a subalínea 3, a seguir;

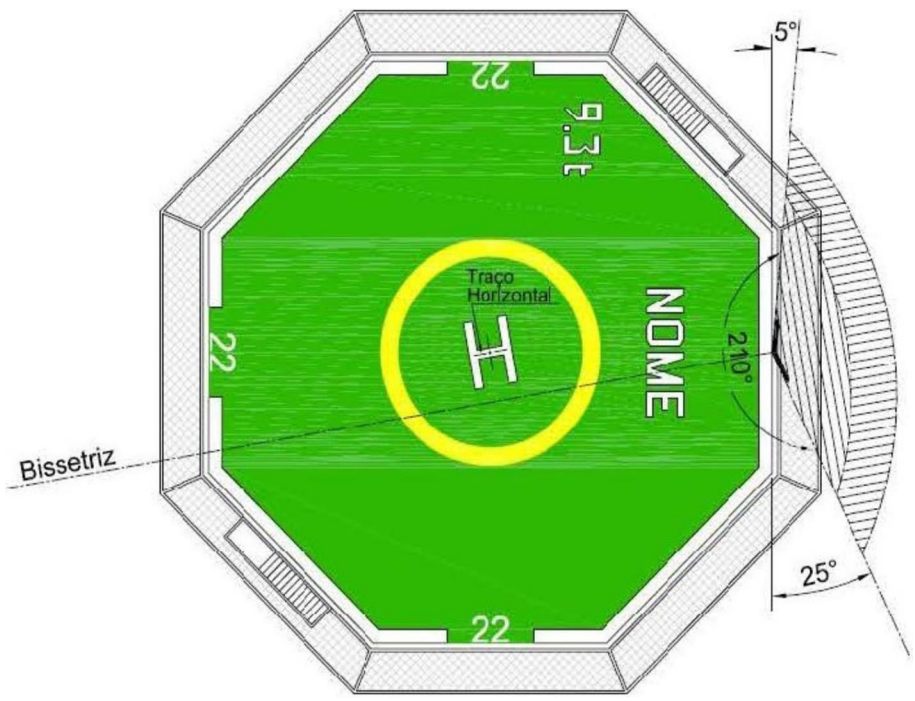
2) Helideque na proa ou na popa de navio (Anexo 4-A); e

3) Helideque a meia-nau de navio (Anexo 4-B).

e) A bissetriz do SLO deve passar normalmente através do centro da Área de Toque, conforme a ilustração a seguir:



f) É aceitável uma variação de até 15° no sentido horário ou anti horário, no entanto, o "H" deve ser direcionado para que o seu traço horizontal fique paralelo à bissetriz do SLO de 210° variado, conforme ilustrado na figura a seguir:



Observação:

1) Para o SLO, a distância horizontal dos obstáculos abaixo do nível do helideque, fora do setor do gradiente negativo, deverá ser tal que forneça uma separação vertical segura compatível com os modelos de helicópteros classe de desempenho 1 e 2, no caso de perda de um motor no pouso ou na decolagem.

2) Mesmo com a rotação do Chevron as medidas do SOAL deverão ser realizadas do centro do sinal de identificação.

3) Sempre que o helicóptero não é manobrado inteiramente dentro do SLO, na sua trajetória para o pouso, o risco de colisão com obstáculos aumenta significativamente.

4) Em um acidente aeronáutico, com cinco vítimas fatais, ocorrido no Brasil em 2003, o rotor de cauda da aeronave atingiu um mastro da embarcação porque na trajetória escolhida para o pouso, o helicóptero não foi manobrado inteiramente dentro do SLO. Em 2012 e 2017, outros dois eventos com impacto do rotor de cauda em obstáculos fora do SLO e SOAL ocorreram pelo mesmo motivo.

0403 - GRADIENTE NEGATIVO

É necessário considerar a possibilidade da aeronave perder altura de voo durante os últimos momentos da sua aproximação ou de não conseguir manter o voo horizontal nos primeiros instantes após a decolagem. Dessa forma, deve-se fornecer proteção abaixo do nível do helideque neste setor crítico.

Em relação à vista de topo do helideque, a partir do seu centro, imaginando uma linha perpendicular à bissetriz do ângulo do SLO (chevron), deve ser considerado um setor de pelo menos 180º. Com relação à vista de perfil, o setor é contado a partir da extremidade da tela de proteção até a superfície da água, com o gradiente de 3m (vertical) para 1m (horizontal). Este setor não deverá conter obstáculos afixados à plataforma ou flutuando conforme ilustrado no Anexo 4-C. Nos acessos (plataformas dos BOMBAV) será contado a partir de sua balaustrada, porém deverá ser pintada a faixa de alerta conforme descrito a seguir.

Não se deve permitir nenhum obstáculo neste setor de 180°, ressalvando-se os navios que realizam operação offloading,onde podem ser aceitos, devendo ficar confinados a um arco não superior a 120° (cento e vinte graus) subtendido do centro do helideque e cumprir os requisitos, como apresentado no Anexo 4-C.

Para as unidades marítimas construídas, ou com a construção iniciada, antes de 12 de agosto de 2011, bem como as cujos projetos sejam anteriores à citada data e apresentem restrições à adequação ao presente requisito, será permitida a operação, desde que o Armador e/ou Responsável pela Unidade, apresente um Relatório de Análise de Risco, baseado no manual de cada aeronave a ser utilizada, contendo os procedimentos para mitigação dos riscos.

Nesse caso, deverá ser pintada uma faixa de cinquenta centímetros de largura, nas cores preto e amarelo, junto à linha limite da AAFD, na direção do obstáculo, conforme descrito no o Anexo 4-C, a fim de alertar os pilotos quanto à sua existência.

O Comandante e/ou Responsável pela Unidade deverá adotar procedimentos que garantam que os pilotos das aeronaves sejam informados da existência de obstáculos no que tange ao gradiente negativo.

Os requerimentos para a inclusão das unidades marítimas nessa exceção deverão ser encaminhados à DPC, com as devidas justificativas.

0404 - SETOR DE OBSTÁCULOS COM ALTURAS LIMITADAS

É um setor de 150°, adjacente ao SLO, onde são permitidos obstáculos com alturas limitadas em relação ao nível do helideque, conforme o Anexo 4-D. O setor está definido no plano horizontal coincidente com o plano do helideque pelos seguintes limites:

a) Laterais - semi-retas com origem no ponto de referência, coincidentes com as semi-retas definidas para o SLO, fazendo entre si o ângulo de 150° (ângulo replementar ao ângulo do SLO) e localizadas externamente à AAFD.

b) Externo:

1) pelo arco de círculo com origem no centro da área de toque e raio igual a 0,62D, onde são permitidos obstáculos com altura máxima de 0,25m, contados a partir da origem do chevron; e

2) pelo arco de círculo com origem no centro da área de toque e raio entre 0,62D e 0,83D, onde são permitidos obstáculos a partir de 0,25m; obedecendo a um gradiente crescente de 1:2m (uma unidade vertical para duas unidades horizontais), nas direções do ângulo de 150° até 0,83D, conforme detalhado na ilustração do Anexo 4-E.

c) Para helideques localizados à meia-nau dos navios, os SOAL devem possuir, no mínimo, as dimensões indicadas na figura da alínea d do artigo 0402.

d) Para helideques localizados nas laterais dos navios, os obstáculos localizados no SOAL devem possuir, no mínimo, as dimensões indicadas na figura da alínea d do artigo 0402.

e) Pode ser necessário um esquema de pintura ou outro dispositivo para ressaltar obstáculos próximos do helideque, tais como chaminés, antenas e outras construções, com a finalidade de destacá-los para melhor visibilidade da tripulação do helicóptero. Normalmente, os obstáculos são pintados com listras diagonais nas cores vermelha e branca, preta e amarela ou outras combinações de cores contrastantes com as estruturas existentes, conforme o Anexo 4-E. Deve-se evitar a instalação de antenas do tipo whip em locais próximos ao limite delimitado pelas semirretas com origem no ponto de referência, pois as mesmas são de difícil visualização por parte dos pilotos durante as aproximações para pouso. No caso de unidades que possuam antenas nesta situação, uma alternativa é utilizar dispositivos com cores que realcem a sua posição, desde que os mesmos não sejam passíveis de se desprenderem com a turbulência provocada pelos rotores.

f) Não é recomendável a aeronave realizar a aproximação para o pouso pelo SOAL.

g) A tripulação deve manter dentro do seu campo de visão os obstáculos existentes no SOAL durante as operações de pouso e decolagem. O rotor de cauda deverá estar voltado para a área livre de obstáculos.

Observação: Teoricamente fora do SLO e SOAL poderá haver obstáculos ilimitados.

0405 - EXCEÇÕES

As exceções encontram-se listadas na Tabela de Prazos para o Cumprimento de Requisitos e de Exceções, publicada no sítio eletrônico da DPC; a Autoridade Marítima recomenda a consulta e o conhecimento prévio, pelos operadores de helicópteros e das embarcações, das exceções e prazos desta tabela, especialmente quando operando em áreas com difícil acesso à internet.

0406 - Embarcações/Plataformas marítimas acopladas

Quando acopladas, as embarcações/plataformas marítimas poderão utilizar um SLO de 180°, mantendo a pintura de sua habilitação. Anexo 4-F.

Embarcações/plataformas acopladas são aquelas unidas por uma passagem (Gangway); não são consideradas embarcações/plataformas acopladas, as operações que envolvam somente passagem de cabos e dutos (exemplo: embarcações em serviço de mergulhadores, realizando a manobra de Pull In ou Offloading).

CAPÍTULO 5

AUXÍLIOS VISUAIS

0501 - PROPÓSITO

Este capítulo tem o propósito de apresentar os auxílios visuais de sinalização e de iluminação dos helideques a bordo de plataformas marítimas e de embarcações.

0502 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Os auxílios de sinalização e iluminação foram desenvolvidos, principalmente, para auxiliar aproximações de não precisão e operações em condições meteorológicas visuais.

0503 - INDICADOR DE DIREÇÃO DE VENTO (BIRUTA), SENSOR DE VENTO (ANEMÔMETRO) E SENSOR DE TEMPERATURA (TERMÔMETRO)

a) Biruta - deverá existir, no mínimo, um indicador de direção de vento, próximo ao helideque, colocado em local bem visível, porém não sujeito à turbulência e que não constitua perigo às manobras dos helicópteros. Outras birutas poderão ser empregadas, devem receber o vento "limpo", sem o efeito das estruturas.

Em algumas plataformas marítimas ou embarcações, pode ser necessário mais de um indicador de direção de vento, devido ao fato do ar acima da área de pouso e decolagem estar sujeito a um fluxo perturbado em função da direção do vento e dos obstáculos existentes.

O indicador de direção de vento deverá ser confeccionado com tecido de alta resistência, nas cores branco, amarelo, laranja ou com combinação de duas cores (laranja e branco, vermelho e branco, e preto e branco), devendo a opção ser pela cor que ofereça maior capacidade de contraste com o fundo da estrutura. Deverá poder girar livremente nos 360° em quaisquer condições climáticas e de intensidade de vento. As especificações deste indicador estão demonstradas no Anexo 5-A.

O indicador de direção de vento deve ser iluminado por luz branca, caso seja necessária operação à noite ou em baixa visibilidade. O feixe de luz deve ser posicionado de forma a não ofuscar a visão dos pilotos.

b) Anemômetro - deverá existir, no mínimo, um sensor indicador de direção e intensidade de vento, colocado em local visível, porém não sujeito à turbulência.

Observação: caso o sensor estacionário venha a sofrer algum dano que impossibilite o seu reparo ou substituição imediata, poderá ser utilizado um anemômetro portátil, devidamente calibrado, para se obter as informações necessárias de vento que possibilite uma operação segura.

c) Termômetro - deverá existir, no mínimo, um sensor de temperatura externa, colocado, de preferência, próximo ao helideque.

0504 -AUXÍLIOS DE SINALIZAÇÃO

a) Sinal de Identificação - para helideques situados em plataformas marítimas e em embarcações é a letra "H", que deverá ser pintada na cor branca, no centro da Área de Toque. O traço horizontal do "H" deverá coincidir com a bissetriz do ângulo do SLO, salvo no caso de variação do chevron, previsto na alínea f do artigo 0402, quando o seu traço horizontal deverá ser paralelo à bissetriz do ângulo do SLO. O sinal "H" deverá possuir uma altura de 4m e a largura de 3m, sendo a largura das faixas de 0,75m. Para os helideques com um valor D abaixo de 16m, as dimensões do "H" podem ser reduzidas para 3m x 2m x 0,5m.

Caso o piso seja de alumínio, a pintura deverá atender ao contido no item 0303 alínea b. As dimensões e o posicionamento do "H" estão indicados na ilustração do Anexo 5-B.

b) Carga Máxima Admissível - é expressa em toneladas, com dois ou três dígitos, especificando a resistência máxima que o piso e sua estrutura de sustentação podem suportar. Deverá ser pintado na cor branca. O posicionamento dos numerais deverá estar conforme o indicado no Anexo 5-C e as dimensões de acordo com o Anexo 5-D.

Para a definição dos numerais deve-se observar:

1) valores inteiros até nove toneladas: serão pintados em 2 (dois) dígitos, utilizando-se o zero na frente;

2) os valores decimais deverão ser aproximados para a centena de quilos mais próxima e separadas do inteiro da tonelada por um "ponto";

3) valores inteiros acompanhados de decimais, superiores a 10 (dez) toneladas, serão pintados com três dígitos, separando-se um inteiro do decimal por um "ponto"; e

4) quando não for possível a pintura como descrito acima, por falta de espaço físico, os caracteres poderão ter suas dimensões reduzidas em até 1/3 do tamanho pré-definido.

Os modelos e as dimensões dos numerais encontram-se indicados, em centímetros, na ilustração do Anexo 5-D.

Observação: Esta informação refere-se ao peso máximo que o piso e sua estrutura podem suportar e não ao peso máximo de decolagem de um modelo de aeronave a ser empregado em operações aéreas naquele helideque.

c) Limite da Área de Aproximação Final e Decolagem - o perímetro da AAFD deverá ser demarcado com uma faixa de 0,30m de largura, na cor branca, conforme indicado na ilustração do Anexo 5-E.

d) Área de Toque - deverá ser demarcada com uma faixa circular de um metro de largura, na cor amarela, com diâmetro interno de 0,5D, conforme indicado na ilustração do Anexo 5-E.

A tripulação da aeronave deverá se orientar pelo círculo de toque para um pouso normal, de modo que, quando o assento do piloto estiver sobre a faixa circular, e as rodas do trem de pouso principal estiverem dentro da Área de Toque, todas as partes do helicóptero estarão livres de quaisquer obstáculos com margem de segurança. Ressalta-se que apenas o posicionamento correto sobre a Área de Toque garantirá um distanciamento adequado com relação a obstáculos. Para os helideques com um valor D abaixo de 16m a largura da faixa circular poderá ser reduzida para 0,5m.

A Área de Toque deve apresentar uma superfície antiderrapante para operações de helicóptero, de acordo com a tabela constante no item 0305. O operador da instalação deve assegurar que o helideque esteja livre de óleo, graxa, gelo, neve, água acumulada na superfície ou qualquer outro contaminante (particularmente guano) que possa degradar o atrito superficial.

e) Sinalização do nome e/ou indicativo visual e indicativo de localidade da plataforma/embarcação - deverão ser pintados na cor branca contrastando com a cor do piso do helideque. Seus caracteres alfanuméricos (nome ou indicativo visual) deverão ser pintados entre o início do SLO e o Limite da Área de Toque, conforme indicado na ilustração do Anexo 5-C.

Quando o nome e/ou indicativo visual for uma composição de letras e números, devem ser utilizados algarismos arábicos ou romanos do mesmo tamanho das letras, podendo ser separados por um traço.

O nome da plataforma não poderá ser coberto pela rede antiderrapante.

Com a finalidade de facilitar a identificação da unidade marítima pelas tripulações das aeronaves, os helideques terão o seu indicativo de localidade pintado em caracteres brancos, na posição diametralmente oposta a posição prevista para o nome ou indicativo visual da plataforma/embarcação, entre a área de toque e o limite da AAFD, conforme ilustrado no Anexo 5-C. Esta pintura deverá ocorrer em até 15 dias após o recebimento do indicativo através da ANAC ou da DPC.

As dimensões e o espaçamento entre os caracteres deverão ser conforme o Anexo 5-F. Quando não for possível a pintura como descrito anteriormente, por falta de espaço físico, os caracteres poderão ter suas dimensões reduzidas em até1/3 do tamanho pré-definido.

f) Chevron - figura geométrica pintada na cor preta, na parte externa da faixa que define o Limite da AAFD, em forma de "V", onde seu vértice define a origem do SLO. Cada "perna" do chevron possuirá 0,79m de comprimento e 0,1m de largura, formando um ângulo conforme mostrado na ilustração do Anexo 5-G.

Na impossibilidade de ser efetuada pintura no local acima descrito, o Chevron poderá ser pintado no intervalo da faixa que define o Limite da AAFD; mesmo assim, a origem do SLO continuará sendo considerada na periferia externa da linha limite da AAFD, conforme indicado na ilustração do Anexo 5-G.

O local de pintura do Chevron deverá seguir a orientação indicada no Anexo 5-G.

Observações:-O objetivo do chevron é fornecer orientação visual ao ALPH, para que ele possa garantir que os 210° do SLO estejam livres de obstruções antes de liberar o helideque para um helicóptero pousar ou decolar.

-Nas embarcações/plataforma antigas, autorizadas a possuir helideque com SLO de 180°, não será exigida a pintura do Chevron.

g) Sinalização de Helideque interditado - por determinadas razões técnicas ou operacionais, o helideque poderá ser interditado definitivamente ou temporariamente para operações com aeronaves operando em AJB. Em tais circunstâncias, o estado "fechado" do helideque indicado pelo sinal apresentado na cor e dimensões do Anexo 5-H, deverá ser pintado (se definitivo) ou preso uma lona (se temporário), sobre o sinal de identificação "H".

h) Avisos de Segurança - deverão ser colocados painéis próximos aos acessos, em locais bem visíveis, pintados com letras pretas sobre fundo amarelo, com dimensões de 0,80m x 1,60m, com borda preta de 0,05m, na língua portuguesa ou se na língua portuguesa e inglesa, com dimensões de 1,20m x 1,60m, com borda preta de 0,05m ou um em cada língua com a dimensão anterior, e com recomendações a serem seguidas pelos passageiros, que embarcam ou desembarcam dos helicópteros e pelos demais usuários da aeronave, com as características, detalhadas no Anexo 5-H.

Os avisos para passageiros que embarcam ou desembarcam poderão ser pintados nas anteparas das plataformas marítimas e nas embarcações, desde que em locais bem visíveis. É proibida a sua colocação sobre a tela de proteção.

i) Marcação do valor de "D" - deverá ser pintado na cor branca, no perímetro do helideque, na faixa que delimita a AAFD, o valor de "D", aproximado para o inteiro mais próximo. O posicionamento e as dimensões desta marcação estão mostrados nas ilustrações do Anexo 5-G.

0505 -AUXÍLIOS DEILUMINAÇÃO

Os auxílios de iluminação necessários para cumprir o disposto no artigo 0502 estão listados a seguir. Nenhum outro dispositivo luminoso da plataforma poderá interferir com a iluminação do helideque quando este estiver sendo utilizado para a orientação de aproximação, pouso e decolagem de aeronaves, em condições de visibilidade reduzida e principalmente no período noturno, em caráter de emergência.

a) Luzes de Limite da Área de Aproximação Final e Decolagem - deverão ser posicionadas luzes verdes espaçadas de, no máximo, 3m, e tangentes à linha limite da AAFD, com tolerância de distância para esta linha de até 0,50m e com a altura máxima de 0,25m, independentemente do formato do helideque como mostrada na ilustração do Anexo 5-I.

A instalação das luzes deverá levar em consideração que as mesmas não podem ser vistas pelo piloto de uma posição abaixo da elevação do helideque.

Para helideques quadrados ou retangulares deve haver um mínimo de 4 (quatro) lâmpadas de cada lado incluindo uma em cada vértice, respeitando-se os mesmos 3m de espaçamento máximo entre elas.

Para helideques circulares as luzes deverão ser igualmente espaçadas ao longo da linha limite da AAFD, com um mínimo 14 (quatorze) lâmpadas.

Estas luzes devem possuir uma intensidade mínima de 30 candelas (cd) e não poderão exceder a 60cd. O material usado na confecção das luminárias deverá ser frangível ou do tipo "tartaruga".

Luminárias do tipo "tartaruga" podem ser instaladas sobre a linha limite da AAFD, com a altura máxima de 0,05m.

A cor das luzes de perímetro deverá seguir o padronizado pela ICAO (2009), Anexo 14, Volume 1, Apêndice 1, parágrafo 2.1.1, item c - limite de cromaticidade.

Estas luzes serão acesas, no período diurno ou noturno, sempre que o helideque estiver pronto e guarnecido para a realização de operações aéreas; devendo permanecer apagadas quando não estiver em operações aéreas.

b) Luzes de Obstáculos - deverão ser instaladas luzes fixas encarnadas e omnidirecionais nos obstáculos e nos pontos de obstrução existentes nas adjacências da AAFD do helideque e nos locais mais elevados da plataforma marítima ou da embarcação que possam se constituir em perigo às operações aéreas. Estas luzes devem possuir uma intensidade de, no mínimo, 10cd.

No ponto mais alto da plataforma marítima ou da embarcação deve ser instalada uma luz de obstáculo fixa, omnidirecional e encarnada, com intensidade entre 25 e 200cd. Quando não for possível a colocação no ponto mais alto, deve ser colocada o mais próximo possível da extremidade.

Quando não for possível instalar luzes nos obstáculos e nos pontos de obstrução, deverão ser utilizados refletores iluminando-os, como solução alternativa. Os refletores deverão ser posicionados de forma a não ofuscar a visão dos pilotos por ocasião da realização dos pousos e decolagens. Os refletores devem ser projetados de forma a produzir uma luminosidade de, no mínimo, 10cd/m².

c) Luzes de condição do helideque (status light) - Um sistema de alerta visual deve ser instalado como auxílio, para alertar de condições que possam ser perigosas para o helicóptero ou para seus ocupantes.

A luz de condição do helideque (status light) consiste de uma luz encarnada, piscando (intermitente), instalada próximo à linha limite da AAFD, podendo existir, também, em outros locais da embarcação/plataforma, de modo que seja visível em qualquer direção de aproximação da aeronave.

A status light deverá ser ligada e desligada manualmente, pelo ALPH e pelo RPM, e ser visível a uma distância de pelo menos 1400m, possuindo uma intensidade mínima de 700cd, entre 2°e 10° acima do plano horizontal da AAFD e, pelo menos, 176cd em todos os outros ângulos de elevação.

Observações:

- a chave ligar/desligar a status light deve se encontrar para o ALPH junto ao helideque e para o RPM dentro da EPTA.

- a embarcação que possui acionamento automático da status light, por extrapolação de algum parâmetro do HMS, não é necessário a chave ligar/desligar na EPTA.

A cromaticidade e intensidade da luz deverá seguir o padronizado pela ICAO (2009), Anexo 14, Volume 1, Apêndice 1.

d) Iluminação da Área de Toque - toda área de toque deve ser adequadamente iluminada de forma a prover noção de profundidade para os pilotos.

A melhor forma de conseguir a iluminação adequada é usar iluminação embutida na circunferência de toque e na letra "H". Esta iluminação pode ser feita por uso da tecnologia de LED ou por cordões de luz. O sistema deve ser montado de forma a não permitir o comprometimento de sua selagem e conforme o CAP 437 (2016), apd C - Standards for Offshore Helicopter Landing Areas e o CAP 1077 (2013) - Specification for Offshore Helideck Lighting System - UK Civil Aviation Authority.

Quando não for possível instalar ou quando não existir a iluminação descrita acima, podem ser usados holofotes para iluminação da área de toque, de tal forma que a iluminação forneça indicações de profundidade que permitam ao piloto depreender como está a aproximação do helicóptero. Essas indicações são essenciais para o posicionamento do helicóptero durante a aproximação final e o pouso.

Os holofotes devem ser adequadamente instalados para garantir que a fonte de luz não seja diretamente visível pelo piloto em qualquer estágio do pouso. A iluminação deve ser projetada de forma a fornecer uma iluminação horizontal média de, no mínimo, 10cd com uma taxa de uniformidade de oito para um.

Os holofotes poderão ser controlados pelo ALPH, podendo sua intensidade ser reduzida ou desligados a pedido do piloto.

CAPÍTULO 6

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

0601 - PROPÓSITO

O propósito deste capítulo é descrever os procedimentos operacionais a serem adotados pelos tripulantes diretamente envolvidos com as operações aéreas.

0602 - PESSOAL HABILITADO

Por ocasião das operações aéreas, os helideques das plataformas marítimas habitadas e das embarcações deverão estar guarnecidos por:

a) Equipe de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (EMCIA), constituída por:

1) um Agente de Lançamento e Pouso de Helicóptero (ALPH), que deverá ser o líder da EMCIA e estar habilitado a operar o rádio transceptor VHF aeronáutico portátil, pronto para se comunicar sobre situações de risco ou em caso de emergência, no idioma português, com os pilotos e/ou radiooperador, e a operar o rádio transceptor VHF marítimo portátil, pronto para se comunicar com a embarcação de resgate;

2) dois (categoria H1) ou três (categorias H2 ou H3) Bombeiros de Aviação (BOMBAV), visando o guarnecimento dos monitores de espuma e o auxílio em caso de emergência; e

3) Assistente de helideque (AHD), quando necessário, pessoal que auxilia na carga ou descarga de material e passageiros, deverá possuir o curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (MCIA), afeto ao BOMBAV, bem como os abastecedores de combustível, caso existam.

b) Radiooperador em Plataforma Marítima (RPM) - deverá permanecer na estação rádio (Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo - EPTA) das plataformas ou embarcações, visando estabelecer comunicações bilaterais com a aeronave, no idioma português.

c) Tripulação da Embarcação de Resgate e Salvamento - é composta por três tripulantes, um deles na função de patrão, todos habilitados para a atividade de resgate e salvamento e trajando o equipamento de proteção individual (EPI) necessário.

Os componentes da EMCIA, a tripulação da Embarcação de Resgate, Radiooperador e os abastecedores de combustíveis não poderão acumular outras funções durante o período das operações aéreas.

0603 - ATRIBUIÇÕES OPERACIONAIS E RESPONSABILIDADES

Cada tripulante engajado com as operações aéreas deverá estar devidamente habilitado e treinado para exercer as funções de suas responsabilidades.

Deverão ser apresentados, por ocasião das vistorias nos helideques, os certificados de habilitação técnica (CHT) dos cursos, do ALPH, dos BOMBAV, do RPM e da tripulação da Embarcação de Resgate, dentro da validade.

O curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação realizado no país, em instituição credenciada pela DPC, deverá atender ao contido na NORMAM-24/DPC ou, se realizados no exterior, serão aceitos os que estiverem dentro do prazo de validade e forem emitidos por Autoridade Marítima estrangeira ou por organização a ela subordinada, ou por instituição credenciada desde que tenham sido por ela endossado/homologado.

As empresas que desejarem ministrar este curso serão certificadas e poderão ser auditadas pela DPC.

Os ALPH e BOMBAV terão seus desempenhos avaliados por ocasião das vistorias.

O curso de Radioperador em Plataforma Marítima deverá atender aos requisitos para ele estabelecidos pelo Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA).

O curso estabelecido para o patrão da Embarcação de Resgate deverá atender aos requisitos estabelecidos no Capítulo VI, seção A-VI/2 da Convenção STCW 78/95 e os outros dois componentes devem possuir treinamento básico de primeiros socorros, cujas especificações dos padrões mínimos constam na Tabela A-VI/1-3 da referida convenção.

a) Agente de Lançamento e Pouso de Helicóptero - é o tripulante responsável pela coordenação das operações aéreas, prontificação do helideque, liderança da EMCIA.

O ALPH deverá:

1) conhecer os requisitos para helideques estabelecidos nesta norma;

2) trajar macacão resistente ao fogo (RF);

3) trajar colete de cores contrastantes, a fim de ser facilmente identificado;

4) estar munido de um transceptor VHF aeronáutico portátil, sintonizado na frequência aeronáutica da EPTA do helideque;

5) comunicar-se diretamente com a aeronave para alertar os pilotos sobre situações de risco;

6) checar e manter comunicações com o Comando, com o Radioperador e com a tripulação da embarcação de resgate, por meio do rádio transceptor VHF marítimo portátil, durante todo o período das operações aéreas;

7) utilizar o idioma portugues nas comunicações com a aeronave;

8) observar, por ocasião do pouso e decolagem do helicóptero, qualquer situação de risco e utilizar o transceptor VHF aeronáutico para comunicação com os pilotos; também poderão ser utilizados os sinais visuais conforme a publicação ICA 100-12, Anexo A, itens 3 e 4.

9) conhecer as funções de todos os componentes da EMCIA;

10) coordenar o combate a incêndio no helideque;

11) conhecer as saídas de emergência, portas, bagageiro, principais equipamentos e as áreas perigosas das aeronaves que operam no helideque;

12) guarnecer o helideque com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos em relação à hora estimada de pouso da aeronave na plataforma/embarcação;

13) manter o helideque guarnecido após a decolagem do helicóptero, por no mínimo 15 (quinze) minutos ou até o mesmo estabelecer contato com outra unidade;

14) assegurar-se de que, antes da decolagem, os passageiros estejam cientes dos procedimentos normais e de emergência do helicóptero (briefing);

15) supervisionar todas as atividades no helideque como:

I) embarque e desembarque de pessoal e material;

II) abastecimento do helicóptero;

III) verificar se a carga e/ou a bagagem estão presas e trancadas;

IV) certificar-se da pesagem de pessoal, da carga e da bagagem;

V) calçamento e/ou peiamento da aeronave;

VI) manter as bagagens e cargas isoladas após a pesagem; e

VII) assinar o manifesto de transporte aéreo (MTA).

16) realizar treinamentos com os componentes da EMCIA toda vez que houver troca de turma, e registrar em livro específico (com data, nomes e assunto) abordando os seguintes assuntos:

I) familiarização com os helicópteros que operam no helideque;

II) características do helideque (capacidade, sinalização e extintores);

III) manuseio dos equipamentos de combate a incêndio;

IV) procedimento de queda de helicóptero no mar, incluindo a manobra do bote de resgate;

V) procedimentos de combate a incêndio;

VI) procedimento de guarnecimento do helideque; e

VII) leitura de relatórios de prevenção de acidentes.

17) assegurar-se de que, antes das operações aéreas, o helideque esteja preparado, cumprindo os seguintes procedimentos:

I) patrulhas do DOE no helideque e nos conveses próximos;

II) verificar a biruta (estado de conservação e livre movimento);

III) rebater ou remover obstáculos que estejam dentro do SLO e do SOAL;

IV) verificar se os guindastes estão desenergizados nos berços ou em posição segura;

V) verificar o material de apoio e salvamento;

VI) fazer teste de comunicação com Radioperador e Embarcação de Resgate e Salvamento;

VII) realizar testes de luzes da AAFD;

VIII) verificar a situação da luz de condição do helideque (status light);

IX) testar os canhões monitores com água e mantê-los pressurizados durante as operações com helicóptero;

X) limitar o trânsito de pessoas no helideque ao pessoal envolvido;

XI) realizar briefing e debriefing com os componentes da EMCIA;

XII) verificar se os BOMBAV estão equipados e posicionados em seus devidos monitores (canhão de espuma) e prontos para serem acionados;

XIII) verificar a integridade das telas de proteção; e

XIV) informar "helideque liberado para pouso" para o Radioperador.

18) realizar, na fase de pouso e decolagem, varredura visual do horizonte afim de identificar riscos na trajetória não liberando o pouso ou a decolagem até que esta trajetória esteja livre de possíveis obstáculos, instruindo arremetidas, caso necessário; embarcações e aves podem se constituir obstáculos para operações aéreas.

19) conhecer o PEA/PRE; e

20) Conhecer o RBAC 175.

b) Bombeiros de Aviação - são tripulantes especificamente qualificados para guarnecerem os equipamentos de combate a incêndio durante as operações com helicóptero.

Os BOMBAV deverão:

1) trajar roupa de proteção básica e acessórios, conforme descrito abaixo:

I) roupa de aproximação ou capa 7/8 para combate a incêndio;

II) máscara tipo balaclava;

III) protetor auricular;

IV) capacete de bombeiro;

V) luvas de bombeiro; e

VI) botas de bombeiro.

2) conhecer as saídas de emergência, portas, bagageiro, principais equipamentos e as áreas perigosas das aeronaves que operam no helideque;

3) guarnecer o helideque com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos em relação à hora estimada do pouso da aeronave no helideque;

4) durante o abastecimento do helicóptero, permanecer a postos nos canhões monitores prontos para serem acionados;

5) solicitar teste dos canhões monitores com água e mantê-los pressurizados durante as operações com helicópteros;

6) conhecer o PEA/PRE; e

7) conhecer o RBAC 175.

c) Assistente de Helideque - são tripulantes especificamente qualificados para auxiliarem o ALPH por ocasião do embarque e desembarque de pessoal e material, bem como substituir os BOMBAV em necessidades imediatas. Deverá:

1) trajar macacão resistente ao fogo (RF) e EPI;

2) trajar colete de cores contrastantes, a fim de ser facilmente identificado;

3) conhecer as saídas de emergência, portas, bagageiro, principais equipamentos e

as áreas perigosas das aeronaves que operam no helideque;

4) guarnecer o helideque com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos em relação à hora estimada de pouso da aeronave na plataforma/embarcação;

5) coordenar com o ALPH o embarque e desembarque de pessoal e material;

6) conhecer o PEA/PRE; e

7) conhecer o RBAC 175.

d) Radioperador em Plataforma Marítima - EPTA "M" - profissional possuidor do Certificado de Habilitação Técnica (CHT), emitido pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), após conclusão com aproveitamento do CNS-014 ministrado pelo ICEA (FAB). O CHT válido deverá ser apresentado por ocasião das vistorias no helideque.

O Radioperador deverá:

1) acionar a EMCIA e a tripulação da Embarcação de Resgate com a antecedência mínima de 15 (quinze) minutos em relação à hora estimada de pouso da aeronave na plataforma;

2) acionar os operadores dos guindastes para que desenergizem todos os aparelhos e os posicione nos berços ou em posição segura, previamente definida e que não interfira com o SLO e com o SOAL do helideque;

3) manter contato rádio com a aeronave, transmitindo as informações aeronáuticas necessárias. Assuntos administrativos deverão ser tratados com o ALPH quando pousado;

4) manter escuta permanente até o pouso e "corte" dos motores do helicóptero na plataforma/embarcação e após a decolagem até o mesmo estabelecer contato com outra unidade;

5) utilizar o idioma portugues nas comunicações via rádio, realizadas entre a plataforma e aeronave, nas Águas Jurisdicionais Brasileiras;

6) manter comunicações com o ALPH e a tripulação do bote de resgate durante todo o período das operações aéreas;

7) fornecer as seguintes informações:

I) rumo da embarcação (quando aplicável) ou aproamento, informado em graus em relação ao Norte magnético;

II) direção e intensidade do vento, informada em graus e nós (kts), em relação ao norte magnético, na média dos últimos 2 minutos; e rajadas de vento (quando aplicável);

III) temperatura ambiente, informada em graus Celsius;

IV) condição do mar na escala Beaufort e, se possível, a temperatura da água;

V) pitch (caturro), roll (balanço), heave (arfagem), heave rate (velocidade de arfa-gem), inclination (inclinação) da embarcação, os valores máximos dos últimos 20 minutos; indi-cação de luz do HMS (verde ou vermelha) e a situação da luz de condi-

ção do helideque (status light - ligada ou desligada);

VI) prontificação do helideque; e

VII) movimentações conhecidas de aeronaves nas proximidades.

8) avisar, quando for o caso, por meio do sistema de alto-falante da embarcação/Plataforma: "Embarcação em operações aéreas, é proibido a utilização de RPA".

9) conhecer o PEA/PRE;

10) transmitir os dados sobre as condições meteorológicas e os movimentos da embarcação às operadoras de helicópteros e unidades de apoio em terra;

11) ajustar no HMS a categoria correta da aeronave que irá pousar no helideque;

12) antes das operações aéreas, solicitar ao técnico responsável pela manutenção da EPTA que verifique o funcionamento e gravação do sistema de vídeo, de áudio e de dados do HMS;

13) Preencher o livro registro de comunicações (LRC) até a aprovação do gravador de voz pela Aeronáutica; e

14) informar imediatamente ao Comandante da aeronave quando ocorrer vazamento de gás ou mudança de condição do helideque (luz encarnada no HMS e/ou status light ligada) na embarcação/plataforma.

e) Tripulação do Bote de Resgate

A tripulação do bote de resgate deverá:

1) manter bote pronto e guarnecido para o lançamento ao mar, de forma que esteja em condições de iniciar o seu deslocamento no mar para efetuar o resgate em até 2 (dois) minutos, durante as operações aéreas;

2) manter comunicações com o ALPH, Radioperador e Comando durante todo o período das operações aéreas, por meio de rádio transceptor VHF marítimo portátil;

3) estar em condições de efetuar os primeiros socorros e resgatar os sobreviventes de um acidente aeronáutico no mar, próximo à sua plataforma;

4) utilizar cinto de segurança, quando a bordo do bote de resgate, durante a execução das manobras de arriamento e de içamento, conectando-o no olhal do cabo de içamento/arriamento durante as manobras de arriamento e de içamento do mesmo. Poderá ser utilizado o equipamento "talabarte" para aumentar o cabo de segurança e facilitar a movimentação no bote. O cinto de segurança faz parte do equipamento de proteção individual (EPI) da tripulação do bote; e

5) conhecer o PEA/PRE.

f) Comandante do Helicóptero

O Comandante do Helicóptero deverá:

1) conhecer a NORMAM-27;

2) conhecer as normas do Comando da Aeronáutica e da ANAC em vigor;

3) manter contato bilateral com os órgãos de proteção ao voo, plataforma ou embarcação;

4) comunicar-se, via rádio, com a embarcação/plataforma de destino com antecedência mínima de trinta minutos da hora prevista para o pouso. Caso o tempo de voo venha ser inferior a trinta minutos, a comunicação deverá ser efetuada logo após a decolagem;

5) observar as normas de segurança para transporte de carga externa e de artigos restritos;

6) aceitar o recebimento de combustível devidamente testado na aeronave sob seu comando;

7) reportar à sua empresa as irregularidades encontradas;

8) verificar, antes do pouso/decolagem, se nas proximidades do helideque existe embarcação que possa vir a interferir na sua operação em caso de necessidade de utilização da performance monomotor do helicóptero;

9) atentar que tendo em vista o maior afastamento dos obstáculos da instalação, é recomendável que a aeronave realize a aproximação para o pouso pelo SLO. Observar a alínea g do item 0404; e

10) cumprir os regulamentos aeronáuticos em vigor quando se deslocar para helideques ou helideques adaptados em embarcações/plataformas.

g) Empresa Operadora do Helicóptero

A Empresa Operadora do Helicóptero deverá:

1) prover treinamento sobre a NORMAM-27 para os Pilotos de helicópteros;

2) comunicar à ANAC e ao proprietário ou armador ou operador, ao gerente de plataforma ou comandante da embarcação, irregularidades encontradas nos helideques pelos Comandantes dos Helicópteros;

3) assegurar que antes dos voos para plataformas/embarcações, todos os passageiros assistam o briefing de segurança;

4) informar ao operador da plataforma o envelope de vento para pouso e decolagem, os limites de vento para partida e parada dos motores, e os limites de balanço (roll), caturro (pitch) e arfagem (heave) para as operações aéreas, no que diz respeito às plataformas ou embarcações;

5) informar ao operador o horário previsto para pouso e decolagem no helideque de destino;

6) assegurar que as operações de pouso e decolagem somente sejam realizadas dentro dos limites definidos no envelope de pouso e decolagem do helicóptero;

7)conhecer a NORMAM-27; e

8) conhecer as normas do Comando da Aeronáutica e da ANAC, em vigor.

h) Proprietário ou Armador ou Operador

O proprietário/armador ou operador deverá:

1) garantir que o helideques satisfaçam aos requisitos estabelecidos nesta norma;

2) assegurar que antes dos voos partindo das plataformas/embarcações, todos os passageiros assistam o briefing de segurança;

3) informar à DPC e as empresas operadoras de helicópteros qualquer alteração das condições para as quais foi expedida a Portaria de Registro do Helideque;

4) para a movimentação de plataformas ou embarcações, proceder de acordo com o que prescreve o Capítulo 2 das Normas para Tráfego e Permanência de Embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM-08/DPC e considerar as condicionantes que influirão nas operações, tais como o alinhamento do eixo de aproximação e decolagem com o vento médio predominante no local e a localização de queimadores, dutos de exaustão de turbinas ou refrigeradores de ar, de forma a não interferirem na trajetória de aproximação e decolagem ou na superfície do helideque;

5) assegurar que as operações de pouso e decolagem somente sejam realizadas dentro dos limites definidos no envelope de pouso informado pela empresa operadora do helicóptero;

6) prover transporte aéreo entre a localidade sede da DPC e a cidade mais próxima da plataforma a ser vistoriada; transporte terrestre, nos deslocamentos urbanos; e hospedagem da Comitiva de Vistoriadores;

7) providenciar para a Comissão de Vistoriadores da MB um vôo offshore, exclusivo, destinado à plataforma/embarcação pertinente para realização das vistorias previstas nesta norma; e

8) conhecer as normas do Comando da Aeronáutica, ANATEL e da ANAC, em vigor.

0604 - SISTEMA DE GRAVAÇÃO DE VÍDEO E DE VOZ

O helideque deverá dispor de sistema de gravação de vídeo, com gravação contínua e sem usar sensores de movimento, para registro das operações aéreas (aproximação final, pouso e decolagem) com visualização conforme o esquema do Anexo 6A, e de gravação de voz, para registro das comunicações entre a aeronave e o Radioperador. Para melhorar o controle e a padronização de suas operações, as empresas aéreas poderão solicitar as imagens gravadas às unidades marítimas, que deverão compartilhá-las.

Os registros do sistema de gravação de vídeo e de voz deverão ser armazenados de acordo com os prazos estabelecidos nos Procedimentos para Preservação de Dados contidos na Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) n° 63-25, para o sistema de gravação de voz.

No caso de inoperância do sistema de gravação de voz e vídeo do helideque, o responsável pela unidade marítima deverá comunicar o fato imediatamente à DPC, estimando o prazo para o restabelecimento da condição operacional. A critério da DPC, se o tempo para o reparo do sistema for considerado excessivo, poderão ser aplicadas medidas paliativas de controle ou, até mesmo, restrição operacional.

O RPM deverá possuir um monitor de vídeo na estação rádio para a visualização do helideque.

Tal sistema constitui valiosa ferramenta para investigação em caso de acidente aeronáutico e prevenção em relação a possíveis ocorrências futuras.

0605 - STATUS LIGHT

A status lightquando ligada significará que o helideque não oferece condições seguras para o pouso e as aeronaves deverão permanecer afastadas, ou, se já pousadas, em caso de risco para a unidade marítima (vazamento de gás), deverão decolar imediatamente ou desligar seus motores; quando a status light estiver apagada significa que há condição segura para se operar naquele helideque.

Em plataformas de perfuração e/ou produção esse sistema deverá estar conectado ao sistema de alarme, sendo acionado automaticamente em caso de vazamento de gás na unidade marítima.

Quando o helideque estiver desguarnecido, em área com muitas embarcações/plataforma, ou quando os limites fornecidos pelo Sistema de Monitoramento de Helideque (Helideck Monitoring System -HMS) estiverem forados parâmetros, ou a embarcação estiver com algum sistema de alarme acionado que interfira com a operação do helideque, a status lightdevepermanecer ligada.

No período noturno, se não houver previsão para operações aéreas todas as luzes do helideque poderão ser desligadas.

Observação: o Comandante da aeronave deverá ser informado imediatamente, pelo ALPH e/ou RPM, quando ocorrer vazamento de gás ou mudança de condição do helideque (luz encarnada no HMS e/ou status lightligada) na embarcação/plataforma.

0606 - SANÇÕES

Os helideques só poderão operar com helicópteros se estiverem certificados e homologados, respectivamente, pela MB (DPC) e pela ANAC, em conformidade com a presente norma.

A utilização indevida dos helideques, detectada nas vistorias, comunicadas por algum operador de helicópteros ou através de denúncias comprovadas, implicará nas sanções previstas na legislação em vigor, podendo acarretar a suspensão, definitiva ou temporária, das operações aéreas pela ANAC, por solicitação da DPC ou do DECEA/CINDACTA, quando aplicável.

CAPÍTULO 7

PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E SALVAMENTO

0701 - PROPÓSITO

Descrever os requisitos básicos para a prevenção e o combate a incêndio nos helideques de plataformas e de embarcações.

0702 - GENERALIDADES

Os requisitos básicos para a prevenção e combate a incêndio e salvamento variam em função da categoria do helideque.

O fogo a bordo de aeronaves tem duas origens principais: combustível e elétrica. Em ambas as possibilidades os pilotos tem recursos, extintores nos compartimentos ou no interior da aeronave, para combatê-lo. Porém, após o pouso, queda, incidente ou acidente no helideque ou no mar, poderão necessitar de ajuda externa.

O combate a incêndio no helideque deverá ser coordenado pelo ALPH que deverá manter se possível, contato com a tripulação da aeronave.

0703 - COMBATE A INCÊNDIO

a) Sistema de aplicação de espuma - todo helideque deverá possuir sistema de combate a incêndio, dotado de ramais geradores de espuma, preferencialmente equidistantes, que garanta sua aplicação em todo o helideque e atenda aos requisitos constantes da tabela da alínea c abaixo. O tempo máximo para o início do emprego da espuma deverá ser de 15 (quinze) segundos a partir do acionamento dos monitores de espuma.

No caso da utilização de "monitores (canhões) de espuma" os helideques:

1) da categoria H1 deverão possuir, no mínimo, 2 (dois) monitores de espuma; e

2) das categorias H2 e H3 deverão possuir, no mínimo, 3 (três) monitores de espuma.

No caso da utilização do sistema pop-up spray ou DIFFS (Deck Integrated Fire Fighting System), estes deverão ser dotados de duas linhas de mangueira, com comprimento suficiente para alcançar qualquer parte do helideque, de modo a permitir o acesso ao interior do helicóptero ou que substitua o sistema em caso de falha. Tais mangueiras poderão ser equipadas com bicos, ligadas ao sistema gerador de espuma, ou alternativamente com aplicador manual de espuma com utilização de bombonas.

b) Extintores de Pó Químico e de Gás Carbônico - todo helideque deverá possuir, também, extintores de pó químico e de gás carbônico, com as quantidades e a capacidade, de acordo com a sua categoria, listadas no item a seguir.

c) Quantidade mínima dos agentes extintores

Categoria do helideque	Extintores de pó químico	Extintores portáteis de gás carbônico	Capacidade mínima do tanque do líquido gerador de espuma LGE (l) (AFFF 1%)	Capacidade mínima do tanque do líquido gerador de espuma LGE (l) (AFFF 3%)
H1	1 unid x 50 kg	3 unid x 6 kg	90	250
H2	2 unid x 50 kg	3 unid x 6 kg	170	500
H3	2 unid x 50 kg	3 unid x 6 kg	250	800

Notas:

1)A razão de descarga mínima dos monitores (canhões) de espuma deverá ser de 6 litros por metro quadrado por minuto;

2) A razão de descarga mínima das mangueiras para a produção de espuma deverá ser de 250 litros por minuto;

3) Os extintores de pó químico deverão ser posicionados de forma a garantir que o agente extintor alcance o centro do helideque e poderão ser substituídos por unidades de 25kg;

4) Em caso de falha de um dos "monitores de espuma", este poderá ser substituído, até o prazo máximo de 6 (seis) meses, por uma tomada de pressão de água, com mangueira equipada com bico e dispositivo de ligação ao gerador de espuma. Alternativamente, tal mangueira poderá ser equipada com aplicador manual de espuma com utilização de bombonas. A embarcação/plataforma deve informar a situação à DPC, estabelecendo o prazo para prontificação do sistema;

5) Os tanques para armazenamento de LGE deverão ter a capacidade identificada em litros e possuir um indicador de nível ou outro instrumento que informe a quantidade de líquido existente no reservatório. Se houver manômetro, este deverá possuir o laudo de aferição, a ser apresentado por ocasião da vistoria;

6) Os jatos dos monitores de espuma deverão alcançar o centro da área de toque, quando acionados simultaneamente e o lado oposto do helideque, quando acionados individualmente; e

7) O tanque de armazenamento de LGE poderá ser substituídos, temporariamente, por bombonas, desde que estas apresentem a sua capacidade em litros e tenha a quantidade determinada pela tabela acima. A embarcação/plataforma deve informar a situação à DPC, estabelecendo o prazo para prontificação do sistema.

Observação: nas vistorias, deverão ser apresentadas evidência documental da nota 1 e, caso possua DIFF, as da nota 2.

0704 - BOTE DE RESGATE

As plataformas e embarcações deverão possuir o bote de resgate, homologada pela DPC, para o resgate dos náufragos conforme as publicações Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Safety of Life at Sea - SOLAS) e Código Internacional de Dispositivos Salva-Vidas (International Life-Saving Appliance Code - LSA).

Poderão ser aceitas botes de resgate de fabricação estrangeira, desde que possuam Certificado de Homologação expedido por Autoridade Marítima estrangeira.

As plataformas desabitadas estão dispensadas de possuírem o bote de resgate, porém deverão possuir pelo menos uma balsa salva-vidas.

O sistema de arriamento e içamento deve ser testado quando da realização dos exercícios simulados. O tempo de arri6amento deve ser registrado na ocasião.

A tripulação deverá utilizar cinto de segurança individual quando a bordo do bote de resgate, conectando-o no olhal do cabo de içamento/arriamento durante as manobras de arriamento e de içamento do mesmo. Poderá ser utilizado o equipamento "talabarte" para aumentar o cabo de segurança e facilitar a movimentação no bote. O cinto de segurança faz parte do equipamento de proteção individual (EPI) da tripulação do bote.

0705 - FERRAMENTAS, MATERIAL DE APOIO E SALVAMENTO

Os helideques devem estar providos de ferramentas e material de apoio e salvamento, que serão armazenados em armários pintados de vermelho, adequadamente sinalizados, próximos ao helideque e devidamente protegidos do sol e da chuva. O local escolhido deve permitir, em caso de acidente, que os materiais sejam deslocados para o helideque imediatamente.

Deverão estar disponíveis, para pronto uso, os seguintes itens:

a) Ferramentas:

1) 1 (um) machado de bombeiro para salvamento (superior a 3kg);

2) 1 (um) pé de cabra de no mínimo 1m;

3) 1 (um) tesourão corta-vergalhão de no mínimo 0,60m;

4) 1 (uma) serra manual para metais;

5) 1 (um) alicate universal, isolado, de 8 (oito) polegadas;

6) 1 (uma) chave de fenda de 10 (dez) polegadas;

7) 2 (dois) corta-cinto; e

8) 3 (três) lanternas portáteis.

b) Material de Apoio:

1) 1 (uma) balança com capacidade mínima para 150kg, com certificado de aferição válido, colocada nas proximidades do helideque, a fim de efetuar a pesagem de pessoal, bagagem ou material a ser embarcado na aeronave;

2) 3 (três) pares de calços;

3) no mínimo, 4 (quatro) peias metálicas, ou de nylon, específicas para amarração de aeronaves, cujos engates sejam compatíveis com as búricas. Caso não seja possível o encaixe entre peias e búricas, poderão ser utilizadas manilhas, ou cintas de amarração de carga, com resistência igual ou superior a das peias;

4) 1 (uma) escada articulada ou de apoio, com altura compatível com as dimensões do maior helicóptero a operar a bordo; e.

5) 1 (uma) lona de sinalização de helideque interditado, Anexo 5-H.

Observação:

Os calços devem ser compatíveis com a roda do helicóptero. Experiência de operação de

helicóptero offshore mostrou que o calço mais eficaz para o uso em helideques é o tipo "sandbag OTAN". Em alternativa, podem ser utilizados calços tipo "triângulo de borracha" ou de uma só peça à frente e à ré. O "calço de borracha triangular" é geralmente eficaz em plataformas sem redes.

c) Roupa de combate a incêndio:

Cada BOMBAV deverá possuir um traje de combate a incêndio composto de:

1) roupa de aproximação e combate a incêndio ou capa 7/8 para bombeiro de aproximação e combate a incêndio;

2) máscara tipo balaclava;

3) protetor auricular;

4) capacete de bombeiro;

5) luvas de bombeiro; e

6) botas de bombeiro.

d) Material de salvamento:

1) um kit portátil de primeiros socorros;

2) 3 (três) macas rígidas flutuantes com imobilizador de cabeça; e

3) 1 (uma) ampola portátil de oxigênio e 2 (duas) máscaras.

0706 - PLATAFORMAS DESABITADAS

O helideque situado em plataforma fixa desabitada, onde a capacidade de salvamento é reduzida, deverá ser empregado apenas para pouso ocasional.

Quando existirem pessoas a bordo, a plataforma deverá ter pelo menos uma com o curso de ALPH, portando um rádio transceptor VHF aeronáutico e marítimo portátil, na frequência a ser combinada com a tripulação durante o briefing. Os demais não precisam ter o curso de BOMBAV, porém, necessitam saber utilizar os equipamentos e estar equipados com o traje de combate a incêndio.

As plataformas desabitadas, por não possuírem EPTA, não necessitam de gravador de voz. Nas unidades desabitadas a extração das imagens de vídeo poderá ser realizada remotamente.

Quando não existirem pessoas a bordo, as plataformas desabitadas deverão receber pessoal habilitado ao guarnecimento do helideque. A EMCIA deverá ser conduzida no primeiro voo e retirada no último voo para/da plataforma desabitada.

O indicador de direção de vento (biruta) deve seguir o item 0503 dessa norma.

Poderá existir um sensor indicador de direção e intensidade de vento (anemômetro), porém toda plataforma desabitada deverá possuir um anemômetro portátil.

Poderá existir um sensor de temperatura externa, próximo ao helideque.

Observação: se houver uma embarcação de apoio, ela deverá transmitir para a aeronave as condições de vento e temperatura na área da plataforma.

Deverão estar disponíveis, para pronto uso, no mínimo, os seguintes itens:

a) Ferramentas:

1) 1 (um) machado de bombeiro para salvamento (superior a três 3kg);
2) 1 (um) pé de cabra de no mínimo um metro;
3) 1 (um) tesourão corta-vergalhão de no mínimo 0,60m;
4) 1 (uma) serra manual para metais;
5) 1 (um) alicate universal, isolado, de 8 (oito) polegadas;
6) 1 (uma) chave de fenda de 10 (dez) polegadas;
7) 2 (dois) corta-cinto; e
8) 3 (três) lanternas portáteis.

b) Material de apoio:

1) 3 (três) pares de calços;
2) no mínimo 4 (quatro) peias metálicas, ou de nylon, específicas para amarração de aeronaves, cujos engates sejam compatíveis com as búricas;
3) 1 (uma) escada articulada ou de apoio, com altura compatível com as dimensões do maior helicóptero a operar a bordo; e
4) 1 (uma) lona de sinalização de helideque interditado, Anexo 5-H.

c) Material de salvamento:

1) 1 (um) kit portátil de primeiros socorros;
2) 1 (uma) maca rígida flutuante com imobilizador de cabeça; e
3) 1 (uma) ampola portátil de oxigênio e 2 (duas) máscaras.

d) Material de combate a incêndio:

1) 3 (três) extintores portáteis de pó químico de 6kg;
2) 3 (três) extintores portáteis de gás carbônico de 6kg; e
3) 1 (um) sistema de combate a incêndio dotado de "monitor de espuma" que garanta a aplicação em todo o helideque e atenda aos requisitos constantes da tabela da alínea c do artigo 0703.

e) Roupa de combate a incêndio:

Cada componente da EMCIA, exceto o ALPH, deverá possuir um traje de combate a incêndio composto de:

1) roupa de aproximação e combate a incêndio ou capa 7/8 para bombeiro de aproximação e combate a incêndio;
2) máscara tipo balaclava;
3) protetor auricular;
4) capacete de bombeiro;
5) luvas de bombeiro; e
6) botas de bombeiro.

f) Balsa salva-vidas:

Homologada conforme requisitos previstos na Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS) e com capacidade compatível com as aeronaves que podem operar naquele helideque. Esta balsa deve possuir dispositivo para o seu rápido lançamento em caso de necessidade.

Observação: Os itens acima são as exceções, todos os demais itens dessa norma deverão ser atendidos pelas plataformas desabitadas.

CAPÍTULO 8

ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

0801 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este capítulo contém informações gerais sobre abastecimento de aeronaves em plataformas marítimas e em embarcações offshore.

O sistema de abastecimento de combustível a bordo, para os tanques de armazenamento de combustível estáticos, deverá possuir:

a) tanque de armazenamento;
b) tanque de descarte;
c) sistema de distribuição;
d) tubulações, filtros e tomadas;
e) uma linha de mangueira de abastecimento para combustível, com os seus respectivos bicos de abastecimento (por gravidade e/ou por pressão);
f) um fio terra dimensionado para prover a descarga estática, com comprimento mínimo de 2,5m e terminais tipo macho e "jacaré"; e
g) um sistema de bombas que permita debitar 50 galões UK (227 litros) por minuto, no helideque, com uma pressão mínima de 40 psi.

O projeto dos sistemas de combustível deve prever a contenção de possíveis derramamentos, bem como facilitar o combate a incêndio nestes sistemas e ter ainda a capacidade de isolamento de outras áreas da unidade.

Observação: para os tanques de armazenamento de combustível transportáveis, deverá ser cumprido o que consta no capítulo 7 da CAP 437.

0802 - TANQUE DE ARMAZENAMENTO

O tanque de armazenamento deve atender às especificações da Intergovernmental Marine Consultative Organization (IMCO). Deverá possuir equipamentos filtrantes e recursos que permitam a recirculação através de filtro coalescedor e separador, além de facilidades para drenagem.

Os tanques de armazenamento devem possuir:

a) indicação externa da capacidade do tanque;
b) dispositivo para medição do nível de combustível no tanque. Caso seja utilizada uma vareta de sondagem, esta não deve tocar na parede interna do tanque, a fim de se evitar qualquer arranhão, especialmente nos tanques revestidos; e
c) tratamento contra corrosão e acabamento na cor amarela.

0803 - TANQUE DE DESCARTE

Deve haver um tanque apropriado para descartar as amostras de combustível drenadas.

0804 - SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

O sistema de distribuição para transferir o combustível do tanque de armazenamento para a aeronave deve incluir, no mínimo, os componentes descritos a seguir:

a) Bomba - deve ser capaz de fornecer até 50 galões UK (225 litros) por minuto sob condições de fluxo normal e pressão de trabalho mínima de 40 psi e máxima de 60 psi. O botão remoto de partida e de interrupção deverá estar localizado nas proximidades do helideque e o botão de parada de emergência deverá estar próximo à bomba. A luz âmbar intermitente de aviso de funcionamento da bomba deverá ser visível pela equipe de abastecimento da aeronave.

Os manuais de operação normal e de emergência devem estar a bordo.

b) Equipamentos Filtrantes - devem ser instalados filtros coalescedores e separadores dotados de manômetro diferencial de pressão cujos elementos filtrantes estejam em consonância com as normas em vigor. Estes filtros devem fornecer proteção contra partículas de um mícron e estarem dispostos no sistema de modo que seja possível realizar a drenagem e a recirculação pelos filtros e bico de abastecimento.

Pelo menos um filtro do tipo monitor, cujos elementos filtrantes atendam às normas em vigor, deverá ser instalado imediatamente antes da passagem do combustível para o mangote de abastecimento. Tal dispositivo tem como principal finalidade bloquear a passagem do combustível de aviação, caso apresente teor de água superior ao limite aceitável.

Os filtros devem possuir placas com a identificação do fabricante bem como dos elementos filtrantes, com a identificação da última inspeção e troca realizada, conforme as normas em vigor.

c) Medidor de Fluxo - deve ser volumétrico e dimensionado para atender à taxa de fluxo, devendo ser calibrado regularmente em conformidade com as recomendações do fabricante. O medidor de fluxo deve incluir um filtro e um eliminador de ar.

d) Mangote de Abastecimento - deve atender as normas em vigor, devendo ser armazenado em carretel apropriado à sua dimensão e protegido contra a ação da chuva e dos raios solares.

e) Cabo de Aterramento - deve ser utilizado para prover descarga de eletricidade estática antes do início do abastecimento. As extremidades do cabo devem ser conectadas, de um lado, ao sistema de distribuição e do outro, à estrutura da aeronave através de um dispositivo de desconexão rápida.

f) Bico de Abastecimento - o abastecimento de aeronaves pode ser realizado por gravidade ou por pressão. É recomendável que a unidade possua os dois tipos de abastecimento, para abranger todos os modelos de aeronaves.

g) Proteção Contra Exposição ao Tempo - o sistema de distribuição deve ser protegido de intempéries, minimizando a deterioração dos mangotes e a contaminação por poeira e água.

0805 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COMBUSTÍVEL

O armazenamento, o manuseio e o controle da qualidade do combustível de aviação são fundamentais para a segurança das operações aéreas, pois combustível contaminado por água ou por partículas sólidas pode levar ao apagamento do motor.

Procedimentos mínimos para a garantia da qualidade do combustível.

a) Amostra de Combustível - regularmente devem ser retiradas do bico de abastecimento amostras do combustível para verificar a presença de partículas sólidas e de água. As amostras devem ser acondicionadas em vasilhames cujos requisitos constam da alínea b. Caso sejam utilizados acessórios na coleta das amostras (funil, etc.), estes devem ser de aço inoxidável, vidro ou alumínio e devem estar absolutamente limpos antes da coleta, de forma a não contaminar a amostra.

Não sendo observada presença de impurezas (partículas sólidas), as amostras deverão ser testadas quanto à presença de água, utilizando-se teste apropriado, como por exemplo, o Shell Water Detector e o Exxon Hidrokit.

b) Vasilhames para Amostra de Combustível - devem ser de vidro ou de aço inox com no máximo dois litros de capacidade e estar absolutamente limpos antes de receber as amostras. Os vasilhames com as amostras colhidas e testadas devem ter a data do teste afixada e devem ser guardados por um período mínimo de 48 horas, abrigados da luz e do calor.

A armazenagem de tais amostras será verificada por ocasião das vistorias.

c) Tanques de Armazenamento - os tanques de armazenamento estático devem ser submetidos a inspeções regulares, com periodicidade dependente do material constitutivo do tanque. Caso o tanque de armazenamento seja de aço carbono com revestimento em epóxi (na cor clara) deverá ser inspecionado pelo menos uma vez por ano; caso seja de aço inoxidável estas inspeções devem ocorrer a cada 2 (dois) anos.

Deverá ser apresentado aos vistoriadores o certificado de qualidade do combustível, entregue pelo fornecedor do combustível ao operador, referente ao último abastecimento.

Os laudos das inspeções realizadas deverão ser mantidos arquivados e poderão ser verificados por ocasião das vistorias realizadas pela DPC.

d) Sistemas de Distribuição - devem ser inspecionados a cada 3 (três) meses. Além disso, devem estar sujeitos a inspeções diárias, semanais e mensais, executadas pelo pessoal de abastecimento do helideque, para garantir qualidade satisfatória do combustível.

1) Inspeções Diárias - a realização destas inspeções deve ser registrada em livro próprio e na Ficha de Inspeção Diária, conforme modelo do Anexo 8-A. Os seguintes procedimentos devem ser seguidos:

I) Filtros - remover o combustível do coletor até ficar limpo. A amostra deve ter a coloração correta, visualmente limpa, clara e livre de qualquer material sólido. A amostra (QAV-1) deve ser analisada, verificando se há sinais de água dissolvida, usando seringa e cápsula de detecção de água; e

II) Tanque de Armazenamento - retirar também uma amostra de combustível de cada compartimento do tanque de armazenamento e verificar sua qualidade conforme descrito na alínea a. Retirar outra amostra da extremidade da mangueira e verificar sua qualidade conforme procedimento descrito acima. Verificar condições dos drenos, dos suspiros e das válvulas quanto ao aspecto físico e vazamento.

Reter as amostras de combustível retiradas de acordo com os incisos I e II acima, por pelo menos 48 horas, a fim de permitir que sejam analisadas no caso de acidente aeronáutico.

2) Inspeções Semanais - a realização destas inspeções deve ser registrada em livro próprio e na Ficha de Inspeção Semanal, conforme modelo do Anexo 8-B.

I) Indicador da pressão diferencial - durante o abastecimento, a leitura do indicador da pressão diferencial deve ser anotada e registrada nas fichas técnicas de registro do filtro;

II) Todo o sistema - é necessária a verificação geral de todo o sistema, com especial atenção aos vazamentos e ao estado das conexões, verificando se estão todas limpas e hermeticamente fechadas;

IV) Filtros - os filtros instalados nos injetores e nas junções de abastecimento devem ser inspecionados e limpos. Durante as inspeções, a condição de vedação deve ser verificada;

V) Mangote de distribuição - o filtro deve ser removido e inspecionado; e

VI) Cabo de aterramento - deve ser inspecionado quanto às condições gerais e conexões elétricas.

3) Inspeções Trimestrais - as inspeções trimestrais devem ser executadas por pessoal qualificado. As inspeções dependem do tipo de instalação e servem como guia geral. Itens adicionais podem ser inclusos, conforme necessário.

A realização destas inspeções deve ser registrada em livro próprio e na Ficha de Inspeção Trimestral, conforme modelo do Anexo 8-C. Os seguintes procedimentos devem ser seguidos:

I) Unidades de filtragem, linha de decantação, filtro monitor e distribuidor - obter amostra de combustível e inspecionar a aparência e a presença de água. Anotar os resultados da inspeção da amostra nas respectivas fichas de registros. Se as amostras forem insatisfatórias, isto pode indicar a presença de crescimento bacteriológico no separador. Se isto ocorrer, abrir o recipiente do filtro e inspecionar quanto à presença de aditivos detersivos, presença bacteriológica, danos mecânicos e a condição do revestimento (se aplicável). Limpar qualquer depósito e executar teste de água no separador de água;

II) Mangote - executar inspeção visual da mangueira enquanto estiver sob pressão do sistema. Inspecionar danos externos, áreas amassadas, cocas, vazamentos e qualquer outro sinal de defeito. Inspecionar cuidadosamente as seções da mangueira no espaço de 45 cm de distância das junções, pois estas seções estão especialmente propensas à deterioração;

III) Bomba - remover, limpar e inspecionar os filtros. Se for pneumática, remover as unidades do lubrificante da linha de ar, do regulador e do separador de água, e executar a manutenção necessária;

IV) Carretel do mangote - verificar o correto funcionamento do mecanismo do carretel e lubrificar as engrenagens do mecanismo;

V) Bico de abastecimento - inspecionar o funcionamento para garantir que o funcionamento está correto e que não haja vazamentos. Remover, limpar e inspecionar visualmente os filtros cônicos e substituir se for necessário. As tampas antipoeira devem estar corretamente posicionadas e fixadas; e

VI) Cabo de aterramento - inspecionar, quanto ao estado geral e continuidade, as garras e os pinos de conexão, substituindo-os se necessário.

4) Inspeções Semestrais - as inspeções semestrais devem ser executadas por pessoal qualificado. Devem incluir todos os elementos das inspeções trimestrais, além disso, incluir os procedimentos abaixo:

I) Unidades de filtragem, linha de decantação, filtro monitor e distribuidor - inspecionar o funcionamento do indicador da pressão diferencial (substituir o elemento do filtro se o limite da pressão diferencial tiver sido ultrapassado); e

II) Bomba - inspecionar todos os circuitos elétricos. Inspecionar o nível do óleo da caixa de engrenagem conforme apropriado. Inspecionar se a junção entre motor e bomba está desgastada ou com sinais de desalinhamento. Consultar a programação de manutenção recomendada pelo fabricante da bomba para ver se há itens adicionais.

A realização destas inspeções deve ser registrada em livro próprio e na Ficha de Inspeção Semestral, conforme modelo do Anexo 8-D.

Observação:

Todos os itens do sistema poderão ser verificados por ocasião da vistoria, inclusive com a retirada de amostras para a realização de testes.

0806 - PROCEDIMENTOS DE ABASTECIMENTO DE AERONAVE

O ALPH deve ser notificado antes do início do abastecimento.

O abastecimento das aeronaves deverá ser efetuado por pessoal qualificado. A Embarcação ou Plataforma homologada para abastecimento de combustível de aviação deverá possuir pessoal certificado para este abastecimento durante todo operíodo de homologação do helideque.

Todos os passageiros devem desembarcar do helicóptero e retirar-se do helideque antes do início do abastecimento. A equipe de combate a incêndio deve estar pronta durante toda operação de abastecimento.

Os seguintes procedimentos devem ser executados por ocasião dos abastecimentos:

a) retirar amostra de combustível da extremidade do bocal para o abastecimento por gravidade ou do ponto de drenagem do separador de água, para o abastecimento por pressão;

b) realizar teste de detecção de água. Um dos pilotos deve presenciar o teste a fim de verificar que o resultado esteja dentro do limite aceitável;

c) conectar o cabo de aterramento à aeronave;

d) conectar a tomada de abastecimento por pressão à aeronave. O responsável pela faina deve posicionar-se próximo ao ponto de abastecimento. Caso o abastecimento seja por gravidade, a tomada do tanque da aeronave deve ser aberta e o bico de abastecimento inserido. O abastecimento deve ser controlado e interrompido pelo piloto assim que confirmar o recebimento da quantidade desejada. Não se recomenda a realização do abastecimento por gravidade simultaneamente com a ocorrência de chuva;

e) acionar a válvula de corte imediatamente se alguma anormalidade for observada durante o abastecimento;

f) remover o bico de abastecimento ou desconectar a tomada de abastecimento por pressão, conforme o caso, e recolocar a tampa do tanque da aeronave. Por fim, desconectar o cabo de aterramento secundário;

g) remover o mangote de abastecimento do helideque e executar verificação final para certificar-se de que a tampa do tanque de combustível da aeronave está corretamente colocada; e

h) desconectar o cabo de aterramento principal da aeronave. O mangote deve ser enrolado no respectivo carretel.

0807 - CERTIFICADO DO SISTEMA DE COMBUSTÍVEL DE AVIAÇÃO

A Embarcação ou Plataforma que desejar incluir na homologação do helideque o abastecimento de combustível deverá, por ocasião da solicitação de vistorias, apresentar um certificado do sistema de combustível, emitido por Organização reconhecida pela DPC, explicitando que o mesmo se encontra em condições seguras para a condução de abastecimento de combustível de aviação; conforme o Anexo 8-E. Esse documento terá a validade de 5 (cinco) anos, sendo endossado anualmente, e deverá ter sido emitido há, no máximo, 2 (dois) anos da data da vistoria, de modo a contemplar todo o período de vigência da Portaria de Registro.

Observação:

A Diretoria de Portos e Costas não realiza a homologação de sistemas de combustível de embarcações/plataformas marítimas.

CAPÍTULO 9

SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES E DE NAVEGAÇÃO

0901 - PROPÓSITO

Este capítulo trata das características dos sistemas de comunicação e auxílio à navegação. A legislação aeronáutica brasileira prevê que toda estação que realize comunicações ou que preste serviço de tráfego aéreo a aeronaves deve cumprir requisitos específicos que variam de acordo com a natureza das comunicações e com os serviços prestados. Estas estações são denominadas Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e Tráfego Aéreo (EPTA) e são normatizadas por Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 63-10, que relaciona as definições e os requisitos necessários para a instalação de uma EPTA.

0902 - CLASSIFICAÇÃO DO HELIDEQUE QUANTO À NAVEGAÇÃO

a) Helideques Estacionários - são os localizados em plataformas marítimas ou em embarcações que serão homologados para operar em uma posição geográfica estacionária nas AJB.

Dependendo do tipo de embarcação, esta posição pode sofrer variações toleráveis, e neste caso, a posição informada deverá ser a posição da amarração ao fundo.

A posição deverá constar da FRH e será publicada na sua Portaria de Registro, sempre em coordenadas geográficas e com precisão de décimos de minutos.

Serão considerados helideques estacionários, aqueles com previsão de operar em uma mesma posição geográfica por, no mínimo, um ano.

b) Helideques de Posição Variável - são os localizados em plataformas marítimas ou em embarcações que, tendo em vista a natureza de operação nomádica, serão homologados para operar em qualquer posição ou área geográfica nas AJB.

0903 - COMUNICAÇÕES

Todas as comunicações realizadas entre helideques e aeronaves devem ser efetuadas no idioma português.

A sala de rádio deve ser homologada como EPTA categoria "M", em conformidade com a Norma ICA em vigor, e o Radioperador deve ter formação específica.

As comunicações compreendem a troca de informações necessárias à aproximação da aeronave e sua preparação para o pouso, ou seja, a realização do contato inicial com o helideque por parte da aeronave e o recebimento de informações sobre as condições na AAFD, que devem ser obtidas a partir do Sistema de Monitoramento de Helideque (Helideck Monitoring System - HMS).

Estas informações incluem:

a) rumo da embarcação (quando aplicável) ou aproamento, informado em graus em relação ao Norte magnético;

b) direção e intensidade do vento, informada em graus e nós (kts), em relação ao norte magnético, na média dos últimos 2 minutos; e rajadas de vento (quando aplicável);

c) temperatura ambiente, informada em graus Celsius;

d) pitch (caturro), roll (balanço), heave (arfagem), heave rate (velocidade de ar-

fagem), inclination (inclinação) da embarcação, dos valores máximos dos últimos 20 minutos; condição da luz do HMS (verde ou vermelha) e a situação da luz de condição do helideque (status light - ligada ou desligada);

e) condição do mar na escala Beaufort e, se possível, a temperatura da água;

f) prontificação do helideque; e

g) movimentações conhecidas de aeronaves nas proximidades.

O ALPH deverá comunicar-se diretamente com a aeronave para alertar os pilotos sobre situações de risco ou em caso de emergência.

As comunicações na frequência aeronáutica devem limitar-se a assuntos de interesse da aeronave e não devem ser trafegados assuntos administrativos. Outros assuntos, como o pronto do helideque, quantidade de passageiros a embarcar e desembarcar, carga a ser transportada, etc, devem ser trafegados entre ALPH e embarcação/plataforma por outra frequência.

Nas plataformas desabitadas não há necessidade de existir uma EPTA categoria "M" registrada, no entanto, deve haver pelo menos um rádio transceptor VHF aeronáutico portátil ou marítimo portátil, que opere na frequência das aeronaves.

Observação: O RPM da EPTA categoria "M" não é autorizado a realizar serviço de controle de tráfego aéreo.

0904 - SISTEMA DE MONITORAMENTO DE HELIDEQUE

Toda EPTA categoria "M", deverá possuir um Sistema de Monitoramento de Helideque (Helideck Monitoring System - HMS). Este equipamento fornece informações de vento (direção, intensidade e rajadas), temperatura ambiente, dos movimentos do helideque em tempo real, armazenamento de dados, ferramentas de relatórios e alarmes críticos. Tem como objetivo auxiliar na segurança das operações aéreas.

O Responsável pela embarcação (Gerente de Plataforma ou Comandante) deverá:

- suspender as operações aéreas quando os movimentos do helideque de suas unidades estiverem acima dos valores indicados nas tabelas a seguir apresentadas;

- garantir que os dados sobre o movimento da unidade sejam encaminhados às operadoras de helicópteros e às unidades de apoio de terra;

- garantir que os dados sejam fidedignos e tenham a precisão adequada;

- garantir que os instrumentos de medida e os sistemas associados sejam adequadamente aferidos, calibrados e manutenidos;

- garantir que a calibração dos instrumentos e sensores deve ser realizada segundo as especificações técnicas estabelecidas pelos fabricantes, se não houver intervalo definido deverá ser efetuada a cada 24 meses, e em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Rede Brasileira de Calibração (RBC), constituída por laboratórios credenciados ou reconhecidos pelo Inmetro; e

- certificar-se que os sensores de movimento devem ser posicionados no piso do helideque. Caso não seja possível, os valores apresentados de caturro (pitch), balanço (roll) arfagem (heave), velocidade de arfagem (heave rate) e inclinação (inclination) devem ser corrigidos para a altura e a posição do helideque, enquanto termômetros e sensores de vento devem ser instalados, mandatoriamente, próximos ao helideque.

A seguir, são estabelecidos os limites dos movimentos do helideque que devem ser aplicados nas unidades marítimas flutuantes e, quando satisfeitos, o helideque estará seguro para o pouso e decolagem.

a) Procedimento a ser adotado:

1) com movimento de balanço, caturro, inclinação; e velocidade de arfagem superior aos valores constantes da tabela a seguir apresentada, o helideque deverá estar fechado para as operações aéreas;

2) o valor de arfagem só constitui limite a ser observado, quando não estão disponíveis informações sobre a velocidade de arfagem;

3) com valores iguais ou inferiores aos indicados na tabela, a avaliação quanto às condições para que o pouso e/ou decolagem sejam efetuados será do comandante da aeronave.

4) em condições normais, se no HMS acender a luz encarnada por haver excedido o limite de algum parâmetro de pitch, roll, heave, heave rate, inclination ou de intensidade ou rajada de vento, o RPM fechará o helideque para operações aéreas através da status light. Em situações de emergência, seja da aeronave ou da Unidade Marítima (UM), permanecem em vigor todas as orientações constantes no Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) e nos Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil (RBAC). A decisão do Comandante da aeronave deverá ser informada à UM, via EPTA.

b) Categoria de helicópteros:

1) Categoria A - compreende todas as séries dos helicópteros AS332, EC225, S-61; S-92; AW189, H175 e outros considerados super médios e de grande porte;

2) Categoria B - compreende todos os helicópteros não incluídos na Categoria A, todas as séries dos helicópteros AS365, EC135, EC155, S76, B212/B412, AW139, AW169 e H145.

c) Classe de helideques:

1) Classe 1 - compreende os helideques de plataformas semi-submersíveis; de FPSO; de unidades flutuantes de armazenamento (FSU); de cábreas e barcaças, semi-submersíveis ou não; de embarcações de produção; de navios-tanque convertidos e de outras embarcações de porte equivalente, com boas referências visuais;

2) Classe 2 - compreende os helideques de embarcações (ex: DSV, sísmicos, apoio marítimo, etc.) que, oferecem boas referências visuais durante as operações de pouso e decolagem, instalados na popa ou a meia-nau; e

3) Classe 3 - compreende os helideques de embarcações que, oferecem poucas referências visuais durante as operações de pouso e decolagem, instalados na proa ou acima da superestrutura.

Tabela 1 - Limites de movimento das unidades marítimas flutuantes

Helicóptero	*Período de Operação*	*Helideque*											
		Classe 1				*Classe 2*				*Classe 3*			
		B/C	*Inc*	*VArf (m/s)*	*Arf (m)*	B/C	Inc	VArf (m/s)	Arf (m)	B/C	Inc	VArf (m/s)	Arf (m)
Categoria A	*Diurno*	±3°	3,5°	1,3	5,0	±2°	2,5°	1,0	3,0	±2°	2,5°	1,0	3,0
	Noturno	±3°	3,5°	1,0	4,0	±2°	2,5°	0,5	1,5	±1°	1,5°	0,5	1,5
Categoria B	*Diurno*	±4°	4,5°	1,3	5,0	±3°	3,5°	1,0	3,0	±3°	3,5°	1,0	3,0
	Noturno	±4°	4,5°	1,0	4,0	±2°	2,5°	0,5	1,5	±1,5°	2,0°	0,5	1,5

- B/C - balanço e caturro (roll e pitch);

- Inc - inclinação;

- VArf - velocidade de arfagem; é a velocidade média do centro do helideque, quando este se desloca entre o máximo e o mínimo da maior oscilação vertical; e

- Arf - arfagem é o deslocamento vertical do centro do helideque.

Observações:

I) Não confundir arfagem do helideque com arfagem da embarcação, que é o deslocamento vertical do centro de gravidade da embarcação;

II) Os valores de B/C, Inc, VArf e Arf são os valores máximos ocorridos nos últimos 20 minutos de intervalo;

III) A embarcação lançará na sua ficha registro de helideque a qual classe

pertence, mas, a DPC poderá alterá-la caso não concorde com essa indicação;

IV) Os helideques instalados na proa e/ou acima da superestrutura das embarcações serão sempre classe 3;

V) Embarcações com helideques a meia-nau serão sempre da classe 2; e

VI) Helideques adaptados, localizados à meia-nau, sobre a tampa do porão de carga (hatch cover) ou na lateral do convés principal de navios serão sempre classe 3.

Nas unidades em que não estiver diretamente disponível a medida de inclinação, seu valor será obtido por meio da Tabela 2, combinando-se o balanço e o caturro da unidade.

Tabela 2 - Cálculo da inclinação a partir do balanço e do caturro

		Balanço								
		0,0°	0,5°	1,0°	1,5°	2,0°	2,5°	3,0°	3,5°	4,0°
Caturro	0,0°	0,0°	0,5°	1,0°	1,5°	2,0°	2,5°	3,0°	3,5°	4,0°
	0,5°	0,5°	0,7°	1,1°	1,6°	2,1°	2,5°	3,0°	3,5°	4,0°
	1,0°	1,0°	1,1°	1,4°	1,8°	2,2°	2,7°	3,2°	3,6°	4,1°
	1,5°	1,5°	1,6°	1,8°	2,1°	2,5°	2,9°	3,4°	3,8°	4,3°
	2,0°	2,0°	2,1°	2,2°	2,5°	2,8°	3,2°	3,6°	4,0°	4,5°
	2,5°	2,5°	2,5°	2,7°	2,9°	3,2°	3,5°	3,9°	4,3°	4,7°
	3,0°	3,0°	3,0°	3,2°	3,4°	3,6°	3,9°	4,2°	4,6°	5,0°
	3,5°	3,5°	3,5°	3,6°	3,8°	4,0°	4,3°	4,6°	4,9°	5,3°
	4,0°	4,0°	4,0°	4,1°	4,3°	4,5°	4,7°	5,0°	5,3°	5,7°

Exemplo: se o balanço for de 2,5º e o caturro de 3,0º, a inclinação será de 3,9º, conforme mostrado na tabela a seguir:

		Balanço								
		0,0°	0,5°	1,0°	1,5°	2,0°	2,5°	3,0°	3,5°	4,0°
Caturro	0,0°	0,0°	0,5°	1,0°	1,5°	2,0°	2,5°	3,0°	3,5°	4,0°
	0,5°	0,5°	0,7°	1,1°	1,6°	2,1°	2,5°	3,0°	3,5°	4,0°
	1,0°	1,0°	1,1°	1,4°	1,8°	2,2°	2,7°	3,2°	3,6°	4,1°
	1,5°	1,5°	1,6°	1,8°	2,1°	2,5°	2,9°	3,4°	3,8°	4,3°
	2,0°	2,0°	2,1°	2,2°	2,5°	2,8°	3,2°	3,6°	4,0°	4,5°
	2,5°	2,5°	2,5°	2,7°	2,9°	3,2°	3,5°	3,9°	4,3°	4,7°
	3,0°	3,0°	3,0°	3,2°	3,4°	3,6°	3,9°	4,2°	4,6°	5,0°
	3,5°	3,5°	3,5°	3,6°	3,8°	4,0°	4,3°	4,6°	4,9°	5,3°
	4,0°	4,0°	4,0°	4,1°	4,3°	4,5°	4,7°	5,0°	5,3°	5,7°

d) Para os helideques instalados em boias de amarração de navios-tanque, os limites são de ±2º durante o dia e de ±1º durante a noite, para balanço, caturro e inclinação, para todas as categorias de helicópteros.

Boias de amarração de navios-tanque são boias de grandes dimensões, dotadas de helideque e usadas no armazenamento de óleo e no carregamento de navios-tanques.

e) Em plataformas fixas, os parâmetros de movimento (balanço, caturro, inclinação e arfagem) não são aplicáveis. Estas plataformas deverão dispor de um sistema que apresente e registre as informações de vento (direção, intensidade e rajadas) e temperatura, seguindo os mesmos requisitos dos sistemas HMS para estes parâmetros.

f) Poderão ser consideradas como plataformas fixas as unidades marítimas que, embora flutuantes, possuam constantemente grande estabilidade, do tipo Tension Leg Wellhead Platform (TLWP), e movimentos reduzidos de caturro, balanço e arfagem (menos que 1º de C/B e menos de 1m de Arf/VArf) no período de 6 meses, medidos pelo equipamento HMS.

g) Em caso de indisponibilidade do HMS, nas embarcações dotadas de Posicionamento Dinâmico (DP), o RPM deverá obter as informações de movimento do sistema DP; as que não possuem este sistema deverão realizar a observação dos parâmetros, através de clinômetros ou de inclinômetros (de Balanço e de Caturro) mecânicos instalados dentro da EPTA, por cerca de 2 minutos e registrar como leitura o valor máximo do período.

Se a embarcação/plataforma não possuir inclinômetros mecânicos o helideque deve ser fechado para operações aéreas até a prontificação do HMS. A embarcação/plataforma deve informar a situação à DPC, estabelecendo o prazo para prontificação do sistema do HMS.

h) Os registros do sistema de gravação dos dados do HMS deverão ser armazenados de acordo com os prazos estabelecidos nos Procedimentos para Preservação de Dados contidos na Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) n° 63-25.

i) Os RPM deverão atentar para inserirem no HMS a classe da embarcação (1, 2 ou 3) e a categoria da aeronave (A ou B) que está sendo recebida pela embarcação.

0905 - RADIOFAROL (NDB)

Poderá ser instalado nas plataformas marítimas e nas embarcações para balizar um procedimento de aproximação por instrumentos do tipo "não precisão", homologado juntamente com uma EPTA categoria "A" ou como EPTA categoria "C", em conformidade com o disposto na Norma ICA em vigor. Nesse caso, o helideque deve ser do tipo estacionário. A solicitação de implantação deve ser encaminhada ao Órgão Regional DECEA.

As plataformas e as embarcações com helideques, com EPTA categoria "M", não necessitam possuir NDB, entretanto, com intuito de incrementar a segurança de voo, é possível que toda unidade móvel possua NDB com alcance mínimo de trinta milhas náuticas. O NDB pode ser instalado apenas como auxílio de localização, NÃO poderá ser usado para nenhum procedimento IFR, mas deve ser registrado pelo Comando da Aeronáutica e devidamente registrado, possuindo frequência específica. Esse NDB deve ser ligado apenas a pedido do piloto da aeronave com que a unidade se comunica, para auxiliar na localização, e deve ser desligado logo que cesse a necessidade do seu uso.

CAPÍTULO 10

GERENCIAMENTO DA SEGURANÇA OPERACIONAL

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE RISCO E PLANO DE EMERGÊNCIA AERONÁUTICA

1001 - PROPÓSITO

Orientar a execução do Gerenciamento da Segurança Operacional para elaboração e manutenção de um Relatório de Análise de Risco (RAR) e Plano de Emergência Aeronáutica (PEA) ou Plano de Resposta a Emergência com Aeronaves (PRE) onde deverão ser identificados os perigos inerentes à operação de helicópteros na embarcação/plataforma, realizada a avaliação de risco e a implementação das medidas de controle necessárias (barreiras), a fim de se manter, dentro de um adequado nível de segurança, as operações aéreas no helideque e, na sequência, prover um PEA/PRE, adequado ao nível da operação, que deverá ser elaborado e apresentado por todas as embarcações/plataformas marítimas que operem helideques homologados.

1002 - GENERALIDADES

A finalidade deste capítulo é definir os requisitos mínimos para um operador ter seu Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO) voltado para a avaliação de risco e redução de risco, bem como para o planejamento de resposta a uma emergência aeronáutica ocorrida durante as operações no helideque.

É aplicável a todos os provedores de serviços de aviação e operadores de embarcações/plataformas detentores de helideques homologados que executem operações offshore.

Os Sistemas de Gerenciamento de Segurança Operacional ou de Aviação, como são chamados (SGSO ou SGSA) fazem parte dos requisitos regulamentares adotados pela Agencia Nacional de Aviação Civil (ANAC) para todos os Operadores de Aeronave.

Os operadores de embarcações/plataformas detentoras de helideques homologados e os operadores de aeronaves contratados são obrigados a cumprir os regulamentos nacionais da ANAC aplicáveis ao SGSO, na medida em que se relacionam nas operações aéreas pela infraestrutura associada (helideques e equipamentos), tornando-se assim corresponsáveis pela segurança das operações do binômio embarcação/plataforma e aeronave.

As embarcações/plataformas devem exigir que os operadores de aeronave comuniquem quaisquer alterações na tolerância ao risco que possam resultar em mudanças nos processos de gestão, procedimentos, práticas ou quaisquer outras ligadas à gestão do risco para cada tipo de aeronave autorizada e contratada para as operações de transporte de passageiros e carga para determinada embarcação/plataforma marítima.

Todo Gestor deve ter em mente que é impossível eliminar todos os riscos. Entretanto, os riscos podem ser minimizados a um nível tão baixo quanto racionalmente praticável. A mitigação do risco é um equilíbrio entre tempo (rapidez), custos e as dificuldades para reduzir ou eliminar os riscos. A elaboração do RAR ajuda a elencar os motivos das decisões e a obter a aceitação e comprometimento de todos os envolvidos nas operações.

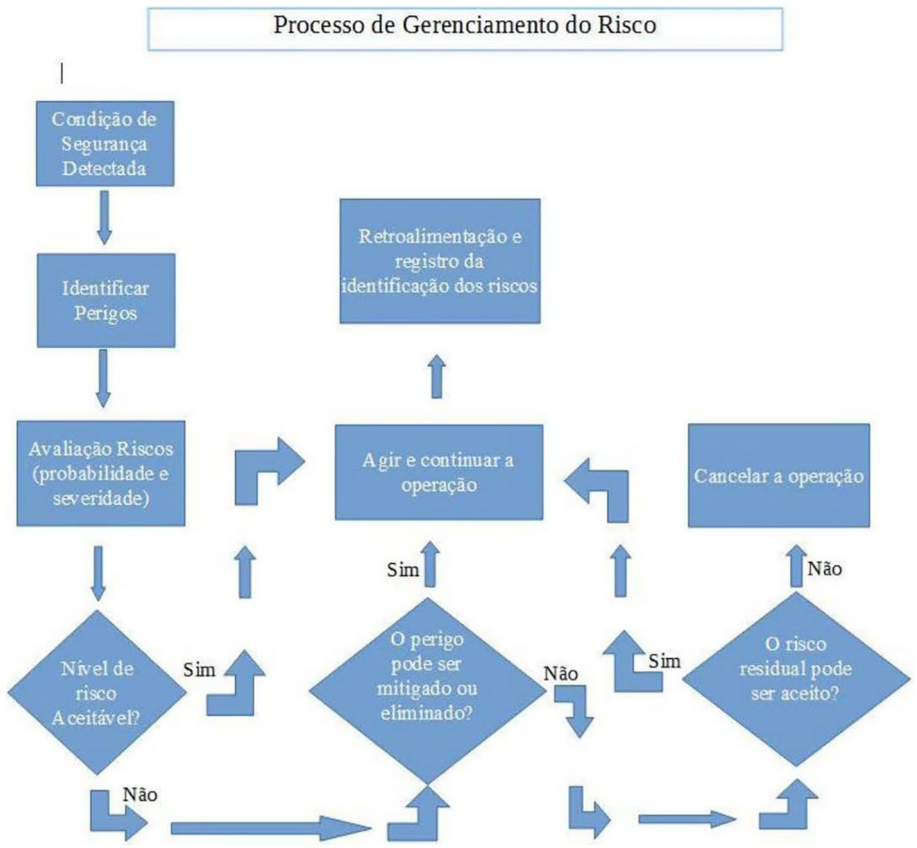
O PEA/PRE contém as providências a serem tomadas desde o instante em que se caracteriza a emergência até o momento em que a infraestrutura aeronáutica é desinterditada para as operações normais, a fim de:

- garantir a eficácia da transição das atividades de rotina para as operações de emergência;
- definir a delegação de autoridade para as operações de emergência, estabelecendo a sua competência e os seus limites;
- estabelecer os diversos graus de responsabilidade e de autorizações dentro das tarefas previstas no PEA/PRE;
- estabelecer os meios para uma eficaz coordenação dos esforços envolvidos; e
- garantir o retorno às operações normais e de rotina da infraestrutura aeronáutica após o término da emergência.

O Plano deve contemplar os procedimentos de pronta resposta relacionados aos serviços que se façam necessários, dentre eles os de combate ao incêndio, resgate, atendimento médico, psicológico e hospitalar.

Deverão ser previstos procedimentos e treinamentos periódicos do Plano e análise dos seus resultados, a fim de melhorar sua eficácia. Os exercícios deverão ser realizados, no mínimo uma vez a cada troca de tripulação, e registrados. O PEA deverá estar na língua portuguesa.

O fluxograma a seguir apresentado resume as ações e atividades executadas na gestão operacional.



1003 - CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DO RAR

a) Obrigatoriedade - Deverão ser identificados todos os perigos inerentes à operação de helicópteros na embarcação/plataforma, e realizada a avaliação de risco e a implementação das medidas de controle necessárias, a fim de se manter a operação das aeronaves dentro de um adequado nível de segurança.

b) Relatório de avaliação de risco - Deverá ser enviado à DPC, quando solicitado, um exemplar de RAR do risco analisado. O RAR deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

- Data da análise.
- Data da revisão (se for o caso).
- Nome do risco ou ameaça analisada.
- Nome da embarcação ou plataforma.
- Descrição da atividade.
- Potencial inicial de dano.
- Rate inicial de risco (Não tolerável ou inaceitável / Tolerável ou aceitável / Aceitável).
- Pessoal em risco.
- Material ou equipamento em risco.
- Lista dos avaliadores ou analistas.
- Descrição do risco ou ameaça analisada.
- Medidas de controle para cada ameaça.
- Rate de risco inicial.
- Rate risco final.
- Aceitação da rate final de cada risco ou ameaça.
- Listagem das medidas de controle.
- Rate residual ou final após implementação das medidas de controle.
- Plano de ação para implantação das medidas de controle contendo o que, quando, onde, como e quem é o responsável.
- Data limite para implantação das medidas de controle (antes da vistoria inicial e início das operações).
- Rate de risco após a análise e implantação de todas as medidas de controle.
- Declaração de aceitação do relatório e das medidas de controle.
- Gestor responsável pela aceitação do relatório.
- Assinatura do Gestor e Analistas responsáveis pelo RAR.

1004 - CRITÉRIOS PARA ELABORACÃO DO PEA/PRE

a) Obrigatoriedade - toda embarcação ou plataforma marítima onde exista um helideque para operação com helicóptero deverá possuir um PEA/PRE com os recursos humanos e materiais disponíveis.

Deverá ser enviado à DPC um exemplar do PEA/PRE, como anexo do Requerimento para Autorização Provisória, Anexo 1-A, ou de Vistoria de Helideque, Anexo 1-C, a fim de possibilitar sua análise antes da vistoria.

Por ocasião da realização de Vistoria, a DPC verificará a existência e divulgação do PEA/PRE, bem como os treinamentos realizados.

O PEA/PRE deverá ser amplamente divulgado aos setores envolvidos.

b) Tipos de emergência - as diversas ações previstas no PEA/PRE devem ser agrupadas em listas por tipo de emergência, e não pelas atribuições de cada setor responsável. Para cada tipo de emergência deve haver uma lista de ações a serem tomadas, indicando claramente o responsável por aquela ação e pela respectiva supervisão.

c) Embarcações e Plataformas Marítimas - as embarcações e plataformas marítimas com capacidade de conduzir ou apoiar operações aéreas elaboram o seu PEA/PRE, prevendo, além das emergências reportadas com a aeronave em voo, as situações de pouso de emergência, queda, incidente ou acidente no helideque e no mar.

d) Gerência da unidade em terra - a gerência da unidade em terra deverá possuir um setor com capacidade de apoiar a unidade com emergência no helideque, acionando os órgãos necessários e prover toda ajuda necessária para minimizar a emergência.

e) Área de atuação - para o planejamento e dimensionamento dos recursos necessários à execução do PEA/PRE, a área de atuação a ser considerada é a área de operação do helideque, a partir do início da comunicação com o helicóptero. No entanto, devem ser previstos procedimentos para o caso do recebimento da comunicação de uma aeronave em emergência fora desta área.

f) Recursos humanos e materiais - neste item do PEA/PRE deverão ser descritos os recursos necessários ao atendimento da emergência. Os recursos materiais e humanos do PEA/PRE são alocados em função da aeronave de maior porte para o qual o respectivo helideque estiver homologado.

O atendimento aos feridos deve ser planejado de forma a atender a essa aeronave com a sua lotação máxima. O PEA/PRE deve levar em consideração o pessoal disponível na unidade nas situações de rotina.

g) Condições de "socorro" ou "urgência" - a aeronave reportará uma emergência precedendo sua mensagem das expressões:

- "MAYDAY, MAYDAY, MAYDAY", para a condição de "socorro" ou
- "PAN-PAN, PAN-PAN, PAN-PAN", para a condição de "urgência".

A partir dessas informações deverá ser acionado o PEA/PRE da unidade que estiver em comunicação com essa aeronave.

O PEA/PRE deve conter procedimentos detalhados para as condições de "socorro" e "urgência", indicando o setor responsável por cada ação. Dentre esses procedimentos, destacam-se:

1) Urgência:

I) Radioperador: informar ao responsável pela unidade, ao ALPH e ao patrão do bote resgate; acionar o apoio médico para ficar próximo do helideque (médico ou enfermeiro) para um eventual atendimento;

II) ALPH: posicionar a EMCIA e testar os equipamentos de combate a incêndio; e

III) Responsável pela unidade: interromper exercícios em andamento que possam interferir com o pouso do helicóptero em emergência; iniciar o registro das informações previstas no Plano Pré-Investigação e estar pronto para o eventual acionamento da estrutura de busca e salvamento.

2) Socorro

I) Radioperador: cumprir as providências previstas para a condição de "urgência"; e informar a todos os setores de apoio para que assumam a sua prontidão máxima; e

II) Responsável pela unidade: cumprir as providências previstas para a condição de "urgência" e informar a Gerência da unidade em terra; se em embarcação propulsada, manobrar de forma a reduzir a distância para a aeronave, e, posteriormente, para oferecer o vento ideal para o recolhimento.

1005 - ESTABELECIMENTO DA FASE DE EMERGÊNCIA

A embarcação/plataforma para onde se dirigia a aeronave, deverá notificar, imediatamente, ao Centro de Controle de Área (ACC) que uma aeronave se encontra em emergência. O PEA/PRE deverá conter as frequências e telefones de emergência.

a) Fases de Emergência:

1) Fase de Incerteza (INCERFA):

I) quando não se tiver qualquer comunicação da aeronave após 30 (trinta) minutos seguintes à hora em que se deveria receber uma comunicação da mesma, ou 30 (trinta) minutos após o momento em que pela primeira vez se tentou, infrutiferamente, estabelecer comunicação com a referida aeronave, o que ocorrer primeiro; ou

II) quando a aeronave não chegar após os 30 (trinta) minutos subsequentes à hora prevista de chegada estimada pelo piloto ou calculada pelo órgão ou estação de controle, a que resultar posterior.

Procedimentos:

- fazer chamadas nas frequências de emergência e alternativas;
- solicitar a outras unidades na área a realização de chamadas nas frequências aeronáuticas e marítimas;
- verificar ou consultar outras unidades ou órgãos de controle em terra quanto à existência de contato radar;
- anotar a hora do início da INCERFA, última posição conhecida da aeronave, pessoas a bordo, sua altitude, rumo, velocidade, hora de decolagem e autonomia;
- checar as informações do briefing ou plano de voo;
- avaliar se a situação atual poderia conduzir a uma perda momentânea de contato; e
- manter o responsável da embarcação/plataforma informado.

2) Fase de Alerta (ALERFA):

I) quando, transcorrida a fase de incerteza, não se tiver estabelecido comunicação com a aeronave ou, através de outras fontes, não se conseguir notícias da aeronave;

II) quando uma aeronave autorizada a pousar, não o fizer dentro dos 5 (cinco) minutos seguintes à hora prevista para pouso e não se restabelecer a comunicação com a aeronave;

III) quando se receber informações apontando que as condições operacionais da aeronave são anormais, mas não indicando a necessidade de um pouso forçado; ou

IV) quando se souber ou se suspeitar que uma aeronave esteja sendo objeto de interferência ilícita.

Procedimentos:

- assegurar que tenham sido cumpridos os procedimentos da INCERFA;
- manter o responsável da Unidade informado;
- preparar o acionamento da estrutura de busca e salvamento (SAR);
- iniciar o planejamento de uma eventual busca; e
- interromper os exercícios em andamento que possam vir a interferir com um possível recolhimento da ANV em emergência.

3) Fase de Perigo (DETRESFA)

I) quando, transcorrida a fase de alerta, forem infrutíferas as novas tentativas para estabelecer comunicação com a aeronave, e quando outros meios externos de pesquisa também resultarem infrutíferos e se possa supor que a aeronave se encontra em perigo;

II) quando se evidenciar que o combustível que a aeronave levava a bordo tenha se esgotado ou que não seja suficiente para permitir o pouso em lugar seguro;

III) quando se receber informações de que condições anormais de funcionamento da aeronave indiquem que é possível um pouso forçado; ou

IV) quando se receber informações, ou se puder deduzir, que a aeronave fará um pouso forçado ou que já o tenha efetuado.

Procedimentos:

- acionar a estrutura de busca e salvamento, conforme necessário;
- fazer a comunicação do acidente aeronáutico, conforme o item abaixo; e
- se em embarcação propulsada, demandar a última posição conhecida da ANV e iniciar as ações de busca.

Todo PEA deve enfatizar que qualquer atraso na notificação das fases de emergência é inaceitável, uma vez que esse retardo reduz a probabilidade de resgatar, com vida, eventuais vítimas de um acidente aeronáutico.

b) Comunicação do acidente - a embarcação/plataforma que estiver operando com a aeronave no momento do acidente deverá transmitir, ao Órgão de Controle, mensagens padronizadas previstas no PEA/PRE, informando:

1) tipo de ocorrência;
2) modelo do helicóptero;
3) numeral ou matrícula do helicóptero;
4) data e hora da ocorrência;
5) local, referência geográfica ou a latitude/longitude;
6) quantidade de pessoas a bordo do helicóptero;
7) nomes de vítimas fatais;
8) nomes de vítimas com lesões graves;
9) consequências materiais e a terceiros; e
10) condição do helicóptero e da embarcação/plataforma após a ocorrência.

c) Combate a incêndio em helicóptero e salvamento da tripulação

1) inicia-se quando o pessoal devidamente qualificado e equipado se aproxima da aeronave acidentada para extinção ou prevenção de possível incêndio e resgate da tripulação;

2) a brigada de combate a incêndio da embarcação deverá ser acionada para ficar a postos, pronta para entrar em ação, caso seja necessário;

3) após a extinção do incêndio, a equipe médica avaliará a conveniência de iniciar o atendimento ainda no interior da aeronave ou efetuar a imediata remoção. O melhor trajeto para o local de atendimento após a remoção deverá estar previamente determinado e ser do conhecimento de todos os envolvidos nessa etapa; e

4) após o salvamento a área do acidente ou incidente deverá ser totalmente isolada até a chegada do CENIPA.

O salvamento das vítimas tem prioridade sobre a necessidade de preservação de indícios para a investigação do acidente, no entanto, deve ser enfatizada essa necessidade sempre que ela não interferir com o socorro.

d) Pouso ou queda de helicóptero no mar e salvamento da tripulação

1) assim que a unidade tomar conhecimento do pouso ou queda do helicóptero no mar, o bote de resgate, que já estará guarnecido com pessoal devidamente qualificado e treinado, deverá ser lançado ao mar imediatamente no máximo em 2 minutos;

2) acionar as embarcações próximas para o envio de socorro, se necessário;

3) o bote de resgate ao chegar no local deverá iniciar o resgate;

4) a equipe médica deverá aguardar a chegada dos resgatados para iniciar os primeiros socorros e efetuar a remoção (o melhor trajeto para o local de atendimento após a remoção deverá estar previamente determinado e ser do conhecimento de todos os envolvidos nessa etapa); e

5) a unidade deverá ter sempre relacionadas todas as embarcações próximas e recursos náuticos disponíveis para a ação imediata durante um pouso ou queda de helicóptero no mar.

e) Triagem de feridos - a prioridade no atendimento ocorre mediante o enquadramento das lesões de cada acidentado nas seguintes categorias:

1) Categoria I - lesões na medula espinhal, grandes hemorragias, inalação severa de fumaça e gases, asfixia torácica, lesões cervico-maxilo-faciais, trauma craniano com coma e choque progressivo, fraturas expostas e múltiplas, queimaduras extensas, lesões por impacto e qualquer tipo de choque;

2) Categoria II - trauma torácico não-asfixiante, fraturas simples, queimaduras limitadas, trauma craniano sem coma ou choque e lesões das partes macias;

3) Categoria III - lesões menores; e

4) atendimento ao sobrevivente ileso - o sobrevivente ileso pode estar acometido de condições de desconforto que poderão ter consequências desagradáveis, pois, na maioria das vezes, após uma evacuação de emergência, poderá estar molhado, com o estado psicológico abalado, ter inalado gases ou fumaça, ainda que pouco, proporcionando condição potencial para a ocorrência do estado de choque ou de histeria. Deve haver provisão de cobertores e, dentro da prioridade dos feridos, deve ser levado para um local onde se sinta confortado. É importante considerar que o sobrevivente ileso pode estar ansioso por notícia de pessoa que o acompanhava.

f) Tratamento à vítima fatal - antes da remoção dos corpos devem ser tiradas fotografias dos mesmos e dos instrumentos/indicadores do painel da aeronave para prover subsídios à investigação do acidente e os corpos, ao serem retirados, deverão ser identificados com a indicação do local onde se encontrava na aeronave acidentada ou nos seus destroços, bem como o registro do seu estado geral. Deve ser colocado em saco de despojo evitando que fique à vista das pessoas, principalmente dos sobreviventes. A identificação do corpo deve ter início tão logo seja possível, permitindo o adequado prosseguimento dos trâmites legais, bem como a prestação das informações pertinentes.

g) Enfermaria - todas as embarcações deverão ter uma enfermaria principal e um local para servir de enfermaria secundária, onde poderão receber feridos. O responsável pela embarcação deverá divulgar qual a rota (percurso) indicada para a remoção dos feridos e o médico/enfermeiro para qual enfermaria levar, principal ou secundária.

1006 - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE / INCIDENTE SOBRE O HELIDEQUE OU NA EMBARCAÇÃO/PLATAFORMA QUE AFETE O HELIDEQUE

Quando ocorrer um Acidente ou Incidente que atinja o helideque, sua estrutura ou sinalização, ou um Acidente na embarcação/plataforma que afete o guarnecimento do helideque, da EPTA ou da embarcação de resgate, a DPC deverá ser informada.

O Armador/Operador/Comandante responsável interditará o helideque.

Após as ações para o restabelecimento operacional do helideque, a fim de possibilitar a continuidade das operações aéreas, o armador/operador/representante legal solicitará a sua abertura à DPC, que, a seu critério, poderá realizar uma nova vistoria técnica ou solicitar um Certificado de Manutenção das Condições Técnicas de Helideque, conforme o Anexo 1-H.

1007 - PLANO PRÉ-INVESTIGAÇÃO (PPI)

O PPI descreve os procedimentos e registros necessários desde a comunicação da emergência ou ocorrência aeronáutica, até o início da investigação propriamente dita.

O PPI pode ser parte integrante do PEA/PRE ou um documento isolado.

É de vital importância que o PPI esteja disponível para consulta e seja do conhecimento de todos os setores da unidade que, eventualmente, possam receber uma comunicação informal da ocorrência de um acidente aeronáutico (ex. EPTA). A consternação normalmente provocada por este tipo de notícia por vezes faz com que informações valiosas sejam perdidas ou não sejam solicitadas ao informante e seja impossível recuperá-las posteriormente.

Informações iniciais:

a) hora provável do acidente;
b) localização do acidente;
c) condições meteorológicas locais no instante do acidente;
d) direção estimada do deslocamento da ANV;
e) características da ANV: cor, número de matrícula;
f) se foi notada a existência de fogo durante o voo ou após o impacto, ou mesmo se ainda persiste o incêndio no local;
g) quantidade de feridos ou vítimas fatais;
h) se já foi prestado socorro médico e por quem;
i) se houve danos a terceiros, e qual a extensão desses danos;
j) hora em que foi recebida a comunicação do acidente, meio utilizado (telefonema, mensagem etc.), nome e qualificação de quem a recebeu; e
k) identificação do informante: nome, endereço, telefone, ocupação e outras testemunhas que possam prestar informações.

1008 - DESINTERDIÇÃO DO LOCAL DE POUSO

Após uma ocorrência aeronáutica no helideque, a unidade pode ter que lidar com a eventual necessidade de liberar imediatamente o local de pouso, para que outra aeronave em emergência realize um pouso imediato no mesmo local ou para apoio.

Nessas situações, a desinterdição do local de pouso tem maior prioridade que a preservação dos destroços ou evidências necessárias para a investigação da ocorrência e deverá ser tomada pelo responsável da unidade.

O PEA/PRE deve estabelecer procedimentos para que a decisão de desinterditar o local de pouso ocorra com a presteza necessária e considerando os seguintes aspectos:

a) os riscos que possam advir para o helideque, da não remoção dos destroços;

b) o potencial de degradação que esses destroços possam vir a sofrer por não terem sido recolhidos a um local abrigado até o início da investigação; e

c) no caso de navio, o alijamento dos destroços deve ser cuidadosamente avaliado

quando for imperiosa a necessidade da desinterdição do helideque.

1009 - ATUALIZAÇÃO

O PEA deverá ser atualizado sempre que for detectada qualquer deficiência, durante a aplicação do exercício simulado, na resposta de cada serviço participante nos procedimentos estabelecidos; ou em atendimento à emergência real; ou quando ocorrer alguma alteração nos seguintes aspectos:

- características físicas do helideque;
- sistema de combate a incêndio; e
- alteração do tipo do maior helicóptero a operar.

CAPÍTULO 11

HELIDEQUE SOBRE BALSA

1101 - PROPÓSITO

Descrever as características necessárias para os helideques localizados em balsas para operação em águas interiores.

As operações de pouso e decolagem só serão autorizadas em helideques certificados e homologados, instalados em balsas com as dimensões mínimas de 12 x 42 metros.

1102 -PESSOAL HABILITADO

Por ocasião das operações aéreas, o helideque da balsa deverá estar guarnecido por:

a) Equipe de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (EMCIA), constituída por:

1)um Agente de Lançamento e Pouso de Helicóptero (ALPH) -deverá ser o líder da EMCIA e estar habilitado a operar o rádio transceptor VHF aeronáutico portátil, pronto para se comunicar, no idioma português, com os pilotos e/ou radioperador, caso necessário; e

2)três Bombeiros de Aviação (BOMBAV) -deverão possuir o curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (MCIA), afeto ao BOMBAV.

b) Tripulação da Embarcação de Resgate e Salvamento -composta por três tripulantes, um deles na função de patrão, todos habilitados para a atividade de resgate e salvamento e trajando o equipamento de proteção individual (EPI) necessário.

c) Abastecedor de combustível -habilitado para reabastecer os helicópteros, deverá possuir o curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (MCIA), afeto ao BOMBAV.

Os componentes da EMCIA, a tripulação da Embarcação de Resgate e os abastecedores de combustíveis não poderão acumular outras funções durante o período das operações aéreas.

1103 -SEGURANÇA

a) Tela de proteção - as telas de proteção devem ser instaladas nas bordas adjacentes à área do helideque, de acordo com o contido no Anexo 11-A.

1)a tela de proteção deve ter uma largura de 1,5m, no plano horizontal, a partir da borda externa do helideque, podendo ser rebatível;

2)a malha da tela de proteção deverá possuir dimensões de, no máximo, 0,10m x 0,10m;

3)o espaçamento entre as telas e a borda do helideque, e entre as seções das mesmas não deverá exceder 0,10m. Caso as características de construção impeçam esse espaçamento com as redes rebatidas, tais espaços deverão ser fechados com rede do mesmo material;

4)a extremidade inferior da tela de proteção deve ficar no mesmo nível do helideque ou em um nível um pouco abaixo da calha de drenagem, quando existente. A tela deverá possuir inclinação aproximada de 10° para cima em relação ao plano horizontal. A extremidade superior da tela de proteção poderá ficar ligeiramente acima do nível do helideque, não devendo exceder a altura de 0,25m em relação a esse plano;

5)a tela de proteção não deve ser esticada em demasia, de forma a evitar atuação como trampolim e, caso sejam instaladas vigas laterais e longitudinais para dar maior resistência à estrutura da tela, estas não devem possuir formato que possa causar lesões em pessoas que, eventualmente, venham a ser amparadas pela tela. O projeto ideal deve produzir o efeito de uma maca, devendo suportar, seguramente, um corpo que caia na tela sem lhe causar ferimentos;

6)a tela deverá resistir, sem ruptura, ao teste que consiste no impacto de um saco de areia de 100kg, com diâmetro da base de 0,76m, solto, em queda livre, de uma altura de 1m;

7)deverá ser apresentado um Certificado de Resistência da Tela, com a validade de 12 (doze) meses, emitido por Organização reconhecida pela DPC, ou pelo setor de engenharia da empresa operadora da plataforma/embarcação, atestando que todas as seções da tela de proteção apresentam condições seguras de uso, de acordo com o Anexo 2-D;

8)a tela de proteção deverá ter suas condições de conservação e segurança verificadas anualmente pelo armador, por ocasião do envio à DPC do Certificado de Manutenção das Condições Técnicas do Helideque; e

9)a tela de proteção deverá estar, sempre, livre de qualquer objeto sobre ela ou seu suporte.

1104 -INDICADOR DE DIREÇÃO DE VENTO (BIRUTA)

Deverá existir, no mínimo, um indicador de direção de vento, colocado em local bem visível, porém não sujeito à turbulência e que não constitua perigo às manobras dos helicópteros, de acordo com o Anexo 5-A.

1105 -REDE ANTIDERRAPANTE

a) Características da Rede Antiderrapante - a rede antiderrapante deve limitar-se a cobrir toda a Área de Toque, podendo ter qualquer formato, não abrangendo as demais identificações a ela externas.

Os cabos devem:

1)possuir diâmetro de 20mm, quando na forma cilíndrica, e não apresentar desgaste que comprometa a sua funcionalidade;

2)ser confeccionados de sisal ou de material que não seja de fácil combustão; e

3)possuir malha formada por quadrados ou losangos de 20cm de lado.

b) Fixação da Rede Antiderrapante - a rede deverá ser fixada com firmeza, por meio de cabos e/ou esticadores, a olhais instalados no limite da AAFD, com espaçamento máximo de 2,0m e com altura máxima de 0,05m. Não deve ser possível levantar qualquer parte da rede em mais do que 0,25m acima da superfície do helideque ao aplicar tração vertical com a mão.

1106 -AUXÍLIOS DE SINALIZAÇÃO

a) Sinal de Identificação - é a letra "H", que deverá ser pintada na cor branca, no centro da Área de Toque. O sinal "H" deverá possuir uma altura de 3m e a largura de 2m, sendo a largura das faixas de 0,40m.

b) Carga Máxima Admissível -é expressa em toneladas, com dois ou três dígitos, especificando a resistência máxima que o piso pode suportar. Deverá ser pintada na cor amarelo contrastante com a cor do piso, com sua dimensão de acordo com o Anexo 5-D. O posicionamento dos numerais deverá estar conforme o indicado na ilustração do Anexo 11-A.

Para a definição dos numerais deve-se observar:

1)valores inteiros até nove toneladas: serão pintados em 2 (dois) dígitos, utilizando-se o zero na frente;

2)os valores decimais deverão ser aproximados para a centena de quilos mais próxima e separadas do inteiro da tonelada por um "ponto";

3)valores inteiros acompanhados de decimais, superiores a 10 (dez) toneladas, serão pintados com três dígitos, separando-se um inteiro do decimal por um "ponto"; e

4)quando não for possível a pintura como descrito acima, por falta de espaço físico, os caracteres poderão ter suas dimensões reduzidas em até 1/3 do tamanho pré-definido.

c) Limite da Área de Aproximação Final e Decolagem - o perímetro da AAFD deverá ser demarcado com uma faixa de 0,30m de largura, na cor branca, lateralmente afastada um metro da borda, conforme indicado na ilustração do Anexo 11-A.

d) Área de Toque -deverá ser demarcado com uma faixa circular de 50cm de largura, na cor amarela, com a dimensão interna de 6m, conforme indicado na ilustração do Anexo 11-A. Deverá se localizar no centro da balsa.

e) Sinalização do nome e/ou indicativo visual e indicativo de localidade da plataforma/embarcação - deverão ser pintados na cor branca, contrastando com a cor do piso do helideque (verde), conforme indicado na ilustração do Anexo 11-A.

Quando o nome e/ou indicativo visual for uma composição de letras e números, devem ser utilizados algarismos arábicos ou romanos do mesmo tamanho das letras, podendo ser separados por um traço.

As dimensões e o espaçamento entre os caracteres deverão ser conforme o Anexo 5-F. Quando não for possível a pintura como descrito anteriormente, por falta de espaço físico, os caracteres poderão ter suas dimensões reduzidas em até 1/3 do tamanho pré-definido.

g) Sinalização de Helideque interditado - por determinadas razões técnicas ou operacionais, o helideque poderá ser interditado definitivamente ou temporariamente para operações com aeronaves operando em AJB. Em tais circunstâncias, o estado "fechado" do helideque indicado pelo sinal apresentado na cor e dimensões do Anexo 5-H, deverá ser pintado (se definitivo) ou preso uma lona (se temporário), sobre o sinal de identificação "H".

h) Avisos de Segurança - deverão ser colocados painéis próximos aos acessos, em locais bem visíveis, pintados com letras pretas sobre fundo amarelo, com dimensões de 0,80m x 1,60m, com borda de 0,05m e com recomendações a serem seguidas pelos passageiros que embarcam ou desembarcam dos helicópteros e pelos demais usuários da aeronave, com as seguintes características, detalhadas no Anexo 5-H.

É proibida a sua colocação sobre a tela de proteção.

1107 -COMBATE A INCÊNDIO

O helideque da balsa deverá possuir:

a) Sistema de aplicação de espuma - um sistema de combate a incêndio dotado de monitor de espuma, com linha de mangueira com comprimento suficiente para alcançar qualquer parte do helideque. Tais mangueiras poderão ser equipadas com bicos, ligadas ao sistema gerador de espuma, ou alternativamente com aplicador manual de espuma com utilização de bombonas.

b) Extintores de Pó Químico e de Gás Carbônico - duas unidades de extintores de pó químico de 25kg e três unidades de gás carbônico de 6kg.

Poderá haver outra balsa próxima, com os equipamentos e equipes que alcance toda a extensão da balsa com helideque.

1108 - EMBARCAÇÃO DE APOIO E LANCHA DE RESGATE

Deverá haver uma embarcação de apoio e uma lancha de resgate próximos à balsa com helideque.

1109 -FERRAMENTAS, MATERIAL DE APOIO E SALVAMENTO

Os helideques devem estar providos de ferramentas e material de apoio e salvamento, que serão armazenados em armários pintados de vermelho, adequadamente sinalizados, próximos ao helideque e devidamente protegidos do sol e da chuva. O local escolhido deve permitir, em caso de acidente, que os materiais sejam deslocados para o helideque imediatamente.

Deverão estar disponíveis, para pronto uso, os seguintes itens:

a) Ferramentas:

1) (um) machado de bombeiro para salvamento (superior a 3kg);

2) 1 (um) pé de cabra de no mínimo 1m;

3)1 (um) tesourão corta-vergalhão de no mínimo 0,60m;

4)1 (uma) serra manual para metais;

5)1 (um) alicate universal, isolado, de 8 (oito) polegadas;

6)1 (uma) chave de fenda de 10 (dez) polegadas;

7) 2 (dois) corta-cinto; e

8)3 (três) lanternas portáteis.

b) Material de Apoio:

1)1 (uma) balança com capacidade mínima para 150kg, com certificado de aferição válido, colocada nas proximidades do helideque, a fim de efetuar a pesagem de pessoal, bagagem ou material a ser embarcado na aeronave;

2) 3 (três) pares de calços;

3)no mínimo, 4 (quatro) peias metálicas, ou de nylon, específicas para amarração de aeronaves, cujos engates sejam compatíveis com as búricas existentes;

4)1 (uma) escada articulada ou de apoio, com altura compatível com as dimensões do maior helicóptero previsto a operar a bordo; e.

5) 1 (uma) lona de sinalização de helideque interditado, Anexo 5-H.

c) Roupa de combate a incêndio

Cada BOMBAV deverá possuir um traje de combate a incêndio composto de:

1)roupa de aproximação e combate a incêndio ou capa 7/8 para bombeiro de aproximação e combate a incêndio;

2)máscara tipo balaclava;

3)protetor auricular;

4)capacete de bombeiro;

5)luvas de bombeiro; e

6)botas de bombeiro.

d) Material de salvamento:

1)um kit portátil de primeiros socorros;

2)1 (uma) maca rígida flutuante com imobilizador de cabeça; e

3)1 (uma) ampola portátil de oxigênio e 2 (duas) máscaras.

1110 -ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

O sistema de abastecimento de combustível a bordo deverá possuir:

a) tanque de armazenamento.

b) tanque de descarte.

c)sistema de distribuição.

d)uma linha de mangueira de abastecimento para combustível, com os seus respectivos bicos de abastecimento (por gravidade e/ou por pressão).

e)um fio terra dimensionado para prover a descarga estática, com comprimento mínimo de 2,5m e terminais tipo macho e "jacaré".

f)um sistema de bombas.

1111 -COMUNICAÇÕES

Todas as comunicações realizadas entre helideques e aeronaves devem ser efetuadas no idioma português.

As comunicações compreendem a troca de informações necessárias à aproximação da aeronave e sua preparação para o pouso, ou seja, a realização do contato inicial por parte da aeronave e o recebimento de informações sobre as condições no helideque.

Estas informações incluem:

a) rumo da embarcação (quando aplicável), informado em graus em relação ao norte magnético.

b)direção, em relação ao norte magnético, e intensidade do vento.

c)temperatura ambiente.

d)prontificação do helideque.

e) movimentações conhecidas de aeronaves nas proximidades.

O ALPH deverá comunicar-se diretamente com a aeronave para passar as informações e alertar os pilotos sobre situações de risco.

1112 - PLANO DE EMERGÊNCIA AERONÁUTICA (PEA) ou PLANO DE RESPOSTA A EMERGÊNCIA COM AERONAVES (PRE)

Deverá possuir um PEA/PRE nos moldes do Capítulo 10, destas Normas.

Deverão ser previstos procedimentos e treinamentos periódicos do Plano e análise dos seus resultados, a fim de melhorar sua eficácia. Os exercícios deverão ser realizados no mínimo uma vez a cada troca de tripulação e registrados. O PEA deverá estar na língua portuguesa.

O PEA/PRE deverá ser amplamente divulgado aos setores envolvidos.

1113 - GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL (GRO)

Deverão ser identificados os perigos inerentes à operação de helicópteros na balsa, e realizada a avaliação de risco e a implementação das medidas de controle necessárias, a fim de se manter a operação das aeronaves dentro de um adequado nível de segurança.

1114 - POUSO E DECOLAGEM

Os pousos e decolagens devem ser realizados no sentido longitudinal da balsa.

A balsa deverá ser posicionada em local com distanciamento adequado com relação a obstáculos.

1115 - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE / INCIDENTE SOBRE O HELIDEQUE

Quando ocorrer um Acidente ou Incidente que atinja o helideque, sua estrutura ou sinalização, a DPC deverá ser informada.

O armador/operador responsável interditará o helideque e encaminhará, à DPC, um Certificado de Manutenção das Condições Técnicas de Helideque, conforme o Anexo 1-H, em até 5 (cinco) dias após o ocorrido, a fim de possibilitar a continuidade das operações aéreas. A critério da DPC poderá haver uma nova vistoria técnica.

CAPÍTULO 12

HELIDEQUE ADAPTADO À MEIA-NAU E NA LATERAL DE NAVIOS

1201 - PROPÓSITO

Descrever os requisitos necessários para certificação e registro de helideques adaptados, localizados à meia-nau, sobre a tampa do porão de carga (hatch cover) em Navios de Carga Geral e Graneleiros, ou na lateral do convés principal de navios.

1202 - GENERALIDADE

Os requisitos destas normas que não foram mencionados nos artigos seguintes, deste capítulo, permanecem obrigatórios para a realização das operações aéreas.

1203 -PESSOAL HABILITADO

Durante o período das operações aéreas, a embarcação deverá estar guarnecida por:

a) Oficial de Quarto de Náutica - deverá estar habilitado a operar o rádio transceptor VHF marítimo no passadiço, visando estabelecer comunicações bilaterais com a aeronave, pronto para passar as informações necessárias ao pouso e decolagem aos pilotos, preferencialmente, no idioma português.

b) Equipe de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (EMCIA), constituída por:

1)um Agente de Lançamento e Pouso de Helicóptero (ALPH) -deverá ser o líder da EMCIA e estar habilitado a operar o rádio transceptor VHF marítimo portátil, pronto para se comunicar, com o Oficial de Quarto de Náutica, ou, caso necessário com os pilotos; e

2)dois Bombeiros de Aviação (BOMBAV) -deverão possuir o curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (MCIA), afeto ao BOMBAV.

Os componentes da EMCIA não poderão acumular outras funções durante o período das operações aéreas.

1204 -SEGURANÇA

Deverá ser cumprido o constante do item 0204, alíneas c, d e e destas Normas.

Deverá ser limitado o trânsito de pessoas no helideque ao pessoal envolvido nas operações aéreas.

1205 -AUXÍLIO DE ILUMINAÇÃO

Deverá ser cumprido o constante do item 0505, alínea b destas Normas.

1206 -COMBATE A INCÊNDIO

a) Sistema de aplicação de espuma - um sistema de combate a incêndio dotado de duas linhas de mangueiras, principal e reserva, com comprimento suficiente para alcançar qualquer parte do helideque, conforme estabelecido na alínea a do item 0703 destas Normas. Tais mangueiras deverão ser equipadas com bicos, ligadas ao sistema gerador de espuma, ou alternativamente com aplicador manual de espuma com a utilização de bombonas.

b) Extintores de Pó Químico e de Gás Carbônico - duas unidades de extintores de pó químico de 25kg e duas unidades de extintores de gás carbônico de 6kg.

c) Capacidade do líquido gerador de espuma LGE - conforme item 0703, alínea c destas normas. Poderá possuir bombonas que totalizem as quantidades estabelecidas.

1207 - REDE ANTIDERRAPANTE

Não é obrigatória a utilização de rede antiderrapante; pois, em nenhuma situação está autorizado o corte dos motores da aeronave, porém, a aeronave deverá utilizar calços nesses helideques.

1208 - BÚRICAS

É desejável o cumprimento do constante no item 0306 destas Normas, com a quantidade mínima de quatro búricas em um raio de três metros.

1209 - BOTE DE RESGATE

Deverá haver um bote ou baleeira de resgate e salvamento pronta durante as operações aéreas.

1210 -CATURRO, BALANÇO e INCLINAÇÃO

Deverão ser usadas as tabelas do Capítulo 9 para os limites de caturro(pitch), balanço (roll) e inclinação(inclination) da embarcação classe 1.

1211 -COMUNICAÇÕES

Todas as comunicações realizadas entre helideques e aeronaves devem ser efetuadas, preferencialmente no idioma português, por meio do VHF marítimo.

As comunicações compreendem a troca de informações necessárias (item 0603, alínea c, subalínea 7destas Normas) à aproximação da aeronave e sua preparação para o pouso e decolagem, ou seja, a realização do contato inicial por parte da aeronave e o recebimento de informações sobre as condições no helideque.

O ALPH deverá comunicar-se diretamente com a aeronave para alertar os pilotos sobre qualquer situação de risco.

1212 - SETORES DE OBSTÁCULOS

Para helideques adaptados:

a)À meia-nau sobre a tampa do porão de carga de navios -Anexo 12-A.

b)Na lateral do convés principal de navios -Anexo 12-B.

Observação: As balustradas próximas do helideque adaptado deverão ser removíveis ou rebatíveis.

1213 - POUSO E DECOLAGEM

As operações de pouso e decolagem nos helideques adaptados, homologados, estão autorizadas somente com os navios fundeados, ou com máquinas paradas e no período diurno, para embarque e desembarque de agentes públicos/práticos e remoção de pessoas feridas ou doentes para local onde possam receber assistência médica adequada.

Nas situações em que seja estabelecida emergência, por um médico ou, na sua ausência, um enfermeiro, técnico de enfermagem ou Comandante do navio para a remoção de pessoas feridas ou doentes para local onde possam receber assistência médica adequada, estão autorizadas operações no período noturno. Nesse caso, deve ser fornecida uma iluminação para o helideque adaptado. Os holofotes devem ser adequadamente instalados para garantir que a fonte de luz não seja diretamente visível pelo piloto. O arranjo de iluminação deve garantir que as sombras sejam reduzidas ao mínimo.

Em nenhuma situação está autorizado o corte dos motores da aeronave nesses helideques.

CAPÍTULO 13

ÁREA DE PICK-UP DE HELICÓPTERO EM EMBARCAÇÃO

1301 - PROPÓSITO

Descrever os requisitos necessários de uma área de pick-up de helicópteros em embarcações que não possuem helideque, para a utilização do guincho (winch) da aeronave para transferir material ou pessoas (carga-viva) do navio para o helicóptero ou vice-versa.

1302 -DOCUMENTOS CORRELATOS

a) Guide to Helicopter/Ship Operations - International Chamber of Shipping, fourth edition, 2008.

b) CAP 437 - Chapter 10 - Offshore Helicopter Landing Areas - Guidance on Standards - UK Civil Aviation Authority, eighth edition, 2016.

1303 -ÁREA DE PICK-UP

Compreende a área da embarcação na qual se realizará a operação aérea, que se caracteriza pela utilização do guincho da aeronave para transferir material ou pessoas do navio para o helicóptero ou vice-versa.

Há duas maneiras distintas de se realizar um pick-upde carga-viva, a saber:

-pela alça de resgate (sling); e

-na maca (resgate de ferido).

1304 -PESSOAL HABILITADO

Por ocasião das operações aéreas, a embarcação deverá estar guarnecida por:

a) Oficial de Quarto de Náutica - deverá estar habilitado a operar o rádio transceptor VHF marítimo no passadiço, visando estabelecer comunicações bilaterais com a aeronave, pronto para passar as informações necessárias aos pilotos, preferencialmente no idioma português.

b) Equipe da área de pick-up:

1)um Oficial Coordenador -deverá ser o líder da equipe e estar habilitado a operar o rádio transceptor VHF marítimo portátil, pronto para se comunicar, preferencialmente no idioma português, com os pilotos, caso necessário, e com o Oficial de Quarto de Náutica; e

2)dois tripulantes, no mínimo -auxiliarão na operação e no aterramento com o bastão de descarregamento de eletricidade estática (vareta de aterramento).

1305 -SEGURANÇA DO PESSOAL

Os pilotos deverão estar qualificados na manobra de pick-up de acordo com as normas da ANAC.

Deverá ser limitado o trânsito na área de pick-up ao pessoal envolvido na operação.

A equipe de pick-up deverá utilizar os equipamentos de proteção individual (EPI): macacão, luvas, capacete, óculos e protetor auricular.

Realizar a patrulha do DOE.

1306 -PERFORMANCE DO HELICÓPTERO PARA PICK-UP

O helicóptero deve ter reserva de potência suficiente para garantir, caso falhe um motor, que possa continuar em voo pairado (hover) com o outro motor.

1307 - BASTÃO DE DESCARREGAMENTO DE ELETRICIDADE ESTÁTICA

Este equipamento, vareta de aterramento, compreende um bastão de um a dois metros de extensão, encapado com material isolante elétrico, tendo em uma de suas extremidades um gancho de metal ao qual está ligado um fio de cobre ou aço, de quatro a cinco metros de comprimento, terminando em uma garra tipo "jacaré", conforme ilustrado no Anexo 13-A.

O operador da vareta de aterramento deve prender o "jacaré" em local não isolado e tocar com a extremidade do bastão no cabo ou no engate do guincho para efetuar o descarregamento da eletricidade estática (aterramento), permanecendo assim até o final da manobra de pick-up.

1308 - CONFIGURAÇÃO DA ÁREA DE PICK-UP

A marcação da área de pick-up deve obedecer ao Anexo 13-B.

a) A área de pick-up deve fornecer uma zona de manobra com um diâmetro de 2D (o dobro do comprimento do maior helicóptero permitido para usar a área). Dentro da zona de manobra, uma zona limpa deve ser centrada.

b) Esta zona limpa deve ter 5m de diâmetro, ser pintada na cor amarela, com tinta antiderrapante.

c) Na parte interna da zona de manobra, com um diâmetro de 1,5D, nenhum obstáculo deve ser superior a 3m.

d) Na parte externa da zona de manobra, nenhum obstáculo deve ser superior a 6m.

e) Embora não seja desejável, é aceitável a existência na zona limpa de obstáculos com altura máxima de 11 centímetros, desde que tenham contorno suave.

f) A marcação de zona de manobra externa deve consistir em um círculo quebrado com uma largura de linha de 30 cm, proporção de espaço de aproximadamente 4:1. A marcação deve ser pintada na cor amarela. A extensão da zona de manobras interna pode ser indicada pintando uma linha branca com 10 cm de espessura.

g) Dentro da zona de manobra, em um local adjacente à área desobstruída, devem ser pintadas as palavras "WINCH ONLY", com as dimensões dos caracteres conforme o Anexo 5-F, na cor branca.

h) Todos os obstáculos dentro ou adjacentes à zona de manobra devem ser visivelmente marcados, conforme o Anexo 4-F.

Para reduzir o risco de acidentes, todos os trilhos de proteção, toldos, postes, antenas e outras obstruções na proximidade da zona de manobra devem, na medida do possível, ser removidos, abaixados ou arrumados de forma segura.

Todas as portas, porões, escotilhas etc. nas proximidades da área de operação devem ser fechadas; isso também se aplica aos níveis de convés abaixo da área de operação.

1309 -COMBATE A INCÊNDIO

O pessoal de combate a incêndio e resgate deve estar pronto, mas protegido, fora da área de operação.

1310 - BOTE DE RESGATE

Deverá haver um bote de resgate pronto e guarnecido durante as operações aéreas.

1311 -COMUNICAÇÕES

Todas as comunicações realizadas entre a embarcação e a aeronave devem ser efetuadas, preferencialmente no idioma português, através do VHF marítimo.

As comunicações compreendem a troca de informações necessárias à aproximação da aeronave.

O Oficial Coordenador deverá comunicar-se diretamente com a aeronave para alertar os pilotos sobre qualquer situação de risco.

1312 -TRANSFERÊNCIA DE MATERIAL (CARGA) OU PESSOAL (CARGA-VIVA)

Considerando a aeronave já posicionada em voo pairado sobre a área de pick-up e contato bilateral entre os pilotos e o Oficial Quarto de Náutica.

a) Transferência de material

1 -Descendo o guincho.

Sem carga, aterrar após tocar o solo, permanecendo assim durante toda a manobra; após tocar o engate do guincho na área de pick-up o operador da vareta de aterramento prende o "jacaré" em local não isolado, permanecendo até o final da manobra.

Com carga, aterrar antes de tocar o solo, permanecendo assim durante toda a manobra.

Os auxiliadores colocam a carga a ser içada e se retiram da área da manobra.

2 -Precauções de segurança.

O material a ser embarcado deverá estar checado e pesado com o peso escrito em local visível.

Rebater ou retirar, se possível, os obstáculos próximos ao local da manobra ou na reta de aproximação da aeronave, com cuidados especiais às redes de proteção.

b) Transferência de pessoal

1 -Transferência pela alça de resgate (sling).

a) Descendo o guincho

Sem carga, aterrar após tocar o solo, permanecendo assim durante toda a manobra.

Com carga, aterrar antes de tocar o solo, permanecendo assim durante toda a manobra.

b) Subindo o guincho

O Oficial Coordenador confirmará para a aeronave, o pronto para içamento da carga-viva. Na impossibilidade do içamento, se houver necessidade de cancelar a operação, fará o sinal de cancelar a operação com os dois braços erguidos acima da cabeça, com as mãos espalmadas, realizando movimentos de cruzar e descruzar os braços - semelhante ao sinal de arremetida.

Por ocasião da descida ou subida, no momento em que a vítima estiver próxima da porta da aeronave, somente o auxiliar na aeronave deverá puxá-la para dentro, não podendo ser ajudado de forma alguma.

c) Instruções para o uso da alça de resgate

Retirar completamente as extremidades da alça (sling) do guincho.

Passar a alça por baixo dos braços em volta do tórax, ajustando-a ao corpo do elemento a ser transferido, através do cinto de segurança existente na alça.

Enganchar as extremidades da alça no engate do guincho, de forma que as mesmas juntamente com o engate fiquem em frente ao rosto do elemento a ser içado.

O elemento a ser içado deverá cruzar os braços apertando o "SLING" contra o corpo.

Durante o içamento caso o corpo comece a girar, afastar as pernas uma da outra.

d) Precauções de Segurança

O pessoal a ser transferido deverá estar informado quanto aos procedimentos de segurança e uso dos equipamentos individuais de proteção, necessários (colete inflável, abafador, óculos, etc).

Rebater antenas, mastros e retirar, se possível, qualquer obstáculo que possa interferir na manobra.

2 -Transferência de feridos (na maca).

O Oficial Coordenador confirmará para a aeronave, o pronto para descer ou subir o guincho, conforme a manobra a ser realizada; em seguida coordenará a colocação ou a retirada da maca e da carga-viva.

a) Descendo o guincho.

Sem a maca, aterrar após tocar o convoo, permanecendo assim durante toda a manobra.

Com carga, aterrar antes de tocar o convoo, permanecendo assim durante toda a manobra, devendo o auxiliar de manobra com o punho direito cerrado, sinalizar.

b) Subindo o guincho com a maca.

Certificar-se de que a cabeça do paciente esteja elevada cerca de 30º em relação aos pés e que esta seja a primeira parte de seu corpo a adentrar na aeronave.

Atar um cabo-guia (Anexo 13-C), para evitar giros da maca e fazer com que a mesma seja mantida paralelamente ao eixo longitudinal da aeronave.

Notas:

O cabo guia somente poderá ser liberado da maca quando a mesma estiver seguramente dentro da aeronave. Neste caso, a extremidade do cabo que é presa à maca deverá ser configurada com mosquetão, a fim de facilitar a sua liberação.

A maca deverá conter pontos de içamento, para receber o estropo tipo aranha ou braçalote (Anexo 13-C), contendo quatro pernas, sendo suas extremidades superiores unidas a uma argola através de costura reforçada, contendo, ainda, quatro pequenas manilhas em cada extremidade inferior para serem instaladas nos pontos de fixação para o içamento da maca, de forma que o peso da mesma seja igualmente distribuído.

A maca que melhor se adequa é a "Neil Robertson", devido às suas características de fixação e imobilização do ferido nas mais difíceis condições de transporte, pois envolve completamente o paciente. Quando instalada, apresenta dimensões muito reduzidas, ajustando-se ao tamanho da pessoa. É equipada com três alças de cada lado para o transporte por padioleiros e tirantes, que possibilitam o seu içamento vertical ou com trinta 30º de inclinação; conforme a escolha do ponto onde se conecte o guincho. Todas estas características mostram-se perfeitamente compatíveis com o emprego desejado.

c) Precauções de Segurança

Não prender o cabo guia da maca ou o cabo do guincho às partes fixas do navio.

Não tocar no cabo do guincho sem que este tenha tocado no convés a fim de evitar o risco de choque elétrico.

Recolher todo o material que estiver solto no convés, através da patrulha do DOE.

1313 - CERTIFICADO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS DA ÁREA DE PICK-UP (CMCTAP)

Deverá ser encaminhado à DPC o Certificado de Manutenção das Condições Técnicas da Área de Pick-up de helicópteros, conforme o Anexo 13-D, emitido por Organização Reconhecida pela DPC, ou pelo setor de engenharia da empresa operadora da embarcação, a contar da data do primeiro encaminhamento, descrevendo claramente que a mesma se mantém nas condições técnicas em conformidade com este Capítulo e se encontra em condições seguras para a condução das operações aéreas. Esse documento terá a validade de 36 meses.

Após o recebimento desse certificado, a DPC implementará seu controle e informará, via fax ou e-mail, as OR, empresas de Consultoria e operadores de aeronaves as embarcações que tiveram a sua área de pick-up aprovadas.

Não haverá vistoria e certificação da DPC para estas áreas.

1314 - GENERALIDADES

Não estão autorizadas as operações de pouso e decolagem nas embarcações que somente possuam Áreas de Pick-Up.

As operações de pick-up somente serão realizadas no período diurno, em condições meteorológicas visuais (VMC).

Anexo 1-A

(Nome da empresa)

REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA DE HELIDEQUE

Exmo. Sr. Diretor de Portos e Costas,

(Nome da Empresa), sediada à _____, (endereço completo, CEP) inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, na qualidade de (Agente/Proprietário) do(a), _____ de bandeira_____ a serviço de(a) _____ vem solicitar a V. Exa. autorização provisória por um período de _____ dia(s) para realizar operações aéreas no helideque da mencionada (plataforma / embarcação), em conformidade com o item 0105 da NORMAM-27/DPC.

Nestes termos, pede deferimento.

e-mail:

telefone de contato:

LOCAL E DATA

NOME, CARGO e ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Documentos anexos:

a) Ficha Registro de Helideque;

b) Vista de topo e de perfil da plataforma fixa ou da embarcação assinada, na escala 1:100;

c) Documento de Homologação emitido por autoridade competente estrangeira;

d) Procuração original ou cópia autenticada onde estejam outorgados os poderes necessários aos processos administrativos relacionados à homologação de helideque, junto à Marinha do Brasil, quando o requerente não for o armador ou o proprietário.

e) foto 21 x 29,7cm (A4) panorâmica da embarcação/plataforma;

f) foto 21 x 29,7cm (A4) com a vista superior (topo) do Helideque;

g) Pagamento da indenização correspondente;

h) Plano de Emergência de Aviação (PEA) ou Plano Resposta de Emergência (PRE);

i) Comprovante ou declaração, do Comandante ou representante legal, que o ALPH e rádio operador falam o idioma português e que a embarcação possui o HMS e a status light; e

j) Período de permanência em AJB.

Observações:

1) Todos os itens deverão ser encaminhados em meio eletrônico, utilizando o formato PDF (Adobe Reader), o item b também deverá ser encaminhado impresso; e

2) Os documentos não enviados deverão ser justificados, devendo-se manter a ordem dos anexos.

Anexo 1-B

Nome da Empresa

FICHA REGISTRO DO HELIDEQUE

1- Nome e sigla do Embarcação/Plataforma:		
2.1- Indicador de Chamada Fonia da Estação Rádio da Embarcação/Plataforma:		
2.2- Indicador de Chamada Fonia da EPTA da Embarcação/Plataforma:		
3- Número de Inscrição na Capitania dos Portos, Delegacia ou Agência:		
4- Indicativo de Localidade (ANAC):		
5- Registro na Organização Marítima Internacional (Nº IMO):		
6- Bandeira:		
7- Tipo (Embarcação/Plataforma):		
8- Armador:		
9- Operador / CNPJ:		
10- Proprietário:		
11- Afretador:		
12- Nome, endereço, telefone e e-mail do solicitante:		
13- Comprimento (D) do maior helicóptero a operar (em metros):		
14- Características do helideque:		
14.1- Diâmetro (L):	**14.2**- Altura do helideque:	**14.3**- Natureza do piso:
14.4- Formato:	**14.5**- Altura máxima da embarcação:	**14.6**- Resistência do helideque:
14.7- Classe:	**14.8**- Categoria:	**14.9**- Helideque adaptado: (SIM / NÃO)
15- Obstáculos próximos do helideque:		
15.1- Tipo(s) e altura(s) em relação ao nível do piso da AAFD:		
a)	**b)**	
15.2- Tipo(s) e distância(s) em relação ao limite da área de AAFD:		
a)	**b)**	
16- Sistemas de Comunicações e Navegação - enquadramento acordo item 0902:		
( ) Helideque estacionário	( ) Helideque de posição variável	
16.1- NDB (caso aplicável):		
a) Frequência:	**b)** Registro (DECEA):	
16.2- VHF:		
a) Frequência(s):	**b)** Registro:	
17- Posição da Embarcação/Plataforma (quando o helideque for estacionário):		
a) Latitude:	**b)** Longitude:	
17.1- Em marcação e distância (MN):		
a) Do litoral mais próximo:	**b)** Do aeródromo mais próximo:	
18- Possui sistema de abastecimento de combustível de helicóptero homologado: (SIM / NÃO)		
19- Possui rede antiderrapante: (SIM / NÃO)		
20- Área(s) de exploração dos recursos naturais e UF:		

Declaro que assumo inteira responsabilidade pelas informações aqui apresentadas, bem como pela comunicação imediata à Diretoria de Portos e Costas de quaisquer alterações que porventura possam ocorrer nos dados contidos neste documento.

Local e data.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

NOME e CARGO

Anexo 1-C

Nome da Empresa

REQUERIMENTO DE VISTORIA DE HELIDEQUE

Exmo. Sr. Diretor de Portos e Costas,

(Nome da Empresa), sediada à _____(endereço completo, CEP) inscrição do CNPJ/MF sob o nº_____, na qualidade de (Agente/Representante) da (Empresa, Armador, Proprietário, Afretador, Operador), relacionado a (embarcação/plataforma)_____, de bandeira _____, a serviço de(a) _____, vem solicitar a V. Exa. Vistoria para Certificação e Registro de Helideque existente na mencionada embarcação/plataforma, em conformidade com as

determinações contidas na NORMAM-27/DPC.

Participo a V. Exa. que o citado helideque foi preparado para a vistoria segundo os parâmetros técnicos estabelecidos pela Norma supramencionada e que a _____ tomou ciência desta solicitação.

(Capitania dos Portos, Delegacia ou Agência de jurisdição).

e-mail:

telefone de contato:

LOCAL E DATA

NOME, CARGO e ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Documentos anexos:

a) Vista de topo e de perfil do helideque, na escala 1:100;

b) Ficha Registro de Helideque;

c) Certificado de Resistência do Helideque;

d) Certificado do Coeficiente de Atrito do Piso do Helideque;

e) Certificado de Resistência da Tela de Proteção do Helideque;

f) Pagamento de indenização correspondente a vistoria solicitada;

g) Cópia de um dos documentos abaixo, que comprovem o processo de homologação da EPTA:

- Solicitação de autorização para implantação da EPTA (Anexo da ICA 63-10), com o respectivo protocolo de entrada no CINDACTA ou AR do correio com o carimbo do CINDACTA;
- Certificado de Aprovação do Projeto (CAP);
- Autorização Provisória de Operação (APO); ou
- Portaria de Homologação da EPTA.

h) Procuração, original ou cópia autenticada, onde estejam outorgados os poderes necessários aos processos administrativos relacionados à homologação de helideque junto à Marinha do Brasil, quando o requerente não for o Armador ou o Proprietário;

i) Certificado de Resistência das Búricas;

j) Plano de Emergência Aeronáutica (PEA) ou Plano Resposta de Emergência (PRE); e

k) Relatório de Análise de Risco se for o caso.

Observações:

1) Todos os documentos, deverão ser encaminhados em meio eletrônico, utilizando o formato PDF (Adobe Reader), o item a também deverá ser encaminhado impresso;

2) Os documentos não enviados deverão ser justificados, devendo-se manter a ordem dos anexos;

3) Os documentos entregues para se obter a Autorização Provisória não necessitam ser reenviados.

Anexo 1-D

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS
Superintendência da Segurança do Tráfego Aquaviário
Divisão de Helideques

RELATÓRIO DE VISTORIA DE HELIDEQUE Nº xxx/20xx

EMBARCAÇÃO/PLATAFORMA: Nome / Indicativo Visual / Indicativo de localidade

Foto da Unidade

1 - PROCESSO DA VISTORIA

Esta vistoria foi realizada conforme a NORMAM-27/DPC.

2 - RESUMO DA VISTORIA

Data da Vistoria	
Tipo de Vistoria	
Nome da Embarcação / Plataforma	
Tipo de Embarcação / Plataforma	
Nº IMO	
Indicativo de chamada fonia da Embarcação / Plataforma	
Indicativo de chamada fonia da EPTA	
Bandeira	
Armador	
Operador / CNPJ	
Proprietário	
Afretador	
Área de operação e UF	
Vistoriadores	

3 - DADOS DO HELIDEQUE:

Categoria	
Classe	
Helideque adaptado	
Comprimento (D) do maior helicóptero a operar	
Diâmetro (L) do helideque	
Carga máxima admissível	
Altura do helideque (em relação ao nível do mar)	
Possui sistema de abastecimento homologado	( ) SIM ( ) NÃO
Utiliza rede antiderrapante:	( ) SIM ( ) NÃO Validade do Certificado do Coeficiente de Atrito:
Condições operacionais	

4 - FOTOS DO HELIDEQUE

Foto de perfil da Embarcação / Plataforma	(foto nº 1)
Foto de topo do helideque	(foto nº 2)
Foto dos monitores de espuma ou sistema Pop-up spray em operação	(foto nº 3)

5 - EXIGÊNCIAS (com fotos)

ITEM	EXIGÊNCIA IMPEDITIVA	NORMAM-27 PRAZO

ITEM	EXIGÊNCIA NÃO IMPEDITIVA	NORMAM-27 PRAZO

6 - OBSERVAÇÕES

a) Realizar treinamentos periódicos com a tripulação do bote de resgate, a fim de reduzir o seu tempo de reação (2 minutos) no guarnecimento e lançamento.

b) A embarcação/plataforma possui as seguintes exceções autorizadas pela DPC:

c) As embarcações e plataformas registradas deverão se adequar aos requisitos constantes da NORMAM 27, cujo prazo expira:

Após estes prazos, ficam sob a responsabilidade do Gerente de Plataforma ou Comandante da embarcação, quaisquer irregularidades advindas do não cumprimento destes requisitos.

d) Situação da unidade: (requisitos com prazo)

I -Possui (ou não)...

II -Possui (ou não)...

e) Se não houver uma frequência aeronáutica alocada pelo DECEA, ou sua licença estiver vencida, por questões de segurança, as comunicações essenciais entre o helicóptero e a unidade marítima deverão trafegar pelo VHF marítimo.

f) A calibração dos instrumentos e sensores deve ser realizada segundo as especificações técnicas estabelecidas pelos fabricantes, se não houver intervalo definido deverá ser efetuada a cada 24 meses, e em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Rede Brasileira de Calibração (RBC), constituída por laboratórios credenciados ou reconhecidos pelo Inmetro.

g) Nome completo, CPF ou identidade do responsável pela embarcação (Comandante, OIM ou Gerente), telefone funcional, fax e e-mail, responsável pela embarcação no momento da vistoria.

h) Nome da Empresa; nome completo, CPF ou identidade do responsável pela empresa, telefone funcional e e-mail do responsável pela assessoria da embarcação/plataforma no momento da vistoria.

7 - O Helideque vistoriado NÃO APRESENTOU CONDIÇÕES SATISFATÓRIAS DE SEGURANÇA. O Helideque vistoriado APRESENTOU CONDIÇÕES SATISFATÓRIAS DE SEGURANÇA e a(s) exigência(s) constatada(s) permite(m) a operação do helideque com helicópteros, até a data de ___/___/_____.

Local e data.

_____ _____

NOME NOME
Graduação Graduação
Vistoriador-Auxiliar Vistoriador-Auxiliar

_____ _____

NOME NOME
posto posto
Vistoriador Vistoriador

ANEXO 1-E

Nome da Empresa

INFORMAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS DO HELIDEQUE

Exmo. Sr. Diretor de Portos e Costas,

(Nome da Empresa), sediada à _____ (endereço completo, CEP), inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____, na qualidade de Agente/Proprietário) do (a),_____ de Bandeira _____a serviço de(a) _____ vem participar a V. Exa. que as exigências de n° _____ constantes no Relatório de Vistoria de Helideque nº _____, datado de _____, foram sanadas, em conformidade com a alínea c do Item 0105 da NORMAM-27/DPC.

e-mail:
telefone de contato:

LOCAL E DATA

NOME, CARGO e ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Anexos:
a) Comprovante de pagamento da indenização de Vistoria de Retirada de Exigência do helideque; e
b) Cópia autenticada da procuração onde estejam outorgados os poderes necessários aos processos administrativos relacionados à homologação de helideque junto à Marinha do Brasil, quando o requerente não for o armador ou o proprietário.
c) Fotos, com data, das exigências sanadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021061000029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO-1-F

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS
EXIGÊNCIAS IMPEDITIVAS

Exemplos de Exigências Impeditivas:

1) Obstáculos encontrados no SLO que ofereçam risco à aeronave.
2) Obstáculos encontrados no SOAL que ofereçam risco à aeronave.
3) Vazamentos de líquidos para os conveses inferiores.
4) Ausência da biruta.
5) Ausência de tripulantes habilitados previstos para a operação do bote de resgate.
6) Ausência do ALPH habilitado.
7) Número de BOMBAV habilitados inferior a dois (categoria H1) ou a três (categorias H2 ou H3).
8) Ausência de Radioperador de Plataforma Marítima (RPM) habilitado.
9) O ALPH não fala o idioma português.
10) O RPM não fala o idioma português.
11) RPM com o Certificado de Habilitação Técnica (CHT) vencido.
12) Inoperância do sistema de combate a incêndio.
13) Mau funcionamento do monitor de espuma, não permitindo a produção de espuma em 15 (quinze) segundos.
14) Pressão do sistema de combate a incêndio insuficiente para o jato cobrir toda a extensão do helideque.
15) Mau funcionamento do sistema de içamento/arriamento e do bote de resgate.
16) Não guarnecimento da EMCIA durante o pouso e decolagem do helicóptero.
17) A embarcação não possui HMS.
18) O RPM não visualiza o HMS na sala de rádio.
19) A embarcação/plataforma não possui a luz de condição do helideque (status light).
20) A área de toque não se encontra centralizada.
21) Sensores de medição (MRU (pitch, roll e heave) do HMS, anemômetros e sensor de temperatura) sem calibração ou com a calibração vencida.

Observação: Esta relação não esgota as exigências impeditivas e será dinâmica, sofrendo atualizações, em função de diversos fatores como, por exemplo, a evolução dos recursos tecnológicos e procedimentos operacionais.

ANEXO 1-G

Nome da Empresa

REQUERIMENTO PARA ALTERAÇÃO DE PARÂMETROS DE HELIDEQUE

Exmo. Sr. Diretor de Portos e Costas

(Nome da Empresa), sediada à _____(endereço completo, CEP) inscrita no CNPJ/MF sob o nº_____, na qualidade de (Agente/Representante) da (Empresa armadora/operadora, proprietária ou afretadora), proprietário(a) da (embarcação/plataforma) de bandeira _____ a serviço de(a)_____, vem solicitar a V. Exa alteração dos seguintes parâmetros a mencionada (embarcação/plataforma), constantes na Portaria de Registro nº _____, em conformidade com a alínea e do Item 0104 da NORMAM-27/DPC.

Relato das Alterações:_____

Participo a V. Exa. que a (embarcação/plataforma) apresenta condições satisfatórias de segurança segundo os parâmetros estabelecidos pela portaria supramencionada e que a (Capitania dos Portos, Delegacia ou Agência da jurisdição) tomou conhecimento desta solicitação.

e-mail:
telefone de contato:

LOCAL E DATA

NOME, CARGO e ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Cópias: DPC, Capitania dos Portos, Delegacia ou Agência (c/anexos).

Documentos anexos:
a) Vista de topo e de perfil da plataforma ou do navio mercante, na escala 1:100;
b) Ficha Registro de Helideque (FRH);
c) Procuração autenticada onde estejam outorgados os poderes necessários aos processos administrativos relacionados à homologação de helideque junto à Marinha do Brasil, quando o requerente não for o Armador ou o Proprietário;
d) Outros documentos que se fizerem necessários; e
e) Comprovante de pagamento de indenização referente à alteração de parâmetro solicitada, de acordo com as orientações contidas no Anexo 1-H;

Observações:
1) Todos os documentos deverão ser encaminhados em meio eletrônico, utilizando o formato PDF (Adobe Reader); o item a também deverá ser encaminhado impresso; e
2) Os documentos não enviados deverão ser justificados, devendo-se manter a ordem dos anexos.

ANEXO 1-H

Nome da Empresa

CERTIFICADO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS DO HELIDEQUE (CMCTH)

Certifico que, na presente data, o helideque situado a bordo da (embarcação/plataforma)_____, (Nº IMO) _____, Indicativo de Localidade_____, Bandeira_____, operando atualmente na área_____, de propriedade_____, Armação _____, afretada_____, mantém-se nas condições técnicas para as quais foi aberto ao tráfego aéreo, em conformidade com a Certificação de Helideque emitida pela Marinha do Brasil e a Portaria de Registro n° _____, de _____ (data), emitida pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), válida até _____(data). O helideque foi inspecionado por_____ e foi aprovado por _____(nome da Organização reconhecida pela DPC ou pelo setor de engenharia da empresa que opera o helideque).

e-mail:
telefone de contato:

Local e data.

NOME, CARGO e ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Observações:
1) Anexar ao CMCTH três fotos atuais do helideque (21 x 29,7cm (A4), perfil, topo e da embarcação).
2) Anexar ao CMCTH o Certificado de Homologação da EPTA categoria “M”.
3) Anexar o Certificado do coeficiente de atrito, quando aplicável.
4) Todos os documentos deverão ser encaminhados em meio eletrônico, utilizando o formato PDF (Adobe Reader).

ANEXO 1-I

TABELA DE INDENIZAÇÕES

SERVIÇOS	VALOR R$
1 - Vistoria Inicial	6.466,56
2 - Vistoria de Renovação	5.409,57
3 - Análise de Planos e Documentos	1.157,40
4 - Elaboração do Relatório de Vistoria de Helideque	251,60
5 - Vistoria para Retirada de Exigências / Alteração de Parâmetros	3.082,20
6 - Certificação de Helideque	1.157,40
7 - Autorização Provisória	3.527,22

Obs: 1) Independente da Arqueação Bruta – AB; e

2) Os valores acima sofrerão correção anual, em novembro, que será divulgada por meio de fax e e-mail.

Valores a serem pagos nos processos:

a) Vistoria Inicial:
Valor = Parcela 1 + Parcela 3 + Parcela 4 + Parcela 6 = **R$ 9.032,96**

b) Vistoria de Renovação:
Valor = Parcela 2 + Parcela 3 + Parcela 4 + Parcela 6 = **R$ 7.975,97**

c) Retirada de Exigências:
Valor = Parcela 3 + Parcela 4 + Parcela 5 = **R$ 4.491,20**

d) Alteração de Parâmetros:
Valor = Parcela 3 + Parcela 4 + Parcela 5 = **R$ 4.491,20**

e) **Prorrogação** de Portaria:
Valor = Parcela 3 = **R$ 1.157,40**

f) Autorização provisória de helideque ou a sua prorrogação:
Valor = Parcela 3 + Parcela 7 = **R$ 4.684,62**

g) Análise de Planos e Documentos:
Valor = Parcela 3 = **R$ 1.157,40**

h) Vistoria Inicial no exterior: Valor = Item a + 30% = **R$ 11.742,85**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021061000030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 1-I

GUIA DE PAGAMENTO

NOME DA EMPRESA

Proposta e Aprovação de Serviços (PAS)

Tipo de processo:_____

Nome da Embarcação / Plataforma	Dados da Empresa
	Nome do Responsável: Cargo: Nome da Empresa: CNPJ: Endereço completo: Tel/Fax: E-mail:

Local e data.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Observação:

Deve ser enviado para o e-mail: **dpc.helideques@marinha.mil.br**

ANEXO 1-J

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

CERTIFICAÇÃO DE HELIDEQUE

CERTIFICAÇÃO DE HELIDEQUE Nº_____

Incumbiu-me o Diretor de Portos e Costas, usando das atribuições que lhe confere a Portaria Normativa Interministerial nº 1.422/MD/SAC-PR, DE 05 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial nº 107, de 06 de junho de 2014, de certificar que, em ____/____/_____, o helideque foi vistoriado, sendo recomendada a sua abertura ao tráfego aéreo na embarcação/plataforma, com as seguintes características:

I - Nome da embarcação/plataforma, bandeira, indicativo de localidade e sigla:_____;

II - Indicativo de chamada fonia da EPTA:_____;

III - Tipo da embarcação/plataforma_____;

IV - Área de exploração dos recursos naturais: _____;

V - Altitude em relação ao nível do mar: _____;

VI - Resistência do piso: _____;

VII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: _____;

VIII - Condições operacionais: _____;

IX - Classe: _____;

X - Categoria: _____;

XI - Possui sistema de combustível homologado: _____;

XII - Operador / CNPJ: _____; e

XIII - Esta certificação será válida até ____/____/_____.

Rio de Janeiro, em de de 20xx.

NOME
POSTO
Chefe do Departamento de Vistoria Naval

ANEXO 1-J

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

CANCELAMENTO DE PORTARIA

CANCELAMENTO Nº_____

Incumbiu-me o Diretor de Portos e Costas, usando das atribuições que lhe confere a Portaria Normativa Interministerial nº 1.422/MD/SAC-PR, DE 05 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial nº 10706 de junho de 2014, e tendo em vista o não cumprimento das exigências desta Diretoria, de participar ao Sr. que o helideque não apresenta condições técnicas satisfatórias para pousos e decolagens de helicópteros, sendo recomendado o cancelamento da Portaria nº _____/ANAC e o s, de eu consequente fechamento ao tráfego aéreo na embarcação/plataforma, com as seguintes características:

I- Nome da embarcação/plataforma, bandeira, indicativo de localidade e sigla:_____;

II- Tipo da embarcação/plataforma_____;

III- Observação: _____.

Rio de Janeiro, em de de 20xx.

NOME
POSTO
Chefe do Departamento de Vistoria Naval

ANEXO-1-K

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTA

NOTIFICAÇÃO DE INTERDIÇÃO DE HELIDEQUE

1 – Atesto que, em ____/____/_____, o helideque localizado a bordo da **EMBARCAÇÃO/PLATAFORMA FIXA** _____, **INDICATIVO DE LOCALIDADE** _____ e **SIGLA** _____, foi submetido à **VISTORIA** (**INICIAL / DE RENOVAÇÃO / DE FISCALIZAÇÃO/ DE ALTERAÇÃO DE PARÂMETROS**), de acordo com o previsto na NORMAM-27/DPC, visando à verificação das condições técnicas para pousos e decolagens de helicópteros, e **não apresentou condições satisfatórias de segurança para operar helicópteros**, por ter(em) sido constatada(s) a(s) Exigência(s) Impeditiva(s) descrita(s) a seguir:

Exigência(s) Impeditiva(s)	NORMAM-27/DPC

2 - Em face do exposto, notifico o Responsável que o helideque dessa embarcação está **interditado**, a partir da presente data, não sendo permitido o pouso de helicópteros até que a(s) Exigência(s) Impeditiva(s) supracitadas sejam sanadas e informadas à DPC para que seja novamente vistoriada e, caso aprovada, ser solicitado à ANAC a abertura/reabertura ao tráfego Aéreo.

VISTORIADOR-CHEFE

VISTORIADOR-AUXILIAR

NOME DO RESPONSÁVEL PELO HELIDEQUE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021061000031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO-1-K

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTA

NOTIFICAÇÃO DE DESINTERDIÇÃO DE HELIDEQUE

1 – Atesto que, em ____/____/_____, o helideque localizado a bordo da **EMBARCAÇÃO/PLATAFORMA FIXA** _____, **INDICATIVO DE LOCALIDADE** _____ e **SIGLA** _____, foi submetido à **VISTORIA DE RETIRADA DE EXIGÊNCIAS**, de acordo com o previsto na NORMAM-27/DPC, visando a verificação das condições técnicas para pousos e decolagens de helicópteros, e **apresentou condições satisfatórias de segurança para operar helicópteros**.

2 - Em face do exposto, notifico o Responsável que o helideque dessa embarcação está **desinterditado**, a partir da presente data, sendo permitido o pouso de helicópteros.

VISTORIADOR-CHEFE

VISTORIADOR-AUXILIAR

NOME DO RESPONSÁVEL PELO HELIDEQUE

NORMAM-27

ANEXO-1-L

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTA

COMUNICAÇÃO DE EXIGÊNCIA

1 – Atesto que, em ____/____/_____, foi observado que o helideque localizado a bordo da EMBARCAÇÃO / PLATAFORMA FIXA _____, INDICATIVO DE LOCALIDADE _____e SIGLA _____, apresentou exigência(s) em relação ao(s) requisito(s) para operar helicópteros como previsto na NORMAM-27/DPC, a seguir descritos:

Requisito(s)	NORMAM-27/DPC Item de referência

2 - Em face do exposto, comunico ao Responsável pela embarcação/plataforma fixa que deverá, no prazo de _____ dias, regularizar a(s) exigência(s) supracitada(s), pagar a PAS para a Vistoria de Retirada de Exigências e informar à DPC seu cumprimento, caso contrário poderá ter seu registro cancelado.

ENCARREGADO DA DIVISÃO DE HELIDEQUES

ANEXO-1-M

Nome da Empresa

Declaração

Declaro que o helideque situado a bordo da (embarcação/plataforma) _____, (Nº IMO/N° inscrição) _____, operando em AJB, não será utilizado para operações aéreas, não sendo, portanto certificado e registrado de acordo com a NORMAM-27.

Participo que estou ciente que devo colocar a sinalização de helideque interditado, item 0504, subitem g da norma acima.

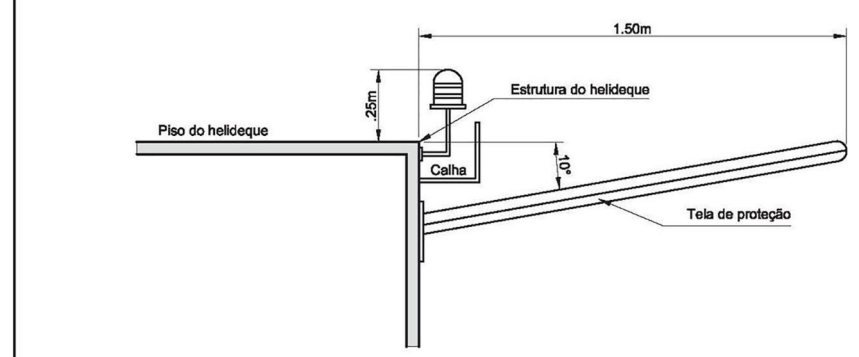
e-mail:
telefone de contato:

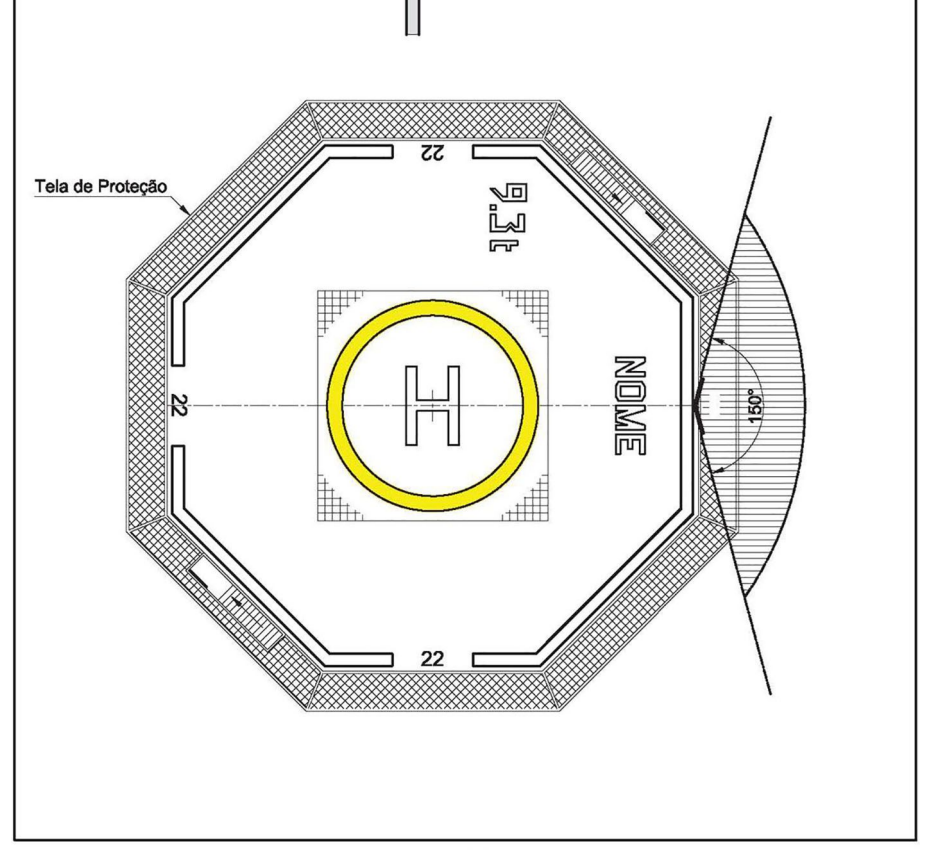
Local e data.

NOME, CARGO e ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ANEXO 2-A

TELA DE PROTEÇÃO DO HELIDEQUE



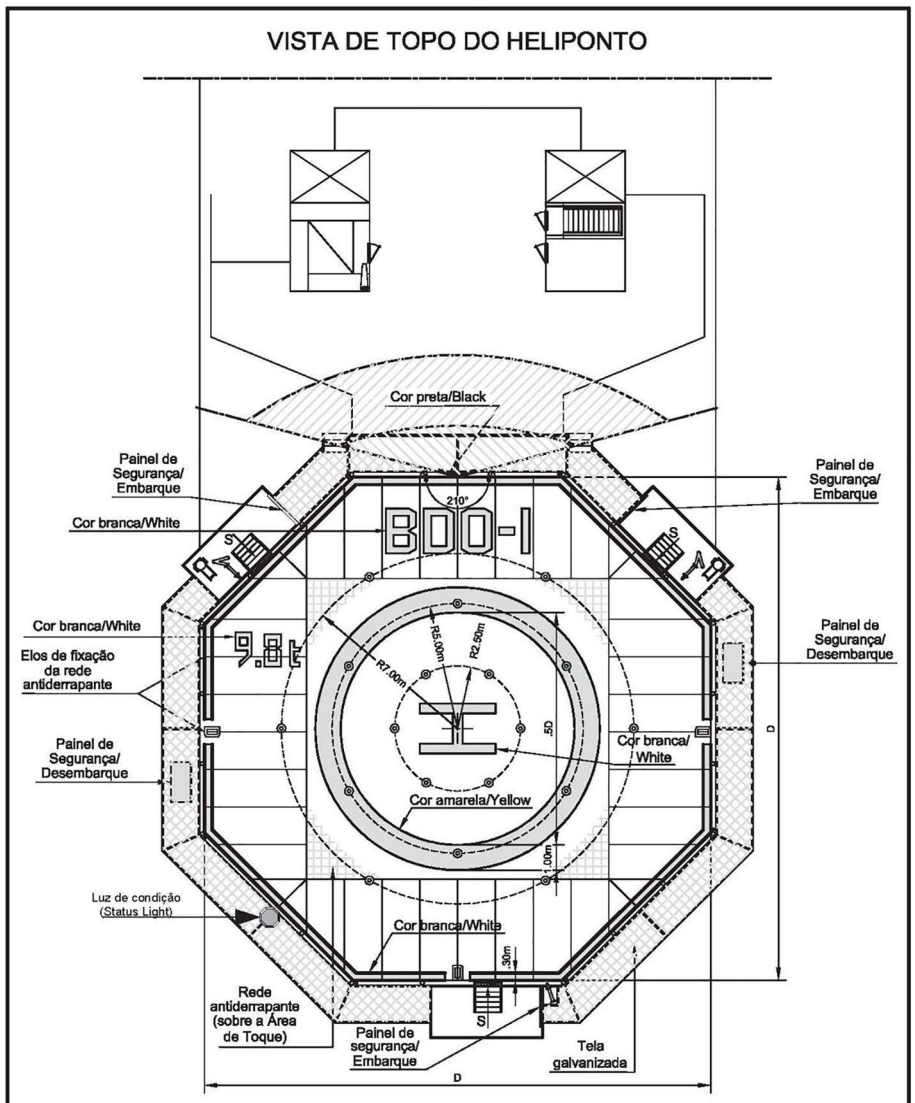


Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021061000032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 2-B

VISTA DE TOPO DO HELIPONTO



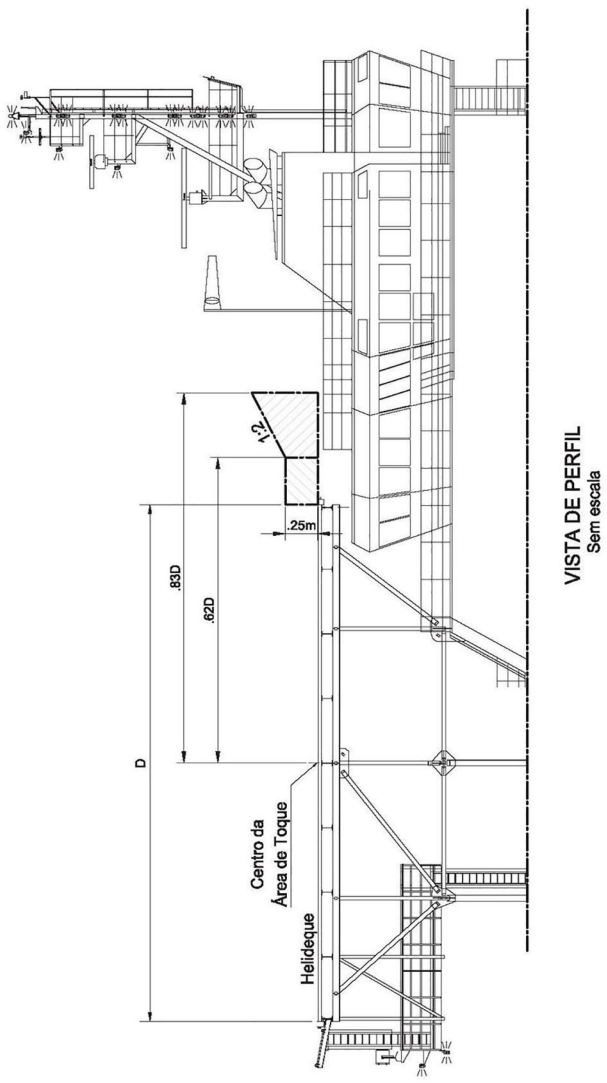
VISTA DE TOPO
Sem escala

LEGENDA

- Canhão de espuma.
- Carreta de pó químico.
- Linha de mangueira.
- Drenos.
- Búricas para Amarração da rede antiderrapante.
- Indicador de Direção de Vento (Biruta): cor amarela ou laranja.
- Luzes de Limite da Área de Aproximação Final e Decolagem: cor verde, altura máxima = .25m.

ANEXO 2-C

VISTA DE PERFIL DO HELIDEQUE



ANEXO-2-D

Nome da Empresa

Certificado de Resistência da Tela de Proteção do Helideque

Certifico que, na presente data, as seções da tela de proteção instaladas no helideque situado a bordo da (embarcação/plataforma)_____, (Nº IMO/N° inscrição) _____, Indicativo de Localidade_____, foram submetidas ao teste previsto na NORMAM-27/DPC, sendo constatado que se encontram livres de avarias e em condições seguras para a condução de operações aéreas.

O teste foi realizado por _____ e aprovado por _____ (Organização Reconhecida pela DPC ou Engenheiro do setor de engenharia da empresa que opera o helideque com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e cópia do registro no CREA).

Observação: Este certificado é válido por 3 anos.

e-mail:

telefone de contato:

Local e data.

NOME, CARGO e ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ANEXO-2-E

Nome da Empresa

Certificado de Resistência do Helideque

Certifico que o conjunto piso e estrutura de sustentação do helideque situado a bordo da (embarcação/plataforma) _____, (Nº IMO/N° inscrição) _____, Indicativo de Localidade _____, resistem a _____ toneladas, e atende, na presente data, aos parâmetros descritos na alínea d – Projeto Estrutural, do item 0204 – Segurança do Pessoal, da NORMAM-27/DPC.

O helideque foi inspecionado por _____ e aprovado por _____ (Organização Reconhecida pela DPC ou Engenheiro do setor de engenharia da empresa que opera o helideque com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e cópia do registro no CREA).

Observação: Este certificado é válido por cinco anos.

e-mail:

telefone de contato:

Local e data.

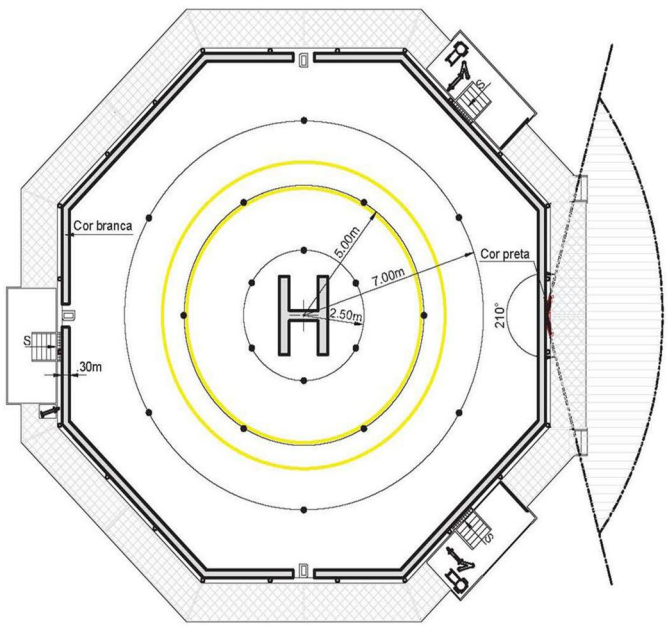
NOME, CARGO e ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021061000033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 3-A

ESQUEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE BÚRICAS
E AUXÍLIOS DE ILUMINAÇÃO



Helideque da categoria H-1: 6 búricas.
Helideque da categoria H-2: 12 búricas (6 em cada círculo).
Helideque da categoria H-3: 18 búricas (6 em cada círculo).

ANEXO-3-B

Nome da Empresa

Certificado do Coeficiente de Atrito

Certifico que, na presente data, o piso da AAFD do helideque situado a bordo da (embarcação/plataforma) _____, (Nº IMO/N° inscrição) _____, Indicativo de Localidade _____, foi submetido ao teste do coeficiente de atrito conforme o método previsto na NORMAM-27/DPC.

O teste foi realizado por _____ e aprovado por _____ (Organização Reconhecida pela DPC ou Engenheiro do setor de engenharia da empresa que opera o helideque com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e cópia do registro no CREA), tendo a validade de _____ meses.

Observação:

1- Este certificado é válido por 12 meses.
2- Deverá ser anexado a este documento o relatório do equipamento com o resultado das medições.

e-mail:

telefone de contato:

Local e data.

NOME, CARGO e ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ANEXO-3-C

Nome da Empresa

Certificado de Resistência das Búricas

Certifico que, na presente data, as búricas instaladas no helideque situado a bordo da (embarcação/plataforma) _____, (Nº IMO/N° inscrição) _____, Indicativo de Localidade _____, foram submetidas a ensaios não-destrutivos, sendo constatado que se encontram livres de avarias e em condições seguras para a condução das operações aéreas do maior helicóptero a operar no helideque.

O ensaio não-destrutivo foi realizado por _____ e aprovado por _____ (Organização Reconhecida pela DPC ou Engenheiro do setor de engenharia da empresa que opera o helideque com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e cópia do registro no CREA).

Observação: Este certificado é válido por 3 anos.

e-mail:

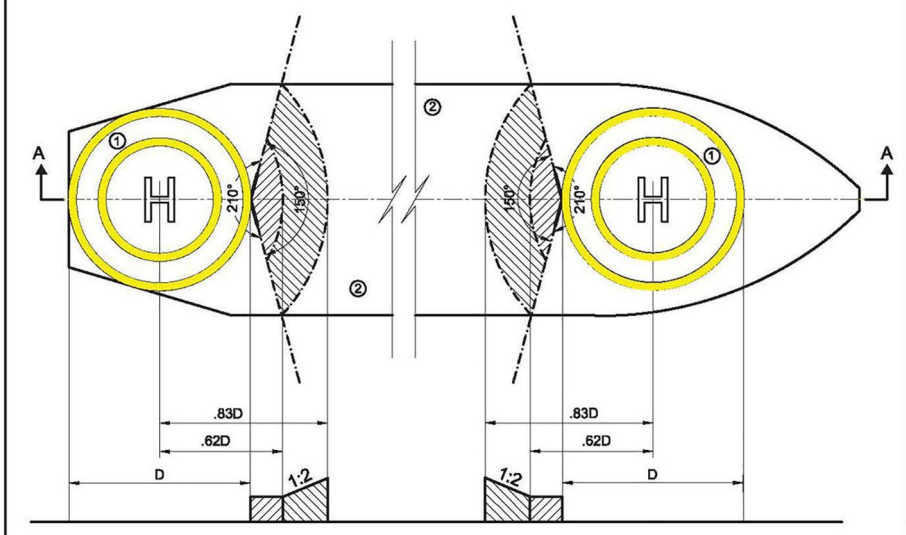
telefone de contato:

Local e data.

NOME, CARGO e ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ANEXO 4-A

HELIDEQUE DE NAVIO
NA POPA OU NA PROA

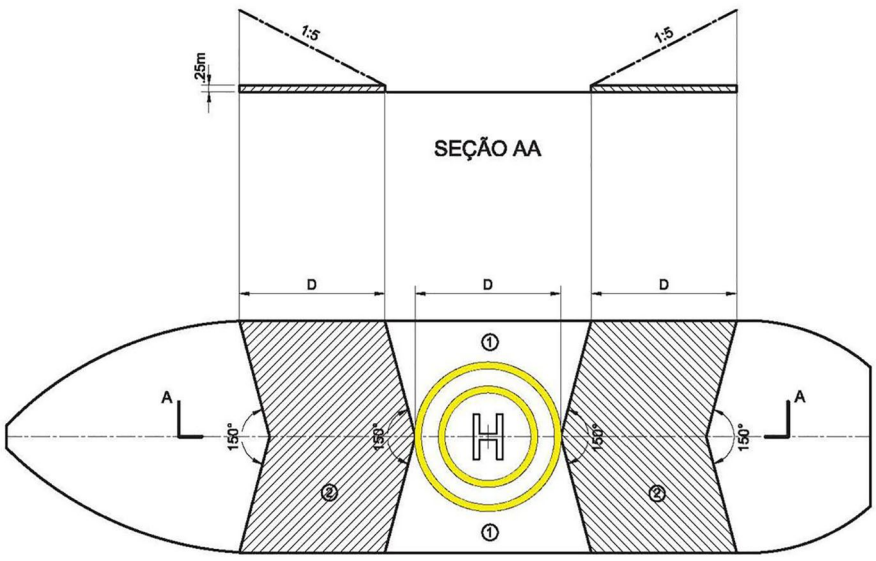


SEÇÃO AA

1 = Setor Livre de Obstáculos.
2 = Setor de Obstáculos com Alturas Limitadas.

ANEXO 4-B

HELIDEQUE DE NAVIO
À MEIA-NAU



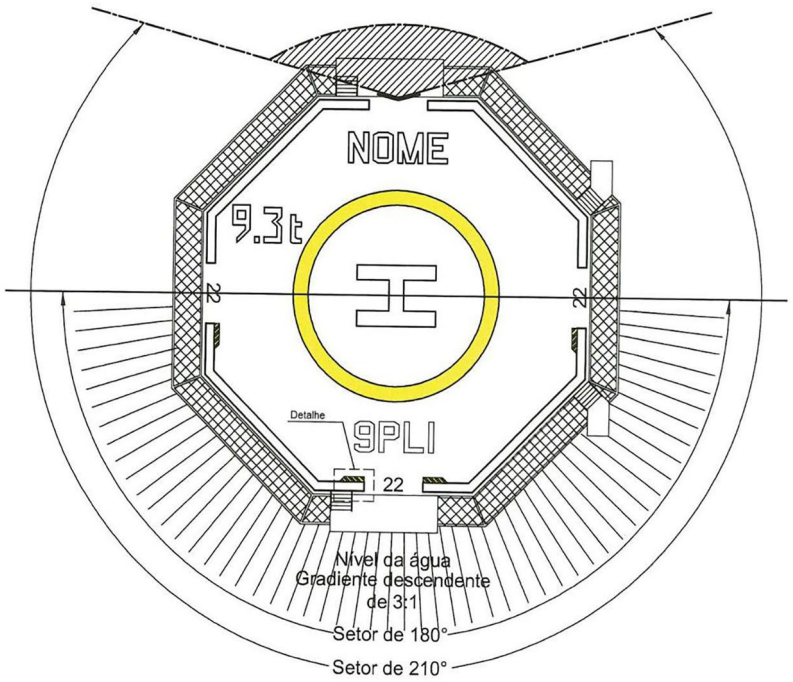
VISTA DE TOPO

1: Setor Livre de Obstáculos.
2: Setor de Obstáculos com Alturas Limitadas.

ANEXO 4-C

FAIXA DE ALERTA DO NÃO CUMPRIMENTO DO GRADIENTE NEGATIVO

CROQUI PARA SINALIZAÇÃO DE OBSTÁCULOS
QUE COMPROMETAM O GRADIENTE NEGATIVO



DETALHE PINTURA DA FAIXA DE SINALIZAÇÃO
DO NÃO CUMPRIMENTO DO GRADIENTE NEGATIVO

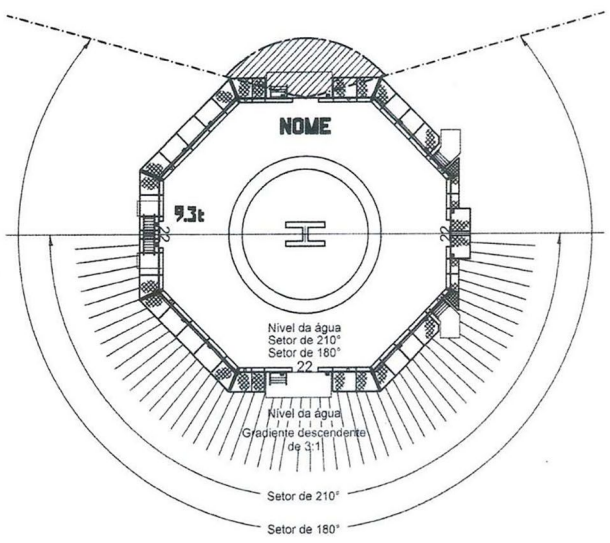


DETALHE

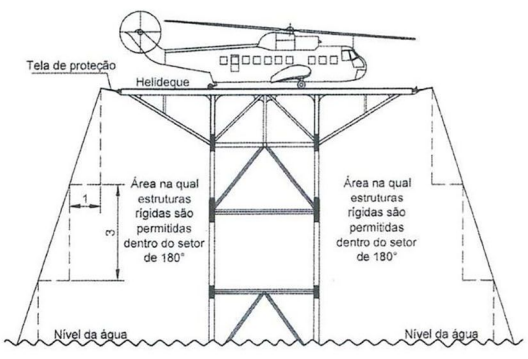
Obs.: Em helideques circulares o ângulo da faixa será de 90º.

ANEXO 4-C

GRADIENTE NEGATIVO



VISTA DE TOPO

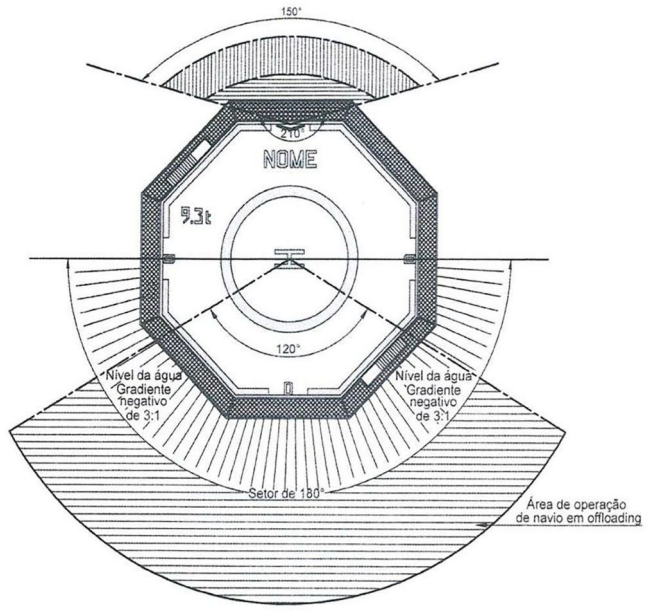


VISTA DE PERFIL

ANEXO 4-C

GRADIENTE NEGATIVO

Área de Operações de Navios em Offloading



Requisitos para unidades realizando operações aéreas e *offloading* simultaneamente:

1 - o bico de proa do navio aliviador deverá estar a uma distância de, no mínimo, 100 metros da plataforma com capacidade de armazenamento de óleo;

2 - o navio aliviador deverá estar localizado dentro de um setor, com vértice no centro do helideque da plataforma com capacidade de armazenamento de óleo e com a bissetriz coincidente com a do SLO, que não exceda um arco de 120º (cento e vinte graus), conforme ilustração acima;

3 - as rampas de aproximação e decolagem devem estar desobstruídas, devendo estar disponível, para pronto emprego e nas proximidades, uma embarcação de apoio (rebocador) que garanta a movimentação do navio aliviador a fim de manter a desobstrução das rampas. As embarcações dotadas com sistema de posicionamento dinâmico (*Dinamic Position System - DPS)*, estão dispensadas desta embarcação de apoio; e

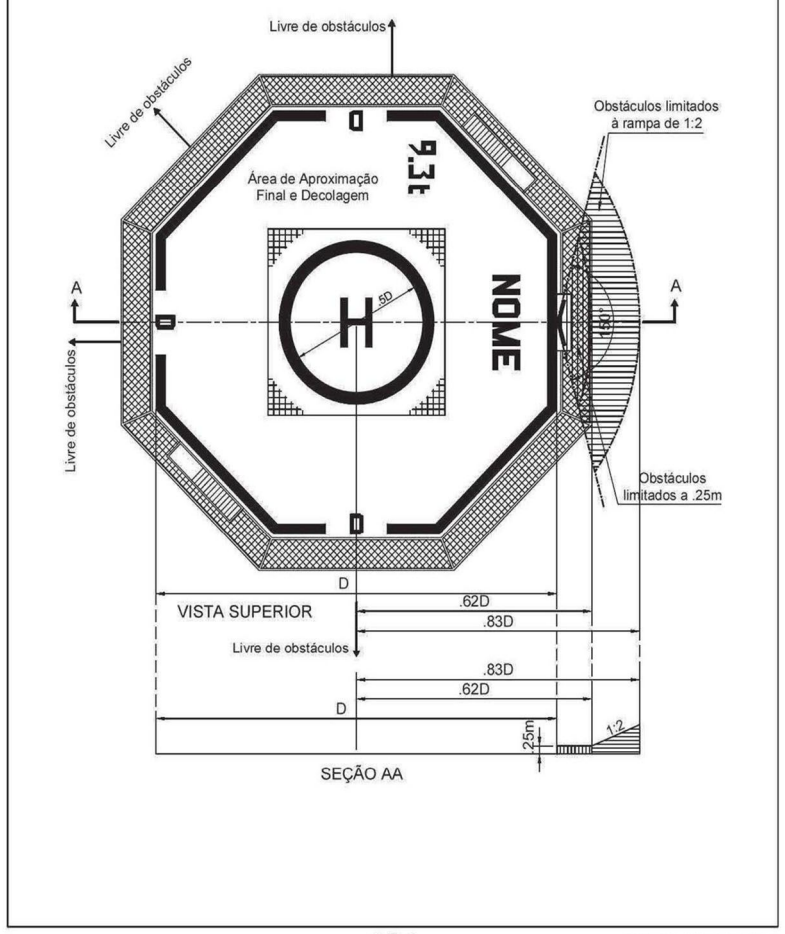
4 - o helicóptero que se deslocar para o pouso e decolagem no helideque da plataforma com capacidade de armazenamento de óleo deverá ser configurado para a classe de desempenho 2, conforme o rbac n° 01, ou HOGE (hoover out ground effect), o que for mais restrito.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021061000035

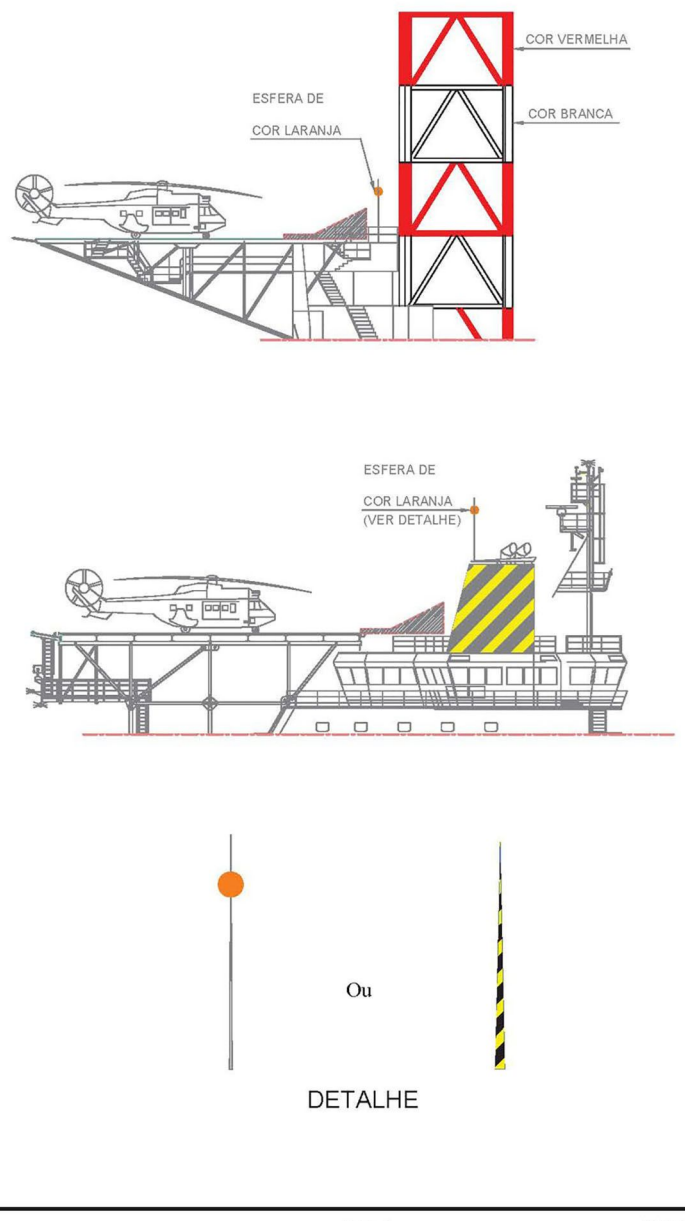
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 4-D

SETOR DE OBSTÁCULOS COM ALTURAS LIMITADAS
(SOAL)



ANEXO 4-E



ANEXO 4-F

Embarcações/Plataformas marítimas acopladas

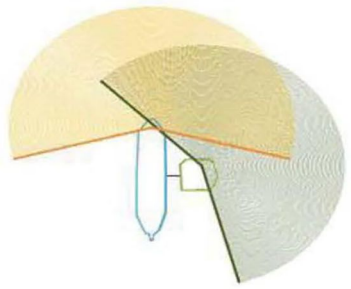


fig.1 - acoplamento com SLO de 210° (helideque de verde interditado)

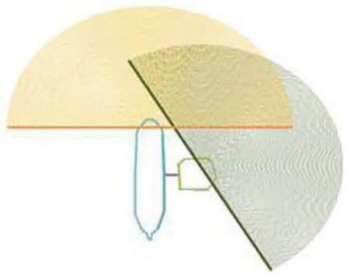


fig. 2 - acoplamento com SLO de 180° (helideques operacionais)

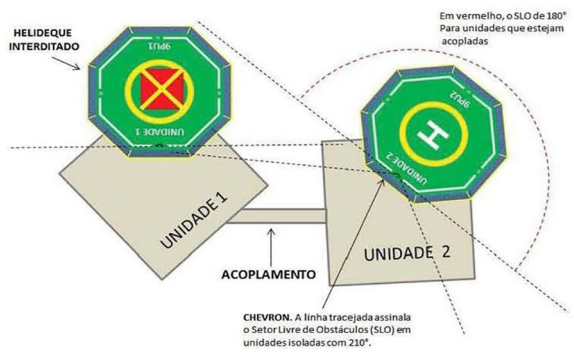
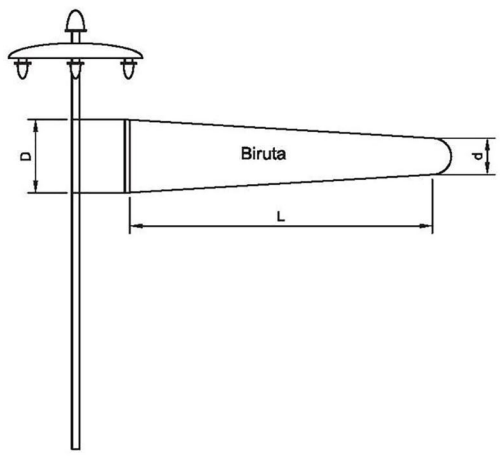


fig. 3 - acoplamento com SLO de 210° (helideques 1 e 2 interditados); com SLO de 180° (helideque da Unidade 1 interditado)

ANEXO 5-A

MODELO DE INDICADOR DE DIREÇÃO DO VENTO (BIRUTA)



DIMENSÕES

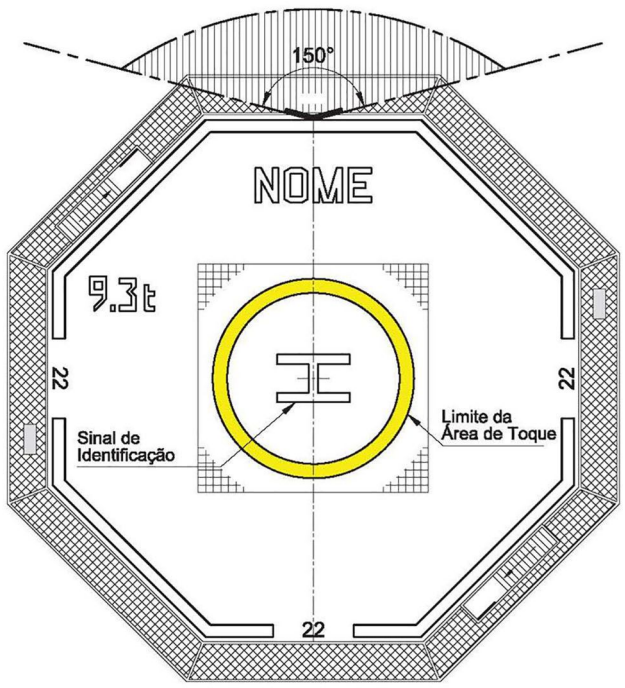
Comprimento (L) ..... 1.20m a 1.40m
Diâmetro da extremidade maior (D) ..... .30m
Diâmetro da extremidade menor (d) ..... .15m

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021061000036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 5-B

SINAL DE IDENTIFICAÇÃO



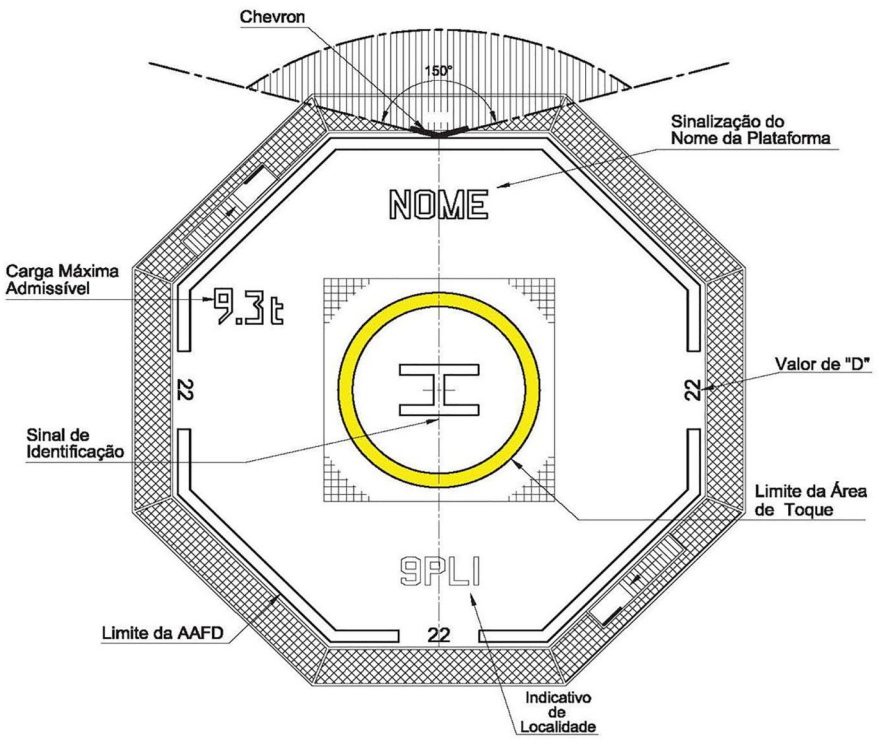


- 5-B-1 -

NORMAM-27/DPC

ANEXO 5-C

AUXÍLIOS DE SINALIZAÇÃO

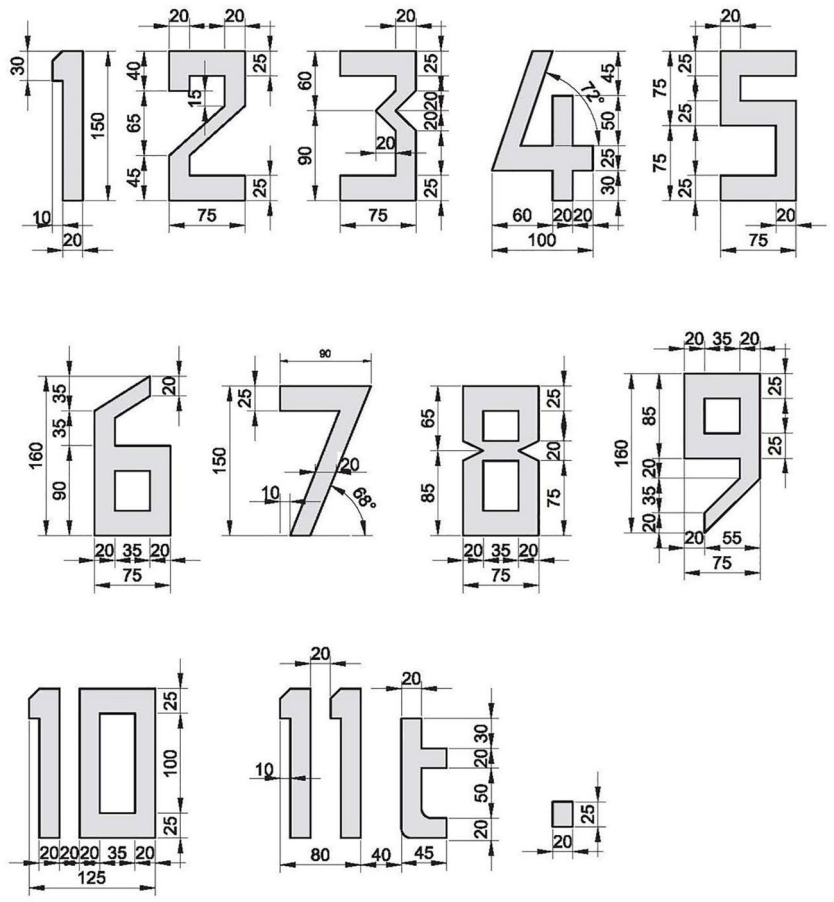


- 5-C-1 -

NORMAM-27/DPC

ANEXO 5-D

DIMENSÕES DA MARCAÇÃO DA CARGA MÁXIMA ADMISSÍVEL

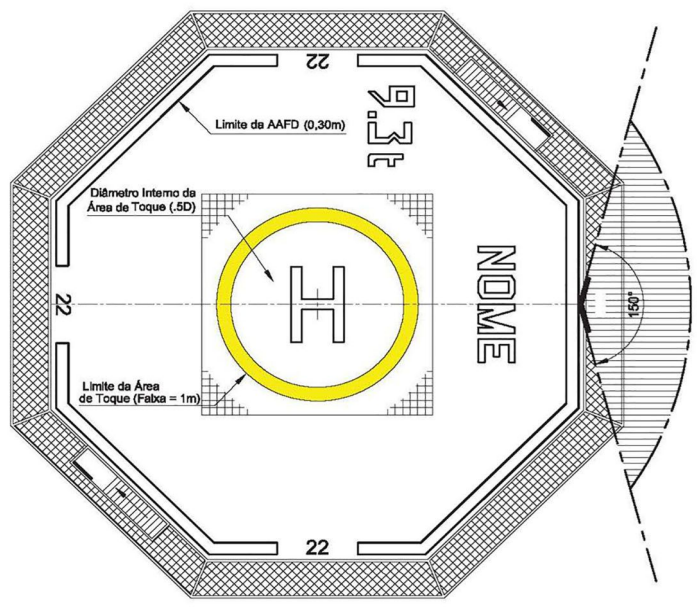


- 5-D-1 -

NORMAM-27/DPC

ANEXO 5-E

DIMENSÃO DA ÁREA DE TOQUE



- 5-E-1 -

NORMAM-27/DPC

ANEXO 5-F

DIMENSÕES DAS LETRAS DO NOME, INDICATIVO VISUAL E INDICATIVO DE LOCALIDADE DA PLATAFORMA/EMBARCAÇÃO

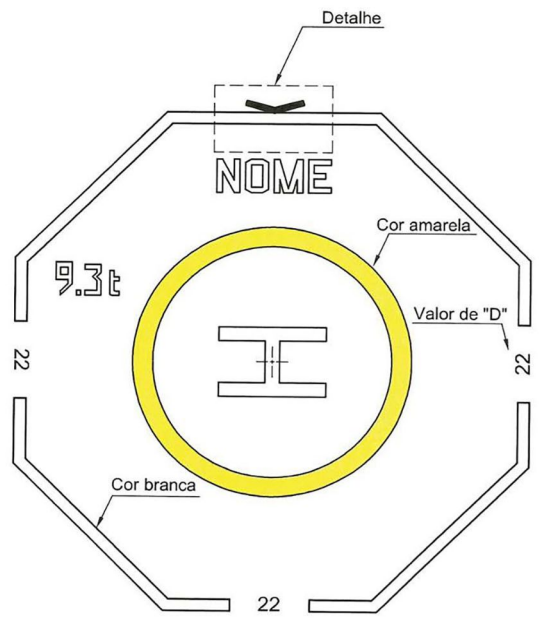


OBSERVAÇÕES:

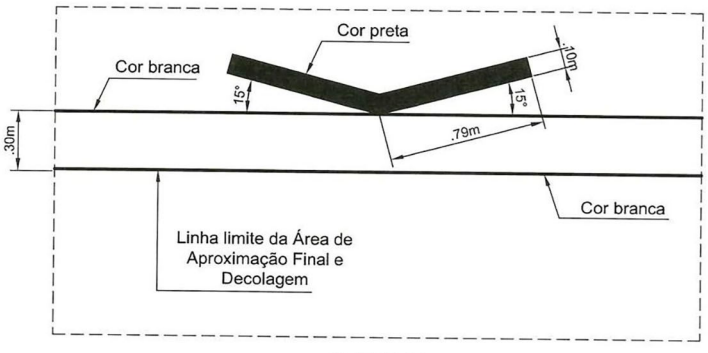
- Altura das letras = 1.20m.
- As dimensões dos quadrados de referência serão: .20m x .20m.
- Espaçamento entre as letras = 1 quadrado de referência.

ANEXO 5-G

CHEVRON



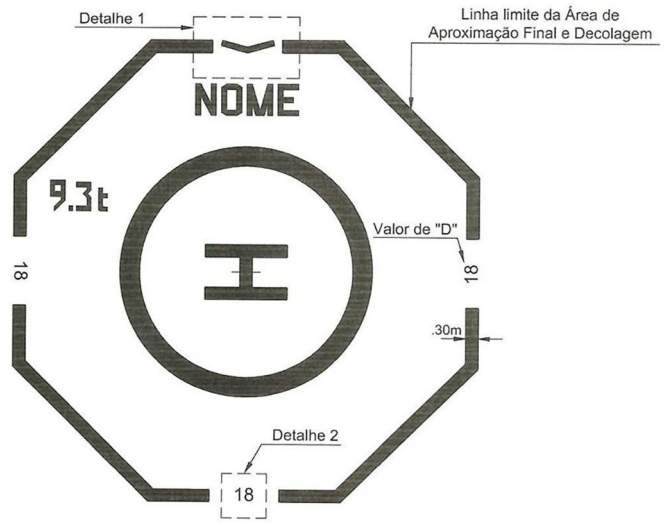
VISTA DE TOPO



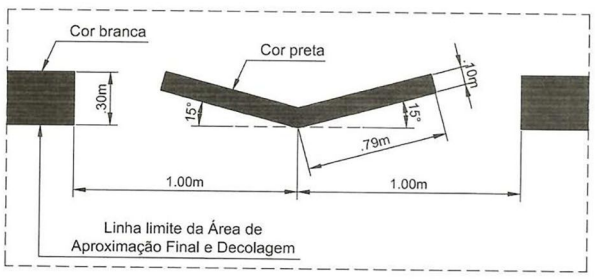
DETALHE

ANEXO 5-G

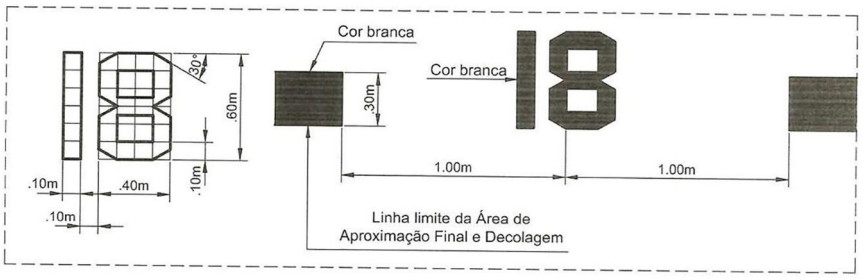
CHEVRON SOBRE A FAIXA E MARCAÇÃO DE "D"



VISTA DE TOPO



DETALHE 1



DETALHE 2

ANEXO 5-G

Procedimento para posicionamento do Chevron no helideque

1 - A fig. 1 apresenta um exemplo de helideque com as principais sinalizações:

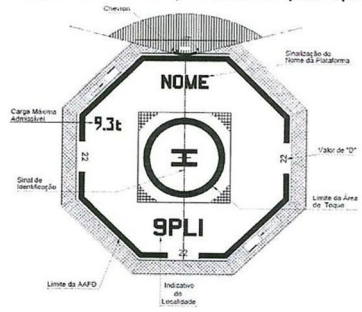


figura 1 – chevron assinalado na parte superior, sendo o ponto de referência o seu vértice.

2 - Para posicionamento do chevron deverão ser observados os seguintes procedimentos:

2.1 - uma vez definida a AAFD, com qualquer forma geométrica (fig. 2 e 3), deverá ser inscrito em seu interior um círculo, cujo diâmetro será designado como "**L**" ("L" igual ou maior que o comprimento do maior helicóptero "D"). O centro desse círculo será o centro da área de toque.

2.2 - deverão ser assinalados os pontos onde o círculo tangencia a linha limite da AAFD.

2.3 - em função dos obstáculos existentes nas proximidades da AAFD, será selecionado um dos pontos de tangencia como o **Ponto de Referência** para posicionamento do chevron. (fig. 2 e 3)

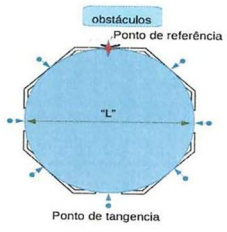


figura 2 - em azul, foi assinalado o círculo inscrito na AAFD. As setas representam os pontos onde o círculo a tangencia. Em vermelho, foi marcado o ponto de tangencia selecionado como ponto de referência para posicionamento do chevron.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021061000038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 5-G

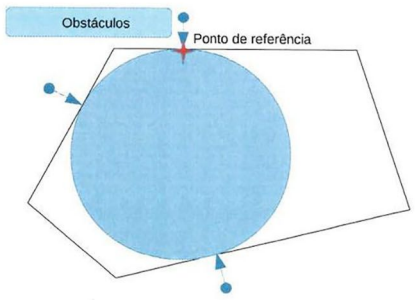


figura 3 - em azul, foi assinalado o círculo inscrito na AAFD de formato irregular. As setas azuis representam os pontos onde o círculo a tangencia. Em função da posição dos obstáculos, foi selecionado um ponto para servir como referência para posicionamento do chevron, destacado pela estrela vermelha.

2.4 - deverá ser selecionado o setor de 150º do chevron de forma a abranger o SOAL. A bissetriz do SLO, setor de 210°, deverá passar pelo centro da área de toque. (fig. 4 e 5)

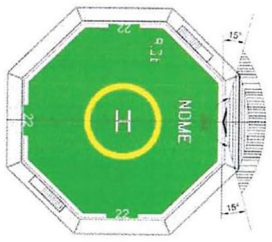


figura 4 - bissetriz do SLO passando pelo centro da área de toque.

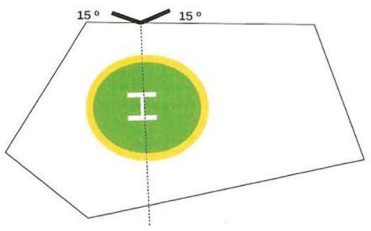


figura 5 - AAFD irregular, estando a bissetriz do SLO passando pelo centro da área de toque.

ANEXO 5-G

2.5 - é admissível uma variação rotacional do chevron de até 15º, no sentido horário e anti-horário, para posicionamento do SLO. O "H" deverá ser girado para que seu traço horizontal fique paralelo a bissetriz do ângulo do SLO (fig. 6 e 7). **Não é permitido o deslocamento lateral do chevron em relação ao ponto de referência**.

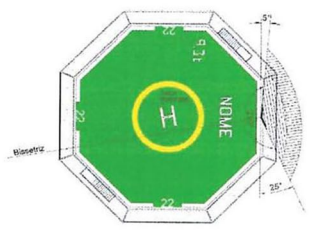


figura 6 - rotação do chevron em helideque regular.

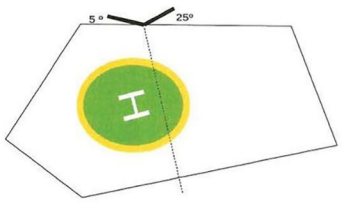


figura 7 - rotação do chevron em helideque irregular.

2.6 - definido o ponto de referência, serão feitas demais sinalizações que mantém um paralelismo com a linha onde se encontra o chevron. O comprimento do maior helicóptero autorizado para operar na unidade (D) é assinalado na parte central das demais linhas da AAFD. (fig. 8 e 9)

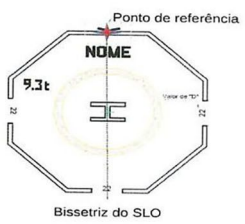


figura 8 - representação de sinalização em um helideque com AAFD octogonal.

ANEXO 5-G

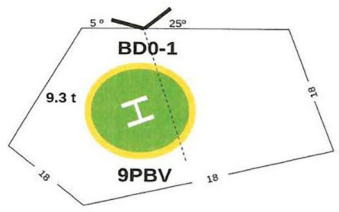


figura 9 - posicionamento de sinalização em um helideque com AAFD irregular e o chevron rotacionado.

3 - Para helideques situados a meia nau, haverá dois chevrons, um dizendo para proa e outro para popa. Deverá ser assumido o ponto de referência na extremidade mais à proa do navio para as demais sinalizações. (fig.10 e 11)



figura 10 - vista de topo de uma embarcação com helideque circular a meia nau.

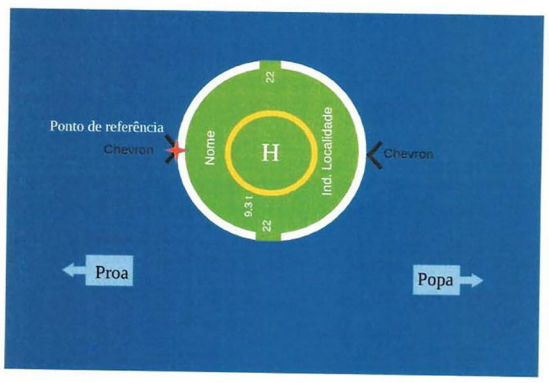
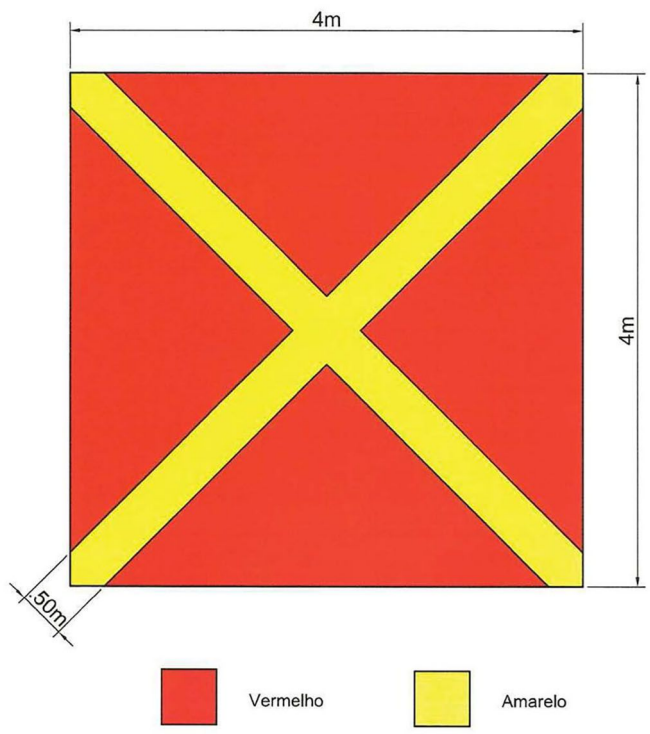


figura 11 - em destaque, a representação do helideque da fig.10. O ponto de referência deverá ser assumido na posição mais a proa da unidade. Os demais auxílios à sinalização serão dispostos conforme a ilustração. Observar que este tipo de helideque possui a sinalização de dois chevrons, com setores de 150º cada um.

ANEXO 5-H

SINALIZAÇÃO DE HELIDEQUE INTERDITADO
E AVISO DE SEGURANÇA



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021061000039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 5-H

AVISO DE SEGURANÇA



Figura 1



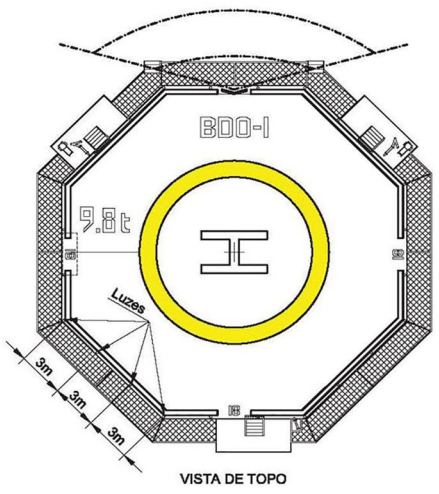
Figura 2

Observação: os avisos poderão ser confeccionados em separado, um em língua portuguesa e outro, em língua inglesa. Os avisos deverão ter as dimensões da figura 2.

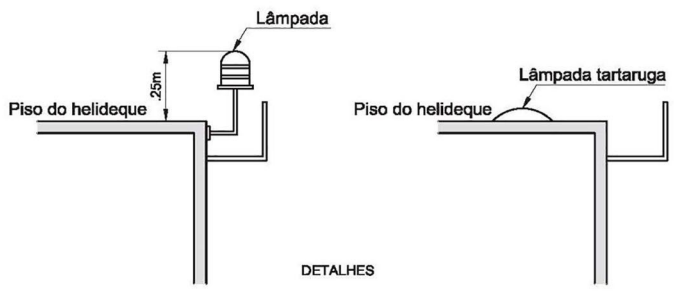
ANEXO 5-I

AUXÍLIOS DE ILUMINAÇÃO

Luzes de Limite da Área de Aproximação Final e Decolagem



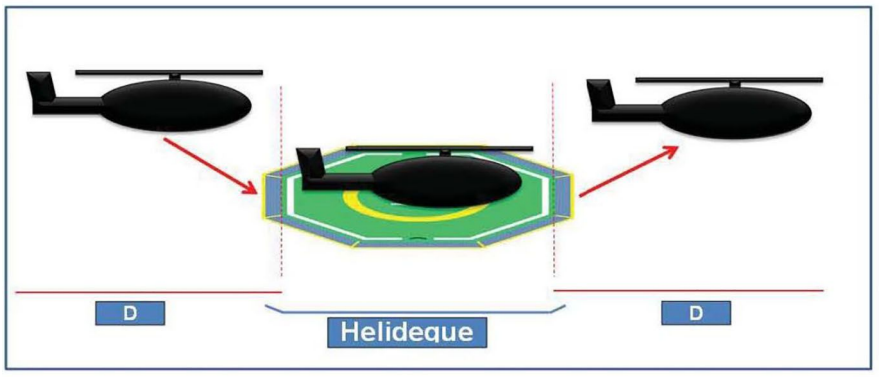
VISTA DE TOPO



DETALHES

ANEXO 6-A

Esquema do enquadramento da câmera para registro da aproximação, pouso e decolagem do helicóptero.



Aproximação Pouso Decolagem

ANEXO 8-A

FICHA DE INSPEÇÃO DIÁRIA

RESPONSÁVEL:	DATA:	ÚLTIMA VERIFICAÇÃO:

1) FILTROS

COLETOR		
QAV-1	PARTÍCULAS SÓLIDAS	
	ÁGUA	

2) TANQUE DE ARMAZENAMENTO

QAV-1	
SUSPIRO	
VALVULAS	
DRENO	

3) MANGOTES

CONDIÇÕES FÍSICAS		
CONDIÇÕES AMBIENTAIS		
QAV-1	PARTÍCULAS SÓLIDAS	
	ÁGUA	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021061000040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 8-B

FICHA DE INSPEÇÃO SEMANAL

RESPONSÁVEL:	DATA:	ÚLTIMA VERIFICAÇÃO:

1) INDICADOR DE PRESSÃO DIFERENCIAL

MEDIÇÃO DA PRESSÃO	

2) TODO SISTEMA

VAZAMENTO	
CONEXÕES	
LIMPEZA	
VEDAÇÃO	

3) FILTROS DOS INJETORES E JUNÇÕES DE ABASTECIMENTO

ESTADO GERAL	
VEDAÇÃO	
LIMPEZA	

4) MANGOTES DE DISTRIBUIÇÃO

CONDIÇÕES FÍSICAS		
CONDIÇÕES AMBIENTAIS		
QAV-1	PARTÍCULAS SÓLIDAS	
	ÁGUA	

5) CABO DE ATERRAMENTO

CONDIÇÕES GERAIS	
CONECÇÕES ELÉTRICAS	

ANEXO 8-C

FICHA DE INSPEÇÃO TRIMESTRAL

RESPONSÁVEL:	DATA:	ÚLTIMA VERIFICAÇÃO:

1) UNIDADES DE FILTRAGEM, LINHAS DE DECANTAÇÃO, FILTRO MONITOR E SEPARADOR

ESTADO GERAL		
QAV-1	PARTÍCULAS SÓLIDAS	
	ÁGUA	
LIMPEZA		

2) MANGOTES DE DISTRIBUIÇÃO

ESTADO GERAL	
VAZAMENTOS	
JUNÇÕES	

3) BOMBA

ESTAO GERAL	
LUBRIFICAÇÃO	
FILTROS	
REGULADOR/SEPARADOR DE ÁGUA	
VAZAMENTO	
SELO	

4) CARRETEL DO MANGOTE

FUNCIONAMENTO	
ENGRENAGENS	
LUBRIFICAÇÃO	

5) BICO DE ABASTECIMENTO

ANEXO 8-C

CONDIÇÕES GERAIS	
VAZAMENTO	
FILTRO	
TAMPAS	

6) CABO DE ATERRAMENTO

CONDIÇÕES GERAIS	
CONTINUIDADE	
GARRAS	
PINOS DE CONECÇÃO	

ANEXO 8-D

FICHA DE INSPEÇÃO SEMESTRAL

RESPONSÁVEL:	DATA:	ÚLTIMA VERIFICAÇÃO:

1) UNIDADES DE FILTRAGEM, LINHAS DE DECANTAÇÃO, FILTRO MONITOR E SEPARADOR

ESTADO GERAL		
QAV-1	PARTÍCULAS SÓLIDAS	
	ÁGUA	
LIMPEZA		
INDICADOR DE PRESSÃO DIFERENCIAL		

2) MANGOTES DE DISTRIBUIÇÃO

ESTADO GERAL	
VAZAMENTOS	
JUNÇÕES	

3) BOMBA

ESTAO GERAL		
LUBRIFICAÇÃO		
FILTROS		
REGULADOR/SEPARADOR DE ÁGUA		
VAZAMENTO		
SELO		
CIRCUITOS ELÉTRICOS		
NÍVEL DO ÓLEO DA CAIXA DE EMGRENAGENS		
JUNÇÃO MOTOR/BOMBA		
CONSULTOU O PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO FABRICANTE	SIM	
	NÃO	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021061000041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 8-D

4) CARRETEL DO MANGOTE

FUNCIONAMENTO	
ENGRENAGENS	
LUBRIFICAÇÃO	

5) BICO DE ABASTECIMENTO

CONDIÇÕES GERAIS	
VAZAMENTO	
FILTRO	
TAMPAS	

6) CABO DE ATERRAMENTO

CONDIÇÕES GERAIS	
CONTINUIDADE	
GARRAS	
PINOS DE CONECÇÃO	

ANEXO-8-E

Nome da Empresa

Certificado do Sistema de Combustível

Certifico que, na presente data, o sistema de combustível de aviação situado a bordo da (embarcação/plataforma) _____, (Nº IMO /N° inscrição) _____, Indicativo de Localidade _____, foi inspecionado. O tanque de armazenamento, tanque de descarte, sistema de distribuição, tubulações, filtros e tomadas, linha de mangueira de abastecimento para combustível, com os seus respectivos bicos de abastecimento (por gravidade e/ou por pressão), fio terra e sistema de bombas foram vistoriados, submetidos a testes e encontram-se em condições seguras para a condução de abastecimento de combustível de aviação.

Os testes foram realizados por _____ e aprovados por _____ (Organização Reconhecida pela DPC).

Observação: Este certificado é válido por 5 anos, sendo endossado anualmente.

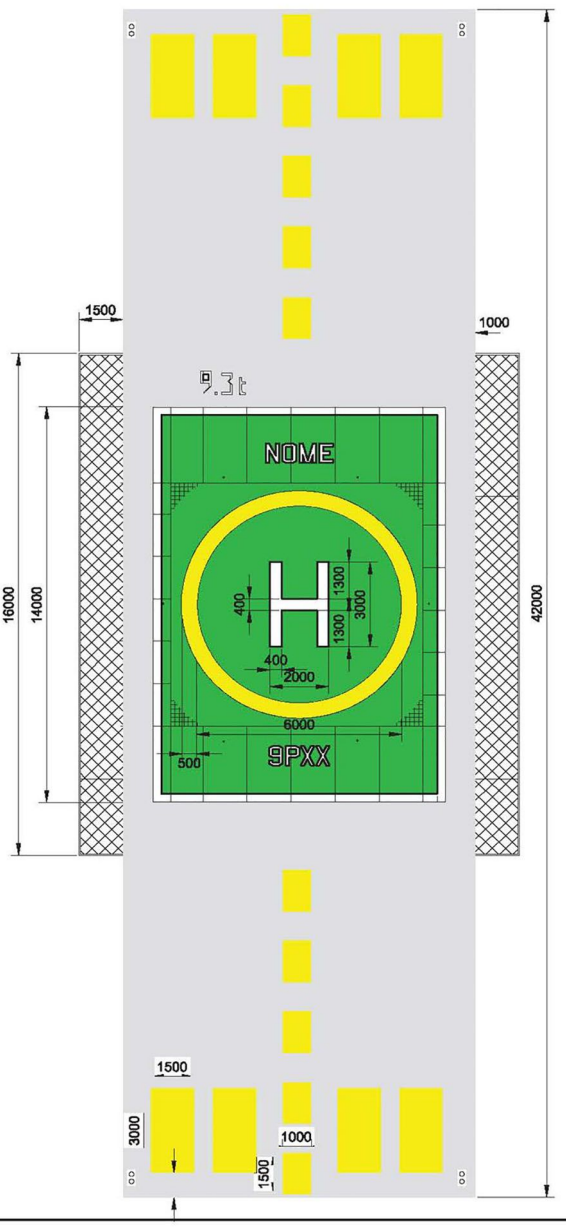
e-mail:
telefone de contato:

Local e data.

NOME, CARGO e ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ANEXO 11-A

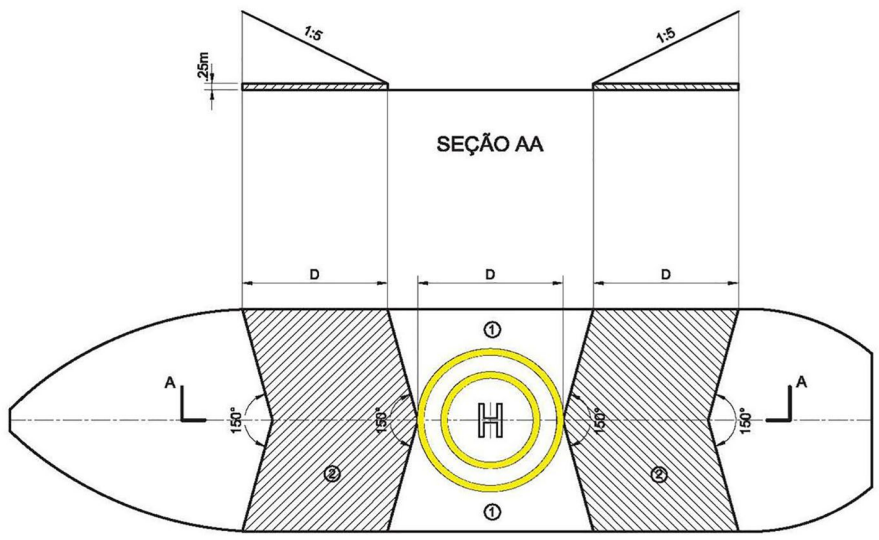
DIMENSÕES DA PINTURA PARA HELIDEQUE EM BALSA DE 12 m x 42 m



Medidas em milímetros

ANEXO 12-A

HELIDEQUE ADAPTADO À MEIA-NAU SOBRE A TAMPA DO PORÃO DE CARGA DE NAVIO

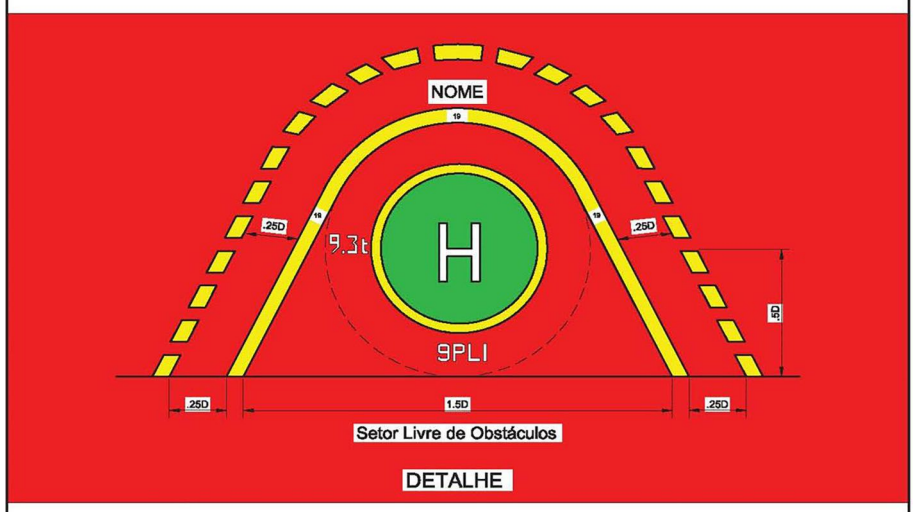


VISTA DE TOPO

1: Setor Livre de Obstáculos.
2: Setor de Obstáculos com Alturas Limitadas.

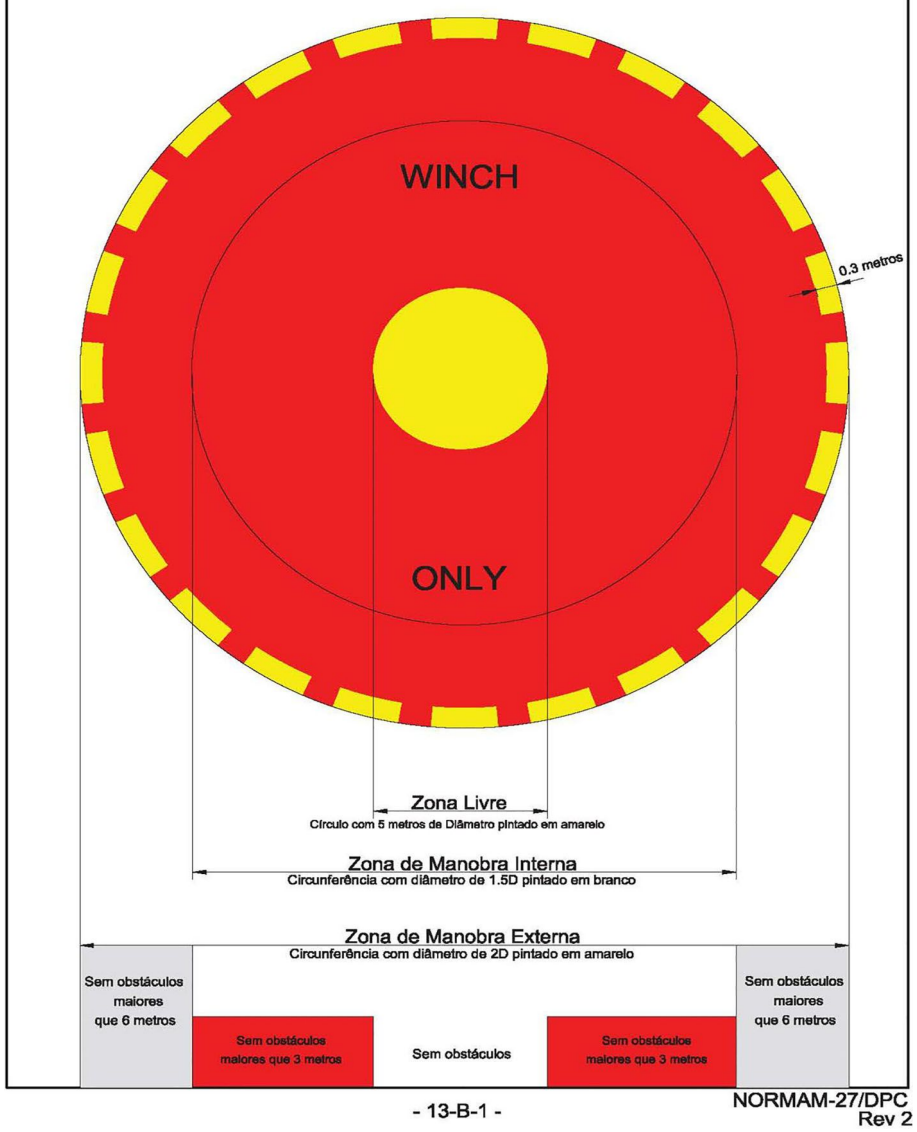
ANEXO 12-B

HELIDEQUE ADAPTADO NA LATERAL
DO CONVÉS PRINCIPAL DE NAVIO



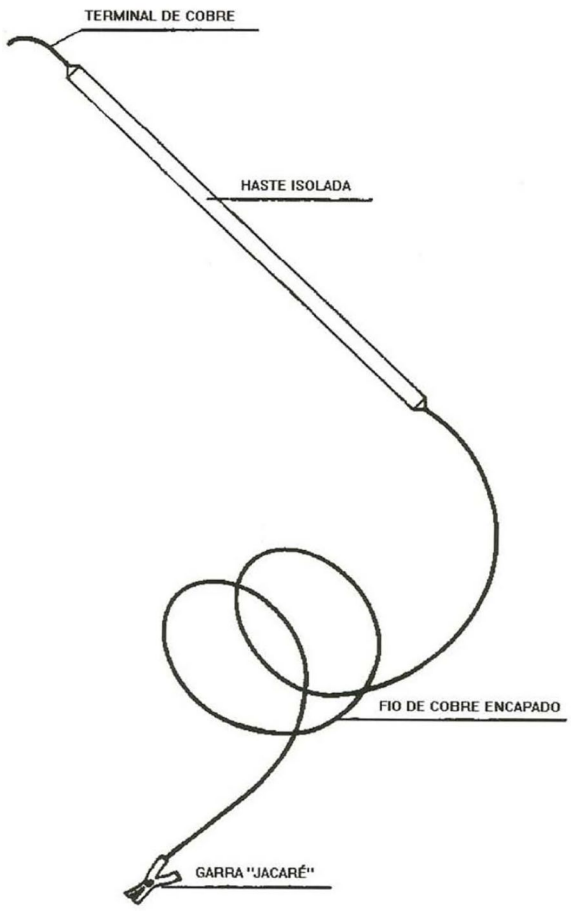
ANEXO 13-B

ÁREA DE PICK UP



ANEXO-13-A

BASTÃO DE DESCARREGAMENTO DE ELETRICIDADE ESTÁTICA



ANEXO-13-C

PICK-UP DE MACA

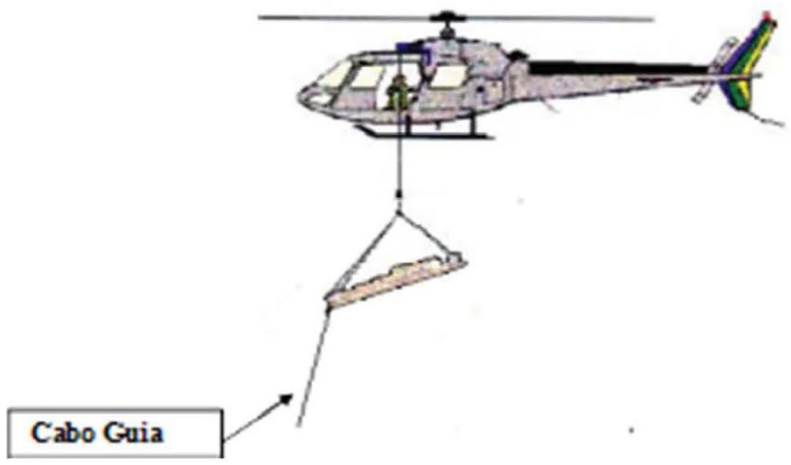


Fig. 1 - CABO GUIA



Fig. 2 - ESTROPO TIPO ARANHA OU BRAÇALOTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021061000043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 13-D

Nome da Empresa

CERTIFICADO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS DA ÁREA DE PICK-UP

Certifico que, na presente data, a área de pick-up situada a bordo da (embarcação) _____, (Nº IMO) _____, Bandeira_____, de propriedade_____, Armação _____, afretada_____, encontra-se nas condições técnicas em conformidade com o Capítulo 13 da NORMAM-27/DPC e em condições seguras para a condução das operações aéreas. A área de pick-up e o pessoal habilitado foram inspecionados por _____ e aprovados por _____ (nome da Organização reconhecida pela DPC ou pelo setor de engenharia da empresa que opera a embarcação).

Este certificado tem validade de 36 meses.

e-mail:

telefone de contato:

Local e data.

NOME, CARGO e ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Observações:
1) Anexar três fotos atuais do helideque (21 x 29,7cm (A4), perfil, topo e da embarcação), impressas e em meio eletrônico, utilizando o formato PDF (Adobe Reader).

PORTARIA Nº 200/DPC, DE 25 DE MAIO DE 2021

Prorroga o prazo do credenciamento estabelecido no art. 2º da Portaria nº 213/DPC, de 27 de julho de 2017.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004 e de acordo com o contido no inciso X do art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Celebrar acordo, em consonância com o estabelecido nas "Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedade Classificadora para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro" (NORMAM-06/DPC Mod 2), aprovadas pela Portaria nº 104, de 16 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 24, de 4 de março de 2004, entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, neste ato representada pelo Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA, Diretor de Portos e Costas, e a Entidade Especializada INTERCONTINENTAL BUREAU CLASSIFICATION LTDA, neste ato representada pela Sra. KATIA DE BARROS LACERDA, Diretora Executiva, com o propósito de delegar competência para a citada Entidade Especializada atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira.

Art. 2º Os serviços para os quais são concedidos os reconhecimentos, dispostos no Acordo de Delegação de Competência anexo, devem ser executados em conformidade com o disposto na NORMAM-06/DPC e demais Normas da Autoridade Marítima que sejam pertinentes.

Art. 3º A concessão para os serviços de que trata o artigo anterior vigerá no período de 13 de abril de 2021 a 12 de abril de 2024.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Revoga-se a Portaria de nº 136/DPC, de 15 de abril de 2020, publicada no DOU nº 75, de 20 de abril de 2020.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

ANEXO

Anexo, da Port nº 200/2021, da DPC.

ACORDO DE RECONHECIMENTO FIRMADO ENTRE A AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA E A CERTIFICADORA INTERCONTINENTAL BUREAU CLASSIFICATION LTDA

O presente ACORDO é celebrado, em consonância com o estabelecido nas Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras e Certificadoras (Entidades Especializadas) para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro (NORMAM-06/DPC) e seus anexos, entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, neste ato representada pelo Vice-Almirante Alexandre Cursino de Oliveira, Diretor de Portos e Costas, doravante referida como DPC, e a CERTIFICADORA INTERCONTINENTAL BUREAU CLASSIFICATION LTDA, CNPJ: 27.557.003/0001-87, localizada na Rua da Quitanda 194, sobreloja 204 e 205, Centro, Rio de Janeiro-RJ, neste ato representada pela Sra. Katia Barros de Lacerda, Diretora Executiva, doravante referida como ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, com o propósito de delegar competência à ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA para atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira.

1 - Propósito

1.1 - O propósito deste ACORDO é delegar competência à ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA para atuar em nome do Governo Brasileiro na implementação e fiscalização das Convenções e Códigos Internacionais e Normas Nacionais pertinentes, relativas à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição ambiental, doravante denominados INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

1.2 - A delegação de competência compreende a prestação de serviços, incluindo a realização de testes, medições, cálculos, vistorias, auditorias ou qualquer outra verificação, em empresas de navegação, embarcações e estruturas marítimas, incluindo seus sistemas, equipamentos e instalações associadas e emissão, renovação e/ou endosso dos respectivos certificados, relatórios, licenças ou qualquer outro documento pertinente, nas condições estabelecidas a seguir, doravante denominados SERVIÇOS, dentro da abrangência estabelecida no Apêndice deste ACORDO.

2 - Condições Gerais

2.1 - Os SERVIÇOS deverão ser executados de acordo com o estabelecido nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS, com ênfase na NORMAM-06/DPC, da Diretoria de Portos e Costas, como emendada, obedecendo a abrangência contida no Apêndice ao presente ACORDO.

2.2 - Os SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA terão aceitação idêntica àqueles prestados pela própria DPC, desde que a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA mantenha o cumprimento das disposições estabelecidas nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

2.3 - Os SERVIÇOS deverão ser conduzidos, preferencialmente, por representantes exclusivos da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA. Entretanto, a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA poderá utilizar representantes não exclusivos ou firmas prestadoras de serviços cadastradas de acordo com os limites e condições estabelecidas na NORMAM-06/DPC.

2.4 - A realização de SERVIÇOS em nome da AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, não previstos no Apêndice ao presente ACORDO, deverá ser previamente autorizada pela DPC.

2.5 - A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, seus funcionários, representantes e outros agindo em seu nome, estão autorizados, nos termos do presente ACORDO, a:

a) efetuar recomendações ou outras ações que sejam necessárias para assegurar que as características das embarcações, sistemas, equipamentos ou empresas correspondam com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS;

b) auditar ou vistoriar quaisquer itens a bordo ou nas empresas de navegação para assegurar o cumprimento e a manutenção das condições e requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS;

c) exigir a realização de reparos, testes, avaliações ou medições, quando necessário, para assegurar o cumprimento e a manutenção das condições e requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS;

d) cancelar a validade de um certificado e retirá-lo de bordo, quando julgar que a embarcação possui deficiências que comprometam a segurança da embarcação e seus tripulantes, passageiros ou cargas transportadas ou que acarrete sério risco de poluição ambiental; e

e) quando o navio se encontrar no exterior, informar à Autoridade de Controle pelo Estado do Porto, o cancelamento da validade de qualquer certificado ou existência de qualquer deficiência que comprometa a segurança da embarcação e seus tripulantes, passageiros ou cargas transportadas ou que acarrete sério risco de poluição ambiental.

3 - Interpretações, Equivalências e Isenções

3.1 - As interpretações necessárias para a aplicação dos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS, bem como para a determinação de equivalência ou aceitação de outros requisitos em sua substituição, são prerrogativas da DPC.

3.2 - Qualquer isenção dos requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS é prerrogativa da DPC e deverá ser por ela autorizada antes da sua adoção pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

4 - Informações

4.1 - A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA deverá reportar à DPC, com a brevidade possível, as seguintes informações:

a) qualquer restrição ou condição essencial relacionada com a certificação, operação ou área de atuação de embarcações nacionais;

b) a suspensão, retirada, cancelamento ou alteração substancial nas limitações operacionais e da certificação dos navios nacionais por ela atendidos, juntamente com as razões que levaram a tomada dessa decisão;

c) sempre que qualquer embarcação nacional for encontrada em operação com deficiência ou discrepância grave, tal que suas condições ou de seus equipamentos não correspondam substancialmente ao contido nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS, e que na opinião da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA comprometam a segurança da embarcação e seus tripulantes, passageiros ou cargas transportadas ou que acarrete sério risco de poluição ambiental; e

d) a prorrogação de certificados estatutários e as razões que as justificaram.

4.2 - A DPC terá garantido, livre de custos, acesso a todos os planos, documentos e informações relativas aos navios, estruturas marítimas ou empresas nacionais que estejam abrangidas no escopo deste ACORDO e afetas aos SERVIÇOS executados.

4.3 - As atividades e as informações relacionadas com o presente ACORDO deverão receber um tratamento reservado, sempre que solicitado por qualquer uma das partes, excetuando-se os manuais, certificados e documentos que, por sua natureza, os INTRUMENTOS APLICÁVEIS requeiram estar disponíveis às partes deste Acordo e a terceiros.

5 - Regras

5.1 - Sempre que sejam introduzidas alterações em suas regras que afetem os SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, esta deverá contatar a DPC logo que possível, informando o escopo das alterações introduzidas.

5.2 - De maneira análoga, a DPC deverá informar à ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, logo que possível, o desenvolvimento de emendas aos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS que esteja realizando e que influenciem nos SERVIÇOS executados pela CLASSIFICADORA.

5.3 - A existência de qualquer conflito ou discrepância entre as regras da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA e os INSTRUMENTOS APLICÁVEIS deverá ser, assim que identificado por qualquer uma das partes, comunicada, imediatamente, à outra parte. Ambas as partes deverão envidar esforços no sentido de eliminar as diferenças e/ou estabelecer procedimentos para compatibilizar a aplicação dos requisitos de forma unificada.

5.4 - Os Certificados relativos às Convenções e Códigos Internacionais emitidos em nome do Governo Brasileiro deverão ser elaborados em inglês e português. Os demais certificados deverão ser emitidos apenas em português.

5.5 - Os regulamentos, regras, instruções e relatórios poderão ser elaborados em inglês e/ou português, contudo, as regras e relatórios das vistorias relativas à navegação interior deverão ser obrigatoriamente escritas em português.

6 - Supervisão

6.1 - A DPC efetuará auditorias programadas na ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA com o objetivo de verificar sua conformidade com os procedimentos e requisitos constantes nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS que a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está reconhecida para implementar e fiscalizar em nome da DPC.

6.2 - A DPC poderá realizar auditorias inopinadas para verificar como os SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA estão sendo efetivamente conduzidos, de modo a garantir o controle das embarcações nacionais e avaliar o trabalho desenvolvido pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

7 - Remuneração

A remuneração dos SERVIÇOS realizados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA será cobrada diretamente pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA à parte que tiver solicitado seus serviços.

8 - Responsabilidade

8.1 - Se em decorrência de qualquer deficiência ou irregularidade nos SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA que, de acordo com decisão judicial, tenha sido causada por ato ou omissão em que fique caracterizado dolo por parte da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, seu corpo técnico, responsáveis, funcionários, vistoriador ou representante não exclusivo, firmas prestadoras de serviços ou qualquer outro que tenha atuado em seu nome, resultar em responsabilidade final e definitiva imposta à Autoridade Marítima Brasileira, a DPC estará no direito de reclamar e receber, em nome Autoridade Marítima Brasileira, a sua total compensação por parte da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

8.2 - Se em decorrência de qualquer deficiência ou irregularidade nos SERVIÇOS executados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA que, de acordo com decisão judicial, tenha sido causada por ato ou omissão em que fique caracterizada imprudência, negligência ou imperícia por parte da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, seu corpo técnico, responsáveis,

funcionários, vistoriador ou representante não exclusivo, firmas prestadoras de serviços ou qualquer outro que tenha atuado em seu nome, resultar em responsabilidade final e definitiva por perdas e danos imposta à Autoridade Marítima Brasileira, a DPC estará no direito de reclamar e receber, em nome da Autoridade Marítima Brasileira, a sua total compensação por parte da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, até o limite da responsabilidade financeira definida nos termos e condições padrões empregados pela ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA nos contratos com os contratantes dos serviços previstos no presente ACORDO.

8.3 - Se a Autoridade Marítima Brasileira for citada ou esteja na expectativa de ser citada a responder pela responsabilidade mencionada nos dois itens anteriores, a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA deverá ser informada imediatamente. Com esse propósito, a DPC deverá enviar todas as reclamações, documentos e demais informações relevantes para a ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA que poderá, se assim desejar, solicitar à Autoridade Marítima Brasileira que o patrocínio da causa seja efetuado por advogado de sua escolha e custas, desde que o faça ainda dentro do prazo para contestar a medida judicial que lhe é movida.

8.4 - A Autoridade Marítima Brasileira não efetuará qualquer conciliação que envolva a responsabilidade citada nos três itens acima, sem que haja o consentimento da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

9 - Disposições Finais

9.1 - Se o ACORDO for inadimplido por uma das partes, a outra parte deverá notificá-la, por escrito, informando a irregularidade e solicitando as correções necessárias. A parte notificada deverá efetuar as correções no prazo de até três (3) meses a partir da data de recebimento da notificação, findo o qual a outra parte terá o direito de rescindir o ACORDO imediatamente.

9.2 - Este ACORDO poderá ser rescindido por interesse de qualquer uma das partes, imediatamente após notificação por escrito da parte interessada na rescisão.

9.3 - Qualquer emenda aos termos deste ACORDO ou aos seus anexos somente será tornada efetiva após a concordância por escrito de ambas as partes.

10 - Vigência e Validade

Este ACORDO entra em vigor em 13 de abril de 2021 e tem validade de três anos a partir desta data.

11 - Legislação e Foro de Discussão.

Este Acordo é regido pelas leis nacionais brasileiras. Eventuais conflitos existentes, oriundos do presente ACORDO, deverão ser dirimidos na Justiça Federal da Comarca do domicílio da ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA.

Em fé do acordado, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelas partes, firmam o presente ACORDO, em ___/___/_____.

_____ _____

ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA KATIA BARROS DE LACERDA

Vice-Almirante Diretora Executiva

Diretor de Portos e Costas IBC

Apêndice ao anexo, da Port nº 200/2021, da DPC.

ABRANGÊNCIA DO ACORDO DE RECONHECIMENTO ENTRE

A AUTORIDADE MARÍTIMA E A CERTIFICADORA INTERCONTINENTAL BUREAU CLASSIFICATION LTDA.

I - TIPOS DE EMBARCAÇÕES

- Embarcações empregadas na navegação de mar aberto e que não estejam sujeitas à Classificação;

- Embarcações empregadas na navegação interior e que não estejam sujeitas à Classificação;

- Embarcações empregadas na Hidrovia Paraguai-Paraná e que não estejam sujeitas à Classificação; e

- Embarcações para as quais sejam aplicáveis os Códigos e Convenções Internacionais ratificados pelo Brasil, com Arqueação Bruta até 500.

II - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS AUTORIZADOS NA NAVEGAÇÃO DE MAR ABERTO

a) Certificados

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir e endossar os certificados, iniciais ou de renovação, abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso:

1) Certificado Nacional de Arqueação (NORMAM-01/DPC e NORMAM-03/DPC);

2) Certificado Nacional de Borda Livre (NORMAM-01/DPC);

3) Certificado de Segurança da Navegação (NORMAM-01/DPC e NORMAM-03/DPC);

4) Certificado Internacional para Prevenção da Poluição por Óleo (MARPOL 73/78, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

5) Certificado de Prevenção da Poluição para Transporte de Substâncias Líquidas Nocivas a Granel (MARPOL 73/78, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

6) Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (BCH Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

7) Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (IBC Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

8) Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (IGC Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

9) Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (GC Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

10) Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (Existing Ships Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

11) Certificado de Conformidade para Navios de Apoio Marítimo (Resolução A.673(16) da IMO e MARPOL 73/78, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

12) Certificado de Segurança Rádio para Navios de Carga (SOLAS 74/78, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

13) Certificado de Conformidade para Sistema Anti Incrustante (NORMAM-23/DPC); e

14) Certificado de Tração Estática (NORMAM-01/DPC).

b) Documentos

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir, aprovar ou endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso.

1) Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação e Licença de Construção para Embarcação já Construída - LCEC, incluindo análise e aprovação dos planos pertinentes (NORMAM-01/DPC);

2) Notas para Arqueação de Embarcações;

3) Folheto de Estabilidade (Intacta e em Avaria);

4) Registro de Sistema Anti Incrustante (NORMAM-23/DPC);

5) Relatórios de Prova de Inclinação e de Medição de Porte Bruto;

6) Plano de Emergência para Prevenção da Poluição por Óleo (MARPOL 73/78, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

7) Declaração sobre Sistemas Anti Incrustantes (NORMAM-23/DPC);

8) Registro de Sistema Anti Incrustante (NORMAM-23/DPC);

9) FORM R (SOLAS 74/78, para embarcações com AB menor que 500);

10) FORM A (MARPOL 73/78, para embarcações com AB menor que 500);

11) FORM B (MARPOL 73/78, para embarcações com AB menor que 500);

12) Documento de Conformidade para Transporte de Mercadorias Perigosas (SOLAS 1974 Regra II-2/19, IMDG Code, para embarcações com AB menor que 500).

c) Vistorias

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada, além das vistorias pertinentes aos SERVIÇOS especificados nos itens a) e b) acima, a efetuar Vistoria de Condição Estrutural em Navios Graneleiros, construídos há mais de 18 anos, para carregamento de granéis sólidos de peso específico maior que 1,8 t/m^3 (NORMAM-01/DPC e NORMAM-04/DPC).

III - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS AUTORIZADOS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR

a) Certificados

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir e endossar os certificados, iniciais ou de renovação, abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso:

1-Certificado Nacional de Arqueação (NORMAM-02/DPC e NORMAM-03/DPC);

2-Certificado de Arqueação da Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-02/DPC);

3-Certificado Nacional de Borda Livre (NORMAM-02/DPC);

4-Certificado de Borda Livre para Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-02/DPC);

5-Certificado de Segurança da Navegação (NORMAM-02/DPC e NORMAM-03/DPC);

6-Certificado de Conformidade para Sistema Anti Incrustante (NORMAM-23/DPC);

7-Certificado de Tração Estática (NORMAM-02/DPC);

8-Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (BCH Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

9-Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (IBC Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

10-Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (IGC Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

11-Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (GC Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500); e

12-Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (Existing Ships Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500).

b) Documentos

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir, aprovar ou endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso.

1) Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação e Licença de Construção para Embarcação já Construída - LCEC, incluindo análise e aprovação dos planos pertinentes (NORMAM-02/DPC);

2) Notas para Arqueação de embarcações;

3) Folheto de Estabilidade (Intacta e em Avaria);

4) Registro de Sistema Anti Incrustante (NORMAM-23/DPC); e

5) Relatórios de Prova de Inclinação e de Medição de Porte Bruto.

Rio de Janeiro, RJ, em 9 de abril de 2021.

FERNANDO EMANUEL CAVALCANTE BENITES

Capitão de Fragata (EN)

Encarregado da Divisão de Embarcações

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

DESPACHO DECISÓRIO MB Nº 7, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Processo nº: 61074.005109/2021-05

Autorização para visita de Navios de Guerra a Portos e Águas Jurisdicionais Brasileiras

Embaixada da Argentina no Brasil.

Nos termos do art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 137/2018, deste Estado-Maior, AUTORIZO a visita do Navio Patrulha Oceânico "PIEDRABUENA", pertencente à Armada da República da Argentina, ao porto de Itajaí-SC, no período de 15 a 20 de junho de 2021. ESTE DESPACHO DECISÓRIO ALTERA O DE Nº 06/2021.

Por oportuno, cabe ressaltar que, em função dos protocolos sanitários em vigor, a autorização consiste somente para o apoio logístico do Navio, não contemplando o desembarque da tripulação, em consonância com o previsto na Portaria nº 653/2021 da Presidência da República/Casa Civil.

Vice-Almirante CARLOS EDUARDO HORTA ARENTZ
Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada

SECRETARIA-GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 53/DADM, DE 31 DE MAIO DE 2021

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Requisitar a inscrição no CNPJ, na condição de filial, do Aviso de Apoio Costeiro Almirante Hess (AvApCoAlteHess), Natureza Jurídica 101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal, Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal Principal) 84.22-1/00 - Defesa, Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE - Fiscal Secundária) 84.11-6/00 - Administração Pública em Geral, sediado na Ilha de Mocanguê Grande, s/nº, Niterói, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 24040-300.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C Alte (IM) LEONARDO DIAS DE ASSUMPÇÃO

PORTARIA Nº 57/DADM, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Requisitar a inscrição no CNPJ, na condição de filial, do Aviso-Patrulha Dourado (AviPaDourado), Natureza Jurídica 101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal, Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal Principal) 84.22-1/00 - Defesa, Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE - Fiscal Secundária) 84.11-6/00 - Administração Pública em Geral, sediado na Estrada da Base Naval de Aratu, s/nº, São Tomé de Paripe, Salvador, BA, CEP: 40800-310.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C Alte (IM) LEONARDO DIAS DE ASSUMPÇÃO

PORTARIA Nº 60/DADM, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Requisitar a inscrição no CNPJ, na condição de filial, da Embarcação de Desembarque de Carga Geral Guarapari (EDCGGuarapari), Natureza Jurídica 101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal, Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal Principal) 84.22-1/00 - Defesa, Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE - Fiscal Secundária) 84.11-6/00 - Administração Pública em Geral, sediado na Ilha de Mocanguê Grande, s/nº, Ponta D'Areia, Niterói, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 24049-900.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C Alte (IM) LEONARDO DIAS DE ASSUMPÇÃO

PORTARIA Nº 61/DADM, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Requisitar a inscrição no CNPJ, na condição de filial, do 1º Esquadrão de Aeronaves Remotamente Pilotadas (EsqdQE-1), Natureza Jurídica 101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal, Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal Principal) 84.22-1/00 - Defesa, Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE - Fiscal Secundária) 84.11-6/00 - Administração Pública em Geral, sediado na Rua Comandante Ituriel, s/nº, Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, Fluminense, São Pedro da Aldeia, RJ, CEP: 28944-054.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C Alte (IM) LEONARDO DIAS DE ASSUMPÇÃO

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE FUNDOS E INCENTIVOS FISCAIS

RESOLUÇÃO DE CANCELAMENTO Nº 7, DE 8 DE JUNHO DE 2021

A Subsecretaria de Fundos e Incentivos Fiscais - SFI, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso XIII do art. 9º do anexo I do Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020,

Considerando que a empresa KILOMBO AGROPECUÁRIA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.005.533/0001-80, teve projeto aprovado por meio da Resolução Condel/Sudam nº 6.175, de 13 de dezembro de 1984, no âmbito da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, posteriormente enquadrado na nova sistemática dos fundos, instituída pela Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, por meio da Resolução Condel/Sudam nº 7.671, de 30 de novembro de 1992, com o objetivo de desenvolver a pecuária de corte de ovinos e cultura do cupuaçu e cacau, no Município de Benevides, Estado do Pará;

Considerando que no decurso de sua implantação foram verificadas diversas irregularidades no projetos, conforme informações constantes na instrução processual, em especial no Relatório Crítico - RC nº 24, de 23 de fevereiro de 2010 (e-fls 10 e seguintes);

Considerando a decisão exarada por meio do Despacho, de 31/08/2016 (e-fls 471 a 472 - SEI n° 1953486), que determinou o cancelamento dos incentivos financeiros do Fundo de Investimento da Amazônia - Finam concedidos à empresa em tela, em face das irregularidades identificadas no projeto e do apontamento de desvio de recursos recebidos, consubstanciada no art. 12, § 1º, incisos I da Lei nº 8.167, de 1991;

Considerando que, após devidamente notificada, a empresa não apresentou tempestivamente recursos contra a decisão retro; e

Considerando, por fim, o regular cumprimento de todas as etapas processuais legalmente disposta, em que foi rigorosamente observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, resolve:

CANCELAR os incentivos financeiros do Fundo de Investimento da Amazônia - Finam, aprovados em favor de KILOMBO AGROPECUÁRIA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.005.533/0001-80, em face das irregularidades identificadas no projeto e do apontamento de desvio de recursos recebidos, na forma do art. 12, § 1º, inciso I, bem como nos art. 5º e 6º e nos incisos I, III e IV do art. 37, todos da Portaria MI nº 452, de 2016.

KAREN CRISTINA CREMER FRANCISCO SA TELES
Subsecretária de Fundos e Incentivos Fiscais

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

ATOS DE 8 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8 de maio de 2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 823ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 7 de junho de 2021, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30 de outubro de 2017, resolve:

Nº 960 - A Resolução ANA nº 170, de 04 de fevereiro de 2013, publicada no DOU em 08 de fevereiro de 2013, seção 1, página 89, passa a vigorar com as seguintes alterações, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos) e do prazo previsto na Lei nº 9984, de 17 de julho de 2000, Artigo 5º, Inciso II (até seis anos para conclusão do empreendimento projetado):

"Art. 1º .....

§1º Não está compreendido no objeto deste ato o ponto de captação constante na Tabela 1 referente ao usuário Paulo Trajano Burk Santos Melo, área irrigada de 100 ha, às coordenadas com latitude S 32° 04' 09'' e longitude O 53° 47' 45'', bem como os regimes de operação constantes nas Tabelas 2 e 3." (NR).

Nº 961 - Revogar a outorga emitida a Roberto Lemos, por meio da Resolução ANA nº 901, de 08 de agosto de 2016, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos).

O inteiro teor das Revogações de Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATOS DE 8 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei Nº 9.984, de 17/06/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos à:

Nº 946 - ANTONIO FERNANDO FILHO, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

Nº 947 - MARIA LUIZA DOS SANTOS NARDINI, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 948 - FLORINDO ORSI JUNIOR E OUTROS, rio Paranapanema, Município de Campina do Monte Alegre/SP, irrigação.

Nº 949 - LECIO MARCIO RODRIGUES DE ASSIS, Açude Pinhões, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 950 - ANTONIO CARLOS DIAS DO SOCORRO E JOCELIO JOSE DA SILVA, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 951 - LUZIA VIEIRA DE MORAES SILVA, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 952 - FLORINDO ORSI JUNIOR E OUTROS, rio Paranapanema, Município de Campina do Monte Alegre/SP, irrigação.

Nº 953 - ROBERTO AGUIAR FIGUEIREDO, rio Jequitinhonha, Município de Almenara/MG, irrigação.

Nº 954 - JOSÉ EDIVAL MACHADO TENÓRIO, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 955 - GILSON SILVA SANTOS, JOSE DA SILVA LOPES E ANTONIO MARCOS DE SOUZA ALMEIDA, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 956 - PEDRO VINICIUS DE CARVALHO, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 957 - LUIS FELIPE UCHOA ROCHA BRITO, rio Jaguari-Mirim, Município de Aguaí/SP, irrigação.

Nº 958 - VICENTE LUIZ DA SILVA, rio São Francisco, Município de Sobradinho/BA, irrigação.

Nº 959 - JONAS DE JESUS FERREIRA, rio Jequitinhonha, Município de Itaobim/MG, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÂO

Na Portaria ME nº 6425, de 7 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 9 de junho de 2021, Seção 1, página 200, na ementa, onde se lê:

"os procedimentos e os documentos necessários para a apresentação e a aprovação do Plano de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e do Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira, de que trata o Decreto nº 10.690, de 29 de abril de 2021, que regulamenta o processo de transição entre empresas estatais federais dependentes e não dependentes.", leia-se:

"Define os procedimentos e os documentos necessários para a apresentação e a aprovação do Plano de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e do Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira, de que trata o Decreto nº 10.690, de 29 de abril de 2021, que regulamenta o processo de transição entre empresas estatais federais dependentes e não dependentes."

RETIFICAÇÂO

Na Portaria Interministerial ME/Mtur nº 5852, de 8 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 9 de junho de 2021, Seção 1, página 200, no Artigo 2º, Parágrafo único, onde se lê: "O chamamento público deverá ocorrer em até seis meses, cantado da data de publicação desta Portaria Interministerial.", leia-se: "O chamamento público deverá ocorrer em até seis meses, contado da data de publicação desta Portaria Interministerial."

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
3ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 21 a 24/06/2021.

Pauta Ordinária (de 22 a 24/06/2021) e Extraordinária (dia 21/06/2021) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente;

4) O julgamento do Processo nº 13502.902688/2012-05 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 a 11. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 a 11, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10880.954782/2017-41 (item 23) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 24 a 56. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 24 a 56, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10880.662366/2012-12 (item 68) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 69 a 78. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 69 a 78, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 16682.721248/2013-49 (item 92) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 93 a 98. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 93 a 98, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8) O julgamento do Processo nº 10183.900388/2015-98 (item 99) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 100 a 112. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 100 a 112, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9) O julgamento do Processo nº 13656.720305/2011-30 (item 113) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 114 a 119. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 114 a 119, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de

junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

10) O julgamento do Processo nº 10380.908362/2015-61 (item 126) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 127 a 142. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 127 a 142, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 21 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

1 - Processo nº: 13502.902688/2012-05 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

2 - Processo nº: 13502.902345/2012-32 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 13502.902346/2012-87 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 13502.902347/2012-21 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 13502.902353/2012-89 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 13502.902686/2012-16 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 13502.902687/2012-52 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 13502.902689/2012-41 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 13502.902690/2012-76 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 13502.902692/2012-65 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 13502.902693/2012-18 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 11128.004923/2010-09 - Recorrente: HSA LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10880.972902/2012-87 - Recorrente: PADMA INDUSTRIA DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LAERCIO CRUZ ULIANA JUNIOR

14 - Processo nº: 10935.002622/2010-65 - Recorrente: INDUSTRIA DE COMPENSADOS SUDATI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10935.002625/2010-07 - Recorrente: INDUSTRIA DE COMPENSADOS SUDATI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE

16 - Processo nº: 10111.721681/2017-04 - Recorrente: GARANTIA TOTAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES

17 - Processo nº: 19647.000198/2007-39 - Recorrente: KARNE KEIJO - LOGISTICA INTEGRADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 11968.000484/2007-60 - Recorrente: KARNE KEIJO LOG.INTEG.LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 11968.001096/2007-04 - Recorrente: KARNE KEIJO LOGISTICA E INTEGRADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10480.721985/2011-70 - Recorrente: KARNE KEIJO - LOGISTICA INTEGRADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

21 - Processo nº: 10293.720147/2012-77 - Recorrente: ALBUQUERQUE ENGENHARIA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

22 - Processo nº: 10980.723884/2014-45 - Recorrente: ELECTROLUX DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

23 - Processo nº: 10880.954782/2017-41 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

24 - Processo nº: 10880.954785/2017-84 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10880.954786/2017-29 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10880.954787/2017-73 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10880.954788/2017-18 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10880.954791/2017-31 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10880.954792/2017-86 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10880.954794/2017-75 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10880.954796/2017-64 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10880.954797/2017-17 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10880.954798/2017-53 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10880.954799/2017-06 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10880.954800/2017-94 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10880.954801/2017-39 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10880.954802/2017-83 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10880.954803/2017-28 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10880.954804/2017-72 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10880.954805/2017-17 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10880.954806/2017-61 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10880.954807/2017-14 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10880.954808/2017-51 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10880.954809/2017-03 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10880.954810/2017-20 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10880.954811/2017-74 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10880.954812/2017-19 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10880.954813/2017-63 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10880.954814/2017-16 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10880.954815/2017-52 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10880.954816/2017-05 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10880.954817/2017-41 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10880.954818/2017-96 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10880.954819/2017-31 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10880.954821/2017-18 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10880.954822/2017-54 - Embargante: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA

57 - Processo nº: 12585.000154/2010-37 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BUNGE FERTILIZANTES S/A

58 - Processo nº: 12585.000152/2010-48 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BUNGE FERTILIZANTES S/A

59 - Processo nº: 12585.000151/2010-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BUNGE FERTILIZANTES S/A

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

60 - Processo nº: 19311.720581/2013-47 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: EMPRESA TEJOFRAN DE SANEAMENTO E SERVICOS EIRELI e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA

61 - Processo nº: 10983.917658/2016-65 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: BRF S.A. e FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10983.911359/2011-11 - Embargante: BRF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

63 - Processo nº: 10540.720753/2017-38 - Embargante: NORSA REFRIGERANTES S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

64 - Processo nº: 15940.720009/2017-44 - Embargante: USINA ALTO ALEGRE S/A - ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA

65 - Processo nº: 16327.720679/2015-07 - Embargante: BANCO FIBRA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 15586.720516/2012-50 - Embargante: CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 12571.720100/2018-06 - Embargante: NOVACKI PAPEL E EMBALAGENS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE

68 - Processo nº: 10880.662366/2012-12 - Recorrente: RODOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

69 - Processo nº: 10880.662367/2012-59 - Recorrente: RODOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10880.662368/2012-01 - Recorrente: RODOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 10880.662369/2012-48 - Recorrente: RODOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10880.662370/2012-72 - Recorrente: RODOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 10880.662371/2012-17 - Recorrente: RODOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 10880.662372/2012-61 - Recorrente: RODOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10880.662373/2012-14 - Recorrente: RODOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 10880.662374/2012-51 - Recorrente: RODOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 10880.662375/2012-03 - Recorrente: RODOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 10880.662376/2012-40 - Recorrente: RODOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LAERCIO CRUZ ULIANA JUNIOR

79 - Processo nº: 10140.721909/2015-49 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UNIMED CAMPO GRANDE MS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

80 - Processo nº: 11610.004067/2007-36 - Recorrente: PARMALAT BRASIL S.A. INDUSTRIA DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 11610.004068/2007-81 - Recorrente: PARMALAT BRASIL S.A. INDUSTRIA DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE

82 - Processo nº: 16682.721862/2015-72 - Recorrentes: HALLIBURTON SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 16682.720473/2016-19 - Recorrentes: HALLIBURTON SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 16682.720854/2017-71 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e HALLIBURTON SERVICOS LTDA

Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES

85 - Processo nº: 10830.720515/2010-91 - Recorrente: AUTOCAM DO BRASIL USINAGEM LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 10830.720514/2010-46 - Recorrente: AUTOCAM DO BRASIL USINAGEM LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

87 - Processo nº: 15504.730162/2016-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VETORIAL SIDERURGIA LTDA

Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE

88 - Processo nº: 10880.011397/91-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA TEPERMAN DE ESTOFAMENTOS

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

89 - Processo nº: 11030.001659/2010-22 - Recorrente: COOPERATIVA DOS USUARIOS DE SERVICOS DE SAUDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE

90 - Processo nº: 11080.722131/2017-71 - Recorrente: RIO JORDAO PAPEIS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): HELCIO LAFETA REIS

91 - Processo nº: 13971.901802/2012-45 - Recorrente: INDUSTRIAL REX LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 16682.721248/2013-49 - Recorrente: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

93 - Processo nº: 16682.721182/2013-97 - Recorrente: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 16682.721231/2013-91 - Recorrente: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 16682.721233/2013-81 - Recorrente: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 16682.721242/2013-71 - Recorrente: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 16682.721246/2013-50 - Recorrente: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 16682.721253/2013-51 - Recorrente: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
99 - Processo nº: 10183.900388/2015-98 - Recorrente: CURTUME BLUBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
100 - Processo nº: 10183.900389/2015-32 - Recorrente: CURTUME BLUBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10183.900390/2015-67 - Recorrente: CURTUME BLUBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10183.900391/2015-10 - Recorrente: CURTUME BLUBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10183.900392/2015-56 - Recorrente: CURTUME BLUBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10183.900393/2015-09 - Recorrente: CURTUME BLUBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10183.900394/2015-45 - Recorrente: CURTUME BLUBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10183.900395/2015-90 - Recorrente: CURTUME BLUBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10183.900396/2015-34 - Recorrente: CURTUME BLUBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10183.900397/2015-89 - Recorrente: CURTUME BLUBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10183.900398/2015-23 - Recorrente: CURTUME BLUBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10183.900399/2015-78 - Recorrente: CURTUME BLUBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10183.900400/2015-64 - Recorrente: CURTUME BLUBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10183.900401/2015-17 - Recorrente: CURTUME BLUBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES
113 - Processo nº: 13656.720305/2011-30 - Recorrente: GENERAL CABLE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
114 - Processo nº: 13656.720310/2011-42 - Recorrente: GENERAL CABLE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 13656.720312/2011-31 - Recorrente: GENERAL CABLE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 13656.720317/2011-64 - Recorrente: GENERAL CABLE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 13656.720318/2011-17 - Recorrente: GENERAL CABLE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 13656.720323/2011-11 - Recorrente: GENERAL CABLE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 13656.720324/2011-66 - Recorrente: GENERAL CABLE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES
120 - Processo nº: 10384.721141/2012-06 - Recorrente: MONACO DIESEL CAMINHOES, ONIBUS E TRATORES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10384.903154/2011-11 - Recorrente: MONACO DIESEL CAMINHOES, ONIBUS E TRATORES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10384.721155/2012-11 - Recorrente: MONACO DIESEL CAMINHOES, ONIBUS E TRATORES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10384.903155/2011-57 - Recorrente: MONACO DIESEL CAMINHOES, ONIBUS E TRATORES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10384.721159/2012-08 - Recorrente: MONACO DIESEL CAMINHOES, ONIBUS E TRATORES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10384.721160/2012-24 - Recorrente: MONACO DIESEL CAMINHOES, ONIBUS E TRATORES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
126 - Processo nº: 10380.908362/2015-61 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10380.903518/2015-18 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10380.903519/2015-62 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10380.903520/2015-97 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10380.906064/2015-37 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10380.906074/2015-72 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10380.908354/2015-15 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10380.908356/2015-12 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10380.908359/2015-48 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10380.908364/2015-51 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10380.908370/2015-16 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10380.908371/2015-52 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10380.908551/2017-04 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10380.912069/2017-61 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10380.912070/2017-95 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10380.912071/2017-30 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10380.912072/2017-84 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 10380.903963/2016-69 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10380.903965/2016-58 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10380.903966/2016-01 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10380.910389/2014-33 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10380.724826/2010-74 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10380.910388/2014-99 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
149 - Processo nº: 11128.722416/2013-95 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 12266.722648/2013-21 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 12266.722051/2014-68 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 11128.000564/2010-11 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10283.007108/2010-38 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10283.003019/2011-01 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 12266.720876/2011-03 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAERCIO CRUZ ULIANA JUNIOR
156 - Processo nº: 10508.720515/2016-48 - Recorrente: BARRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 11829.720021/2015-12 - Recorrente: EMME2 REPRESENTACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
158 - Processo nº: 13603.900485/2009-32 - Recorrente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS
Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES
159 - Processo nº: 13656.900439/2013-02 - Recorrente: GENERAL CABLE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 13656.900437/2013-13 - Recorrente: GENERAL CABLE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 13656.900434/2013-71 - Recorrente: GENERAL CABLE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 13656.720321/2011-22 - Recorrente: GENERAL CABLE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 13656.720320/2011-88 - Recorrente: GENERAL CABLE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 13656.720308/2011-73 - Recorrente: GENERAL CABLE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 13656.720307/2011-29 - Recorrente: GENERAL CABLE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
166 - Processo nº: 12157.001177/2009-75 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
167 - Processo nº: 18470.906132/2012-18 - Recorrente: CARVALHO HOSKEN S A ENGENHARIA E CONSTRUCOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 18470.726552/2014-84 - Recorrente: CARVALHO HOSKEN S A ENGENHARIA E CONSTRUCOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 18470.720280/2013-28 - Recorrente: CARVALHO HOSKEN S A ENGENHARIA E CONSTRUCOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
170 - Processo nº: 11516.720752/2012-49 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BRF S.A.
171 - Processo nº: 10183.905472/2011-74 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL MATO GROSSO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10183.905477/2011-05 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL MATO GROSSO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 10183.905476/2011-52 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL MATO GROSSO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 10183.905479/2011-96 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL MATO GROSSO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10183.905475/2011-16 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL MATO GROSSO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10183.905474/2011-63 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL MATO GROSSO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
177 - Processo nº: 10183.725288/2015-76 - Recorrente: CURTUME BLUBRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
178 - Processo nº: 10665.720329/2008-96 - Recorrente: FERDIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS E CONSULTORIA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 10665.000380/2005-35 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 10665.000226/2005-63 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 10665.720321/2008-20 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 10665.720322/2008-74 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAERCIO CRUZ ULIANA JUNIOR
183 - Processo nº: 15586.720148/2011-69 - Recorrente: COMPANHIA NIPO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO - NIBRASCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 19515.720797/2013-16 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A.
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
185 - Processo nº: 11831.005331/2002-40 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção do CARF

3ª CÂMARA
2º TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente;

4) O julgamento do Processo nº 13982.720353/2017-11 (item 4) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 5 a 17. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 5 a 17, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 13982.000534/2010-51 (item 18) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 19 a 25. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 19 a 25, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10850.722076/2011-01 (item 27) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 28 a 37. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 28 a 37, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 13855.001424/2010-62 (item 38) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 39 a 45. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 39 a 45, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8) O julgamento do Processo nº 13855.720094/2017-84 (item 46) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 47 a 50. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 47 a 50, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9) O julgamento do Processo nº 10530.901570/2014-98 (item 51) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 52 e 57. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 52 e 57, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

10) O julgamento do Processo nº 10845.720077/2010-00 (item 58) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 59 a 63. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 59 a 63, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

11) O julgamento do Processo nº 10805.902238/2014-73 (item 87) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 88 a 104. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 88 a 104, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

12) O julgamento do Processo nº 10880.911533/2017-61 (item 107) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 108 a 119. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 108 a 119, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

13) O julgamento do Processo nº 13884.904912/2012-48 (item 120) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 121 a 136. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 121 a 136, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

14) O julgamento do Processo nº 13896.722410/2017-76 (item 137) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 138 a 141. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 138 a 141, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

15) O julgamento do Processo nº 13896.722415/2017-07 (item 142) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 143 a 147. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 143 a 147, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

16) O julgamento do Processo nº 13896.903120/2018-11 (item 148) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 149 a 203. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 149 a 203, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

17) O julgamento do Processo nº 13896.904947/2018-33 (item 204) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 205 a 209. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 205 a 209, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

18) O julgamento do Processo nº 13896.905862/2018-72 (item 210) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 211 a 246. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 211 a 246, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

19) O julgamento do Processo nº 10665.721254/2010-85 (item 251) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 252 a 258. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 252 a 258, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

20) O julgamento do Processo nº 10845.902797/2012-45 (item 267) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 268 a 272. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 268 a 272, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

21) O julgamento do Processo nº 10320.902399/2009-42 (item 282) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 283 a 285. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 283 a 285, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

22) O julgamento do Processo nº 10880.694329/2009-60 (item 286) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 287 a 289. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 287 a 289, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

23) O julgamento do Processo nº 11128.008068/2009-63 (item 307) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 308 a 310. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 308 a 310, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 22 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PIS/Cofins - NÃO-CUMULATIVO

Relator(a): DENISE MADALENA GREEN

1 - Processo nº: 13884.004094/2004-71 - Recorrente: EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 13884.004098/2004-50 - Recorrente: EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 13884.004099/2004-02 - Recorrente: EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WALKER ARAUJO

4 - Processo nº: 13982.720353/2017-11 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

5 - Processo nº: 13982.720354/2017-66 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 13982.720355/2017-19 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 13982.720357/2017-08 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 13982.720358/2017-44 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 13982.720359/2017-99 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 13982.720787/2017-11 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 13982.720788/2017-66 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 13982.720789/2017-19 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 13982.720790/2017-35 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 13982.720791/2017-80 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 13982.720792/2017-24 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 13982.720793/2017-79 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 13982.720794/2017-13 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WALKER ARAUJO

18 - Processo nº: 13982.000534/2010-51 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

19 - Processo nº: 13982.000535/2010-04 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 13982.000536/2010-41 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 13982.000537/2010-95 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 13982.000538/2010-30 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 13982.000539/2010-84 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 13982.720038/2011-07 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 13982.720039/2011-43 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS

26 - Processo nº: 10935.721058/2012-45 - Recorrente: VEGRANDE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10850.722076/2011-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TIETE AGROINDUSTRIAL S.A.

Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

28 - Processo nº: 10850.722040/2011-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TIETE AGROINDUSTRIAL S.A.

29 - Processo nº: 10850.722042/2011-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TIETE AGROINDUSTRIAL S.A.

30 - Processo nº: 10850.722047/2011-31 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TIETE AGROINDUSTRIAL S.A.

31 - Processo nº: 10850.722052/2011-44 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TIETE AGROINDUSTRIAL S.A.

32 - Processo nº: 10850.722055/2011-88 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TIETE AGROINDUSTRIAL S.A.
33 - Processo nº: 10850.722067/2011-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TIETE AGROINDUSTRIAL S.A.
34 - Processo nº: 10850.722070/2011-26 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TIETE AGROINDUSTRIAL S.A.
35 - Processo nº: 10850.722080/2011-61 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TIETE AGROINDUSTRIAL S.A.
36 - Processo nº: 10850.722083/2011-03 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TIETE AGROINDUSTRIAL S.A.
37 - Processo nº: 10850.722085/2011-94 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TIETE AGROINDUSTRIAL S.A.
Relator(a): WALKER ARAUJO
38 - Processo nº: 13855.001424/2010-62 - Recorrente: MINERVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
39 - Processo nº: 13855.001519/2010-86 - Recorrente: MINERVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13855.003318/2010-13 - Recorrente: MINERVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 13855.003320/2010-92 - Recorrente: MINERVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13855.003321/2010-37 - Recorrente: MINERVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13855.003323/2010-26 - Recorrente: MINERVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13855.003679/2010-60 - Recorrente: MINERVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13855.003680/2010-94 - Recorrente: MINERVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
46 - Processo nº: 13855.720094/2017-84 - Recorrente: MINERVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
47 - Processo nº: 13855.720096/2017-73 - Recorrente: MINERVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13855.720097/2017-18 - Recorrente: MINERVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13855.720100/2017-01 - Recorrente: MINERVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13855.720101/2017-48 - Recorrente: MINERVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
51 - Processo nº: 10530.901570/2014-98 - Recorrente: COOP AGRIC JUAZEIRO DA BAHIA RESP LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
52 - Processo nº: 10530.901571/2014-32 - Recorrente: COOP AGRIC JUAZEIRO DA BAHIA RESP LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10530.901572/2014-87 - Recorrente: COOP AGRIC JUAZEIRO DA BAHIA RESP LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10530.901573/2014-21 - Recorrente: COOP AGRIC JUAZEIRO DA BAHIA RESP LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10530.901574/2014-76 - Recorrente: COOP AGRIC JUAZEIRO DA BAHIA RESP LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10530.901575/2014-11 - Recorrente: COOP AGRIC JUAZEIRO DA BAHIA RESP LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10530.901576/2014-65 - Recorrente: COOP AGRIC JUAZEIRO DA BAHIA RESP LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
58 - Processo nº: 10845.720077/2010-00 - Recorrente: ULTRAFERTIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
59 - Processo nº: 10845.720078/2010-46 - Recorrente: ULTRAFERTIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10845.720079/2010-91 - Recorrente: ULTRAFERTIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10845.720082/2010-12 - Recorrente: ULTRAFERTIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10845.720083/2010-59 - Recorrente: ULTRAFERTIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10845.720085/2010-48 - Recorrente: ULTRAFERTIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
64 - Processo nº: 15586.720256/2017-27 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 15586.720257/2017-71 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
66 - Processo nº: 10280.003108/2005-21 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MAGUARY NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA

DIA 22 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: AUTO DE INFRAÇÃO - PIS/Cofins
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
67 - Processo nº: 10875.004774/2003-25 - Recorrente: TUBOCERTO INDUSTRIA DE TREFILADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13770.000653/2002-90 - Recorrente: BARTER COMERCIO INTERNACIONAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
69 - Processo nº: 12448.720612/2014-56 - Recorrente: COMPANHIA PEBB DE PARTICIPACOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 12448.720604/2014-18 - Recorrente: COMPANHIA PEBB DE PARTICIPACOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
71 - Processo nº: 10120.725164/2012-82 - Recorrente: VANDERLUCIA DE DEUS ALVES ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
72 - Processo nº: 13603.908486/2009-25 - Embargante: MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13603.902796/2012-31 - Embargante: MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 13603.902799/2012-75 - Embargante: MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 13603.907025/2009-35 - Embargante: MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13603.902798/2012-21 - Embargante: MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13603.907024/2009-91 - Embargante: MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13603.902797/2012-86 - Embargante: MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13603.907023/2009-46 - Embargante: MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 13603.900053/2012-27 - Embargante: MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
81 - Processo nº: 10425.000624/2007-74 - Recorrente: SAO BRAZ S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10425.000584/2007-61 - Recorrente: SAO BRAZ S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
83 - Processo nº: 10882.003045/2004-43 - Recorrente: WMB SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
84 - Processo nº: 10855.003082/2002-17 - Embargante: JACUZZI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
85 - Processo nº: 16327.000177/2002-33 - Embargante: BANCO JPM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: RESTITUIÇÃO - RESSARCIMENTO - COMPENSAÇÃO
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
86 - Processo nº: 16327.001454/2006-59 - Embargante: BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
87 - Processo nº: 10805.902238/2014-73 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
88 - Processo nº: 10805.902227/2014-93 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10805.902228/2014-38 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10805.902229/2014-82 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10805.902231/2014-51 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10805.902233/2014-41 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10805.902235/2014-30 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10805.902236/2014-84 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10805.902237/2014-29 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10805.902239/2014-18 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10805.902240/2014-42 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10805.902241/2014-97 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10805.902242/2014-31 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10805.902243/2014-86 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10805.902246/2014-10 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10805.902247/2014-64 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10805.902250/2014-88 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10805.902251/2014-22 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
105 - Processo nº: 10805.902248/2014-17 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10805.902234/2014-95 - Recorrente: DIAUTO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS VILA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
107 - Processo nº: 10880.911533/2017-61 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
108 - Processo nº: 10880.911532/2017-16 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10880.911534/2017-13 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10880.911535/2017-50 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10880.911536/2017-02 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10880.911537/2017-49 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10880.911539/2017-38 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10880.911540/2017-62 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10880.911541/2017-15 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10880.911542/2017-51 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10880.911544/2017-41 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10880.911545/2017-95 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10880.911546/2017-30 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: DIVERSEY BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
120 - Processo nº: 13884.904912/2012-48 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
121 - Processo nº: 13884.904913/2012-92 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 13884.904914/2012-37 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 13884.904915/2012-81 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 13884.904916/2012-26 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 13884.904917/2012-71 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 13884.904918/2012-15 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 13884.904919/2012-60 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 13884.904920/2012-94 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 13884.904921/2012-39 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 13884.904922/2012-83 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 13884.904923/2012-28 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 13884.904924/2012-72 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 13884.904925/2012-17 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 13884.904927/2012-14 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 13884.904929/2012-03 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 13884.906855/2012-31 - Recorrente: ELEB EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
137 - Processo nº: 13896.722410/2017-76 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
138 - Processo nº: 13896.722408/2017-05 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 13896.722411/2017-11 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 13896.722420/2017-10 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 13896.722421/2017-56 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
142 - Processo nº: 13896.722415/2017-07 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
143 - Processo nº: 13896.722412/2017-65 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 13896.722413/2017-18 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 13896.722414/2017-54 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 13896.722417/2017-98 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 13896.722418/2017-32 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
148 - Processo nº: 13896.903120/2018-11 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
149 - Processo nº: 13896.903121/2018-57 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 13896.903122/2018-00 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 13896.903123/2018-46 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 13896.903124/2018-91 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 13896.903125/2018-35 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 13896.903126/2018-80 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 13896.903127/2018-24 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 13896.903128/2018-79 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 13896.903129/2018-13 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 13896.903130/2018-48 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 13896.903131/2018-92 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 13896.903132/2018-37 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 13896.903133/2018-81 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 13896.903134/2018-26 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 13896.903135/2018-71 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 13896.903136/2018-15 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 13896.903137/2018-60 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 13896.903138/2018-12 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 13896.903139/2018-59 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 13896.903140/2018-83 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 13896.903141/2018-28 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 13896.903142/2018-72 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 13896.903143/2018-17 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 13896.903144/2018-61 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 13896.903145/2018-14 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 13896.903146/2018-51 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 13896.903147/2018-03 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 13896.903148/2018-40 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 13896.903149/2018-94 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 13896.904939/2018-97 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 13896.904940/2018-11 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 13896.904941/2018-66 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 13896.904942/2018-19 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 13896.904943/2018-55 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 13896.904944/2018-08 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 13896.904945/2018-44 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 13896.904946/2018-99 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 13896.904948/2018-88 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 13896.904949/2018-22 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 13896.904950/2018-57 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 13896.904951/2018-00 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 13896.904952/2018-46 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 13896.904953/2018-91 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 13896.904954/2018-35 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 13896.904955/2018-80 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 13896.904956/2018-24 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 13896.904957/2018-79 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 13896.904959/2018-68 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 13896.904960/2018-92 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 13896.904961/2018-37 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 13896.904962/2018-81 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 13896.904963/2018-26 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 13896.904964/2018-71 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 13896.904965/2018-15 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 13896.904966/2018-60 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
204 - Processo nº: 13896.904947/2018-33 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
205 - Processo nº: 13896.904958/2018-13 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 13896.905863/2018-17 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 13896.905865/2018-14 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 13896.905866/2018-51 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 13896.905901/2018-31 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
210 - Processo nº: 13896.905862/2018-72 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
211 - Processo nº: 13896.905864/2018-61 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 13896.905867/2018-03 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 13896.905868/2018-40 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 13896.905869/2018-94 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 13896.905870/2018-19 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 13896.905871/2018-63 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 13896.905872/2018-16 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 13896.905873/2018-52 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 13896.905874/2018-05 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 13896.905875/2018-41 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 13896.905876/2018-96 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 13896.905877/2018-31 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 13896.905878/2018-85 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 13896.905879/2018-20 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 13896.905880/2018-54 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 13896.905881/2018-07 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 13896.905882/2018-43 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 13896.905883/2018-98 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 13896.905884/2018-32 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 13896.905885/2018-87 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 13896.905886/2018-21 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 13896.905887/2018-76 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 13896.905888/2018-11 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 13896.905889/2018-65 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 13896.905890/2018-90 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 13896.905891/2018-34 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 13896.905892/2018-89 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 13896.905893/2018-23 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 13896.905894/2018-78 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo nº: 13896.905895/2018-12 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 13896.905896/2018-67 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 13896.905897/2018-10 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 13896.905898/2018-56 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 13896.905899/2018-09 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

245 - Processo nº: 13896.905900/2018-97 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 13896.905902/2018-86 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
247 - Processo nº: 13884.000165/2004-67 - Recorrente: EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
248 - Processo nº: 10665.907754/2011-93 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 10665.907753/2011-49 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo nº: 10665.901155/2012-47 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 10665.721254/2010-85 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
252 - Processo nº: 10665.721255/2010-20 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 10665.721256/2010-74 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo nº: 10665.721257/2010-19 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 10665.721258/2010-63 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 10665.721259/2010-16 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo nº: 10665.721260/2010-32 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo nº: 10665.721261/2010-87 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
259 - Processo nº: 10665.720327/2008-05 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
260 - Processo nº: 10980.920300/2012-16 - Embargante: GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
261 - Processo nº: 16349.000523/2010-35 - Recorrente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo nº: 12585.720241/2011-95 - Recorrente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 13807.005551/2005-49 - Recorrente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
264 - Processo nº: 10980.006618/2003-00 - Recorrente: MATERIAL PARA COBERTURA IRKA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo nº: 10280.720980/2010-03 - Recorrente: MONTECARLO VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
266 - Processo nº: 11707.721009/2014-21 - Recorrente: TIMBAUBA INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 10845.902797/2012-45 - Recorrente: ULTRAFERTIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
268 - Processo nº: 10845.902798/2012-90 - Recorrente: ULTRAFERTIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 10845.902799/2012-34 - Recorrente: ULTRAFERTIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 10845.902800/2012-21 - Recorrente: ULTRAFERTIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 10845.904343/2012-17 - Recorrente: ULTRAFERTIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
272 - Processo nº: 10845.904344/2012-53 - Recorrente: ULTRAFERTIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
273 - Processo nº: 10880.025451/99-59 - Recorrente: REFINARIA NACIONAL DE SAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
274 - Processo nº: 10880.023455/99-39 - Recorrente: ADP BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 13605.000478/2007-57 - Recorrente: ITABIRA PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
276 - Processo nº: 10730.005442/2010-31 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE NITEROI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 10283.902814/2012-57 - Recorrente: BIC AMAZONIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 10283.902812/2012-68 - Recorrente: BIC AMAZONIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 10283.902810/2012-79 - Recorrente: BIC AMAZONIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 10283.902808/2012-08 - Recorrente: BIC AMAZONIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo nº: 10283.902806/2012-19 - Recorrente: BIC AMAZONIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo nº: 10320.902399/2009-42 - Recorrente: COMPANHIA ENERG TICA DO MARANH O-CEMAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
283 - Processo nº: 10320.902400/2009-39 - Recorrente: COMPANHIA ENERG TICA DO MARANH O-CEMAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
284 - Processo nº: 10320.902401/2009-83 - Recorrente: COMPANHIA ENERG TICA DO MARANH O-CEMAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo nº: 10320.902402/2009-28 - Recorrente: COMPANHIA ENERG TICA DO MARANH O-CEMAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
286 - Processo nº: 10880.694329/2009-60 - Recorrente: DHL LOGISTICS (BRAZIL) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
287 - Processo nº: 10880.677595/2009-28 - Recorrente: DHL LOGISTICS (BRAZIL) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 10880.677596/2009-72 - Recorrente: DHL LOGISTICS (BRAZIL) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo nº: 10880.694330/2009-94 - Recorrente: DHL LOGISTICS (BRAZIL) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
290 - Processo nº: 10925.002189/2009-43 - Recorrente: LACTICINIOS TIROL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
291 - Processo nº: 18470.908144/2012-87 - Recorrente: SUMATEX PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo nº: 10768.720232/2007-44 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 16682.900065/2010-45 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo nº: 16682.900063/2010-56 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 15374.916552/2008-26 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 4: COMÉRCIO EXTERIOR
Relator(a): LARISSA NUNES GIRARD
296 - Processo nº: 10111.720562/2015-64 - Recorrente: BRASILIA - FILTROS COMERCIO DE UTILIDADES EIRELI - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
297 - Processo nº: 12457.734427/2012-78 - Recorrente: EXPORTADORA DE ARMARINHOS LIDER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
298 - Processo nº: 12457.734423/2012-90 - Recorrente: EXPORTADORA DE ARMARINHOS LIDER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
299 - Processo nº: 12457.734424/2012-34 - Recorrente: EXPORTADORA DE ARMARINHOS LIDER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
300 - Processo nº: 12457.734425/2012-89 - Recorrente: EXPORTADORA DE ARMARINHOS LIDER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
301 - Processo nº: 12457.734428/2012-12 - Recorrente: EXPORTADORA DE ARMARINHOS LIDER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
302 - Processo nº: 12457.734433/2012-25 - Recorrente: EXPORTADORA DE ARMARINHOS LIDER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo nº: 12457.734432/2012-81 - Recorrente: EXPORTADORA DE ARMARINHOS LIDER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
304 - Processo nº: 12457.734430/2012-91 - Recorrente: EXPORTADORA DE ARMARINHOS LIDER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
305 - Processo nº: 12457.734429/2012-67 - Recorrente: EXPORTADORA DE ARMARINHOS LIDER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
306 - Processo nº: 10814.725129/2015-06 - Recorrente: MOBICAR COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
307 - Processo nº: 11128.008068/2009-63 - Recorrente: UNIAO CARGO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
308 - Processo nº: 11128.008069/2009-16 - Recorrente: UNIAO CARGO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo nº: 11128.008070/2009-32 - Recorrente: UNIAO CARGO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
310 - Processo nº: 11128.008587/2009-21 - Recorrente: UNIAO CARGO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
311 - Processo nº: 11128.005996/2009-76 - Recorrente: UNIAO CARGO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo nº: 11128.008984/2009-01 - Recorrente: UNIAO CARGO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo nº: 11128.007632/2009-21 - Recorrente: UNIAO CARGO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo nº: 11128.001287/2010-55 - Recorrente: UNIAO CARGO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
315 - Processo nº: 11128.008236/2009-11 - Recorrente: UNIAO CARGO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
316 - Processo nº: 10715.729533/2012-16 - Recorrente: UNIAO CARGO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo nº: 10711.726358/2015-98 - Recorrente: BLUE WATER SHIPPING DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo nº: 10711.720494/2015-74 - Recorrente: BLUE WATER SHIPPING DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
319 - Processo nº: 10715.723872/2012-99 - Recorrente: BLUE WATER SHIPPING DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo nº: 10715.724071/2012-41 - Recorrente: BLUE WATER SHIPPING DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
321 - Processo nº: 10711.728664/2014-88 - Recorrente: BLUE WATER SHIPPING DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
322 - Processo nº: 10711.723506/2016-01 - Recorrente: BLUE WATER SHIPPING DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo nº: 10711.725782/2014-34 - Recorrente: BLUE WATER SHIPPING DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5: IPI
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
324 - Processo nº: 13884.911434/2009-27 - Recorrente: EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
325 - Processo nº: 13884.911441/2009-29 - Recorrente: EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
326 - Processo nº: 13884.911435/2009-71 - Recorrente: EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
327 - Processo nº: 13884.911436/2009-16 - Recorrente: EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo nº: 13884.911437/2009-61 - Recorrente: EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
329 - Processo nº: 13884.911439/2009-50 - Recorrente: EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo nº: 13884.911440/2009-84 - Recorrente: EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
331 - Processo nº: 13502.000706/2008-28 - Recorrente: BRACELL BAHIA SPECIALTY CELLULOSE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo nº: 13502.000705/2008-83 - Recorrente: BRACELL BAHIA SPECIALTY CELLULOSE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
333 - Processo nº: 13502.000703/2008-94 - Recorrente: BRACELL BAHIA SPECIALTY CELLULOSE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo nº: 15374.723481/2009-09 - Recorrente: LOJAS AMERICANAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 3ª Seção do CARF

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente;

4) O julgamento do Processo nº 16682.903245/2013-21 (item 6) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 7 a 9. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 7 a 9, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 16682.903242/2013-98 (item 10) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 11 a 15. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 11 a 15, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 16682.901562/2018-18 (item 16) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 17 a 20. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 17 a 20, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 10480.725798/2013-27 (item 23) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 24 a 56. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 24 a 56, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8) O julgamento do Processo nº 10930.902499/2014-58 (item 57) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 58 a 68. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 58 a 68, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9) O julgamento do Processo nº 13005.720318/2016-88 (item 77) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 78 e 85. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 78 e 85, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

10) O julgamento do Processo nº 10980.903099/2015-55 (item 86) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 87 a 91. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 87 a 91, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

11) O julgamento do Processo nº 10218.721178/2012-48 (item 92) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 93 a 99. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 93 a 99, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

12) O julgamento do Processo nº 11128.720048/2012-60 (item 103) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 104 a 108. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 104 a 108, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

13) O julgamento do Processo nº 11128.722282/2013-11 (item 109) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 110 a 118. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 110 a 118, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

14) O julgamento do Processo nº 10711.722309/2013-14 (item 119) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 120 a 129. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 120 a 129, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

15) O julgamento do Processo nº 10711.722772/2013-66 (item 132) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 133 a 140. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 133 a 140, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

16) O julgamento do Processo nº 10880.662482/2012-23 (item 151) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 152 a 158. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 152 a 158, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

17) O julgamento do Processo nº 19515.722782/2013-92 (item 160) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 161 a 164. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 161 a 164, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

18) O julgamento do Processo nº 10880.923847/2012-00 (item 166) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 167 a 172. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 167 a 172, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

19) O julgamento do Processo nº 10925.902914/2016-12 (item 179) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 180 a 222. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 180 a 222, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

20) O julgamento do Processo nº 11128.729490/2013-32 (item 230) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 231 a 240. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 231 a 240, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

21) O julgamento do Processo nº 11128.733231/2013-14 (item 241) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 242 a 250. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 242 a 250, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

22) Será submetida ao colegiado proposta da Presidente da Turma para retificação da ata de abril de 2021, relativa aos processos 10120.900609/2016-43, 10120.900610/2016-78, 10120.900611/2016-12, 10120.900613/2016-10, 10120.900615/2016-09, 10120.900616/2016-45, 10120.900617/2016-90, 10120.900618/2016-34, 10120.900619/2016-89, 10120.900620/2016-11, 10120.900599/2016-46, 10120.900600/2016-32, 10120.900601/2016-87, 10120.900602/2016-21.

DIA 22 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO

1 - Processo nº: 11516.722096/2013-08 - Recorrente: BRF S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10380.001091/2006-21 - Recorrente: FUNDACAO ANA LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10380.014778/2009-79 - Recorrente: FUNDACAO ANA LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10380.001092/2006-75 - Recorrente: FUNDACAO ANA LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 13986.000092/2002-01 - Embargante: MECANICA ATLAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 16682.903245/2013-21 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

7 - Processo nº: 16682.903246/2013-76 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 16682.903249/2013-18 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 16682.903250/2013-34 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO

10 - Processo nº: 16682.903242/2013-98 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

11 - Processo nº: 16682.903241/2013-43 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 16682.903247/2013-11 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 16682.903248/2013-65 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 16682.904270/2013-22 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 16682.904271/2013-77 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO

16 - Processo nº: 16682.901562/2018-18 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

17 - Processo nº: 16682.901563/2018-62 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 16682.901564/2018-15 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 16682.901565/2018-51 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 16682.901566/2018-04 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO

21 - Processo nº: 15374.724380/2009-47 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ARI VENDRAMINI

22 - Processo nº: 16403.000620/2008-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: AFFONSO DITZEL & CIA LTDA

DIA 22 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ARI VENDRAMINI

23 - Processo nº: 10480.725798/2013-27 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

24 - Processo nº: 10480.725799/2013-71 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10480.725800/2013-68 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10480.725801/2013-11 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10480.725802/2013-57 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10480.725803/2013-00 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10480.725804/2013-46 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10480.725805/2013-91 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10480.725806/2013-35 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10480.725807/2013-80 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10480.725808/2013-24 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10480.725809/2013-79 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10480.725810/2013-01 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10480.725811/2013-48 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10480.725812/2013-92 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10480.725813/2013-37 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10480.725814/2013-81 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10480.725837/2013-96 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10480.725839/2013-85 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10480.725840/2013-18 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10480.725841/2013-54 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10480.725842/2013-07 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10480.725843/2013-43 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10480.725844/2013-98 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10480.725845/2013-32 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10480.725846/2013-87 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10480.725847/2013-21 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10480.725848/2013-76 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10480.725849/2013-11 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10480.725850/2013-45 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10480.725851/2013-90 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10480.725852/2013-34 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10480.725853/2013-89 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10480.725854/2013-23 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
57 - Processo nº: 10930.902499/2014-58 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
58 - Processo nº: 10930.902500/2014-44 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10930.902501/2014-99 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10930.902502/2014-33 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10930.902503/2014-88 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10930.902505/2014-77 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10930.902507/2014-66 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10930.902508/2014-19 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10930.902510/2014-80 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10930.902512/2014-79 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10930.902513/2014-13 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10930.902518/2014-46 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
69 - Processo nº: 10930.900466/2013-92 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10930.900490/2013-21 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 16366.720049/2015-68 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10930.900109/2014-13 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 16366.720686/2015-34 - Recorrente: BELAGRICOLA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 19740.000499/2005-32 - Embargante: BRADESCO CAPITALIZACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
75 - Processo nº: 13707.002875/2006-34 - Recorrente: SUMATEX PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ANTONIO MARINHO NUNES
76 - Processo nº: 10715.005561/2009-49 - Embargante: AMERICAN AIRLINES INC e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ARI VENDRAMINI
77 - Processo nº: 13005.720318/2016-88 - Recorrente: CAROLINA SOIL DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
78 - Processo nº: 13005.720319/2016-22 - Recorrente: CAROLINA SOIL DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13005.720348/2016-94 - Recorrente: CAROLINA SOIL DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 13005.720349/2016-39 - Recorrente: CAROLINA SOIL DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13005.720350/2016-63 - Recorrente: CAROLINA SOIL DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 13005.720351/2016-16 - Recorrente: CAROLINA SOIL DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 13005.720352/2016-52 - Recorrente: CAROLINA SOIL DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 13005.720353/2016-05 - Recorrente: CAROLINA SOIL DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 13005.902031/2015-93 - Recorrente: CAROLINA SOIL DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
86 - Processo nº: 10980.903099/2015-55 - Recorrente: CKTR BRASIL SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
87 - Processo nº: 10980.903100/2015-41 - Recorrente: CKTR BRASIL SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10980.903101/2015-96 - Recorrente: CKTR BRASIL SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10980.903102/2015-31 - Recorrente: CKTR BRASIL SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10980.903103/2015-85 - Recorrente: CKTR BRASIL SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10980.903104/2015-20 - Recorrente: CKTR BRASIL SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
92 - Processo nº: 10218.721178/2012-48 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA DO PARA COSIPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
93 - Processo nº: 10218.721179/2012-92 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA DO PARA COSIPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10218.721180/2012-17 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA DO PARA COSIPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10218.721183/2012-51 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA DO PARA COSIPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10218.721184/2012-03 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA DO PARA COSIPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10218.721185/2012-40 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA DO PARA COSIPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10218.721186/2012-94 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA DO PARA COSIPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10218.721187/2012-39 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA DO PARA COSIPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
100 - Processo nº: 10218.721176/2012-59 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA DO PARA COSIPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10218.721177/2012-01 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA DO PARA COSIPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10711.007170/2008-18 - Recorrente: ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS
103 - Processo nº: 11128.720048/2012-60 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
104 - Processo nº: 11128.722479/2012-61 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 11128.722723/2012-95 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 11128.722826/2012-55 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 11128.722856/2012-61 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 11128.726103/2012-25 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS
109 - Processo nº: 11128.722282/2013-11 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
110 - Processo nº: 11128.722653/2013-56 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 11128.726394/2013-32 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 11128.727709/2013-69 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 11128.729086/2013-69 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 11128.729294/2013-68 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 11128.731957/2013-12 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 12689.721031/2013-18 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 12689.721561/2013-66 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 12689.721566/2013-99 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS
119 - Processo nº: 10711.722309/2013-14 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
120 - Processo nº: 10711.722957/2013-71 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10711.728430/2013-50 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10907.720490/2013-37 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10907.721406/2013-01 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10907.722450/2013-20 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 11684.720935/2013-11 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 11684.721228/2013-34 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 11684.721597/2013-27 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 12266.720557/2013-51 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 15771.720523/2013-45 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ANTONIO MARINHO NUNES
130 - Processo nº: 13502.721206/2014-71 - Recorrente: NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
131 - Processo nº: 16095.720011/2019-56 - Recorrente: UNIVERSO ONLINE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS
132 - Processo nº: 10711.722772/2013-66 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
133 - Processo nº: 10711.724926/2013-54 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10909.720320/2013-32 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10909.723019/2012-08 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 11128.730385/2013-46 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 11128.731112/2013-19 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 11128.732114/2013-25 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 11128.733306/2013-59 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 11128.733871/2013-16 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS
141 - Processo nº: 10715.723867/2012-86 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10715.724832/2012-64 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 10715.729534/2012-61 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10715.731395/2012-35 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 11684.720266/2013-70 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 11684.720317/2013-63 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10715.724642/2013-28 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 11128.733053/2013-13 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10907.722313/2013-95 - Recorrente: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
150 - Processo nº: 10909.721409/2016-69 - Recorrente: RUBENS DE OLIVEIRA PEIXOTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
151 - Processo nº: 10880.662482/2012-23 - Recorrente: AGORA - SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
152 - Processo nº: 10880.662483/2012-78 - Recorrente: AGORA - SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10880.662484/2012-12 - Recorrente: AGORA - SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10880.662485/2012-67 - Recorrente: AGORA - SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10880.662486/2012-10 - Recorrente: AGORA - SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10880.662487/2012-56 - Recorrente: AGORA - SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10880.909820/2013-87 - Recorrente: AGORA - SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10880.909821/2013-21 - Recorrente: AGORA - SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
159 - Processo nº: 13161.724140/2018-11 - Recorrente: AGRO ENERGIA SANTA LUZIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 19515.722782/2013-92 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
161 - Processo nº: 12585.000320/2010-03 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 12585.000321/2010-40 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 12585.000322/2010-94 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 12585.000323/2010-39 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
165 - Processo nº: 12585.000319/2010-71 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 10880.923847/2012-00 - Recorrente: EBC TRADING S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
167 - Processo nº: 10880.923848/2012-46 - Recorrente: EBC TRADING S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10880.923849/2012-91 - Recorrente: EBC TRADING S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 10880.923850/2012-15 - Recorrente: EBC TRADING S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 10880.923851/2012-60 - Recorrente: EBC TRADING S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 10880.923852/2012-12 - Recorrente: EBC TRADING S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10880.923853/2012-59 - Recorrente: EBC TRADING S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
173 - Processo nº: 13851.902437/2012-52 - Recorrente: AGRI-TILLAGE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 13851.902438/2012-05 - Recorrente: AGRI-TILLAGE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 13851.902063/2013-56 - Recorrente: AGRI-TILLAGE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 13851.902062/2013-10 - Recorrente: AGRI-TILLAGE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 15374.918033/2009-83 - Recorrente: RASH ADMINISTRACAO DE HOTEIS E TURISMO L e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 15374.918032/2009-39 - Recorrente: RASH ADMINISTRACAO DE HOTEIS E TURISMO L e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUCILEIA DE SOUZA LIMA
179 - Processo nº: 10925.902914/2016-12 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
180 - Processo nº: 10925.902915/2016-59 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 10925.902916/2016-01 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 10925.902917/2016-48 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 10925.902918/2016-92 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 10925.902919/2016-37 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 10925.902920/2016-61 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 10925.902921/2016-14 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 10925.902922/2016-51 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 10925.902923/2016-03 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 10925.902924/2016-40 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 10925.902925/2016-94 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 10925.902926/2016-39 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 10925.902927/2016-83 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 10925.902928/2016-28 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 10925.902929/2016-72 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 10925.902930/2016-05 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 10925.902931/2016-41 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10925.902932/2016-96 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10925.902933/2016-31 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 10925.902934/2016-85 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 10925.902935/2016-20 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10925.902936/2016-74 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 10925.902937/2016-19 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10925.902938/2016-63 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 10925.902939/2016-16 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 10925.902940/2016-32 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 10925.902941/2016-87 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 10925.902942/2016-21 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 10925.902943/2016-76 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10925.902944/2016-11 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 10925.902945/2016-65 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 10925.902946/2016-18 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 10925.902947/2016-54 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 10925.902948/2016-07 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 10925.902949/2016-43 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 10925.902950/2016-78 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 10925.902951/2016-12 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 10925.902952/2016-67 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 10925.902953/2016-10 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 10925.902954/2016-56 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 10925.902955/2016-09 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 10925.902956/2016-45 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 10925.902957/2016-90 - Recorrente: FRIAVES INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCO ANTONIO MARINHO NUNES
223 - Processo nº: 10768.720385/2007-91 - Embargante: PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 16682.902297/2016-23 - Embargante: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 15586.720065/2011-70 - Recorrente: SOL COQUERIA TUBARAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 10950.720488/2010-90 - Embargante: SPAIPA INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 10950.720487/2010-45 - Embargante: SPAIPA INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 10950.720486/2010-09 - Embargante: SPAIPA INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 10950.720483/2010-67 - Embargante: SPAIPA INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS
230 - Processo nº: 11128.729490/2013-32 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
231 - Processo nº: 11128.729296/2013-57 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 11128.729813/2013-98 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 11128.730395/2013-81 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 11128.730654/2013-74 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 11128.731477/2013-43 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 11128.731779/2013-11 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 11128.732478/2013-13 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 11128.733308/2013-48 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 11128.734052/2013-96 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo nº: 11128.735646/2013-14 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS
241 - Processo nº: 11128.733231/2013-14 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
242 - Processo nº: 10907.722282/2013-72 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 11128.729721/2013-16 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 11128.729763/2013-49 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 11128.729796/2013-99 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 11128.729947/2013-17 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 11128.730353/2013-41 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo nº: 11128.732147/2013-75 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 11128.733886/2013-84 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo nº: 11128.735444/2013-72 - Recorrente: CUSTOM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 3ª Seção do CARF

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente;

4) O julgamento do Processo nº 10120.720056/2014-85 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 a 16. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 a 16, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10945.900579/2014-18 (item 19) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 20 a 30. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 20 a 30, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10945.900581/2014-89 (item 31) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 32 a 54. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 32 a 54, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 13656.720145/2011-29 (item 55) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 56 a 59. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 56 a 59, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8) O julgamento do Processo nº 12689.721030/2012-92 (item 69) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 70 a 89. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 70 a 89, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9) O julgamento do Processo nº 10940.904527/2018-86 (item 90) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 91 a 105. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 91 a 105, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

10) O julgamento do Processo nº 10880.900007/2013-41 (item 113) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 114 a 118. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 114 a 118, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

11) O julgamento do Processo nº 10880.900013/2013-07 (item 119) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 120 a 127. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 120 a 127, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

12) O julgamento do Processo nº 10183.904484/2013-43 (item 131) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 132 a 162. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 132 a 162, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

13) O julgamento do Processo nº 10183.904521/2013-13 (item 163) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 164 a 169. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 164 a 169, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

14) O julgamento do Processo nº 16045.720006/2011-81 (item 184) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 185 a 188. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 185 a 188, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

15) O julgamento do Processo nº 10880.972333/2010-16 (item 189) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 190 a 192. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 190 a 192, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

16) O julgamento do Processo nº 11128.727235/2013-55 (item 202) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 203 a 208. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 203 a 208, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 22 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1 - PIS/COFINS
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
1 - Processo nº: 10120.720056/2014-85 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONALDO SOUZA DIAS
2 - Processo nº: 10120.720060/2014-43 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10120.720061/2014-98 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10120.730835/2013-16 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10120.730836/2013-52 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10120.730837/2013-05 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10120.730838/2013-41 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10120.730839/2013-96 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10120.730977/2013-75 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10120.730978/2013-10 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10120.730982/2013-88 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10120.730983/2013-22 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10120.731114/2013-15 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10120.731116/2013-12 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10120.731117/2013-59 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10120.731122/2013-61 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
17 - Processo nº: 10120.720057/2014-20 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10120.729209/2012-98 - Embargante: CARAMURU ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10945.900579/2014-18 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONALDO SOUZA DIAS
20 - Processo nº: 10945.900582/2014-23 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10945.900583/2014-78 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10945.900586/2014-10 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10945.900587/2014-56 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10945.900588/2014-09 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10945.900589/2014-45 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10945.900591/2014-14 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10945.900594/2014-58 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10945.900595/2014-01 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10945.900598/2014-36 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10945.900599/2014-81 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO

31 - Processo nº: 10945.900581/2014-89 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RONALDO SOUZA DIAS

32 - Processo nº: 10945.900578/2014-65 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10945.900580/2014-34 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10945.900584/2014-12 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10945.900585/2014-67 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10945.900590/2014-70 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10945.900592/2014-69 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10945.900593/2014-11 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10945.900596/2014-47 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10945.900597/2014-91 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10945.900600/2014-77 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10945.900601/2014-11 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 13942.720044/2015-56 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 13942.720045/2015-09 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 13942.720046/2015-45 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 13942.720047/2015-90 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 13942.720048/2015-34 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 13942.720049/2015-89 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 13942.720050/2015-11 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 13942.720051/2015-58 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 13942.720090/2014-74 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 13942.720091/2014-19 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 13942.720092/2014-63 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 13942.720093/2014-16 - Embargante: LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FELIPE DE BARROS RECHE

55 - Processo nº: 13656.720145/2011-29 - Recorrente: TERRA FORTE EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RONALDO SOUZA DIAS

56 - Processo nº: 13656.720506/2011-37 - Recorrente: TERRA FORTE EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 13656.720507/2011-81 - Recorrente: TERRA FORTE EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 13656.720508/2011-26 - Recorrente: TERRA FORTE EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 13656.720509/2011-71 - Recorrente: TERRA FORTE EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FELIPE DE BARROS RECHE

60 - Processo nº: 19991.000189/2010-23 - Recorrente: TERRA FORTE EXP E IMP DE CAFE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 19991.000191/2010-01 - Recorrente: TERRA FORTE EXPORTACAO E IMP DE CAFE LTD e Interessado: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 13656.720274/2010-36 - Recorrente: TERRA FORTE EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 13656.720273/2010-91 - Recorrente: TERRA FORTE EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 13656.720505/2011-92 - Recorrente: TERRA FORTE EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 19991.000099/2010-32 - Recorrente: TERRA FORTE EXPORTACAO IMP DE CAFE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 19991.000190/2010-58 - Recorrente: TERRA FORTE EXP E IMP DE CAFE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 19991.000188/2010-89 - Recorrente: TERRA FORTE EXP IMP DE CAFE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Tema 1 - PIS/Cofins

Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO

68 - Processo nº: 12897.000280/2009-34 - Recorrentes: HALLIBURTON SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RONALDO SOUZA DIAS

69 - Processo nº: 12689.721030/2012-92 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 12689.720960/2012-29 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 12689.720962/2012-18 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 12689.720985/2012-22 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 12689.720988/2012-66 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 12689.720993/2012-79 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 12689.720995/2012-68 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 12689.720997/2012-57 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 12689.720998/2012-00 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 12689.721003/2012-10 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 12689.721004/2012-64 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 12689.721009/2012-97 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 12689.721010/2012-11 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 12689.721012/2012-19 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 12689.721013/2012-55 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 12689.721022/2012-46 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 12689.721024/2012-35 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 12689.721025/2012-80 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 12689.721026/2012-24 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 12689.721028/2012-13 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 12689.721029/2012-68 - Recorrente: MONSANTO DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 10940.904527/2018-86 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 10940.904524/2018-42 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 10940.904525/2018-97 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 10940.904526/2018-31 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 10940.904528/2018-21 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 10940.904529/2018-75 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 10940.904530/2018-08 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 10940.904531/2018-44 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 10940.904532/2018-99 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 10940.904534/2018-88 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 10940.904536/2018-77 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 10940.904537/2018-11 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 10940.904538/2018-66 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 10940.904539/2018-19 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 10940.904540/2018-35 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 10940.904541/2018-80 - Recorrente: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO

106 - Processo nº: 13629.000525/2005-22 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: APERAM INOX SERVICOS BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 10880.661972/2009-15 - Embargante: CHEMIN INCORPORADORA S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS

108 - Processo nº: 13603.720646/2009-14 - Recorrente: SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 13603.720645/2009-61 - Recorrente: SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 13603.720601/2009-31 - Recorrente: SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 13603.720647/2009-51 - Recorrente: SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 13603.720600/2009-97 - Recorrente: SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Tema 1 - PIS/Cofins

Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO

113 - Processo nº: 10880.900007/2013-41 - Recorrente: LATICINIOS CATUPIRY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RONALDO SOUZA DIAS

114 - Processo nº: 10880.900008/2013-96 - Recorrente: LATICINIOS CATUPIRY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 10880.900009/2013-31 - Recorrente: LATICINIOS CATUPIRY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 12585.720001/2013-52 - Recorrente: LATICINIOS CATUPIRY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo nº: 12585.720002/2013-05 - Recorrente: LATICINIOS CATUPIRY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 12585.720003/2013-41 - Recorrente: LATICINIOS CATUPIRY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO

119 - Processo nº: 10880.900013/2013-07 - Recorrente: LATICINIOS CATUPIRY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RONALDO SOUZA DIAS

120 - Processo nº: 10880.900014/2013-43 - Recorrente: LATICINIOS CATUPIRY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo nº: 10880.900015/2013-98 - Recorrente: LATICINIOS CATUPIRY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 10880.900016/2013-32 - Recorrente: LATICINIOS CATUPIRY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo nº: 10880.900017/2013-87 - Recorrente: LATICINIOS CATUPIRY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 10880.900018/2013-21 - Recorrente: LATICINIOS CATUPIRY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 10880.900019/2013-76 - Recorrente: LATICINIOS CATUPIRY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 10880.978985/2012-18 - Recorrente: LATICINIOS CATUPIRY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo nº: 16692.720299/2013-34 - Recorrente: LATICINIOS CATUPIRY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS

128 - Processo nº: 11075.720229/2009-53 - Recorrente: AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 11075.001246/2010-21 - Recorrente: AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 11075.720231/2009-22 - Recorrente: AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RONALDO SOUZA DIAS

131 - Processo nº: 10183.904484/2013-43 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 10183.904478/2013-96 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo nº: 10183.904479/2013-31 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo nº: 10183.904480/2013-65 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo nº: 10183.904481/2013-18 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo nº: 10183.904482/2013-54 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo nº: 10183.904483/2013-07 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 10183.904485/2013-98 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10183.904486/2013-32 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10183.904487/2013-87 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10183.904488/2013-21 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10183.904489/2013-76 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 10183.904490/2013-09 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10183.904491/2013-45 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10183.904492/2013-90 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10183.904493/2013-34 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10183.904502/2013-97 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10183.904503/2013-31 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10183.904504/2013-86 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10183.904505/2013-21 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10183.904506/2013-75 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10183.904507/2013-10 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10183.904509/2013-17 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10183.904511/2013-88 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10183.904512/2013-22 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10183.904514/2013-11 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10183.904515/2013-66 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10183.904516/2013-19 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 10183.904517/2013-55 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 10183.904518/2013-08 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 10183.904519/2013-44 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 10183.904520/2013-79 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10183.904521/2013-13 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 10183.904522/2013-68 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 10183.904523/2013-11 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 10183.904524/2013-57 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 10183.904525/2013-00 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10183.904526/2013-46 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 10183.904527/2013-91 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 10183.725237/2016-25 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
171 - Processo nº: 13896.721475/2011-17 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Tema 1 - PIS/Cofins
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
172 - Processo nº: 13884.003978/98-17 - Recorrente: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
173 - Processo nº: 11444.001128/2010-78 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: HOSPITAL ESPIRITA DE MARILIA
174 - Processo nº: 11444.000402/2009-58 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: HOSPITAL ESPIRITA DE MARILIA
175 - Processo nº: 13830.720220/2008-98 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: HOSPITAL ESPIRITA DE MARILIA
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
176 - Processo nº: 15586.001457/2010-55 - Recorrente: GRANITO ZUCCHI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 13804.000465/2005-70 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
178 - Processo nº: 13828.000116/2003-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MUNICIPIO DE MACATUBA
179 - Processo nº: 11080.911718/2012-49 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
180 - Processo nº: 10882.723781/2014-93 - Recorrente: FRANCISCO ALEXANDRE DE SOUSA NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 13601.000432/2002-63 - Recorrente: R F PIMENTA DISTRIBUIDOR DE BEBIDAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 11080.003225/2009-38 - Recorrente: SIMPALA VEICULOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
183 - Processo nº: 10805.001357/00-40 - Recorrente: PIRELLI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Tema 2 - IPI
Relator(a): RONALDO SOUZA DIAS
184 - Processo nº: 16045.720006/2011-81 - Recorrente: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 16045.720007/2011-26 - Recorrente: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 16045.720008/2011-71 - Recorrente: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 16045.720009/2011-15 - Recorrente: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 16045.720010/2011-40 - Recorrente: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 10880.972333/2010-16 - Recorrente: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 10880.972332/2010-63 - Recorrente: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 10880.972337/2010-96 - Recorrente: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 10880.972338/2010-31 - Recorrente: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 10860.722294/2011-19 - Recorrente: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 10880.725543/2015-13 - Recorrente: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 10880.972340/2010-18 - Recorrente: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
196 - Processo nº: 10660.000687/2005-86 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: ASSOCIACAO O SUL DE MINAS e FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 14033.000235/2007-11 - Recorrente: BRASAL REFRIGERANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 14033.000237/2007-01 - Recorrente: BRASAL REFRIGERANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 13746.000367/2009-06 - Recorrente: NITRIFLEX S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 13746.000444/2009-10 - Recorrente: NITRIFLEX S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10711.001423/2001-73 - Recorrente: NITRIFLEX S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Tema 3 - Aduaneiros
Relator(a): RONALDO SOUZA DIAS
202 - Processo nº: 11128.727235/2013-55 - Recorrente: MAC CARGO DO BRASIL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 11128.727893/2013-47 - Recorrente: MAC CARGO DO BRASIL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 11128.730819/2013-16 - Recorrente: MAC CARGO DO BRASIL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 11128.731095/2013-10 - Recorrente: MAC CARGO DO BRASIL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 11128.733572/2013-81 - Recorrente: MAC CARGO DO BRASIL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 11128.733639/2013-88 - Recorrente: MAC CARGO DO BRASIL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 12466.723371/2013-06 - Recorrente: MAC CARGO DO BRASIL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 12689.000307/2010-88 - Recorrente: MAC CARGO DO BRASIL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 11128.720877/2014-12 - Recorrente: MAC CARGO DO BRASIL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 11128.721955/2014-98 - Recorrente: MAC CARGO DO BRASIL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 12689.000351/2010-98 - Recorrente: MAC CARGO DO BRASIL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 12689.720484/2016-70 - Recorrente: MAC CARGO DO BRASIL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 12689.720740/2016-29 - Recorrente: MAC CARGO DO BRASIL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
215 - Processo nº: 11968.000348/2005-16 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: TECON SUAPE S/A e FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 11968.001047/2006-82 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: TECON SUAPE S/A e FAZENDA NACIONAL
Tema 4 - IOF
Relator(a): RONALDO SOUZA DIAS
217 - Processo nº: 16327.001478/2008-70 - Embargante: ITAU UNIBANCO SEGUROS CORPORATIVOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

RONALDO SOUZA DIAS
Presidente Substituto da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 3ª Seção do CARF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 21 a 24/06/2021.

Pauta Ordinária (de 22 a 24/06/2021) e Extraordinária (dia 21/06/2021) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente;

4) O julgamento do Processo nº 10715.003708/2010-08 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 a 16. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 a 16, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10711.724210/2013-57 (item 17) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 18 a 29. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 18 a 29, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10715.729670/2013-31 (item 42) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 43 a 49. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 43 a 49, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 10715.720145/2013-51 (item 50) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 51 a 59. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 51 a 59, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8) O julgamento do Processo nº 10711.721832/2013-23 (item 63) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 64 a 91. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 64 a 91, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9) O julgamento do Processo nº 10209.720377/2013-29 (item 92) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 93 a 121. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 93 a 121, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

10) O julgamento do Processo nº 10711.723312/2013-55 (item 124) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 125 a 139. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 125 a 139, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

11) O julgamento do Processo nº 10711.002241/2010-19 (item 141) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 142 a 154. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 142 a 154, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

12) O julgamento do Processo nº 10410.720579/2011-13 (item 169) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 170 a 180. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 170 a 180, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

13) O julgamento do Processo nº 16366.720649/2012-83 (item 181) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 182 a 189. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 182 a 189, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

14) O julgamento do Processo nº 10783.904415/2013-71 (item 191) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 192 a 198. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 192 a 198, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

15) O julgamento do Processo nº 10830.908593/2012-87 (item 201) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 202 a 212. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 202 a 212, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

16) O julgamento do Processo nº 13603.902892/2015-22 (item 218) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 219 a 221. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 219 a 221, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

17) O julgamento do Processo nº 11040.721279/2012-51 (item 236) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 237 a 251. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 237 a 251, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

18) O julgamento do Processo nº 10880.923294/2012-87 (item 255) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 256 a 259. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 256 a 259, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

19) O julgamento do Processo nº 10880.934179/2014-08 (item 260) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 261 a 277. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 261 a 277, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

20) O julgamento do Processo nº 10384.723812/2013-46 (item 280) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 281 a 295. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 281 a 295, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

21) O julgamento do Processo nº 10830.903649/2011-26 (item 318) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 319 a 324. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 319 a 324, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

22) O julgamento do Processo nº 13896.900178/2017-13 (item 328) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 329 a 337. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 329 a 337, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

23) O julgamento do Processo nº 13227.900137/2013-86 (item 351) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 352 a 357. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 352 a 357, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 21 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS

1 - Processo nº: 10715.003708/2010-08 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO

2 - Processo nº: 10715.000270/2011-89 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10715.003238/2010-74 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10715.003911/2010-76 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10715.004029/2010-48 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10715.004466/2010-61 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10715.004975/2010-94 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10715.005253/2010-57 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10715.005467/2010-23 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10715.005705/2010-09 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10715.005892/2010-12 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10715.006260/2010-76 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10715.007597/2010-09 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10715.008582/2010-50 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10715.008866/2010-46 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10715.008938/2010-55 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS

17 - Processo nº: 10711.724210/2013-57 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO

18 - Processo nº: 10711.724211/2013-00 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10711.724212/2013-46 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10711.724213/2013-91 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10711.724214/2013-35 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10711.725949/2013-86 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10711.725950/2013-19 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10711.725951/2013-55 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10711.725953/2013-44 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10711.725954/2013-99 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10711.725955/2013-33 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10711.725956/2013-88 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10711.725957/2013-22 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM

30 - Processo nº: 11128.007519/2006-01 - Recorrente: MAERSK BRASIL - BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 11128.009245/2008-48 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10907.002033/2009-81 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10907.720195/2011-19 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 12466.003315/2008-86 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10907.720194/2011-74 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10907.001610/2009-17 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 12689.000115/2009-38 - Recorrente: AGENCIA MARITIMA GRANEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS

38 - Processo nº: 10314.005006/2009-30 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 11128.007249/2009-72 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 11128.007265/2009-65 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM

41 - Processo nº: 10711.723122/2011-76 - Recorrente: MVFM CARGO LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS

42 - Processo nº: 10715.729670/2013-31 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO

43 - Processo nº: 10715.729719/2013-56 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10715.729810/2013-71 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10715.729919/2013-17 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10715.730633/2013-76 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10715.731673/2013-35 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10715.732039/2013-10 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10715.732116/2013-31 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
50 - Processo nº: 10715.720145/2013-51 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
51 - Processo nº: 10715.722895/2013-67 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10715.724363/2013-64 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10715.724480/2013-28 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10715.725757/2013-30 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10715.725784/2013-11 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10715.728368/2013-66 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10715.729200/2013-78 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10715.729235/2013-15 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10715.729718/2013-10 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
60 - Processo nº: 10715.728155/2012-53 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10715.729174/2012-05 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10715.731221/2013-53 - Recorrente: SOCIETE AIR FRANCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
63 - Processo nº: 10711.721832/2013-23 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
64 - Processo nº: 10711.721597/2013-90 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10711.721598/2013-34 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10711.721599/2013-89 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10711.721600/2013-75 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10711.722147/2013-14 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10711.722148/2013-69 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10711.722149/2013-11 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10711.722150/2013-38 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10711.722151/2013-82 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10711.722152/2013-27 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10711.722153/2013-71 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10711.722154/2013-16 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10711.722155/2013-61 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10711.722156/2013-13 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10711.723428/2013-94 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10711.723429/2013-39 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10711.723430/2013-63 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10711.723431/2013-16 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10711.723501/2013-28 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10711.724924/2013-65 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10711.725657/2013-43 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10907.720468/2013-97 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10909.720451/2013-10 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10909.720830/2013-18 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10921.720286/2013-38 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 12266.720852/2013-16 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 12266.720908/2013-24 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 12266.722112/2013-14 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SILVIO RENNAN DO NASCIMENTO ALMEIDA
92 - Processo nº: 10209.720377/2013-29 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
93 - Processo nº: 10283.007115/2010-30 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10711.721828/2013-65 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10711.721969/2015-40 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10711.722281/2015-87 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10711.728969/2014-90 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10845.721716/2012-16 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10907.721301/2013-43 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10907.722428/2013-80 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 11128.722659/2011-61 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 11128.722660/2011-96 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 11128.723151/2015-12 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 11968.720678/2012-42 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 12266.720104/2015-97 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 12266.720183/2015-36 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 12266.720205/2015-68 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 12266.720384/2015-33 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 12266.720639/2015-68 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 12266.721098/2015-95 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 12266.722087/2015-22 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 12266.722089/2015-11 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 12266.722486/2012-41 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 12266.722539/2015-76 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 12266.724431/2014-37 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 12266.724635/2014-78 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 12689.720419/2011-30 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 12689.722034/2012-98 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 15771.720197/2013-76 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 15771.724946/2012-53 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 18336.720724/2012-99 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SILVIO RENNAN DO NASCIMENTO ALMEIDA
122 - Processo nº: 11128.001986/2011-86 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10215.720589/2013-27 - Recorrente: CMA CGM DO BRASIL AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
124 - Processo nº: 10711.723312/2013-55 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
125 - Processo nº: 11128.001033/2009-01 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 11128.001200/2010-40 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 11128.001447/2010-66 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 11128.003247/2009-12 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 11128.004217/2009-15 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 11128.005091/2009-04 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 11128.005302/2009-09 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 11128.005533/2010-48 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 11128.005807/2009-65 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 11128.006770/2009-92 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 11128.007737/2009-80 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 11128.720020/2011-41 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 11128.720905/2015-74 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 11128.721046/2011-15 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 11128.721200/2015-74 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
140 - Processo nº: 11128.731253/2013-31 - Recorrente: WISE LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
141 - Processo nº: 10711.002241/2010-19 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
142 - Processo nº: 10711.722771/2011-50 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 10711.724360/2013-61 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10711.726257/2011-93 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10711.728990/2013-12 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10711.730104/2013-11 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10715.723399/2012-40 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10715.723609/2012-08 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10715.724835/2012-06 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10715.726501/2012-69 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10715.727281/2012-91 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10715.729161/2012-28 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10715.729951/2012-11 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10715.731416/2012-12 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
155 - Processo nº: 10711.723095/2013-01 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10715.720129/2013-68 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10715.724507/2013-82 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10715.726398/2013-38 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 10715.726885/2013-09 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 10715.728378/2013-00 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 10715.729234/2013-62 - Recorrente: DESPACHOS E TRANSPORTES DMS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
162 - Processo nº: 11128.726288/2015-11 - Recorrente: B-PROJECTS TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 11128.725685/2015-75 - Recorrente: B-PROJECTS TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 11128.720784/2016-41 - Recorrente: B-PROJECTS TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SILVIO RENNAN DO NASCIMENTO ALMEIDA
165 - Processo nº: 11762.720079/2015-88 - Recorrente: SALA ESTOFADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 10521.000799/2007-93 - Recorrente: MAX NUTRITION COMERCIAL, IMPORTADORA, EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 10494.000320/2008-74 - Recorrente: MAX NUTRITION COMERCIAL, IMPORTADORA, EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
168 - Processo nº: 11128.007927/2007-35 - Recorrente: BSH CONTINENTAL ELETRODOMESTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
169 - Processo nº: 10410.720579/2011-13 - Recorrente: USINA CAETE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
170 - Processo nº: 10410.720580/2011-48 - Recorrente: USINA CAETE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 10410.720581/2011-92 - Recorrente: USINA CAETE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10410.720582/2011-37 - Recorrente: USINA CAETE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 10410.720583/2011-81 - Recorrente: USINA CAETE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 10410.720584/2011-26 - Recorrente: USINA CAETE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10410.720585/2011-71 - Recorrente: USINA CAETE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10410.720587/2011-60 - Recorrente: USINA CAETE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 10410.720589/2011-59 - Recorrente: USINA CAETE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10410.720590/2011-83 - Recorrente: USINA CAETE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 10410.720591/2011-28 - Recorrente: USINA CAETE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 10410.720592/2011-72 - Recorrente: USINA CAETE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
181 - Processo nº: 16366.720649/2012-83 - Recorrente: COMEXIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
182 - Processo nº: 16366.720657/2012-20 - Recorrente: COMEXIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 16366.720658/2012-74 - Recorrente: COMEXIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 16366.720659/2012-19 - Recorrente: COMEXIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 16366.720660/2012-43 - Recorrente: COMEXIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 16366.720661/2012-98 - Recorrente: COMEXIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 16366.720662/2012-32 - Recorrente: COMEXIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 16366.720663/2012-87 - Recorrente: COMEXIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 16366.720664/2012-21 - Recorrente: COMEXIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
190 - Processo nº: 15578.000294/2010-92 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 10783.904415/2013-71 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
192 - Processo nº: 10783.904409/2013-13 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 10783.904410/2013-48 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 10783.904411/2013-92 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 10783.904412/2013-37 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 10783.904413/2013-81 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10783.904414/2013-26 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10783.904416/2013-15 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
199 - Processo nº: 15578.000293/2010-48 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 13767.000082/2003-23 - Recorrente: NICCHIO SOBRINHO CAFE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
201 - Processo nº: 10830.908593/2012-87 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
202 - Processo nº: 10830.908578/2012-39 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10830.908580/2012-16 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 10830.908584/2012-96 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 10830.908586/2012-85 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 10830.908587/2012-20 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 10830.908588/2012-74 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 10830.908589/2012-19 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10830.908590/2012-43 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 10830.908592/2012-32 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 10830.908594/2012-21 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 10830.908595/2012-76 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
213 - Processo nº: 10830.908583/2012-41 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 10830.908576/2012-40 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 10830.908585/2012-31 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 10830.908581/2012-52 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 10830.908582/2012-05 - Recorrente: CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 13603.902892/2015-22 - Recorrente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
219 - Processo nº: 13603.901843/2017-34 - Recorrente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 13603.902893/2015-77 - Recorrente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 13603.902900/2015-31 - Recorrente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
222 - Processo nº: 10280.005508/2008-14 - Recorrente: IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 10280.723159/2013-83 - Recorrente: IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 10880.730171/2012-02 - Embargante: RAIZEN ENERGIA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 10280.005514/2008-71 - Recorrente: IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
226 - Processo nº: 10640.721030/2009-18 - Recorrente: LSM BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 10640.721028/2009-49 - Recorrente: LSM BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 10640.721033/2009-51 - Recorrente: LSM BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 10640.721045/2009-86 - Recorrente: LSM BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 10640.721047/2009-75 - Recorrente: LSM BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 10640.721049/2009-64 - Recorrente: LSM BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
232 - Processo nº: 10380.720221/2009-71 - Recorrente: ACQUATOOL CONSULTORIA S/S LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 10240.721110/2011-09 - Recorrente: ROVER DISTRIBUIDORA - IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
234 - Processo nº: 13502.000472/2005-76 - Recorrente: OXITENO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
235 - Processo nº: 18471.000142/2003-47 - Recorrente: SERNAMBETIBA TRUST SPE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
236 - Processo nº: 11040.721279/2012-51 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
237 - Processo nº: 11040.721283/2012-19 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 11040.721330/2012-24 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 11040.721333/2012-68 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo nº: 11040.721335/2012-57 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 11040.721339/2012-35 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 11040.721342/2012-59 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 11040.721344/2012-48 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 11040.721355/2012-28 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 11040.721357/2012-17 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 11040.721361/2012-85 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 11040.721363/2012-74 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo nº: 11040.721369/2012-41 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 11040.721373/2012-18 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo nº: 11040.721376/2012-43 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 11040.721380/2012-10 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
252 - Processo nº: 11040.721203/2012-25 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 11040.721208/2012-58 - Recorrente: NELSON WENDT CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
254 - Processo nº: 19647.003310/2006-11 - Recorrente: J B ACUCAR E ALCOOL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
255 - Processo nº: 10880.923294/2012-87 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
256 - Processo nº: 10880.923295/2012-21 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo nº: 10880.923296/2012-76 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo nº: 10880.923297/2012-11 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo nº: 10880.923298/2012-65 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
260 - Processo nº: 10880.934179/2014-08 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
261 - Processo nº: 10880.912720/2015-08 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo nº: 10880.912722/2015-99 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 10880.912723/2015-33 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo nº: 10880.934180/2014-24 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo nº: 10880.934181/2014-79 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 10880.934182/2014-13 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 10880.934183/2014-68 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo nº: 10880.948130/2011-81 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 10880.957937/2013-77 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 10880.957938/2013-11 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 10880.957939/2013-66 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
272 - Processo nº: 10880.957940/2013-91 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo nº: 10880.980503/2016-13 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
274 - Processo nº: 10880.980504/2016-68 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 10880.980505/2016-11 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
276 - Processo nº: 10880.980506/2016-57 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 10880.980507/2016-00 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 10980.003412/2005-81 - Recorrente: NOSSAGRAFICA E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
279 - Processo nº: 11684.000102/2009-46 - Recorrente: EXTERRAN SERVICOS DE OLEO E GAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
280 - Processo nº: 10384.723812/2013-46 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
281 - Processo nº: 10384.723798/2013-81 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo nº: 10384.723799/2013-25 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo nº: 10384.723802/2013-19 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
284 - Processo nº: 10384.723805/2013-44 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo nº: 10384.723807/2013-33 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo nº: 10384.723810/2013-57 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo nº: 10384.723811/2013-00 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 10384.723830/2013-28 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo nº: 10384.723832/2013-17 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo nº: 10384.723833/2013-61 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo nº: 10384.723835/2013-51 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo nº: 10384.723836/2013-03 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 10384.723837/2013-40 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo nº: 10384.723838/2013-94 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 10384.723839/2013-39 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
296 - Processo nº: 10384.723964/2013-49 - Recorrente: FONCEPI NATURAL WAXES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
297 - Processo nº: 10909.007157/2008-51 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: ARTEPLAS ARTEFATOS DE PLASTICOS EIRELI e FAZENDA NACIONAL
298 - Processo nº: 10909.007155/2008-62 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: ARTEPLAS ARTEFATOS DE PLASTICOS EIRELI e FAZENDA NACIONAL
299 - Processo nº: 10909.007156/2008-15 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: ARTEPLAS ARTEFATOS DE PLASTICOS EIRELI e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
300 - Processo nº: 10384.722165/2012-74 - Recorrente: FONCEPI COMERCIAL EXPORTADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
301 - Processo nº: 10875.003074/2003-13 - Recorrente: SADOKIN ELETRO E ELETRONICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
302 - Processo nº: 10480.900341/2010-65 - Recorrente: J B ACUCAR E ALCOOL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
303 - Processo nº: 11128.006061/2009-15 - Recorrente: UNIVEN REFINARIA DE PETROLEO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
304 - Processo nº: 11128.008461/2009-57 - Recorrente: UNIVEN REFINARIA DE PETROLEO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
305 - Processo nº: 11128.009537/2009-61 - Recorrente: UNIVEN REFINARIA DE PETROLEO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
306 - Processo nº: 10835.002054/92-79 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ACUCAREIRA QUATA S/A
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
307 - Processo nº: 16682.905941/2012-91 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
308 - Processo nº: 16682.905948/2012-11 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo nº: 16682.905917/2012-52 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
310 - Processo nº: 16682.905940/2012-47 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
311 - Processo nº: 10768.720176/2007-48 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
312 - Processo nº: 10923.000133/2006-21 - Recorrente: GRUPO ABCD DE JORNAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo nº: 10825.720066/2010-50 - Recorrente: SUKEST INDUSTRIA DE ALIMENTOS E FARMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo nº: 10980.017805/2007-34 - Recorrente: CAMAIORE CONSTRUCOES CIVIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
315 - Processo nº: 13227.900247/2012-67 - Recorrente: AUTO POSTO IRMAOS BATISTA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
316 - Processo nº: 11080.723419/2009-53 - Recorrente: MEDABIL SOLUCOES CONSTRUTIVAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo nº: 11080.723416/2009-10 - Recorrente: MEDABIL SOLUCOES CONSTRUTIVAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): SILVIO RENNAN DO NASCIMENTO ALMEIDA
318 - Processo nº: 10830.903649/2011-26 - Recorrente: SEMESA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
319 - Processo nº: 10830.903650/2011-51 - Recorrente: SEMESA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo nº: 10830.903651/2011-03 - Recorrente: SEMESA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
321 - Processo nº: 10830.903652/2011-40 - Recorrente: SEMESA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
322 - Processo nº: 10830.903653/2011-94 - Recorrente: SEMESA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo nº: 10830.903654/2011-39 - Recorrente: SEMESA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo nº: 10830.903655/2011-83 - Recorrente: SEMESA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
325 - Processo nº: 13971.003040/2010-58 - Recorrente: PLASTICOS CREMER SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
326 - Processo nº: 13836.000573/2003-11 - Recorrente: PENABRANCA AVICULTURA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
327 - Processo nº: 16349.720004/2011-78 - Recorrente: FACTO 1 ADMINISTRACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
328 - Processo nº: 13896.900178/2017-13 - Recorrente: TICKET SERVICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
329 - Processo nº: 13896.900171/2017-00 - Recorrente: TICKET SERVICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo nº: 13896.900172/2017-46 - Recorrente: TICKET SERVICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
331 - Processo nº: 13896.901756/2017-39 - Recorrente: TICKET SERVICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo nº: 13896.901767/2017-19 - Recorrente: TICKET SERVICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
333 - Processo nº: 13896.901788/2017-34 - Recorrente: TICKET SERVICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo nº: 13896.901789/2017-89 - Recorrente: TICKET SERVICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
335 - Processo nº: 13896.901790/2017-11 - Recorrente: TICKET SERVICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
336 - Processo nº: 13896.901791/2017-58 - Recorrente: TICKET SERVICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
337 - Processo nº: 13896.901792/2017-01 - Recorrente: TICKET SERVICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
338 - Processo nº: 13896.901742/2017-15 - Recorrente: TICKET SERVICOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
339 - Processo nº: 10880.908977/2013-95 - Recorrente: AGT - ARMAZENS GERAIS E TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
340 - Processo nº: 10880.660633/2012-17 - Recorrente: AGT - ARMAZENS GERAIS E TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
341 - Processo nº: 10880.660631/2012-10 - Recorrente: AGT - ARMAZENS GERAIS E TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
342 - Processo nº: 10880.660629/2012-41 - Recorrente: AGT - ARMAZENS GERAIS E TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
343 - Processo nº: 10880.660627/2012-51 - Recorrente: AGT - ARMAZENS GERAIS E TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
344 - Processo nº: 16327.902128/2012-17 - Recorrente: SUL FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
345 - Processo nº: 16327.902127/2012-64 - Recorrente: SUL FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
346 - Processo nº: 16327.900745/2013-51 - Recorrente: SUL FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
347 - Processo nº: 10783.903431/2012-65 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SAO RAFAEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
348 - Processo nº: 15586.720651/2012-03 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SAO RAFAEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
349 - Processo nº: 10783.903430/2012-11 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SAO RAFAEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
350 - Processo nº: 13227.900128/2012-12 - Recorrente: MIRIAN VILHENA AUTO POSTO - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES, GAS E CULTIVO DE MADEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
351 - Processo nº: 13227.900137/2013-86 - Recorrente: DISTRIBOI - INDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTE DE CARNE BOVINA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
352 - Processo nº: 13227.900138/2013-21 - Recorrente: DISTRIBOI - INDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTE DE CARNE BOVINA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
353 - Processo nº: 13227.900139/2013-75 - Recorrente: DISTRIBOI - INDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTE DE CARNE BOVINA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
354 - Processo nº: 13227.900140/2013-08 - Recorrente: DISTRIBOI - INDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTE DE CARNE BOVINA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
355 - Processo nº: 13227.900141/2013-44 - Recorrente: DISTRIBOI - INDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTE DE CARNE BOVINA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
356 - Processo nº: 13227.900142/2013-99 - Recorrente: DISTRIBOI - INDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTE DE CARNE BOVINA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

357 - Processo nº: 13227.900143/2013-33 - Recorrente: DISTRIBOI - INDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTE DE CARNE BOVINA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
358 - Processo nº: 10320.721983/2011-13 - Recorrente: LOJAS GABRYELLA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
359 - Processo nº: 10320.721982/2011-79 - Recorrente: LOJAS GABRYELLA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
360 - Processo nº: 10923.000134/2006-76 - Recorrente: GRUPO ABCD DE JORNAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
361 - Processo nº: 11065.724283/2011-10 - Recorrente: CALCADOS BIBI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
362 - Processo nº: 10580.012598/2007-34 - Recorrente: SERVICO NACIONAL DE AP COMERCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PEDRO SOUSA BISPO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 3ª Seção do CARF

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

2ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.
OBSERVAÇÕES:
1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;
2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;
3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

DIA 22 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
1 - Processo nº: 11176.000104/2007-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: AUTO POSTO HP LTDA
2 - Processo nº: 11176.000108/2007-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: AUTO POSTO HP LTDA
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
3 - Processo nº: 10120.009774/2010-73 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CENTRO TECNOLOGICO CAMBURY LTDA
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
4 - Processo nº: 10240.000229/2008-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FRIGORIFICO FERNANDES S.A.
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
5 - Processo nº: 36624.014151/2006-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RIPASA S A CELULOSE E PAPEL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
6 - Processo nº: 14485.000086/2007-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: AME ASSISTENCIA MEDICA E ENFERMAGEM LTDA
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
7 - Processo nº: 12045.000127/2007-76 - Recorrente: MUNICIPIO DE GUAXUPE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
8 - Processo nº: 11522.001798/2010-14 - Recorrente: SANTISTA DISTRIBUICOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 11522.001948/2010-90 - Recorrente: SANTISTA DISTRIBUICOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 11522.001955/2010-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SANTISTA DISTRIBUICOES LTDA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
11 - Processo nº: 10480.723283/2011-21 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e USINA CENTRAL OLHO D'AGUA S/A
12 - Processo nº: 13855.723182/2013-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BARRA MANSA COMERCIO DE CARNES E DERIVADOS LIMITADA
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
13 - Processo nº: 10166.720885/2010-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
14 - Processo nº: 10480.722674/2017-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
15 - Processo nº: 19515.722390/2011-61 - Recorrente: CAMIL ALIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
16 - Processo nº: 11080.728718/2014-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA
17 - Processo nº: 15504.725017/2017-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EFICAZ-CONSULTORIA E SERVICOS DE CREDITO E COBRANCA LTDA
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
18 - Processo nº: 15504.723103/2017-02 - Recorrente: GLOBAL TELEATENDIMENTO E TELESSERVICOS DE COBRANCAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
19 - Processo nº: 15540.720327/2014-75 - Recorrente: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE VOLEIBOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
20 - Processo nº: 19515.723093/2012-14 - Recorrente: EMPRESA SAO LUIZ VIACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
21 - Processo nº: 35464.004260/2003-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UNILEVER BRASIL LTDA.
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
22 - Processo nº: 10166.723933/2013-62 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BRASIL TELECOM CALL CENTER S/A
23 - Processo nº: 10166.723934/2013-15 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BRASIL TELECOM CALL CENTER S/A
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
24 - Processo nº: 15504.005839/2010-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ASSOCIACAO DE PROMOCAO HUMANA DIVINA PROVIDENCIA
25 - Processo nº: 15504.005841/2010-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ASSOCIACAO DE PROMOCAO HUMANA DIVINA PROVIDENCIA
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
26 - Processo nº: 37280.002175/2006-66 - Recorrente: PROVINCIA BRASILEIRA DA CONGREGACAO DA MISSAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
27 - Processo nº: 35464.001306/2006-12 - Recorrente: ISBAN BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
28 - Processo nº: 35464.002127/2006-94 - Recorrentes: SANTANDER BRASIL SEGUROS S/A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
29 - Processo nº: 16327.720025/2018-18 - Recorrente: BANCO SAFRA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
30 - Processo nº: 11040.720162/2011-79 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e AGENCIA MARITIMA ORION LTDA
31 - Processo nº: 11040.720685/2013-87 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e AGENCIA MARITIMA ORION LTDA
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
32 - Processo nº: 10875.720676/2018-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FUNDACAO PARA O REMEDIO POPULAR FURP
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
33 - Processo nº: 10166.730381/2012-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
34 - Processo nº: 16327.000748/2009-14 - Embargante: BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
35 - Processo nº: 36216.003363/2006-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BASF SA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
36 - Processo nº: 13116.720707/2016-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA
37 - Processo nº: 13116.721260/2016-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
38 - Processo nº: 16682.720412/2013-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA

DIA 23 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
39 - Processo nº: 11080.000107/2010-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
40 - Processo nº: 16561.720167/2015-60 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e MASSA FALIDA DE LABOGEN S/A QUIMICA FINA E BIOTECNOLOGIA
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
41 - Processo nº: 11020.004232/2006-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TRANSPORTADORA PLIMOR LTDA
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
42 - Processo nº: 10480.722351/2011-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CIL - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
43 - Processo nº: 13609.902479/2011-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ORGANIZACOES SR LTDA
44 - Processo nº: 18471.001462/2007-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LABRATOS FARMACEUTICA LTDA
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
45 - Processo nº: 13851.000656/99-85 - Recorrente: CAMBUHY AGRICOLA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
46 - Processo nº: 11634.720840/2011-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMERCIAL UNIPLACAS LTDA.
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
47 - Processo nº: 10166.728246/2011-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSTRUTORA VILLELA E CARVALHO LTDA
48 - Processo nº: 10660.005874/2007-18 - Recorrente: CORN FOOD ARMAZENS GERAIS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10909.003278/2008-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SUL BUSINESS - FOMENTO MERCANTIL LTDA
50 - Processo nº: 10675.720606/2011-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PAULO MACHADO
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
51 - Processo nº: 10073.720136/2007-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
52 - Processo nº: 10480.721307/2010-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LUIZ GONZAGA BATISTA MODESTO
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
53 - Processo nº: 10660.720093/2007-57 - Recorrente: FIBRIA CELULOSE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
54 - Processo nº: 10640.720106/2008-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JORGE LUIZ FERNANDEZ PATE
55 - Processo nº: 13558.720083/2007-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PERVILLE ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.
56 - Processo nº: 10930.001555/2005-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NELIO NILTON NIERO
57 - Processo nº: 10930.001558/2005-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NELIO NILTON NIERO

DIA 23 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
58 - Processo nº: 16511.720050/2012-29 - Recorrente: LUIZ CLAUDIO DA CUNHA SERRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
59 - Processo nº: 10980.011609/2008-37 - Recorrente: GILBERTO DE OLIVEIRA SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10980.011610/2008-61 - Recorrente: GILBERTO DE OLIVEIRA SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 18470.728524/2012-30 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e DALMIR PEREIRA BARBOSA
62 - Processo nº: 16062.720156/2015-19 - Recorrente: ROSANA APARECIDA MESQUITA CARNAVAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
63 - Processo nº: 10660.000627/2009-97 - Recorrente: JOAQUIM RIBEIRO ANTUNES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
64 - Processo nº: 19679.005694/2004-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PAULO ANDERSON FERNANDES DIAS
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
65 - Processo nº: 15504.720867/2011-42 - Recorrente: FRANCISCO DE AZEVEDO NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
66 - Processo nº: 12448.728448/2013-44 - Recorrente: ROBERTO ABRAHAM BIBAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

67 - Processo nº: 15889.000137/2010-73 - Recorrente: MARIO ARLINDO CASARIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO

68 - Processo nº: 10140.721760/2013-36 - Recorrente: MAURA BARBOSA DODERO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

69 - Processo nº: 13642.720217/2017-82 - Recorrente: JORGE LUIZ DA ROCHA PARANHOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10580.720943/2009-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DANIEL DE SOUZA OLIVEIRA NETO

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

71 - Processo nº: 19515.721526/2011-16 - Recorrente: ARIOVALDO MASSI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI

72 - Processo nº: 11516.720066/2013-59 - Recorrente: MARIA GERTRUDA KROON e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

73 - Processo nº: 10803.000057/2010-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CARLOS ROBERTO CARNEVALI

74 - Processo nº: 15586.721208/2012-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JOSE MARIA VIEIRA DE NOVAES

DIA 24 de Junho de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ

75 - Processo nº: 35464.004721/2006-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PEPSICO DO BRASIL LTDA

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

76 - Processo nº: 12268.000113/2009-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA

Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO

77 - Processo nº: 16327.721424/2012-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

78 - Processo nº: 10805.722632/2014-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CASA BAHIA COMERCIAL LTDA.

Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO

79 - Processo nº: 12963.000809/2009-89 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Interessado: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 12963.000812/2009-01 - Recorrente: DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ

81 - Processo nº: 16327.720986/2017-41 - Recorrente: BANCO PAN S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO

82 - Processo nº: 16327.001665/2010-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO PINE S/A

83 - Processo nº: 16327.001666/2010-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO PINE S/A

DIA 24 de Junho de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO

84 - Processo nº: 16327.720163/2018-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO PINE S/A

Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

85 - Processo nº: 16327.721497/2012-01 - Recorrente: SANTANDER BRASIL ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ

86 - Processo nº: 14485.001006/2007-98 - Recorrente: INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO

87 - Processo nº: 16682.720373/2015-01 - Recorrente: CARIOCA CHRISTIANI NIELSEN ENGENHARIA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO

88 - Processo nº: 10580.733577/2011-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SUZANO S.A.

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

89 - Processo nº: 15504.730451/2017-28 - Recorrente: CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 15504.724670/2011-82 - Recorrente: BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI

91 - Processo nº: 11080.731699/2011-98 - Recorrente: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 11080.724403/2019-30 - Recorrente: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 55, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Altera a Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, e revoga dispositivo da Instrução Normativa nº 82, de 19 de fevereiro de 2021.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º-A. Nos atos submetidos a registro poderão ser usados elementos gráficos, como imagens, fluxogramas e animações, dentre outros (técnicas de visual law), bem como timbres e marcas d'água." (NR)

"Art. 18. .....

.....

§ 3º A denominação é formada por quaisquer palavras da língua nacional ou estrangeira, sendo facultada a indicação do objeto." (NR)

"Art. 18-A. O empresário individual, a empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI), a sociedade empresária e a cooperativa podem optar por utilizar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário ou jurídico, quando exigida por lei." (NR)

"Art. 22. .....

I - idêntico a outro já registrado na mesma Junta Comercial;

....." (NR)

"Art. 23. Observado o princípio da novidade, a Junta Comercial não arquivará atos com nome empresarial idêntico a outro já registrado.

§ 1º .....

§ 2º O critério para análise de identidade entre firmas ou denominações será aferido considerando-se os nomes empresariais por inteiro, desconsiderando-se apenas as expressões relativas ao tipo jurídico adotado, de modo que, apenas, haverá identidade se os nomes forem homógrafos.

§ 3º Se o nome empresarial for idêntico a outro já registrado, deverá ser modificado ou acrescido de designação que o distinga." (NR)

"Art. 23-A. Caso seja arquivado ato com nome empresarial semelhante a outro já registrado, o interessado poderá questionar, a qualquer tempo, por meio de recurso ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

§ 1º O Recurso ao DREI deverá ser protocolizado na Junta Comercial, mediante a apresentação de:

I - requerimento (capa de processo), sendo dispensado no caso de protocolo eletrônico;

II - petição, dirigida ao Diretor do DREI;

III - procuração, quando a petição for subscrita por advogado; e

IV - comprovante de pagamento do preço dos serviços.

§ 2º Após protocolizado o Recurso ao DREI será enviado à Secretaria-Geral para autuar, registrar e notificar no prazo de três dias úteis as partes interessadas, as quais terão o prazo de dez dias úteis para apresentar as contrarrazões, caso tenham interesse.

§ 3º Juntadas as contrarrazões ao processo ou esgotado o prazo de manifestação, a Secretaria-Geral, o fará concluso ao Presidente para, nos três dias subsequentes, promover o encaminhamento de forma eletrônica ao DREI, que no prazo de dez dias úteis, deverá proferir decisão final.

§ 4º Considerar-se-á semelhante o nome empresarial, por inteiro, desconsiderando apenas as expressões relativas ao tipo jurídico adotado, que tenha distinção em relação a apenas algum ou alguns caracteres, mas que não resulte em diferença significativa quanto à grafia ou à pronúncia.

§ 5º Se o nome empresarial questionado for considerado semelhante, ou seja, se for considerado homófono a outro já registrado, deverá ser modificado ou acrescido de designação que o distinga." (NR)

"Art. 26. No caso de transferência de sede de empresário individual, EIRELI, sociedade empresária ou cooperativa com sede em outra unidade federativa, havendo identidade entre nomes empresariais, a Junta Comercial não procederá ao arquivamento do ato, salvo se o interessado arquivar na Junta Comercial da unidade federativa de destino, concomitantemente, ato de modificação de seu nome empresarial." (NR)

"Art. 28. .....

I - reconhecimento de firma; e

II - autenticação de cópia de documento pelo cartório, que deverá, quando o ato exigir o original, ser realizada pelo:

....." (NR)

"Art. 33. .....

§ 1º No exame das formalidades devem ser verificados os requisitos referentes às assinaturas eletrônicas utilizadas, especialmente no que diz respeito a sua validade.

.....

§ 3º As Juntas Comerciais podem realizar acordos, contratos ou termos congêneres com as autoridades certificadoras para emissão de certificado digital." (NR)

"Art. 35. As Juntas Comerciais devem buscar a adoção de recepção de documento assinado eletronicamente por sistema de terceiros ou Portais de Assinaturas." (NR)

"Art. 36. .....

I - os atos constitutivos, modificativos, extintivos ou outros documentos sujeitos à decisão singular ou colegiada, assim como procurações, protocolos, laudos de avaliação, balanços, documento de interesse, declarações, ou outros atos empresariais produzidos por meio eletrônico, deverão ser assinados eletronicamente pelos seus signatários, com qualquer certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil ou utilizar qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, nos termos do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

.....

III - os dados específicos de registro coletados pela Junta Comercial e os dados comuns, coletados eletronicamente pela Receita Federal do Brasil, deverão ser transmitidos eletronicamente para a Junta Comercial.

.....

VI - quando se tratar de publicações em jornais, aprovações governamentais, decisões ou determinações judiciais, documentos oriundos dos serviços notariais, bem como de qualquer outro documento exigido para o registro, como, por exemplo, aqueles elencados no inciso I deste artigo, deverão ser apresentados:

.....

c) quando em papel, inclusive os que forem assinados de próprio punho, digitalizados e apresentados com declaração de sua veracidade assinada eletronicamente pelo requerente, sob sua responsabilidade pessoal, o qual irá instruir o arquivamento do ato requerido.

.....

§ 2º Na hipótese da alínea "b" do inciso VI, a Junta Comercial registrará o URL do sítio eletrônico consultado, a data e a hora da verificação. Quando não for possível verificar nem mesmo a autenticidade das assinaturas, deverá ser apresentado para arquivamento declaração de sua veracidade assinada eletronicamente pelo requerente, sob sua responsabilidade pessoal.

.....

§ 4º Para efeitos do art. 36, inciso VI, alínea "c", considera-se requerente o empresário, titular, sócio, cooperado, acionista, administrador, diretor, conselheiro, usufrutuário, inventariante, os profissionais contabilistas e advogados da empresa e terceiros interessados." (NR)

"Art. 39. O ato empresarial será assinado eletronicamente pelos agentes públicos que o deferiram, singular ou colegiadamente, mediante a utilização de qualquer certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil ou utilizar qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, nos termos do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020." (NR)

"Art. 104. As Juntas Comerciais poderão expedir as modalidades de certidão contidas no art. 95 de forma digital e online disponibilizando-as nos respectivos sítios na internet em formato PDF (portable digital file), devidamente assinadas com certificado digital emitido por entidade credenciada pela ICP-Brasil ou qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, nos termos do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020." (NR)

Art. 2º O Manual de Registro de Empresário Individual, Anexo II à Instrução Normativa nº 81, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"CAPÍTULO I

.....

1.5. .....

Quando necessária, deverá ser apresentada juntamente com os instrumentos de inscrição e alteração, neste último caso quando houver modificação do nome empresarial, objeto social e/ou endereço.

Notas:

I. Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação deste documento.

II. No termos da Resolução nº 61, de 2020, do CGSIM, a pesquisa prévia de nome empresarial será dispensada na hipótese de a pessoa jurídica optar por utilizar o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário.

III. Para os fins do inciso II, quando se tratar de constituição, o titular deverá indicar no ato constitutivo que irá utilizar o número do CNPJ como nome empresarial. Por sua vez, cabe à Junta Comercial, após a criação do CNPJ, atualizar o cadastro da empresa com o número do CNPJ acrescido da partícula identificadora do tipo societário.

IV. Em se tratando de viabilidade locacional, deverão ser observados os casos de dispensa previstos na Resolução CGSIM nº 61, de 2020.

.....

2. .....

.....

Banco Central do Brasil - BCB			
CNAE/Objeto	**Ato de registro**	**Descrição/Especificação**	**Fundamentação legal**
Bancos Comerciais (CNAE 64.21-2/00); Bancos Múltiplos (CNAE 64.22-1/00 e 64.31-0/00); Caixas Econômicas(CNAE 64.23-9/00); Bancos de Desenvolvimento (CNAE 64.33-6/00); Bancos de Investimento (CNAE 64.32-9/00); Bancos de Câmbio (CNAE 64.38-7/01); Bancos cooperativos (CNAE 64.24-7/01); Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (CNAE 64.36-1/00); Sociedades de Crédito Imobiliário (CNAE 64.35-2/01); Sociedades de Arrendamento Mercantil (CNAE 64.40-9/00); Agências de Fomento (CNAE 64.34-4/00); Companhias Hipotecárias (CNAE 64.35-2/03); Sociedades Corretoras de Câmbio e de Títulos e Valores Mobiliários (CNAE 66.12-6/01); Sociedades Corretoras de Câmbio (CNAE 66.12-6/03); Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (CNAE 66.12-6/02); Sociedades de empréstimos entre pessoas (não há o código CNAE para o segmento); Sociedades de crédito direto (não há o código CNAE para o segmento); Sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresas de pequeno porte (CNAE 64.37-9/00).	Assembleia Geral, Reunião do Conselho de Administração ou de Diretoria, Contrato Social e suas alterações, Escritura Pública de Constituição e demais atos societários assemelhados.	alocação de novos recursos para dependências no exterior Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que represente alocação de novos recursos/aumento de capital de agências localizadas no exterior.	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 30); Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		alteração de capital	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, f) com redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		alteração de controle societário	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, g) incluído pelo Decreto-Lei 2.321, de 1987; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898, de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		alteração de regulamento de filial de instituição financeira estrangeira no País Obs: Alteração das cláusulas ou condições de regulamento ou regimento interno de filial de instituição financeira estrangeira localizada no Brasil levado a registro.	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, f) com redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989, e art. 39.
		assunção da condição de acionista ou quotista detentor de participação qualificada Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que envolva modificação de composição societária que represente a aquisição, por acionista ou quotista da sociedade, da condição de detentor de 15% ou mais de ações ou quotas representativas de seu capital total (participação qualificada)	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 4º, VIII); Resolução CMN nº 4.122, de 2000; e Circular nº 3.649, de 2013.
		aumento da posição relativa no capital de instituição financeira ou assemelhada objeto de participação societária, direta ou indireta, no exterior Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, relativa a aumento de participação societária em instituições financeiras ou assemelhadas sediadas no exterior por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 30); Resolução CMN nº 2.723, de 2012; e Circular nº 2.981, de 2000.
		autorização para agência de fomento realizar operações de arrendamento mercantil Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua, no escopo da agência de fomento, a atividade de realizar operações de arrendamento mercantil.	Resolução CMN nº 2.828, de 2001.
		autorização para constituição e funcionamento	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, a) com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989, e art. 18; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898, de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua a atividade de operar em crédito rural no escopo da sociedade.	Lei nº 4.829, de 1965 (art. 6º, I); e MRC 1.3.1
		autorização para prestação de serviços de pagamento Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua a atividade de operar com qualquer modalidade de serviços de pagamento estabelecida na regulamentação (emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador ou iniciador de transação de pagamento) no escopo da sociedade.	Lei nº 12.865, de 2013, art. 6º, § 1º; Resolução CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, 2018, art. 34, § 1º, com a redação dada pela Circular nº 3.974, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		autorização para realizar operações no mercado de câmbio Obs: Mudança de objeto social ou qualquer deliberação constante de ato societário que inclua a prática de operações no mercado de câmbio no escopo da sociedade.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, d, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; e Resolução CMN nº 3.568, de 2008.
		cancelamento da autorização para agência de fomento realizar operações de arrendamento mercantil Obs: Mudança de objeto social ou qualquer deliberação constante de ato societário que exclua a atividade de realizar operações de arrendamento mercantil do escopo da agência de fomento.	Resolução CMN nº 2.828, de 2001.
		cancelamento da autorização para funcionamento	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII, e 10, X, a, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898, de 2018; Resolução CMN 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.

		cancelamento da autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que exclua a atividade de operar em crédito rural do escopo da sociedade.	Lei nº 4.829, de 1965, art. 6º, I; e MCR 1.3.1.
		cancelamento da autorização para operar em modalidade de serviços de pagamento Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que exclua a atividade de operar com qualquer modalidade de serviços de pagamento anteriormente autorizada pelo Banco Central (emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador ou iniciador de transação de pagamento), do escopo da sociedade	Lei nº 12.8652013, art. 6º, § 1º; Resolução CMN nº 4.282, de 2013; e Circular nº 3.885, de 2018, art. 40.
		cancelamento da autorização para realizar operações no mercado de câmbio Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que exclua a prática de operações no mercado de câmbio do escopo da sociedade.	Lei nº 4.595, de 1964, arts. 4º, VIII e 10, X, d, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; e Resolução CMN nº 3.568, de 2008.
		cancelamento de carteira operacional de banco múltiplo Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que elimine carteira operacional de banco múltiplo, quais sejam: - de investimento; - de desenvolvimento, exclusiva para bancos públicos; - de crédito imobiliário; -de crédito, financiamento e investimento; e -de arrendamento mercantil	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		cisão, fusão e incorporação de subsidiária financeira ou assemelhada, objeto de participação societária, direta ou indireta, no exterior	Lei nº 4.595, de 1964, art. 30; Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		criação de carteira operacional de banco múltiplo Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que envolva criação de carteira operacional de banco múltiplo, quais sejam: - de investimento; - de desenvolvimento, exclusiva para bancos públicos; - de crédito imobiliário; - de crédito, financiamento e investimento; e - de arrendamento mercantil	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		Dissolução, Liquidação Ordinária e levantamento do regime de liquidação ordinária	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012.
		eleição ou nomeação de membro de órgão estatutário ou contratual	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, XI, com a redação dada pela Lei 7.730/1989 e art. 33; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.611, de 2012.
		expansão da participação qualificada em percentual igual ou superior a 15% quinze por cento do capital da instituição, de forma acumulada ou não Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que envolva modificação de composição societária que represente a aquisição, por acionista ou quotista detentor de 15% ou mais de ações ou quotas representativas do capital social, de percentual adicional, igual ou superior a 15% de ações ou quotas da sociedade, de forma acumulada ou não	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		fusão, cisão ou incorporação	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898. de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		ingresso de acionista ou quotista com participação qualificada ou com direitos correspondentes a participação qualificada Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, relativa à modificação de composição societária que represente o ingresso de acionista ou quotista detentor de 15% ou mais de ações ou quotas representativas do capital social (participação qualificada).	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		instalação de agência no País	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.072, de 2012; Circular nº 2.501, de 1994; Resolução BCB nº 3, de 2020.
		instalação de dependências no exterior	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e

			Circular nº 2.981, de 2000.
		instalação de agência estrangeira no País	Constituição Federal – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 52, II; Decreto nº 10.029, de 2019 .
		mudança de denominação social	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		mudança de objeto social	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898. de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		participação estrangeira no Sistema Financeiro Nacional	Constituição Federal – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 52, II; Decreto nº 10.029, de 2019; e Circular nº 3.977, de 2020.
		reforma estatutária ou alteração contratual, que não implique outras autorizações específicas Obs: Qualquer reforma estatutária ou alteração contratual que não esteja contemplada nos demais assuntos autorizados.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		subscrição de aumento de capital de instituição financeira ou assemelhada objeto de participação societária, direta ou indireta, no exterior Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, relativa à subscrição de aumento de capital de instituição financeira ou assemelhada localizada no exterior por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que participem do capital da sociedade localizada no exterior.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 30; Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		transferência da sede social para outro município	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		transformação societária	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
Cooperativas de Crédito (CNAE 64.24-7/02; 64.24-7/03 e 64.24-7/04)		autorização para captar depósitos de poupança rural e no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que inclua a captação de depósitos de poupança rural ou a captação de depósito de poupança no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) entre as atividades da cooperativa	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VI e VIII; Lei nº 4.829, de 1965, arts. 4º e 21; Lei nº 8.171, de 1991, art. 81, III; Resolução CMN nº 4.716, de 2019; MCR 6.4.1-A; e Resolução CMN nº 4.763, de 2019.
		autorização para constituição e funcionamento Obs: Atos societários de constituição das cooperativas (estatuto social)	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, a, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.885, de 2018
		autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua a atividade de operar em crédito rural no escopo da cooperativa	Lei nº 4.829, de 1965, art. 6º, I; e MCR 1.3.1 .
		cancelamento da autorização para funcionamento, por dissolução da sociedade ou por mudança de objeto Obs: Ato societário de dissolução ou de mudança de objeto social para outro tipo de cooperativa que não de crédito.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII e art. 10, X, a, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		cancelamento da autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de qualquer ato societário que exclua do escopo da cooperativa a atividade de operar com crédito rural.	Lei nº 4.829, de 1965, art. 6º, I; e MCR 1.3.1
		Dissolução, Liquidação Ordinária e levantamento do regime de liquidação ordinária	Resolução CNM nº 4.434, de 2015.
		eleição ou nomeação de membro de órgão estatutário	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, XI, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012;e Circular nº 3.771, de 2015.
		incorporação, fusão e desmembramento	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		mudança de categoria de cooperativa de crédito	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		mudança de denominação social	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989;

			Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		reforma estatutária, que não implique alteração de capital	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		transferência da sede social para outro município	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
Sociedades Administradoras de Consórcios (64.93-0/00)		alteração de capital	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		autorização para constituição e funcionamento	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, I; e Circular nº 3.433, de 2009.
		cancelamento da autorização para funcionamento ou para administrar grupos de consórcio	Circular nº 3.433, de 2009.
		cisão, fusão, incorporação	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, I; e Circular nº 3.433, de 2009.
		Dissolução e Liquidação Ordinária e levantamento do regime de liquidação ordinária	Circular nº 3.433, de 2009.
		eleição ou nomeação de membro de órgão estatutário ou contratual - Diretores e membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		mudança de denominação social	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		reforma estatutária ou alteração contratual, que não implique outras autorizações específicas	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		transferência da sede social para outro município	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		transferência de controle societário, bem como qualquer modificação no grupo de controle	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, I; e Circular nº 3.433, de 2009.
		transformação do tipo jurídico (transformação societária)	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II.
Instituições de Pagamento que dependam de autorização para funcionar (não há código CNAE para o segmento		alteração do capital social, exceto nos casos de aumento de capital integralizado com lucros acumulados, reservas de capital e de lucros e créditos a acionistas relacionados ao pagamento de juros sobre o capital próprio, de que trata o artigo 9º da Lei nº 9.249, de 1995	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		autorização para funcionamento de instituição de pagamento	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		cancelamento da autorização para funcionamento a pedido	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		cisão, fusão ou incorporação	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		eleição ou nomeação para cargo de direção ou de membro do conselho de administração	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		mudança de denominação social	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		transferência ou alteração de controle societário	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		transformação societária (transformação do tipo jurídico)	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		- Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário de instituição de pagamento autorizada para atuar exclusivamente na modalidade iniciador de transação de pagamento, que inclua a atividade de operar com qualquer outra modalidade de serviços de pagamento estabelecida na regulamentação (emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago ou credenciador) no escopo da sociedade	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018

.....

Polícia Federal - PF
.....
.....
Observações: As Juntas Comerciais poderão consultar quais as empresas autorizadas a funcionar pela Polícia Federal no endereço eletrônico http://www.pf.gov.br/: PÁGINA INICIAL > SERVIÇOS PF > SEGURANÇA PRIVADA > CONSULTAS DE EMPRESAS / DECLARAÇÕES.

....." (NR)

"CAPÍTULO II

.....

SEÇÃO I

.....
1. .....
1.1. .....
Deverá ser apresentado o instrumento padronizado, constante do Capítulo III, assinado pelo empresário ou seu procurador ou certidão de inteiro teor do instrumento, quando revestir a forma pública.
Nota: Nos termos do art. 41 do Decreto nº 1.800, de 1996, ato do DREI estabelecerá os modelos de instrumentos para arquivamento de atos de empresário individual.
.....
5. .....
.....
IV - declaração do objeto;
.....
5.1. .....
.....
O nome civil deverá figurar de forma completa ou abreviada. Não constituem sobrenome e não podem ser abreviados: FILHO, JÚNIOR, NETO, SOBRINHO etc., que indicam uma ordem ou relação de parentesco.
O empresário individual pode optar por utilizar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como nome empresarial.
Notas:
I. Não pode ser excluído qualquer dos componentes do nome.
.....
5.3. .....
.....
Deverá indicar as atividades a serem desenvolvidas pelo empresário, podendo ser descrito por meio de códigos integrantes da estrutura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).
Nota: É vedada a inscrição na Junta Comercial de empresário cujo objeto inclua a atividade de advocacia.
.....
SEÇÃO II
.....
1. .....
1.1. .....
Deverá ser apresentado o instrumento padronizado, constante do Capítulo III, assinado pelo empresário ou seu procurador ou certidão de inteiro teor do instrumento, quando revestir a forma pública.
Nos termos do art. 41 do Decreto nº 1.800, de 1996, ato do DREI estabelecerá os modelos de instrumentos para arquivamento de atos de empresário individual.
.....
4.1 .....
.....
A consulta de viabilidade prévia de nome empresarial poderá ser dispensada quando o usuário comprovar ter realizado a proteção de nome empresarial na forma regulamentar ou passar a adotar o próprio número do CNPJ." (NR)

"CAPÍTULO III
.....
INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
.....
DO NOME EMPRESARIAL (ART. 968, II, DO CC)
Cláusula Primeira - .....
OU
Cláusula Primeira - O empresário adotará como nome nome empresarial O NÚMERO DE SEU CNPJ.
.....
DO OBJETO (ART. 968, IV, DO CC)
Cláusula Quarta - O Empresário Individual terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: (Descrição do objeto).
OU
.....
CLÁUSULAS PADRONIZADAS OPCIONAIS
.....
DO OBJETO
Cláusula Quarta - O Empresário Individual terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: (Descrição do objeto).
Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de (Descrição do objeto, conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral).
DO NOME FANTASIA
Cláusula - O Empresário Individual usará o nome fantasia _____.

___ª ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO
.....
CLÁUSULAS PADRONIZADAS OPCIONAIS
.....
ALTERAÇÃO DO OBJETO DA FILIAL
Cláusula – Fica alterado o objeto da filial, inscrita sob o CNPJ _____, que passa a exercer as atividades de (Descrição do objeto, conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral).
.....
DA RERRATIFICAÇÃO
Cláusula - Fica rerratificada a cláusula _____ do instrumento de inscrição do empresário inicial OU do instrumento de alteração aprovado sob o número _____, de modo que onde se lê _____, leia-se _____.
DA ALTERAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE POR SUCESSÃO
Cláusula - Altera-se a titularidade do Empresário Individual com fundamento na decisão judicial ou escritura pública em anexo, sendo nomeado titular da empresa individual (nome do novo empresário).
DA DESISTÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE
Cláusula - Não tendo efetivado o registro da transferência de sede para a junta comercial de destino, o empresário individual retorna para a Junta Comercial de origem, estabelecendo-se no endereço _____.
DA ALTERAÇÃO DE NOME FANTASIA
Cláusula - O Empresário Individual passará a usar o nome fantasia _____.
DA EXCLUSÃO DE NOME FANTASIA
Cláusula - O empresário individual não usará nome fantasia.
DO DESENQUADRAMENTO (ME OU EPP)
Cláusula - O Empresário Individual declara, sob as penas da lei, que se desenquadra da condição de microempresa, nos termos da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.
OU
Cláusula - O Empresário Individual declara, sob as penas da lei, que se desenquadra da condição de empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.
DO REENQUADRAMENTO (ME PARA EPP OU VICE VERSA)
Cláusula - O Empresário Individual declara, sob as penas da lei, que se reenquadra da condição de MICROEMPRESA para EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.
OU
Cláusula - O Empresário Individual declara, sob as penas da lei, que se reenquadra da condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE para MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
DA EXTINÇÃO DE FILIAL
Cláusula - O Empresário Individual resolve extinguir a filial de CNPJ _____, estabelecida no endereço _____." (NR)

"CAPÍTULO IV
.....

DESCRIÇÃO DA EXIGÊNCIA		FUNDAMENTO LEGAL
9.2	Alterar o nome empresarial, pois já se encontra registrado nome empresarial idêntico.	.....
	.....	.....
11.1	Definir o objeto. Nota: O objeto poderá ser descrito por meio de código integrante da estrutura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas –CNAE.	.....
	.....	.....

Art. 3º O Manual de Registro de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, anexo III à Instrução Normativa nº 81, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"CAPÍTULO I

.....

1.6. .....

Quando necessária, deverá ser apresentada juntamente com os instrumentos de constituição e alteração, neste último caso quando houver modificação do nome empresarial, objeto e/ou endereço.

Notas:

I. Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação deste documento.

II. No termos da Resolução nº 61, de 2020, do CGSIM, a pesquisa prévia de nome empresarial será dispensada na hipótese de a pessoa jurídica optar por utilizar o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário.

III. Para os fins do inciso II, quando se tratar de constituição, o titular deverá indicar no ato constitutivo que irá utilizar o número do CNPJ como nome empresarial. Por sua vez, cabe à Junta Comercial, após a criação do CNPJ, atualizar o cadastro da empresa com número do CNPJ acrescida da partícula identificadora do tipo societário.

IV. Em se tratando de viabilidade locacional, deverá ser observada os casos de dispensa previstos na Resolução CGSIM nº 61, de 2020.

.....

2. .....

.....

Banco Central do Brasil - BCB			
CNAE/Objeto	**Ato de registro**	**Descrição/Especificação**	**Fundamentação legal**
Bancos Comerciais (CNAE 64.21-2/00); Bancos Múltiplos (CNAE 64.22-1/00 e 64.31-0/00); Caixas Econômicas(CNAE 64.23-9/00); Bancos de Desenvolvimento (CNAE 64.33-6/00); Bancos de Investimento (CNAE 64.32-9/00); Bancos de Câmbio (CNAE 64.38-7/01); Bancos cooperativos (CNAE 64.24-7/01); Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (CNAE 64.36-1/00); Sociedades de Crédito Imobiliário (CNAE 64.35-2/01); Sociedades de Arrendamento Mercantil (CNAE 64.40-9/00); Agências de Fomento (CNAE 64.34-4/00); Companhias Hipotecárias (CNAE 64.35-2/03); Sociedades Corretoras de Câmbio e de Títulos e Valores Mobiliários (CNAE 66.12-6/01); Sociedades Corretoras de Câmbio (CNAE 66.12-6/03); Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (CNAE 66.12-6/02); Sociedades de empréstimos entre pessoas (não há o código CNAE para o segmento); Sociedades de crédito direto (não há o código CNAE para o segmento); Sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresas de pequeno porte (CNAE 64.37-9/00).	Assembleia Geral, Reunião do Conselho de Administração ou de Diretoria, Contrato Social e suas alterações, Escritura Pública de Constituição e demais atos societários assemelhados.	alocação de novos recursos para dependências no exterior Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que represente alocação de novos recursos/aumento de capital de agências localizadas no exterior.	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 30); Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		alteração de capital	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, f) com redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		alteração de controle societário	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, g) incluído pelo Decreto-Lei 2.321, de 1987; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898, de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		alteração de regulamento de filial de instituição financeira estrangeira no País Obs: Alteração das cláusulas ou condições de regulamento ou regimento interno de filial de instituição financeira estrangeira localizada no Brasil levado a registro.	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, f) com redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989, e art. 39.
		assunção da condição de acionista ou quotista detentor de participação qualificada Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que envolva modificação de composição societária que represente a aquisição, por acionista ou quotista da sociedade, da condição de detentor de 15% ou mais de ações ou quotas representativas de seu capital total (participação qualificada)	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 4º, VIII); Resolução CMN nº 4.122, de 2000; e Circular nº 3.649, de 2013.
		aumento da posição relativa no capital de instituição financeira ou assemelhada objeto de participação societária, direta ou indireta, no exterior Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, relativa a aumento de participação societária em instituições financeiras ou assemelhadas sediadas no exterior por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 30); Resolução CMN nº 2.723, de 2012; e Circular nº 2.981, de 2000.
		autorização para agência de fomento realizar operações de arrendamento mercantil Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua, no escopo da agência de fomento, a atividade de realizar operações de arrendamento mercantil.	Resolução CMN nº 2.828, de 2001.
		autorização para constituição e funcionamento	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, a) com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989, e art. 18; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898, de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua a atividade de operar em crédito rural no escopo da sociedade.	Lei nº 4.829, de 1965 (art. 6º, I); e MRC 1.3.1
		autorização para prestação de serviços de pagamento Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua a atividade de operar com qualquer modalidade de serviços de pagamento estabelecida na regulamentação (emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador ou iniciador de transação de pagamento) no escopo da sociedade.	Lei nº 12.865, de 2013, art. 6º, § 1º; Resolução CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, 2018, art. 34, § 1º, com a redação dada pela Circular nº 3.974, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		autorização para realizar operações no mercado de câmbio Obs: Mudança de objeto social ou qualquer deliberação constante de ato societário que inclua a prática de operações no mercado de câmbio no escopo da sociedade.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, d, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; e Resolução CMN nº 3.568, de 2008.
		cancelamento da autorização para agência de fomento realizar operações de arrendamento mercantil Obs: Mudança de objeto social ou qualquer deliberação constante de ato societário que exclua a atividade de realizar operações de arrendamento mercantil do escopo da agência de fomento.	Resolução CMN nº 2.828, de 2001.
		cancelamento da autorização para funcionamento	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII, e 10, X, a, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898, de 2018; Resolução CMN 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		cancelamento da autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que exclua a atividade de operar em crédito rural do escopo da sociedade.	Lei nº 4.829, de 1965, art. 6º, I; e MCR 1.3.1.
		cancelamento da autorização para operar em modalidade de serviços de	Lei nº 12.8652013, art. 6º, § 1º;

		pagamento Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que exclua a atividade de operar com qualquer modalidade de serviços de pagamento anteriormente autorizada pelo Banco Central (emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador ou iniciador de transação de pagamento), do escopo da sociedade	Resolução CMN nº 4.282, de 2013; e Circular nº 3.885, de 2018, art. 40.
		cancelamento da autorização para realizar operações no mercado de câmbio Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que exclua a prática de operações no mercado de câmbio do escopo da sociedade.	Lei nº 4.595, de 1964, arts. 4º, VIII e 10, X, d, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; e Resolução CMN nº 3.568, de 2008.
		cancelamento de carteira operacional de banco múltiplo Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que elimine carteira operacional de banco múltiplo, quais sejam: - de investimento; - de desenvolvimento, exclusiva para bancos públicos; - de crédito imobiliário; -de crédito, financiamento e investimento; e -de arrendamento mercantil	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		cisão, fusão e incorporação de subsidiária financeira ou assemelhada, objeto de participação societária, direta ou indireta, no exterior	Lei nº 4.595, de 1964, art. 30; Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		criação de carteira operacional de banco múltiplo Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que envolva criação de carteira operacional de banco múltiplo, quais sejam: - de investimento; - de desenvolvimento, exclusiva para bancos públicos; - de crédito imobiliário; - de crédito, financiamento e investimento; e - de arrendamento mercantil	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		Dissolução, Liquidação Ordinária e levantamento do regime de liquidação ordinária	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012.
		eleição ou nomeação de membro de órgão estatutário ou contratual	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, XI, com a redação dada pela Lei 7.730/1989 e art. 33; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.611, de 2012.
		expansão da participação qualificada em percentual igual ou superior a 15% quinze por cento do capital da instituição, de forma acumulada ou não Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que envolva modificação de composição societária que represente a aquisição, por acionista ou quotista detentor de 15% ou mais de ações ou quotas representativas do capital social, de percentual adicional, igual ou superior a 15% de ações ou quotas da sociedade, de forma acumulada ou não	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		fusão, cisão ou incorporação	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898. de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		ingresso de acionista ou quotista com participação qualificada ou com direitos correspondentes a participação qualificada Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, relativa à modificação de composição societária que represente o ingresso de acionista ou quotista detentor de 15% ou mais de ações ou quotas representativas do capital social (participação qualificada).	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		instalação de agência no País	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.072, de 2012; Circular nº 2.501, de 1994; Resolução BCB nº 3, de 2020.
		instalação de dependências no exterior	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		instalação de agência estrangeira no País	Constituição Federal – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 52, II; Decreto nº 10.029, de 2019 .
		mudança de denominação social	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		mudança de objeto social	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898. de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		participação estrangeira no Sistema Financeiro Nacional	Constituição Federal – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 52, II; Decreto nº 10.029, de 2019; e Circular nº 3.977, de 2020.
		reforma estatutária ou alteração contratual, que não implique outras autorizações específicas Obs: Qualquer reforma estatutária ou alteração contratual que não esteja contemplada nos demais assuntos autorizados.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		subscrição de aumento de capital de instituição financeira ou assemelhada objeto de participação societária, direta ou indireta, no exterior Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, relativa à subscrição de aumento de capital de instituição financeira ou assemelhada localizada no exterior por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que participem do capital da sociedade localizada no exterior.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 30; Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		transferência da sede social para outro município	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.

		transformação societária	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
Cooperativas de Crédito (CNAE 64.24-7/02; 64.24-7/03 e 64.24-7/04)		autorização para captar depósitos de poupança rural e no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que inclua a captação de depósitos de poupança rural ou a captação de depósito de poupança no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) entre as atividades da cooperativa	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VI e VIII; Lei nº 4.829, de 1965, arts. 4º e 21; Lei nº 8.171, de 1991, art. 81, III; Resolução CMN nº 4.716, de 2019; MCR 6.4.1-A; e Resolução CMN nº 4.763, de 2019.
		autorização para constituição e funcionamento Obs: Atos societários de constituição das cooperativas (estatuto social)	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, a, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.885, de 2018
		autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua a atividade de operar em crédito rural no escopo da cooperativa	Lei nº 4.829, de 1965, art. 6º, I; e MCR 1.3.1 .
		cancelamento da autorização para funcionamento, por dissolução da sociedade ou por mudança de objeto Obs: Ato societário de dissolução ou de mudança de objeto social para outro tipo de cooperativa que não de crédito.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII e art. 10, X, a, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		cancelamento da autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de qualquer ato societário que exclua do escopo da cooperativa a atividade de operar com crédito rural.	Lei nº 4.829, de 1965, art. 6º, I; e MCR 1.3.1
		Dissolução, Liquidação Ordinária e levantamento do regime de liquidação ordinária	Resolução CNM nº 4.434, de 2015.
		eleição ou nomeação de membro de órgão estatutário	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, XI, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012;e Circular nº 3.771, de 2015.
		incorporação, fusão e desmembramento	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		mudança de categoria de cooperativa de crédito	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		mudança de denominação social	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		reforma estatutária, que não implique alteração de capital	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		transferência da sede social para outro município	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
Sociedades Administradoras de Consórcios (64.93-0/00)		alteração de capital	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		autorização para constituição e funcionamento	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, I; e Circular nº 3.433, de 2009.
		cancelamento da autorização para funcionamento ou para administrar grupos de consórcio	Circular nº 3.433, de 2009.
		cisão, fusão, incorporação	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, I; e Circular nº 3.433, de 2009.
		Dissolução e Liquidação Ordinária e levantamento do regime de liquidação ordinária	Circular nº 3.433, de 2009.
		eleição ou nomeação de membro de órgão estatutário ou contratual - Diretores e membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		mudança de denominação social	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		reforma estatutária ou alteração contratual, que não implique outras autorizações específicas	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		transferência da sede social para outro município	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		transferência de controle societário, bem como qualquer modificação no grupo de controle	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, I; e Circular nº 3.433, de 2009.
		transformação do tipo jurídico (transformação societária)	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II.
Instituições de Pagamento que dependam de autorização para funcionar (não há código CNAE para o segmento		alteração do capital social, exceto nos casos de aumento de capital integralizado com lucros acumulados, reservas de capital e de lucros e créditos a acionistas relacionados ao pagamento de juros sobre o capital próprio, de que trata o artigo 9º da Lei nº 9.249, de 1995	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		autorização para funcionamento de instituição de pagamento	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		cancelamento da autorização para funcionamento a pedido	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		cisão, fusão ou incorporação	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		eleição ou nomeação para cargo de direção ou de membro do conselho de administração	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		mudança de denominação social	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		transferência ou alteração de controle societário	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018

		transformação societária (transformação do tipo jurídico)	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		- Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário de instituição de pagamento autorizada para atuar exclusivamente na modalidade iniciador de transação de pagamento, que inclua a atividade de operar com qualquer outra modalidade de serviços de pagamento estabelecida na regulamentação (emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago ou credenciador) no escopo da sociedade	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018

.....

Polícia Federal - PF
.....
.....
Observações: As Juntas Comerciais poderão consultar quais as empresas autorizadas a funcionar pela Polícia Federal no endereço eletrônico http://www.pf.gov.br/: PÁGINA INICIAL > SERVIÇOS PF > SEGURANÇA PRIVADA > CONSULTAS DE EMPRESAS / DECLARAÇÕES.

....." (NR)

"CAPÍTULO II

.....

SEÇÃO I

.....

4. .....

.....

V - declaração do objeto da empresa;

.....

4.1. .....

.....

A EIRELI pode optar por utilizar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como nome empresarial, seguido da partícula identificadora “EIRELI”.

Notas:

4.1.1. .....

.....

O nome civil deverá figurar de forma completa ou abreviada. Não constituem sobrenome e não podem ser abreviados: FILHO, JÚNIOR, NETO, SOBRINHO etc., que indicam uma ordem ou relação de parentesco.

Nota: Não pode ser excluído qualquer dos componentes do nome.

.....

5.3. .....

.....

Deverá indicar as atividades a serem desenvolvidas pela EIRELI, podendo ser descrito por meio de códigos integrantes da estrutura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Nota: É vedado o arquivamento na Junta Comercial de EIRELI cujo objeto inclua a atividade de advocacia.

.....

SEÇÃO II

.....

4.1. .....

.....

Na hipótese de redução de capital prevista no art. 1.082, II, do Código Civil (capital excessivo em relação ao objeto da sociedade), a respectiva alteração somente poderá ser levada a registro após o transcurso do prazo de noventa dias a contar da publicação do ato de redução, nos termos do § 2º do art. 1.082 do Código Civil.

.....

SEÇÃO III

.....

4.1 .....

.....

A consulta de viabilidade prévia de nome empresarial poderá ser dispensada quando o usuário comprovar ter realizado a proteção de nome empresarial na forma regulamentar ou passar a adotar o próprio número do CNPJ.

....." (NR)

"CAPÍTULO III

.....

ATO DE CONSTITUIÇÃO DE EIRELI

.....

DO NOME EMPRESARIAL (ART. 997, II E ART. 980-A, § 1º, DO CC)

Cláusula Primeira - .....

OU

Cláusula Primeira - A empresa adotará como nome nome empresarial O NÚMERO DE SEU CNPJ seguido imediatamente da partícula EIRELI.

.....

DO OBJETO SOCIAL (ART. 997, II, DO CC)

Cláusula Terceira - A empresa terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: (Descrição do objeto).

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de (Descrição do objeto, conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral).

.....

CLÁUSULAS PADRONIZADAS OPCIONAIS

.....

DAS FILIAIS (ART. 1.000 DO CC)

.....

Parágrafo Primeiro. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) situado na(o)(Logradouro), (Número), (Bairro), (Cidade) -UF, CEP, no qual será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de (Descrição do objeto social, conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral).

Parágrafo Segundo. Em estabelecimento eleito como Filial situado na(o)(Logradouro), (Número), (Bairro), (Cidade) -UF, CEP, no qual será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de (Descrição do objeto social, conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral).

.....

___ ª ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

.....

ALTERAÇÃO DO OBJETO (ART. 997, II, DO CC)

Cláusula Terceira - A empresa passa a ter por objeto, o exercício das seguintes atividades econômicas: (Descrição do objeto).

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de (Descrição do objeto, conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral).

.....

CLÁUSULAS PADRONIZADAS OPCIONAIS

.....

DAS FILIAIS (ART. 1.000 DO CC)

.....

Parágrafo Primeiro – Por este estabelecimento será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de (Descrição do objeto, conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral).

.....

ALTERAÇÃO DO OBJETO DA FILIAL

Cláusula – Fica alterado o objeto da filial, inscrita sob o CNPJ _____, que passa a exercer as atividades de (Descrição do objeto, conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral).

....." (NR)

"CAPÍTULO IV

.....

DESCRIÇÃO DA EXIGÊNCIA		FUNDAMENTO LEGAL
11.2	Alterar o nome empresarial, pois já se encontra registrado nome empresarial idêntico.	.....
	.....	.....

12.1	Definir o objeto.	.....
	.....	.....

Art. 4º O Manual de Registro de Sociedade Limitada, anexo IV à Instrução Normativa nº 81, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"CAPÍTULO I

.....

1.6. .....

Quando necessária, deverá ser apresentada juntamente com os instrumentos de constituição e alteração, neste último caso quando houver modificação do nome empresarial, objeto social e/ou endereço.

Notas:

I. Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação deste documento.

II. No termos da Resolução nº 61, de 2020, do CGSIM, a pesquisa prévia de nome empresarial será dispensada na hipótese de a pessoa jurídica optar por utilizar o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário.

III. Para os fins do inciso II, quando se tratar de constituição, o titular deverá indicar no ato constitutivo que irá utilizar o número do CNPJ como nome empresarial. Por sua vez, cabe a Junta Comercial, após a criação do CNPJ, atualizar o cadastro da empresa com número do CNPJ acrescida da partícula identificadora do tipo societário.

IV. Em se tratando de viabilidade locacional, deverá ser observada os casos de dispensa previstos na Resolução CGSIM nº 61, de 2020.

.....

2. .....

.....

Banco Central do Brasil - BCB			
CNAE/Objeto	**Ato de registro**	**Descrição/Especificação**	**Fundamentação legal**
Bancos Comerciais (CNAE 64.21-2/00); Bancos Múltiplos (CNAE 64.22-1/00 e 64.31-0/00); Caixas Econômicas(CNAE 64.23-9/00); Bancos de Desenvolvimento (CNAE 64.33-6/00); Bancos de Investimento (CNAE 64.32-9/00); Bancos de Câmbio (CNAE 64.38-7/01); Bancos cooperativos (CNAE 64.24-7/01); Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (CNAE 64.36-1/00); Sociedades de Crédito Imobiliário (CNAE 64.35-2/01); Sociedades de Arrendamento Mercantil (CNAE 64.40-9/00); Agências de Fomento (CNAE 64.34-4/00); Companhias Hipotecárias (CNAE 64.35-2/03); Sociedades Corretoras de Câmbio e de Títulos e Valores Mobiliários (CNAE 66.12-6/01); Sociedades Corretoras de Câmbio (CNAE 66.12-6/03); Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (CNAE 66.12-6/02); Sociedades de empréstimos entre pessoas (não há o código CNAE para o segmento); Sociedades de crédito direto (não há o código CNAE para o segmento); Sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresas de pequeno porte (CNAE 64.37-9/00).	Assembleia Geral, Reunião do Conselho de Administração ou de Diretoria, Contrato Social e suas alterações, Escritura Pública de Constituição e demais atos societários assemelhados.	alocação de novos recursos para dependências no exterior Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que represente alocação de novos recursos/aumento de capital de agências localizadas no exterior.	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 30); Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		alteração de capital	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, f) com redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		alteração de controle societário	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, g) incluído pelo Decreto-Lei 2.321, de 1987; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898, de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		alteração de regulamento de filial de instituição financeira estrangeira no País Obs: Alteração das cláusulas ou condições de regulamento ou regimento interno de filial de instituição financeira estrangeira localizada no Brasil levado a registro.	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, f) com redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989, e art. 39.
		assunção da condição de acionista ou quotista detentor de participação qualificada Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que envolva modificação de composição societária que represente a aquisição, por acionista ou quotista da sociedade, da condição de detentor de 15% ou mais de ações ou quotas representativas de seu capital total (participação qualificada)	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 4º, VIII); Resolução CMN nº 4.122, de 2000; e Circular nº 3.649, de 2013.
		aumento da posição relativa no capital de instituição financeira ou assemelhada objeto de participação societária, direta ou indireta, no exterior Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, relativa a aumento de participação societária em instituições financeiras ou assemelhadas sediadas no exterior por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 30); Resolução CMN nº 2.723, de 2012; e Circular nº 2.981, de 2000.
		autorização para agência de fomento realizar operações de arrendamento mercantil Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua, no escopo da agência de fomento, a atividade de realizar operações de arrendamento mercantil.	Resolução CMN nº 2.828, de 2001.
		autorização para constituição e funcionamento	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, a) com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989, e art. 18; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898, de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua a atividade de operar em crédito rural no escopo da sociedade.	Lei nº 4.829, de 1965 (art. 6º, I); e MRC 1.3.1
		autorização para prestação de serviços de pagamento Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua a atividade de operar com qualquer modalidade de serviços de pagamento estabelecida na regulamentação (emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador ou iniciador de transação de pagamento) no escopo da sociedade.	Lei nº 12.865, de 2013, art. 6º, § 1º; Resolução CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, 2018, art. 34, § 1º, com a redação dada pela Circular nº 3.974, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		autorização para realizar operações no mercado de câmbio Obs: Mudança de objeto social ou qualquer deliberação constante de ato societário que inclua a prática de operações no mercado de câmbio no escopo da sociedade.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, d, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; e Resolução CMN nº 3.568, de 2008.
		cancelamento da autorização para agência de fomento realizar operações de arrendamento mercantil Obs: Mudança de objeto social ou qualquer deliberação constante de ato societário que exclua a atividade de realizar operações de arrendamento mercantil do escopo da agência de fomento.	Resolução CMN nº 2.828, de 2001.
		cancelamento da autorização para funcionamento	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII, e 10, X, a, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898, de 2018; Resolução CMN 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		cancelamento da autorização para operar em crédito rural	Lei nº 4.829, de 1965, art. 6º, I; e

		Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que exclua a atividade de operar em crédito rural do escopo da sociedade.	MCR 1.3.1.
		cancelamento da autorização para operar em modalidade de serviços de pagamento Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que exclua a atividade de operar com qualquer modalidade de serviços de pagamento anteriormente autorizada pelo Banco Central (emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador ou iniciador de transação de pagamento), do escopo da sociedade	Lei nº 12.8652013, art. 6º, § 1º; Resolução CMN nº 4.282, de 2013; e Circular nº 3.885, de 2018, art. 40.
		cancelamento da autorização para realizar operações no mercado de câmbio Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que exclua a prática de operações no mercado de câmbio do escopo da sociedade.	Lei nº 4.595, de 1964, arts. 4º, VIII e 10, X, d, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; e Resolução CMN nº 3.568, de 2008.
		cancelamento de carteira operacional de banco múltiplo Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que elimine carteira operacional de banco múltiplo, quais sejam: - de investimento; - de desenvolvimento, exclusiva para bancos públicos; - de crédito imobiliário; -de crédito, financiamento e investimento; e -de arrendamento mercantil	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		cisão, fusão e incorporação de subsidiária financeira ou assemelhada, objeto de participação societária, direta ou indireta, no exterior	Lei nº 4.595, de 1964, art. 30; Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		criação de carteira operacional de banco múltiplo Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que envolva criação de carteira operacional de banco múltiplo, quais sejam: - de investimento; - de desenvolvimento, exclusiva para bancos públicos; - de crédito imobiliário; - de crédito, financiamento e investimento; e - de arrendamento mercantil	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		Dissolução, Liquidação Ordinária e levantamento do regime de liquidação ordinária	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012.
		eleição ou nomeação de membro de órgão estatutário ou contratual	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, XI, com a redação dada pela Lei 7.730/1989 e art. 33; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.611, de 2012.
		expansão da participação qualificada em percentual igual ou superior a 15% quinze por cento do capital da instituição, de forma acumulada ou não Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que envolva modificação de composição societária que represente a aquisição, por acionista ou quotista detentor de 15% ou mais de ações ou quotas representativas do capital social, de percentual adicional, igual ou superior a 15% de ações ou quotas da sociedade, de forma acumulada ou não	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		fusão, cisão ou incorporação	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898. de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		ingresso de acionista ou quotista com participação qualificada ou com direitos correspondentes a participação qualificada Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, relativa à modificação de composição societária que represente o ingresso de acionista ou quotista detentor de 15% ou mais de ações ou quotas representativas do capital social (participação qualificada).	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		instalação de agência no País	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.072, de 2012; Circular nº 2.501, de 1994; Resolução BCB nº 3, de 2020.
		instalação de dependências no exterior	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		instalação de agência estrangeira no País	Constituição Federal – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 52, II; Decreto nº 10.029, de 2019 .
		mudança de denominação social	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		mudança de objeto social	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898. de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		participação estrangeira no Sistema Financeiro Nacional	Constituição Federal – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 52, II; Decreto nº 10.029, de 2019; e Circular nº 3.977, de 2020.
		reforma estatutária ou alteração contratual, que não implique outras autorizações específicas Obs: Qualquer reforma estatutária ou alteração contratual que não esteja contemplada nos demais assuntos autorizados.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		subscrição de aumento de capital de instituição financeira ou assemelhada objeto de participação societária, direta ou indireta, no exterior Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, relativa à subscrição de aumento de capital de instituição financeira ou assemelhada localizada no	Lei nº 4.595, de 1964, art. 30; Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.

		exterior por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que participem do capital da sociedade localizada no exterior.	
		transferência da sede social para outro município	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		transformação societária	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
Cooperativas de Crédito (CNAE 64.24-7/02; 64.24-7/03 e 64.24-7/04)		autorização para captar depósitos de poupança rural e no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que inclua a captação de depósitos de poupança rural ou a captação de depósito de poupança no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) entre as atividades da cooperativa	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VI e VIII; Lei nº 4.829, de 1965, arts. 4º e 21; Lei nº 8.171, de 1991, art. 81, III; Resolução CMN nº 4.716, de 2019; MCR 6.4.1-A; e Resolução CMN nº 4.763, de 2019.
		autorização para constituição e funcionamento Obs: Atos societários de constituição das cooperativas (estatuto social)	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, a, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.885, de 2018
		autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua a atividade de operar em crédito rural no escopo da cooperativa	Lei nº 4.829, de 1965, art. 6º, I; e MCR 1.3.1 .
		cancelamento da autorização para funcionamento, por dissolução da sociedade ou por mudança de objeto Obs: Ato societário de dissolução ou de mudança de objeto social para outro tipo de cooperativa que não de crédito.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII e art. 10, X, a, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		cancelamento da autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de qualquer ato societário que exclua do escopo da cooperativa a atividade de operar com crédito rural.	Lei nº 4.829, de 1965, art. 6º, I; e MCR 1.3.1
		Dissolução, Liquidação Ordinária e levantamento do regime de liquidação ordinária	Resolução CNM nº 4.434, de 2015.
		eleição ou nomeação de membro de órgão estatutário	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, XI, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012;e Circular nº 3.771, de 2015.
		incorporação, fusão e desmembramento	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		mudança de categoria de cooperativa de crédito	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		mudança de denominação social	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		reforma estatutária, que não implique alteração de capital	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		transferência da sede social para outro município	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
Sociedades Administradoras de Consórcios (64.93-0/00)		alteração de capital	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		autorização para constituição e funcionamento	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, I; e Circular nº 3.433, de 2009.
		cancelamento da autorização para funcionamento ou para administrar grupos de consórcio	Circular nº 3.433, de 2009.
		cisão, fusão, incorporação	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, I; e Circular nº 3.433, de 2009.
		Dissolução e Liquidação Ordinária e levantamento do regime de liquidação ordinária	Circular nº 3.433, de 2009.
		eleição ou nomeação de membro de órgão estatutário ou contratual - Diretores e membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		mudança de denominação social	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		reforma estatutária ou alteração contratual, que não implique outras autorizações específicas	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		transferência da sede social para outro município	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		transferência de controle societário, bem como qualquer modificação no grupo de controle	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, I; e Circular nº 3.433, de 2009.
		transformação do tipo jurídico (transformação societária)	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II.
Instituições de Pagamento que dependam de autorização para funcionar (não há código CNAE para o segmento		alteração do capital social, exceto nos casos de aumento de capital integralizado com lucros acumulados, reservas de capital e de lucros e créditos a acionistas relacionados ao pagamento de juros sobre o capital próprio, de que trata o artigo 9º da Lei nº 9.249, de 1995	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		autorização para funcionamento de instituição de pagamento	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		cancelamento da autorização para funcionamento a pedido	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		cisão, fusão ou incorporação	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		eleição ou nomeação para cargo de direção ou de membro do conselho de administração	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		mudança de denominação social	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013;

			Circular nº 3.885, de 2018
		transferência ou alteração de controle societário	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		transformação societária (transformação do tipo jurídico)	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		- Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário de instituição de pagamento autorizada para atuar exclusivamente na modalidade iniciador de transação de pagamento, que inclua a atividade de operar com qualquer outra modalidade de serviços de pagamento estabelecida na regulamentação (emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago ou credenciador) no escopo da sociedade	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018

.....

Polícia Federal - PF
.....
.....
Observações: As Juntas Comerciais poderão consultar quais as empresas autorizadas a funcionar pela Polícia Federal no endereço eletrônico http://www.pf.gov.br/: PÁGINA INICIAL > SERVIÇOS PF > SEGURANÇA PRIVADA > CONSULTAS DE EMPRESAS / DECLARAÇÕES.

....." (NR)

"CAPÍTULO II

.....

SEÇÃO I

.....

4.1. .....

.....

A sociedade limitada pode optar por utilizar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como nome empresarial, seguido da partícula identificadora "sociedade limitada" ou "LTDA.".

Notas:

.....

4.1.1. .....

.....

Ao nome civil do sócio de sociedade limitada com apenas um sócio, pode ser aditado, se quiser ou quando já existir nome empresarial idêntico, designação mais precisa de sua pessoa ou de sua atividade.

O nome civil do sócio deverá figurar de forma completa ou abreviada. Não constituem sobrenome e não podem ser abreviados: FILHO, JÚNIOR, NETO, SOBRINHO etc., que indicam uma ordem ou relação de parentesco.

Notas:

I. Não pode ser excluído qualquer dos componentes do nome.

.....

4.4. .....

.....

O contrato social deverá indicar as atividades a serem desenvolvidas pela sociedade, podendo ser descrito por meio de códigos integrantes da estrutura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Nota: É vedado o arquivamento na Junta Comercial de sociedade cujo objeto inclua a atividade de advocacia.

.....

10. .....

.....

Nota: Para a publicação no veículo oficial, a sociedade poderá, de forma discricionária, optar entre o Diário Oficial da União (DOU) e o Diário Oficial do Estado onde se localize sua sede.

.....

SEÇÃO II

.....

4. .....

.....

Notas:

.....

III. O registro da respectiva ata não fica condicionado à prévia autenticação de livro social da sociedade.

.....

6. .....

.....

Nota: A redução de capital social da sociedade em virtude de liquidação das quotas por motivos de saída ou exclusão de sócio, não implicará na necessidade de realizar as publicações nos termos dos arts. 1.052, §1º e 1.084 do Código Civil.

.....

SEÇÃO III

.....

6. .....

.....

Notas:

.....

VI. O registro da respectiva ata não fica condicionado à prévia autenticação de livro social da sociedade.

.....

SEÇÃO IV

.....

4.1 .....

.....

A consulta de viabilidade prévia de nome empresarial poderá ser dispensada quando o usuário comprovar ter realizado a proteção de nome empresarial na forma regulamentar ou passar a adotar o próprio número do CNPJ.

Nota:

.....

4.5. .....

No caso de falecimento do sócio único, pessoa natural, a sucessão dar-se-á por alvará judicial ou na partilha, por sentença judicial ou escritura pública de partilha de bens.

Já no caso de sociedade com dois ou mais sócios, diante do falecimento de algum dos sócios, liquidar-se-á a sua quota salvo se:

I - o contrato dispuser diferentemente;

II - os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade; ou

III - por acordo com os herdeiros, for regulada a substituição do sócio falecido (art. 1.028, do CC).

Notas:

I. Não havendo disposição em contrário no contrato social sobre a sucessão de sócio falecido, poderá haver a alteração contratual, com liquidação das quotas, sem qualquer participação de inventariante e/ou herdeiros do sócio falecido, cabendo apenas aos sócios remanescentes a alteração contratual;

II. Havendo disposição contratual que permita o ingresso de herdeiros e sucessores, podem estes já ingressarem com alteração contratual assumindo sua posição, não sendo necessária a apresentação de alvará e/ou formal de partilha, em virtude de inexistência de previsão legal.

III. Havendo cláusula que permita o ingresso de herdeiros e sucessores, e estes decidam que não querem ingressar na sociedade, pode ser feita alteração contratual, sem a necessidade de alvará ou formal de partilha.

IV. Na hipótese de não existir interesse de continuidade da sociedade com os herdeiros, ou seja, de ser promovido a liquidação das quotas do falecido por deliberação dos sócios remanescentes, não é necessária a apresentação de alvará e/ou formal de partilha e, independe da vontade dos herdeiros do sócio falecido.

Caberá, ainda, aos sócios remanescentes, após a liquidação da(s) quota(s) proceder com a redução do capital social ou suprir o valor da quota (art. 1.031, § 1º, do CC), bem como promover o pagamento da quota liquidada, em dinheiro, no prazo de noventa dias, a partir da liquidação, salvo acordo ou estipulação contratual em contrário (art. 1.031, § 2º, do CC).

Enquanto não houver homologação da partilha, o espólio é representado pelo inventariante, devendo ser juntada a respectiva certidão ou ato de nomeação de inventariante ao documento a ser arquivado

No caso de alienação é indispensável a apresentação do respectivo alvará judicial ou escritura pública de partilha de bens específico para a prática do ato.

Caso o inventário já tenha sido encerrado, deverá ser juntado ao ato a ser arquivado cópia da partilha homologada e certidão de trânsito em julgado. Nessa hipótese, os herdeiros serão qualificados e comparecerão na condição de sucessores do sócio falecido podendo, no mesmo instrumento, haver o recebimento das suas quotas e a transferência a terceiros.

.....

SEÇÃO V

.....

2.5. .....

No caso de extinção não é necessária a apresentação do alvará judicial ou escritura pública de partilha de bens, específico para a prática do ato, se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade.

Os sucessores poderão ingressar na sociedade e distratar no mesmo ato." (NR)

"CAPÍTULO III

.....

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA (UM OU MAIS SÓCIOS)

.....

DO NOME EMPRESARIAL (ART. 997, II, DO CC)

Cláusula Primeira - .....

OU

Cláusula Primeira - A sociedade adotará como nome nome empresarial O NÚMERO DE SEU CNPJ seguido imediatamente da partícula LTDA.

.....

DO OBJETO SOCIAL (ART. 997, II, DO CC)

Cláusula Terceira - A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: (Descrição do objeto social).

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de (Descrição do objeto social, conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral).

.....

CLÁUSULAS PADRONIZADAS OPCIONAIS

.....

DAS FILIAIS (ART. 1.000 DO CC)

.....

Parágrafo Primeiro. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) situado na(o) (Logradouro), (Número), (Bairro), (Cidade) - UF, CEP, no qual será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de (Descrição do objeto social, conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral).

Parágrafo Segundo. Em estabelecimento eleito como Filial situado na(o) (Logradouro), (Número), (Bairro), (Cidade) - UF, CEP, no qual será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de (Descrição do objeto social, conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral).

.....

ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

.....

ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL (ART. 997, II, DO CC)

Cláusula Terceira - A sociedade passa a ter por objeto, o exercício das seguintes atividades econômicas: (Descrição do objeto social).

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de (Descrição do objeto social, conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral).

.....

CLÁUSULAS PADRONIZADAS OPCIONAIS

.....

DAS FILIAIS (ART. 1.000 DO CC)

.....

Parágrafo Primeiro – Por este estabelecimento será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de (Descrição do objeto,conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral).

.....

ALTERAÇÃO DO OBJETO DA FILIAL

Cláusula – Fica alterado o objeto da filial CNPJ _____, que passa a exercer as atividades de (Descrição do objeto, conforme o objeto da empresa de forma parcial ou integral).

....." (NR)

"CAPÍTULO IV

.....

DESCRIÇÃO DA EXIGÊNCIA		FUNDAMENTO LEGAL
13.2	Alterar o nome empresarial, pois já se encontra registrado nome empresarial idêntico.	.....
14.1	Definir o objeto.	.....
	.....	.....
20.3	.....	Código Civil, art. 997, VII Manual de Registro de LTDA, IN DREI nº 81, de 2020, item 4.6, seção I, capítulo II.
	.....	.....

Art. 5º O Manual de Registro de Sociedade Anônima, anexo V à Instrução Normativa nº 81, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"CAPÍTULO I

.....

1.5. .....

Quando necessária, deverá ser apresentada juntamente com os instrumentos de constituição e alteração, neste último caso quando houver modificação do nome empresarial, objeto social e/ou endereço.

Notas:

I. Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação deste documento.

II. No termos da Resolução nº 61, de 2020, do CGSIM, a pesquisa prévia de nome empresarial será dispensada na hipótese de a pessoa jurídica optar por utilizar o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário.

III. Para os fins do inciso II, quando se tratar de constituição, o titular deverá indicar no ato constitutivo que irá utilizar o número do CNPJ como nome empresarial. Por sua vez, cabe a Junta Comercial, após a criação do CNPJ, atualizar o cadastro da empresa com número do CNPJ acrescida da partícula identificadora do tipo societário.

IV. Em se tratando de viabilidade locacional, deverá ser observada os casos de dispensa previstos na Resolução CGSIM nº 61, de 2020.

.....

2. .....

.....

Banco Central do Brasil - BCB			
CNAE/Objeto	**Ato de registro**	**Descrição/Especificação**	**Fundamentação legal**
Bancos Comerciais (CNAE 64.21-2/00); Bancos Múltiplos (CNAE 64.22-1/00 e 64.31-0/00); Caixas Econômicas(CNAE 64.23-9/00); Bancos de Desenvolvimento (CNAE 64.33-6/00); Bancos de Investimento (CNAE 64.32-9/00); Bancos de Câmbio (CNAE 64.38-7/01); Bancos cooperativos (CNAE 64.24-7/01); Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (CNAE 64.36-1/00); Sociedades de Crédito Imobiliário	Assembleia Geral, Reunião do Conselho de Administração ou de Diretoria, Contrato Social e suas alterações, Escritura Pública de Constituição e demais atos societários assemelhados.	alocação de novos recursos para dependências no exterior Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que represente alocação de novos recursos/aumento de capital de agências localizadas no exterior.	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 30); Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		alteração de capital	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, f) com redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		alteração de controle societário	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, g) incluído pelo Decreto-Lei 2.321, de 1987; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898, de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		alteração de regulamento de filial de instituição financeira estrangeira no País Obs: Alteração das cláusulas ou condições de regulamento ou regimento interno de filial de instituição financeira estrangeira localizada no Brasil levado a registro.	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, f) com redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989, e art. 39.
		assunção da condição de acionista ou quotista detentor de participação qualificada Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que envolva modificação de composição societária que represente a aquisição, por acionista ou quotista da sociedade, da condição de detentor de 15% ou mais de ações ou quotas representativas de seu capital total (participação qualificada)	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 4º, VIII); Resolução CMN nº 4.122, de 2000; e Circular nº 3.649, de 2013.

(CNAE 64.35-2/01); Sociedades de Arrendamento Mercantil (CNAE 64.40-9/00); Agências de Fomento (CNAE 64.34-4/00); Companhias Hipotecárias (CNAE 64.35-2/03); Sociedades Corretoras de Câmbio e de Títulos e Valores Mobiliários (CNAE 66.12-6/01); Sociedades Corretoras de Câmbio (CNAE 66.12-6/03); Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (CNAE 66.12-6/02); Sociedades de empréstimos entre pessoas (não há o código CNAE para o segmento); Sociedades de crédito direto (não há o código CNAE para o segmento); Sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresas de pequeno porte (CNAE 64.37-9/00).		aumento da posição relativa no capital de instituição financeira ou assemelhada objeto de participação societária, direta ou indireta, no exterior Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, relativa a aumento de participação societária em instituições financeiras ou assemelhadas sediadas no exterior por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 30); Resolução CMN nº 2.723, de 2012; e Circular nº 2.981, de 2000.
		autorização para agência de fomento realizar operações de arrendamento mercantil Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua, no escopo da agência de fomento, a atividade de realizar operações de arrendamento mercantil.	Resolução CMN nº 2.828, de 2001.
		autorização para constituição e funcionamento	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, a) com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989, e art. 18; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898, de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua a atividade de operar em crédito rural no escopo da sociedade.	Lei nº 4.829, de 1965 (art. 6º, I); e MRC 1.3.1
		autorização para prestação de serviços de pagamento Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua a atividade de operar com qualquer modalidade de serviços de pagamento estabelecida na regulamentação (emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador ou iniciador de transação de pagamento) no escopo da sociedade.	Lei nº 12.865, de 2013, art. 6º, § 1º; Resolução CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, 2018, art. 34, § 1º, com a redação dada pela Circular nº 3.974, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		autorização para realizar operações no mercado de câmbio Obs: Mudança de objeto social ou qualquer deliberação constante de ato societário que inclua a prática de operações no mercado de câmbio no escopo da sociedade.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, d, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; e Resolução CMN nº 3.568, de 2008.
		cancelamento da autorização para agência de fomento realizar operações de arrendamento mercantil Obs: Mudança de objeto social ou qualquer deliberação constante de ato societário que exclua a atividade de realizar operações de arrendamento mercantil do escopo da agência de fomento.	Resolução CMN nº 2.828, de 2001.
		cancelamento da autorização para funcionamento	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII, e 10, X, a, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898, de 2018; Resolução CMN 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		cancelamento da autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que exclua a atividade de operar em crédito rural do escopo da sociedade.	Lei nº 4.829, de 1965, art. 6º, I; e MCR 1.3.1.
		cancelamento da autorização para operar em modalidade de serviços de pagamento Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que exclua a atividade de operar com qualquer modalidade de serviços de pagamento anteriormente autorizada pelo Banco Central (emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador ou iniciador de transação de pagamento), do escopo da sociedade	Lei nº 12.8652013, art. 6º, § 1º; Resolução CMN nº 4.282, de 2013; e Circular nº 3.885, de 2018, art. 40.
		cancelamento da autorização para realizar operações no mercado de câmbio Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que exclua a prática de operações no mercado de câmbio do escopo da sociedade.	Lei nº 4.595, de 1964, arts. 4º, VIII e 10, X, d, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; e Resolução CMN nº 3.568, de 2008.
		cancelamento de carteira operacional de banco múltiplo Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que elimine carteira operacional de banco múltiplo, quais sejam: - de investimento; - de desenvolvimento, exclusiva para bancos públicos; - de crédito imobiliário; -de crédito, financiamento e investimento; e -de arrendamento mercantil	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		cisão, fusão e incorporação de subsidiária financeira ou assemelhada, objeto de participação societária, direta ou indireta, no exterior	Lei nº 4.595, de 1964, art. 30; Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		criação de carteira operacional de banco múltiplo Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que envolva criação de carteira operacional de banco múltiplo, quais sejam: - de investimento; - de desenvolvimento, exclusiva para bancos públicos; - de crédito imobiliário; - de crédito, financiamento e investimento; e - de arrendamento mercantil	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		Dissolução, Liquidação Ordinária e levantamento do regime de liquidação ordinária	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012.
		eleição ou nomeação de membro de órgão estatutário ou contratual	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, XI, com a redação dada pela Lei 7.730/1989 e art. 33; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.611, de 2012.
		expansão da participação qualificada em percentual igual ou superior a 15% quinze por cento do capital da instituição, de forma acumulada ou não Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que envolva modificação de composição societária que represente a aquisição, por acionista ou quotista detentor de 15% ou mais de ações ou quotas representativas do capital social,	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.

		de percentual adicional, igual ou superior a 15% de ações ou quotas da sociedade, de forma acumulada ou não	
		fusão, cisão ou incorporação	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898. de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		ingresso de acionista ou quotista com participação qualificada ou com direitos correspondentes a participação qualificada Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, relativa à modificação de composição societária que represente o ingresso de acionista ou quotista detentor de 15% ou mais de ações ou quotas representativas do capital social (participação qualificada).	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		instalação de agência no País	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.072, de 2012; Circular nº 2.501, de 1994; Resolução BCB nº 3, de 2020.
		instalação de dependências no exterior	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		instalação de agência estrangeira no País	Constituição Federal – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 52, II; Decreto nº 10.029, de 2019 .
		mudança de denominação social	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		mudança de objeto social	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898. de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		participação estrangeira no Sistema Financeiro Nacional	Constituição Federal – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 52, II; Decreto nº 10.029, de 2019; e Circular nº 3.977, de 2020.
		reforma estatutária ou alteração contratual, que não implique outras autorizações específicas Obs: Qualquer reforma estatutária ou alteração contratual que não esteja contemplada nos demais assuntos autorizados.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		subscrição de aumento de capital de instituição financeira ou assemelhada objeto de participação societária, direta ou indireta, no exterior Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, relativa à subscrição de aumento de capital de instituição financeira ou assemelhada localizada no exterior por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que participem do capital da sociedade localizada no exterior.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 30; Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		transferência da sede social para outro município	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		transformação societária	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
Cooperativas de Crédito (CNAE 64.24-7/02; 64.24-7/03 e 64.24-7/04)		autorização para captar depósitos de poupança rural e no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que inclua a captação de depósitos de poupança rural ou a captação de depósito de poupança no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) entre as atividades da cooperativa	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VI e VIII; Lei nº 4.829, de 1965, arts. 4º e 21; Lei nº 8.171, de 1991, art. 81, III; Resolução CMN nº 4.716, de 2019; MCR 6.4.1-A; e Resolução CMN nº 4.763, de 2019.
		autorização para constituição e funcionamento Obs: Atos societários de constituição das cooperativas (estatuto social)	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, a, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.885, de 2018
		autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua a atividade de operar em crédito rural no escopo da cooperativa	Lei nº 4.829, de 1965, art. 6º, I; e MCR 1.3.1 .
		cancelamento da autorização para funcionamento, por dissolução da sociedade ou por mudança de objeto Obs: Ato societário de dissolução ou de mudança de objeto social para outro tipo de cooperativa que não de crédito.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII e art. 10, X, a, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		cancelamento da autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de qualquer ato societário que exclua do escopo da cooperativa a atividade de operar com crédito rural.	Lei nº 4.829, de 1965, art. 6º, I; e MCR 1.3.1
		Dissolução, Liquidação Ordinária e levantamento do regime de liquidação ordinária	Resolução CNM nº 4.434, de 2015.
		eleição ou nomeação de membro de órgão estatutário	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, XI, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012;e Circular nº 3.771, de 2015.
		incorporação, fusão e desmembramento	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		mudança de categoria de cooperativa de crédito	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		mudança de denominação social	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela

		reforma estatutária, que não implique alteração de capital	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		transferência da sede social para outro município	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
Sociedades Administradoras de Consórcios (64.93-0/00)		alteração de capital	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		autorização para constituição e funcionamento	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, I; e Circular nº 3.433, de 2009.
		cancelamento da autorização para funcionamento ou para administrar grupos de consórcio	Circular nº 3.433, de 2009.
		cisão, fusão, incorporação	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, I; e Circular nº 3.433, de 2009.
		Dissolução e Liquidação Ordinária e levantamento do regime de liquidação ordinária	Circular nº 3.433, de 2009.
		eleição ou nomeação de membro de órgão estatutário ou contratual - Diretores e membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		mudança de denominação social	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		reforma estatutária ou alteração contratual, que não implique outras autorizações específicas	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		transferência da sede social para outro município	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		transferência de controle societário, bem como qualquer modificação no grupo de controle	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, I; e Circular nº 3.433, de 2009.
		transformação do tipo jurídico (transformação societária)	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II.
Instituições de Pagamento que dependam de autorização para funcionar (não há código CNAE para o segmento		alteração do capital social, exceto nos casos de aumento de capital integralizado com lucros acumulados, reservas de capital e de lucros e créditos a acionistas relacionados ao pagamento de juros sobre o capital próprio, de que trata o artigo 9º da Lei nº 9.249, de 1995	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		autorização para funcionamento de instituição de pagamento	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		cancelamento da autorização para funcionamento a pedido	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		cisão, fusão ou incorporação	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		eleição ou nomeação para cargo de direção ou de membro do conselho de administração	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		mudança de denominação social	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		transferência ou alteração de controle societário	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		transformação societária (transformação do tipo jurídico)	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		- Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário de instituição de pagamento autorizada para atuar exclusivamente na modalidade iniciador de transação de pagamento, que inclua a atividade de operar com qualquer outra modalidade de serviços de pagamento estabelecida na regulamentação (emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago ou credenciador) no escopo da sociedade	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018

.....

Polícia Federal - PF
.....
.....
Observações: As Juntas Comerciais poderão consultar quais as empresas autorizadas a funcionar pela Polícia Federal no endereço eletrônico http://www.pf.gov.br/: PÁGINA INICIAL > SERVIÇOS PF > SEGURANÇA PRIVADA > CONSULTAS DE EMPRESAS / DECLARAÇÕES.

....." (NR)

"CAPÍTULO II

.....

SEÇÃO I

.....

15.1. .....

.....

A sociedade anônima pode optar por utilizar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como nome empresarial, seguido da partícula identificadora "sociedade anônima" ou "S.A".

Notas:

.....

17. .....

.....

Notas:

.....

III. Para a publicação no veículo oficial, a sociedade poderá, de forma discricionária, optar entre o Diário Oficial da União (DOU) e o Diário Oficial do Estado (DOE) onde se localize sua sede.

.....

SEÇÃO II

.....

4. .....

.....

Notas:

.....

III. O registro da respectiva ata não fica condicionado à prévia autenticação de livro social da sociedade.

.....

SEÇÃO III

.....

4. .....

.....
Notas:
.....
III. O registro da respectiva ata não fica condicionado à prévia autenticação de livro social da sociedade.
.....
SEÇÃO V
.....
5. .....
.....
Notas:
.....
III. O registro da respectiva ata não fica condicionado à prévia autenticação de livro social da sociedade.
.....
SEÇÃO VI
.....
5. .....
.....
Notas:
.....
III. O registro da respectiva ata não fica condicionado à prévia autenticação de livro social da sociedade.
.....
SEÇÃO VIII
.....
6. .....
.....
Notas:
.....
VI. O registro da respectiva ata não fica condicionado à prévia autenticação de livro social da sociedade.
....." (NR)

Art. 6º O Manual de Registro de Cooperativa, anexo VI à Instrução Normativa nº 81, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"CAPÍTULO I
.....
1.4. .....
Quando necessária, deverá ser apresentada juntamente com os instrumentos de constituição e alteração, neste último caso quando houver modificação do nome empresarial, objeto social e/ou endereço.
Notas:
I. Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação deste documento.
II. No termos da Resolução nº 61, de 2020, do CGSIM, a pesquisa prévia de nome empresarial será dispensada na hipótese de a pessoa jurídica optar por utilizar o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário.
III. Para os fins do inciso II, quando se tratar de constituição, deverá indicar no ato constitutivo que irá utilizar o número do CNPJ como nome empresarial. Por sua vez, cabe a Junta Comercial, após a criação do CNPJ, atualizar o cadastro da sociedade com número do CNPJ acrescida da partícula identificadora do tipo societário.
IV. Em se tratando de viabilidade locacional, deverá ser observada os casos de dispensa previstos na Resolução CGSIM nº 61, de 2020.
.....
2. .....
.....

Banco Central do Brasil - BCB			
CNAE/Objeto	**Ato de registro**	**Descrição/Especificação**	**Fundamentação legal**
Bancos Comerciais (CNAE 64.21-2/00); Bancos Múltiplos (CNAE 64.22-1/00 e 64.31-0/00); Caixas Econômicas(CNAE 64.23-9/00); Bancos de Desenvolvimento (CNAE 64.33-6/00); Bancos de Investimento (CNAE 64.32-9/00); Bancos de Câmbio (CNAE 64.38-7/01); Bancos cooperativos (CNAE 64.24-7/01); Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (CNAE 64.36-1/00); Sociedades de Crédito Imobiliário (CNAE 64.35-2/01); Sociedades de Arrendamento Mercantil (CNAE 64.40-9/00); Agências de Fomento (CNAE 64.34-4/00); Companhias Hipotecárias (CNAE 64.35-2/03); Sociedades Corretoras de Câmbio e de Títulos e Valores Mobiliários (CNAE 66.12-6/01); Sociedades Corretoras de Câmbio (CNAE 66.12-6/03); Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (CNAE 66.12-6/02); Sociedades de empréstimos entre pessoas (não há o código CNAE para o segmento); Sociedades de crédito direto (não há o código CNAE para o segmento);	Assembleia Geral, Reunião do Conselho de Administração ou de Diretoria, Contrato Social e suas alterações, Escritura Pública de Constituição e demais atos societários assemelhados.	alocação de novos recursos para dependências no exterior Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que represente alocação de novos recursos/aumento de capital de agências localizadas no exterior.	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 30); Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		alteração de capital	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, f) com redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		alteração de controle societário	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, g) incluído pelo Decreto-Lei 2.321, de 1987; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898, de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		alteração de regulamento de filial de instituição financeira estrangeira no País Obs: Alteração das cláusulas ou condições de regulamento ou regimento interno de filial de instituição financeira estrangeira localizada no Brasil levado a registro.	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, f) com redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989, e art. 39.
		assunção da condição de acionista ou quotista detentor de participação qualificada Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que envolva modificação de composição societária que represente a aquisição, por acionista ou quotista da sociedade, da condição de detentor de 15% ou mais de ações ou quotas representativas de seu capital total (participação qualificada)	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 4º, VIII); Resolução CMN nº 4.122, de 2000; e Circular nº 3.649, de 2013.
		aumento da posição relativa no capital de instituição financeira ou assemelhada objeto de participação societária, direta ou indireta, no exterior Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, relativa a aumento de participação societária em instituições financeiras ou assemelhadas sediadas no exterior por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 30); Resolução CMN nº 2.723, de 2012; e Circular nº 2.981, de 2000.
		autorização para agência de fomento realizar operações de arrendamento mercantil Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua, no escopo da agência de fomento, a atividade de realizar operações de arrendamento mercantil.	Resolução CMN nº 2.828, de 2001.
		autorização para constituição e funcionamento	Lei nº 4.595, de 1964 (art. 10, X, a) com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989, e art. 18; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898, de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua a atividade de operar em crédito rural no escopo da sociedade.	Lei nº 4.829, de 1965 (art. 6º, I); e MRC 1.3.1
		autorização para prestação de serviços de pagamento Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que	Lei nº 12.865, de 2013, art. 6º, § 1º; Resolução CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, 2018, art. 34, § 1º, com a redação dada pela

Sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresas de pequeno porte (CNAE 64.37-9/00).		inclua a atividade de operar com qualquer modalidade de serviços de pagamento estabelecida na regulamentação (emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador ou iniciador de transação de pagamento) no escopo da sociedade.	Circular nº 3.974, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		autorização para realizar operações no mercado de câmbio Obs: Mudança de objeto social ou qualquer deliberação constante de ato societário que inclua a prática de operações no mercado de câmbio no escopo da sociedade.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, d, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; e Resolução CMN nº 3.568, de 2008.
		cancelamento da autorização para agência de fomento realizar operações de arrendamento mercantil Obs: Mudança de objeto social ou qualquer deliberação constante de ato societário que exclua a atividade de realizar operações de arrendamento mercantil do escopo da agência de fomento.	Resolução CMN nº 2.828, de 2001.
		cancelamento da autorização para funcionamento	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII, e 10, X, a, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898, de 2018; Resolução CMN 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		cancelamento da autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que exclua a atividade de operar em crédito rural do escopo da sociedade.	Lei nº 4.829, de 1965, art. 6º, I; e MCR 1.3.1.
		cancelamento da autorização para operar em modalidade de serviços de pagamento Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que exclua a atividade de operar com qualquer modalidade de serviços de pagamento anteriormente autorizada pelo Banco Central (emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador ou iniciador de transação de pagamento), do escopo da sociedade	Lei nº 12.8652013, art. 6º, § 1º; Resolução CMN nº 4.282, de 2013; e Circular nº 3.885, de 2018, art. 40.
		cancelamento da autorização para realizar operações no mercado de câmbio Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que exclua a prática de operações no mercado de câmbio do escopo da sociedade.	Lei nº 4.595, de 1964, arts. 4º, VIII e 10, X, d, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; e Resolução CMN nº 3.568, de 2008.
		cancelamento de carteira operacional de banco múltiplo Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que elimine carteira operacional de banco múltiplo, quais sejam: - de investimento; - de desenvolvimento, exclusiva para bancos públicos; - de crédito imobiliário; -de crédito, financiamento e investimento; e -de arrendamento mercantil	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		cisão, fusão e incorporação de subsidiária financeira ou assemelhada, objeto de participação societária, direta ou indireta, no exterior	Lei nº 4.595, de 1964, art. 30; Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		criação de carteira operacional de banco múltiplo Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que envolva criação de carteira operacional de banco múltiplo, quais sejam: - de investimento; - de desenvolvimento, exclusiva para bancos públicos; - de crédito imobiliário; - de crédito, financiamento e investimento; e - de arrendamento mercantil	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		Dissolução, Liquidação Ordinária e levantamento do regime de liquidação ordinária	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012.
		eleição ou nomeação de membro de órgão estatutário ou contratual	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, XI, com a redação dada pela Lei 7.730/1989 e art. 33; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.611, de 2012.
		expansão da participação qualificada em percentual igual ou superior a 15% quinze por cento do capital da instituição, de forma acumulada ou não Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que envolva modificação de composição societária que represente a aquisição, por acionista ou quotista detentor de 15% ou mais de ações ou quotas representativas do capital social, de percentual adicional, igual ou superior a 15% de ações ou quotas da sociedade, de forma acumulada ou não	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		fusão, cisão ou incorporação	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898. de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		ingresso de acionista ou quotista com participação qualificada ou com direitos correspondentes a participação qualificada Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, relativa à modificação de composição societária que represente o ingresso de acionista ou quotista detentor de 15% ou mais de ações ou quotas representativas do capital social (participação qualificada).	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; e Circular nº 3.649, de 2013.
		instalação de agência no País	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.072, de 2012; Circular nº 2.501, de 1994; Resolução BCB nº 3, de 2020.
		instalação de dependências no exterior	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		instalação de agência estrangeira no País	Constituição Federal – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 52, II;

			Decreto nº 10.029, de 2019 .
		mudança de denominação social	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		mudança de objeto social	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.656, de 2018; Circular nº 3.898. de 2018; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
		participação estrangeira no Sistema Financeiro Nacional	Constituição Federal – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 52, II; Decreto nº 10.029, de 2019; e Circular nº 3.977, de 2020.
		reforma estatutária ou alteração contratual, que não implique outras autorizações específicas Obs: Qualquer reforma estatutária ou alteração contratual que não esteja contemplada nos demais assuntos autorizados.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		subscrição de aumento de capital de instituição financeira ou assemelhada objeto de participação societária, direta ou indireta, no exterior Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, relativa à subscrição de aumento de capital de instituição financeira ou assemelhada localizada no exterior por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que participem do capital da sociedade localizada no exterior.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 30; Resolução CMN nº 2.723, de 2000; e Circular nº 2.981, de 2000.
		transferência da sede social para outro município	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989.
		transformação societária	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012; Circular nº 3.649, de 2013; Resolução CMN nº 4.721, de 2019; e Circular nº 3.962, de 2019.
Cooperativas de Crédito (CNAE 64.24-7/02; 64.24-7/03 e 64.24-7/04)		autorização para captar depósitos de poupança rural e no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo Obs: Deliberação, em qualquer ato societário, que inclua a captação de depósitos de poupança rural ou a captação de depósito de poupança no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) entre as atividades da cooperativa	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VI e VIII; Lei nº 4.829, de 1965, arts. 4º e 21; Lei nº 8.171, de 1991, art. 81, III; Resolução CMN nº 4.716, de 2019; MCR 6.4.1-A; e Resolução CMN nº 4.763, de 2019.
		autorização para constituição e funcionamento Obs: Atos societários de constituição das cooperativas (estatuto social)	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, a, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.885, de 2018
		autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário que inclua a atividade de operar em crédito rural no escopo da cooperativa	Lei nº 4.829, de 1965, art. 6º, I; e MCR 1.3.1 .
		cancelamento da autorização para funcionamento, por dissolução da sociedade ou por mudança de objeto Obs: Ato societário de dissolução ou de mudança de objeto social para outro tipo de cooperativa que não de crédito.	Lei nº 4.595, de 1964, art. 4º, VIII e art. 10, X, a, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		cancelamento da autorização para operar em crédito rural Obs: Mudança de objeto social ou deliberação constante de qualquer ato societário que exclua do escopo da cooperativa a atividade de operar com crédito rural.	Lei nº 4.829, de 1965, art. 6º, I; e MCR 1.3.1
		Dissolução, Liquidação Ordinária e levantamento do regime de liquidação ordinária	Resolução CNM nº 4.434, de 2015.
		eleição ou nomeação de membro de órgão estatutário	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, XI, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.122, de 2012;e Circular nº 3.771, de 2015.
		incorporação, fusão e desmembramento	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		mudança de categoria de cooperativa de crédito	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, c, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		mudança de denominação social	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		reforma estatutária, que não implique alteração de capital	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, f, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
		transferência da sede social para outro município	Lei nº 4.595, de 1964, art. 10, X, b, com a redação dada pela Lei nº 7.730, de 1989; Resolução CMN nº 4.434, de 2015; e Circular nº 3.771, de 2015.
Sociedades Administradoras de Consórcios (64.93-0/00)		alteração de capital	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		autorização para constituição e funcionamento	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, I; e Circular nº 3.433, de 2009.
		cancelamento da autorização para funcionamento ou para administrar grupos de consórcio	Circular nº 3.433, de 2009.
		cisão, fusão, incorporação	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, I; e Circular nº 3.433, de 2009.
		Dissolução e Liquidação Ordinária e levantamento do regime de liquidação ordinária	Circular nº 3.433, de 2009.
		eleição ou nomeação de membro de órgão estatutário ou contratual - Diretores e membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		mudança de denominação social	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		reforma estatutária ou alteração contratual, que não implique outras	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e

		autorizações específicas	Circular nº 3.433, de 2009.
		transferência da sede social para outro município	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II; e Circular nº 3.433, de 2009.
		transferência de controle societário, bem como qualquer modificação no grupo de controle	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, I; e Circular nº 3.433, de 2009.
		transformação do tipo jurídico (transformação societária)	Lei nº 11.795, de 2008, art. 7º, II.
Instituições de Pagamento que dependam de autorização para funcionar (não há código CNAE para o segmento		alteração do capital social, exceto nos casos de aumento de capital integralizado com lucros acumulados, reservas de capital e de lucros e créditos a acionistas relacionados ao pagamento de juros sobre o capital próprio, de que trata o artigo 9º da Lei nº 9.249, de 1995	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		autorização para funcionamento de instituição de pagamento	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		cancelamento da autorização para funcionamento a pedido	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		cisão, fusão ou incorporação	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		eleição ou nomeação para cargo de direção ou de membro do conselho de administração	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		mudança de denominação social	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		transferência ou alteração de controle societário	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		transformação societária (transformação do tipo jurídico)	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018
		- Mudança de objeto social ou deliberação constante de ato societário de instituição de pagamento autorizada para atuar exclusivamente na modalidade iniciador de transação de pagamento, que inclua a atividade de operar com qualquer outra modalidade de serviços de pagamento estabelecida na regulamentação (emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago ou credenciador) no escopo da sociedade	Lei nº 12.865, de 2013, art. 9º; Res. CMN nº 4.282, de 2013; Circular nº 3.885, de 2018

.....

Polícia Federal - PF
.....
.....
Observações: As Juntas Comerciais poderão consultar quais as empresas autorizadas a funcionar pela Polícia Federal no endereço eletrônico http://www.pf.gov.br/: PÁGINA INICIAL > SERVIÇOS PF > SEGURANÇA PRIVADA > CONSULTAS DE EMPRESAS / DECLARAÇÕES.

....." (NR)

"CAPÍTULO II

.....

SEÇÃO I

.....

9. .....

.....

V - objeto social, compreendendo o objeto de funcionamento e o operacional;

.....

.....

9.1.....

.....

Nota: A sociedade cooperativa pode optar por utilizar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como nome empresarial, seguido da partícula identificadora "Cooperativa", "Cooperativa de Trabalho" ou "Cooperativa Social", conforme o caso." (NR)

.....

9.3. .....

A cooperativa deverá delimitar seu objetivo, isto é, quais os serviços diretos que serão prestados aos associados, bem como os objetos de funcionamento e operacional, realizados com fins à consecução do objetivo delineado, informando as atividades desenvolvidas (art. 4º, 5º e 7º da Lei nº 5.764, de 1971).

.....

SEÇÃO III

.....

6. .....

.....

Notas:

.....

VI. O registro da respectiva ata não fica condicionado à prévia autenticação de livro social da sociedade.

....." (NR)

Art. 7º O empresário individual, a EIRELI, a sociedade empresária ou a cooperativa que tiveram seus registros cancelados, com base no revogado art. 60 da Lei nº 8.934, de 1994, poderão reativá-los perante a Junta Comercial, desde que obedecidos os mesmos procedimentos requeridos para sua constituição.

Parágrafo único. Considerando que o procedimento de cancelamento gerava a perda automática da proteção ao nome empresarial, caso seja constatada a colidência de nomes, a requerente deverá alterar o seu nome empresarial.

Art. 8º Ficam revogados:

I - da Instrução Normativa DREI nº 81, de 2020:

a) o § 4º do art. 23;

b) o parágrafo único do art. 35;

c) o § 1º do art. 36,

d) o inciso III do art. 58;

e) os arts. 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113 e 114;

f) o item 1.3 do capítulo I, a Nota do item 4.8 do capítulo II, da seção II, o item 11.2 da Lista de Exigências do Manual de Registro de Empresário Individual;

g) o item 1.4 do capítulo I, a Nota do item 4.12 do capítulo II, da seção III, os itens 4.1 e 12.2 da Lista de Exigências, do Manual de Registro de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

h) o item 1.4 do capítulo I, a Nota do item 4.12 do capítulo II, da seção IV, os itens 4.1 e 14.2 da Lista de Exigências, do Manual de Registro de Sociedade Limitada;

i) o item 1.4 do capítulo I e a Nota da seção IX, do Manual de Registro de Sociedade Anônima;

j) o item 1.3 do capítulo I e a Nota do item 11 do capítulo II, da seção II, do Manual de Registro de Sociedade Cooperativa;

k) o parágrafo único do art. 60, do Modelo padronizado de Estatuto Social de Cooperativa, do Manual de Registro de Sociedade Cooperativa;

l) o parágrafo único do art. 67, do Modelo padronizado de Estatuto Social de Cooperativa de Trabalho, do Manual de Registro de Sociedade Cooperativa; e

m) o anexo IX.

II - a Instrução Normativa DREI nº 65, de 6 de agosto de 2019.

III - o § 3º, do art. 2º, da Instrução Normativa nº 82, de 19 de fevereiro de 2021.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS

PORTARIA DREI Nº 6.492, DE 8 DE JUNHO DE 2021

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO, SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 277, de 6 de junho de 2019, do Senhor Ministro de Estado da Economia, Substituto, e tendo em vista o disposto no art. 1.134 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 19974.101486/2019-31, resolve:

Art. 1º Fica a BRIMNES ENERGY INC., com sede em 207, Silver Mead Close NW, Calgary, Alberta, Canadá, T3B 3V5, autorizada a funcionar no Brasil, por intermédio de filial, com a denominação social de BRIMNES ENERGY INC., tendo sido destacado o capital de R$ 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais), concernente ao desempenho de suas operações no Brasil, que consistirá na prestação de serviços e aluguel de equipamentos e ferramentas na Indústria de Exploração e Produção de Petróleo e Gás terrestre, nos termos da Ata de Decisão, de 25 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Ficam ainda estabelecidas as seguintes obrigações:

I - a BRIMNES ENERGY INC., é obrigada a ter permanentemente um representante legal no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar quaisquer questões e resolvê-las definitivamente, podendo ser demandado e receber citação inicial pela sociedade;

II - todos os atos que praticar no Brasil ficarão sujeitos às leis e aos tribunais brasileiros, sem que, em tempo algum, possa a empresa reclamar qualquer exceção fundada em seus Estatutos;

III - a sociedade não poderá realizar no Brasil atividades constantes de seus Estatutos vedadas às sociedades estrangeiras e somente poderá exercer as que dependam de aprovação prévia de órgão governamental, sob as condições autorizadas;

IV - dependerá de aprovação do Governo brasileiro qualquer alteração nos Estatutos da empresa, que implique mudança de condições e regras estabelecidas na presente autorização;

V - publicado o ato de autorização, fica a empresa obrigada a providenciar o arquivamento, na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar, das folhas do Diário Oficial da União e dos documentos que instruíram o requerimento desta autorização;

VI - ao encerramento de cada exercício social, deverá apresentar à Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada, para anotação nos registros, folha do Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, e de jornal de grande circulação, contendo as publicações obrigatórias por força do art. 1.140 do Código Civil; e

VII - a infração de qualquer das obrigações, para a qual não esteja cominada pena especial, será punida, considerando-se a gravidade da falta, com cassação da autorização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANNE CAROLINE NASCIMENTO DA SILVA

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

PORTARIA FAZENDA/ME Nº 6.533, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R$ 625.707,00, para os fins que especifica.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE FAZENDA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso VII do art. 34 da Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020, alterada pela Portaria ME nº 2.158, de 24 de fevereiro de 2021, e tendo em vista o disposto no art. 65, § 2º, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021), em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R$ 625.707,00 (seiscentos e vinte e cinco mil, setecentos e sete reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO FUNCHAL

ANEXOS

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO I — Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento							625.707
		Projetos							
06 181	5016 154Z	Construção da Superintendência Regional no Estado do Pará							125.707
06 181	5016 154Z 0269	Construção da Superintendência Regional no Estado do Pará-No Município de Belém-PA							125.707
			F	4	2	90	0	174	125.707
06 181	5016 155H	Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG							500.000
06 181	5016 155H 2762	Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG - No Município de Juiz de Fora - MG							500.000
			F	4	2	90	0	174	500.000
TOTAL - FISCAL									625.707
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									625.707

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO II — Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento							625.707
		Atividades							
06 181	5016 2586	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros							625.707
06 181	5016 2586 0001	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros - Nacional							625.707
			F	3	2	90	0	174	625.707
TOTAL - FISCAL									625.707
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									625.707

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 21, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ;

CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007; e

CONSIDERANDO as informações recebidas das unidades federadas, constantes no processo SEI nº 12004.100515/2021-91, TORNA PÚBLICO que os Estados e o Distrito Federal adotarão, a partir de 16 de junho de 2021, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos no convênio supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL

ITEM	UF	GAC	GAP	DIESEL S10	ÓLEO DIESEL	GLP (P13)	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
		(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
1	AC	**6,3526	**6,3526	**5,5531	*5,5024	*8,1823	*8,1823	-	*5,3541	-	-	-	-
2	AL	5,8474	5,9343	4,6820	4,5900	-	6,3931	3,6271	4,7207	3,5629	-	-	-
3	AM	**5,1266	**5,1266	*4,5457	*4,4542	-	**7,2933	-	*4,1785	2,5996	*1,6600	-	-

4	AP	*4,9300	*5,2700	**4,7660	**4,6440	*8,0515	*8,0515	-	*5,0500	-	-	-	-
5	BA	5,6410	6,4900	4,4730	4,3930	5,7000	5,7000	-	4,6380	3,6940	-	-	-
6	CE	5,5775	8,2200	4,5396	3,9525	5,6503	5,6503	-	4,6657	-	-	-	-
7	DF	**5,8430	*7,5410	*4,7760	**4,6830	**6,7077	**6,7077	-	*4,8870	3,8990	-	-	-
8	ES	5,7075	7,5824	4,4879	4,3594	5,4479	5,4479	-	4,8664	-	-	-	-
9	GO	5,8317	7,2661	4,5860	4,5262	6,8723	6,8723	-	4,2740	-	-	-	-
10	MA	*5,5150	6,6696	*4,5730	*4,5140	-	*6,5415	-	*4,8680	-	-	-	-
11	MG	5,9976	7,7955	4,6630	4,5976	6,6048	7,6237	5,2623	4,5180	3,4261	-	-	-
12	MS	5,6434	7,3793	4,2421	4,1679	5,6770	5,6770	3,5839	4,2014	3,4598	-	-	-
13	MT	5,6542	7,5582	4,7599	4,6751	8,0929	8,0929	5,4621	3,8805	2,7807	2,4700	-	-
14	PA	5,7104	8,5175	4,4727	4,5082	6,9968	6,9968	-	4,8330	-	-	-	-
15	PB	*5,4391	**8,7010	*4,5142	*4,4242	-	*7,0393	**3,3512	*4,7481	*4,1334	-	4,1925	4,1925
16	PE	*5,5220	*5,7180	4,4100	*4,3730	**6,1488	**6,1488	-	*4,7520	-	-	-	-
17	PI	*5,9700	*6,0500	*4,6100	*4,5800	*5,8200	*5,8200	*5,0200	*4,8600	-	-	-	-
18	PR	4,9600	7,5500	3,9600	3,9300	5,4500	5,4500	-	3,9800	-	-	-	-
19	RJ	*6,2150	*6,3500	*4,5490	*4,5100	-	**5,8154	2,4456	*5,3190	*3,9490	-	-	-
20	RN	*5,9675	7,6900	*4,7956	*4,6107	**6,9930	**6,9930	-	*5,3917	*4,1860	-	1,6900	1,6900
21	RO	*5,7430	*5,7430	**4,6570	**4,6900	-	**7,9470	-	*4,7190	-	-	2,9656	-
22	RR	5,4040	**5,4710	4,8070	4,6920	*8,0640	*8,0640	*4,5070	*4,7030	-	-	-	-
23	RS	*5,9595	*8,2287	**4,4178	**4,3775	**6,3251	**6,3251	-	*5,6839	*4,3319	-	-	-
24	SC	5,0400	7,5700	3,8800	3,8400	6,8500	6,8500	-	4,4600	3,5000	-	-	-
25	SE	*5,5890	*5,8224	*4,5750	*4,5400	*6,2294	*6,2294	**3,5840	*4,8640	*3,7820	-	-	-
26	SP	*5,3910	*5,3910	*4,5380	*4,4490	*6,5185	*6,5185	-	*4,1590	-	-	-	-
27	TO	5,7500	7,3600	4,3900	4,3700	6,4500	6,4500	4,9000	4,7100	-	-	-	-

Notas Explicativas:
a) * valores alterados de PMPF; e
b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

DESPACHO Nº 39, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Publica Ajuste SINIEF aprovado na 334ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 31.05.2021.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 35, 39 e 40 desse mesmo diploma, torna público que na 334ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 31 de maio de 2021, foi celebrado o seguinte ato normativo:

AJUSTE SINIEF 11/21, DE 31 DE MAIO DE 2021

Altera o Ajuste SINIEF 21/10, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais MDF-e.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na 334ª Reunião Extraordinária do Conselho, realizada em Brasília, DF, no dia 31 de maio de 2021, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira O inciso VI fica acrescido ao § 1º da cláusula décima segunda-A do Ajuste SINIEF nº 21, de 10 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

"VI - Eventos da Sefaz Virtual do Estado da Bahia - SVBA, de uso dos signatários do Acordo de Cooperação 01/2018.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da sua publicação.

Presidente do CONFAZ - Bruno Funchal, em exercício; Secretário da Receita Federal do Brasil - José Barros Tostes Neto, Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - Luiz Dias de Alencar Neto, Amapá - Benedito Paulo de Souza, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes L. Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida Neto, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Celino Cesario Moura, Rio Grande do Norte - Álvaro Luiz Bezerra, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Marco Antônio da Silva Menezes.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 6.500, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 44, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, e

Considerando a publicação da Lei Complementar nº 177, de 12 de janeiro de 2021, que vedou a alocação orçamentária de fontes de recursos vinculadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT em reservas de contingência de natureza primária ou financeira, e o necessário ajuste na distribuição dessas fontes entre programações das unidades orçamentárias 74910 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/FNDCT- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com vistas a viabilizar posterior abertura de crédito adicional, para dar cumprimento à referida Lei;

Considerando que parte do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2020, relativo à fonte 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação, está destinada ao atendimento da Ação Civil Pública nº 5008205-31.2017.4.04.7002, movida pelo Ministério Público Federal, e a viabilidade de uso do superávit financeiro do ano de 2020, concernente à fonte 29 - Recursos de Concessões e Permissões, para a execução das ações "Administração da Unidade" e "Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais", no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; e

Considerando a incorreção na alocação da fonte 00 - Recursos Primários de Livre Aplicação na ação "Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)", por ocasião da tramitação do Projeto da Lei Orçamentária de 2021 - PLOA 2021 no Congresso Nacional, e a necessidade de utilização da fonte 42 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos, de modo a permitir a correta implementação da citada ação, na unidade Recursos sob Supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes de programações da Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, no que concerne aos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações e do Meio Ambiente; a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios; e a Operações Oficiais de Crédito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARIOSTO ANTUNES CULAU

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

UNIDADE: 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	Reserva de Contingência							722.603.009
		Operações Especiais							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							722.603.009
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas, inclusive doações e convênios							722.603.009
			F	9	0	99	0	134	58.333.890
			F	9	0	99	0	135	27.948.866
			F	9	0	99	0	141	25.128.737
			F	9	0	99	0	142	384.597.852
			F	9	0	99	0	150	1.022.848
			F	9	0	99	0	180	225.570.816
TOTAL - FISCAL									722.603.009
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									722.603.009

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO I Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							13.870.273
		Atividades							
18 122	0032 2000	Administração da Unidade							13.870.273
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							13.870.273
			F	3	2	90	0	329	13.870.273
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							16.052.271
		Atividades							
18 541	1041 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							16.052.271
18 541	1041 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional							16.052.271
			F	3	2	90	0	329	16.052.271
TOTAL - FISCAL									29.922.544
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.922.544

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73116 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

ANEXO I Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							353.484.266
		Operações Especiais							
28 845	0903 0A53	Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)							353.484.266
28 845	0903 0A53 0001	Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997) - Nacional							353.484.266
			F	3	1	30	0	142	353.484.266
TOTAL - FISCAL									353.484.266
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									353.484.266

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito

UNIDADE: 74910 - Recursos sob Sup. do Fundo Nac.de Desenv.Científico e Tecnológico/FNDCT-M.Ciência,Tecnol. e Inov.

ANEXO I Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0902	Operações Especiais: Financiamentos com Retorno							722.603.009
		Operações Especiais							
19 572	0902 0A37	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas (Lei nº 11.540, de 2007)							722.603.009
19 572	0902 0A37 0001	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas (Lei nº 11.540, de 2007) - Nacional							722.603.009
			F	5	0	90	0	172	721.097.433
			F	5	0	90	0	178	1.334.097
			F	5	0	90	0	186	171.479
TOTAL - FISCAL									722.603.009
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									722.603.009

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

UNIDADE: 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO II Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	Reserva de Contingência							722.603.009
		Operações Especiais							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							722.603.009
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas, inclusive doações e convênios							722.603.009
			F	9	0	99	0	172	721.097.433
			F	9	0	99	0	178	1.334.097
			F	9	0	99	0	186	171.479
TOTAL - FISCAL									722.603.009
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									722.603.009

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO II Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							13.870.273
		Atividades							
18 122	0032 2000	Administração da Unidade							13.870.273
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							13.870.273
			F	3	2	90	0	350	13.870.273
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							16.052.271
		Atividades							
18 541	1041 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							16.052.271
18 541	1041 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional							16.052.271
			F	3	2	90	0	350	16.052.271
TOTAL - FISCAL									29.922.544
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.922.544

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73116 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

ANEXO II Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							353.484.266
		Operações Especiais							
28 845	0903 0A53	Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)							353.484.266
28 845	0903 0A53 0001	Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997) - Nacional							353.484.266
			F	3	1	30	0	100	353.484.266
TOTAL - FISCAL									353.484.266
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									353.484.266

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito

UNIDADE: 74910 - Recursos sob Sup. do Fundo Nac.de Desenv.Científico e Tecnológico/FNDCT-M.Ciência,Tecnol. e Inov.

ANEXO II Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0902	Operações Especiais: Financiamentos com Retorno							722.603.009
		Operações Especiais							
19 572	0902 0A37	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas (Lei nº 11.540, de 2007)							722.603.009
19 572	0902 0A37 0001	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas (Lei nº 11.540, de 2007) - Nacional							722.603.009
			F	5	0	90	0	134	58.333.890
			F	5	0	90	0	135	27.948.866
			F	5	0	90	0	141	25.128.737
			F	5	0	90	0	142	384.597.852
			F	5	0	90	0	150	1.022.848
			F	5	0	90	0	180	225.570.816
TOTAL - FISCAL									722.603.009
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									722.603.009

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

DESPACHO DE 25 DE MAIO DE 2021

Interessado: NEO-TAGUS INDUSTRIAL LTDA

Assunto: Considerando o Certificado de Avaliação de Conformidade nº ICBR 20720-20.01 (documento SEI nº 15132049), emitido pelo ICBR - Instituto de Certificações Brasileiro S/A, encaminha-se para publicação o deferimento do registro do Equipamento Registrador Eletrônico de Ponto (REP), objeto do Processo nº 14021.145037/2021-65, modelos descritos abaixo, fabricado por NEO-TAGUS INDUSTRIAL LTDA, CNPJ 61.092.565/0022-65, cadastro de fabricante de REP no Ministério da Economia, antigo Ministério do Trabalho, nº 00047.

NÚMERO DE REGISTRO DO MODELO	MODELO
586	SmartP A
587	SmartP B
588	SmartP C
589	SmartP D
590	SmartP E
591	SmartP F
592	SmartP G
593	SmartP H
594	SmartP I

ROMULO MACHADO E SILVA
Subsecretário de Inspeção do Trabalho

DESPACHO DE 25 DE MAIO DE 2021

Interessado: NEO-TAGUS INDUSTRIAL LTDA

Assunto: Considerando o Certificado de Avaliação de Conformidade nº ICBR 20720-20.01 (documento SEI nº 15132584), emitido pelo ICBR - Instituto de Certificações Brasileiro S/A, encaminha-se para publicação o deferimento do registro do Equipamento Registrador Eletrônico de Ponto (REP), objeto do Processo nº 14021.145038/2021-18, modelos descritos abaixo, fabricado por NEO-TAGUS INDUSTRIAL LTDA, CNPJ 61.092.565/0022-65, cadastro de fabricante de REP no Ministério da Economia, antigo Ministério do Trabalho, nº 00047.

NÚMERO DE REGISTRO DO MODELO	MODELO
577	MD EVO II A
578	MD EVO II B
579	MD EVO II C
580	MD EVO II D
581	MD EVO II E
582	MD EVO II F
583	MD EVO II G
584	MD EVO II H
585	MD EVO II I

ROMULO MACHADO E SILVA
Subsecretário de Inspeção do Trabalho

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA Nº 6.564, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Instaura Processo Seletivo de Remoção Específico de servidores da Carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho para atuação na Corregedoria do Ministério da Economia e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições legais e regimentais e, ainda, o disposto no art. 24 da Portaria MTb nº 797, de 27 de setembro de 2018, resolve

CAPÍTULO I

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 1º Instaurar Processo Seletivo de Remoção Específico para a Corregedoria do Ministério da Economia - PSE COGER 2021, com vistas a lotação de 14 (quatorze) vagas de Auditores Fiscais do Trabalho e à formação de cadastro de reserva na COGER-ME, com sede em Brasília, no Distrito Federal e em seus escritórios regionalizados, conforme Anexo I desta Portaria.

§1º O cadastro de reserva será limitado a 9 (nove) vagas destinadas à substituição de Auditores Fiscais do Trabalho removidos da Corregedoria para as unidades integrantes do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, conforme o tempo de validade deste PSE.

§2º Para os fins do disposto no parágrafo anterior, a portaria de remoção do selecionado integrante do cadastro de reserva deverá indicar o Auditor Fiscal do Trabalho substituído.

§3º Os servidores selecionados serão lotados e terão exercício nas unidades para as quais forem contemplados em atividades finalísticas de análise de processos disciplinares, composição de comissões disciplinares, atividades de inteligência correcional e em programas e ações de promoção à integridade, em que a Corregedoria faça parte.

§4º Em observância à continuidade dos serviços públicos, poderão ser classificados no PSE - COGER 2021 até o limite de 10% (dez por cento) do número de Auditores Fiscais do Trabalho, por Unidade da Federação (UF), garantida a possibilidade de classificação mínima de 1 (um) Auditor Fiscal do Trabalho por UF, considerada a unidade de lotação efetiva do servidor, conforme Anexo II.

§5º Na hipótese de o cômputo do percentual de que trata o § 3º deste artigo resultar em número fracionário será considerado o número inteiro imediatamente anterior.

§6º Serão automaticamente desclassificados os candidatos posicionados além do número de vagas constantes do caput e do §1º deste artigo, não constando da publicação do resultado final.

CAPÍTULO II

DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

Art. 2º Constituem fases do PSE - COGER 2021:

I - Inscrição;

II - Publicação da classificação provisória;

III - Prazo para interposição de recurso;

IV - Publicação do resultado preliminar;

V - Publicação do resultado final.

Art. 3º A inscrição no PSE - COGER 2021 confirmar-se-á com o encaminhamento, por meio do e-mail institucional do servidor, do formulário eletrônico de demonstração de interesse disponível no endereço https://bit.ly/3vak85d ao e-mail, processoseletivo.coger@economia.gov.br, com cópia para o e-mail institucional da respectiva chefia imediata, até a data indicada no Anexo IV desta Portaria.

§1º No ato de preenchimento do formulário eletrônico de interesse, o servidor deverá apresentar opção pelas unidades de seu interesse constantes do Anexo I, escalonadas em ordem de preferência, pois concorrerá apenas para as vagas nas unidades informadas no formulário.

§2º Todos os campos do formulário eletrônico de interesse deverão ser devidamente preenchidos.

§3º O arquivo a ser encaminhado deverá ser renomeado contendo nome completo e unidade de exercício do servidor (ex.: nome-SRTE.XX).

§4º Toda a documentação comprobatória dos critérios classificatórios de que trata o art. 8º, elencada no Anexo III, deverá ser encaminhada juntamente com o formulário eletrônico de interesse.

§5º Não serão aceitos formulários encaminhados fora do prazo indicado no caput deste artigo ou em desacordo com o previsto nesta Portaria.

§6º O encaminhamento do formulário implica o conhecimento e a adesão às regras estabelecidas nesta Portaria.

§7º As informações prestadas pelo servidor interessado serão de sua inteira responsabilidade e sua falsidade, omissão ou incorreção, por dolo ou culpa, acarretará exclusão do certame ou anulação do ato de remoção, se já efetivado, sem quaisquer ônus para a Administração e sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis, em conformidade com o art. 12 da Portaria MTb nº 797, de 2018.

Art. 4º Por classificação provisória entende-se o posicionamento dos servidores no PSE - COGER 2021, conforme os critérios exigidos nesta Portaria, em momento anterior à fase de interposição de recurso, conforme data prevista no Anexo IV desta Portaria.

Parágrafo único. Após a publicação da classificação provisória será concedido o prazo definido no Anexo IV desta Portaria para apresentação de recurso, que deve ser encaminhado ao endereço eletrônico processoseletivo.coger@economia.gov.br .

Art. 5º Por resultado preliminar entende-se da classificação do servidor, conforme os critérios exigidos nesta Portaria, em momento posterior à fase de interposição de recurso.

Art. 6º O resultado final contemplará a lista dos servidores classificados dentro das 14 vagas previstas para preenchimento imediato, bem como a lista geral de cadastro de reserva, limitada ao preenchimento de 9 vagas a serem ocupadas na forma prevista nos §§1º e 2º do art. 1º desta Portaria, depois de decorridas todas as fases do Processo.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS

Art. 7º Em face da natureza peculiar do conjunto de competências legais e regimentais que envolvem a matéria disciplinar no âmbito do Poder Executivo Federal, poderão participar do PSE - COGER 2021 os servidores que atenderem aos seguintes requisitos, de caráter eliminatório:

I - estar em efetivo exercício das atribuições do cargo por pelo menos 01 (um) ano, até a data da publicação desta Portaria;

II - não estar na condição de acusado ou de indiciado em procedimento disciplinar até a data da publicação desta Portaria;

III - ser detentor de ilibada conduta pessoal e profissional, na condição de servidor público federal;

IV - não estar cedido a outro órgão no ato da convocação.

Parágrafo único. Para aferição do requisito disposto pelo inciso III do art. 3º, considerar-se-á a vigência de aplicação de penalidade por infração disciplinar.

CAPÍTULO IV

DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 8º Havendo mais interessados que vagas, o PSE - COGER 2021 pautar-se-á na classificação dos servidores participantes do processo seletivo, de acordo com a soma da pontuação atribuída ao currículo de cada candidato, até o máximo de 75 (setenta e cinco) pontos, desde que obtidos até a data de publicação desta Portaria, conforme os seguintes critérios de aferição:

I - experiência em atividades vinculadas a processos administrativos disciplinares ou demais procedimentos de natureza disciplinar:

a) participação como membro de comissão de processo administrativo disciplinar - 4 (quatro) pontos cada participação, limitada a 20 (vinte) pontos;

b) participação como membro de comissão de sindicância contraditória - 3 (três) pontos cada participação, limitada a 9 (nove) pontos;

c) participação em sindicância de natureza investigativa - 3 (três) pontos cada participação, limitada a 9 (nove) pontos;

d) análise de processo de natureza disciplinar (juízo de admissibilidade correcional, análise de conformidade e análise pré-julgamento) - 2 (dois) pontos cada análise, limitada a 4 (quatro) pontos;

e) encarregado de caso de investigação preliminar ou correição - 2 (dois) pontos cada participação, limitada a 4 (quatro) pontos;

f) participação em sindicância patrimonial - 3 (três) pontos cada participação, limitada a 9 (nove) pontos;

g) exercício de atividade de defensor dativo em processo disciplinar - 1 (um) ponto cada participação, limitado a 2 (dois) pontos;

h) participação com êxito em curso de formação de membros de comissões de processos administrativos disciplinares promovidos pela Controladoria - Geral da União, pela Corregedoria do Ministério da Economia ou entidade congênere: (um) ponto cada participação, limitada a 2 (dois) pontos.

II - possuir estabilidade no cargo, conforme definido no art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a redação conferida pela Emenda Constitucional n.º 19/98: 7 (sete) pontos.

III - formação acadêmica em Direito e/ou Ciências Contábeis: 2 (dois) pontos, para cada curso de graduação concluído nessas áreas;

IV - participação com êxito em curso relacionado aos temas licitação, contratos administrativos, convênios administrativos, responsabilização de pessoas jurídicas e compliance: 1 (um) ponto cada participação, limitada a 2 (dois) pontos; e

V - experiência comprovada em atividades relacionadas a licitações, contratos administrativos, convênios administrativos, auditoria de contas públicas e de Tomada de Contas Especial: 1 (um) ponto cada participação, limitada a 3 (três) pontos.

§1º Os documentos para comprovação das atividades previstas neste artigo constam no Anexo III desta Portaria.

§2º Havendo o preenchimento das vagas disponíveis em determinada unidade, os candidatos que fizerem opção pela vaga, conforme o nível de prioridade estabelecido, passarão a concorrer às opções subsequentes.

§3º Esgotadas as 14 vagas para ocupação imediata, os candidatos remanescentes, serão listados em ordem de pontuação, para integrarem a lista do cadastro de reserva, limitada ao preenchimento de 9 vagas, de acordo com a forma prevista nos §§1º e 2º do art. 1º desta Portaria.

§4º A convocação para ocupação das vagas do cadastro de reserva dar-se-á de acordo com as vacâncias ocorridas na forma do §1º do art. 1º desta Portaria durante a validade deste PSE.

§5º A convocação para a ocupação das vagas previstas no cadastro de reserva, observará os critérios de pontuação previstos no art. 8º e às opções de localidade informadas em ordem de prioridade, conforme previsto no §1º do art. 3º desta Portaria.

§6º Havendo empate na pontuação classificatória de que trata o caput, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

I - maior número de participação como membro em processo administrativo disciplinar;

I - maior tempo de efetivo exercício no cargo, em dias corridos, contados entre a data da posse e a data de publicação desta Portaria;

III - maior idade.

§7º A classificação provisória e os resultados preliminar e final, com a respectiva classificação, serão publicados no Boletim de Pessoal e Serviços nas datas prováveis indicadas no Anexo IV desta Portaria.

§8º Não caberá recurso das fases "Publicação do resultado preliminar" e "Publicação do resultado final" do PSE - COGER 2021.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A Corregedoria ficará responsável por toda a análise de implemento de requisitos e de mérito da seleção dos servidores de que trata esta Portaria.

Art. 10. Nos termos do §2º do art. 24 da Portaria nº 797, de 2018, os servidores selecionados para remoção serão movimentados para a unidade de destino de acordo com a programação definida pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho e pela Corregedoria, devendo permanecer na nova Unidade por um período mínimo de 3 (três) anos, ficando vedada a participação em qualquer processo seletivo de remoção (PSE) ou processo seletivo de remoção por permuta (PSEP) durante o mesmo prazo.

§1º A lotação do servidor na Corregedoria, após o início efetivo de suas atividades, implica no índice de localidade (i) 3,0 para fins pontuação em futuro processo seletivo de remoção (PSR).

§2º Nos termos do §§4º e 5º do art. 6º da Portaria 797, de 2018, quando o cônjuge ou companheiro for servidor deste Ministério e ocorrer a remoção por motivo de saúde ou por processo seletivo, será assegurada ao servidor que tenha participado do presente processo seletivo a movimentação para a unidade de Inspeção do Trabalho da localidade do inicialmente removido, ouvida a SIT, se houver mais de uma unidade de lotação no mesmo município.

Art. 11. É vedado ao servidor selecionado desistir da remoção após a publicação do resultado final do processo seletivo, estando sujeito à efetivação da remoção, nos termos da alínea "c" do inciso III do parágrafo único do art. 36 da Lei nº 8.112, de 1990.

Parágrafo único. O servidor poderá desistir integralmente de sua participação no PSE - COGER 2021 antes da publicação do resultado final.

Art. 12. O cronograma das fases obedecerá ao disposto do Anexo IV desta Portaria, podendo ser alterado na ocorrência de quaisquer eventualidades, observado o interesse exclusivo da Administração.

Parágrafo único. Quaisquer alterações no cronograma de execução serão devidamente formalizadas mediante publicação no Boletim de Pessoal e Serviços, com comunicado aos servidores, enviado às respectivas correspondências eletrônicas institucionais, o qual deverá trazer o novo cronograma a ser considerado.

Art. 13. O presente processo seletivo terá validade de 3 anos a contar da data de publicação do resultado final.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela SEPRT, ouvida a SIT, conforme art. 26 da Portaria 797, de 2018, sem prejuízo de prévia manifestação da Corregedoria.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

BRUNO BIANCO LEAL

ANEXO I

LOCALIDADE	VAGAS IMEDIATAS (14)
Sede da Corregedoria - Brasília /DF	5
Escritório de Corregedoria - Rio de Janeiro	2
Escritório de Corregedoria - São Paulo	4
Escritório de Corregedoria - Minas Gerais	3

ANEXO II

AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO - QUANTITATIVO		
UF	TOTAL	LIMITE DE CLASSIFICAÇÃO
AC	10	1
AL	29	2
AM	22	2
AP	8	1
BA	103	10
CE	91	9
DF	61	6
ES	63	6
GO	57	5
MA	29	2
MG	226	22
MS	30	3
MT	42	4
PA	56	5
PB	40	4
PE	70	7
PI	49	4
PR	94	9
RJ	237	23
RN	52	5
RO	19	1
RR	10	1
RS	155	15
SC	74	7
SE	31	3
SP	309	30
TO	21	2
SIT	42	4
CGR	5	1
ME - OUTRAS UNIDADES	29	2
TOTAL	2064	-
**Conforme extraído do SFITWEB e ajustes realizados em 28/09/20*		

ANEXO III

ATIVIDADES	DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS
Art. 8º, I, alíneas a, b, c e f (participação como membro de comissão de processo administrativo disciplinar, sindicância contraditória, sindicância investigativa e sindicância patrimonial)	Portaria de designação da comissão, publicada no DOU ou em Boletim de Pessoal e Serviços.
Art. 8º, I, alínea d (análise de processo de natureza disciplinar - juízo de admissibilidade correcional, análise de conformidade e análise pré-julgamento)	Expediente de análise com assinatura do servidor como autor da análise e respectiva assinatura do servidor aprovador da análise.
Art. 8º, I, alínea e (encarregado de caso de investigação preliminar ou correição)	Ordem de serviço ou documento similar assinado pela autoridade competente que instaurou o respectivo procedimento.
Art. 8º, I, alínea g (exercício de atividade de defensor dativo em processo disciplinar)	Portaria de designação como defensor dativo, publicada no DOU ou em Boletim de Pessoal e Serviços.
Art. 8º, I, alínea h (participação com êxito em curso de formação de membros de comissões de processos administrativos disciplinares promovidos pela Controladoria - Geral da União, pela Corregedoria do Ministério da Economia ou entidade congênere)	Certificado de conclusão do curso.
Art. 8º, II (Possuir estabilidade no cargo, conforme definido no art. 41 da Constituição Federal de 1988, com a redação conferida pela Emenda Constitucional n.º 19/98)	Informação prestada pela Diretoria de Gestão de Pessoas (por e-mail, oficio ou expediente equivalente).
Art. 8º, III (formação acadêmica em Direito e Ciências Contábeis)	Certificado de conclusão do curso.
Art. 8º, IV (participação com êxito em curso relacionado aos temas licitação, contratos administrativos, convênios administrativos, responsabilização de pessoas jurídicas e compliance)	Certificado de conclusão do curso.
Art. 8º, V (experiência comprovada em atividades relacionadas a licitações, contratos administrativos, convênios administrativos, auditoria de contas públicas e de Tomada de Contas Especial)	Portaria de designação como: -membro de comissão de tomada de contas especial; -membro de comissão de licitação; -fiscal ou gestor de contratos; -executor de convênios.

ANEXO IV

CRONOGRAMA				
Ref (art)	Evento	Responsável	Data	Hora Limite
Art. 3º	Disponibilização do formulário de interesse por meio do endereço: https://bit.ly/2ZJIeGw	Corregedoria	14/06/2021	18h
Art. 3º, §§1º a 6º	Preenchimento e envio do formulário de interesse ao e-mail: processoseletivo.coger@economia.gov.br	Servidor	14 a 21/06/2021	18h
Art. 4º	Publicação da classificação provisória	Corregedoria	28/06/2021	18h
Art. 4º, §§1ºe 2º	Interposição de recurso	Servidor	28 a 30/06/2021	22h
Art. 5º	Resultado Preliminar	Corregedoria	06/07/2021	18h
Art. 11, §1º	Prazo para desistência	Servidor	06 a 08/07/2021	18h
Art. 6º	Publicação do resultado final	Corregedoria	12/07/2021	18h

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 8 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, em cumprimento ao OFÍCIO - 0142900-49.2006.5.15.0132 (15690445), procedente da 5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO; com fundamento na Nota Técnica SEI nº 22419/2021/ME (15725359), resolve:

Cancelar o processo 46000.006862/2005-60, CNPJ: 07.353.900/0001-61, de interesse do Sindiaeroespacial SP - Sindicato Trabalhadores Setor Aeroespacial, nos termos do art. 27, inciso IV, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 25868/2021/ME (16195751), resolve:

NOTIFICAR os representantes legais do Sindicato dos Professores dos Municípios de Brejão e Jucati - SINPROMBJ no estado de Pernambuco (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46213.006989/2019-89 (SC20464), CNPJ: 33.260.309/0001-70 e o SINDUPROM/PE - SINDICATO ÚNICO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO NO ESTADO DE PERNAMBUCO (impugnante), Processo de impugnação 19964.104274/2021-40 (SEI 14574849), CNPJ nº 10.569.456/0001-20, para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 9 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26445/2021/ME (16316005), resolve:

DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Jandaíra/RN, CNPJ 24.530.602/0001-19, Processo nº 19964.101412/2020-58, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, no município de Jandaíra/RN, em áreas não superiores a 02 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, com abrangência municipal e base territorial no município de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT 25616/2021/ME (SEI16154467), resolve:

ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.107431/2021-79, de interesse do Sindicato das Indústrias de Material plástico do Vale dos Vinhedos - SIMPLAVI , CNPJ 05.159.903/0001-33, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47, da Portaria n.º 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26094/2021/ME (15252550), resolve:

DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Minas Gerais - SAAEGM, CNPJ 21.018.023/0001-01 , Processo nº 46211.004908/2016-83, para representar a Categoria Profissional dos

Auxiliares de Administração Escolar - Trabalhadores em Estabelecimentos Privados de Ensino que exerçam suas atividades laborais não docentes em estabelecimentos ou instituições privadas de ensino que ministrem educação básica e superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial, cursos livres, excetuando-se a categoria dos professores , com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Abaeté, Abre Campo, Acaiaca, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Alvinópolis, Alvorada de Minas, Amparo do Serra, Angelândia, Araçaí, Araponga, Arapuá, Araújos, Arcos, Aricanduva, Baldim, Bambuí, Barão de Cocais, Barra Longa, Bela Vista de Minas, Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Biquinhas, Bom Despacho, Bom Jesus do Amparo, Bonfim, Bonfinópolis de Minas, Brás Pires, Brumadinho, Cabeceira Grande, Cachoeira da Prata, Caetanópolis, Caeté, Caiana, Cajuri, Camacho, Campo Belo, Campos Altos, Cana Verde, Canaã, Candeias, Caparaó, Capela Nova, Capim Branco, Caputira, Caranaíba, Carandaí, Carangola, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmo do Paranaíba, Carmópolis de Minas, Casa Grande, Catas Altas, Catas Altas da Noruega, Cedro do Abaeté, Chalé, Cipotânea, Cláudio, Coimbra, Conceição do Mato Dentro, Conceição do Pará, Confins, Congonhas, Congonhas do Norte, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Cordisburgo, Córrego Danta, Córrego Fundo, Couto de Magalhães de Minas, Cristiano Otoni, Crucilândia, Datas, Desterro de Entre Rios, Diogo de Vasconcelos, Divinésia, Divino, Divinópolis, Divisópolis, Dom Joaquim, Dom Silvério, Dores do Indaiá, Dores do Turvo, Doresópolis, Durandé, Entre Rios de Minas, Ervália, Esmeraldas, Espera Feliz, Estrela do Indaiá, Faria Lemos, Felício dos Santos, Felixlândia, Ferros, Fervedouro, Florestal, Formiga, Fortuna de Minas, Funilândia, Gouveia, Guaraciaba, Guarda-Mor, Guimarânia, Ibiá, Ibirité, Igarapé, Igaratinga, Iguatama, Inhaúma, Inimutaba, Itabira, Itabirito, Itaguara, Itambé do Mato Dentro, Itapecerica, Itatiaiuçu, Itaúna, Itaverava, Jaboticatubas, Japaraíba, Jeceaba, Jenipapo de Minas, Jequeri, Jequitibá, João Monlevade, José Gonçalves de Minas, Juatuba, Lagamar, Lagoa da Prata, Lagoa Dourada, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Lagoa Santa, Lajinha, Lamim, Leandro Ferreira, Leme do Prado, Luisburgo, Luz, Manhuaçu, Manhumirim, Maravilhas, Mariana, Mário Campos, Martinho Campos, Martins Soares, Mata Verde, Mateus Leme, Matipó, Matozinhos, Matutina, Medeiros, Miradouro, Moeda, Moema, Monjolos, Monte Formoso, Morada Nova de Minas, Morro do Pilar, Nova Lima, Nova Serrana, Nova União, Oliveira, Onça de Pitangui, Oratórios, Orizânia, Ouro Branco, Ouro Preto, Paineiras, Pains, Palmópolis, Papagaios, Pará de Minas, Paraopeba, Passa Tempo, Passabém, Patos de Minas, Paula Cândido, Pedra Bonita, Pedra do Anta, Pedra do Indaiá, Pedra Dourada, Pedro Leopoldo, Pequi, Perdigão, Piedade de Ponte Nova, Piedade dos Gerais, Pimenta, Piracema, Piranga, Pitangui, Piumhi, Pompéu, Ponte Nova, Porto Firme, Pratinha, Presidente Bernardes, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Presidente Olegário, Prudente de Morais, Quartel Geral, Queluzito, Raposos, Raul Soares, Reduto, Resende Costa, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Casca, Rio Doce, Rio Espera, Rio Manso, Rio Paranaíba, Rio Piracicaba, Rio Vermelho, Ritápolis, Rosário da Limeira, Sabará, Santa Bárbara, Santa Cruz do Escalvado, Santa Luzia, Santa Margarida, Santa Maria de Itabira, Santa Rosa da Serra, Santana de Pirapama, Santana do Jacaré, Santana do Manhuaçu, Santana do Riacho, Santana dos Montes, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Grama, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Monte, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santo Hipólito, São Brás do Suaçuí, São Francisco de Paula, São Francisco do Glória, São Geraldo, São Gonçalo do Abaeté, São Gonçalo do Pará, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Gonçalo do Rio Preto, São Gotardo, São João do Manhuaçu, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, São José da Varginha, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, São Roque de Minas, São Sebastião do Oeste, São Sebastião do Rio Preto, São Tiago, Sarzedo, Sem-Peixe, Senador Firmino, Senador Modestino Gonçalves, Senhora de Oliveira, Sericita, Serra Azul de Minas, Serra da Saudade, Serra do Salitre, Serro, Sete Lagoas, Simonésia, Tapira, Tapiraí, Taquaraçu de Minas, Teixeiras, Tiros, Tombos, Unaí, Uruana de Minas, Urucânia, Vargem Bonita, Varjão de Minas, Vazante, Veredinha, Vermelho Novo, Vespasiano, Viçosa e Vieiras, no Estado de Minas Gerais/MG, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 22311/2021/ME (SEI 15710306), resolve:

PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 19964.106414/2021-14, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES DE MONTAGEM E MANUTENCAO INDUSTRIAL DO MUNICIPIO DE SAO JOAO DA BARRA -RJ - SINTRAMON SAO JOAO DA BARRA, CNPJ n.º 41.178.287/0001-21, para representação da categoria profissional dos trabalhadores de montagem e manutenção industrial, com abrangência municipal e base territorial no município de São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26051/2021/ME (16246655), resolve:

ARQUIVAR o pedido de registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE IACU - BA, CNPJ 13.267.182/0001-03, Processo 46204.002071/2016-27, nos termos do art. 22, inciso VI, da Portaria 17.593/2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25590/2021/ME (16150604), resolve:

ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46373.000053/2015-88 (SC17387), de interesse do SINDICAM ORLANDIA - Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens ou dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Cargas em Geral do Município de Orlândia e Região, CNPJ 22.950.314/0001-98, com fulcro no art. 22, inciso I c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26123/2021/ME (SEI 16256389), resolve:

ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.107628/2021-16, de interesse do SINTRAJUFE - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do Rio Grande do Sul, CNPJ 03.506.951/0001-25, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na NT 26069/2021/ME, resolve:

DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal da Administração Direito, Indireta, Ativos e Inativos, Sociedades de Economia Mista e Câmara Municipal do Município de Arraial - PI - SINTASP-PI, CNPJ nº 74.192.014/0001-90, para representação da categoria profissionais no Serviço Público Municipal, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Arraial, Estado de Piauí, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil; CNPJ nº 33.721.911/0001-67; Processo nº 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria Serviço Público Municipal no município de Arraial, Estado de Piauí, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26244/2021/ME, resolve:

DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Paramirim - Bahia, CNPJ 13.675.376/0001-48, Processo 46204.002275/2016-68, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares àqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Paramirim, no Estado da Bahia/BA, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26410/2021/ME (16310346), resolve:

ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46208.011546/2017-17, de interesse do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Moiporá, Ivolândia e Cachoeira de Goiás, CNPJ 06.137.348/0001-01, nos termos do art. 22, incisos I e XI c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 10833/2021/ME (SEI 14209903), resolve:

DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE IPAPORANGA - CE, CNPJ 35.045.343/0001-57, Processo 46205.004373/2015-49 (SC16905), para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a dois módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial Ipaporanga no Estado do Ceará, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26182/2021/ME (SEI 16267277), resolve:

ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46200.000296/2019-21, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte de Valores do Estado do Acre, CNPJ n.º 30.756.264/0001-30, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999, art. 22, inciso I e XI e art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26097/2021/ME (SEI 16252871), resolve:

ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical do SINDICATO RURAL DE CUTIAS, CNPJ n.º 02.737.601/0001-07, referente ao Processo n.º 46203.001489/2014-65, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999 e art. 22, inciso VI c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 455/2021/ME (12870199), resolve:

ARQUIVAR o registro de alteração estatutária nº 46312.001598/2014-45, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES E SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - SINDSAD-MS, CNPJ 01.952.241/0001-01, nos termos do art. 22, incisos I, IX e XI c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26090/2021/ME (16252166), resolve:

DEFERIR o registro sindical à FENDEPOL - Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil, CNPJ 20.418.797/0001-59, Processo n° 19964.107516/2021-57, com abrangência Nacional, para a seguinte representação: Coordenação das entidades a ela filiadas que tenham a representação da categoria dos Delegados de Polícia Civil de todas as unidades da República Federativa do Brasil, nos termos do inciso VI do art. 21 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25947/2021/ME (SEI 16217408), resolve:

ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46222.005109/2018-67, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICIPIO DE TRAIRAO, ESTADO DO PARÁ, CNPJ n.º 23.063.654/0001-60, nos termos do Art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26125/2021/ME (SEI 16256955), resolve:

PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46223.008191/2016-18, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE TIMBIRAS - MA, CNPJ 01.651.691/0001-56, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto-Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Timbiras, no Estado do Maranhão, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26095/2021/ME (SEI 16252832), resolve:

PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46213.004112/2016-19, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SAO JOSE DO EGITO-PE - SRT, CNPJ 00.812.699/0001-94, para representação da categoria dos Trabalhadores (as) rurais agricultores e agricultoras familiares, aqueles (as) que ativos (as) ou aposentados (as) rurais, proprietários (as) ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto-Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de São José do Egito, no Estado do Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25713/2021/ME (SEI 16167937), resolve:

PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46224.003935/2017-71, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE MARI/PB - STR, CNPJ 08.907.552/0001-90, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares os(as) que, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, ativos e aposentados, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971; sendo que a sua área não poderá exceder a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Mari, no Estado da Paraíba, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical Substituto, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício n.º 97571 (SEI 15114046), respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve:

NOTIFICAR o Representante Legal do Sindicato dos Empregados Rurais de Bariri e Itaju, CNPJ nº 44.691.723/0001-50, Processo nº 46254.001338/2017-54, para a apresentação no prazo de 20(vinte) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999, §2º do art. 21 art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício SEI 272628/2020/ME, respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve:

NOTIFICAR o Representante Legal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Macambira Sergipe, CNPJ 18.978.236/0001-62, Processo 46221.003906/2015-77 (SC17048), para a apresentação no prazo de 15(quinze) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de

arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020. A notificação poderá ser consultada mediante "consulta pública de processos" acessando o link do Ministério da Economia sei.economia.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Para realizar o pagamento da Guia de Recolhimento da União - GRU, relativo ao custo das publicações no Diário Oficial da União - DOU, a entidade sindical deverá utilizar as seguintes informações: Acessar o site http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp. Preencher os Campos da GRU com os seguintes dados:Unidade Gestora (UG): 380916; Gestão: 00001; Código de Recolhimento: 68888-6; Número de referência: 38091800001-3947

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 9 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do OFÍCIO SEI Nº 305202/2020/ME, respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve:

NOTIFICAR o Representante Legal do SIMC - SINDICATO DOS MUNICIPÁRIOS DE CHARQUEADAS, CNPJ nº 88.752.167/0001-50, Processo nº 46218.013924/2017-88, para a apresentação da documentação solicitada, nos prazos e formas estipulados no referido ofício, a partir desta publicação, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, incisos I e XI, da Portaria 17.593/2020. A notificação poderá ser consultada mediante "consulta pública de processos" acessando o link do Ministério da Economia: sei.economia.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do OFÍCIO SEI Nº 79834/2021/ME, respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve:

NOTIFICAR o Representante Legal do SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE JUINA - SINDJUINA, CNPJ 27.516.287/0001-63, Processo nº 46210.001149/2017-98, para a apresentação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, incisos VI e XI, da Portaria 17.593/2020. A notificação poderá ser consultada mediante "consulta pública de processos" acessando o link do Ministério da Economia sei.economia.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25940/2021/ME (SEI 16215899), resolve:

ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical do SINDCHAPADA - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E DO PODER LEGISLATIVO DE CHAPADA GAÚCHA - MG, CNPJ n.º 09.815.681/0001-10, referente ao Processo n.º 46211.002883/2017-64, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999 e art. 22, inciso VI c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 10594/2021/ME (14185668), resolve:

ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46201.001049/2016-90, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Passo Camaragibe/AL - STTAR, CNPJ nº 02.408.399/0001-70, nos termos do art. 22, inciso I, da Portaria nº 17.5953/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25928/2021/ME (SEI 16213416), resolve:

DEFERIR o registro sindical ao STTR - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE ITAQUITINGA , CNPJ nº 28.750.144/0001-84, Processo nº 46213.020670/2017-02, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior da 02 (dois) módulos rurais, com abrangência MUNICIPAL e base territorial no Município de Itaquitinga, Estado de PERNAMBUCO, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve:

ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAQUITINGA, CNPJ 11.490.174/0001-04, Processo L062 P027 A1970; excluindo a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior da 02 (dois) módulos rurais; no Município de Itaquitinga, Estado de PERNAMBUCO, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25998/2021/ME (16234470), resolve:

ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46216.000076/2017-67, de interesse da FETRACOM-RO - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS, TERCEIRZADOS, TURISMO E HOSPITALIZADE DO ESTADO DE RONDÔNIA, CNPJ 26.867.375/0001-47, nos termos do art. 22, incisos V e XI c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26066/2021/ME (16249139), resolve:

ARQUIVAR o pedido de registro sindical nº 46302.000670/2015-17, de interesse do SISEMBO - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Borda da Mata e Tocos do Moji, CNPJ 09.562.213/0001-81, nos termos do art. 22, incisos VI e XI c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26135/2021/ME (16259419), resolve:

DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Alcântara - MA, CNPJ 06.231.237/0001-60, Processo nº 46223.007915/2016-06, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, ativos e aposentados, na base territorial do município de Alcântara - Maranhão. Para efeito deste Estatuto, integram a categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a dois módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Alcântara, Estado do Maranhão, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26143/2021/ME (16260578), resolve:

DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Bequimão - MA, CNPJ 41.498.668/0001-98, Processo nº 46223.002529/2016-10, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Bequimão, Estado do Maranhão, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26243/2021/ME (16280493), resolve:

DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, TINTAS, FERRAGENS E MAQUINISMOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO - SINDIMACO, CNPJ 17.265.869/0001-60, Processo nº 46211.006035/2017-24, para representar a Categoria Econômica do comércio varejista e atacadista de material de construção, tintas, ferragens e maquinismos, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Confins, Contagem, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, São José da Lapa e Vespasiano, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26237/2021/ME (16278477), resolve:

DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DAS EMPRESAS LOCADORAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DO MARANHÃO - SINDLOC-MA, CNPJ 27.741.936/0001-20, Processo nº 46223.004673/2017-71, para representar a Categoria Econômica das empresas locadoras de veículos automotores, com abrangência estadual e base territorial no Estado de Maranhão, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25944/2021/ME (SEI 16216848), resolve:

DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultora e Agricultoras Familiares de Tabira/PE, CNPJ nº 09.654.559/0001-00, Processo nº 46213.000082/2016-63, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores Rurais agricultores familiares que desempenham suas atividades em área igual ou superior a 02 (dois) módulos rurais, na forma do Decreto-Lei n. 1.166/71 ou lei que venha a substitui-la, pelos estatutos da CONTAG e da FETAPE, com abrangência MUNICIPAL e base territorial no Município de Tabira, Estado de PERNAMBUCO, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 25538/2021/ME, resolve:

DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Contabilistas de Santos e Região - SINCONSANTOS, CNPJ 58.238.536/0001-20, Processo 46219.023404/2015-10, para representar a Categoria dos Contabilistas, aquele que, graduado em curso universitário como CONTADOR ou qualificado por curso de nível médio regular como TÉCNICO EM CONTABILIDADE, esteja registrado no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, e portanto, legalmente habilitado a prestar serviços de natureza técnico-científica de Contabilidade com a liberdade de execução que lhe é assegurada pela Lei de Regência da Profissão Contábil, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Bertioga, Cajati, Cananéia, Cubatão, Eldorado, Guarujá, Iguape, Ilha Comprida, Itanhaém, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Mongaguá, Pariquera-Açu, Pedro De Toledo, Peruíbe, Praia Grande, Registro, Santos, São Vicente e Sete Barras, no Estado de São Paulo/SP, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 3.921, DE 7 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa WORLD BLUE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ Nº 01.358.125/0001-50, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Antônio Haendchen, nº 150, Bairro Guarani, na cidade de Brusque/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 3.941, DE 7 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa MALHARIA PRINCESA S/A inscrita no CNPJ Nº 84.685.056/0001-17, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Avenida Santos Dumont, nº 7555, Bairro Zona Industrial Norte, na cidade de Joinville/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.166, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa DIMENSÃO INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA inscrita no CNPJ Nº 81.374.332/0001-38, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua:

Ademar Irio Vasel, nº 52, Bairro Centenário, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.168, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa SEC FERRAMENTAS EIRELI inscrita no CNPJ Nº 31.512.620/0001-33, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Friedrich Wilhelm Sonnenhohl, Bairro Vila Lalau, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.170, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa TEXTIL CRISTINA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 09.571.292/0001-97, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Leoberto Leal, nº 660, Bairro Centro, na cidade de Ilhota/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.175, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa CONFECÇÕES ALUI EIRELI inscrita no CNPJ Nº 14.123.769/0001-01, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: José Bernardo Barbieri, nº 166, Bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.176, DE 4 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa PIKOLIN BRASIL INDÚSTRIA DE COLCHÕES LTDA inscrita no CNPJ Nº 33.663.920/0001-49, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a BR 280, KM 58, Bairro Centro, na cidade de Guaramirim/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.179, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa MTJ USINAGEM EIRELI-ME inscrita no CNPJ Nº 28.127.964/0001-14, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua:Franz Volles, nº 930, Bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.180, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa MLC SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA inscrita no CNPJ Nº 26.271.525/0001-55, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Dona Francisca, nº 7.796, Galpão 2C, Zona Industrial Norte, na cidade de Joinville/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.183, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa CONDOR NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA inscrita no CNPJ Nº 07.049.845/0003-82, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Barão do Rio Branco, s/nº, Bairro Fundos, na cidade de São Bento do Sul/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.184, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa CONDOR INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA (FILIAL) inscrita no CNPJ Nº 12.073.475/0002-78, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Augusto Klimmek, nº 325, Bloco D, Bairro Centro, na cidade de São Bento do Sul/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.195, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa CONDOR PINCÉIS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 09.217.430/0001-34, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Barão do Rio Branco, s/nº, Bairro Fundos, na cidade de São Bento do Sul/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.196, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa CONDOR S/A inscrita no CNPJ Nº 86.046.448/0001-61, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Augusto Klimmek,

nº 325, Bairro Centro, na cidade de São Bento do Sul/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.197, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa CONDOR INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA (MATRIZ) inscrita no CNPJ Nº 12.073.475/0001-97, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: José Fendrich, nº 450, Bairro Progresso, na cidade de São Bento do Sul/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.199, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa FONTEC EMPREENDIMENTOS TECNOLÓGICOS EM INFORMÁTICA EIRELI inscrita no CNPJ Nº 00.250.445/0001-20, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Avenida Madre Benvenuta, nº 1129, Sala 1 a 3, Bairro Santa Mônica, na cidade de Florianópolis /SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.762, DE 27 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa FIAÇÃO BOTUVERÁ LTDA, inscrita no CNPJ Nº 79.012.571/0001-04 , para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rodovia SC 486, KM 47, s/nº, Bairro Salto, na cidade de Botuverá/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.763, DE 27 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa DIKLATEX INDÚSTRIA TÊXTIL S/A, inscrita no CNPJ Nº 72.020.118/0001-92, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Dorothóvio do Nascimento, nº 2.500, Bairro Jardim Sofia, na cidade de Joinville/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.765, DE 27 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa TECIDOS DONA FRANCISCA S/A inscrita no CNPJ Nº 84.692.268/0001-21, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rodovia BR 101, KM 29, Bairro Pirabeiraba, na cidade de Joinville/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.769, DE 27 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa MALHAS WILSON LTDA, inscrita no CNPJ Nº 83.093.021/0001-26, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Hermann Berndt, nº 111, Bairro Industrial, na cidade de Timbó/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.772, DE 27 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa MALHAS WILSON LTDA, inscrita no CNPJ Nº 83.093.021/0006-30, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Hermann Berndt, nº 310, Bairro Industrial, na cidade de Timbó/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 4.774, DE 27 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa MALHAS WILSON LTDA, inscrita no CNPJ Nº 83.093.021/0007-11, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Santa Catarina, nº 36, Bairro Centro, na cidade de Doutor Pedrinho/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 5.119, DE 4 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa V H DUIM SANCHEZ EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 31.176.967/0001-52, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Avenida Prefeito Silvestre Nunes Junior, nº 1500, Bairro Areião, na cidade de Canelinha/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 5.120, DE 4 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa E G FRANESI LTDA inscrita no CNPJ Nº 38.463.593/0001-03, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: José Adolfo Mafra,

nº 180, Bairro Indaiá, na cidade de Nova Trento/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 5.121, DE 4 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa LPCS TINTURARIA TÊXTIL - EIRELL, inscrita no CNPJ Nº 28.844.513/0001-06, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: José Adolfo Mafra, nº 180, Bairro Indaiá, na cidade de Nova Trento/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 5.122, DE 4 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa PVZ SAMPAIO EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 29.574.768/0001-50, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: José Adolfo Mafra, nº 180, Bairro Indaiá, na cidade de Nova Trento/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 5.123, DE 4 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa R L SANCHEZ-EIRELI inscrita no CNPJ Nº 29.575.823/0001-27, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: José Adolfo Mafra, nº 180, Bairro Indaiá, na cidade de Nova Trento/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 5.125, DE 4 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa V H DUIM SANCHEZ EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 31.176.967/0001-52, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Avenida Prefeito Silvestre Nunes Junior, nº 1500, Bairro Areião, na cidade de Canelinha/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 5.126, DE 4 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa FRAS-LE S/A inscrita no CNPJ Nº 88.610.126/0005-52, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Anaburgo, nº 5600, Distrito Industrial, na cidade de Joinville/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 5.129, DE 4 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa WHIRLPOOL S/A inscrita no CNPJ Nº 59.105.999/0039-59, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30(trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Dona Francisca, nº 7.200, Distrito Industrial, na cidade de Joinville/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

RETIFICAÇÃO

No Despacho da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, publicado no D.O.U do dia 9/6/2021, Seção 1, pagina 211, referente ao Processo SEI 14021.160451/2021-02, onde se lê: "Esta Certidão tem validade de 180 dias (...)", leia- se: "Esta Certidão tem validade de 360 dias (...)".

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 51, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a abertura de Procedimento Aduaneiro de Investigação de Origem Preferencial de filmes/etiquetas autoadesivas chilenas.

O DELEGADO-ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 298 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Portaria Coana nº 25, de 20 de maio de 2019, no Sexagésimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE 35), Anexo 13 (Regime de Origem), Art. 27, internalizado por meio do Decreto nº 9.968, de 8 de agosto de 2019, e ainda no Art. 19, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.864, de 27 de dezembro de 2018, DECLARA:

Art. 1º Ter sido aberto, nesta data, Procedimento Aduaneiro de Investigação de Origem Preferencial, nos termos abaixo especificados:

I - Descrição das Mercadorias: filmes/etiquetas autoadesivas;

II - Códigos Tarifários (NCM): 3919.10.10, 3919.10.90, 3919.90.10, 3919.90.20, 3919.90.90;

III - Exportador/Nacionalidade: Ritrama S.A./Chile;

IV - Produtor ou Fabricante/Nacionalidade: Ritrama S.A./Chile;

V - Entidade Certificante: Sociedad de Fomento Fabril - SOFOFA;

VI - Importador Nacional: Razac International Trade LTDA;

VII - Período de investigação: 01/2017 a 12/2020.

VIII - Prazo máximo para conclusão da investigação: 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de abertura, conforme Art. 33, 34 e 42 do ACE 35.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OTÁVIO LIRA FERREIRA MAIA MARTINS
Delegado-Adjunto

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BSA Nº 13, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Declara a NULIDADE da CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 364, VI, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, em face do disposto no art. 14 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014, resolve:

Art.1º - Declarar NULA as CERTIDÕES POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, emitidas indevidamente em favor do contribuinte EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, CNPJ: 34.028.316/0001-03, constante do processo administrativo N. 10265.390428/2021-19, conforme relação abaixo:

CÓDIGO DE CONTROLE	DATA DE EMISSÃO	HORÁRIO	DATA DE VALIDADE
EC54.F3E7.39DE.E863	08/06/2021	11:45:21	05/12/2021
A33E.C7AD.F3F7.07EF	08/06/2021	11:44:01	05/12/2021
3F9A.CE79.5C69.00F3	08/06/2021	11:41:10	05/12/2021
C9A8.0437.0F53.A9A7	08/06/2021	11:26:02	05/12/2021

9D2C.9AED.D2D3.1BF9	08/06/2021	11:25:46	05/12/2021
FDA3.0F8B.66D2.1EFA	08/06/2021	11:24:10	05/12/2021
AE38.4F06.2FF6.DC6C	08/06/2021	11:23:05	05/12/2021
46AA.B813.7B39.4970	08/06/2021	11:20:25	05/12/2021
36A1.4C57.420C.9AC5	08/06/2021	11:16:45	05/12/2021
74EA.B7F3.7A6F.AB07	08/06/2021	11:16:29	05/12/2021
846C.AA68.9BC1.09E9	08/06/2021	11:13:35	05/12/2021
9FA7.18CB.DCF1.B312	08/06/2021	11:08:51	05/12/2021
A872.4904.8EB1.50FA	08/06/2021	11:08:24	05/12/2021
6079.4E2E.1064.E924	08/06/2021	10:49:49	05/12/2021
4CBF.52E1.ACF2.3ACF	08/06/2021	10:47:30	05/12/2021
E01A.F214.38E6.4D77	08/06/2021	10:47:27	05/12/2021
F5AF.A618.A81C.395B	08/06/2021	10:44:22	05/12/2021
8C9C.C7AB.1D49.EB03	08/06/2021	10:41:13	05/12/2021
723A.0C15.A671.1E08	08/06/2021	10:38:04	05/12/2021
38CD.1F93.08CB.7FB5	08/06/2021	10:34:31	05/12/2021
D322.2611.C71D.FA28	08/06/2021	10:33:51	05/12/2021
C935.B3B8.3A8B.3921	08/06/2021	10:21:50	05/12/2021
C3A0.D309.C192.80D5	08/06/2021	10:21:20	05/12/2021
0174.B1A7.AB12.83C3	08/06/2021	10:12:14	05/12/2021
12DF.09D3.7C19.F037	08/06/2021	10:10:42	05/12/2021
FDD2.FD2C.77E3.124B	08/06/2021	09:48:50	05/12/2021
2FD7.8632.F3A6.5FCE	08/06/2021	09:45:56	05/12/2021
1817.C6E2.A7D4.3EB4	08/06/2021	09:33:00	05/12/2021
A355.96AC.9748.0FD3	08/06/2021	09:18:10	05/12/2021
4AB6.9EC1.14B2.49FF	08/06/2021	09:12:24	05/12/2021
4ACF.19AD.D2E1.7077	08/06/2021	09:09:52	05/12/2021
D646.31CC.BB1E.D1CE	08/06/2021	08:55:45	05/12/2021
DBFE.D332.4CBE.C03F	08/06/2021	08:55:30	05/12/2021
94E2.A2FF.F5B9.324F	08/06/2021	08:47:10	05/12/2021
42CE.5446.1779.5F82	08/06/2021	08:13:28	05/12/2021
5EC0.995F.09AD.88BB	08/06/2021	08:02:21	05/12/2021
5CD6.584F.7D81.B2ED	08/06/2021	06:55:44	05/12/2021
6843.AFBD.9D39.D08E	07/06/2021	21:46:01	04/12/2021
9C86.FE8A.CD01.E17E	07/06/2021	20:18:34	04/12/2021
6345.677D.6A94.41CE	07/06/2021	17:40:41	04/12/2021
5A48.06BE.5C1C.9D8B	07/06/2021	17:34:09	04/12/2021
D9B7.AB79.C65E.2883	07/06/2021	17:18:57	04/12/2021
3165.8E99.2F86.414C	07/06/2021	17:13:33	04/12/2021
98A0.2852.3C04.FA6D	07/06/2021	16:16:59	04/12/2021
110A.831C.FD53.7E35	07/06/2021	16:16:19	04/12/2021
66CD.B82C.0A2D.0650	07/06/2021	16:02:17	04/12/2021
BFB0.B08D.F8BB.B01B	07/06/2021	15:45:41	04/12/2021
3D8B.0404.DAA5.1D72	07/06/2021	15:44:22	04/12/2021
A069.C2A9.91E7.FD08	07/06/2021	15:38:15	04/12/2021
C8DA.1F72.DE1C.F32D	07/06/2021	14:54:39	04/12/2021
DD87.E64D.DF98.53C7	07/06/2021	14:50:08	04/12/2021
2FA5.70D9.3FC3.0943	07/06/2021	14:37:44	04/12/2021
CE8C.97F7.1318.3C6C	07/06/2021	14:32:17	04/12/2021
951F.B614.C2D1.19E2	07/06/2021	14:29:30	04/12/2021
27D1.565C.7828.CD19	07/06/2021	14:18:47	04/12/2021
7596.E503.76BA.0D1C	07/06/2021	14:16:43	04/12/2021
F8BF.8D9B.1FE3.F194	07/06/2021	14:07:25	04/12/2021
51DC.E089.01B8.8597	07/06/2021	14:01:07	04/12/2021
3CD5.CB4C.2583.1B12	07/06/2021	13:56:37	04/12/2021
7C95.E9D8.D9D7.1DAE	07/06/2021	13:39:46	04/12/2021
7E52.9185.6AF1.DDAD	07/06/2021	13:27:48	04/12/2021
98EE.2109.9B65.3A55	07/06/2021	13:04:23	04/12/2021
434A.26CB.9DA4.F30B	07/06/2021	12:59:38	04/12/2021
EDFC.ABBB.BB38.427A	07/06/2021	12:29:08	04/12/2021
C4AC.5B5B.50FF.C4CE	07/06/2021	12:14:53	04/12/2021
BCB4.0D45.3E93.F3E2	07/06/2021	12:14:49	04/12/2021
8EF2.E2BC.C8D4.CFC7	07/06/2021	12:13:34	04/12/2021
80AD.9DCE.3921.C60B	07/06/2021	12:03:54	04/12/2021
8302.4602.5078.4447	07/06/2021	12:02:59	04/12/2021
00C3.CCA7.5748.943E	07/06/2021	11:59:44	04/12/2021
7CB2.B30E.4B11.E7A4	07/06/2021	11:57:02	04/12/2021
5461.FD38.8B8A.B8F0	07/06/2021	11:12:25	04/12/2021
70FF.B5D2.3B2F.6BBE	07/06/2021	11:11:47	04/12/2021
E33E.3651.9140.CC13	07/06/2021	11:10:36	04/12/2021
B46D.FACD.012C.4C60	07/06/2021	11:06:29	04/12/2021
151E.C375.91CD.4206	07/06/2021	11:03:33	04/12/2021
574A.3A4F.5FEC.CF05	07/06/2021	10:44:00	04/12/2021
7B9E.F3AA.F7DA.8A8F	07/06/2021	10:38:48	04/12/2021
165E.083F.05CA.DC34	07/06/2021	10:14:22	04/12/2021
B175.FD7E.E54B.11DC	07/06/2021	10:13:41	04/12/2021
6F82.DE0E.1132.9DA0	07/06/2021	10:09:54	04/12/2021
3A62.D9A1.F3FE.C405	07/06/2021	09:57:51	04/12/2021
8747.41EC.3B50.6A14	07/06/2021	09:44:47	04/12/2021
89BA.1E69.F22F.F530	07/06/2021	09:41:00	04/12/2021
3443.99ED.2C9E.A350	07/06/2021	09:31:56	04/12/2021
59BF.62F3.CC58.2E1F	07/06/2021	09:29:15	04/12/2021
BFB4.435E.A06D.932C	07/06/2021	09:24:20	04/12/2021
6B6B.C1B9.C96B.BC71	07/06/2021	09:18:21	04/12/2021
8C7F.A492.B845.B064	07/06/2021	09:18:06	04/12/2021
1D20.5908.3C9F.355D	07/06/2021	08:58:57	04/12/2021
3049.9B37.1F25.5DC6	07/06/2021	08:55:13	04/12/2021
F5A3.5AF1.29C0.8403	07/06/2021	08:52:23	04/12/2021
E122.1403.B9C4.60C0	07/06/2021	08:25:53	04/12/2021
30DC.7A27.464D.1AD1	07/06/2021	08:25:18	04/12/2021
A2CC.C204.2D9E.0F43	07/06/2021	08:22:41	04/12/2021
6468.9E5D.8286.BD87	07/06/2021	08:22:13	04/12/2021
8B37.7E33.B9BB.69ED	06/06/2021	17:37:07	03/12/2021
94B0.137A.C10E.7F64	04/06/2021	18:04:25	01/12/2021
2F71.452E.135B.92EA	04/06/2021	16:53:40	01/12/2021
E18A.CF08.DD16.467C	04/06/2021	14:08:07	01/12/2021
42C7.E279.0613.7870	04/06/2021	11:53:47	01/12/2021
5820.B4F9.1B9E.B8A0	04/06/2021	11:49:33	01/12/2021
D190.E184.9381.8BA9	04/06/2021	11:08:59	01/12/2021
2273.8D15.9137.5E6E	04/06/2021	10:40:10	01/12/2021
C4FD.F60F.ACA8.7A50	04/06/2021	09:20:39	01/12/2021
6CFD.8808.9CC8.A323	04/06/2021	09:11:38	01/12/2021
0F72.8960.EE80.B16C	04/06/2021	09:08:16	01/12/2021
D3CD.1E0D.39C2.E3D4	03/06/2021	19:07:06	30/11/2021
3108.045F.4467.78F4	03/06/2021	13:18:44	30/11/2021
8DA6.53B2.78D2.4308	03/06/2021	13:02:22	30/11/2021
F1D8.FE39.8516.F0A1	03/06/2021	09:26:15	30/11/2021

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Habilitação no Regime Especial (REIDI), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 290; 360, inciso III; 364, inciso VI, atividade "de benefícios fiscais", do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, seção 1-B, página 1, e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, os arts. 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911 de 11 de outubro de 2020, publicada no DOU de 15/10/2019, seção 1, página 27 e, considerando ainda, o que consta do processo administrativo nº 10166.721.329/2021-10, declara habilitada no referido Regime Especial - REIDI - a pessoa jurídica a seguir qualificada:

I- Nome: TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

II- CNPJ nº :02.281.836/0001-37

III- CNO: nº 70.004.28178/79

IV- Portaria nº 13 DE 05 DE JANEIRO DE 2021, e Anexo, da SECRETARIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS, publicada no DOU de 12 de janeiro de 2021, seção 1, página 28, a qual aprova o enquadramento da citada empresa no referido Regime Especial.

V- Nome do Projeto:"Transnordestina", que tem por objeto a implantação da Ferrovia Nova Transnordestina, nos trechos Missão Velha/CE - Salgueiro/PE(SMV), Salgueiro/PE - Trindade/PE (TS), Trindade/PE - Eliseu Martins/PI (EMT), Salgueiro/PE- Porto de Suape/PE (SPS), Missão Velha/CE - Porto de Pecém/CE (MVP), com extensão de 1.753 km, nos Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, referente ao Contrato de Concessão celebrado em 22 de janeiro de 2014, conforme descrito no Anexo da supracitada Portaria.

VI- Da Execução do Projeto: A beneficiária deste Regime Especial - Reidi - deverá informar à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura quando da conclusão do projeto.

VII- Localidade do Projeto: Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.020 - SRRF04/DISIT, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Ementa: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP INCIDENTE SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS. ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. IMUNIDADE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 636.941/RS, COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o apelo extremo nº 636.941/RS, submetido ao regime de repercussão geral, decidiu que são imunes à Contribuição para o PIS/Pasep, inclusive quando incidente sobre a folha de salários, as entidades beneficentes de assistência social que preencham, cumulativamente, os requisitos constantes dos arts. 9º, IV, "c", e 14 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966) e do art. 29 da Lei nº 12.101, de 2009.

Sendo assim, em virtude do disposto nos arts. 19, VI, "a", e 19-A, III e § 1º, da Lei nº 10.522, de 2002, na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, e na Nota PGFN/CASTF/nº 637, de 2014, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil encontra-se vinculada ao referido entendimento.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 173, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Dispositivos Legais: Constituição Federal, arts. 150, VI, "c", 195, § 7º, e 239; Lei nº 5.172, de 1966, arts. 9º, IV, "c", e 14; Lei nº 10.522, de 2002, arts. 19, VI, "a", e 19-A, III e § 1º; Lei nº 12.101, de 2009, arts. 29, 31 e 32; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Nota PGFN/CASTF/nº 637, de 2014.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Ementa: CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz a parte da consulta que tem por objetivo a prestação de assessoria contábil-fiscal pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, XIV.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Declara alfandegada, a título extraordinário e em caráter eventual, as instalações da empresa CELSE no período de 11/06/2021 a 30/07/2021.

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada através das Portaria SRF nº 13, de 9 de janeiro de 2002 e Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10271.276614/2021-67, DECLARA:

Art. 1° Fica alfandegado, a título extraordinário e em caráter eventual, as instalações da empresa Centrais Elétricas de Sergipe S.A. - CELSE, incluindo a Unidade de Armazenamento e Regaseificação Flutuante (FSRU), operado pela própria empresa, inscrita no CNPJ sob o nº 23.758.522/0001-52, localizado na Rodovia César Franco, SE-100, S/N°, Zona Rural, Barra dos Coqueiros-SE, CEP 49.140-000, para proceder ao recebimento, atracação e descarga do navio LNGC Golar Glacier (IMO: 9654696), face às características da carga, que impossibilita a sua descarga e armazenamento em outro local, e para que, sob controle aduaneiro, se proceda, no período de 11/06/2021 a 30/07/2021, às operações previstas nos incisos I e II do art. 5º do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, e incisos I, II e IV do art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011.

Art. 2º O recinto ora alfandegado ficará sob a jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju, que poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias.

Art. 3º Fica mantido o código Siscomex 5.10.14.02-5 ao recinto.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JUNIOR

RICARDO DA SILVA MACHADO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GOVERNADOR VALADARES/MG Nº 31, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Prod./Engarrafador n° 06103/0197, concedido ao estabelecimento da empresa EVALDO NUNES MONTEIRO, CNPJ 06.336.478/0001-73 através do Ato Declaratório Executivo nº 4 de 10/03/2005, publicado no Diário Oficial da União de 15/03/2005, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463387/2020-48.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 4 de 10/03/2005.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GOVERNADOR VALADARES/MG Nº 32, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06103/0225, concedido ao estabelecimento da empresa CACHACA DACANA LTDA, CNPJ 09.147.656/0001-06 através do Ato Declaratório Executivo nº 9 de 27/02/2009, publicado no Diário Oficial da União de 04/03/2009, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463391/2020-14.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 9 de 27/02/2009.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GOVERNADOR VALADARES/MG Nº 33, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06103/0226, concedido ao estabelecimento da empresa CACHACA DACANA LTDA, CNPJ 09.147.656/0001-06 através do Ato Declaratório Executivo nº 8 de 27/02/2009, publicado no Diário Oficial da União de 04/03/2009, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463391/2020-14.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 8 de 27/02/2009.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GOVERNADOR VALADARES/MG Nº 34, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Prod./Engarrafador n° 06103/0185, concedido ao estabelecimento da empresa PLANALTO AGROPASTORIL LTDA, CNPJ 19.214.055/0001-22 através do Ato Declaratório Executivo nº 38 de 28/10/2003, publicado no Diário Oficial da União de 03/11/2003, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463392/2020-51.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 38 de 28/10/2003.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GOVERNADOR VALADARES/MG Nº 35, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06103/0018, concedido ao estabelecimento da empresa ALCI TRINDADE DE OLIVEIRA, CNPJ 19.621.978/0001-07 através do Ato Declaratório Executivo nº 7 de 25/02/2000, publicado no Diário Oficial da União de 03/03/2000, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463394/2020-40.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 7 de 25/02/2000.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GOVERNADOR VALADARES/MG Nº 36, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06103/0007, concedido ao estabelecimento da empresa ARNO FROEDE JUNIOR & CIA LTDA, CNPJ 20.839.056/0001-41 através do Ato Declaratório Executivo nº 17 de 11/05/2000, publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2000, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.439655/2020-19.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 17 de 11/05/2000.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GOVERNADOR VALADARES/MG Nº 37, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06103/0146, concedido ao estabelecimento da empresa SEVERINA & CANOEIRA AGRO-INDUSTRIAL LIMITADA, CNPJ 42.882.613/0001-40 através do Ato Declaratório Executivo nº 1 de 23/09/1993, publicado no Diário Oficial da União de 28/09/1993, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.439657/2020-08.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 1 de 23/09/1993.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GOVERNADOR VALADARES/MG Nº 38, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06103/0199, concedido ao estabelecimento da empresa PENTAGRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 66.272.485/0001-80 através do Ato Declaratório Executivo nº 9 de 27/04/2005, publicado no Diário Oficial da União de 02/05/2005, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463398/2020-28.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 9 de 27/04/2005.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GOVERNADOR VALADARES/MG Nº 39, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06103/0200, concedido ao estabelecimento da empresa PENTAGRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 66.272.485/0001-80 através do Ato Declaratório Executivo nº 10 de 27/04/2005, publicado no Diário Oficial da União de 02/05/2005, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463398/2020-28.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 10 de 27/04/2005.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GOVERNADOR VALADARES/MG Nº 40, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Atacadista n° 06103/0201, concedido ao estabelecimento da empresa PENTAGRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 66.272.485/0001-80 através do Ato Declaratório Executivo nº 11 de 27/04/2005, publicado no Diário Oficial da União de 02/05/2005, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463398/2020-28.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 11 de 27/04/2005.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GOVERNADOR VALADARES/MG Nº 41, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06103/0166, concedido ao estabelecimento da empresa ARTHUR BERNHARD SEILERT, CNPJ 86.406.931/0001-00 através do Ato Declaratório Executivo nº 84 de 19/12/2002, publicado no Diário Oficial da União de 23/12/2002, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463401/2020-11.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 84 de 19/12/2002.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 14, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06104/0122, concedido ao estabelecimento da empresa INDUSTRIA DE AGUARDENTE RAINHA DA LAGOA LTDA, CNPJ 02.988.765/0001-07 através do Ato Declaratório Executivo nº 129 de 17/12/2009, publicado no Diário Oficial da União de 21/12/2009, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463403/2020-01.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 129 de 17/12/2009.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 15, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06104/0123, concedido ao estabelecimento da empresa INDUSTRIA DE AGUARDENTE RAINHA DA LAGOA LTDA, CNPJ 02.988.765/0001-07 através do Ato Declaratório Executivo nº 130 de 17/12/2009, publicado no Diário Oficial da União de 21/12/2009, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463403/2020-01.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 130 de 17/12/2009.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 16, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06104/0073, concedido ao estabelecimento da empresa INDUSTRIA DE AGUARDENTE BARREIRO LTDA, CNPJ 05.800.643/0001-33 através do Ato Declaratório Executivo nº 18 de 02/05/2005, publicado no Diário Oficial da União de 06/05/2005, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463406/2020-36.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 18 de 02/05/2005.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 17, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06104/0074, concedido ao estabelecimento da empresa INDUSTRIA DE AGUARDENTE BARREIRO LTDA, CNPJ 05.800.643/0001-33 através do Ato Declaratório Executivo nº 19 de 02/05/2005, publicado no Diário Oficial da União de 06/05/2005, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463406/2020-36.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 19 de 02/05/2005.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 18, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06104/0116, concedido ao estabelecimento da empresa INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTACAO DE CACHACA LISBOA LTDA, CNPJ 06.579.018/0001-76 através do Ato Declaratório Executivo nº 103 de 17/09/2009, publicado no Diário Oficial da União de 22/09/2009, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463408/2020-25.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 103 de 17/09/2009.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 19, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06104/0117, concedido ao estabelecimento da empresa INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTACAO DE CACHACA LISBOA LTDA, CNPJ 06.579.018/0001-76 através do Ato Declaratório Executivo nº 104 de 17/09/2009, publicado no Diário Oficial da União de 22/09/2009, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463408/2020-25.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 104 de 17/09/2009.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 20, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06104/0081, concedido ao estabelecimento da empresa MORRO VERMELHO AGROPECUARIA E REFLORESTAMENTO LTDA, CNPJ 07.010.740/0001-58 através do Ato Declaratório Executivo nº 47 de 25/11/2005, publicado no Diário Oficial da União de 28/11/2005, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463410/2020-02.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 47 de 25/11/2005.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 21, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06104/0082, concedido ao estabelecimento da empresa MORRO VERMELHO AGROPECUARIA E REFLORESTAMENTO LTDA, CNPJ 07.010.740/0001-58 através do Ato Declaratório Executivo nº 48 de 25/11/2005, publicado no Diário Oficial da União de 28/11/2005, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463410/2020-02.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 48 de 25/11/2005.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 22, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06104/0166, concedido ao estabelecimento da empresa IND. DE AGUARDENTE E COM. DE HORTIFRUTIGRANJEIROS FLOR DA MANTIQUEIRA LT, CNPJ 08.030.318/0001-27 através do Ato Declaratório Executivo nº 9 de 22/03/2013, publicado no Diário Oficial da União de 25/03/2013, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463411/2020-49.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 9 de 22/03/2013.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 23, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06104/0167, concedido ao estabelecimento da empresa IND. DE AGUARDENTE E COM. DE HORTIFRUTIGRANJEIROS FLOR DA MANTIQUEIRA LT, CNPJ 08.030.318/0001-27 através do Ato Declaratório Executivo nº 10 de 22/03/2013, publicado no Diário Oficial da União de 25/03/2013, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463411/2020-49.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 10 de 22/03/2013.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 24, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06104/0141, concedido ao estabelecimento da empresa UBA CACHACAS NOBRES LTDA, CNPJ 08.273.722/0001-21 através do Ato Declaratório Executivo nº 11 de 20/06/2011, publicado no Diário Oficial da União de 21/06/2011, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463413/2020-38.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 11 de 20/06/2011.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 25, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06104/0136, concedido ao estabelecimento da empresa ENGENHO SANTA CLARA LTDA, CNPJ 11.349.168/0001-23 através do Ato Declaratório Executivo nº 3 de 23/02/2011, publicado no Diário Oficial da União de 25/02/2011, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463414/2020-82.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 3 de 23/02/2011.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 26, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06104/0137, concedido ao estabelecimento da empresa ENGENHO SANTA CLARA LTDA, CNPJ 11.349.168/0001-23 através do Ato Declaratório Executivo nº 4 de 23/02/2011, publicado no Diário Oficial da União de 25/02/2011, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463414/2020-82.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 4 de 23/02/2011.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 27, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06104/0120, concedido ao estabelecimento da empresa AGRO INDUSTRIA COMERCIO BARRINHA LTDA, CNPJ 17.243.643/0001-69 através do Ato Declaratório Executivo nº 113 de 09/10/2009, publicado no Diário Oficial da União de 14/10/2009, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463419/2020-13.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 113 de 09/10/2009.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 28, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06104/0011, concedido ao estabelecimento da empresa AGRO INDUSTRIA COMERCIO BARRINHA LTDA, CNPJ 17.243.643/0002-40 através do Ato Declaratório Executivo nº 18 de 13/01/2000, publicado no Diário Oficial da União de 14/10/2009, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463419/2020-13.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 18 de 13/01/2000.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 29, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06104/0022, concedido ao estabelecimento da empresa SERRARIA UNIAO LTDA, CNPJ 20.141.297/0001-12 através do Ato Declaratório Executivo nº 50 de 31/10/2000, publicado no Diário Oficial da União de 03/11/2000, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463420/2020-30.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 50 de 31/10/2000.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 30, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado

pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06104/0134, concedido ao estabelecimento da empresa O H B DE ALMEIDA IND E COM DE BEBIDAS ALCOOLICAS, CNPJ 23.755.549/0001-91 através do Ato Declaratório Executivo nº 7 de 27/04/2011, publicado no Diário Oficial da União de 28/04/2011, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463423/2020-73.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 7 de 27/04/2011.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JUIZ DE FORA/MG Nº 31, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06104/0135, concedido ao estabelecimento da empresa O H B DE ALMEIDA IND E COM DE BEBIDAS ALCOOLICAS, CNPJ 23.755.549/0001-91 através do Ato Declaratório Executivo nº 2 de 04/01/2011, publicado no Diário Oficial da União de 05/01/2011, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463423/2020-73.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 2 de 04/01/2011.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS Nº 191, DE 2 DE JUNHO 2021

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.384399/2021-98, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica LATICINIOS VIDA COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 71.033.518/0001-70, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 26/05/2021 a 30/04/2024, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.0916858/2021.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS Nº 192, DE 8 DE JUNHO 2021

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.392486/2021-19, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica LATICINIOS DOMINGOS NETO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.078.834/0001-04, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 28/05/2021 a 30/04/2024, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.1025930/2021.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS Nº 194, DE 9 DE JUNHO 2021

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.393017/2021-17, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica INDUSTRIA E COMERCIO IRMAOS E IRMAOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.540.928/0001-46, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/06/2021 a 31/05/2024, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.1025922/2021.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-MC Nº 193, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Declara, a pessoa jurídica que menciona, habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911 de 11/10/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU-30/07/ 2020, e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n°. nº 13031.284421/2021-09, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica CEMIG GERACAO POÇO FUNDO S.A - CNPJ n° 04.451.907/0001-28, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911 /2019 .

A habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria SPE/MME nº 283 de 25/09/2019 -DOU de 27/09/2019, que aprovou o projeto de ampliação para geração de energia elétrica da Pequena Central Hidrelétrica Poço Fundo,- CEG: PCH.PH.MG.002092-3.01, Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.598, de 05/02/2019, de titularidade da Cemig Geração e Transmissão S.A, CNPJ nº 06.981.176/0001-58. A alteração da titularidade do projeto foi autorizada pela Aneel com a Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23/02/ 2021 e Contrato de Concessão nº 001/2021-ANEEL. Foi emitido o ADE DRF -MC N° 175 de 24/05/2021-DOU 26/05/2021 para o cancelamento da habilitação a pedido da Cemig Geração e Transmissão S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.981.176/0001-58 referente ao projeto de ampliação da PCH Poço Fundo,- CEG: PCH.PH.MG.002092-3.01, que foi habilitada pelo ADE RFB DRF BHE nº 85, de 14/10/2019- DOU de 15/10/2019.

NOME DA PESSOA JURIDICA	CEMIG GERACAO POÇO FUNDO S.A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	04.451.907/0001-28
NOME DO PROJETO	Pequena Central Hidrelétrica Poço Fundo
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria SPE/MME nº 283 de 25/09/2019 -DOU de 27/09/2019
SETOR DE INFRAESTRUTUA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DE EXECUÇÃO	Contrato de Concessão nº 001/2021

Art. 2º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.11, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAUJO FLORENCIO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/UBERLÂNDIA/MG Nº 22, DE 31 DE MAIO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06107/0160, concedido ao estabelecimento da empresa BRASIL SILOS, AGRICULTURA E PECUARIA LIMITADA, CNPJ 20.001.426/0004-10 através do Ato Declaratório Executivo nº 41 de 08/07/2009, publicado no Diário Oficial da União de 13/07/2009, tendo em vista a não adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.463376/2020-68.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 41 de 08/07/2009.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO ANTÔNIO COSTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.363688/2021-53, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para pesquisa, exploração e a prestação de serviços EXPRO DO BRASIL SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 06.134.590/0001-21 e as filiais de CNPJ nº 06.134.590/0002-02, 06.134.590/0003-93 e 06.134.590/0006-36, até 06/08/2025, respeitados os termos finais de cada bloco, constantes no Anexo do ADE DECEX Nº 70 de 06/08/2020, publicado no DOU de 10/08/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Trident Energy do Brasil Ltda., CNPJ 33.639.843/0001-91.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 142, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Habilita ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, no Decreto nº 5.649, de 29 de dezembro de 2005, na Instrução Normativa RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, na Portaria SRRF08 nº 452, de 10 de junho de 2020, na Portaria DRF Sorocaba nº 19, de 15 de junho de 2020, e no processo administrativo nº 10166.735220/2021-51, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), a pessoa jurídica AVIBRAS INDUSTRIA AEROESPACIAL SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 60.181.468/0001-51, com efeitos estendidos a todos os seus estabelecimentos.

Art. 2º O benefício de suspensão de que trata este regime poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 3 (três) anos contados da data de publicação deste ato.

Art. 3º Nas notas fiscais relativas à venda deverá constar a expressão "Venda efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nos termos da Lei 11196/2005" e o número deste ADE.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 143, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Habilita a pessoa jurídica no Programa Mais Leite Saudável.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no DOU de 15/09/2020, e pela Portaria DRF/SOR nº 38, de 07/10/2020, publicada no DOU de 13/10/2020 e tendo em vista o disposto no art. 9ºA da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, nos arts. 621 a 657 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13032.493504/2021-79, declara:

Art. 1º Habilitada de maneira definitiva no Programa Mais Leite Saudável a seguinte pessoa jurídica:

Nome Empresarial:	GVINAH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS E PANIFICAÇÃO LTDA
CNPJ:	01.585.358/0001-96
Processo MAPA:	000014.0514525/2020
Prazo de execução:	01/02/2021 a 31/01/2024

Art. 2º Cessada a vigência da habilitação provisória, estando convalidados os seus efeitos.

Art. 3º Esta habilitação será cancelada automaticamente na data do protocolo do relatório de conclusão do projeto de investimento.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA Nº 36, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Suspensão de Registro de Despachante Aduaneiro

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO - SACIT/CURITIBA, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e pelos poderes delegados pela Portaria ALF/CTA n° 3, de 12 de fevereiro de 2021, declara:

Art. 1º A suspensão pelo prazo de 01 (um) mês do Registro de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física, em cumprimento à decisão administrativa proferida nos autos do Processo nº 15165.721295/2020-06, a qual aplicou a referida sanção administrativa com fulcro no art. 76, II, e da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 c/c art. 735, II, e, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro):

CPF	NOME	PROCESSO ADMINISTRATIVO
022.213.379-13	MARCUS FERNANDO DE SOUZA	15165.721295/2020-06

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAPHAEL SCHEFFER CONTIN

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Concede a renovação do Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de distribuidor.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, integrante da Equipe Regional de Benefícios Fiscais (EBEN), em face do disposto nos artigos 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e 5º, 8º e 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e do que consta no processo nº 10166.744776/2021-39, concede:

Art. 1º A renovação do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi), de que tratam os artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de2009, sob o nº DP-10101/00467, pelo prazo de 3 (três) anos, para o estabelecimento da empresa Suzano S.A, CNPJ nº 16.404.287/0275-17, situado na Rua Nelson Teichmann (Cuzeiro), 145 - Distrito Industrial, em Cachoeirinha (RS), com o objetivo de realizar operações na atividade de distribuidor, código CNAE - 4686-9-01, Comércio atacadista de papel e papelão em bruto.

Art. 2º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento da legislação tributária que rege a matéria, em especial as exigências previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018, sob pena de cancelamento de seu registro, nos termos do artigo 11 dessa Instrução, bem como das demais penalidades cabíveis.

Art. 3º Este ato declaratório executivo entra em vigor na dada de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

VALDIR PEDRO LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Concede a renovação do Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de importador.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, integrante da Equipe Regional de Benefícios Fiscais (EBEN), em face do disposto nos artigos 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e 5º, 8º e 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e do que consta no processo nº 10166.744776/2021-39, concede:

Art. 1º A renovação do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi), de que tratam os artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de2009, sob o nº IP-10101/00469, pelo prazo de 3 (três) anos, para o estabelecimento da empresa Suzano S.A, CNPJ nº 16.404.287/0275-17, situado na Rua Nelson Teichmann (Cuzeiro), 145 - Distrito Industrial, em Cachoeirinha (RS), com o objetivo de realizar operações na atividade de importador, código CNAE - 4686-9-01, Comércio atacadista de papel e papelão em bruto.

Art. 2º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento da legislação tributária que rege a matéria, em especial as exigências previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018, sob pena de cancelamento de seu registro, nos termos do artigo 11 dessa Instrução, bem como das demais penalidades cabíveis.

Art. 3º Este ato declaratório executivo entra em vigor na dada de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

VALDIR PEDRO LAZZARI

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
NO PORTO DE RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/RGE Nº 6, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre o Registro de Despachantes Aduaneiros e de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no §3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, nos termos da Instrução Normativa RFB n.° 1.209, de 07 de novembro de 2011:

NOME	CPF	Processo
Roger Chaves Fossati	027.214.410-00	11050.720305/2021-03

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 16, de 08 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO FRANCISCO MIRANDA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/PEL Nº 11, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL) de que tratam os art. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a sociedade empresária que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o Parecer Fiscal e tudo o que mais consta no processo administrativo fiscal nº 11000.723124/2021-16, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL) de que tratam os art. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 a sociedade empresária Escola de Condutores de Veículos Canoense Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 89.469.365/0001-73, com estabelecimento matriz localizado na rua Coronel Vicente nº 202, no município de Canoas, RS, em virtude de:

I - ter incorrido em prática reiterada de infração ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, utilizando-se de artifício visando induzir ou manter a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir tributo apurável na forma do SIMPLES NACIONAL; e

II - ter de forma reiterada não emitido Nota Fiscal de Serviço.

Parágrafo Único Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 01/01/2017, com impedimento de nova opção por 10 (dez) anos.

Art. 2º A exclusão de ofício e seus efeitos decorrem do disposto no inciso V, XI, §§ 1º, 2º e incisos I e II do § 9º do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º É facultado à sociedade empresária, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste ato, manifestar sua inconformidade quanto à exclusão de ofício, ao Delegado de Julgamento da Receita Federal do Brasil, observada a legislação relativa ao processo administrativo-fiscal, nos termos do art. 15 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1072, e, não havendo manifestação nesse prazo a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADRIANE CISMOSKI DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE
EQUIPE REGIONAL DE BENEFÍCIOS FISCAIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Concede a renovação do Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de distribuidor.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, integrante da Equipe Regional de Benefícios Fiscais (EBEN), em face do disposto nos artigos 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e 5º, 8º e 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e do que consta no processo nº 13840.720022/2021-82, concede:

Art. 1º A renovação do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi), de que tratam os artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de2009, sob o nº DP-10101/00330, pelo prazo de 3 (três) anos, para o estabelecimento da empresa International Paper - Comércio de Papel e Participações Arapoti Ltda., CNPJ nº 76.700.103/0019-55, situado na Rua Ary Rosa dos Santos, 233 - Edif. B - Sala 05, Bairro Central Parque, em Cachoeirinha (RS), com o objetivo de realizar operações na atividade de distribuidor, código CNAE - 4686-9-01, Comércio atacadista de papel e papelão em bruto.

Art. 2º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento da legislação tributária que rege a matéria, em especial as exigências previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018, sob pena de cancelamento de seu registro, nos termos do artigo 11 dessa Instrução, bem como das demais penalidades cabíveis.

Art. 3º Este ato declaratório executivo entra em vigor na dada de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

VALDIR PEDRO LAZZZARI

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 110.578, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Atualiza a composição da Comissão Gestora (CG) do convênio celebrado entre o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) com vistas ao intercâmbio de informações, à articulação e à coordenação de atividades comuns, conjuntas ou correlatas.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na cláusula 2.2 do convênio celebrado em 31 de agosto de 2005 entre o Banco Central do Brasil e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica com vistas ao intercâmbio de informações, à articulação e à coordenação de atividades comuns, conjuntas ou correlatas, resolve:

Art. 1º Fica atualizada a composição da Comissão Gestora (CG) do convênio celebrado em 31 de agosto de 2005 entre o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) com vistas ao intercâmbio de informações, à articulação e à coordenação de atividades comuns, conjuntas ou correlatas (Convênio BCB-Cade), que passa a ser integrada pelos ocupantes dos cargos abaixo relacionados:

I - Consultor da Diretoria (Secre);

II - Chefe-Adjunto do Departamento de Gestão Estratégica, Integração e Suporte da Fiscalização (Degef);

III - Chefe-Adjunto do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor);

IV - Chefe-Adjunto do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon); e

V - Chefe-Adjunto do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro (Decem).

Parágrafo único. Ficam designados para compor grupo de apoio à CG:

I - Coordenador do Escritório de Articulação Institucional da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico (Segov/Esart);

II - Chefe-Adjunto do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf);

III - Chefe-Adjunto do Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep); e

IV - Subprocurador-Geral do Banco Central, indicado pelo Procurador-Geral Adjunto titular da Seção de Consultoria e Representação Extrajudicial (PGA-1).

Art. 2º A coordenação da CG, no âmbito do BCB, será exercida pelo Consultor da Diretoria, e, na sua ausência, por servidor por ele designado.

Art. 3º Os representantes designados pelo BCB comporão a CG com os correspondentes representantes designados pelo Cade.

Art. 4º No uso das atribuições e competências previstas no Convênio BCB-Cade, a CG será responsável pela gestão da execução do convênio.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 104.699, de 23 de setembro de 2019.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO

PORTARIA Nº 110.579, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Atualiza a composição da Comissão Gestora (CG) do convênio celebrado entre o Banco Central do Brasil (BCB) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com vistas ao intercâmbio de informações, à articulação e à coordenação de atividades comuns, conjuntas ou correlatas.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na cláusula 2.4 do convênio celebrado em 25 de abril de 2014 entre o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários com vistas ao intercâmbio de informações, à articulação e à coordenação de atividades comuns, conjuntas ou correlatas, resolve:

Art. 1º Fica atualizada a composição da Comissão Gestora (CG) do convênio celebrado em 25 de abril de 2014 entre o Banco Central do Brasil (BCB) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com vistas ao intercâmbio de informações, à articulação e à coordenação de atividades comuns, conjuntas ou correlatas (Convênio BCB-CVM), que passa a ser integrada pelos ocupantes dos cargos abaixo relacionados:

I - Secretário-Executivo (Secre);

II - Chefe do Departamento de Supervisão Bancária (Desup);

III - Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig);

IV - Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban); e

V - Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor).

Parágrafo único. Ficam designados para compor grupo de apoio à CG:

I - Coordenador do Escritório de Articulação Institucional da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico (Segov/Esart);

II - Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon);

III - Chefe do Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias (Desuc);

IV - Chefe do Departamento de Resolução e de Ação Sancionadora (Derad);

V - Chefe-Adjunto do Departamento de Tecnologia da Informação (Deinf);

VI - Chefe-Adjunto do Departamento de Estatísticas (Dstat);

VII - Chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro (Decem);

VIII - Chefe do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial (Dereg); e

IX - Chefe do Departamento de Atendimento Institucional (Deati).

Art. 2º A coordenação da CG, no âmbito do BCB, será exercida pelo Secretário-Executivo, e, na sua ausência, por servidor por ele designado.

Art. 3º Os representantes designados pelo BCB comporão a CG com os correspondentes representantes designados pela CVM.

Art. 4º No uso das atribuições e competências previstas no Convênio BCB-CVM, a CG será responsável pela gestão da execução do convênio.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 91.165, de 17 de novembro de 2016.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO

PORTARIA Nº 110.580, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Atualiza a composição da Comissão Gestora (CG) do convênio celebrado entre o Banco Central do Brasil (BCB) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) com vistas ao intercâmbio de informações, à articulação e à coordenação de atividades comuns, conjuntas ou correlatas.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições, tendo em vista no disposto na cláusula 2.1 do convênio celebrado em 16 de fevereiro de 2016 entre o Banco Central do Brasil (BCB) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) com vistas ao intercâmbio de informações, à articulação e à coordenação de atividades comuns, conjuntas ou correlatas, resolve:

Art. 1º Fica atualizada a composição da Comissão Gestora (CG) do convênio celebrado em 16 de fevereiro de 2016 entre o BCB e a Previc com vistas ao intercâmbio de informações, à articulação e à coordenação de atividades comuns, conjuntas ou correlatas (Convênio BCB-Previc), que passa a ser integrada pelos ocupantes dos cargos abaixo relacionados:

I - Secretário-Executivo (Secre);

II - Chefe do Departamento de Resolução e de Ação Sancionadora (Derad);

III - Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor);

IV - Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon); e

V - Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig).

Parágrafo único. Fica designado para dar apoio à CG o Coordenador do Escritório de Articulação Institucional da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico (Segov/Esart).

Art. 2º A coordenação da CG, no âmbito do BCB, será exercida pelo Secretário-Executivo e, na sua ausência, por servidor por ele designado.

Art. 3º Os representantes designados pelo BCB comporão a CG com os correspondentes representantes designados pela Previc.

Art. 4º No uso das atribuições e competências previstas no Convênio BCB-Previc, a CG será responsável pela gestão da execução do convênio.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 92.877, de 22 de março de 2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO

PORTARIA Nº 110.581, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Atualiza a composição da Comissão Gestora (CG) do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Banco Central do Brasil (BCB) e a Receita Federal do Brasil (RFB) com vistas ao intercâmbio de informações, à articulação e à coordenação de atividades comuns, conjuntas ou correlatas.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na cláusula 2.1 do Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 6 de fevereiro de 2020 entre o Banco Central do Brasil e a Receita Federal do Brasil com vistas ao intercâmbio de informações, à articulação e à coordenação de atividades comuns, conjuntas ou correlatas, resolve:

Art. 1º Fica atualizada a composição da Comissão Gestora (CG) do Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 6 de fevereiro de 2020 entre o Banco Central do Brasil (BCB) e a Receita Federal do Brasil (RFB) com vistas ao intercâmbio de informações, à articulação e à coordenação de atividades comuns, conjuntas ou correlatas (ACT BCB-RFB), que passa a ser integrada pelos ocupantes dos cargos abaixo relacionados:

I - Consultor da Diretoria (Secre);

II - Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig); e

III - Chefe do Departamento de Estatísticas (Dstat).

Parágrafo único. Ficam designados para compor grupo de apoio à CG:

I - Chefe-Adjunto do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf);

II - Chefe-Adjunto do Desig;

III - Chefe-Adjunto do Dstat; e

IV - Coordenador do Escritório de Articulação Institucional da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico (Segov/Esart).

Art. 2º A coordenação da CG, no âmbito do BCB, será exercida pelo Consultor da Diretoria, e, na sua ausência, por servidor por ele designado.

Art. 3º Os representantes designados pelo BCB comporão a CG com os correspondentes representantes designados pela RFB.

Art. 4º No uso das atribuições e competências previstas no ACT BCB-RFB, a CG será responsável pela gestão da execução do acordo.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 107.509, de 11 de maio de 2020.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO

PORTARIA Nº 110.582, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Designa os representantes do Banco Central do Brasil (BCB) na Comissão Gestora (CG) do convênio celebrado entre o BCB e a Superintendência de Seguros Privados (Susep), relativo à ação coordenada de suas atividades de fiscalização, bem como ao intercâmbio de informações e outras atividades correlatas.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na cláusula Sétima do convênio celebrado em 14 de julho de 2005 entre o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Seguros Privados, relativo à ação coordenada de suas atividades de fiscalização, bem como ao intercâmbio de informações e outras atividades correlatas, com vistas a operacionalizar a gestão da execução do referido convênio, resolve:

Art. 1º Ficam designados os representantes do Banco Central do Brasil (BCB) na Comissão Gestora (CG) do convênio entre o BCB e a Superintendência de Seguros Privados (Susep), relativo à ação coordenada de suas atividades de fiscalização, bem como ao intercâmbio de informações e outras atividades correlatas (Convênio BCB-Susep):

I - Consultor da Diretoria (Secre);

II - Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon); e

III - Chefe-Adjunto do Departamento de Gestão Estratégica e Supervisão Especializada (Degef).

Parágrafo único. Ficam designados para compor grupo de apoio à CG:

I - Coordenador do Escritório de Articulação Institucional da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico (Segov/Esart);

II - Chefe de Gabinete do Diretor de Regulação; e

III - Chefe-Adjunto do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig).

Art. 2º A coordenação da CG, no âmbito do BCB, será exercida pelo Consultor da Diretoria, e, na sua ausência, por servidor por ele designado.

Art. 3º Os representantes designados pelo BCB comporão a CG com os correspondentes representantes designados pela Susep.

Art. 4º No uso das atribuições e competências previstas no Convênio BCB-Susep, a CG será responsável pela gestão da execução do convênio.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO

ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPETIÇÃO E DE ESTRUTURA DO MERCADO FINANCEIRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 112, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A Altera a Instrução Normativa BCB nº 49, que estabelece os procedimentos necessários para a adesão ao Pix.

O Chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro (Decem), no uso das atribuições que lhe confere o art. 97-A, inciso X, alínea "b", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, e tendo em conta o disposto no § 3º do art. 25 do Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º O Anexo I à Instrução Normativa BCB nº 49, de 25 de novembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Anexo I - Requisitos para cumprimento dos testes formais para acesso ao DICT

.....

Etapa III - Execução dos testes

.....

Número do teste	Funcionalidade testada	Descrição do teste
1	Registro de *Entry*	Registrar uma chave de cada tipo
2	Consulta a *Entry*	Consultar uma chave de cada tipo. A seu critério, o Banco Central do Brasil pode solicitar a consulta de chaves específicas.
3	Verificação de Sincronismo	Realizar com sucesso uma verificação de sincronismo
4	ACK de *Claim*	Realizar ACK de todas as *claims* geradas pelo Banco Central do Brasil, em que é doador, em até um minuto
5	Fluxo de *Claim*	Criar, confirmar, completar e cancelar pelo menos um *claim*, atuando como reivindicador
6	Fluxo de *Infraction Report*	Criar, confirmar, completar e cancelar pelo menos um *Infraction Report*
7	Fluxo de *Refund*	Criar e completar pelo menos um Refund por falha operacional do PSP do pagador e um Refund por fundada suspeita de fraude.

....." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de outubro de 2021.

ANGELO JOSÉ MONT ALVERNE DUARTE

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 9 DE JUNHO DE 2021

Nº 18.820 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, torna sem efeito o Ato Declaratório CVM Nº 18.817, de 8 de junho de 2021, publicado na p. 216, da Seção 1, do DOU de 9 de junho de 2021, que autorizou BRUNNO MACIEL JANHAKI MOTA, CPF nº 101.110.766-09, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 18.821 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 20213, cancela, a pedido, a autorização concedida a LUÍS FERNANDO OZELIM MARIANO, CPF nº 036.978.581-90, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.822 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a KAPITALO ALOCAÇÃO GLOBAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 40.113.816, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

RAFAEL BARROS CUSTODIO

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 246, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Dispositivos de Retenção para Crianças - Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta no Processo SEI nº 0052600.011863/2020-07, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Consolidado para Dispositivos de Retenção para Crianças, na forma do Regulamento Técnico da Qualidade, dos Requisitos de Avaliação da Conformidade e das Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade, fixados, respectivamente, nos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º O Regulamento Técnico da Qualidade, estabelecido no Anexo I, determina os requisitos, de cumprimento obrigatório, referentes à segurança do produto.

Art. 3º Os fornecedores de dispositivos de retenção para crianças deverão atender integralmente ao disposto no presente Regulamento.

Art. 4º O dispositivo de retenção para crianças objeto deste Regulamento deverá ser fabricado, importado, distribuído e comercializado, de forma a não oferecer riscos que comprometam a segurança do usuário, independentemente do atendimento integral aos requisitos ora publicados.

§ 1º Aplica-se o presente Regulamento a todos os dispositivos de retenção para crianças, inclusive para crianças com necessidades especiais, compreendendo os dispositivos de retenção para crianças a serem fixados no banco dos veículos rodoviários automotores de três ou mais rodas, com sistemas para fixação através do cinto de segurança do veículo, ISOFIX, LATCH ou I-Size.

§ 2º Encontram-se excluídos do cumprimento das disposições previstas neste Regulamento os dispositivos de retenção para crianças do tipo inflável, bem como dispositivos de retenção para crianças cujas características não estejam contempladas no § 1º.

Art. 5º A cadeia produtiva de dispositivos de retenção para crianças fica sujeita às seguintes obrigações e responsabilidades:

I - o fabricante nacional deve fabricar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, dispositivos de retenção para crianças conforme o disposto neste Regulamento;

II - o importador deve importar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, dispositivos de retenção para crianças conforme o disposto neste Regulamento;

III - os demais entes da cadeia produtiva e de fornecimento de dispositivos de retenção para crianças, incluindo o comércio em estabelecimentos físicos ou virtuais, devem manter a integridade do produto, das suas marcações obrigatórias, preservando o atendimento aos requisitos deste Regulamento.

Parágrafo único. Caso um ente exerça mais de uma função na cadeia produtiva e de fornecimento, entre as anteriormente listadas, suas responsabilidades são acumuladas.

Exigências Pré-Mercado

Art. 6º Os dispositivos de retenção para crianças, fabricados, importados, distribuídos e comercializados em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser submetidos, compulsoriamente, à avaliação da conformidade, por meio do mecanismo de certificação, observados os termos deste Regulamento.

§ 1º Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Dispositivos de Retenção para Crianças estão fixados no Anexo II desta Portaria.

§ 2º A certificação não exime o fornecedor da responsabilidade exclusiva pela segurança do produto.

Art. 7º Após a certificação, os dispositivos de retenção para crianças importados, distribuídos e comercializados em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser registrados no Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva.

§ 1º A obtenção do registro é condicionante para a autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade nos produtos certificados e para sua disponibilização no mercado nacional.

§ 2º O modelo de Selo de Identificação da Conformidade aplicável para dispositivos de retenção para crianças, encontra-se no Anexo III desta Portaria.

Art. 8º Os dispositivos de retenção para crianças abrangidos pelo Regulamento ora aprovado estão sujeitos ao regime de licenciamento de importação não automático, devendo o importador obter anuência junto ao Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 18, de 14 de janeiro de 2016, ou substitutiva.

Vigilância de Mercado

Art. 9º Os dispositivos de retenção para crianças, objetos deste Regulamento, estão sujeitos, em todo o território nacional, às ações de vigilância de mercado executadas pelo Inmetro e entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Art. 10. Constitui infração a ação ou omissão contrária ao disposto nesta Portaria, podendo ensejar as penalidades previstas na Lei nº 9.933, de 1999.

Art. 11. O fornecedor, quando submetido a ações de vigilância de mercado, deverá prestar ao Inmetro, quando solicitado, as informações requeridas em um prazo máximo de 15 dias.

Prazos e disposições transitórias

Art. 12. A publicação desta Portaria não implica na necessidade de que seja iniciado novo processo de certificação com base nos requisitos ora consolidados.

Parágrafo único. Os certificados já emitidos deverão ser revisados, para referência à Portaria ora publicada, na próxima etapa de avaliação.

Cláusula de revogação

Art. 13. Ficam revogadas, na data de vigência desta Portaria, as Portarias Inmetro:

I - nº 466, de 16 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 2014, seção 1, páginas 100 a 101;

II - nº 18, de 14 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 16 de janeiro de 2014, seção 1, página 79;

III - nº 580, de 23 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2015, seção 1, página 45; e

IV - nº 356, de 17 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2020, seção 1, página 20.

Vigência

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor em Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021, conforme determina art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE PARA DISPOSITIVOS DE RETENÇÃO PARA CRIANÇAS

1. OBJETIVO

Este Regulamento Técnico da Qualidade estabelece os requisitos obrigatórios para dispositivos de retenção para crianças, a serem atendidos por toda cadeia fornecedora do produto no mercado nacional.

Nota: Para simplicidade de texto, os Dispositivos de Retenção para Crianças são referenciados neste Regulamento como "DRC".

2. SIGLAS

Para fins deste RTQ, são adotadas as siglas a seguir, complementadas pelas siglas contidas nos documentos complementares do item 3.

DRC - Dispositivo de Retenção para Crianças

RTQ - Regulamento Técnico da Qualidade

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para fins deste RTQ, são adotados os seguintes documentos complementares, além dos documentos definidos no RGCP.

ABNT NBR 14400:2020 - Veículos Rodoviários Automotores - Dispositivos de Retenção para Crianças - Requisitos de Segurança.

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste RTQ, são adotadas as definições a seguir, complementadas pelas definições contidas no documento citado no item 3 deste RTQ.

4.1 Dispositivo de Retenção para Crianças - DRC

Conjunto de componentes para a retenção da criança, capaz de ser fixado no assento do veículo rodoviário automotor, podendo este conjunto de componentes incluir uma combinação de tiras/cadarços ou componentes flexíveis com um fecho, dispositivos de ajuste, elementos de fixação e, em alguns casos, um dispositivo adicional, tal como um berço portátil, um sistema de transporte de bebês, uma cadeira adicional e/ou um escudo contra impacto, sendo projetado de modo a diminuir o risco de ferimentos ao usuário, em caso de colisão ou de desaceleração brusca do veículo, através da limitação da mobilidade do corpo da criança.

Nota: O DRC objeto desta definição não é projetado para ser utilizado em assentos voltados para a lateral, na área de bagagem ou em assentos rebatíveis do veículo.

4.2 Grupo de Massa

Classificação das faixas de massa da criança, para o uso no dispositivo de retenção para crianças, baseada em estudos da estrutura e idade da criança, cuja classificação é descrita no item 7 deste RTQ.

4.3 ISOFIX

Sistema de fixação de dispositivos de retenção para crianças em veículos, sendo composto por dois pontos de fixação rígida ao veículo, duas fixações rígidas correspondentes no dispositivo de retenção para crianças e por um sistema que permite limitar a rotação do mesmo.

4.4 I-Size

Categoria aprimorada e projetada de DRC atualizado (DRCA) para uso em todas as posições de assento I-Size de um veículo.

4.5 Lower Anchors and Tethers for Children (LATCH)

Sistema de fixação do DRC através de cintas e engates do tipo LATCH nos terminais de ancoragem do veículo.

5. REQUISITOS GERAIS

5.1 O DRC com sistema de fixação LATCH deve cumprir com todos os requisitos estabelecidos na FMVSS nº 213.

5.2 O DRC I-Size deve cumprir com todos os requisitos estabelecidos na ECE nº R129.

5.3 O DRC com sistema de fixação ISOFIX ou que utilize fixação com o cinto de segurança do veículo, deve cumprir com os requisitos estabelecidos na ABNT NBR 14400, especificados a seguir:

5.3.1 O DRC, após exposição a um ambiente corrosivo, não pode apresentar quaisquer sinais de deterioração suscetíveis de prejudicar o seu funcionamento, nem corrosão significativa, visíveis a olho nu, para um observador qualificado.

5.3.2 O DRC não pode permitir a queda da criança do veículo numa eventual capotagem do mesmo. Quando o banco do veículo estiver na posição invertida, a cabeça da criança não pode se mover mais de 300 mm na vertical, a partir da sua posição original, em relação ao banco do veículo.

5.3.3 Em caso de impacto devem ser atendidos os seguintes requisitos:

5.3.3.1 A aceleração resultante do tórax da criança não pode exceder 55g, exceto durante períodos cuja soma não exceda 3ms.

Nota: Este requisito não se aplica para os bonecos de ensaio de recém-nascido.

5.3.3.2 A componente vertical de aceleração, do abdômen para a cabeça da criança, não pode exceder 30g, exceto durante períodos cuja soma não exceda 3ms.

Nota: Este requisito não se aplica para os bonecos de ensaio de recém-nascido.

5.3.3.3 Não pode haver penetração de qualquer parte do DRC no abdômen da criança.

Nota: Este requisito não se aplica para os bonecos de ensaio de recém-nascido.

5.3.3.4 No DRC voltado para frente, a cabeça da criança não pode deslocar mais do que o estabelecido a partir do ponto Cr conforme a Figura 1 a seguir.

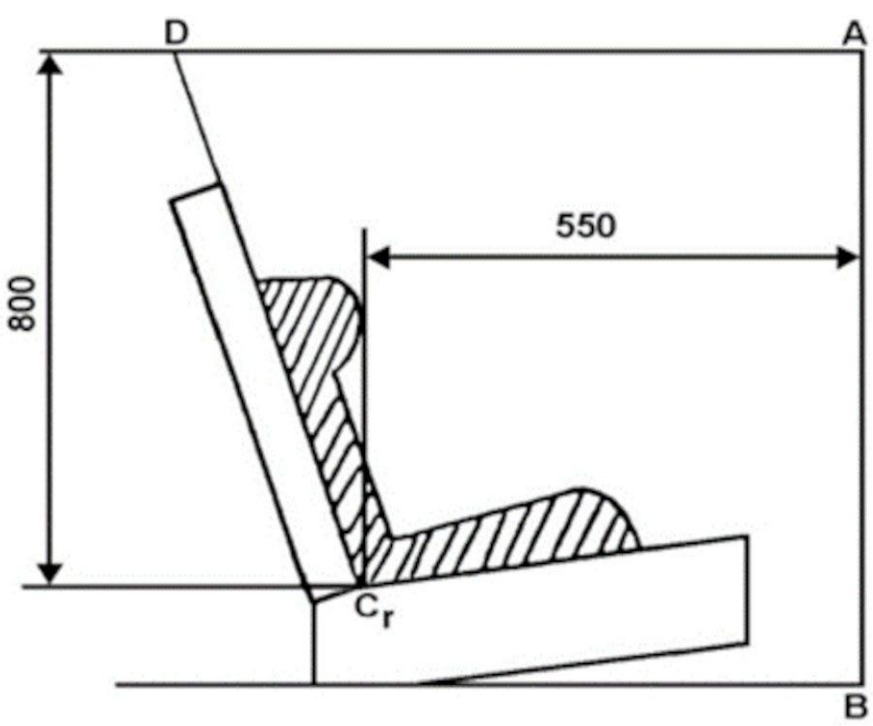


Figura 1 - Deslocamento no DRC voltado para frente (medidas em mm).

5.3.3.5 No DRC voltado para trás, obedecer ao seguinte:

5.3.3.5.1 No DRC apoiado no painel de bordo, a cabeça da criança não pode deslocar mais do que o estabelecido a partir do ponto Cr conforme a Figura 2 a seguir.

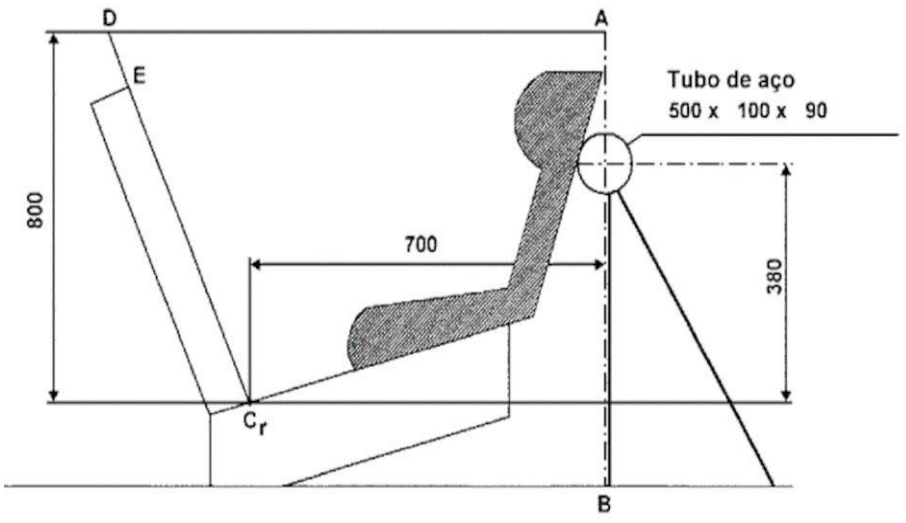


Figura 2 - Deslocamento no DRC voltado para trás apoiado no painel de bordo (medidas em mm).

5.3.3.5.2 Deve constar uma advertência ao usuário de que estes dispositivos voltados para trás não podem ser utilizados nas posições em que haja airbag instalado sem antes desativá-lo.

5.3.3.5.3 No DRC do grupo 0 não apoiado no painel de bordo e berços portáteis, a cabeça da criança não pode deslocar mais do que o estabelecido a partir do ponto Cr conforme a Figura 3 a seguir.

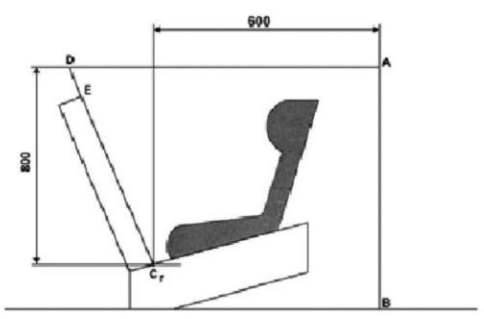


Figura 3 - Deslocamento no DRC (grupo 0) voltado para trás não apoiado no painel de bordo (medidas em mm).

5.3.3.5.4 No DRC que não seja do grupo 0 não apoiado no painel de bordo, a cabeça da criança não pode deslocar mais do que o estabelecido a partir do ponto Cr conforme a Figura 4 a seguir.

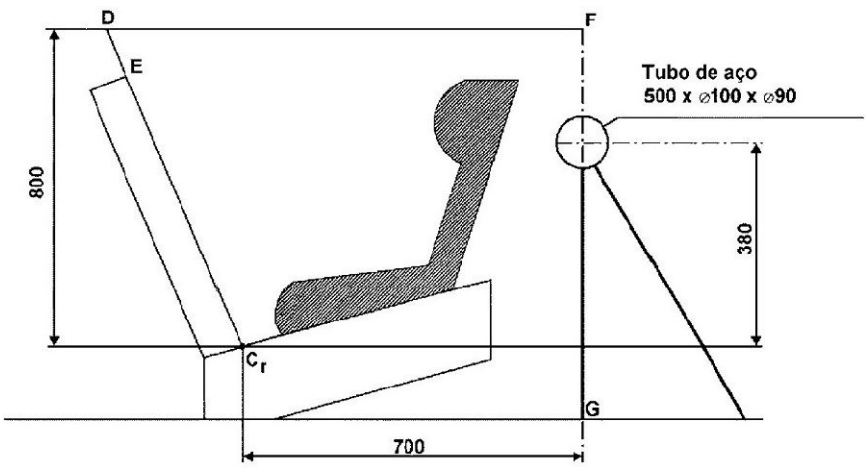


Figura 4 - Deslocamento no DRC voltado para trás não apoiado no painel de bordo (medidas em mm).

5.3.4 Após a fivela do fecho do DRC ser submetida a uma tensão de até 200 N + 2 N, a força necessária para abrir a fivela do fecho não pode exceder 80 N.

5.3.5 A força necessária para abrir a fivela do fecho do DRC, quando esta não estiver sob carga, deve situar-se no intervalo entre 40 N e 80 N.

5.3.6 Após o fecho do DRC ser submetido a uma tração, nenhuma das partes do fecho, tiras/cadarços ou dispositivos de ajustes deve sofrer ruptura ou soltar-se. Para os grupos de massa 0 e 0+, o fecho do cinto do DRC deve resistir a uma tração de até 4000 N sem sofrer ruptura. Para os grupos de massa I ou superior, o fecho do cinto do DRC deve resistir a uma tração de até 10000 N sem sofrer ruptura.

5.3.7 Em condições normais de utilização, os dispositivos de ajuste rápido do DRC devem ser de fácil acesso, e facilmente ajustáveis às características biométricas da criança. A força requerida para acionar o dispositivo de ajuste manual não pode exceder 50 N, e após o acionamento aplicando-se esta força, o dispositivo de ajuste rápido não pode sofrer rupturas ou soltar-se.

5.3.8 Após submetido a uma carga de 50 N, o deslizamento da tira não pode exceder 25 mm em um único dispositivo de ajuste ou o deslizamento da tira não pode exceder 40 mm em todos os dispositivos de ajuste.

5.3.9 Para um retrator que faça parte de um cinto subabdominal, a força de retração da tira não pode ser inferior a 7 N, medida no comprimento livre entre a criança e o retrator. Para um retrator que faça parte de um sistema de retenção do tórax, a força de retração da tira não pode ser inferior a 2 N, nem superior a 7 N.

5.3.10 O mecanismo retrator do DRC deve suportar as seguintes condições:

5.3.10.1 Após ser submetido a uma série de 5000 ciclos de extração e retração, ser em seguida submetido ao meio corrosivo e ciclos de temperaturas de < 0°C, < 23°C e > 100°C a pressão de 1 atm, e após ser submetido a uma nova série de 5000 ciclos de extração e retração, o mecanismo retrator de travamento automático do DRC deve apresentar durabilidade e manter seu correto funcionamento.

5.3.10.2 Após ser submetido a uma série de 40000 ciclos de extração e retração, ser em seguida submetido a meio corrosivo e ciclos de temperaturas de < 0°C, < 23°C e > 100°C a pressão de 1 atm, e após ser submetido a uma nova série de 5000 ciclos, o mecanismo retrator de travamento de emergência do DRC deve apresentar durabilidade e manter seu correto funcionamento.

5.3.11 Um retrator com travamento de emergência do DRC deve atender aos seguintes requisitos:

5.3.11.1 Requisitos de travamento de emergência sem sensibilidade múltipla:

a) travar-se quando a desaceleração do veículo atingir 0,45 g;

b) não pode travar-se quando o valor de aceleração da tira for inferior a 0,8 g;

c) não pode travar-se quando o seu dispositivo-sensor for inclinado segundo ângulos não superiores a 12° em qualquer direção em relação à posição de instalação indicada pelo fabricante;

d) deve travar-se quando o seu dispositivo-sensor for inclinado segundo ângulos superiores a 27° em qualquer direção em relação à posição de instalação indicada pelo fabricante.

5.3.11.2 Os retratores com travamento de emergência com sensibilidade múltipla devem atender aos requisitos acima especificados. Além disso, se um dos fatores de sensibilidade estiver relacionado com a extração da tira, deve ocorrer o travamento quando a aceleração da tira, medida segundo o eixo de extração da mesma, for superior ou igual a 1,5 g.

5.3.11.3 Se o funcionamento do retrator depender de um sinal ou de uma fonte de energia externos, o projeto do retrator deve assegurar que este se trave automaticamente, caso ocorra uma avaria ou uma interrupção desse sinal ou fonte de energia.

5.3.11.4 Partindo do comprimento de desenrolamento, o comprimento da tira que pode ser extraído antes do travamento do retrator não pode ultrapassar 50 mm, e não pode ocorrer travamento durante os primeiros 50 mm de extração da tira.

5.3.12 Quando submetido a um meio corrosivo, o retrator do DRC não pode apresentar quaisquer sinais de deterioração, visíveis a olho nu, susceptíveis de prejudicar seu bom funcionamento, nem qualquer corrosão significativa.

5.3.13 Quando submetido ao ambiente sujeito a pó, a tira do DRC deve resistir a um período de 5 horas, após cinco segundos de agitação do pó a cada 20 minutos por ar comprimido isento de óleo e umidade, a uma pressão relativa de 5,5 bar ± 0,5 bar, passando por um orifício de 1,5 mm ± 0,1 mm de diâmetro.

5.3.14 Quando submetidas à tração as tiras/cadarços do DRC não podem deslizar ou se romper no ponto de contato com uma das castanhas ou a menos de 10 mm de uma delas. Após expostas à luz, calor, frio, água e meio abrasivo, as tiras/cadarços do DRC não podem se romper.

5.3.15 Quando submetido ao travamento sob carga a força necessária para abrir o dispositivo de ajuste do DRC não pode exceder a 80N. Quando submetido ao travamento sem carga a força necessária para abrir o dispositivo de ajuste do DRC deve situar-se entre 40N e 80N.

5.3.16 Fivelas de fecho, retratores, dispositivos de regulagem e de travamento dos DRC que possam ser afetados pela temperatura, após serem submetidos a temperaturas elevadas, não podem apresentar quaisquer sinais de deterioração susceptíveis de prejudicar o bom funcionamento do DRC, visíveis a olho nu.

6. MARCAÇÕES E INSTRUÇÕES

6.1 Marcações

6.1.1 O DRC deve possuir marcações permanentes e visíveis na língua portuguesa, devendo ser acondicionado em embalagem individual. Qualquer etiqueta ou gravação permanente deve estar legível e manter-se como tal, mesmo após o uso continuado.

6.1.2 O DRC deve possuir orientações de montagem e desmontagem claramente mostradas através de ilustrações nas etiquetas e no manual de instruções, na língua portuguesa.

6.1.3 No caso do DRC incluir fixações ISOFIX, ou ser fixado através de cintos de segurança do veículo, as informações contidas no Capítulo 6 da Norma ABNT NBR 14400 devem estar sempre visíveis para qualquer pessoa que esteja instalando o DRC no veículo.

Nota: No caso do DRC fixado através de cintos de segurança do veículo, a trajetória do cinto deverá ser claramente indicada por meio de ilustrações. Os locais de passagem do cinto do veículo deverão ser na cor azul caso o DRC seja voltado para trás, ou na cor vermelha caso o DRC seja voltado para a frente.

6.1.4 No caso do DRC incluir fixações LATCH, as informações contidas na sessão S 5.5 da FMVSS nº 213 devem estar na língua portuguesa e sempre visíveis para qualquer pessoa que esteja instalando o DRC no veículo.

6.1.5 No caso do DRC I-Size, as informações contidas o no Capítulo 4 da ECE nº R129 devem estar sempre visíveis para qualquer pessoa que esteja instalando o DRC no veículo.

6.2 Instruções

O DRC deve conter instruções na língua portuguesa, abrangendo os tópicos de instalação e utilização com informações de risco e atenção em destaque, conforme estabelecido no Capítulo 7 da norma ABNT NBR 14400 para DRC com fixação com o cinto de segurança do veículo ou sistema de fixação ISOFIX, conforme estabelecido na sessão S 5.6 da FMVSS nº 213 para DRC com sistema de fixação LATCH ou conforme estabelecido no Capítulo 4 da ECE nº R129 para DRC I-Size. Deve conter ainda informações sobre o Sistema de Atendimento ao Cliente. No caso de DRC dos grupos 0 e 0+ estarem associados a outro(s) grupo(s) de massa deve constar uma advertência esclarecendo que não é recomendado para o uso neonato. No manual do DRC deve ser detalhado o motivo de não ser recomendado para o uso neonato.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS DRC

7.1.1 Classificação do DRC em Grupos de Massa

7.1.1.1 Os DRC são classificados em cinco "grupos de massa":

Grupos de Massa	Peso da Criança
Grupo 0	para crianças de massa inferior a 10 kg.
Grupo 0+	para crianças de massa inferior a 13 kg.
Grupo I	para crianças de massa compreendida entre 9 kg e 18 kg.
Grupo II	para crianças de massa compreendida entre 15 kg e 25 kg.
Grupo III	para crianças de massa compreendida entre 22 kg e 36 kg.

7.1.1.2 Os DRC de grupos de massa 0 e 0+ não podem ser voltados para a frente do veículo.

7.1.1.3 Os DRC dos grupos 0, 0+ devem manter a criança em uma posição que assegure a proteção requerida, mesmo que esta esteja dormindo.

7.1.2 Classificação do DRC ISOFIX em tamanhos:

Os DRC ISOFIX estão divididos em sete classes de tamanho:

A ISO/F3: DRC voltado para a frente com altura normal

B ISO/F2: DRC voltado para a frente com altura reduzida

B1 ISO/F2X: DRC voltado para a frente com altura reduzida

C ISO/R3: DRC voltado para trás de dimensão normal

D ISO/R2: DRC voltado para trás com dimensões reduzidas

E ISO/R1: DRC voltado para trás para bebês

F ISO/L1: DRC de posição lateral esquerda (berço portátil)

G ISO/L2: DRC de posição lateral direita (berço portátil)

Grupo de massa	Classe de Tamanho	Categoria de tamanho ISOFIX
Grupo 0: até 10 kg	F	ISO/L1
	G	ISO/L2
	E	ISO/R1
Grupo 0+: até 13 kg	C	ISO/R3
	D	ISO/R2
	E	ISO/R1
Grupo I: de 9 kg até 18 kg	A	ISO/F3
	B	ISO/F2
	B1	ISO/F2X
	C	ISO/R3
	D	ISO/R2

ANEXO II - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA DISPOSITIVOS DE RETENÇÃO PARA CRIANÇAS

1. OBJETIVO

Estabelecer os critérios e procedimentos para avaliação da conformidade de dispositivos de retenção para crianças, com foco na segurança, por meio do mecanismo de certificação, visando o transporte seguro da criança no veículo.

Nota: Para simplicidade de texto, os Dispositivos de Retenção para Crianças são referenciados nestes Requisitos como "DRC".

1.1 AGRUPAMENTO PARA EFEITOS DE CERTIFICAÇÃO

Para certificação do objeto deste RAC, aplica-se o conceito de modelo, conforme definido no subitem 4.4 deste RAC.

2. SIGLAS

Para fins deste RAC, é adotada a sigla a seguir, complementadas pelas siglas contidas nos documentos complementares citados no item 3 deste RAC.

DRC - Dispositivo de Retenção para Crianças

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para fins deste RAC, são adotados os seguintes documentos complementares, além dos documentos descritos no RGCP.

Portaria Inmetro nº 200, de 2021 - Requisitos Gerais de Certificação de Produto - RGCP.

ABNT NBR 8094:1983 - Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina - Método de ensaio.

ABNT NBR 5426:1985 - Planos de Amostragem e Procedimentos na Inspeção por Atributos.

ABNT NBR 14400:2020 - Veículos Rodoviários Automotores - Dispositivos de Retenção - Requisitos de Segurança.

ECE - Economic Commission for Europe - United Nations Regulation nº 44.04:2020 (Rev.03) - Uniform Provisions Concerning the Approval of Restraining Devices for Child Occupants of Power-Driven Vehicles ("Child Restraint System")

ECE - Economic Commission for Europe - United Nations Regulation nº 129.03:2021 (Rev.04) - Uniform Provisions Concerning the Approval of Enhanced Child Restraint Systems Used on Board of Motor Vehicles.

Code of Federal Regulations (CFR) nº 49 § 571.213 - Federal Motor Vehicle Safety Standard (FMVSS) nº 213:2014 - Child Restraint Systems.

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste RAC, são adotadas as definições a seguir, complementadas pelas definições contidas nos documentos complementares citados no item 3 deste RAC.

4.1 Grupo de Massa

Classificação das faixas de massa da criança, para o uso no dispositivo de retenção para crianças.

4.2 Manual de Instalação

Material impresso contendo as informações de instalação e uso do dispositivo de retenção para crianças.

4.3 Memorial Descritivo

Relatório elaborado pelo fornecedor, contendo a descrição completa dos componentes e das características construtivas de um modelo de dispositivo de retenção para crianças.

4.4 Modelo

Conjunto de DRC que apresenta as seguintes características construtivas: mesmos projeto, processo produtivo, estrutura, dimensões, material, identificação de grupo(s) de massa, sistema de retenção da criança (fecho) e sistema de fixação do DRC no veículo.

4.5 Versão

Variação de um mesmo modelo de dispositivo de retenção para crianças, com diferentes características de revestimento ou diferentes cores do revestimento ou do material da concha do DRC, porém apresentando o mesmo desempenho nos ensaios de conformidade ao RTQ.

5. MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

O mecanismo de avaliação da conformidade para Dispositivos de Retenção para Crianças é o da certificação.

6. ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

Este RAC estabelece 2 (dois) modelos de certificação distintos, cabendo ao fornecedor optar por um deles:

Modelo de Certificação 5: Avaliação inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas no fabricante, incluindo auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ, seguida de avaliação de manutenção periódica através de coleta de amostra do produto no comércio, para realização das atividades de avaliação da conformidade, e auditoria do SGQ.

Modelo de Certificação 1b: Ensaio de Lote.

6.1 Modelo de Certificação 5

6.1.1 Avaliação Inicial

6.1.1.1 Solicitação de Certificação

6.1.1.1.1 O fornecedor deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP, fornecendo a documentação descrita no RGCP, além do memorial descritivo de cada modelo do DRC objeto da certificação, elaborado conforme Anexo A deste RAC.

6.1.1.2 Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação

Os critérios de Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.3 Auditoria Inicial do Sistema de Gestão

Os critérios de Auditoria Inicial do Sistema de Gestão devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.4 Plano de Ensaios Iniciais

Os critérios do Plano de Ensaios Iniciais devem seguir o estabelecido no RGCP.

6.1.1.4.1 Definição dos Ensaios a serem realizados

6.1.1.4.1.1 Os ensaios que devem ser realizados devem cumprir o estabelecido no RGCP e no RTQ para Dispositivos de Retenção para Crianças.

6.1.1.4.1.2 A conformidade do DRC quanto aos requisitos do RTQ deve ser demonstrada, conforme Tabela 1 a seguir, por meio de todos os ensaios e verificações estabelecidos na norma ABNT NBR 14000:2020, exclusivamente para DRC que seja fixado através de cintos de segurança do veículo ou por sistema de fixação ISOFIX, por meio de todos os ensaios e verificações estabelecidos na FMVSS nº 213, exclusivamente para DRC com sistema de fixação LATCH, e por meio de todos os ensaios e verificações estabelecidos na ECE nº R129, exclusivamente para DRC I-Size.

Tabela 1: Ensaios e itens de verificação a serem realizados.

Item do RTQ	Tipo de ensaio	Ensaios/Verificações	Base Normativa
5.1	Todos os ensaios	Todos os ensaios	FMVSS nº 213
5.2	Todos os ensaios	Todos os ensaios	ECE nº R129
5.3	Todos os ensaios	Todos os ensaios	ABNT NBR 14400
5.3.1	Ensaios do sistema de retenção montado	Ensaio de Corrosão	ABNT NBR 8094 e ABNT NBR 14400
5.3.2		Ensaio de Capotagem	ABNT NBR 14400
5.3.3		Ensaios Dinâmicos	
5.3.4	Ensaios de componentes individuais	Ensaio de abertura de fecho sob carga	
5.3.5		Ensaio de abertura de fecho sem carga	
5.3.6		Ensaio de resistência do fecho	
5.3.7		Ensaio de facilidade de ajuste do dispositivo de ajuste	
5.3.8		Ensaio de microdeslizamento do dispositivo de ajuste	
5.3.9		Ensaio de força de retração do retrator	
5.3.10		Ensaio de durabilidade do mecanismo retrator	
5.3.11		Ensaio de travamento dos retratores de travamento de emergência	

5.3.12		Ensaio de Corrosão do retrator	
5.3.13		Ensaio de resistência ao pó do retrator	
5.3.14		Ensaio estático das tiras/cadarços	
5.3.15		Ensaio dos dispositivos de travamento	
5.3.16		Ensaio de temperatura	
6	Marcações e Instruções	Inspeção visual	ABNT NBR 14400; ECE nº R129 e FMVSS nº 213

6.1.1.4.1.3 Para fins de ensaios, é reconhecida a equivalência entre a diretiva europeia ECE nº 44.04:2020 e a norma ABNT NBR 14400:2020.

6.1.1.4.2 Definição da Amostragem

6.1.1.4.2.1 Os critérios da Definição da Amostragem devem seguir as condições estabelecidas no RGCP.

6.1.1.4.2.2 A coleta da amostra deve ser realizada de forma aleatória, no processo produtivo do DRC objeto da solicitação, desde que o produto já tenha sido inspecionado e liberado pelo controle de qualidade da fábrica, ou na área de expedição onde o DRC é fabricado/produzido, em embalagens prontas para comercialização. O OCP deve coletar amostras (por modelo), utilizando a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Amostragem para realização dos ensaios de prova.

GRUPO DE MASSA	QUANTIDADE DE AMOSTRAS
Grupo 0 sem base	7 amostras
Grupo 0 com base sem regulagem	7 amostras
Grupo 0 com base com regulagem	11 amostras
Grupo 0+ sem base	7 amostras
Grupo 0+ com base sem regulagem	7 amostras
Grupo 0+ com base com regulagem	11 amostras
Grupo I sem regulagem	5 amostras
Grupo I com regulagem	7 amostras
Grupo II sem regulagem	5 amostras
Grupo II com regulagem	7 amostras
Grupo III sem regulagem	5 amostras
Grupo III com regulagem	7 amostras
Grupos 0/0+ e I sem regulagem	8 amostras
Grupos 0/0+ e I com regulagem	10 amostras
Grupos 0/0+ I-II sem regulagem	10 amostras
Grupos 0/0+ I-II com regulagem	14 amostras
Grupos 0/0+ I-II-III sem regulagem	12 amostras
Grupos 0/0+ I-II-III com regulagem	18 amostras
Grupos I e II sem regulagem	7 amostras
Grupos I e II com regulagem	11 amostras
Grupos I-II-III sem regulagem	8 amostras
Grupos I-II-III com regulagem	13 amostras
Grupos II e III sem regulagem	6 amostras
Grupos II e III com regulagem	9 amostras

Nota 1: A quantidade de amostra deve considerar todos os modelos possíveis de DRC, considerada a definição do subitem 4.4.

Nota 2: Para o ensaio de DRC dos grupos 0 a I, deve ser encaminhada ao laboratório uma amostragem adicional de 4 cintos que correspondam ao mesmo lote do respectivo DRC objeto do ensaio.

6.1.1.4.2.3 A amostragem especificada na Tabela 1 é referente a todos os ensaios, e corresponde à quantidade necessária para a realização dos ensaios de prova.

6.1.1.4.2.4 Caso haja reprovação em qualquer dos ensaios de prova, devem ser realizados os ensaios de contraprova e testemunha para todos os requisitos estabelecidos no RTQ, cumprindo-se novamente os critérios de amostragem estabelecidos na Tabela 1.

6.1.1.4.3 Definição do Laboratório

Os critérios para definição do laboratório deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.5 Tratamento de Não Conformidades na Etapa de Avaliação Inicial

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação inicial devem seguir o estabelecido no RGCP.

6.1.1.6 Emissão do Certificado de Conformidade

6.1.1.6.1 Os critérios para emissão do Certificado de Conformidade na etapa de avaliação inicial devem seguir o estabelecido no RGCP. O Certificado de Conformidade deve ter validade de 4 (quatro) anos.

6.1.1.6.1 O modelo de DRC deve ser notado no certificado de conformidade conforme a seguir:

Marca	Modelo (designação comercial do modelo e códigos de referência comercial, de todas as versões, se existentes).	Descrição (Descrição Técnica do Modelo) - material; - identificação de grupo(s) de massa; - sistema de retenção da criança (fecho); e - sistema de fixação do DRC no veículo	Código de barras comercial (quando existente) de todas as versões.

6.1.2 Avaliação de Manutenção

A avaliação de manutenção deve ser programada pelo OCP, de acordo com os critérios estabelecidos no RGCP e neste RAC. A periodicidade para a Avaliação de Manutenção deve ser de 24 (vinte e quatro) meses, para auditorias e ensaios, contados a partir da data de emissão do Certificado de Conformidade.

6.1.2.1 Auditoria de Manutenção

A auditoria de manutenção deve seguir conforme estabelecido no RGCP.

6.1.2.2 Plano de Ensaios de Manutenção

O OCP deve coordenar a realização, a cada 24 (vinte e quatro) meses, de um ensaio completo em 100% (cem por cento) dos modelos de DRC certificados. Os critérios do Plano de Ensaios de Manutenção devem seguir o estabelecido no RGCP.

6.1.2.2.1 Definição dos Ensaios a serem realizados

Os ensaios de manutenção devem seguir o definido no subitem 6.1.1.4.1 deste RAC.

6.1.2.2.2 Definição da Amostragem de Manutenção

6.1.2.2.2.1 A definição da amostragem deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.2.2.2.2 O plano de amostragem para os ensaios de prova, contra prova e testemunha deve seguir o descrito no subitem 6.1.1.4.2 deste RAC.

6.1.2.2.2.3 A coleta das amostras deve ser feita por modelo de DRC, no comércio.

6.1.2.2.3 Definição do Laboratório

A definição do laboratório deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.2.3 Tratamento de não conformidades na etapa de Avaliação de Manutenção

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação de manutenção devem seguir o estabelecido no RGCP.

6.1.2.4 Confirmação da Manutenção

Os critérios de confirmação da manutenção devem seguir o estabelecido no RGCP.

6.1.3 Avaliação de Recertificação

Os critérios gerais de avaliação para a recertificação devem seguir o estabelecido no RGCP.

6.2 Modelo de Certificação 1b

6.2.1 Avaliação Inicial

6.2.1.1 Solicitação de Certificação

O fornecedor deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP, fornecendo a documentação descrita no RGCP, além do memorial descritivo de cada modelo do DRC objeto da certificação, elaborado conforme Anexo A deste RAC.

Nota: A solicitação da certificação deve ocorrer para cada modelo de DRC, sendo a certificação concedida para cada modelo aprovado.

6.2.1.2 Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação

Os critérios de Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.1.3 Plano de Ensaios

Os critérios do Plano de Ensaios devem seguir o estabelecido no RGCP.

6.2.1.3.1 Definição dos ensaios a serem realizados

Os ensaios a serem realizados devem cumprir o estabelecido no RGCP, no RTQ para Dispositivos de Retenção para Crianças e no subitem 6.1.1.4.1 deste RAC.

6.2.1.3.2 Definição da Amostragem

6.2.1.3.2.1 Para a certificação de lote, o OCP deverá providenciar a coleta de amostras, por modelo, conforme ABNT NBR 5426:1985, plano de amostragem simples normal, nível especial de inspeção S2, NQA 0,65.

6.2.1.3.2.2 A coleta da amostra deve ser realizada pelo OCP, com base na quantidade comprovada no momento da solicitação de certificação, no(s) lote(s) de certificação disponível(is) antes de sua comercialização.

6.2.1.3.2.3 No caso de importação fracionada, a coleta da amostra somente deve ser realizada após o recebimento de todo o lote de certificação.

6.2.1.3.3 Definição do laboratório

A definição de laboratório deve seguir o estabelecido no RGCP.

6.2.1.4 Emissão do Certificado de Conformidade

Os critérios para emissão do Certificado de Conformidade devem seguir o estabelecido no RGCP e no subitem 6.1.1.6, exceto pela validade que é indeterminada.

7. TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES

Os critérios para tratamento de reclamações devem seguir o estabelecido no RGCP.

8. ATIVIDADES EXECUTADAS POR OCP ACREDITADO POR MEMBRO DO MLA DO IAF

Os critérios para atividades executadas por OCP acreditado por membro do MLA do IAF devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

9. TRANSFERÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para transferência da certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

10. ENCERRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para encerramento da certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

11. SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

11.1 Os critérios gerais para o Selo de Identificação da Conformidade estão contemplados no RGCP e no Anexo III.

11.2 O Selo de Identificação da Conformidade deve ser aposto diretamente nos dispositivos de retenção para crianças certificados.

12. AUTORIZAÇÃO PARA O USO DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios para Autorização para o uso do Selo de Identificação da Conformidade devem seguir o estabelecido no RGCP.

13. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

Os critérios para responsabilidades e obrigações devem seguir o estabelecido no RGCP.

14. ACOMPANHAMENTO NO MERCADO

Os critérios para acompanhamento no mercado devem seguir o estabelecido no RGCP.

15. PENALIDADES

Os critérios para aplicação de penalidades devem seguir o estabelecido no RGCP.

16. DENÚNCIAS, RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES

Os critérios para envio de denúncias, reclamações e sugestões devem seguir o disposto no RGCP.

ANEXO A - MEMORIAL DESCRITIVO

Deve ser elaborado um memorial descritivo para cada modelo de DRC, que deverá conter, no mínimo, as informações a seguir:

1. DADOS GERAIS

O fornecedor deve informar o seguinte:

a) razão social do fornecedor;

b) nome fantasia do fornecedor (quando aplicável);

c) CNPJ do fornecedor;

d) endereço do fornecedor;

e) data de emissão do memorial descritivo;

f) assinatura do responsável da empresa;

g) manual de instalação do DRC, em língua portuguesa, caracteres legíveis e com informações de risco e atenção em destaque e com informações sobre o Sistema de Atendimento ao Cliente.

2. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS

O fornecedor deve informar o seguinte:

a) nome e referência comercial do DRC;

b) descrição do DRC (modelo, grupo de massa em kg, versão, material, características);

c) registros fotográficos de cada modelo de DRC.

3. SISTEMA DE RETENÇÃO E FIXAÇÃO

3.1 O fornecedor deve discriminar o tipo de sistema de retenção da criança (engate rápido ou outros);

3.2 O fornecedor deve discriminar o tipo de sistema de fixação do DRC ao veículo (cinto de segurança do veículo, ISOFIX ou outros);

3.3 O fornecedor deve anexar fotos do sistema de retenção e fixação.

4. ACESSÓRIOS

4.1 No caso do DRC conter algum acessório, descrever sucintamente quais são os acessórios, o material e as versões correspondentes.

4.2 O fornecedor deve descrever, no manual de instalação, a forma correta de utilização dos acessórios.

4.3 Os acessórios, por não apresentarem função de segurança, não são contemplados pelo processo de certificação.

4.4 Somente são permitidos acessórios que não comprometam a segurança da criança, não sendo permitidos acessórios com pontas cortantes, cordões prolongados e outros que ofereçam risco ao usuário.

5. POSICIONAMENTO DAS MARCAÇÕES OBRIGATÓRIAS

5.1 O fornecedor deve indicar no produto o local onde será aposta a marca do fabricante ou importador.

5.2 O fornecedor deve indicar no produto o local onde será aposta a classificação dos Grupos de Massa.

5.3 O fornecedor deve indicar no produto o local onde será aposto o Selo de Identificação da Conformidade.

6. DESENHOS ESQUEMÁTICOS

6.1 Anexar desenhos esquemáticos do DRC nas 2 vistas: frontal e lateral.

6.2 Os desenhos esquemáticos devem conter as indicações dos componentes do DRC, como, por exemplo, reguladores de altura, tiras de segurança, etc.

ANEXO III - SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

O Selo de Identificação da Conformidade deve ser aposto no produto, de forma clara, indelével e não violável, em local visível, impresso (em forma de adesivo ou não), podendo seguir um dos modelos descritos na Figura 1.



Figura 1 - Formatos e Dimensões do Selo de Identificação da Conformidade.

PORTARIA Nº 247, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Mangueiras de PVC Plastificado para Instalação Doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) - Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta no Processo SEI nº 0052600.003895/2021-10, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Consolidado para Mangueiras de PVC Plastificado para Instalação Doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), na forma do Regulamento Técnico da Qualidade, dos Requisitos de Avaliação da Conformidade e das Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade, fixados, respectivamente, nos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º O Regulamento Técnico da Qualidade, estabelecido no Anexo I, determina os requisitos, de cumprimento obrigatório, referentes à segurança do produto.

Art. 3º Os fornecedores de mangueiras de PVC plastificado para instalação doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) deverão atender integralmente ao disposto no presente Regulamento.

Art. 4º A mangueira de PVC plastificado para instalação doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), objeto deste Regulamento, deverá ser fabricada, importada, distribuída e comercializada, de forma a não oferecer riscos que comprometam a segurança do usuário, independentemente do atendimento integral aos requisitos ora publicados.

§ 1º Aplica-se o presente Regulamento às mangueiras de PVC flexível com reforço de fibra têxtil, destinadas a serem utilizadas como condutores do GLP na instalação doméstica do recipiente transportável para GLP.

§ 2º Encontram-se excluídos do cumprimento das disposições previstas neste Regulamento as mangueiras de PVC flexível utilizadas para outros fins, bem como mangueiras de outro material.

Art. 5º A cadeia produtiva de mangueiras de PVC plastificado para instalação doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) fica sujeita às seguintes obrigações e responsabilidades:

I - o fabricante nacional deve fabricar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, mangueiras de PVC plastificado para instalação doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) conforme o disposto neste Regulamento;

II - o importador deve importar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, mangueiras de PVC plastificado para instalação doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) conforme o disposto neste Regulamento;

III - os demais entes da cadeia produtiva e de fornecimento de mangueiras de PVC plastificado para instalação doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), incluindo o comércio em estabelecimentos físicos ou virtuais, devem manter a integridade do produto, das suas marcações obrigatórias, preservando o atendimento aos requisitos deste Regulamento.

Parágrafo único. Caso um ente exerça mais de uma função na cadeia produtiva e de fornecimento, entre as anteriormente listadas, suas responsabilidades são acumuladas.

Exigências Pré-Mercado

Art. 6º As mangueiras de PVC plastificado para instalação doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), fabricadas, importadas, distribuídas e comercializadas em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser submetidas, compulsoriamente, à avaliação da conformidade, por meio do mecanismo de certificação, observados os termos deste Regulamento.

§ 1º Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Mangueiras de PVC Plastificado para Instalação Doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) estão fixados no Anexo II desta Portaria.

§ 2º A certificação não exime o fornecedor da responsabilidade exclusiva pela segurança do produto.

Art. 7º Após a certificação, as mangueiras de PVC plastificado para instalação doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) importadas, distribuídas e comercializadas em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser registradas no Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva.

§ 1º A obtenção do registro é condicionante para a autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade nos produtos certificados e para sua disponibilização no mercado nacional.

§ 2º O modelo de Selo de Identificação da Conformidade aplicável para mangueiras de PVC plastificado para instalação doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) encontra-se no Anexo III desta Portaria.

Art. 8º As mangueiras de PVC plastificado para instalação doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) abrangidas pelo Regulamento ora aprovado, estão sujeitas ao regime de licenciamento de importação não automático, devendo o importador obter anuência junto ao Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 18, de 14 de janeiro de 2016, ou substitutiva.

Vigilância de Mercado

Art. 9º As mangueiras de PVC plastificado para instalação doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), objeto deste Regulamento, estão sujeitas, em todo o território nacional, às ações de vigilância de mercado executadas pelo Inmetro e entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Art. 10. Constitui infração a ação ou omissão contrária ao disposto nesta Portaria, podendo ensejar as penalidades previstas na Lei nº 9.933, de 1999.

Art. 11. O fornecedor, quando submetido a ações de vigilância de mercado, deverá prestar ao Inmetro, quando solicitado, as informações requeridas em um prazo máximo de 15 dias.

Prazos e disposições transitórias

Art. 12. A publicação desta Portaria não implica na necessidade de que seja iniciado novo processo de certificação com base nos requisitos ora consolidados.

Parágrafo único. Os certificados já emitidos deverão ser revisados, para referência à Portaria ora publicada, na próxima etapa de avaliação.

Cláusula de revogação

Art. 13. Ficam revogadas, na data de vigência desta Portaria, as Portarias Inmetro:

I - nº 659, de 17 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2012, seção 1, página 100;

II - nº 660, de 17 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2012, seção 1, páginas 100 a 101; e

III - nº 221, de 5 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 6 de maio de 2015, seção 1, página 55.

Vigência

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021, conforme determina art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE PARA MANGUEIRAS DE PVC PLASTIFICADO PARA INSTALAÇÃO DOMÉSTICA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)

1.OBJETIVO

Este Regulamento Técnico da Qualidade estabelece os requisitos técnicos obrigatórios para mangueiras de PVC plastificado para instalação doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), a serem atendidos por toda cadeia fornecedora do produto no mercado nacional.

2. SIGLAS

GLP - Gás Liquefeito de Petróleo

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

RTQ - Regulamento Técnico da Qualidade

PVC - Policloreto de Vinila

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para fins deste RTQ, é adotado o seguinte documento complementar:

ABNT NBR 8613:1999 - Mangueira de PVC Plastificado para Instalações Domésticas de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste RTQ são adotadas as definições a seguir, complementadas pelas contidas no documento citado no item 3 deste RTQ.

4.1 Mangueira para GLP

Condutor do GLP utilizado na instalação doméstica do recipiente transportável para GLP.

4.2 PVC

Policloreto de Vinila, sendo formado por cloro (derivado do cloreto de sódio) e etileno (derivado do petróleo).

4.3 Vida Útil

Período no qual a mangueira para GLP apresenta um desempenho dentro das características definidas neste RTQ e na norma ABNT NBR 8613:1999.

5. REQUISITOS GERAIS

5.1 As mangueiras para GLP não podem apresentar quaisquer imperfeições de fabricação, devendo ser fabricadas de cloreto de polivinila plastificado, com aditivos a critério do fabricante, e por processo que assegure a obtenção de um produto em conformidade com este RTQ.

5.2 As mangueiras para GLP devem ser constituídas por:

a) camada interna: camada que constitui a parte interior, ficando em contato direto com o gás. A camada interna deve ser perfeitamente lisa, sem costura e isenta de quaisquer partículas estranhas que em serviço possam ser arrastadas pelo gás ou combinadas com este;

b) reforço têxtil: componente intermediário, destinado a garantir as características de resistência mecânica da mangueira para GLP;

c) camada externa: camada que se sobrepõe ao reforço, e se destina a proteger os componentes interiores e a conferir ao tubo o acabamento final.

5.3 As camadas internas e externas das mangueiras para GLP devem ser transparentes e incolores, com uma tarja amarela na camada externa, a fim de indicar a sua utilização, e totalmente isentas de bolhas, falhas ou saliências que possam ser detectadas visualmente.

5.4 A mangueira para GLP deve possuir comprimento entre 0,80 m e 1,25 m, sendo que esta deve ser fabricada já cortada.

5.5 As mangueiras para GLP não podem apresentar emenda.

5.6 Não é permitida a aplicação de qualquer tipo de revestimento externo que venha a descaracterizar as mangueiras para GLP na sua forma original, bem como interferir na sua utilização.

5.7 As mangueiras de PVC reforçadas com fibra têxtil devem ter as seguintes dimensões:

a) diâmetro interno = (10 + 0,3) mm;

b) espessura de parede entre 3,9 mm e 4,9 mm;

c) largura da tarja de 4,0 mm a 8,0 mm, mantendo-se a inscrição dentro da tarja.

5.8 O furo interior e a seção externa do tubo da mangueira devem ser circulares e concêntricos, sendo que a descentralização do furo não pode exceder 0,3 mm.

5.9 A massa específica das camadas externa e interna da mangueira de GLP deve ser de (1,25 + 0,03) g/cm^3.

5.10 As mangueiras para GLP devem ser resistentes ao uso continuado, devendo a dureza das camadas interna e externa da mangueira, medida no tempo de 15 segundos, ser de (70 + 5) Shore A. Após envelhecimento em butano líquido, é admissível um aumento de 10% em relação ao valor inicial.

5.11 Quando submetida à passagem do butano em sua fase líquida, a mangueira para GLP não pode perder mais que 2% de sua massa inicial, nem ganhar massa.

5.12 Após submetida à passagem do butano em sua fase líquida, a mangueira para GLP deve ser submetida a ciclos de torção/flexão, não podendo apresentar alterações visuais, tais como fissuras e rasgaduras substanciais generalizadas, nem deve apresentar perda de estanqueidade e alterações de cor após 4 000 ciclos.

5.13 As mangueiras para GLP devem ter resistência a uma pressão hidrostática igual ou superior a 5 MPa (mangueiras novas) ou 4 MPa (mangueiras envelhecidas).

5.14 As mangueiras para GLP devem apresentar uma dilatação do diâmetro externo menor ou igual a 2 mm quando submetidas a uma pressão hidrostática interna, de acordo com as seguintes condições:

a) Pressão = 1,7 MPa;

b) Tempo = 1 min.

5.15 De forma a manter um mínimo satisfatório de aderência entre as camadas, os componentes da mangueira para GLP não podem, quando submetidos a uma aplicação de força, se desprender com força inferior a 100 N.

5.16 As mangueiras para GLP, quando instaladas em aparelhos de queima, devem resistir à temperatura de 120°C, não podendo apresentar alterações visuais, tais como fissuras e rasgaduras substanciais e generalizadas, nem devendo apresentar perda da estanqueidade, deformações do diâmetro (fechamento) e perda de massa superior a 2%.

5.17 A mangueira para GLP deve resistir ao óleo aquecido na faixa de 200°C, e manter o diâmetro interno de tal forma que permita a passagem pelo seu interior de uma esfera rígida de diâmetro (6,0 + 0,1) mm, não devendo ocorrer carbonização.

6. IDENTIFICAÇÃO E INSTRUÇÕES

6.1 Identificação

6.1.1 No produto

As mangueiras para GLP devem possuir, no mínimo, as seguintes inscrições indeléveis, apostas na camada externa, a intervalos regulares não superiores a 0,60 m, com caracteres de 4 a 8 mm de altura, dentro da largura da tarja:

a) marca ou identificação do fabricante (razão social / nome fantasia);

b) Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, contendo o número de registro do Inmetro;

c) a expressão: "USO DOMÉSTICO COM REGULADOR PARA GLP";

d) a expressão "Pn 2,8 kPa";

e) mês e ano de fabricação;

f) ano de término da vida útil, com quatro dígitos, considerado como cinco anos após o ano de sua fabricação, com a seguinte inscrição: "VAL. _____".

6.1.2 Na Embalagem

a) marca ou identificação do fabricante (razão social / nome fantasia);

b) endereço do fabricante;

c) Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, contendo o número de registro do Inmetro.

6.2 Instruções

A mangueira para GLP deve apresentar instruções claras e objetivas a respeito da sua correta instalação e utilização, contendo no mínimo as seguintes informações:

a) "UTILIZAR SOMENTE COM REGULADOR DE BAIXA PRESSÃO CERTIFICADO";

b) "UTILIZAR SOMENTE EM INSTALAÇÕES DOMÉSTICAS DE GLP";

c) "A MANGUEIRA PARA GLP NÃO PODE ATRAVESSAR NEM SER EMBUTIDA EM PAREDES";

d) "FIXAR AS EXTREMIDADES SOMENTE COM BRAÇADEIRAS APROPRIADAS";

e) "NÃO SE PODE EFETUAR QUALQUER TIPO DE EMENDA (SOLDAGEM OU COLAGEM)";

f) "NÃO PODE SER UTILIZADA EM FOGÕES DE EMBUTIR";

g) "NÃO PODE PASSAR POR TRÁS DO FOGÃO";

h) "OBSERVAR O PRAZO DE VALIDADE";

i) "PRESSÃO NOMINAL 2,8 kPa";

j) "NÃO APLICAR QUALQUER REVESTIMENTO NO PRODUTO";

k) informar o comprimento nominal, em metros.

Nota: Estas informações devem constar na embalagem da mangueira para GLP ou em etiqueta adesivada diretamente no produto.

ANEXO II - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA MANGUEIRAS DE PVC PLASTIFICADO PARA INSTALAÇÃO DOMÉSTICA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)

1. OBJETIVO

Estabelecer os critérios e procedimentos para avaliação da conformidade para mangueiras de PVC plastificado para instalação doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), com foco na segurança, por meio do mecanismo de certificação, visando à prevenção de acidentes quando da sua utilização.

Nota: Para simplicidade de texto, as mangueiras de PVC plastificado para instalação doméstica de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) são referenciadas nestes Requisitos como "mangueira(s) para GLP".

1.1 AGRUPAMENTO PARA EFEITO DE CERTIFICAÇÃO

1.1.1 Para certificação do objeto deste RAC, aplica-se o conceito de modelo.

1.1.2 A certificação de mangueiras para GLP deve ser realizada para cada modelo do objeto, que se constitui como um conjunto de exemplares do produto da mesma unidade fabril, com especificações próprias, estabelecidas por mesmas características construtivas, ou seja, mesmo processo produtivo e dimensões.

2. SIGLAS

Para fins deste RAC, são adotadas as siglas a seguir, complementadas pelas siglas contidas no RGCP e nos documentos complementares do item 3 deste RAC.

GLP - Gás Liquefeito de Petróleo

PVC - Policloreto de Vinila

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para fins deste RAC, são adotados os seguintes documentos complementares, além daqueles estabelecidos no RGCP.

Portaria Inmetro nº 200, de 2021 - Requisitos Gerais de Certificação de Produtos - RGCP.

ABNT NBR 8613:1999 - Mangueira de PVC Plastificado para Instalações Domésticas de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

ASTM D 792:2020 - Standard test methods for density and specific gravity (relative density) and density of plastics by displacement.

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste RAC, são adotadas as definições contidas nos documentos relacionados no item 3 deste RAC.

5. MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

Este RAC utiliza a certificação como mecanismo de avaliação da conformidade para mangueiras para GLP.

6. ETAPAS DE AVALIAÇAO DA CONFORMIDADE

6.1 Definição do Modelo de Certificação utilizado

Este RAC estabelece o seguinte modelo para a certificação:

Modelo de Certificação 5: Avaliação inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas no fabricante, incluindo auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ, seguida de avaliação de manutenção periódica através de coleta de amostra do produto no comércio, para realização das atividades de avaliação da conformidade, e auditoria do SGQ.

6.2 Avaliação Inicial

6.2.1 Solicitação de Certificação

6.2.1.1 Para a Solicitação de Certificação devem ser observados os critérios estabelecidos no RGCP, devendo o fornecedor encaminhar, ainda, o memorial descritivo de cada modelo de mangueira para GLP objeto da certificação, elaborado conforme subitem 6.2.1.2 deste RAC.

6.2.1.2 O memorial descritivo das mangueiras para GLP contempladas por este RAC, a ser apresentado pelo fornecedor ao OCP, deve conter no mínimo:

a) razão social, nome fantasia e endereço da empresa fornecedor;

b) razão social e CNPJ do fabricante;

c) nome comercial do produto;

d) matéria prima utilizada na fabricação do produto;

e) descrição do produto (uso pretendido, tamanho, cor, características, etc.);

f) descrição resumida do método de fabricação;

g) registros fotográficos de cada modelo de mangueira para GLP (podendo ser aceito catálogo do fabricante); e

h) data de emissão do documento.

6.2.2 Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação

Os critérios de Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação devem atender aos requisitos estabelecidos no RGCP, devendo o OCP analisar a documentação complementar, relacionada no subitem 6.2.1 deste RAC.

6.2.3 Auditoria Inicial do Sistema de Gestão da Qualidade

Os critérios de Auditoria Inicial do SGQ devem atender aos requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.4 Plano de Ensaios Iniciais

Os critérios do plano de ensaios iniciais devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.4.1 Definição dos Ensaios a serem realizados

6.2.4.1.1 Os ensaios e verificações devem ser realizados em cumprimento ao RGCP e a todos os requisitos estabelecidos no RTQ do objeto.

6.2.4.1.2 A conformidade das mangueiras para GLP quanto aos requisitos 5.1 a 5.6 do RTQ deve ser demonstrada por meio de inspeção visual e medições.

6.2.4.1.3 A conformidade das mangueiras para GLP quanto aos requisitos 5.7 a 5.17 do RTQ deve ser demonstrada por meio dos ensaios descritos na Tabela 1 a seguir. A conformidade do previsto no item 6 do RTQ será verificada através de inspeção visual.

Tabela 1 - Descrição dos ensaios a serem realizados.

Requisito do RTQ	Ensaio	Base Normativa
5.7	Verificação dimensional	ABNT NBR 8613:1999
5.8	Medições da descentralização do furo	ABNT NBR 8613:1999
5.9	Determinação da Massa Específica	ASTM D 792:2020
5.10	Determinação de Dureza	ABNT NBR 8613:1999
5.11	Perda de massa em butano líquido	ABNT NBR 8613:1999
5.12	Ciclos de torção/flexão após perda de massa em butano líquido	ABNT NBR 8613:1999
5.13	Ensaio de resistência à pressão hidrostática	ABNT NBR 8613:1999
5.14	Determinação da dilatação sob pressão hidrostática	ABNT NBR 8613:1999
5.15	Ensaio de aderência entre camadas	ABNT NBR 8613:1999
5.16	Ensaio de envelhecimento à temperatura elevada	ABNT NBR 8613:1999
5.17	Estabilidade dimensional após imersão em óleo aquecido	ABNT NBR 8613:1999

6.2.4.2 Definição da Amostragem

6.2.4.2.1 A definição da amostragem deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.4.2.2 O plano de amostragem para os ensaios de prova, contraprova e testemunha deve seguir o descrito na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Amostragem para realização dos ensaios.

Ensaios/Inspeções visuais e medições	PROVA	CONTRAPROVA	TESTEMUNHA
Conforme estabelecido na Tabela 1 deste RAC	7 unidades representativas do mesmo modelo de mangueiras para GLP	7 unidades representativas do mesmo modelo de mangueiras para GLP	7 unidades representativas do mesmo modelo de mangueiras para GLP

6.2.4.2.3 O plano de distribuição das unidades amostradas, para a realização de cada ensaio especificado na Tabela 1 deste RAC, deve estar de acordo com a Tabela 2 deste RAC, passando-se todas as unidades amostradas por todos os ensaios estabelecidos para cada grupo de ensaios especificados.

6.2.4.2.4 A coleta das amostras deverá ser feita pelo OCP, de forma aleatória, por modelo de produto, desde que o modelo já tenha sido inspecionado e liberado pelo controle de qualidade da fábrica, ou na área de expedição, pronto para comercialização.

6.2.4.2.5 Em caso de reprovação no ensaio de prova, todos os ensaios devem ser repetidos em novas amostras (contraprova e testemunha), tendo como base os critérios deste RAC.

6.2.4.2.6 O plano de distribuição das unidades amostradas, para a realização de cada ensaio especificado no RTQ deve estar de acordo com a Tabela 3.

Tabela 3 - Fragmentação da amostra de mangueiras para GLP para a realização dos ensaios de prova.

Ensaios/Inspeções visuais e medições (conforme definido no RTQ para Mangueiras para GLP)	Quantidade de mangueiras para GLP para cada ensaio
Identificação e Instruções	Todas as 7 unidades amostradas.
Verificação Dimensional	
Descentralização do Furo	
Determinação de dureza	1 unidade de mangueira para GLP
Massa específica	
Perda de massa em butano líquido	1 unidade de mangueira para GLP
Ciclo de torção/flexão após perda de massa em butano líquido	
Ensaio de resistência à pressão hidrostática	1 unidade de mangueira para GLP
Determinação da dilatação sob pressão hidrostática	1 unidade de mangueira para GLP
Ensaio de aderência entre camadas	1 unidade de mangueira para GLP
Ensaio de envelhecimento à temperatura elevada	1 unidade de mangueira para GLP
Estabilidade dimensional após imersão em óleo aquecido	1 unidade de mangueira para GLP

Nota 1: A fragmentação de amostras especificada na Tabela 3 é referente a todos os ensaios previstos nos requisitos do RTQ, e corresponde à distribuição amostral para a realização dos ensaios de prova. Para a realização dos ensaios de contraprova e testemunha, deve-se utilizar a mesma fragmentação amostral definida nesta Tabela 3.

Nota 2: Os ensaios de Identificação e Instruções, Verificação Dimensional e Descentralização do Furo, devem ser realizados em todas as unidades coletadas, previamente à realização dos demais ensaios.

6.2.4.3 Definição do Laboratório

Os critérios para definição do laboratório devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.5 Tratamento de não conformidades na etapa de Avaliação Inicial

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação inicial devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.6 Emissão do Certificado de Conformidade

6.2.1.6.1 Os critérios para emissão do Certificado de Conformidade na etapa de avaliação inicial devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.1.6.2 O Certificado de Conformidade deve ter validade de 03 (três) anos a partir de sua emissão.

6.2.1.6.3 No certificado de Conformidade, deve haver a indicação do modelo certificado. A notação do modelo deve ser realizada da seguinte forma:

Quadro 1 - Instrução de notação do modelo no Certificado de Conformidade

Marca	Modelo	Descrição	Código de barras comercial
	(Designação comercial do modelo e códigos de referência comercial, de todas as versões, se existentes).	(Descrição técnica das características do modelo) - Processo Produtivo - Dimensões	(Para todas as versões, quando existente).

6.3 Avaliação de Manutenção

6.3.1 A avaliação de manutenção deve ser programada pelo OCP, de acordo com os critérios estabelecidos no RGCP.

6.3.2 A primeira avaliação de manutenção deve ocorrer 6 meses após a emissão do Certificado de Conformidade.

6.3.3 Se o fornecedor apresentar alguma não conformidade na auditoria e/ou no ensaio de manutenção, a próxima avaliação de manutenção ocorrerá, novamente, após 6 meses, desde que evidencie a adoção de ações corretivas adequadas às não conformidades encontradas anteriormente.

6.3.4 Se o fornecedor não apresentar não conformidades na auditoria e no ensaio de manutenção, a próxima avaliação de manutenção ocorrerá somente após 12 meses da realização da avaliação de manutenção anterior.

6.3.5 A periodicidade para a Avaliação de Manutenção deve ser de 6 ou 12 meses, contados a partir da data de emissão do Certificado de Conformidade. O aumento do espaçamento está unicamente ligado à não identificação de não conformidades na avaliação de manutenção. Neste caso, o intervalo de tempo passa a ser o superior. Entretanto, caso seja encontrada não conformidade nas avaliações de manutenção subsequentes, o espaçamento é novamente reduzido para 6 meses, reiniciando-se então novo ciclo. Os intervalos de 6 e 12 meses são os mínimos e máximos, respectivamente, possíveis entre as avaliações de manutenção.

6.3.6 Auditoria de Manutenção

Os critérios para auditoria de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP, na periodicidade estabelecida neste RAC.

6.3.7 Plano de Ensaios de Manutenção

Os critérios para o plano de ensaios de manutenção devem seguir o RGCP, os requisitos estabelecidos no subitem 6.2.4, na periodicidade estabelecida neste RAC.

6.3.7.1 Definição dos ensaios a serem realizados

Os ensaios de manutenção devem ser realizados, por modelo, conforme o descrito no subitem 6.2.4.1 deste RAC.

6.3.7.2 Definição da Amostragem de Manutenção

A definição da amostragem deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP, complementadas pelas condições do subitem 6.2.4.2 deste RAC.

6.3.7.3 Definição do Laboratório

Os critérios para a definição do laboratório devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.3.8 Tratamento de não conformidades na etapa de Avaliação de Manutenção

Os critérios para tratamento de não conformidade na etapa de avaliação de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.3.9 Confirmação da Manutenção

Os critérios para a confirmação da manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.4 Avaliação de Recertificação

6.4.1 Os critérios para a avaliação da recertificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP e neste RAC.

6.4.2 A avaliação de recertificação deve ser realizada a cada 03 (três) anos.

6.4.3 A avaliação de recertificação deve ser concluída antes do vencimento do prazo de validade do Certificado de Conformidade.

7. TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES

Os critérios para tratamento de reclamações devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

8. ATIVIDADES EXECUTADAS POR OCP ACREDITADO POR MEMBRO DO MLA DO IAF

Os critérios para atividades executadas por OCP acreditado por membro do MLA do IAF devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

9. TRANSFERÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para transferência da certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

10. ENCERRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para encerramento da certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

11. SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

11.1 A aposição do Selo de Identificação da Conformidade deve ser feita diretamente no produto e na embalagem do mesmo, conforme estabelecido no Anexo III.

11.2 Para a aposição do Selo de Identificação da Conformidade na embalagem do produto, este deve ser impresso ou adesivado em cada embalagem, de forma visível e indelével.

11.3 Para a aposição do Selo de Identificação da Conformidade diretamente no produto, este deve ser impresso a cada 0,60 m de mangueira para GLP certificada, de forma visível e indelével.

12. AUTORIZAÇÃO PARA USO DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios para Autorização do uso Selo de Identificação da Conformidade devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

13. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

Os critérios para responsabilidades e obrigações devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

14. ACOMPANHAMENTO NO MERCADO

Os critérios para acompanhamento no mercado devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

15. PENALIDADES

Os critérios para aplicação de penalidades devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

16. DENÚNCIAS, RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES

Os critérios para envio de denúncias, reclamações e sugestões devem seguir o disposto no RGCP.

ANEXO III - SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Figura 1 - Selo de Identificação da Conformidade



2. Selo de Identificação da Conformidade na Embalagem do Produto:

O Selo de Identificação da Conformidade estabelecido pelo Inmetro, contendo a identificação da conformidade deverá ser afixado diretamente na embalagem do produto, podendo ser selecionada uma das opções constantes na Figura 2 a seguir.



SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 328, DE 1º DE JUNHO DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.008031/2019-73, resolve:

Art. 1º Aprovar a retirada de patrocínio da Fundação Oswaldo Cruz, CNPJ nº 33.781.055/0001-35, e do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social, CNPJ nº 28.954.717/0001-91, do Plano BD - FIOPREV, CNPB nº 1985.0003-18, administrado pelo Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 437, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Autorizar o adicional de cotas de importação de insumos da empresa COIMPA INDUSTRIAL LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições legais, considerando o disposto no Art. 11 da Resolução nº 204, de 06/08/2019 aprovada pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, e

CONSIDERANDO os termos do Parecer Técnico nº 93/2021-COAPI/CGAPI/SPR;

CONSIDERANDO O constante dos autos do processo nº 52710.003934/2021-23, resolve:

Art. 1º Autorizar o adicional de cotas de importação de insumos no valor de US$ 39,141,922.00 (trinta e nove milhões, cento e quarenta e um mil, novecentos e vinte e dois dólares norte-americanos) para o produto CLORETO DE PALÁDIO - Código Suframa 0615, aprovado pela Portaria nº 0730 de 23/10/2020; US$ 886,454,493.73 (oitocentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e três dólares norte-americanos e setenta e três centavos) para o produto CLORETO DE RÓDIO - Código Suframa 0892, aprovado pela Portaria nº 0728, de 22/10/2020 e US$ 2,648,649.00 (dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e nove dólares norte-americanos) para o produto PRODUTO QUÍMICO PARA GALVANOPLASTIA E TRATAMENTOS SUPERFICIAIS - Código Suframa 0894, aprovado pela Portaria nº 0728, de 22/10/2020, em nome da empresa COIMPA INDUSTRIAL LTDA., com inscrição SUFRAMA nº 200166190 e CNPJ nº 04.222.428/0001-30 .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DIRETORIA FUNDOS DE GOVERNO

CIRCULAR N° 948, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Divulga versão atualizada do Manual de Fomento do Agente Operador do FGTS

A Caixa Econômica Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II da Lei nº 8.036, de 11/05/1990, artigo 67, inciso II do Decreto nº 99.684, de 08/11/1990, com redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13/06/1995, e em atendimento ao disposto na Resolução do CCFGTS nº 993, de 11/05/2021, suas alterações e aditamentos, resolve:

1 Divulgar o Manual de Fomento Habitação - versão 005, que consolida as diretrizes, conceitos e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Curador do FGTS e pelo Gestor da Aplicação, nas operações de crédito lastreadas com recursos do FGTS, cujas alterações estão descritas no respectivo Manual. 2 O citado Manual de Fomento está disponível no sítio da CAIXA na internet, no endereço eletrônico: http://www.caixa.gov.br, na área de downloads, item FGTS Manual de Fomento do Agente Operador. 2.1 Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber. 3 Fica revogada a circular CAIXA nº 650, de 16 de abril de 2014, publicada no DOU nº 75, de 22/04/2014, seção 1, página 21 e o subitem 1.1 da circular CAIXA nº 946, de 17 de maio de 2021, publicada no DOU nº 96, de 24/05/2021, seção 1, página 40. 4 Esta circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON CARROGI RIBEIRO VIANNA
Diretor Executivo

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 379, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Altera dispositivos da Portaria nº 1.350, de 25 de novembro de 2010, que dispõe sobre a emissão de 2ª via de Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros - Celpe-Bras.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I e II, da Constituição, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 1.350, de 25 de novembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 16º A comprovação de certificação com respectivo nível de proficiência será feita por meio da apresentação de certidão gerada eletronicamente pelo Inep em sua página na Internet, validada por protocolo eletrônico.

§ 1º A certidão eletrônica terá validade para todos os fins de direito, perante instituições nacionais e estrangeiras, bem como a via original ou a cópia autenticada da publicação do resultado.

§ 2º A segunda via do certificado do Exame de Proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros - Celpe-Bras será emitida mediante certidão do Presidente do Instituto." (NR).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2021.

MILTON RIBEIRO

DESPACHO DE 8 DE JUNHO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 186/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CES/CNE, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, expressa na Portaria nº 119, de 10 de fevereiro de 2021, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Gestão de Recursos Humanos, tecnológico, na modalidade a distância, que seria ministrado pela Faculdade Educacional Penhense - Facepe, com sede na Rua Heloísa Penteado, nº 327, Bairro Vila Esperança, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Associação Penhense de Ensino Superior, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23001.000293/2021-53.

MILTON RIBEIRO
Ministro

RETIFICAÇÃO

Nos Despachos publicados no Diário Oficial da União nº 106, de 9 de junho de 2021, Seção 1, página 219, que tratam da homologação do Parecer CNE/CES nº 232/2021, e do Parecer CNE/CES nº 226/2021, onde se lê: "DESPACHO DE 8 DE MAIO DE 2021", leia-se: "DESPACHO DE 8 DE JUNHO DE 2021".

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 69, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a realizar a transferência de recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, conforme Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, resolve:

Art. 1º Divulgar os municípios e o Distrito Federal que estão aptos a receber o pagamento do recurso de apoio à manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil oferecidas em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público que tenham cadastradas novas matrículas em novas turmas e que ainda não foram contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, e conforme informações declaradas pelos municípios e o Distrito Federal no SIMEC - Módulo E.I. Manutenção - Novas Turmas de Educação Infantil.

Art. 2º Autorizar o FNDE/MEC a realizar transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, conforme destinatários e valores constantes da listagem anexa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO

ANEXO

UF	Municípios	CNPJ	Código IBGE	Quantidade de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, declaradas pelos Municípios e o Distrito Federal, em estabelecimentos públicos e/ou conveniados com o poder público				Valor do Repasse
				Creche Púb/Conv Parcial	Creche Púb/Conv Integral	Pré-Escola Púb/Conv Parcial	Pré-Escola Púb/Conv Integral	
AL	Monteirópolis	12.251.450/0001-36	2705408	24	0	26	0	226.543,62
BA	Ribeira do Pombal	13.809.397/0001-09	2926608	0	72	0	0	369.415,81
CE	Brejo Santo	07.620.701/0001-72	2302503	0	0	123	0	533.995,40
CE	Fortaleza	07.954.605/0001-60	2304400	0	16	84	0	34.367,10
CE	Pindoretama	23.563.448/0001-19	2310852	0	26	0	76	523.339,06
CE	Porteiras	07.654.114/0001-02	2311108	87	0	0	0	412.041,21
CE	Solonópole	07.733.256/0001-57	2313005	0	0	34	0	11.354,50
CE	Tianguá	07.735.178/0001-20	2313401	0	0	331	0	1.437.011,96
MA	Bom Jesus das Selvas	01.612.668/0001-52	2102036	25	0	24	0	17.122,84
MG	Gameleiras	01.612.482/0001-01	3127339	0	47	0	0	18.549,74
MG	Itaguara	18.313.015/0001-75	3132206	0	9	40	0	65.455,34
MG	Muriaé	17.947.581/0001-76	3143906	0	82	0	20	80.513,70
MT	Planalto da Serra	37.465.176/0001-29	5106455	11	0	0	0	12.022,42
MT	Sorriso	03.239.076/0001-62	5107925	140	0	4	0	104.680,07
PA	Conceição do Araguaia	05.070.404/0001-75	1502707	0	72	0	0	369.415,81
PA	Piçarra	01.612.163/0001-98	1505635	77	0	66	0	651.214,24
PB	Bernardino Batista	01.621.539/0001-20	2502052	0	18	0	17	179.577,13
PB	Cabedelo	09.012.493/0001-54	2503209	0	40	34	0	54.283,00
PB	Campina Grande	08.993.917/0001-46	2504009	0	0	0	25	9.866,88
PB	Mogeiro	08.866.501/0001-67	2509404	0	52	0	0	266.800,31
PB	Monteiro	09.073.628/0001-91	2509701	0	17	29	0	16.394,19
PB	Pombal	08.948.697/0001-39	2512101	0	17	0	0	6.709,48
PE	Frei Miguelinho	11.361.854/0001-10	2605806	25	0	10	0	161.816,91
PE	Lagoa do Carro	40.893.778/0001-91	2608453	24	13	0	0	180.366,62
PE	Limoeiro	11.097.292/0001-49	2608909	0	17	0	0	87.223,18
PI	Dom Inocêncio	23.500.002/0001-45	2203453	7	0	25	0	21.798,21
RJ	Mesquita	04.132.090/0001-25	3302858	0	0	12	0	12.022,41
RO	Santa Luzia D'Oeste	15.845.365/0001-94	1100296	0	0	35	0	151.949,91
RS	Alto Alegre	92.406.057/0001-03	4300554	4	0	0	6	3.825,31
RS	Arvorezinha	87.612.750/0001-00	4301404	0	11	21	0	147.608,47
RS	Campo Bom	90.832.619/0001-55	4303905	0	0	24	29	19.460,52
RS	Campos Borges	92.406.164/0001-31	4304101	0	0	14	0	4.675,38
RS	Cândido Godói	87.612.842/0001-82	4304309	7	3	0	0	3.734,24
RS	Carazinho	87.613.535/0001-16	4304705	44	28	0	0	27.080,81
RS	Constantina	87.708.889/0001-44	4305801	26	0	25	0	17.821,12
RS	Dom Feliciano	88.601.943/0001-10	4306502	28	0	0	0	132.610,96
RS	Estrela	87.246.120/0001-51	4307807	0	0	0	42	198.916,20
RS	Fontoura Xavier	87.612.768/0001-02	4308300	0	0	33	0	132.246,51
RS	Humaitá	87.613.139/0001-99	4309704	0	0	18	9	9.563,29
RS	Independência	87.612.826/0001-90	4310405	0	0	9	0	39.072,83
RS	Iraí	87.612.941/0001-64	4310504	0	0	7	20	10.231,19
RS	Mormaço	92.451.038/0001-07	4312427	0	0	0	8	3.157,40
RS	Não-Me-Toque	87.613.519/0001-23	4312658	0	89	0	0	29.722,08
RS	Putinga	88.186.754/0001-29	4315206	0	0	7	10	81.697,73
RS	Santiago	87.897.740/0001-50	4317400	0	91	121	0	992.213,07
RS	Santo Antônio da Patrulha	88.814.199/0001-32	4317608	0	65	0	0	333.500,38
RS	São Francisco de Assis	87.896.882/0001-01	4318101	11	0	8	0	100.186,81
RS	Sede Nova	91.997.056/0001-18	4320230	2	3	0	0	1.912,66
RS	Selbach	87.613.501/0001-21	4320305	0	8	0	0	3.157,40
RS	Taquaruçu do Sul	92.403.567/0001-27	4321329	7	0	0	0	5.100,42
RS	Tio Hugo	04.207.638/0001-59	4321469	0	17	0	0	6.709,48
RS	Três Forquilhas	93.317.998/0001-33	4321832	0	0	13	0	56.438,54
RS	Triunfo	88.363.189/0001-28	4322004	0	80	140	0	1.018.261,66
SP	São Bernardo do Campo	46.523.239/0001-47	3548708	0	630	0	0	2.973.542,78
TO	Palmas	24.851.511/0001-85	1721000	0	0	257	0	85.826,64
TOTAL				549	1523	1574	262	12.454.124,93

PORTARIA Nº 70, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a realizar a transferência de recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, conforme Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de maio de 2013.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, resolve:

Art. 1º Divulgar os municípios e o Distrito Federal que estão aptos a receber o pagamento do recurso de apoio à manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, em plena atividade e com matrículas que ainda não tenham sido contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata a Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011, e conforme informações declaradas pelos municípios e o Distrito Federal no SIMEC - Módulo E.I. Manutenção - Unidades do Proinfância.

Art. 2º Autorizar o FNDE/MEC a realizar transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, conforme destinatários e valores constantes da listagem anexa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO

ANEXO

UF	Municípios	CNPJ	Código IBGE	Quantidade de novas matrículas, declaradas pelos Municípios e o Distrito Federal, em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais e que estão em plena atividade				Valor do Repasse
				Creche Parcial	Creche Integral	Pré-Escola Parcial	Pré-Escola Integral	
BA	Vitória da Conquista	14.239.578/0001-00	2933307	0	90	0	0	29.725,13
CE	Coreaú	07.598.618/0001-44	2304004	0	37	47	0	251.442,47
CE	Monsenhor Tabosa	07.693.989/0001-05	2308609	23	0	27	0	204.238,87
MT	Cáceres	03.214.145/0001-83	5102504	19	0	0	0	18.792,62
PA	Soure	05.133.863/0001-50	1507904	0	0	66	0	178.809,35
PE	Ipojuca	11.294.386/0001-08	2607208	376	0	0	0	123.965,32
PI	Teresina	06.554.869/0001-64	2211001	76	12	58	0	45.572,06
TOTAL				494	139	198	0	852.545,82

PORTARIA Nº 71, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Divulga o resultado da fase recursal das obras inscritas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2022 - Objetos 01 e 03 - Obras Didáticas e Pedagógicas - Educação Infantil.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso das atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado da fase recursal das obras didáticas e pedagógica no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2022 - Objetos 01 e 03 - Obras Didáticas e Pedagógicas - Educação Infantil, conforme Edital de Convocação CGPLI nº 02/2020 - CGPLI - PNLD 2022 - Educação Infantil.

Parágrafo único. O resultado dos recursos das obras didáticas do PNLD 2022 - Objetos 01 e 03 - Obras Didáticas e Pedagógicas - Educação Infantil encontra-se disposto no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Em atendimento ao Decreto nº 9.099, de 19 de julho de 2017, o resultado preliminar da etapa de avaliação pedagógica foi publicado por meio da Portaria nº 61, de 03 de maio de 2021 e da Portaria SEB nº 62, de 06 de maio de 2021, da Secretaria de Educação Básica.

§1º Os pareceres que embasaram o resultado preliminar de obras reprovadas e de obras aprovadas condicionadas à correção de falhas pontuais foram disponibilizados e puderam ser objetos de recurso fundamentado por parte do detentor de direito autoral, vedados pedidos genéricos de revisão de avaliação.

§2º Os pareceres que fundamentaram o resultado divulgado estarão disponíveis no dia subsequente à publicação desta Portaria, no endereço http://simec.mec.gov.br, Módulo Livros, aba Avaliação, pelo prazo de 30 dias após a publicação desta.

Art. 3º Para as obras didáticas e pedagógicas que obtiverem recursos indicados como deferidos nesta Portaria, tem-se que os detentores de direito autoral devem reapresentar a obra corrigida conforme especificações dos Anexos das Portarias SEB nº 61/2021 e 62/2021, com as devidas correções apontadas no respectivo parecer, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar do dia subsequente da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A obra só será considerada aprovada para compor o Guia de Livros Didáticos se as falhas apontadas no parecer forem devidamente sanadas e a nova versão corrigida for carregada no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC).

Art. 4º O resultado final da avaliação será publicado em Diário Oficial da União, divulgado nos portais www.mec.gov.br e www.fnde.gov.br e disponibilizado no SIMEC, com listagem dos editores e das obras aprovadas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO

ANEXO I - OBRAS DIDÁTICAS E PEDAGÓGICAS - PNLD 2022 - EDUCAÇÃO INFANTIL

RESULTADO DOS RECURSOS DE OBRAS REPROVADAS - PNLD 2022 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Objeto	Componente	Código da Obra	Resultado dos recursos	Resultado pós recursos
Objeto 1	Pré-Escola I	0017P22005	INDEFERIDO	REPROVADA
	Creche I	0024P22004	INDEFERIDO	REPROVADA
	Creche II	0031P22001	INDEFERIDO	REPROVADA
	Pré-Escola I	0032P22005	INDEFERIDO	REPROVADA
	Pré-Escola I	0048P22005	INDEFERIDO	REPROVADA
	Pré-Escola I	0063P22005	INDEFERIDO	REPROVADA
	Pré-Escola II	0064P22002	INDEFERIDO	REPROVADA
	Pré-Escola I	0066P22005	INDEFERIDO	REPROVADA
	Pré-Escola I	0070P22005	INDEFERIDO	REPROVADA
Objeto 3	Obras Pedagógicas	0065P22006	INDEFERIDO	REPROVADA

RESULTADO DOS RECURSOS DE OBRAS APROVADAS CONDICIONADAS À CORREÇÃO DE FALHAS PONTUAIS - PNLD 2022 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Componente	Código da Obra	Resultado
Creche I	0025P22004	APROVADA
Creche I	0037P22004	APROVADA
Creche I	0057P22004	APROVADA
Creche II	0019P22001	APROVADA
Pré-Escola I	0016P22005	APROVADA
Pré-Escola I	0022P22005	APROVADA
Pré-Escola I	0028P22005	APROVADA
Pré-Escola I	0038P22005	REPROVADA
Pré-Escola I	0040P22005	APROVADA
Pré-Escola I	0043P22005	APROVADA
Pré-Escola I	0044P22005	APROVADA
Pré-Escola I	0045P22005	APROVADA
Pré-Escola I	0067P22005	APROVADA
Pré-Escola I	0074P22005	APROVADA
Pré-Escola II	0027P22002	REPROVADA
Pré-Escola II	0046P22002	REPROVADA
Pré-Escola II	0059P22002	APROVADA
Pré-Escola II	0068P22002	APROVADA
Obra Pedagógica	0020P22006	APROVADA
Obra Pedagógica	0026P22006	APROVADA
Obra Pedagógica	0029P22006	APROVADA
Obra Pedagógica	0030P22006	APROVADA
Obra Pedagógica	0033P22006	APROVADA
Obra Pedagógica	0034P22006	APROVADA
Obra Pedagógica	0035P22006	APROVADA
Obra Pedagógica	0047P22006	APROVADA
Obra Pedagógica	0060P22006	APROVADA
Obra Pedagógica	0077P22006	APROVADA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO

RESOLUÇÃO Nº 68, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO no uso de suas atribuições legais e estatutárias dispostas no § 1º, Art. 10 da Lei Nº 11.892/2008 c/c o inciso I, Art. 8º, do Estatuto do Instituto Federal do Maranhão; com base no Decreto Presidencial de 11 de novembro de 2020, publicado no D.O.U. de 12 de Novembro de 2020; e, considerando o que consta no Processo 23249.045942.2020-61, resolve:

Art. 1º Aprovar, ad referendum do Conselho Superior, a alteração no Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão no que diz respeito ao nome da Pró-Reitoria de Ensino-PROEN que passará a ser denominada Pró-Reitoria de Ensino e Assuntos Estudantis - PRENAE.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

CARLOS CESAR TEIXEIRA FERREIRA

ANEXO

ESTATUTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. TÍTULO I. DA INSTITUIÇÃO. CAPÍTULO I. DA NATUREZA E DAS FINALIDADES.

Art. 1º O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, é uma instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. e disciplinar.1º O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, doravante tratado como Instituto Federal do Maranhão, como órgão da administração central é domiciliado na sede de sua Reitoria, a qual poderá ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos Campi que o integram, conforme disposto no § 2º, art. 11 da Lei nº 11.892/2008. §2º. O Instituto Federal do Maranhão é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica e tem como sedes para fins da legislação educacional as seguintes unidades: a) Reitoria, sediada na Av. Colares Moreira 477, Renascença, São Luís - MA - CEP 65075-441. b) Campus Açailândia, sediado na Av. Projetada, s/n, Vila Progresso II, Açailândia-MA - CEP 65930-000; c) Campus Alcântara, sediado na Rua da Baronesa, s/n, Centro, Alcântara-MA - CEP 65250-000; d)Campus Araioses, sediado na José de Alencar, s/n, Bairro Cumprida, Araioses-MA - CEP 65570-000; e)Campus Bacabal, sediado na Av. Governador João Alberto de Sousa, s/n, Areal, Bacabal-MA - CEP 65700-000; f)Campus Barreirinhas, sediado na Rodovia MA 225, Km 04, s/n, Santa Cruz, Barreirinhas-MA, CEP 65590-000; g) Campus Barra do Corda, sediado na Rodovia BR 226, Km 303, s/n, Vila Nenzin, Barra do Corda-MA - CEP 65950-000; h) Campus Buriticupu, sediado na Rua Deputado Gastão Vieira, nº 1000, Vila Mansueto, Buriticupu-MA - CEP 65393-000; i) Campus Caxias, sediado na Rodovia MA 349, Km 02, Povoado Lamego, Zona Rural, Caxias-MA - CEP 65600-000; j) Campus Codó, sediado no Povoado Poraquê, s/n, Zona Rural, Codó-MA - CEP 65400-000; k) Campus Coelho Neto, sediado na Av. Antônio Guimarães, s/n, MA-034, Olho D'Aguinha, Coelho Neto-MA - CEP 65620-000; l) Campus Grajaú, sediado na Rodovia BR 226, s/n, Vila Nova, Grajaú-MA - CEP 65940-000; m) Campus Imperatriz, sediado na Av.Newton Bello, s/n, Vila Maria, Imperatriz-MA - CEP 65919-050; n) Campus Itapecuru-Mirim, sediado na Rua Prof. João Batista dos Santos, s/n, Centro, Itapecuru-Mirim-MA - CEP 65485-000; o) Campus Pedreiras, sediado na MA 381, KM 0, Bairro do Diogo, Pedreiras-MA - CEP 65725-000; p) Campus Pinheiro, sediado na Rodovia MA 006, Km 04, s/n, Enseada, Pinheiro-MA - CEP 65200-000; q)Campus Presidente Dutra, sediado na Rua Adalberto de Macedo, s/n, Unidade Integrada Joana Lima de Macedo, Bairro Paulo Falcão, Presidente Dutra - MA - CEP 65760-000; r) Campus Santa Inês, sediado na Rodovia BR 316, s/n, Canaã, Santa Inês-MA - CEP 65300-000; s) Campus São João dos Patos, sediado na Av. Padre Santiago, s/n, São João dos Patos-MA, CEP 65665-000; t) Campus São José de Ribamar, sediado na Rodovia MA 201, KM 12, s/n, Piçarreira, São José de Ribamar-MA - CEP 65110-000; u) Campus São Luís - Centro Histórico, sediado na Rua Afonso Pena, 174, Centro, São Luís-MA - CEP 65010-030; v) Campus São Luís - Maracanã, sediado na Av.

dos Curiós, s/n, Vila Esperança, São Luís-MA - CEP 65095-460; x) Campus São Luís - Monte Castelo, sediado na Av. Getúlio Vargas, nº 04, Monte Castelo, São Luís-MA - CEP 65030-005; z) Campus São Raimundo das Mangabeiras, sediado na BR 230, Km 319, Zona Rural, São Raimundo das Mangabeiras-MA - CEP 65840-000; aa) Campus Timon, sediado na Av. Luís Firmino de Sousa, 3907, Mutirão, Timon-MA - CEP 65635-468; bb) Campus Viana, sediado na Av. Luís de Almeida Couto, Centro, Viana-MA - CEP: 65215-000; cc) Campus Zé Doca, sediado na Av. da Tecnologia, nº 215, Vila Amorim, Zé Doca-MA - CEP 65365-000; dd) Campus Avançado Carolina, sediado na Praça dos estudantes, nº 64, Centro, Carolina-MA, CEP 65980-000; ee) Campus Avançado Porto Franco, sediado na Rua Custódio Barbosa, nº 09, Centro, Porto Franco-MA, CEP 65970-000; ff) Campus Avançado Rosário, sediado na Avenida Vitorino Freire, nº 4344, Centro, Rosário-MA, CEP 65150-000; hh) Centro de Referência Tecnológica, sediado na Avenida Getúlio Vargas, nº10, Monte Castelo, São Luís, CEP 65030-005; ii) Centro de Referência Educacional de Mirinzal, sediado na Rua Vera Lucia Colares, s/n, Centro de Ensino Médio Euclides Ribeiro, Bairro Barreiro, Mirinzal, CEP 65265-000; jj) Centro de Referência Educacional de Colinas, sediado na Avenida Dr. Osano Brandão, nº511, Centro, Colinas, CEP 65690-000; ll) Centro de Referência Educacional de Vitorino Freire, sediado na Travessa Rui Barbosa, nº 92, Unidade Integrada Wilson Branco, Centro, Vitorino Freire-MA, CEP 65320-000; mm) Centro de Referência Educacional São Luís - Cidade Operária, sediado na Avenida Esteban duzentos e três, nº100, Cidade Operária, São Luís-MA, CEP 65058-185; nn) Centro de Referência Educacional São Luís - Cidade Operária, sediado na Avenida Esteban duzentos e três, nº100, Cidade Operária, São Luís-MA, CEP 65058-185. §3° Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Maranhão é equiparado às universidades federais. § 4º O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão possui limite de atuação territorial para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, circunscrito ao Estado do Maranhão, aplicando-se, no caso da oferta de ensino a distância, legislação específica.

Art. 2º O Instituto Federal do Maranhão rege-se pela legislação federal e pelos seguintes atos normativos: I. Estatuto; II. Regimento Geral; III. Regimento Interno dos Campi; IV. Resoluções do Conselho Superior; V. Atos Administrativos da Reitoria.

CAPÍTULO II. DOS PRINCÍPIOS, DAS FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS E DOS OBJETIVOS.

Art. 3º O Instituto Federal do Maranhão, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores: I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais; IV. inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; V. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União; VI. universalização e democratização do conhecimento; VII. pluralismo de ideias e de pensamento; VIII. flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos de ensino; IX. excelência educacional; e X. respeito à diversidade e ao meio ambiente.

Art. 4º O Instituto Federal do Maranhão tem as seguintes finalidades e características: I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal do Maranhão; V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica, bibliográfica, tecnológica e científica; VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento humano, científico e tecnológico; IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente; e X. avaliar competências profissionais, acreditando-as ou certificando-as.

Art. 5º O Instituto Federal do Maranhão tem os seguintes objetivos: I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; VI. estimular e desenvolver atividades físicas com base na cultura corporal, no equilíbrio da saúde e na melhoria da qualidade de vida; e VII. ministrar em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; a) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; b) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; c) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e d) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 6º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal do Maranhão, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica, ressalvado o caso previsto no §2º do art. 8º da Lei nº. 11.892/2008.

CAPÍTULO III. DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

Art. 7º A organização geral do Instituto Federal do Maranhão compreende: I - COLEGIADOS. a) Conselho Superior; a.1) Auditoria Interna; b) Colégio de Dirigentes. II - REITORIA. b) Gabinete; c) Pró-Reitorias: c.1) Pró-Reitoria de Ensino e Assuntos Estudantis; c.2) Pró-Reitoria de Extensão; c.3) Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; c.4) Pró-Reitoria de Administração; c.5) Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; d) Diretoria Executiva; e) Diretorias Sistêmicas; f) Procuradoria Federal. III - CAMPI, que para fins da legislação educacional, são considerados Sedes. IV - CENTROS DE REFERÊNCIA. V - POLOS DE INOVAÇÃO. § 1º O detalhamento da estrutura organizacional do Instituto Federal do Maranhão, as competências das unidades administrativas e as atribuições dos dirigentes serão estabelecidas no seu Regimento Geral. 2º O Regimento Geral poderá dispor sobre a estruturação e funcionamento de outros órgãos colegiados que tratem de temas específicos vinculados à Reitoria ou às Pró-Reitorias.

TÍTULO II. DA GESTÃO. CAPÍTULO I. DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES E DA AUDITORIA INTERNA. SEÇÃO I. DO CONSELHO SUPERIOR.

Art. 8º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal do Maranhão, tendo a seguinte composição: I - o Reitor, como presidente; II - representação destinada aos servidores docentes, com 05 (cinco) representantes, eleitos por seus pares, na forma regimental; III - representação destinada ao corpo discente, com 05 (cinco) representantes, eleitos por seus pares, na forma regimental; IV - representação destinada aos servidores técnico-administrativos dos Campi e da Reitoria, com 05 (cinco) representantes, eleitos por seus pares, na forma regimental; V - 02 (dois) representantes dos egressos; VI - 06 (seis) representantes da sociedade civil, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; VII - 01 (um) representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; VIII - representação dos Diretores-Gerais de Campi, com 05 (cinco) representantes, eleitos por seus pares, na forma regimental. § 1° Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratam os incisos II, III, IV, V, VI e VIII, serão designados por ato do Reitor. § 2° Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos, de que tratam os incisos I e VIII. 3° Com relação aos membros de que tratam os incisos II, III e IV, cada Campus ou a Reitoria do Instituto Federal do Maranhão poderá ter no máximo 01 (uma) representação por categoria. 4º Serão membros vitalícios do Conselho Superior todos os ex-Reitores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, sem direito a voto. 5° Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido, realizando-se nova eleição para escolha de suplentes. 6° Na hipótese prevista no § 5º, será escolhido novo suplente para a complementação do mandato original. 7° O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada 02 (dois) meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 9° Compete ao Conselho Superior: I - aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal do Maranhão e zelar pela execução de sua política educacional; II- aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal do Maranhão e dos Diretores-Gerais dos Campi, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008; III - aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; IV aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares; V - aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; VI - autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; VII - apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros; VIII - deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal do Maranhão; IX - autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal do Maranhão, bem como o registro de diplomas; X - aprovar a estrutura organizacional e administrativa, o Regimento Geral e o Regimento Interno dos Campi do Instituto Federal do Maranhão, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; XI - autorizar o afastamento do Reitor para o exterior; XII - aprovar a alteração de regime de trabalho das carreiras dos servidores docentes e técnico-administrativos; XII - deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação. Parágrafo único. As normas de funcionamento do Conselho Superior serão objeto de regulamentação própria, submetidas a sua apreciação e aprovação.

SEÇÃO II. DA AUDITORIA INTERNA.

Art. 10 A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal do Maranhão e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

SEÇÃO III. DO COLÉGIO DE DIRIGENTES

Art. 11 O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição: I- o Reitor, como presidente; II - os Pró-Reitores; III - os Diretores-Gerais dos Campi. 1º O Colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros. 2º As normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes serão objeto de regulamentação própria submetidas a apreciação e aprovação do Conselho Superior.

Art. 12 Compete ao Colégio de Dirigentes: I - apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos; II- apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; III - apresentar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal; IV - apreciar e recomendar o calendário de referência anual; V - apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e VI. apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal a ele submetido.

CAPÍTULO II. DA REITORIA.

Art. 13 O Instituto Federal do Maranhão será dirigido por um Reitor, escolhido em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnicos-administrativos) e pelos estudantes regularmente matriculados, nomeado na forma da legislação vigente, para um mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução. § 1° O ato de nomeação a que se refere o caput levará em consideração a indicação feita pela comunidade escolar, mediante processo eletivo, nos termos da legislação vigente. §2° No exercício de suas competências, o Reitor contará com o auxílio de um Diretor Executivo, de Assessores e/ou Assessorias.

Art. 14 Ao Reitor compete representar o Instituto Federal do Maranhão, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição. § 1º No exercício de suas competências, o Reitor contará com o auxílio de um Diretor Executivo. § 2º Nos impedimentos e nas ausências eventuais do Reitor assumirá o cargo seu substituto legal designado na forma da legislação pertinente.

Art. 15 A vacância do cargo de Reitor decorrerá de: I - exoneração em virtude de processo disciplinar; II- demissão, nos termos da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; III - posse em outro cargo inacumulável; IV - falecimento; V - renúncia; VI - aposentadoria; ou VII - término do mandato.

Art. 16 A Reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal do Maranhão, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia. Parágrafo único. Os Dirigentes do IFMA, quando em exercício de atividade delegada e no seu limite, respondem pelos atos praticados nessa condição."

Art. 17 O Instituto Federal do Maranhão tem administração de forma desconcentrada, por meio de gestão delegada, em consonância com o artigo 9° da Lei N° 11.892/2008, obedecendo o disposto no Regimento Geral. Parágrafo único. Os Dirigentes do IFMA, quando em exercício de atividade delegada e no seu limite, respondem pelos atos praticados nessa condição, solidariamente com a autoridade que lhe delegou a competência. SEÇÃO I. DO GABINETE. Art. 18 O Gabinete poderá dispor de órgãos de apoio imediato."Art. 2º A Seção I do Capítulo II, Título II, do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão aprovado pela Resolução nº 28/2009, passa a vigorar acrescida da seguinte Seção I-A e art.18-A: "Seção I-A. DA DIRETORIA EXECUTIVA". "Art. 18-A A Diretoria Executiva é o órgão de assessoramento direto à Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão."

Art. 19 O Gabinete disporá de órgãos de apoio imediato, de Assessores ou de Assessorias.

SEÇÃO II. DAS PRÓ-REITORIAS.

Art. 20 As Pró-Reitorias do Instituto Federal do Maranhão, dirigidas por Pró-Reitores nomeados pelo Reitor, são órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às seguintes dimensões: I - À Pró-Reitoria de Ensino compete planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de ensino, articuladas à pesquisa, à inovação e à extensão; II - À Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação compete planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de pesquisa, integrada ao ensino e à extensão, bem como promover ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia e inovação tecnológica; III - À Pró-Reitoria de Extensão compete planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais; IV - à Pró-Reitoria de Administração compete planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as

atividades e as políticas de administração, gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de infraestrutura; V - À Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional compete planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e as políticas de planejamento, avaliação e desenvolvimento institucionais, governança em tecnologias da informação e gestão de pessoas.

SEÇÃO III. DAS DIRETORIAS SISTÊMICAS.

Art. 21 As Diretorias Sistêmicas, dirigidas por Diretores nomeados pelo Reitor, são órgãos vinculados ao Reitor ou às Pró Reitorias, responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação."

SEÇÃO IV. DA PROCURADORIA FEDERAL

Art. 22 A Procuradoria Federal é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente.

CAPÍTULO III. DOS CAMPI.

Art. 23 Os Campi do Instituto Federal do Maranhão, dirigidos por Diretores-Gerais, são unidades voltadas ao exercício das atividades permanentes de ensino, pesquisa aplicada, inovação e extensão e ao atendimento das demandas específicas nesse âmbito em sua área de abrangência territorial.

Art. 24 Os Campi Avançados do Instituto Federal do Maranhão, dirigidos por Diretores-Gerais, unidades vinculadas administrativamente a um Campus ou, em caráter excepcional, à Reitoria, são destinados ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e de extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada.

Art. 25 Os Diretores-Gerais dos Campi são escolhidos e nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº. 11.892/2008, para mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

CAPÍTULO IV. DOS CENTROS DE REFERÊNCIA

Art. 26 Os Centros de Referência, dirigidos por Diretores nomeados pelo Reitor, são unidades vinculados à Reitoria ou Campi do IFMA para o desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados a Educação Profissional e Tecnológica.

CAPÍTULO V. DOS POLOS DE INOVAÇÃO.

Art. 27 Os Polos de Inovação dirigidos por Diretores nomeados pelo Reitor, são unidades vinculadas à Reitoria ou Campi destinados ao atendimento de demandas da cadeia produtiva por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e a formação profissional para os setores de base tecnológica.

TÍTULO III. DO REGIME ACADÊMICO. CAPÍTULO I. DO ENSINO.

Art. 28 O currículo no Instituto Federal do Maranhão está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político-institucional, sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

Art. 29 As ofertas educacionais do Instituto Federal do Maranhão estão organizadas de forma a atender a formação inicial e continuada de trabalhadores, a educação profissional técnica de nível médio e a educação superior de graduação e de pós-graduação.

CAPÍTULO II DA EXTENSÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.

Art. 30 As ações de extensão e de relações institucionais constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar ações empreendedoras e transformadoras entre o Instituto Federal do Maranhão e a sociedade.

Art. 31 As atividades de extensão e de relações institucionais têm como objetivo apoiar o desenvolvimento social, econômico e cultural através da oferta de cursos e realização de atividades específicas.

CAPÍTULO III. DA PESQUISA E INOVAÇÃO.

Art. 32 As ações de pesquisa e inovação constituem um processo educativo para a investigação visando à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social.

Art. 33 As atividades de pesquisa e inovação têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional. Art. 34 O desenvolvimento da pesquisa e da inovação dar-se-á em todos os níveis de formação do Instituto Federal do Maranhão.

TÍTULO IV. DA COMUNIDADE ACADÊMICA.

Art. 35 A comunidade acadêmica do Instituto Federal do Maranhão é composta pelos corpos discente, docente e técnico-administrativo.

Art. 36 É assegurada aos servidores e aos discentes a respectiva representação em órgãos colegiados consultivos e deliberativos do Instituto Federal do Maranhão, com direito a voz e voto, em conformidade com a legislação federal pertinente, as normas estatutárias e regimentais.

CAPÍTULO I. DO CORPO DISCENTE.

Art. 37 O corpo discente do Instituto Federal do Maranhão é constituído por alunos matriculados nos diversos cursos e programas oferecidos pela Instituição. § 1º As atividades do corpo discente serão regulamentadas pelo Regimento Geral, complementadas pelos Regimentos Internos dos Campi. § 2º Os alunos do Instituto Federal do Maranhão que cumprirem integralmente o currículo dos cursos e programas farão jus a diploma ou certificado na forma e nas condições previstas na organização didática. § 3º Os alunos em regime de matrícula especial somente farão jus à declaração das disciplinas cursadas ou das competências adquiridas.

Art. 38 Somente os alunos com matrícula regular ativa nos cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação, poderão votar e serem votados para as representações discentes do Conselho Superior, bem como participar dos processos eletivos para escolha do Reitor e Diretores-Gerais dos Campi.

CAPÍTULO II. DO CORPO DOCENTE.

Art. 39 O corpo docente é constituído pelos professores integrantes do quadro permanente de pessoal do Instituto Federal do Maranhão, regidos pelo Regime Jurídico Único e demais professores admitidos na forma da lei.

CAPÍTULO III. DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.

Art. 40 O corpo técnico-administrativo é constituído pelos servidores integrantes do quadro permanente de pessoal do Instituto Federal do Maranhão, regidos pelo Regime Jurídico Único e que exerçam atividades de apoio técnico, administrativo e operacional.

CAPÍTULO IV. DO REGIME DISCIPLINAR.

Art. 41 O regime disciplinar do corpo discente é estabelecido em regulamento próprio aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 42 O regime disciplinar do corpo docente e técnico-administrativo do Instituto Federal do Maranhão observa as disposições legais, normas e regulamentos sobre a ordem disciplinar e sanções aplicáveis, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.

TÍTULO V. DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS.

Art. 43 O Instituto Federal do Maranhão expedirá e registrará seus diplomas em conformidade com o § 3° do art. 2° da Lei n°. 11.892/2008 e emitirá certificados a alunos concluintes de cursos e programas.

Art. 44 No âmbito de sua atuação, o Instituto Federal do Maranhão funciona como instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais, nos termos da legislação vigente.

Art. 45 O Instituto Federal do Maranhão poderá conferir títulos de Mérito Acadêmico, conforme disciplinado no Regimento Geral.

Art. 46 O reconhecimento e a revalidação de diplomas e certificados expedidos por instituições de ensino básico, técnico e superior, nacionais e estrangeiras, observarão a legislação pertinente.

TÍTULO VI. DO PATRIMÔNIO.

Art. 47. O patrimônio do Instituto Federal do Maranhão é constituído por: I - bens e direitos que compõem o patrimônio da Reitoria e de cada um dos Campi que o integram; - bens e direitos que vier a adquirir; doações ou legados que receber; III - incorporações que resultem de serviços por ele realizados; e IV - marcas, patentes e processos tecnológicos e quaisquer outros bens incorpóreos, inclusive os culturais por ele criados. Parágrafo único. Os bens e direitos do Instituto Federal do Maranhão devem ser utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto nos casos e condições permitidos em lei.

TÍTULO VII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 48 Os Cargos de Direção-CD, das Funções Gratificadas-FG e das Funções Comissionadas de Curso-FCC do Instituto Federal do Maranhão, são criados por Lei e distribuídos por meio de portarias do Ministério da Educação.

Art. 49 O Instituto Federal do Maranhão poderá constituir órgãos colegiados de natureza deliberativa e consultiva, comitês, comissões técnicas e/ou administrativas e grupos de trabalho. Parágrafo único. As competências de caráter deliberativo de qualquer órgão colegiado de que trata o caput do artigo não poderão conflitar com as competências do Conselho Superior do IFMA."

Art. 50 Este Estatuto somente poderá ser modificado: I - por motivo de Lei; II - por proposição do Reitor; III - por proposição de pelo menos 2/3 dos integrantes do Conselho Superior. Parágrafo 1º A alteração do presente estatuto exigirá quorum qualificado de 2/3 dos integrantes do Conselho Superior, mediante deliberação em sessão convocada exclusivamente para tal fim. Parágrafo 2º A convocação da sessão para os fins do parágrafo anterior, será feita pelo Reitor ex officio ou pela maioria simples dos membros do Conselho Superior.

Art. 51 Os casos omissos neste Estatuto serão dirimidos pelo Conselho Superior e, nos casos de urgência, pelo Reitor, que decidirá ad referendum do Conselho Superior, justificando-os na primeira reunião do Conselho.

Art. 52 Este Estatuto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 53 Revogam-se as disposições em contrário.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 220, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre as transferências de recursos para Estados e Distrito Federal para apoio às atividades de execução do Censo Escolar da Educação Básica nos anos letivos de 2021 e 2022.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no uso de suas atribuições definidas no art. 16, inc. VI e VIII, do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e considerando os termos do Decreto nº 6.425 de 04 de abril de 2008, da Portaria MEC nº 316, de 4 de abril de 2007, e da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o limite máximo de valores para a transferência de recursos aos Estados e ao Distrito Federal, por meio de convênios, com o objetivo de apoiar as atividades de execução do Censo Escolar da Educação Básica, em todos os levantamentos, referentes aos anos letivos de 2021 e 2022, constante no Anexo, e as regras para a execução das referidas atividades.

Parágrafo único. Os valores a serem repassados deverão ser definidos entre os proponentes e o concedente, respeitando-se o limite mínimo de R$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e na Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º A transferência de recursos para despesas de capital será equitativa, cabendo a cada Unidade Federada o montante de R$ 90.240,00 (noventa mil duzentos e quarenta reais) para os exercícios de 2021 e 2022.

§ 1º Caso não ocorra a captação dos recursos mencionados no caput, por parte de alguma unidade federada, os recursos poderão ser redistribuídos aos demais estados e Distrito Federal, também de forma equitativa, com vistas a melhor gestão dos recursos públicos disponíveis, a critério deste Instituto.

§ 2º Os processos de contratação de bens, no âmbito das despesas de que trata o caput, deverão ser ao menos homologados até 31 de dezembro de 2021.

Art. 3º A metodologia utilizada para a definição dos valores a serem repassados atende aos seguintes critérios de distribuição:

I - oferta educacional (número de estabelecimentos de ensino e matrículas na educação básica no Censo Escolar de 2020);

II - geopolítica (extensão territorial);

III - percentual de execução física e financeira do convênio celebrado para o biênio de 2017 e 2018;

IV- qualidade da coleta do Censo Escolar (taxa de risco calculada por Unidade da Federação).

Art. 4º As despesas relativas ao Censo Escolar da Educação Básica de cada ano do biênio deverão obedecer à portaria de cronograma de atividades do Censo Escolar, publicada anualmente.

Art. 5º As despesas, no âmbito dos convênios do Censo Escolar da Educação Básica, quando vigentes, serão empenhadas nos termos do art. 9º do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e obedecerão à disponibilidade orçamentária do Inep, conforme aprovação legislativa.

Art. 6º O proponente, na ocasião do envio da proposta e plano de trabalho, por meio da Plataforma +Brasil, deverá apresentar projeto de execução e de melhoria contínua das informações do Censo Escolar de 2021 e 2022 e o projeto básico/termo de referência relativo às contratações de bens e serviços, conforme plano de trabalho, bem como seguir as diretrizes e documentações relacionadas na Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Art. 7º A concessão de diárias para as atividades de execução do Censo Escolar da Educação Básica observará o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, ficando as Secretarias de Estado da Educação, no âmbito dos convênios do Censo Escolar, autorizadas a solicitar e a pagar os valores de diárias constantes do Anexo I do referido Decreto.

Parágrafo único. O deslocamento dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas não ensejará o pagamento de diárias, salvo se houver pernoite fora da sede.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO

Valor máximo estimado do repasse de recursos para a realização do Censo Escolar da Educação Básica, biênio 2021/2022, segundo critério de distribuição de recursos dos convênios estabelecidos pela Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep com base nos dados do Censo Escolar 2020 e segundo a Nota Técnica DEED/INEP Nº 4, de 2021 (SEI nº 0636888).

Unidade da Federação	VALOR máximo estimado do repasse de DESPESA CORRENTE para o Censo Escolar 2021 (R$) (A)	VALOR máximo estimado do repasse de DESPESA CORRENTE para o Censo Escolar 2022 (R$) (B)	VALOR máximo estimado do repasse de DESPESA DE CAPITAL para o Censo Escolar 2021/2022 (R$) (C)	VALOR TOTAL máximo estimado do repasse para o Censo Escolar da Educação Básica 2021/2022 (A+B+C)
total	R$ 4.931.350,00	R$ 4.931.350,00	R$ 2.436.480,00	R$ 12.299.180,00
Norte				
RO	R$119.104,91	R$119.104,91	R$90.240,00	R$328.449,82
AC	R$104.180,31	R$104.180,31	R$90.240,00	R$298.600,61
AM	R$356.348,45	R$356.348,45	R$90.240,00	R$802.936,90
RR	R$89.795,72	R$89.795,72	R$90.240,00	R$269.831,45
PA	R$382.936,25	R$382.936,25	R$90.240,00	R$856.112,51
AP	R$97.193,58	R$97.193,58	R$90.240,00	R$284.627,15
TO	R$132.489,05	R$132.489,05	R$90.240,00	R$355.218,09
Nordeste				
MA	R$241.098,63	R$241.098,63	R$90.240,00	R$572.437,27
PI	R$147.300,09	R$147.300,09	R$90.240,00	R$384.840,18
CE	R$178.454,28	R$178.454,28	R$90.240,00	R$447.148,55
RN	R$113.970,06	R$113.970,06	R$90.240,00	R$318.180,12
PB	R$131.363,10	R$131.363,10	R$90.240,00	R$352.966,21
PE	R$177.209,32	R$177.209,32	R$90.240,00	R$444.658,64
AL	R$89.541,30	R$89.541,30	R$90.240,00	R$269.322,59
SE	R$97.949,61	R$97.949,61	R$90.240,00	R$286.139,21
BA	R$322.181,23	R$322.181,23	R$90.240,00	R$734.602,47
Sudeste				
MG	R$322.143,14	R$322.143,14	R$90.240,00	R$734.526,29
ES	R$112.592,70	R$112.592,70	R$90.240,00	R$315.425,40
RJ	R$184.813,86	R$184.813,86	R$90.240,00	R$459.867,73
SP	R$484.938,88	R$484.938,88	R$90.240,00	R$1.060.117,75
Sul				
PR	R$189.634,26	R$189.634,26	R$90.240,00	R$469.508,52
SC	R$155.731,61	R$155.731,61	R$90.240,00	R$401.703,21
RS	R$154.556,97	R$154.556,97	R$90.240,00	R$399.353,94
Centro-Oeste				
MS	R$155.079,49	R$155.079,49	R$90.240,00	R$400.398,98
MT	R$185.061,57	R$185.061,57	R$90.240,00	R$460.363,14
GO	R$155.979,75	R$155.979,75	R$90.240,00	R$402.199,50
DF	R$49.701,88	R$49.701,88	R$90.240,00	R$189.643,75
Fonte: Inep/Deed				

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 407/DDP, DE 7 DE JUNHO DE 2021

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.015935/2021-86 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Economia e Relações Internacionais - CNM/CSE, instituído pelo Edital nº 41/2021/DDP, de 29 de abril de 2021, publicado no Diário Oficial da União nº 80, Seção 3, de 30/04/2021.

Campo de conhecimento: Teoria Econômica

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média final
1º	Pedro Costa Einloft	8,81
2º	Andréa Castelo Branco Brasileiro Assing	8,40
3º	Diógenes Moura Breda	8,09
4º	Marcelo Balloti Monteiro	8,00
5º	Dante de Souza Cardoso	7,71

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA Nº 409/DDP, DE 8 DE JUNHO DE 2021

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.014906/2021-05 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Fitotecnia - FIT/CCA, instituído pelo Edital nº 41/2021/DDP, de 29 de abril de 2021, publicado no Diário Oficial da União nº 80, Seção 3, de 30/04/2021.

Campo de conhecimento: Bioestatística e Experimentação Agrícola.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média final
1º	Fernanda Grimaldi Forghieri	9,27
2º	Mateus Brusco de Freitas	8,71
3º	Thiago Sanches Ornellas	8,64
4º	Miguel Busarello Lauterjung	8,36
5º	Amanda Mendes de Moura	8,34

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

RETIFICAÇÃO

Retificar na publicação do DOU Nº 106, quarta-feira, 09 de junho de 2021, Seção 1, pág. 222, referente a homologação o resultado do processo seletivo objeto do Edital nº 081, de 25/11/2019, publicado no D.O.U. em 26/11/2019, retificado no DOU em 28/11/2019, 29/11/2019 e 02/12/2019, 30/12/2019 e 20/01/2020, considerando os limites previstos no Anexo II do Decreto nº 9.739 de 28/03/2019, onde se lê: "PORTARIA Nº 809, 7 DE JUNHO DE 2021." leia-se corretamente: "PORTARIA Nº 812, 7 DE JUNHO DE 2021."

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 93-COUN/UFMS, DE 28 DE MAIO DE 2021

Aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, caput, inciso V, do Regimento Geral da UFMS, e tendo em vista o disposto no art. 74 do Estatuto da UFMS, e no art. 94 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o contido no Processo nº 23104.007261/2021-21, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações do Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) , que passa a vigorar na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Resolução nº 35, de 13 de maio de 2011;

II - a Resolução nº 67, de 22 de setembro de 2011;

III - a Resolução nº 12, de 22 de março de 2012;

IV - a Resolução nº 61, de 25 de setembro de 2013;

V - a Resolução nº 17, de 25 de março de 2014;

VI - a Resolução nº 12, de 23 de março de 2016;

VII - a Resolução nº 4, de 20 de janeiro de 2017; e

VIII - a Resolução nº 55, de 4 de julho de 2018.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021.

MARCELO AUGUSTO SANTOS TURINE,
Presidente do Conselho

ANEXO

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
(Resolução nº 93-Coun/UFMS, de 28 de maio de 2021.)

TÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA JURÍDICA E REGIÃO DE ABRANGÊNCIA

Art. 1º A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, instituída pela Lei nº 6.674, de 5 de julho de 1979, com sede e foro na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, é uma entidade de ensino superior, de natureza multicâmpus, vinculada ao Ministério da Educação, com personalidade jurídica de direito público, gozando da autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, respeitando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul adota, como designação simplificada, a sigla UFMS.

§ 2º A UFMS tem estrutura organizacional multicâmpus, com Unidades da Administração Central, da Administração Setorial e Suplementares distribuídas no Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 3º Sem prejuízo da unidade de patrimônio e de administração e a fim de atender às peculiaridades de sua disposição territorial, a UFMS adotará regime administrativo descentralizado, coordenado pela Administração Central, localizada no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 4º A distribuição de recursos orçamentários e respectiva disponibilidade financeira para o custeio das Unidades da Administração Central, da Administração Setorial e Suplementares obedecerá aos critérios estabelecidos pelo Conselho competente.

Art. 2º São instrumentos institucionais da UFMS:

I - a Constituição Federal;

II - a Legislação Federal pertinente;

III - este Estatuto, que estabelecerá as normas gerais;

IV - o Regimento Geral, que detalhará o processo de execução, no que houver de comum para a UFMS;

V - os Regimentos Internos dos Órgãos Colegiados, integrantes da sua estrutura organizacional; e

VI - os instrumentos normativos.

CAPÍTULO II

DA AUTONOMIA

Art. 3º A UFMS, nos termos da Constituição Federal, goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 1º A autonomia didático-científica está baseada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e consistirá em:

I - estabelecer a política, planos e programas de ensino, pesquisa e extensão,

II - criar, ampliar, organizar, avaliar, remover, modificar, desativar e extinguir cursos e programas;

III - estabelecer planos e programas de empreendedorismo, inovação e sustentabilidade;

IV - estabelecer o regime escolar e didático;

V - estabelecer políticas, planos e programas de manifestações artísticas, culturais e esportivas; e

VI - conferir graus, certificados, diplomas, títulos e outras comendas universitárias.

§ 2º A autonomia administrativa consistirá em:

I - estabelecer a política geral de administração;

II - aprovar e alterar este Estatuto, o Regimento Geral, e demais instrumentos normativos;

III - estabelecer políticas, planos e programas de capacitação e qualificação de pessoal docente e técnico-administrativo;

IV - estabelecer normas e critérios para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas, aplicáveis ao pessoal docente, discente e técnico-administrativo; e

V - estabelecer as políticas de prestação de serviço.

§ 3º A autonomia de gestão orçamentária, financeira e patrimonial consistirá em:

I - administrar patrimônio e recursos próprios;

II - elaborar, executar e propor a suplementação do seu orçamento;

III - firmar contratos, acordos, convênios e estabelecer parcerias;

IV - aceitar e receber subvenções, doações, legados e cooperação financeira;

V - elaborar, aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos; e

VI - efetuar transferências, dar quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO III

DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 4º A UFMS terá como finalidades e objetivos gerais:

I - gerar, difundir, socializar e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano, utilizando as potencialidades da região, mediante processos integrados de ensino, pesquisa, extensão, com princípios de responsabilidade, de respeito à ética, ao meio ambiente e às diversidades, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado;

II - formar e qualificar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, com vistas ao seu ingresso no desenvolvimento das sociedades sul-mato-grossense e brasileira em geral, de forma participativa e continuada;

III - contribuir para o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico, artístico e cultural por meio de pesquisas e de atividades que promovam a descoberta, a invenção e a inovação, considerando o pluralismo de ideias;

IV - educar para o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento sustentável;

V - assegurar permanentemente a qualidade das atividades desenvolvidas;

VI - participar da formulação das políticas nacionais;

VII - assegurar a gratuidade do ensino de graduação e pós-graduação stricto sensu; e

VIII - assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência na Instituição.

TÍTULO II

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DO PATRIMÔNIO

Art. 5º Constituirão o patrimônio da UFMS:

I - os bens móveis e imóveis adquiridos ou que venha a adquirir por transferência, incorporação, reincorporação, cessão, doação ou legação;

II - as patentes, marcas, direitos autorais e outros, previstos em lei; e

III - a conta patrimonial.

Art. 6º A UFMS poderá alienar, permutar e adquirir bens, observados os requisitos e os impedimentos legais e constitucionais.

Parágrafo único. A efetivação do disposto no caput dependerá de aprovação do Conselho Diretor.

CAPÍTULO II

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 7º Os recursos financeiros da UFMS serão provenientes de:

I - dotações que, a qualquer título, lhe sejam destinadas nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios;

II - dotações, contribuições e doações concedidas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas;

III - receita de aplicação de bens e valores patrimoniais;

IV - receitas provenientes de patentes, marcas, direitos autorais e outros previstos em lei;

V - receitas da prestação de serviços;

VI - fundos patrimoniais;

VII - taxas e emolumentos; e

VIII - outras receitas eventuais.

Parágrafo único. A regulamentação do inciso VI deverá ser aprovada pelo Conselho Universitário, ouvido o Conselho Diretor.

Art. 8º A UFMS elaborará, anualmente, sua proposta orçamentária, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional e outros projetos e programas.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO ÚNICO

DOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS

Art. 9º A UFMS será organizada com observância aos seguintes princípios:

I - unidade patrimonial e administrativa;

II - estrutura orgânica acadêmica com base nas Unidades da Administração Setorial;

III - racionalidade de organização e de gestão de pessoas, com plena utilização de recursos materiais;

IV - interação entre órgãos e unidades que compõem a estrutura da UFMS;

V - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

VI - respeito às diversidades; e

VII - gestão democrática garantida a representação dos segmentos.

Art. 10. A estrutura da UFMS compreenderá:

I - os Conselhos Superiores;

II - as Unidades da Administração Central;

III - as Unidades da Administração Setorial;

IV - as Unidades Suplementares; e

V - a Assembleia Universitária.

Parágrafo único. As atribuições e as competências dos Órgãos e das Unidades a que se referem os incisos I a IV, deste artigo, serão fixadas no Regimento Geral, nos respectivos Regimentos Internos, e em outros instrumentos normativos.

Art. 11. Serão Conselhos Superiores:

I - o Conselho Universitário;

II - o Conselho Diretor;

III - o Conselho de Graduação;

IV - o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação; e

V - o Conselho de Extensão, Cultura e Esporte.

Art. 12. Serão Unidades da Administração Central:

I - a Reitoria;

II - a Vice-Reitoria;

III - as Pró-Reitorias; e

IV - as Agências.

Art. 13. Serão Unidades da Administração Setorial:

I - os Câmpus;

II - as Faculdades;

III - os Institutos; e

IV - as Escolas.

Parágrafo único. As Unidades da Administração Setorial são as executoras das atividades de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo, inovação e sustentabilidade, com organização administrativa, didático-científica e de lotação dos cursos, de pessoal docente e técnico-administrativo.

Art. 14. A administração das Unidades da Administração Setorial será exercida:

I - pelos Conselhos, em nível deliberativo; e

II - pelas Diretorias, em nível executivo.

Art. 15. Serão Unidades Suplementares da UFMS aquelas com finalidades culturais, técnicas, assistenciais, esportivas e recreativas, para prestação de serviços e apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo, inovação e sustentabilidade, e serão vinculadas à Reitoria, conforme disposto no Regimento Geral.

Art. 16. A estrutura organizacional da UFMS é definida no Regimento Geral.

Art. 17. O Conselho Universitário, ouvido o Conselho Diretor, deliberará, por dois terços de seus membros, sobre propostas de extinção, criação, alteração e implantação de Unidades da Administração Setorial e/ou Suplementares.

Parágrafo único. As propostas, devidamente fundamentadas, a que se refere o caput deste artigo, serão encaminhadas pelo Reitor ou por membro do Conselho Universitário.

Art. 18. Na implantação de Unidades de Administração Setorial ou Suplementares, serão considerados os seguintes requisitos:

I - disponibilidade de cargos de direção e funções gratificadas;

II - viabilidade econômica;

III - viabilidade social; e

IV - viabilidade técnica.

Parágrafo único. Para a criação e a implantação de Unidades da Administração Setorial e/ou Suplementares, a UFMS poderá firmar convênio com governos e/ou com instituições de ensino superior, de pesquisa e de difusão tecnológica.

Seção I

Da Administração Central

Subseção I

Do Conselho Universitário

Art. 19. O Conselho Universitário é o órgão colegiado superior da UFMS, de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matéria acadêmica, de definição da política universitária e instância de recursos nos assuntos de natureza didático-científica, administrativa, econômico-financeira e patrimonial.

Art. 20. O Conselho Universitário, obedecida à proporcionalidade mínima de docente estabelecida em lei, será integrado:

I - pelo Reitor, como seu presidente, com voto de qualidade;

II - pelo Vice-Reitor;

III - pelos Pró-Reitores;

IV - pelos Diretores das Agências;

V - pelos Diretores das Unidades da Administração Setorial;

VI - por um representante docente da Carreira do Magistério Superior de cada Unidade da Administração Setorial, eleito por seus pares, em eleição direta e universal, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;

VII - por dois representantes docentes da Carreira do Magistério Superior, indicados pelo Sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;

VIII - por dois representantes Técnico-Administrativos em Educação, indicados pelo Sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;

IX - por dois representantes Técnico-Administrativos em Educação, entre os Coordenadores Administrativos e os Secretários Administrativos das Unidades da Administração Setorial, se houver estas funções, em sistema de rodízio, com mandato de um ano;

X - por quatro representantes discentes, dois da Graduação e dois da Pós-Graduação, indicados pelo Diretório Central de Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução;

XI - por um representante indicado pela Associação de Aposentados e Pensionistas da UFMS, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;

XII - por três representantes da Comunidade não Universitária, sendo um indicado pelas Federações Patronais, um indicado pela Federação dos Trabalhadores e um indicado pelos Conselhos Regionais de Fiscalização Profissional, em sistema de rodízio, com mandato de dois anos; e

XIII - por um representante do Governo Federal, indicado pelo Ministério da Educação, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Subseção II

Do Conselho Diretor

Art. 21. O Conselho Diretor é o órgão de jurisdição superior da UFMS de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matéria administrativa, disciplinar, econômico-financeira e patrimonial.

Art. 22. O Conselho Diretor será constituído, obedecida à proporcionalidade mínima de docente estabelecida em lei, pelos seguintes membros:

I - pelo Reitor, como presidente, com o voto de qualidade;

II - pelo Vice-Reitor;

III - pelos Pró-Reitores;

IV - pelos Diretores das Agências;

V - pelos Diretores das Unidades da Administração Setorial;

VI - por dois representantes docentes da Carreira do Magistério Superior, indicados pelo Sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;

VII - por dois representantes Técnico-Administrativos em Educação, indicados pelo Sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;

VIII - por dois representantes Técnico-Administrativos em Educação, entre os Coordenadores Administrativos e os Secretários Administrativos das Unidades da Administração Setorial, se houver estas funções, em sistema de rodízio, com mandato de um ano;

IX - por quatro representantes discentes, dois da Graduação e dois da Pós-Graduação, indicados pelo Diretório Central de Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução; e

X - por um representante indicado pela Associação de Aposentados e Pensionistas da UFMS, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Subseção III

Do Conselho de Graduação

Art. 23. O Conselho de Graduação é o órgão de jurisdição superior de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matérias didático-pedagógicas relativas ao ensino de graduação.

Art. 24. O Conselho de Graduação, obedecida à proporcionalidade mínima de docente estabelecida em lei, será integrado:

I - pelo Pró-Reitor de Graduação, como presidente, com voto de qualidade;

II - pelos ocupantes de Cargo de Direção da Pró-Reitoria de Graduação;

III - por um Representante Docente de cada Unidade da Administração Setorial, indicado pelo respectivo Conselho, dentre os Coordenadores de Cursos de Graduação, em sistema de rodízio, com mandato de dois anos;

IV - por um representante Técnico-Administrativo em Educação, indicado pelo Sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; e

V - por um representante discente da Graduação, indicado pelo Diretório Central de Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

Subseção IV

Do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação

Art. 25. O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação é o órgão de jurisdição superior de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matéria das áreas de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, e do ensino de pós-graduação.

Art. 26. O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação, obedecida à proporcionalidade mínima de docente estabelecida em lei, será integrado:

I - pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, como presidente, com voto de qualidade;

II - pelos ocupantes de Cargo de Direção da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

III - por um representante docente de cada Unidade de Administração Setorial, indicado pelo respectivo Conselho, dentre os Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação stricto sensu, em sistema de rodízio, com mandato de dois anos ;

IV - por um representante Técnico-Administrativo em Educação da UFMS, indicado pelo Sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; e

V - por dois representantes discentes da Pós-Graduação, indicado pelo Diretório Central de Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

Parágrafo único. Em atendimento ao disposto no inciso III, deste artigo, caso a Unidade não tenha Curso de Pós-Graduação stricto sensu, o Conselho de Unidade deverá indicar um docente que participe de programa de pós-graduação na UFMS, e, não existindo, a indicação deverá ser de um professor Doutor da Carreira do Magistério Superior, com orientação vigente no Programa de Iniciação Científica da Universidade.

Subseção V

Do Conselho de Extensão, Cultura e Esporte

Art. 27. O Conselho de Extensão, Cultura e Esporte é o órgão de jurisdição superior da UFMS de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matéria de extensão, cultura e esporte.

Art. 28. O Conselho de Extensão, Cultura e Esporte, obedecida à proporcionalidade mínima de docente estabelecida em lei, será integrado:

I - pelo Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Esporte, como presidente, com o voto de qualidade;

II - pelos ocupantes de Cargo de Direção da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte;

III - por um representante de cada Unidade da Administração Setorial, indicado pelo respectivo Conselho, dentre os professores da Carreira do Magistério Superior, preferencialmente, como participante de Projeto de Extensão cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;

IV - por um representante Técnico-Administrativo em Educação, indicado pelo Sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; e

V - por um representante discente da Graduação, indicado pelo Diretório Central de Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

Subseção VI

Da Assembleia Universitária

Art. 29. A Assembleia Universitária, convocada e presidida pelo Reitor, reunida em sessão solene, será constituída pelos membros dos Conselhos Superiores da UFMS.

Art. 30. A Assembleia Universitária é um fórum de debates de assuntos relevantes de âmbito estadual, nacional e internacional, e de entrega de títulos e dignidades universitárias aprovadas pelo Conselho Universitário.

Subseção VII

Da Reitoria

Art. 31. A Reitoria é a instância executiva de jurisdição superior da Universidade.

Art. 32. O cargo de Reitor será exercido por docente da Carreira do Magistério Superior da UFMS, nomeado na forma da lei e, na sua ausência e no seu impedimento, pelo Vice-Reitor, igualmente nomeado.

§ 1º O Reitor e o Vice-Reitor terão mandato de quatro anos, contados das respectivas posses, sendo permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

§ 2º Nos casos de impedimento do Reitor e do Vice-Reitor, a Reitoria será exercida por um Pró-Reitor pertencente à Carreira do Magistério Superior da UFMS indicado pelo Reitor.

§ 3º Os detentores de Cargos de Direção serão nomeados e exonerados, ad nutum, pelo Reitor, exceto nos casos de Diretores de Unidades da Administração Setorial.

Art. 33. As atribuições e as competências do Reitor e do Vice-Reitor serão definidas no Regimento Geral.

Subseção VIII

Dos Conselhos e das Diretorias das Unidades da Administração Setorial

Art. 34. O Conselho de Unidade, das Unidades da Administração Setorial, é o órgão deliberativo, normativo e consultivo em todas as matérias pertinentes às suas atribuições e competências, definidas no Regimento Geral.

Art. 35. O Conselho da Unidade da Administração Setorial será constituído obedecida à proporcionalidade mínima de docente estabelecida em lei, pelos seguintes membros:

I - Diretor, como presidente, com o voto de qualidade;

II - Coordenadores de Curso da Graduação;

III - Coordenadores de Curso da Pós-Graduação stricto sensu;

IV - um representante do Corpo Docente da Carreira do Magistério Superior, em efetivo exercício, indicado pelo Sindicato da categoria, dentre os docentes lotados na Unidade da Administração Setorial, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;

V - um representante Técnico-Administrativo em Educação, indicado pelo Sindicato da categoria, dentre os servidores lotados na Unidade da Administração Setorial, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;

VI - um representante discente da Graduação, indicado pelo Diretório Central de Estudantes, dentre os estudantes dos Cursos de Graduação da Unidade da Administração Setorial, com mandato de um ano, permitida uma recondução;

VII - um representante discente da Pós-graduação, indicado pelo Diretório Central de Estudantes, dentre os estudantes dos Cursos da Unidade da Administração Setorial, com mandato de um ano, permitida uma recondução;

VIII - Coordenador Administrativo e Coordenador de Gestão Acadêmica da Unidade da Administração Setorial, se houver estas funções;

IX - Secretário Administrativo da Unidade da Administração Setorial, se houver esta função;

X - Presidentes de Colegiado de Curso de Graduação na modalidade de Educação a Distância;

XI - Presidentes da Comissão Acadêmica Local de Curso;

XII - um representante docente dentre os Presidentes das Comissões Especiais de Residências da Unidade da Administração Setorial, em sistema de rodízio, com mandato de um ano; e

XIII - Coordenadores de Unidade, da Unidade da Administração Setorial, se houver esta função.

Art. 36. Das deliberações do Conselho da Unidade de Administração Setorial caberá recurso, conforme segue:

I - ao Conselho de Graduação, nos assuntos de natureza acadêmica;

II - ao Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação, nos assuntos relacionados à pesquisa e à pós-graduação; e

III - ao Conselho de Extensão, Cultura e Esporte, nos assuntos ligados à extensão, cultura e esporte.

Parágrafo único. O prazo para interposição de recurso será de dez dias, contados da publicação da Resolução.

Art. 37. A função de Diretor de Unidade da Administração Setorial será exercida por docente da Carreira do Magistério Superior da UFMS, nomeado na forma da lei, e, na sua ausência ou impedimento, por um membro do Conselho da Unidade, preferencialmente, por um Coordenador de Curso, Coordenador de Unidade, Coordenador Administrativo ou Coordenador de Gestão Acadêmica da Unidade da Administração Setorial, por ele indicado, desde que seja professor com o título de Doutor, nas Unidades em que houver tal função.

Parágrafo único. O mandato do Diretor de Unidade da Administração Setorial será de quatro anos, contado da data de publicação do ato de nomeação no Diário Oficial da União, sendo permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

TÍTULO IV

DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO

CAPÍTULO I

DO ENSINO

Art. 38. A UFMS oferecerá as seguintes modalidades de curso:

I - de graduação;

II - de pós-graduação; e

III - outros previstos em legislação.

Art. 39. A UFMS poderá aceitar a transferência de estudantes regulares para cursos homônimos, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Art. 40. A matrícula, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, será efetivada em obediência ao Regimento Geral e demais normas expedidas pela UFMS.

Seção I

Do Ensino de Graduação

Art. 41. Os cursos de graduação terão como objetivo formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção no mercado de trabalho, ao exercício da cidadania, ao prosseguimento do seu próprio desenvolvimento e à participação no desenvolvimento da sociedade.

Art. 42. Os cursos de graduação serão abertos à matrícula de candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e classificados em processo seletivo específico, nos limites de vagas fixadas em Edital.

§ 1º O processo seletivo para o ingresso nos cursos de graduação abrangerá conhecimentos comuns do ensino médio ou equivalente, de acordo com as normas do sistema federal de ensino superior e critérios fixados em Edital.

§ 2º Os cursos de graduação poderão ser oferecidos nos períodos diurno e noturno, considerados o grau de complexidade, a carga horária e os períodos mínimos e máximos de duração para efeito de integralização curricular.

Art. 43. Os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação, elaborados pelo respectivo Colegiado de Curso ou grupo de trabalho especialmente designado, compreenderão um conjunto de disciplinas e atividades, cujas integralizações darão direito ao diploma e respectivo grau.

Seção II

Do Ensino de Pós-Graduação

Art. 44. O ensino de pós-graduação compreenderá os programas de pós-graduação stricto sensu e os cursos de pós-graduação lato sensu.

§ 1º Os programas de pós-graduação stricto sensu compreenderão os cursos de mestrado e doutorado.

§ 2º Os cursos de pós-graduação lato sensu compreenderão os cursos de especialização e as residências.

Art. 45. O currículo de cada curso de pós-graduação, aprovado pelos órgãos competentes, abrangerá um conjunto de disciplinas e outras atividades acadêmicas, cuja integralização dará direito ao diploma ou certificado do respectivo grau.

CAPÍTULO II

DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 46. A Coordenação de Curso será exercida:

I - em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso; e

II - em nível executivo, pelo Coordenador de Curso.

Art. 47. A composição, as atribuições e as competências do Colegiado de Curso serão estabelecidas no Regimento Geral.

Art. 48. As atribuições e as responsabilidades do Coordenador de Curso serão definidas no Regimento Geral.

Art. 49. O Colegiado de Curso é a instância básica dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação stricto sensu.

Art. 50. O Coordenador de Curso de Graduação será um dos professores do Colegiado de Curso, lotado na Unidade da Administração Setorial do Curso, eleito pelos professores que ministram disciplinas no Curso e pelos estudantes matriculados, obedecida a proporcionalidade mínima de docente estabelecida em lei, com mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

§ 1º O Coordenador de Curso deverá ser portador de título de Mestre ou de Doutor, preferencialmente com formação na área de graduação ou de pós-graduação stricto sensu do curso.

§ 2º O Coordenador de Curso será substituído, em suas faltas ou impedimentos eventuais, por um dos professores do Colegiado de Curso, por ele indicado.

Art. 51. O Coordenador de Curso de Pós-Graduação stricto sensu deverá ser um dos professores do Colegiado de Curso, lotado na Unidade da Administração Setorial do Curso, e eleito pelos professores permanentes do Curso e pelos estudantes matriculados, obedecida a proporcionalidade mínima de docente estabelecida em lei, com mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução.

§ 1º O Coordenador de Curso de Pós-Graduação stricto sensu deverá ser professor portador de título de Doutor.

§ 2º O Coordenador de Curso de Pós-Graduação stricto sensu será substituído, em suas faltas ou impedimentos eventuais, por um dos professores do Colegiado de Curso, por ele indicado.

Art. 52. A coordenação e a supervisão didático-científica dos cursos de Pós-Graduação lato sensu e de extensão serão exercidas na forma disposta nos correspondentes Planos de Curso e Projeto, regularmente aprovados pelos órgãos competentes, conforme Regimento Geral e demais normas regulamentares da UFMS.

CAPÍTULO III

DA PESQUISA, DA EXTENSÃO, DO EMPREENDEDORISMO, DA INOVAÇÃO, E DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Art. 53. Caberá à UFMS promover o desenvolvimento da pesquisa, da extensão, do empreendedorismo, da inovação, da sustentabilidade e do desenvolvimento institucional, e consignar, em seu orçamento, recursos para este fim.

Art. 54. A pesquisa na UFMS será desenvolvida por meio de projetos de pesquisa, regulamentados por atos normativos específicos.

Art. 55. A extensão na UFMS será desenvolvida por meio de ações de extensão, regulamentadas por atos normativos específicos.

Art. 56. O empreendedorismo, a inovação e a sustentabilidade na UFMS serão desenvolvidos por meio de projetos de ensino, de pesquisa, de extensão e/ou de desenvolvimento institucional, com impactos científicos e tecnológicos, regulamentados por atos normativos específicos.

Parágrafo único. Os projetos poderão ser realizados em parceria com outras instituições por meio da celebração de instrumentos jurídicos.

TÍTULO V

DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Art. 57. A Comunidade Universitária é composta de servidores e discentes, diversificados em suas atribuições e funções e unificados nos objetivos da UFMS:

I - os servidores integrantes da Carreira de Magistério Superior compõem o Corpo Docente;

II - os servidores integrantes da Carreira Técnico-Administrativa compõem o Corpo Técnico-Administrativo em Educação; e

III - os estudantes regulares, em conformidade com a legislação vigente, compõem o Corpo Discente.

TÍTULO VI

DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS HONORÍFICOS

Art. 58. Para os estudantes que concluírem cursos de graduação ou de pós-graduação stricto sensu, com observância das exigências contidas na legislação vigente para a integralização curricular, serão conferidos os títulos e graus que fizerem jus, expedidos e registrados os correspondentes diplomas.

Art. 59. Para os estudantes que concluírem cursos de pós-graduação lato sensu, extensão e outros, serão emitidos os correspondentes certificados.

Art. 60. A Universidade poderá outorgar os títulos de:

I - Professor de Magistério Superior Emérito;

II - Doutor Honoris Causa;

III - Técnico-Administrativo em Educação Emérito;

IV - Ordem do Mérito de Egresso; e

V - Menção Honrosa.

Parágrafo único. A concessão de qualquer título honorífico mencionado neste artigo obedecerá a normas específicas, e as propostas de indicação deverão ser aprovadas pelo Conselho Universitário.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61. O Reitor poderá delegar ao Vice-Reitor, aos Pró-Reitores e aos Diretores de Unidades de Administração Setorial, a gestão financeira e a respectiva ordenação de despesa, sendo a eles atribuída a responsabilidade pelos atos de gestão praticados, cabendo-lhes as penalidades por eventuais irregularidades cometidas.

Art. 62. A UFMS terá, mediante adesão e contribuição financeira voluntária de servidores ativos e inativos, Programa de Assistência à Saúde, cujos benefícios se estenderão aos seus dependentes e pensionistas.

Parágrafo único. O Programa de Assistência à Saúde, com orçamento e recursos próprios, terá seu Regulamento aprovado pelo Conselho Universitário, ouvido o Conselho Diretor.

Art. 63. Os representantes docentes, técnico-administrativos e discentes, indicados ou eleitos, somente poderão integrar, de cada vez, um Conselho Superior e/ou um Conselho de Unidade de Administração Setorial.

Parágrafo único. Os representantes mencionados neste artigo terão suplentes escolhidos da mesma forma que os titulares.

Art. 64. Cada Órgão Colegiado se instalará com a presença da maioria absoluta de seus membros e deliberará pelo voto da maioria simples, ressalvados os casos de quórum especial previstos neste Estatuto, no Regimento Geral e nos Regimentos Internos respectivos.

§ 1º Os Órgãos Colegiados funcionarão ordinariamente, conforme o previsto neste Estatuto, no Regimento Geral e no Regimento Interno respectivo, mediante convocação por seu Presidente e, em caráter extraordinário, quando convocados pela mesma autoridade, de ofício, ou a requerimento de um terço de seus membros.

§ 2º O comparecimento dos membros às reuniões dos Órgãos Colegiados é prioritário em relação a outra atividade institucional.

Art. 65. Os Órgãos Colegiados observarão o mínimo de setenta por cento de membros do corpo docente no total de sua composição.

Parágrafo único. Caso o quórum estabelecido no caput não seja atingido, o Conselho Universitário definirá critérios de preenchimento da representação docente complementar, a ser eleita entre seus pares.

Art. 66. O Colégio Eleitoral deverá ser constituído especificamente para normatização do Processo de Consulta à Comunidade Universitária e da Organização da Lista Tríplice para a escolha do Reitor e do Vice-Reitor da UFMS.

§ 1º O Colégio Eleitoral será composto pelos membros dos Conselhos Superiores da UFMS.

§ 2º Fica vedada a participação como membro no Colégio Eleitoral de candidatos ao cargo de Reitor ou Vice-Reitor.

§ 3º A presidência do Colégio Eleitoral será exercida:

I - pelo Reitor;

II - no impedimento do Reitor pelo Vice-Reitor;

III - no impedimento do Vice-Reitor, por um Pró-Reitor da Carreira de Magistério Superior; e

IV - no impedimento do Pró-Reitor, por membro do Colégio Eleitoral, eleito dentre seus membros docentes.

§ 4º A lista tríplice de Reitor deverá ser enviada ao Conselho Universitário para aprovação do encaminhamento ao Ministério da Educação, para escolha e nomeação.

§ 5º A lista tríplice de Vice-Reitor deverá ser enviada ao Conselho Universitário para aprovação do encaminhamento ao Reitor da UFMS, para escolha e nomeação.

Art. 67. Nas Consultas à Comunidade Universitária para Reitor, Vice-Reitor e Diretor de Unidade de Administração Setorial, e nas eleições para Colegiado e Coordenador de Curso, o peso dos votos dos professores será igual ao percentual mínimo previsto na legislação federal vigente.

Parágrafo único. O processo de consulta e de organização da lista tríplice para escolha do Diretor da Unidade da Administração Setorial é de competência do Conselho da Unidade, mediante encaminhamentos definidos em Portaria do Reitor.

Art. 68. O Conselho Universitário atuará como instância de recursos dos assuntos pertinentes à sua área de competência, somente por estrita arguição de ilegalidade, no prazo de dez dias da data de publicação do ato correspondente.

Parágrafo único. Das decisões do Conselho Diretor, Conselho de Graduação, do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação e do Conselho de Extensão, Cultura e Esporte, caberá recurso ao Conselho Universitário.

Art. 69. Das decisões do Conselho da Unidade de Administração Setorial caberá recurso, no prazo de dez dias da data de publicação do ato correspondente:

I - ao Conselho de Graduação, nos assuntos de natureza acadêmica;

II - ao Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação, nos assuntos relacionados à pesquisa e à pós-graduação; e

III - ao Conselho de Extensão, Cultura e Esporte, nos assuntos relacionados à extensão, cultura e esporte.

Parágrafo único. Das decisões do Colegiado de Curso caberá recurso ao Conselho da Unidade da Administração Setorial, no prazo de dez dias da data de publicação do ato correspondente.

Art. 70. Em situações de urgência e no interesse da UFMS, o Presidente poderá tomar decisões ad referendum de seu Órgão Colegiado.

Parágrafo único. O respectivo Órgão Colegiado apreciará o ato na primeira sessão ordinária subsequente, e a sua não ratificação, acarretará a nulidade da decisão.

Art. 71. Os presidentes de Órgãos Colegiados têm poder de veto às decisões do respectivo Órgão Colegiado, tomadas por maioria simples.

Art. 72. As Resoluções dos Órgãos Colegiados deverão ser publicadas no Boletim Oficial da UFMS e no Diário Oficial da União no prazo máximo de dez dias úteis da data de sua emissão.

Art. 73. O presente Estatuto somente poderá ser modificado pelo Conselho Universitário, ouvido o Conselho Diretor.

Art. 74. No prazo de sessenta dias da publicação do presente Estatuto no Diário Oficial da União, o Conselho Universitário deverá adaptar o Regimento Geral aos seus dispositivos.

Parágrafo único. O Regimento Geral deverá ser aprovado por pelo menos dois terços dos integrantes do Conselho Universitário.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 791, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O(A) Pró-Reitor(a) de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.004892/2021-48; resolve:

Art.1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROGEP nº 35/2021, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Educação Física, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Maria Teresa Sudário Rocha, Carolina Cristina dos Santos Nóbrega, Jamildo Rios de Almeida e Khamel Gabriel Lima de Oliveira.

ISABELA PERUCCI ESTEVES FAGUNDES
Pró-Reitor(a) Adjunto

Ministério da Infraestrutura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 73, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Fixa as metas globais de desempenho institucional para o período de 1º de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2021, para fins de avaliação e concessão das gratificações de que tratam os artigos 15, 15-A e 15-B, da Lei nº 11.171, de 2005.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, e no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e considerando o constante dos autos do Processo nº 50000.006203/2021-11, resolve:

Art. 1º Fixar, na forma do Anexo I, as metas globais de desempenho institucional para o período 1º de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2021, e estabelecer a quantificação de cada meta, para fins de avaliação e concessão das gratificações de desempenho dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, de que tratam os artigos 15, 15-A e 15-B, da Lei nº 11.171, de 2005.

Art. 2º As metas de que tratam o Anexo I foram elaboradas em consonância com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA, podendo ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o DNIT não tenha dado causa a tais fatores.

§ 1º As unidades administrativas do DNIT deverão comunicar à Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD a ocorrência de fatores de que trata o caput.

§ 2º A Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD deverá elaborar e submeter à Diretoria Colegiada a proposta de revisão das metas globais, a ser encaminhada ao Ministro de Estado da Infraestrutura.

Art. 3º A pontuação relativa à avaliação de desempenho institucional será atribuída em função do percentual de alcance das metas globais fixadas, na forma do Anexo I.

§ 1º O percentual de alcance das metas globais de que trata o caput será obtido a partir da média ponderada dos percentuais de alcance de cada meta estabelecida.

§ 2º O resultado da avaliação de desempenho institucional corresponderá à pontuação estabelecida no Anexo II, de conformidade com a respectiva faixa percentual.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

ANEXO I

QUADRO DE INDICADORES E METAS
(PERÍODO: DE 1º DE SETEMBRO DE 2020 A 31 DE AGOSTO DE 2021)

Nº REF.	DIRETORIA RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PESO	META
1	DIR	Extensão (km) de trechos implantados	km	10	180
2	DIR	Proporção da malha viária coberta por contrato de manutenção rodoviária	%	10	90%
3	DIR	Proporção da malha viária coberta por contrato de sinalização e segurança viária	%	5	50%
4	DIR	Número de Obras de Arte Especiais com contratos de intervenção	Und	10	700
5	DPP	Emissão de análises, pareceres, notas técnicas e termos de referência	Und	10	350
6	DPP	Emissão de análises de Relatórios Genéricos de Valores	Und	5	30
7	DPP	Emissão de análises de cadastros técnicos de desapropriação ou reassentamentos	Und	5	100
8	DPP	Emissão de análises de pedidos de Publicação de Declarações de Utilidade Pública (DUP)	Und	5	40
9	DPP	Percentual da malha rodoviária federal pavimentada, sob administração do DNIT, com medição de qualidade (ICS)	%	10	75%
10	DPP	Percentual de equipamentos de contagem permanente de tráfego em operação	%	10	43%
11	DPP	Elaboração de TR padrão de Projetos de Reabilitação de OAE (PROARTE) baseados na metodologia BIM	Und	5	1

12	DAQ	Disponibilidade de IP4	%	10	65%
13	DAQ	Disponibilidade de Eclusas	%	5	62%
14	DAQ	Número de obras de IP4 concluídas	Und	10	3
15	DAQ	Número de intervenções de obras hidroviárias concluídas	Und	10	3
16	DAQ	Número de intervenções de obras de portos organizados concluídas	Und	5	1
17	DIF	Índice de Objetivos de Empreendimentos DIF alcançados	%	5	50%
18	DIF	Quantidade de avaliações e destinações de bens móveis e imóveis ferroviários	Und	10	70
19	DIREX	Desenvolvimento de Ferramentas Automatizadas	Und	10	2
20	DIREX	Percentual de unidades com PGD implantado	%	10	20%
21	DIREX	Elaboração de Notas Técnicas de Mitigação do Risco de Corte Orçamentário	Und	10	1

ANEXO II

Tabela: FAIXAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL
(PERÍODO: DE 1º DE SETEMBRO DE 2020 A 31 DE AGOSTO DE 2021)

FAIXAS	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL			PONTUAÇÃO A SER ATRIBUÍDA
VII	Acima de 75%	até	100%	80
VI	Acima de 65%	até	75%	70
V	Acima de 55%	até	65%	61
IV	Acima de 45%	até	55%	52
III	Acima de 35%	até	45%	43
II	Acima de 25%	até	35%	34
I	Acima de 0%	até	25%	25

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 352, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Defere pedido da LATAM Cargo Brasil para estender o limite de 1 jornada de tripulantes prevista no parágrafo (g) do Apêndice B do RBAC nº 117.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X e XXX, da mencionada Lei, e no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 11,

Considerando o estado mundial de calamidade pública fruto da pandemia de COVID-19;

Considerando que o Estado árabe de Abu-Dhabi decreta que todos os passageiros e tripulações que adentrem em seu território devam permanecer em quarentena obrigatória por 14 (catorze) dias corridos e a fim de evitar que os tripulantes da LATAM Cargo Brasil sejam mantidos desnecessariamente em quarentena no referido Estado;

Considerando que na jornada estendida solicitada pela LATAM Cargo Brasil os tripulantes não realizarão nenhuma operação de voo, de modo que não ocasionará nenhum aumento de risco à segurança operacional; e

Considerando o que consta do processo nº 00066.006428/2021-34, deliberado e aprovado na 20ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 7 e 8 de junho de 2021, decide:

Art. 1º Deferir pedido da LATAM Cargo Brasil para estender o limite de 1 (uma) jornada de tripulantes prevista no parágrafo (g) do Apêndice B do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 117, nos termos propostos na Carta DO-AN-ABSA 048/21, protocolada no processo nº 00066.006428/2021-34.

Art. 2º Durante o período da jornada estendida, nenhuma operação de voo pode ser realizada pelos tripulantes.

Art. 3º A tripulação escalada deve estar de acordo com as condições descritas.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação e será válida até 15 de junho de 2021.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 353, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.019138/2021-50, deliberado e aprovado na 20ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 7 e 8 de junho de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária RASANTE AVIAÇÃO AGRÍCOLA EIRELI, CNPJ nº 37.816.531/0001-67, com sede social em Vicentinópolis (GO), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 354, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.027714/2021-32, deliberado e aprovado na 20ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 7 e 8 de junho de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária AERO AGRÍCOLA ROSARIENSE LTDA, CNPJ nº 01.503.874/0001-24, com sede social em Rosário dos Sul (RS), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º Fica revogada a Decisão nº 106, de 6 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2016, Seção 1, página 49.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 355, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.027641/2021-89, deliberado e aprovado na 20ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 7 e 8 de junho de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária MR TOP FLY - ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ nº 26.290.303/0001-80, com sede social no Rio de Janeiro (RJ), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A autorização de que trata esta Decisão perderá o efeito caso a interessada não comprove o atendimento do requisito do art. 11 da Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, no prazo de um ano a contar da publicação desta Decisão.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 356, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.028365/2021-76, deliberado e aprovado na 20ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 7 e 8 de junho de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária MIRIM AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 88.997.911/0001-86, com sede social em Arroio Grande (RS), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A autorização de que trata esta Decisão perderá o efeito caso a sociedade empresária interessada não comprove o atendimento do requisito do art. 11, da Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, no prazo de um ano a contar da publicação desta Decisão.

Art. 4º Fica revogada a Decisão nº 165, de 16 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 2016, Seção 1, página 118.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 357, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.025380/2021-62, deliberado e aprovado na 20ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 7 e 8 de junho de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a associação AEROCLUBE DE IBITINGA, CNPJ nº 60.247.491/0001-00, com sede social em Ibitinga (SP), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da associação, ou documento equivalente, disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 358, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.021481/2021-64, deliberado e aprovado na 20ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 7 e 8 de junho de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária NEW FLY AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 11.245.418/0001-85, com sede social em Balsas (MA), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º Fica revogada a Decisão nº 88, de 26 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 2 de agosto de 2016, Seção 1, página 55.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA TÉCNICA DE VIGILÂNCIA DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA

PORTARIA Nº 5.153, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O GERENTE DE TÉCNICO DE VIGILÂNCIA DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, inciso V, da Portaria nº 2.866/SPO, de 15 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 145 e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.006545/2021-06, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão cautelar do Certificado de Organização de Manutenção nº 0801-01/ANAC, emitido em favor da Organização de Manutenção JC PIRES TAPEÇARIA (JC PIRES SERVIÇOS SOROCABA LTDA), a partir de 4 de junho de 2021, nos termos do Art. 73, inciso XII, da Resolução 472 de 6 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUCE MARCUS LEITE DE SOUZA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 134, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.009535/2021-72 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa SEADE & GURGEL LTDA - ME, CNPJ nº 11.457.158/0001-01, de que trata o Termo de Autorização nº 698-ANTAQ e a Resolução nº 1.834-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 135, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.009843/2021-06 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA PINTO, CNPJ nº 20.912.017/0001-22, de que trata o Termo de Autorização nº 1.131-ANTAQ e a Resolução nº 3.887-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 136, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007383/2021-73 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.467-ANTAQ, de 18 de agosto de 2017, de titularidade da empresária individual S. PAULINO PINTO, inscrita no CNPJ sob o nº 14.079.067/0001-78, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 5º Termo Aditivo, em virtude da inclusão de novo esquema operacional em função da adição de embarcação na frota autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Extinguir o 4º Termo Aditivo do Termo de Autorização nº 1.467-ANTAQ e revogar a Resolução nº 7.599-ANTAQ, ambos de 9 de março de 2020.

Art. 4º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 137, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.009849/2021-75 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.199-ANTAQ, de 12 de junho de 2015, de titularidade da empresa HIDROTOP CONSTRUÇÕES, IMPORTAÇÃO E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 55.678.759/0001-10, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude de alteração da natureza jurídica da empresa autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 138, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.009645/2021-34 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade do microempreendedor individual ANTONIO ISRAEL DE SOUZA ARAÚJO, CNPJ nº 33.325.098/0001-06, de que trata o Termo de Autorização nº 1.733-ANTAQ e a Resolução nº 7.453-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DELIBERAÇÃO Nº 38, DE 6 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 50300.017976/2018-42. Fiscalizada: TGPM - TERMINAL DE GRÃOS PONTA DA MONTANHA S.A., CNPJ nº 17.441.792/0001-32. Objeto e Fundamento Legal: O Superintendente de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - Substituto no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 57 do Regimento Interno, resolve Por CONHECER o Recurso Administrativo interposto pela empresa, eis que interposto tempestivamente, para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão proferida por meio do Despacho de Julgamento nº 113/2020/GFN/SFC (SEI 1109855), de aplicar a penalidade ADVERTÊNCIA pela prática infracional prevista no inciso IV do artigo 27 da Resolução Normativa nº 18-ANTAQ.

FÁBIO QUEIROZ FONSECA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 153/SUROD, DE 28 DE MAIO DE 2021

Autoriza a implantação de rede de esgoto sob a rodovia BR-116/SP administrada pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. - Régis Bittencourt. Interessada: Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp.

A Superintendente de Infraestrutura Rodoviária(Substituta), da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.028125/2021-74, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de esgoto sob a rodovia federal administrada pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., localizado do km 272+102 ao km 272+359 da rodovia BR-116/SP, no município de Taboão da Serra/SP, de interesse da Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp e a Régis Bittencourt e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 85 (oitenta e cinco) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2.552/2008 no valor inicial de R$ 9.470,36 (nove mil quatrocentos e setenta reais e trinta e seis centavos).

Art. 9º A Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDE SOARES RIBEIRO DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 154/SUROD, DE 28 DE MAIO DE 2021

Autoriza a implantação de rede de energia elétrica sob a rodovia BR-163/MS administrada pela Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S/A - MSVia.
Interessada: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.

A Superintendente de Infraestrutura Rodoviária(Substituta), da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e A Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.028771/2021-31, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de energia elétrica sob a rodovia federal administrada pela Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S/A - MSVia, localizado nos km 263+260, km 264+848 e km 266+813, por meio de travessia, e por meio de ocupação longitudinal do km 264+848 ao km 267+650, pista sul da rodovia BR-163/MS, no município de Dourados/MS, de interesse da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional do Rio Grande do Sul - COINFRS sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S/A - MSVia deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional do Rio Grande do Sul - COINFRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. e a MSVia e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S/A - MSVia acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 300 (trezentos) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S/A - MSVia, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S/A - MSVia cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDE SOARES RIBEIRO DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 155/SUROD, DE 28 DE MAIO DE 2021

Autoriza a implantação de rede coletora de esgoto sob a rodovia BR-116/SP administrada pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. Interessada: Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp.

A Superintendente de Infraestrutura Rodoviária(Substituta), da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.028127/2021-63, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede coletora de esgoto sob a rodovia federal administrada pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., localizado do km 276+086 ao km 276+160, pista sul, e transversalmente no km 276+160, da rodovia BR-116/SP, no município de Embu das Artes/SP, de interesse da Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp e a Régis Bittencourt e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 177 (cento e setenta e sete) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2.552/2008 no valor inicial de R$ 4.724,71 (quatro mil, setecentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos).

Art. 9º A Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDE SOARES RIBEIRO DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 156/SUROD, DE 28 DE MAIO DE 2021

Autoriza a Implantação de zona de transição aéreo-subaquática sob a rodovia BR-101/SC administrada pela Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul.
Interessada: Interligação Elétrica Biguaçu S.A.

A Superintendente de Infraestrutura Rodoviária(Substituta), da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.023346/2021-56, resolve:

Art. 1º Autorizar a Implantação de zona de transição aéreo-subaquática sob a rodovia federal administrada pela Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul, localizado no km 190+900, sentido norte, da rodovia BR-101/SC, no município de Biguaçu/SC, de interesse da Interligação Elétrica Biguaçu S.A.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Santa Catarina - COINFSC sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Santa Catarina - COINFSC, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Interligação Elétrica Biguaçu S.A. e a Litoral Sul e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Interligação Elétrica Biguaçu S.A. deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 04 (quatro) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Interligação Elétrica Biguaçu S.A. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Interligação Elétrica Biguaçu S.A. assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2.552/2008 no valor inicial de R$ 2.644,37 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e sete centavos).

Art. 9º A Interligação Elétrica Biguaçu S.A. deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. - Litoral Sul cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Interligação Elétrica Biguaçu S.A. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDE SOARES RIBEIRO DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 157/SUROD, DE 28 DE MAIO DE 2021

Autoriza a implantação de rede coletora de esgoto sob a rodovia BR-116/SP administrada pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. Interessada: Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp.

A Superintendente de Infraestrutura Rodoviária(Substituta), da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.028126/2021-19, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede coletora de esgoto sob a rodovia federal administrada pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., localizado do km 276+895 ao km 277+120, sentido sul, da rodovia BR-116/SP, no município de Embu das Artes/SP, de interesse da Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp e a Régis Bittencourt e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 75 (setenta e cinco) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2.552/2008 no valor inicial de R$ 9.152,61 (nove mil, cento e cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos).

Art. 9º A Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDE SOARES RIBEIRO DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 158/SUROD, DE 28 DE MAIO DE 2021

Autoriza a implantação da obra de rede de energia elétrica sob a rodovia BR-040/MG administrada pela Concessionária Via 040. Interessada: CEMIG Distribuição S.A.

A Superintendente de Infraestrutura Rodoviária(Substituta), da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.117949/2020-37, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação da obra de rede de energia elétrica sob a rodovia federal administrada pela Concessionária Via 040, localizado no km 666+690 da rodovia BR-040/MG, no município de Carandaí/MG, de interesse da CEMIG Distribuição S.A.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Minas Gerais - COINFMG sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária Via 040 deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Minas Gerais - COINFMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a CEMIG Distribuição S.A. e a Via 040 e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária Via 040 acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A CEMIG Distribuição S.A. deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a CEMIG Distribuição S.A. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Via 040, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A CEMIG Distribuição S.A. assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art.8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual de ocupação da faixa de domínio por força dos decretos nº 84.398/1980 e 86.859/1982.

Art. 9º A CEMIG Distribuição S.A. deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária Via 040 cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A CEMIG Distribuição S.A. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDE SOARES RIBEIRO DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 159/SUROD, DE 28 DE MAIO DE 2021

Autoriza a implantação da obra de rede de fibra ótica sob a rodovia BR-381/MG administrada pela Concessionária Autopista Fernão Dias S.A. Interessada: American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda.

A Superintendente de Infraestrutura Rodoviária(Substituta), da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.132364/2020-47, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação da obra de rede de fibra ótica sob a rodovia federal administrada pela Concessionária Autopista Fernão Dias S.A., localizado no km 943+100, por meio de travessia aérea, e por meio de ocupação longitudinal aérea do km 943+100 ao km 943+352 da rodovia BR-381/MG, no município de Extrema/MG, de interesse da American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Minas Gerais - COINFMG sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária Autopista Fernão Dias S.A. deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Minas Gerais - COINFMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda. e a Fernão Dias e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária Autopista Fernão Dias S.A. acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda. deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 22 (vinte e dois) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Autopista Fernão Dias S.A., responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda. assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art.8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2552/2008 no valor inicial de R$ 3.893,16 (Três mil, oitocentos e noventa e três reais e dezesseis centavos).

Art. 9º A American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda. deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária Autopista Fernão Dias S.A. cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDE SOARES RIBEIRO DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 160/SUROD, DE 28 DE MAIO DE 2021

Autoriza a implantação de acesso sob a rodovia BR-116/SP administrada pela CCR NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A Interessada: Prefeitura Municipal de Taubaté/SP.

A Superintendente de Infraestrutura Rodoviária(Substituta), da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.043218/2021-29, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de acesso sob a rodovia federal administrada pela CCR NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, localizado no km 104+856, pista norte, da rodovia BR-116/SP, no município de Taubaté/SP, de interesse da Prefeitura Municipal de Taubaté/SP.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A CCR NovaDutra deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté/SP e a CCR NovaDutra e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à CCR NovaDutra acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Prefeitura Municipal de Taubaté/SP deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Prefeitura Municipal de Taubaté/SP deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CCR NovaDutra, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Prefeitura Municipal de Taubaté/SP assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A Prefeitura Municipal de Taubaté/SP deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à CCR NovaDutra cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 9º. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Taubaté/SP abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDE SOARES RIBEIRO DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 161/SUROD, DE 28 DE MAIO DE 2021

Autoriza a implantação de rede de cabos de fibra óptica sob a rodovia BR-116/RJ/SP administrada pela CCR NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A. Interessada: SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

A Superintendente de Infraestrutura Rodoviária(Substituta), da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.034197/2021-51, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica sob a rodovia federal administrada pela CCR NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, localizado do km 051+203 ao km 051+258, pista norte por meio de ocupação longitudinal aérea e subterrânea, e implantação de "site" no km 051+219, da rodovia BR-116/RJ/SP, no município de Lorena/SP, de interesse da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A CCR NovaDutra deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. e a CCR NovaDutra e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à CCR NovaDutra acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CCR NovaDutra, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art.8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2552/2008 no valor inicial de R$ 3.065,31 (três mil, sessenta e cinco reais e trinta e um centavos).

Art. 9º A SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à CCR NovaDutra cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDE SOARES RIBEIRO DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 162/SUROD, DE 28 DE MAIO DE 2021

Autoriza a prolongamento de rede coletora de esgoto sob a rodovia BR-116/SP administrada pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. Interessada: Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp.

A Superintendente de Infraestrutura Rodoviária(Substituta), da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.028123/2021-85, resolve:

Art. 1º Autorizar a prolongamento de rede coletora de esgoto sob a rodovia federal administrada pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., localizado do km 270+127 ao km 270+543, pista sul, longitudinalmente e travessia no km 270+370 da rodovia BR-116/SP, no município de Taboão da Serra/SP, de interesse da Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Sabesp e a Régis Bittencourt e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Sabesp deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 80 (oitenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Sabesp deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Sabesp assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2.552/2008 no valor inicial de R$ 15.307,64 (quinze mil, trezentos e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 9º A Sabesp deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Sabesp abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDE SOARES RIBEIRO DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 163/SUROD, DE 28 DE MAIO DE 2021

Autoriza a implantação de acesso sob a rodovia BR-116/SP administrada pela Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. Interessada: R&G Incorporadora Ltda.

A Superintendente de Infraestrutura Rodoviária(Substituta), da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.096655/2018-40, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de acesso na rodovia federal administrada pela Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., localizado no km 150+800 da via local sul da rodovia BR-116/SP, no município de São José dos Campos/SP, de interesse da R&G Incorporadora Ltda.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a R&G Incorporadora Ltda. e a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º Na implantação e conservação da referida obra, a R&G Incorporadora Ltda. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 6º A R&G Incorporadora Ltda. assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 7º A R&G Incorporadora Ltda. deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 8º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A R&G Incorporadora Ltda. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDE SOARES RIBEIRO DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 164/SUROD, DE 28 DE MAIO DE 2021

Autoriza a regularização de acesso e implantação de rotatória na rodovia BR-116/PR administrada pela Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. Interessada: PJ Zonta Administração de Bens e Participações Limitada.

A Superintendente de Infraestrutura Rodoviária (Substituta), da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.028772/2021-86, resolve:

Art. 1º Autorizar a regularização de acesso e implantação de rotatória na rodovia federal administrada pela Concessionária Autopista Litoral Sul S.A., localizado do km 112+790 ao km 112+150, marginal norte, da rodovia BR-116/PR, no município de Curitiba/PR, de interesse da PJ Zonta Administração de Bens e Participações Limitada.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a PJ Zonta Administração de Bens e Participações Limitada e a Litoral Sul e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A PJ Zonta Administração de Bens e Participações Limitada deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 5 (cinco) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a PJ Zonta Administração de Bens e Participações Limitada deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Autopista Litoral Sul S.A., responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A PJ Zonta Administração de Bens e Participações Limitada assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A PJ Zonta Administração de Bens e Participações Limitada deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 9º. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A PJ Zonta Administração de Bens e Participações Limitada abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDE SOARES RIBEIRO DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 165/SUROD, DE 28 DE MAIO DE 2021

A Superintendente de Infraestrutura Rodoviária(Substituta), da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e A Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50510.301943/2019-93, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 325/2019/SUINF/ANTT, de 26 de setembro de 2019, que teve o extrato publicado no DOU em 02/10/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDE SOARES RIBEIRO DE ARAÚJO

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PORTARIA Nº 93, DE 28 DE MAIO DE 2021

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008, e alterações, e no que consta dos autos do Processo nº 50500.046123/2021-67, resolve:

Art. 1º Autorizar a execução de obras, pela empresa Moinho Center JK Empreendimentos Imobiliários S.A., relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT para travessia subterrânea da via férrea no quilômetro 281+395 m, visando à implantação de rede coletora de esgoto, com impacto na malha concedida à MRS Logística S.A., no município de Juiz de Fora/MG.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON GONÇALVES DE MATOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 3.570, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/18211 - DPF/LDA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FIEL VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 85.415.065/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1112/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.571, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/24362 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve: CONCEDER autorização à empresa G.I EMPRESA DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 07.473.476/0004-31, sediada em Tocantins, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.572, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/24836 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DEMARK SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 05.701.858/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1105/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.573, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/27803 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GSS SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 08.365.528/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 945/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.574, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/29417 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DFE SEGURANÇA ESPECIALIZADA EIRELI, CNPJ nº 08.617.414/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 942/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.575, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31338 - DPF/PDE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAGER SEGURANÇA EIRELI - EPP, CNPJ nº 19.039.001/0001-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 981/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.576, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31418 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POWER - SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 54.506.589/0001-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1009/2021 (CNPJ nº 54.506.589/0001-23) e nº 1100/2021 (CNPJ nº 54.506.589/0005-57).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.577, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31964 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SÃO SALVADOR ALIMENTOS SA, CNPJ nº 03.387.396/0001-60 para atuar em Goiás com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1115/2021 (CNPJ nº 03.387.396/0001-60) e nº 1116/2021 (CNPJ nº 03.387.396/0020-22).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.578, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/32195 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GUARDIÃ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 26.743.708/0001-26, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1117/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.579, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/32892 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KELSON & KELSON VIGILANCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 23.722.195/0001-89, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1074/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.580, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/33706 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GLOBALSEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.078.994/0005-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1118/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.581, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/34819 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SAO PAULO TURISMO S.A, CNPJ nº 62.002.886/0001-60 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.582, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/35016 - DPF/GOY/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa VETORSEG VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 18.981.763/0001-26, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente ROTA SERVIÇOS DE VIGILANCIA BICHARA EIRELI, CNPJ nº 08.471.527/0001-06:
49 (quarenta e nove) Revólveres calibre 38
Da empresa cedente ROTA SERVIÇOS DE VIGILANCIA BICHARA EIRELI, CNPJ nº 08.471.527/0001-06:
648 (seiscentas e quarenta e oito) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.583, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/35462 - DPF/CAS/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa CAMPSEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.621.445/0001-38, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente ATENTO SAO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 06.069.276/0001-02:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.584, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/35879 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa IDEAL CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 00.934.005/0001-91, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
34194 (trinta e quatro mil e cento e noventa e quatro) Munições calibre .380
11964 (onze mil e novecentas e sessenta e quatro) Munições calibre 12
150000 (cento e cinquenta mil) Munições calibre 38
100000 (cem mil) Espoletas calibre 38
20000 (vinte mil) Estojos calibre 38

13512 (treze mil e quinhentos e doze) Gramas de pólvora
100000 (cem mil) Projéteis calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.585, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/36338 - DPF/MBA/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DISTRIBUIDORA TOCANTINS COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, CNPJ nº 04.387.240/0001-41 para atuar no Pará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.586, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/36996 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa SUL BRASIL SEGURANCA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 05.449.286/0001-00, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
892 (oitocentas e noventa e duas) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.587, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/37561 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.426.907/0009-08, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente ELO SERVICOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.611.593/0001-10:
41 (quarenta e um) Revólveres calibre 38
4 (quatro) Pistolas calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
18 (dezoito) Espingardas calibre 12
Da empresa cedente ELO SERVICOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.611.593/0001-10:
1571 (uma mil e quinhentas e setenta e uma) Munições calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre .380
148 (cento e quarenta e oito) Munições calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1281 (uma mil e duzentas e oitenta e uma) Munições calibre 38
284 (duzentas e oitenta e quatro) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.588, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/37768 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve: CONCEDER autorização à empresa OBJETIVO CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 24.070.476/0001-67, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
30000 (trinta mil) Munições calibre 38
50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre 38
10000 (dez mil) Gramas de pólvora
50000 (cinquenta mil) Projéteis calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 3.364, DE 8 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.013123/2019-31, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CRISTIAN CAMILO PEREZ BAUTISTA, de nacionalidade colombiana, filho de Pedro Perez e de Sandra Santis, nascido na República da Colômbia, em 3 de junho de 1995, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.371, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

RECONHECER E CERTIFICAR ao português abaixo relacionado a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos Arts. 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos:

SANDRO MIGUEL CARVALHO DE AZEVEDO - F328372-T, natural de Portugal, nascido em 24 de julho de 1973, filho de Manuel Alberto Ferrás de Azevedo e de Zulmira de Oliveira Carvalho, residente no Estado de Pernambuco/PE (Processo nº 08018.016265/2021-85).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.372, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.006334/2015-02, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

REVOGAR a Portaria Ministerial n° 571, de 12 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial do dia 14 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de AFONSO JOÃO SIMÃO, de nacionalidade angolana, filho de João Dombaxe e de Maria Simão, nascido em Luanda, Angola, em 10 de setembro de 1986, tendo em vista a comprovação de amparo pelo artigo 193, inciso II, alínea "a", do Decreto 9.199/17.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.373, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

RECONHECER E CERTIFICAR ao português abaixo relacionado a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos Arts. 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos:

ANA MARGARIDA RAMIÃO MARTINS - F155329-4, natural de Portugal, nascida em 10 de janeiro de 1992, filha de Avelino José Martins e de Maria do Carmo de Oliveira Ramião Martins, residente no Distrito Federal/DF (Processo nº 08018.015871/2021-83).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.374, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.021140/2020-85, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, LUIS ALEJANDRO CAICEDO AGUDELO, de nacionalidade colombiana, filho de Manuel Caicedo e de Luz Mery Agudelo, nascido em Cali, República da Colômbia, em 28 de outubro de 1987, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.375, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08001.007650/2018-15, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, BENEDICT OGBONNAYA AKWARI, de nacionalidade nigeriana, filho de Onuoha Akwari Eguh e de Ogbu Patricia Akwari, nascido em Abea, República Federal da Nigéria, em 6 de março de 1969, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.376, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001514/2018-32, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JOSÉ ALFONSO TORRES RODRIGUES, de nacionalidade mexicana, filho de José Torres Solis e de Maria del Jesus Rodriguez, nascido nos Estados Unidos Mexicanos, em 30 de dezembro de 1986, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, 2 (dois) meses e 12 (doze) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.377, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012020/2009-92, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, OSCAR AMADEO FERREIRA BENITEZ, de nacionalidade paraguaia, filho de Lucas Ferreira e de Cesarina Benitez, nascido em Assunção, na República do Paraguai, em 31 de março de 1959, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 22 (vinte e dois) anos, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.378, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

CHEIKH ANTA DIA - G002712-C, natural do Senegal, nascido em 29 de maio de 1985, filho de Amy Fall e de Alla Dia, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08096.004748/2020-23);

HAROLD HILARION FOKOUE - V419155-E, natural de Camarões, nascido em 15 de fevereiro de 1980, filho de Marie Noel Ngamani Bouadja e de Joseph Fokoue, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08460.000974/2020-30);

HUSSEIN BZEIH - G394986-1, natural do Líbano, nascido em 08 de maio de 1997, filho de Yasmin Bzeih e de Abbas Bzeih, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08389.001812/2020-29);

JEAN OBILLIO EXANTUS - V882499-L, natural do Haiti, nascido em 21 de novembro de 1976, filho de Charite Sintel e de Ostave Exantus, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08096.004878/2020-66);

JEAN WANDY LOUISSAINT - G254093-Y, natural do Haiti, nascido em 05 de janeiro de 1990, filho de Marie Auliene Meristil e de Wilbert Louissaint, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08096.004676/2020-14);

MAILYN CASTILLO CAPOTE - V994587-1, natural de Cuba, nascido em 28 de abril de 1984, filho de Teresa Capote Cordero e de Luis Castillo Lobaina, residente no Estado da Bahia (Processo n° 08255.001560/2020-53);

MARCO ANTONIO PONCE DA CRUZ - V656502-X, natural do Peru, nascido em 04 de setembro de 1972, filho de Luzdina da Cruz Davila e de Porfirio Ponce Calderon, residente no Estado de Rondônia (Processo n° 08475.008028/2019-39);

RENZO ANDRÉS HERRERA SAAVEDRA - V799088-8, natural do Peru, nascido em 19 de junho de 1988, filho de Silvia Ruth Saavedra Masias e de Andres Fernando Herrera Rios, residente no Estado do Pernambuco (Processo n° 08400.002477/2020-81) e

ZINA CHARBAK - G308741-S, natural da Síria, nascido em 31 de janeiro de 1989, filho de Hala Alhashmi e de Mohamad Khaled Charbak, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.006386/2020-46).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.379, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

PEDRO PAULO XINDE ANTONIO - V143036-I, natural da Angola, nascido em 07 de fevereiro de 1972, filho de Sofia Manuel e de Xinde Antonio, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08460.007390/2019-51) e

ZHENG YOUXING - Y239705-K, natural da China, nascido em 16 de março de 1979, filho de Zheng Xu Zheng Nu e de Zheng Lihua, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.007530/2020-61).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.380, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

WIDENSKY MAYSEN JOE PROSPER - G161756-S, natural do Haiti, nascido em 18 de setembro de 2012, filho de Abdiasson Prosper e de Dernsta Jacques, residente no Estado de Santa Catarina (Processo n° 08107.000189/2020-14).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

DESPACHO Nº 89/2021/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE EXPULSÃO
Interessado: DOMINGO RICHARD CASTEDO STARTARY
Processo nº 08000.008040/2020-63

A Coordenadora de Processos Migratórios, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de revogação do ato expulsório, por falta de amparo legal.

DESPACHO Nº 90/2021/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE EXPULSÃO
Interessada: MIMOSA MACAIA
Processo nº 08018.004211/2010-14

A Coordenadora de Processos Migratórios, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, por falta de amparo legal.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

DESPACHO Nº 2201/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: GILARY LILIAN ZUMAETA CUELLER
Processo naturalizar-se nº: 235881.0012301/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido pelo não cumprimento do parágrafo único do art. 70 da Lei 13.445/2017.

DESPACHO Nº 2208/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP: nº 235881.0014197/2020
Interessado: ANA MARIA HUBER BAUR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, nos termos do inciso IV, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

DESPACHO Nº 2209/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: RODOLSKI WOODGETT FELISIER
Processo naturalizar-se: 235881.0017196/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido pelo não cumprimento do disposto no Art. 70, da Lei nº 13.445/2017 combinado com o parágrafo único do Art. 221 do Decreto 9.199/2017.

DESPACHO Nº 2210/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido de naturalização
Processo Naturalizar-se nº: 235881.0020964/2021
Interessado: ROBERTO HERNANDEZ SANTIESTEBAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 2211/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: RAPHAEL TSAPHKIEL ROBINSON THERMIDOR
Processo naturalizar-se: 235881.0028618/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do Art. 65, 70 da Lei 13.445/2017 combinado com o disposto no Art. 221 do Decreto 9.199/2017.

DESPACHO Nº 846/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08310.004638/2020-80
Interessado: LUIZ ENRIQUE GONZALEZ FROMETA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no art. 65, inciso II c/c com art. 66, e inciso IV do art. 65, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 1542/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: VALANDO CARRELUS
Processo: 08451.001525/2020-18

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências, nos termos do art. 40, de 29 de janeiro de 1999.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

Declara que os dados corretos de STEFAAN MARLEEU WILLIAM MEUWISSEN, incluído na presente Portaria Naturalização nº 3.284, de 19 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2021, são: STEFAAN MARLEEN WILLIAM MEUWISSEN, natural da Bélgica, nascido em 02 de dezembro de 1987, filho de Willem Antoon Emmanuel Maria Meuwissen e de Anna Maria Germaine Camille Baekelandt (Processo nº 08018.013866/2021-36), e não como constou.

Declara que os dados corretos de MUHAMMAD ANWAR, incluído na presente Portaria Naturalização nº 2.870, de 18 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2020, são: G296361-1, natural do Paquistão, nascido em 06 de dezembro de 1968, filho de Muhammad Yaqoob e de Hajira Bibi, residente no Estado do Goiás (Processo n°08280.002847/2020-93), e não como constou.

Declara que os dados corretos de KETIA MOSENGO, incluído na presente Portaria Naturalização nº 592, de 21 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2020, são: F069754-7, natural da Rep Dem Congo, nascida em 15 de março de 2014, filha de CHRISTEL MPAKA e de ser IVES KEPANGLA MOSENGO, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08460.006894/2019-54), e não como constou.

Declara que os dados corretos de FLAVIA DUBOIS PENALVER, incluído na presente Portaria Naturalização nº 3.281, de 19 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2021, são: F022301-T, natural de Cuba, nascido em 26 de junho de 1994, filho de Tatiana Paula Penalver Penalver Santos e de Victor Dubois Limonta, residente no Estado do Maranhão (Processo n° 08310.003259/2020-72), e não como constou.

Declara que HODA AL SAMMAN, incluído na Portaria da SNJ nº 3.351, de 2 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, é natural da Síria e não como constou. Processo: 235881.0059361/2021

Declara que MOHAMED ABDUNNABI MOHAMED JUBRAN - G459129-0, incluído na Portaria da SNJ nº 3.344, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 31 de maio de 2021, é natural da Líbia, nascido em 16 de abril de 1981, filho de Aisha Abulgasem Omar Karkar e Abdunnabi Mohamed Jubran, residente no Estado de São Paulo e não como constou. Processo nº 235881.0032971/2021

Declara que os dados corretos de ABDELFATTAH BAYOUR, incluído na presente Portaria Naturalização nº 898, de 10 de agosto de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 11 de agosto de 2005, são: Y228167-X, natural do Marrocos, nascido em 2 de julho de 1970, filho de Aissa Bayor e de Fettouma Miadi, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 8389-000997/96), e não como constou.

Declara que os dados corretos de MOHAMED BAYOUR, incluído na presente Portaria Naturalização nº 663, de 29 de outubro de 1996, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 1996, são: V162434-0, natural do Marrocos, nascido em 14 de abril de 1968, filho de Aissa Bayor e de Fettouma Miadi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 8389-000997/96), e não como constou.

Declara que a correta grafia do nome de ILQAYS HAMZAH SALEM, incluído na Portaria nº 3.169, de 20 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 22 de abril de 2021, é BILQAYS HAMZAH SALIM ALSIKEEK e não como constou.

MARTHA PACHECO BRAZ
Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização
Substituta

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 673, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: ILHAS SELVAGENS (WILDEST ISLANDS, Holanda - 2012/2013)
Produtor(es): Off The Fence Productions
Diretor(es): Ellen Windemuth
Distribuidor(es): OFF THE FENCE
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência
Processo: 08017.000159/2021-90
Requerente: EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 674, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: PATRICK (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Disney
Diretor(es): Mandie Fletcher
Distribuidor(es): DISNEY
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000221/2021-43
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 675, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Programa: PROGRAMA CHEIRO DE GALPÃO (Brasil - 2021)
Produtor(es): Romiel Lucas Gralak
Diretor(es): Romiel Lucas Gralak
Distribuidor(es): Romiel Lucas Gralak
Classificação Pretendida: livre
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000420/2021-51
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 676, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: INVASÃO (BREAKING IN, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Sheila Hanahan/James Lopez/Will Packer/Craig Perry/Gabrielle Union
Diretor(es): James Mcteigue
Distribuidor(es): UNIVERSAL STUDIOS PRODUCTIONS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Linguagem Imprópria e Droga lícita
Processo: 08017.000711/2021-40
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 677, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: BÉCASSINE: A BABÁ DOS SONHOS (BÉCASSINE ET LE TRÉSOR VIKING, França - 2001)
Produtor(es): Paris Ellipsanime
Diretor(es): Philipe Vidal
Distribuidor(es): MEDIATOON
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Infantil
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência , Atos criminosos e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000742/2009-12
Requerente: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 678, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: JUMANJI (Estados Unidos da América - 1995)
Produtor(es): Universal
Diretor(es): Joe Johnston
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Aventura
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000778/2021-84
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 679, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: TUNADAS (Brasil - 2018)
Produtor(es): Medialand Produção e Comunicação Ltda
Diretor(es): Carla Maria Albuquerque de Sá
Distribuidor(es): MEDIALAND PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Ação/Documentário
Classificação Atribuída: livre
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000808/2021-52
Requerente: MEDIALAND PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 680, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O HOMEM QUE RODOU O MUNDO (THE MAN WHO WALKED AROUND THE WORLD, Inglaterra - 2020)
Produtor(es): Partizan International
Diretor(es): Anthony Wonke
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Nudez e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000826/2021-34
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 681, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: DISCO ELYSIUM-THE FINAL CUT (Estados Unidos da América/Reino Unido - 2019)
Produtor(es): DISCO ELYSIUM UK LTD
Distribuidor(es): IAM8BIT
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: RPG
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch/Computador/PlayStation 5/Xbox Series X/S/Google Stadia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas e Violência
Processo: 08017.000403/2021-14
Requerente: KRISTIINA AGO / ZAUM STUDIO OÜ

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 682, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: RUST CONSOLE EDITION (Reino Unido - 2020)
Produtor(es): DOUBLE ELEVEN
Distribuidor(es): DOUBLE ELEVEN
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: RPG/Simulação
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08017.000511/2020-14
Requerente: RYAN SMITH

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 683, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: CRYSIS REMASTERED (Alemanha - 2020)
Produtor(es): CRYTEK GMBH
Distribuidor(es): SOLUTIONS 2 GO DO BRASIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Ação/Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch/Computador
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.000975/2021-01
Requerente: CRYTEK GMBH

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 684, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: BACK 4 BLOOD (Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): TURTLE ROCK STUDIOS
Distribuidor(es): SOLUTIONS 2 GO DO BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/PlayStation 5/Xbox Series X/S
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08017.001005/2021-15
Requerente: SOLUTIONS 2 GO DO BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 685, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: SUPER MONKEY BALL BANANA MANIA (Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): SEGA OF AMERICA
Distribuidor(es): SEGA OF AMERICA
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Plataforma
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch/PlayStation 5/Xbox Series X/S
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.001010/2021-28
Requerente: TEAM ONE LATIN AMERICA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 686, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: MANEATER (Estados Unidos da América - 2020)
Produtor(es): TRIPWARE INTERACTIVE
Distribuidor(es): TRIPWARE INTERACTIVE
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Aventura/Ação/RPG
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08017.001030/2021-07

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 687, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: MECHWARRIOR 5: MERCENARIES (Canadá - 2021)
Produtor(es): PIRANHA GAMES INC.
Distribuidor(es): SOLD OUT
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Ação/Simulação
Plataforma: Xbox ONE/Computador PC/Xbox Series X/S
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.001031/2021-43

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 688, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: CRYSIS 2 REMASTERED (Alemanha - 2021)
Produtor(es): CRYTEK GMBH
Distribuidor(es): SOLUTIONS 2 GO DO BRASIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Ação/Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch/Computador/PlayStation 5/Xbox Series X/S
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência Extrema
Processo: 08017.001059/2021-81
Requerente: CRYTEK GMBH

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 285, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a designação de organismos de certificação e laboratórios de ensaios no âmbito do Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública - Pró-Segurança.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, incisos I, II, V e XI do Anexo I ao Decreto n° 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e o art. 11, §2º e §4º da Portaria MJSP nº 104, de 13 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a designação de organismos de certificação e laboratórios de ensaios para a aplicação das normas técnicas instituídas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp no âmbito do Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública - Pró-Segurança.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria aplicam-se as seguintes definições:

I - Acordo de Reconhecimento Mútuo - ARM: acordo firmado entre países com o propósito de simplificar os procedimentos de avaliação da conformidade de produtos e serviços;

II - autoridade designadora: Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp;

III - avaliação da conformidade: conjunto de procedimentos que objetiva verificar se determinado produto ou serviço de segurança pública está em conformidade com as normas técnicas instituídas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública;

IV - certificação: processo sistematizado, com regras pré-estabelecidas, devidamente acompanhado e avaliado, de forma a propiciar adequado grau de confiança a um equipamento, produto ou serviço de segurança pública, atendendo a requisitos pré-estabelecidos por normas técnicas, com o menor custo possível para a sociedade;

V - certificado de conformidade: documento que atesta a conformidade de determinado produto ou serviço de segurança pública emitido por organismo de avaliação da conformidade designado;

VI - comprovação de acreditação: acreditação vigente no escopo das normas técnicas instituídas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, com a devida publicação no sítio eletrônico do organismo acreditador com status de ativo ou equivalente;

VII - designação: ato pelo qual a Secretaria Nacional de Segurança Pública atribui competência a organismos de avaliação da conformidade para implementar e conduzir os processos de certificação de produtos e serviços de segurança pública e, no caso de laboratórios, para executar os ensaios nos produtos de segurança pública;

VIII - ensaio: operação técnica realizada por laboratório acreditado e designado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública que consiste na verificação de uma ou mais características técnicas de um dado produto ou serviço de segurança pública de acordo com as normas técnicas instituídas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública;

IX - laboratório de ensaios: organismo acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, ou por órgão estrangeiro reconhecido pelo Inmetro por meio de Acordo de Reconhecimento Mútuo, apto a realizar os ensaios exigidos no processo de avaliação da conformidade e a emitir relatórios conforme previsto nas normas técnicas instituídas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública;

X - organismo de certificação: organismo acreditado pelo Inmetro, ou por órgão estrangeiro reconhecido pelo Inmetro por meio de Acordo de Reconhecimento Mútuo, que conduz e concede a certificação de conformidade de produtos (OCP) ou serviços (OCS) de segurança pública e expede o certificado de conformidade; e

XI - relatório de conformidade: documento que atesta a conformidade de determinado produto de segurança pública emitido por laboratório de ensaios designado, sendo acompanhado do relatório de ensaio.

Art. 3º Os organismos de certificação de produtos ou serviços e laboratórios acreditados no escopo das normas técnicas instituídas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública devem ser designados nos termos do §2º do art. 11, da Portaria MJSP nº 104, de 16 de março de 2020.

Art. 4º Quando não existirem laboratórios acreditados no escopo das normas técnicas instituídas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, conforme o § 4º do art. 11, da Portaria MJSP nº 104, de 2020, podem ser designados por um período máximo de dois anos:

I - laboratórios de ensaios acreditados em escopos similares; e

II - laboratórios de ensaios que demonstrem reconhecida experiência na execução dos ensaios pertinentes às normas técnicas instituídas ou adotadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Parágrafo único. A designação de laboratórios descritos no inciso II, do caput será realizada somente no caso de não existirem laboratórios designados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública que atendam ao estabelecido no inciso I do caput.

Art. 5º Para obter a designação, os organismos de certificação e os laboratórios de ensaios devem:

I - ser legalmente constituídos;

II - desempenhar as atividades propostas dentro dos padrões de idoneidade, imparcialidade, impessoalidade, rigor técnico e procedimental previstos nas normas técnicas aplicáveis;

III - manter as condições técnicas que ensejaram a designação;

IV - permitir, quando solicitado, que a Secretaria Nacional de Segurança Pública execute ou participe de auditorias, bem como que acompanhe os ensaios dos equipamentos e produtos de segurança pública; e

V - encaminhar à Secretaria Nacional de Segurança Pública, quando solicitado, as informações que esta considerar necessárias ao cumprimento de seu acompanhamento e controle.

Art. 6º A solicitação para a designação de que trata o art. 3º, deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - Requerimento de Designação (Anexo I) e Termo de Compromisso (Anexo II), devidamente assinados pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;

II - comprovação de regularidade jurídica com apresentação dos seguintes documentos:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor de acordo com a legislação vigente, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

b) requerimento do empresário no caso de empresa individual, devidamente registrado na Junta Comercial;

c) decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, de acordo com o artigo 1.134 e seus parágrafos da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e

d) no caso de sociedade por ações, deve ser apresentada a ata de eleição de seus representantes;

III - comprovação de acreditação.

Art. 7º A solicitação para a designação de que trata o art. 4º, I, deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - documentos de que tratam os incisos I e II do art. 6º;

II - comprovação de acreditação; e

III - documentação dos procedimentos técnicos necessários para assegurar a aplicação consistente dos ensaios nos produtos de segurança pública, conforme normas técnicas instituídas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Art. 8º A designação de laboratórios de ensaios de que trata o art. 4º, II, deve estar instruída com os seguintes documentos:

I - documentos de que tratam os incisos I e II do art. 6º;

II - comprovação de capacidade técnica: quadro de especialistas contratados e currículo dos especialistas;

III - comprovação de requisitos de estrutura: descrição das instalações, relação de equipamentos e certificados de calibração de equipamentos quando pertinente;

IV - procedimentos técnicos documentados na extensão necessária para assegurar a aplicação consistente dos ensaios previstos nas normas técnicas instituídas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; e

V - registros técnicos que contenham data, identificação dos responsáveis, relato de amostragem, resultados e informações suficientemente claras, exatas e objetivas para possibilitar a interpretação e o monitoramento da validade dos resultados.

Parágrafo único. Para fins de designação, o laboratório deverá ser aprovado em auditoria in loco realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Art. 9º Os documentos exigidos para fins de designação pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, relacionados nos art. 6º a 8º desta Portaria, devem ser encaminhados ao endereço eletrônico proseguranca@mj.gov.br.

Art. 10. A designação do organismo de certificação ou do laboratório de ensaios será concedida mediante publicação em Diário Oficial da União, constando os seguintes dados:

I - nome, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e endereço do organismo de certificação ou laboratório de ensaios designado;

II - prazo de vigência da designação; e

III - escopos habilitados pela designação.

Parágrafo único. No caso de organismo de certificação e laboratório de ensaios tratados no art. 3º, a vigência da designação será a mesma definida no escopo de acreditação.

Art. 11. Os laboratórios de ensaios e os organismos de certificação poderão requerer a renovação do prazo de designação.

§1º O pedido deve vir instruído com documentação atualizada.

§2º A renovação da designação deverá ser requerida até o segundo mês anterior ao vencimento de seu prazo de validade.

Art. 12. As alterações do ato constitutivo dos organismos de certificação e laboratórios de ensaios designados que importem na modificação do objetivo social ou afetem as atividades relacionadas à certificação e aos ensaios de produtos e serviços de segurança pública devem ser comunicadas à Secretaria Nacional de Segurança Pública em até sessenta dias após seu registro na repartição competente.

Art. 13. A alteração das normas técnicas instituídas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública pode implicar na necessidade de adequação e de comprovação da conformidade às novas regras, pelos organismos de certificação e laboratórios de ensaios, sob pena de suspensão da designação.

Art. 14. É vedada aos organismos de certificação e laboratórios de ensaios designados a expedição de certificado ou relatório de conformidade para produto ou serviço de segurança pública do qual tenha participado direta ou indiretamente do desenvolvimento ou prestado qualquer tipo de consultoria.

Art. 15. A Secretaria Nacional de Segurança Pública reconhecerá os Acordos de Reconhecimento Mútuo, em matéria de avaliação da conformidade de produtos de segurança pública que o Inmetro faça parte.

§ 1º Os organismos de certificação e laboratórios de ensaios estrangeiros, reconhecidos pelo Inmetro por meio de Acordos de Reconhecimento Mútuo, serão considerados aptos para designação e atuação no sistema de avaliação da conformidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

§ 2º Os documentos expedidos pelos organismos de certificação e pelos laboratórios de ensaios, para os fins previstos neste artigo, devem ser elaborados de acordo com as normas técnicas instituídas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

§ 3º Os documentos mencionados no § 2º devem preferencialmente empregar o vernáculo, sendo possível a utilização dos idiomas inglês ou espanhol.

Art. 16. Para os fins desta Portaria, consideram-se práticas passíveis de imposição sanção:

I - fraude ao processo de avaliação da conformidade;

II - falsidade documental;

III - conduta anticompetitiva;

IV - violação ou tentativa de violar as normas técnicas expedidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública;

V - descumprimento dos requisitos desta Portaria; e

VI - descumprimento dos compromissos assumidos em decorrência da designação dada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Art. 17. Os agentes que praticarem as condutas descritas no art. 16 ficarão sujeitos às seguintes sanções administrativas:

I - revogação ou suspensão da designação;

II - comunicação ao Inmetro acerca da revogação ou suspensão da designação, quando for o caso, para aplicação de eventual sanção administrativa pela Autarquia; e

III - aos agentes não acreditados pelo Inmetro, a decretação da perda das condições para atuação na avaliação da conformidade por até dois anos.

Parágrafo único. A aplicação das medidas administrativas mencionadas no caput será precedida de procedimento de apuração específico, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 18. O atendimento às regras estabelecidas nesta Portaria não exime os organismos de certificação e os laboratórios de ensaios do atendimento a outras obrigações que lhe sejam impostas pela legislação nacional, notadamente, as relativas ao meio ambiente, sem as quais pode a Secretaria Nacional de Segurança Pública negar a designação ou revogá-la.

Art. 19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS RENATO MACHADO PAIM

ANEXO I

REQUERIMENTO DE DESIGNAÇÃO

Empresa/Instituição:

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Sítio Eletrônico:

e-mail:

Pelo presente instrumento, a <nome da empresa/instituição>, acima qualificada, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) _____, cargo(s)_____, carteira(s) de identidade nº _____, CPF nº_____, vem perante a Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, CNPJ nº 00.394.494/0005-60, solicitar sua designação como <Organismo de Certificação de Produtos/Organismo de Certificação de Serviços/Laboratórios de Ensaios de Produtos> de Segurança Pública, no(s) escopo(s) de acreditação tipo e nº _____(anexar), conforme descritivo(s) de escopo(s)_____, de acordo ao documento(s) de referência_____, nos termos da Portaria do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública nº 104, de 2020, e da Portaria da Senasp nº___ /2021.

Declaro sob as penas da Lei, que todas as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Loca, data.

_____

Assinatura do Representante Legal

_____

Assinatura do Representante Legal

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO

Empresa/Instituição:

CNPJ:

Endereço:

Pelo presente instrumento, a <nome da empresa/instituição>, acima qualificada, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is)_____, cargo(s)_____, carteira(s) de identidade nº_____, CPF nº_____, considerando os termos da Portaria do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública nº 104, de 2020, e da Portaria da Senasp nº___ /2021, declara, expressamente, perante a Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, CNPJ nº 00.394.494/0005-60, que:

I - Desempenhará as atividades objeto da designação dentro dos padrões de idoneidade, imparcialidade, impessoalidade, rigor técnico e procedimental previstos nas normas técnicas aplicáveis;

II - Manterá as condições técnicas que ensejaram a designação;

III - Permitirá, quando solicitado, que a Secretaria Nacional de Segurança Pública execute ou participe de auditorias, bem como que acompanhe os ensaios dos equipamentos e produtos de segurança pública;

IV - Encaminhará à Secretaria Nacional de Segurança Pública, quando solicitado, as informações que esta considerar necessárias ao cumprimento de seu acompanhamento e controle;

V - Compromete-se a não conduzir processo de certificação de produto ou serviço, ou ensaios de produto do qual tenha tido participação direta ou indireta no desenvolvimento, ou prestado consultoria a ele relacionada, e a fornecer declaração expressa a esse respeito;

VI - Observará estritamente os limites estabelecidos no escopo da designação;

VII - Se organismo de certificação, informará a Secretaria Nacional de Segurança Pública da emissão de certificado de conformidade, bem como das suas decisões de suspensão ou cancelamento da certificação, para fins de publicação na página institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no Wikiseg e nos aplicativos atinentes à Secretaria Nacional de Segurança Pública;

VIII - Tem conhecimento de que a Secretaria Nacional de Segurança Pública disponibiliza, em sua página na Internet, https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/pro-seguranca, todos os documentos relativos ao Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública - Pró-Segurança;

IX - Tem conhecimento de que o descumprimento das obrigações assumidas no presente Termo de Compromisso, ou a quaisquer dispositivos legais, sujeitará às cominações previstas na legislação em vigor;

X - Tem responsabilidade técnica, civil e penal referente ao objeto com conformidade avaliada, não havendo qualquer hipótese de transferência desta responsabilidade, em nenhum caso, para a Secretaria Nacional de Segurança Pública; e

XI - Concorda em eleger a Justiça Federal, no Foro da cidade do Brasília - DF, para dirimir qualquer questão legal advinda do presente Termo.

Local, data.

_____

Assinatura do Representante Legal

_____

Assinatura do Representante Legal

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS - SG DE 9 DE JUNHO DE 2021

Nº 829 - Ato de Concentração nº 08700.002489/2021-10. Requerentes: São Francisco Energia S/A. e Petróleo Brasileiro S.A. Advogados: Joyce Honda, Ricardo Gaillard e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 830 - Ato de Concentração nº 08700.002631/2021-11. Requerentes: Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda e CA Indosuez Wealth Group. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto, Joyce Midori Honda, Ricardo Lara Gaillard e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 832 - Ato de Concentração nº 08700.002668/2021-49. Requerentes: Telefónica Infra, S.L. e Daytona HolCo, S.L. Advogados: Marcos Paulo Verissimo, Ana Carolina Lopes de Carvalho, João Felipe Achcar de Azambuja, Ivan Vinícius Nunes Fernandes, Natalie Sequerra e Pedro Paulo Salles Cristofaro. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 833 - Ato de Concentração nº 08700.002573/2021-25. Requerentes: Movilway Payment Ltda. e Rogério Nogueira. Advogadas: Patricia Agra Araújo e Ana Claudia Approbato Machado. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

PAUTA DA 179ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

16/06/2021

Início: 10 horas

Nos termos do art. 60, parágrafo único c/c arts. 75, §1º e 76, §4º do Regimento Interno do Cade, e com fundamento no Despacho da Presidência nº 75/2021 (0913765), a Sessão de Julgamento será realizada por meio remoto, com transmissão em tempo real pelo sítio eletrônico www.cade.gov.br e pelo canal do Cade no Youtube (https://bit.ly/39SsiVg).

Eventual pedido de sustentação oral deverá ser formalizado pelo e-mail cgp@cade.gov.br ou pelo número de whatsapp +55 (61) 99939-6256 até 24 horas antes do início da sessão virtual. No mesmo prazo o advogado deverá enviar o arquivo de mídia à Secretaria do Plenário, em conformidade com o art. 81, §§ 5º e 6º do Regimento Interno.

Com relação aos requerimentos de ordem, nos termos do art. 81, § 5º do Regimento Interno, fica garantido o acesso de advogado constituído nos autos, para participação ativa a qualquer momento, durante o julgamento. A solicitação deverá ser encaminhada à Secretaria do Plenário, pelo e-mail cgp@cade.gov.br ou pelo número de whatsapp +55 (61) 99939-6256, que informará sobre o procedimento a ser adotado.

O advogado deverá se responsabilizar pela qualidade do arquivo de mídia encaminhado, bem como pela adequação do ambiente escolhido para participação na sessão em tempo real.

A sustentação oral ou o requerimento de ordem também poderão ser realizados por meio de equipamento eletrônico disponível nas instalações do Cade.

1. Ato de Concentração nº 08700.003969/2020-17

Requerentes: STNE Participações S.A e Linx S.A

Advogados: Ana Paula Martinez, Mariana Tavares de Araujo, Leonardo Peres da Rocha e Silva, Cristianne Saccab Zarzur Chaccur, Alessandro Pezzolo Giacaglia e outros

Terceiros Interessados: Adyen do Brasil Ltda., Banco Safra S.A., Cielo S.A., e Totvs S.A.

Advogados: Leonor Augusta Giovine Cordovil, Daniel Tobias Athias, Jessica Ribeiro Ferreira, Maria Amaral de Almeida Sampaio, Camilla Chagas Paoletti, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Ricardo Ferreira Pastore, Schermann Chrystie Miranda e Silva, Felipe

Zolezi Pelussi, Barbara Rosenberg, Marcos Antonio Tadeu Exposto Junior, Amanda Fabbri Barelli e outros

Relator: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani

2. Ato de Concentração nº 08700.005598/2020-08

Requerentes: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, White Martins Gases Industriais Ltda.

Advogados: André de Almeida Barreto Tostes, Tales David Macedo, Eduardo Caminati Anders, Márcio de Carvalho Silveira Bueno e outros

Terceiro Interessados Companhia de Gás de São Paulo - Comgás

Advogados: Bruno de Luca Drago, Marco Antonio Fonseca Júnior e outros

Relator: Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido

3. Processo Administrativo nº 08700.008612/2012-15

Representante: Cade ex officio

Representados: Attendy Artigos de Vestuário e Confecções Ltda., Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda., Capricórnio S.A, Diana Paolucci S.A. Indústria e Comércio, Excel 3000 Materiais e Serviços Ltda., Libero Comercial Ltda., Mercosul Comercial e Industrial Ltda., NCR Uniformes Ltda., Nilcatex Têxtil Ltda., Tecelagem Guelfi Ltda., Abelardo Paolucci, Alexandre Costa dos Santos, Antonio Carlos Leskovar Borelli, Cláudio Roberto da Silva, Djalma da Silva Santos, Eldo Umbelino, Emerson da Silva, Erica Nunes dos Santos Lima, Ricardo Gonçalves Guerra, Jannivaldo Marques Santos, Júlio Manfredini, Kalvin Villela Brandão Paolucci, Márcio Nogueira Vignoli, Marcos Antônio Miranda da Silva, Maurício Paolucci, Mickael Villela Brandão Paolucci, Reinaldo Paolucci, Renato Borges Duarte, Roberto Giro Nakano, Silvio Carlos dos Santos e Valdemar Ábila

Advogados: Tatiana Stolf Filippetti Dias, Vinicius Marques de Carvalho, Eliza Tiyoko Cavalcante Trauczynski, Marco Fábio Domingues, Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, Augusto Neves Dal Pozzo, Sérgio Salgado Ivahy Badaro, Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaro, Luiz Fernando Pinto da Silva, Renata Pires de Serpa Pinto, Mauricio Loddi Gonçalves, Rogério Ramires, Haroldo Pabst Metzler, Maro Marcos Hadlich Filho, Ariosto Mila Peixoto, Camille Vaz Hurtado Pavani, Fernanda Mara Pereira de Toledo, Felipe Mateus de Toledo, Priscila Brolio Gonçalves, Andrea Fabrino Hoffman Formiga, Danilo Botelho dos Santos, Linneu Rodrigues de Carvalho Sobrinho, Ivone Maria Rocha Garcia, Percival José Bariani Junior, Daniela Aparecida Silva, Adélcio Salvalágio, Márcio de Carvalho Silveira Bueno, Rander Augusto Andrade, Alessandro Baumgartner, Victor Tafaro, Isabel de Carvalho e outros

Relatora: Conselheira Paula Azevedo

Voto-Vista: Conselheiro Mauricio Bandeira Maia

4. Processo Administrativo nº 08700.008751/2015-83

Representante: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)

Representados: Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário Avulso de Belém e Vila do Conde, Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A., Amazon Logistics Ltda., BF Fortship Agência Marítima Ltda., Majonav Navegação Ltda., ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A., Movimento Transporte e Locação de Máquinas Ltda., Santos Brasil S.A., Norte Trading Operadora Portuária Ltda., Adauto Cunha de Vasconcelos, Adônis Fernandes Garcia, Alexandre da Silva Carvalho, Fábio Tinôco, Fernando Augusto Braga Oliveira, Flávio Seixas de Holanda, Luiz Guilherme Fonseca Costa, Marcelino Cavalcante da Silva, Nelson Aires, Paul Stathis, Pelágio Araújo de Carvalho, Raimundo Carlos da Costa Feio, Ricardo de Andrade Fernandes, Rodolfo Estafani Barroso Negrão, Ronaldo Lopes de Assunção e Sílvio Lobato

Advogados: Leonardo Maniglia Duarte, Rodrigo Alves dos Santos, Eduardo Caminati Anders, Marcio De Carvalho Silveira Bueno, Fernando Augusto Braga de Oliveira, Thadeu de Jesus e Silva, Cristiane do Socorro Albuquerque Machado da Silva e outros

Relatora: Conselheira Lenisa Prado

Voto-Vista: Conselheiro Luiz Augusto de Almeida Hoffmann

5. Processo Administrativo nº 08700.003390/2016-60

Representante: Cade ex officio

Representados: Amanco Brasil Ltda. (atual Mexichem Brasil Indústria de Transformação Plástica Ltda.), Asperbras Tubos e Conexões Ltda., Bianchini Indústria de Plásticos Ltda., Cardinali Tubos e Conexões S.A., Corr Plastik Industrial Ltda., Hidroplast Indústria e Comércio Ltda., Krona Tubos e Conexões S.A., Mizu Comércio de Materiais Hidráulicos Ltda., Nicoll Indústria Plástica Ltda., Plásticos Vipal S.A. (atual BR Plásticos Indústria Ltda.), Plastilit Produtos Plásticos do Paraná S.A., Tigre S.A. Tubos e Conexões, Tubozan Comércio e Representação Ltda. (atual BRP Indústria Plástica Ltda.), Cezar Martins Oliveira, Márcio Cecílio Pessiquelli, Adilson Armando Kieper, Algemir José Uber, Ary Sérgio Oliveira Fonseca, Caroline Orlandine, Celso Iamarino, Claudio José Bianchini, Diego João Girardi, Edson Aparecido Gomes, Edson Felix de Andrade, Evaldo Dreher, Francisco Amaury Olsen, Francisco Carlos Jorge Colnaghi, Genildo José da Silva, Gilberto Borges Filho, Gustavo Rossler Zanchi, Hilton Guemra Saporski Filho, José Luis Flor, Luis Felipe Pereira Morgado, Manuel Orestes Pereira Monteiro, Marise Ribeiro Barroso, Maurício Harger, Natal José Garrafoli, Paulo de Andrade Nascentes da Silva, Paulo Roberto Cardozo, Ricardo Martins Soares, Sérgio Monteiro, Valdicir Kortmann, Vinícius de Castro e Wagner Tavares

Advogados: Elislean Bueno Ravache, João Ricardo Borba Gonçalves, Reginaldo Fabrício dos Santos, Paulo Justiniano de Souza, Larissa Moraes Bertoli Guimarães, Évinin Franciele Zanini Cecchin, Giuliano Domit Od Rocha, Marina Zaparoli Beretta, Luiz Fernando Michalak Santos, João Grandino Rodas, Pedro Miranda Roquim, Marcelo Guedes Nunes, Rodrigo Souza Mentes de Araújo, João Eduardo Braz de Carvalho, Caio Mario da Silva Pereira Neto, Olavo Zago Chinaglia, Letícia Ladeira Monteiro de Barros, Daniel Tinoco Douek, Naiara de Oliveira, Cristianne Saccab Zarzur, Marco Aurélio M. Barbosa, Marina Curi Penna, Paulo Leonardo Casagrande, Fabrício A. Cardim de Almeida, Leonardo Maniglia Duarte, Tito Amaral de Andrade, Maria Eugenia Novis, Adenilson Venancio Duarte, Júlio Strate Bolfe e Auriane Rosa de Almeida Pires, Vitor Werebe, Cláudio Gonçalves Rodrigues, Marmel Wolf dos Anjos, Fernando Cappelletti Venafre, Thiago Munaro Garcia, Pablo Augusto Antunes, Marcos Joaquim Gonçalves Alves, Alan Flores Viana, Ana de Oliveira Frazão Vieira de Mello, Frederico Wellington Jorge, Camila Kulaif Safatle, Luís Cláudio Nagalli Guedes de Camargo, Eric Hadmann Jasper, Vicente Coelho Araujo, Rodrigo da Silva Alves dos Santos, Eduardo Caminati Anders, Marcos Paulo Verissimo e outros

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann

Voto-Vista: Conselheira Lenisa Prado

6. Processo Administrativo nº 08700.004455/2016-94

Representante: Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pernambuco (SR/DPF/PE)

Representados: Comercial Armarinho Oliveira Ltda. ME, Inforecife Comércio de Informática e Papelaria Ltda.ME, T.E Papelaria Comercial Ltda. ME, L. de Oliveira Logística - ME, Livraria e Papelaria Boa Vista Ltda., Livraria e Papelaria Leal Dantas Ltda., SR de Carvalho Dantas - ME, Artshop Comércio Ltda., OEC Organização de Empresas e Contabilidade Ltda., Paulo Sérgio Costa da Purificação - ME, Sr. Luís de Oliveira, Sr. Sérgio Ricardo de Carvalho Dantas, Sr. Evaldo Soares de Lima, Sr. Sérgio Roberto Ramos de Melo e Sr. Paulo Sérgio Costa da Purificação

Advogados: Ciro Machado da Costa Azevedo, Caio Machado da Costa Azevedo, Ricardo Agripino Galvão de Araújo, Daniela Barreto Cornélio, Jahyr César de Albuquerque Neto, Rafael Gomes Pimentel, Leonardo Oliveira da Silva e outros

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann

7. Processo Administrativo nº 08700.002407/2017-42

Representante: Cade ex officio

Representado: Paulo Henrique Munhoz

Advogados: Guilherme Favaro Corvo Ribas, Raquel Souza Jorge e Natan Maximiano Munhoz

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann

8. Processo Administrativo nº 08700.003855/2018-44

Representante: SDE ex officio

Representados: Mauro Gomes Baleeiro

Advogados: Bruno de Assis Martins, Eduardo Pimont Pôssas, Rafael Martins Rocha e outros

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Cade

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretária do Plenário

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 702, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001878/2021-91. Interessada: Solar Irapuru I Geração e Comercialização de Energia Elétrica SPE Sociedade Limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.350.659/0001-52. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Solar Irapuru I, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.046577-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.848, de 30 de março de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 703, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001888/2021-26. Interessada: Solar Irapuru II Geração e Comercialização de Energia Elétrica SPE Sociedade Limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.350.676/0001-90. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Solar Irapuru II, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.046578-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.849, de 30 de março de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 704, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001883/2021-01. Interessada: Solar Irapuru III Geração e Comercialização de Energia Elétrica SPE Sociedade Limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.487.746/0001-56. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Solar Irapuru III, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.046579-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.850, de 30 de março de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 705, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001877/2021-46. Interessada: Solar Irapuru I Geração e Comercialização de Energia Elétrica SPE Sociedade Limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.350.659/0001-52. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Solar Irapuru IV, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.049053-9.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.851, de 30 de março de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 706, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001879/2021-35. Interessada: Solar Irapuru VII Geração e Comercialização de Energia Elétrica SPE Sociedade Limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 37.019.041/0001-30. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Solar Irapuru VII, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.049056-3.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.854, de 30 de março de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 707, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001880/2021-60. Interessada: Solar Irapuru VII Geração e Comercialização de Energia Elétrica SPE Sociedade Limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 37.019.041/0001-30. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Solar Irapuru V, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.049054-7.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.852, de 30 de março de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 708, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Portarias MME nº 101, de 22 de março de 2016, nº 74, de 2 de março de 2020, nº 389, de 14 de outubro de 2019, e o que consta no Processo nº 48360.000092/2021-06, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Termelétricas, na forma do Anexo I e II à presente Portaria, com vistas à participação nos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes de 2021, denominados Leilões de Energia Existente "A-4" e "A-5", de que trata a Portaria MME nº 389, de 14 de outubro de 2019.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia constantes no Anexo I e II são determinados nas Barras de Saídas dos Geradores.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno das Usinas e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos dos montantes de garantia física de energia definidos no Anexo I e II desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º As garantias físicas de energia das Usinas Termelétricas, definidas na forma do Anexo I e II, perderão a validade e a eficácia após os Leilões a que se refere o art. 1º desta Portaria, caso não sejam objetos de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs.

Parágrafo único. A vigência dos valores de garantia física dos empreendimentos vencedores do certame se dará na data de início de suprimento dos CCEARs firmados.

Art. 3º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos nos Anexos poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

ANEXO I

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS USINAS TERMELÉTRICAS COM CVU NÃO NULO, DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO de energia existente "A-4" DE 2021

Nome do Empreendimento	Combustível	UF	Opção p/ despacho antecipado	Potência Instalada (MW)	FCMAX (%)	TEIF (%)	IP (%)	Inflex. (MWmed)	Garantia Física (MWmed)
Araucária	Gás Natural	PR	N	483,5	100	3,68	10,92	0,00	212,1
Barra Bonita I	Gás Natural	PR	N	9,389	100	3,00	4,00	4,70	7,0
Bioenergia Bonfim	Gás Natural	SP	N	9,922	97	0,70	1,30	0,00	5,5
Candiota III	Carvão Mineral Nacional	RS	-	350,0	100	25,69	25,62	Sazonal	193,5
CT Uruguaiana DB	Gás Natural	RS	S	77,0	100	3,42	31,43	0,00	24,2
CT Uruguaiana	Gás Natural	RS	S	562,9	100	3,42	31,43	0,00	178,7
Cuiabá	Gás Natural	MT	N	529,2	90,71	9,43	21,46	Sazonal	216,9
Cubatão	Gás Natural	SP	N	249,9	100	8,65	11,35	0,00	163,3
Edf Norte Fluminense	Gás Natural	RJ	N	826,78	100	4,77	9,57	Sazonal	510,5
Fronteira	Gás Natural	MS	N	611,27	100	3,07	1,08	Sazonal	535,8
Fortaleza	Gás Natural	CE	S	326,601	100	2,11	4,63	Sazonal	243,7
Governador Marcelo Deda I	Gás Natural	SE	N	608,89	100	1,10	2,05	0,00	352,3
Governador Marcelo Deda III	Gás Natural	SE	N	357,39	100	1,10	2,05	0,00	192,3
Imetame Energia I	Gás Natural	ES	S	1683,0	100	2,86	2,14	Sazonal	1386,3
Imetame Energia IA	Gás Natural	ES	S	641,0	100	2,86	2,14	Sazonal	524,5
Ibirité	Gás Natural	MG	N	226,0	100	1,22	5,16	0,00	147,0
Itacoatiara I	Gás Natural	AM	S	518,58	100	0,50	0,50	Sazonal	434,7
Jaci	Gás Natural	RJ	N	621,193	100	2,04	1,08	Sazonal	540,0
Jorge Lacerda I	Carvão Mineral Nacional	SC	-	100,0	80	26,49	27,49	28,35	36,4
Jorge Lacerda II	Carvão Mineral Nacional	SC	-	132,0	83	9,25	18,67	43,80	65,8
Jorge Lacerda III	Carvão Mineral Nacional	SC	-	262,0	84	9,66	21,33	92,00	132,3
Jorge Lacerda IV	Carvão Mineral Nacional	SC	-	363,0	91	8,37	19,37	135,00	210,8
Juiz De Fora	Gás Natural	MG	N	87,048	100	5,87	3,89	0,00	40,3
Laranjeiras II	Gás Natural	SE	N	424,07	100	1,01	2,95	0,00	237,3
Litos 1	Gás Natural	RJ	N	2636,4	100	3,00	2,00	Sazonal	2339,2
Litos 2	Gás Natural	RJ	N	1318,2	100	3,00	2,00	Sazonal	1164,4
Litos 3	Gás Natural	RJ	N	660,0	100	3,00	2,00	Sazonal	579,9
Monte Fuji	Gás Natural	PE	S	617,5	100	2,00	2,30	Sazonal	510,1
Novo Tempo Barcarena II	Gás Natural	PA	N	607,99	100	1,10	2,05	0,00	421,1
Novo Tempo Barcarena III	Gás Natural	PA	N	418,25	100	1,10	2,05	0,00	285,3
Nova Piratininga	Gás Natural	SP	N	576,08	100	1,00	1,20	0,00	287,4
Porto De Sergipe III	Gás Natural	SE	N	336,6	100	2,50	1,50	Sazonal	280,2
Porto De Sergipe IV	Gás Natural	SE	S	617,5	100	2,00	2,30	Sazonal	510,4
Porto De Sergipe V	Gás Natural	SE	N	360,0	100	2,00	2,30	0,00	190,2
Porto De Sergipe VI	Gás Natural	SE	N	299,2	100	2,50	1,50	Sazonal	249,0
Portocem III	Gás Natural	CE	N	326,601	100	1,00	2,60	Sazonal	284,5
Portocém I	Gás Natural	CE	N	450,0	100	1,00	1,37	Sazonal	413,0
Portocém II	Gás Natural	CE	N	569,736	100	1,00	1,37	Sazonal	523,0
Pampa Sul 2	Carvão Mineral Nacional	RS	-	340,0	100	3,44	1,37	161,00	323,7
Ressurreição III	Gás Natural	PE	N	617,3	100	2,00	2,00	0,00	377,0
Seropédica	Gás Natural	RJ	N	385,9	100	7,02	2,04	0,00	179,4
Termopecém II	Gás Natural	CE	N	591,3	100	1,50	3,50	Sazonal	509,7
Termosuape	Gás Natural	PE	N	293,6	100	2,00	1,50	Sazonal	260,2
Trombudo	Gás Natural	SC	S	28,023	100	1,64	6,80	0,00	12,3
Tacaimbó I	Gás Natural	PE	N	263,435	100	2,00	3,33	Sazonal	163,4
Tacaimbó II	Gás Natural	PE	N	263,435	100	2,00	3,33	Sazonal	230,8
Termobahia	Gás Natural	BA	N	185,891	100	4,31	8,32	0,00	126,7
Termomacaé	Gás Natural	RJ	N	922,615	100	5,31	2,86	0,00	433,2
Termonorte II	Gás Natural	RO	N	357,16	72,68	1,70	1,92	Sazonal	212,9
Termopernambuco	Gás Natural	PE	N	550,0	100	5,25	11,98	Sazonal	366,2
Termopernambuco 2	Gás Natural	PE	N	1248,947	100	2,95	3,67	Sazonal	932,3
Termorio	Gás Natural	RJ	N	1058,3	100	4,11	4,70	0,00	697,7
Três Lagoas	Gás Natural	MS	N	385,819	100	10,78	4,74	0,00	174,9
Viana	Gás Natural	ES	N	187,4	100	3,80	5,23	35,96	106,0
Vale Azul II	Gás Natural	RJ	N	620,0	100	3,00	2,00	Sazonal	529,5
Vale Azul III	Gás Natural	RJ	N	620,0	100	3,00	2,00	Sazonal	529,5

ANEXO II

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS USINAS TERMELÉTRICAS COM CVU NÃO NULO, DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO de energia existente "A-5" DE 2021

Nome do Empreendimento	Combustível	UF	Opção p/ despacho antecipado	Potência Instalada (MW)	FCMAX (%)	TEIF (%)	IP (%)	Inflex. (MWmed)	Garantia Física (MWmed)
Araucária	Gás Natural	PR	N	483,5	100,0	3,68	10,92	0	212,8
Barra Bonita I	Gás Natural	PR	N	9,389	100,0	3,00	4,00	4,7	7,0
Bioenergia Bonfim	Gás Natural	SP	N	9,922	97,0	0,70	1,30	0	5,0
Candiota III	Carvão Mineral Nacional	RS	-	350,0	100,0	25,69	25,62	Sazonal	193,5
CT Uruguaiana DB	Gás Natural	RS	S	77,0	100,0	3,42	31,43	0	24,3
CT Uruguaiana	Gás Natural	RS	S	562,9	100,0	3,42	31,43	0	178,2
Cuiabá	Gás Natural	MT	N	529,2	90,71	9,43	21,46	Sazonal	217,1
Cubatão	Gás Natural	SP	N	249,9	100,0	8,65	11,35	0	162,5
Edf Norte Fluminense	Gás Natural	RJ	N	826,78	100,0	4,77	9,57	Sazonal	521,5
Fronteira	Gás Natural	MS	N	611,27	100,0	3,07	1,08	Sazonal	536,6
Fortaleza	Gás Natural	CE	S	326,601	100,0	2,11	4,63	Sazonal	245,1
Gna III	Gás Natural	RJ	N	1927,2	100,0	2,50	2,00	Sazonal	1449,6
Gna IV	Gás Natural	RJ	N	641,1	100,0	2,50	2,00	Sazonal	479,3
Gna V	Gás Natural	RJ	N	641,1	100,0	2,50	2,00	Sazonal	528,1

Governador Marcelo Deda I	Gás Natural	SE	N	608,89	100,0	1,10	2,05	0	348,6
Governador Marcelo Deda III	Gás Natural	SE	N	357,39	100,0	1,10	2,05	0	191,7
Geramar III	Gás Natural	MA	N	1782,519	100,0	2,00	2,30	Sazonal	1388,7
Imetame Energia I	Gás Natural	ES	S	1683,0	100,0	2,86	2,14	Sazonal	1382,2
Imetame Energia IA	Gás Natural	ES	S	641,0	100,0	2,86	2,14	Sazonal	523,9
Ibirité	Gás Natural	MG	N	226,0	100,0	1,22	5,16	0	145,1
Itacoatiara I	Gás Natural	AM	N	518,58	100,0	0,50	0,50	Sazonal	438,4
Jaci	Gás Natural	RJ	S	621,193	100,0	2,04	1,08	Sazonal	524,0
Jorge Lacerda I	Carvão Mineral Nacional	SC	-	100,0	80,0	26,49	27,49	28,35	36,1
Jorge Lacerda II	Carvão Mineral Nacional	SC	-	132,0	83,0	9,25	18,67	43,8	66,2
Jorge Lacerda III	Carvão Mineral Nacional	SC	-	262,0	84,0	9,66	21,33	92	132,5
Jorge Lacerda IV	Carvão Mineral Nacional	SC	-	363,0	91,0	8,37	19,37	135	210,7
Juiz De Fora	Gás Natural	MG	N	87,048	100,0	5,87	3,89	0	40,4
Laranjeiras II	Gás Natural	SE	N	424,07	100,0	1,01	2,95	0	234,1
Linhares	Gás Natural	ES	N	216,0	100,0	2,07	2,29	34,58	124,2
Linhares 2	Gás Natural	ES	N	204,002	100,0	1,50	3,50	Sazonal	99,9
Linhares III	Gás Natural	ES	N	102,001	100,0	1,50	3,50	Sazonal	49,7
Litos 1	Gás Natural	RJ	N	2636,4	100,0	3,00	2,00	Sazonal	2337,7
Litos 2	Gás Natural	RJ	N	1318,2	100,0	3,00	2,00	Sazonal	1165,4
Litos 3	Gás Natural	RJ	N	660,0	100,0	3,00	2,00	Sazonal	580,8
Monte Fuji	Gás Natural	PE	S	617,5	100,0	2,00	2,30	Sazonal	508,3
Novo Tempo Barcarena II	Gás Natural	PA	N	607,99	100,0	1,10	2,05	0	418,9
Novo Tempo Barcarena III	Gás Natural	PA	N	418,25	100,0	1,10	2,05	0	283,2
Nova Piratininga	Gás Natural	SP	N	576,08	100,0	1,00	1,20	0	288,6
Ouro Negro	Carvão Mineral Nacional	RS	-	600,0	100,0	7,00	8,00	150	511,4
Porto De Sergipe III	Gás Natural	SE	N	336,6	100,0	2,50	1,50	Sazonal	279,8
Porto De Sergipe IV	Gás Natural	SE	S	617,5	100,0	2,00	2,30	Sazonal	509,1
Porto De Sergipe V	Gás Natural	SE	N	360,0	100,0	2,00	2,30	0	189,9
Porto De Sergipe VI	Gás Natural	SE	N	299,2	100,0	2,50	1,50	Sazonal	249,0
Portocem III	Gás Natural	CE	N	1139,472	100,0	1,00	1,37	Sazonal	1048,2
Portocém I	Gás Natural	CE	N	450,0	100,0	1,00	1,37	Sazonal	414,1
Portocém II	Gás Natural	CE	N	569,736	100,0	1,00	1,37	Sazonal	524,6
Pampa Sul 2	Carvão Mineral Nacional	RS	-	340,0	100,0	3,44	1,37	161	323,8
Presidente Kennedy	Gás Natural	ES	N	575,1	100,0	2,00	2,30	Sazonal	519,6
Presidente Kennedy I	Gás Natural	ES	N	575,1	100,0	2,00	2,30	Sazonal	509,4
Ressurreição III	Gás Natural	PE	N	617,3	100,0	2,00	2,00	0	371,9
Santa Cruz Rolugi	Gás Natural	RJ	S	596,0	100,0	2,00	2,50	556	569,5
Santa Júlia I	Gás Natural	ES	N	325,754	100,0	0,10	0,10	22	206,7
Seropédica	Gás Natural	RJ	N	385,9	100,0	7,02	2,04	0	180,0
Termopecém II	Gás Natural	CE	N	591,3	100,0	1,50	3,50	Sazonal	510,7
Tacaimbó I	Gás Natural	PE	N	263,435	100,0	2,00	3,33	Sazonal	161,3
Tacaimbó II	Gás Natural	PE	N	263,435	100,0	2,00	3,33	Sazonal	230,6
Termobahia	Gás Natural	BA	N	185,891	100,0	4,31	8,32	0	124,7
Termomacaé	Gás Natural	RJ	N	922,615	100,0	5,31	2,86	0	435,3
Termonorte II	Gás Natural	RO	N	357,16	72,68	1,70	1,92	Sazonal	213,7
Termopernambuco	Gás Natural	PE	N	550,0	100,0	5,25	11,98	Sazonal	365,9
Termopernambuco 2	Gás Natural	PE	N	1248,9	100,00	3	3,67	Sazonal	931,4
Termorio	Gás Natural	RJ	N	1058,3	100,00	4	4,7	0	692,4
Três Lagoas	Gás Natural	MS	N	385,82	100,00	10,78	4,74	0	176,3
Viana	Gás Natural	ES	N	187,4	100,00	3,8	5,23	35,96	105,8
Vale Azul II	Gás Natural	RJ	N	620,0	100,00	3	2	Sazonal	530,1
Vale Azul III	Gás Natural	RJ	N	620,0	100,00	3	2	Sazonal	530,1

PORTARIA Nº 709, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001887/2021-81. Interessada: Solar Irapuru III Geração e Comercialização de Energia Elétrica SPE Sociedade Limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.487.746/0001-56. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Solar Irapuru VI, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.049055-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.853, de 30 de março de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.066, DE 1º DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.003285/2011-97. Interessado: Cinética Ibicaré Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Cinética Ibicaré Energia Ltda. a implantar e explorar a PCH Ibicaré, CEG PCH.PH.SC.035782-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 6.000 kW de potência instalada, localizada no município de Ibicaré, no estado de Santa Catarina. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.076, DE 1º DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005657/2020-19. Interessado: Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool. Objeto: Autorizar a Interessada a implantar e explorar a UTE UJU Bio, CEG UTE.AI.PR.051729-1.01., sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de potência instalada, localizada no município de Colorado, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.121, DE 1º DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001129/2021-63. Interessada: EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. Objeto: declara de utilidade pública, em favor da EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Estação Repetidora Aricanga, localizada no município de Aracruz, estado do Espírito Santo.A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.122, DE 1º DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.001130/2021-98 Interessado: EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para desapropriação, a área de terra que perfaz uma superfície de 225 (duzentos e vinte e cinco) metros quadrados necessária à implantação da Estação Repetidora Coqueiral, localizada no município de Aracruz, estado do Espírito Santo. A íntegra desta Resolução e seus anexos consta dos autos e estão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.123, DE 1º DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001132/2021-87. Interessada: EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. Objeto: declara de utilidade pública, em favor da EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Estação Repetidora São Luiz, e, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à implantação de estrada de acesso à Estação Repetidora São Luiz, localizadas no município de Santa Maria de Jetibá, estado do Espírito Santo. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.130, DE 1º DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.002155/2021-17. Interessado: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. Objeto: declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., a área de terra necessária à passagem de trecho da Linha de Distribuição 11,4 kV SMA - PEA. A íntegra desta Resolução e seus anexos consta dos autos e estão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.132, DE 1º DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL , com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005918/2020-92. Interessada Solaris Transmissão de Energia S.A. Objeto: Alteração da declaração de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, das áreas de terra necessárias à implantação da Linha de Transmissão 230 kV Janaúba 3 - Jaíba C1 e C2 e da Linha de Transmissão 345 kV Pirapora 2 - Três Marias C1, localizadas no estado de Minas Gerais . A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.135, DE 1º DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.005744/2020-68. Interessado: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Objeto: Estabelece as parcelas adicionais de Receita Anual Permitida - RAP referentes à operação e manutenção de instalações de transmissão transferidas a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf em função do seccionamento da Linha de Transmissão 500 kV Jardim - Camaçari II na SE Camaçari IV. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 1.528, DE 1º DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001298/2020-12, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE D em face do Auto de Infração nº 0001/2019-AGERGS/GPE-SFE, lavrado pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, especialmente para os fins de (i) manter as Não Conformidades NC.2 e NC.3, bem como a penalidade de multa no valor total de R$ 263.423,97 (duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e três reais e noventa e sete centavos), a ser recolhido conforme a legislação; e (ii) manter a Determinação DT.1, com prazo de 90 (noventa) dias para cumprimento, contados a partir da publicação desta Decisão.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 1.530, DE 1º DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001607/2015-97, decide por conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Engie Brasil Energia S.A., mantendo-se o teor da Resolução Autorizativa nº 9.188, de 2020, que alterou o prazo determinado na Resolução Autorizativa nº 5.584, de 2015, para conexão definitiva da Usina Termelétrica UTE - Pampa Sul na Subestação Candiota 2.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 1.531, DE 1º DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005024/2020-01, decido por conhecer do pedido de reconsideração apresentado pelo Deputado Federal José Antônio Dias Santos Medeiros e outros, interposto em face da Resolução Homologatória nº 2.856, de 22 de abril de 2021, para no mérito negar-lhe provimento.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 1.631, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.005023/2009-42, decide em atendimento ao Acórdão nº 4.529/2020-TCU-Plenário, encaminhar, ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério de Minas e Energia, o Voto condutor da presente decisão, a Nota Técnica nº 042/2021-SFG/SCG/ANEEL, o Memorando nº 74/2021-SRM/ANEEL, e seus anexos, e o Parecer nº 00128/2021/PFANEEL/PGF/AGU, informando que, com o advento da Lei nº 14.120, de 2021, ficam afastadas as penalidades administrativas relativas ao eventual descumprimento do Contrato de Energia de Reserva nº 126/2011.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Autorizativa 9.988/2021, de 18 de maio de 2021, constante no Processo n° 48500.002073/2021-64, publicada no Diário Oficial - DOU , de 24 de maio de 2021, Seção 1, página 59, onde se lê: " Resolução Autorizativa de 18 de janeiro de 2021", leia-se: " Resolução Autorizativa de 18 de maio de 2021.".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.620, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 48500.002774/2008-26. Interessado: Comvap Açúcar e Álcool Ltda. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da UTE COMVAP, cadastrada no CEG sob o nº UTE.AI.PI.029773-9.01. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHOS DE 8 DE JUNHO DE 2021

Nº 1.622. Processo nº 48500.001787/2021-55. Interessado: JPNR Negócios Corporativos Ltda. Decisão: registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFV indicadas no ANEXO I deste Despacho, localizadas no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

Nº 1.623. Processo nº 48500.001788/2021-08. Interessado: JPNR Negócios Corporativos Ltda. Decisão: registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFV indicadas no ANEXO I deste Despacho, localizadas no município de Birigui, estado de São Paulo.

Nº 1.624. Processo nº 48500.001790/2021-79. Interessado: JPNR Negócios Corporativos Ltda. Decisão: registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFV indicadas no ANEXO I deste Despacho, localizadas no município de São Gonçalo do Abaeté, estado de Minas Gerais.

Nº 1.625. Processo nº 48500.001797/2021-91. Interessado: JPNR Negócios Corporativos Ltda. Decisão: registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFV indicadas no ANEXO I deste Despacho, localizadas no município de Mineiros, estado de Goiás.

Nº 1.626. Processo nº 48500.001798/2021-35. Interessado: JPNR Negócios Corporativos Ltda. Decisão: registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFV indicadas no ANEXO I deste Despacho, localizadas no município de Barro Alto, estado de Goiás.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.627, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 48500.001049/2021-16. Interessado: Renobrax Energias Renováveis Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Canelões I, Canelões II, Canelões III, Canelões IV, Canelões IX, Canelões V, Canelões VI, Canelões VII, Canelões VIII, Canelões X, Canelões XI, localizadas no município de Santa Vitória do Palmar, no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra deste despacho e seus anexos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.606, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Processo nº: 48500.000242/2021-21. Interessadas: MEZ2 Energia Ltda. e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF. Decisão: estabelecer os valores devidos a MEZ2 Energia Ltda. e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF pela elaboração dos relatórios R4, com referência em maio de 2021, relativos ao estudo relatório R1 EPE-DEE-RE-062/2020-rev0 - "Estudo de Escoamento na Região Nordeste da Bahia", de novembro de 2020, utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo com a Resolução nº 594, de 2013, constantes da tabela anexa ao Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.621, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Processo nº: 48500.001419/2018-10 Interessada: Assú Transmissora de Energia S.A. - ASSÚ Decisão: (i) atestar a conformidade das características técnicas do projeto básico das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 05/2018-ANEEL, elaborado pela Assú Transmissora de Energia S.A. - ASSÚ em conformidade com as demais especificações e requisitos técnicos das instalações de transmissão descritas no Anexo I do Contrato de Concessão de Transmissão nº 05/2018-ANEEL. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 9 DE JUNHO DE 2021

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 10 de junho de 2021.

Nº 1.654. Processo nº: 48500.000644/2020-45. Interessados: CLWP Eólica Parque XII S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Campo Largo XII. Unidades Geradoras: UG10, de 4.200,00 kW. Localização: Município de Sento Sé, no estado da Bahia.

Nº 1.655. Processo nº: 48500.000645/2020-90. Interessados: CLWP Eólica Parque XIII S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Campo Largo XIII. Unidades Geradoras: UG5 e UG6, de 4.200,00 kW cada. Localização: Município de Sento Sé, no estado da Bahia.

Nº 1.656. Processo nº: 48500.001058/2019-84. Interessados: SPE Figueira Branca Energia S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Figueira Branca. Unidades Geradoras: UG3, de 3.550,00 kW. Localização: Município de Touros, no estado do Rio Grande do Norte.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 1.646, DE 8 DE JUNHO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659, de 18 de julho de 2017, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 635, de 2 de dezembro de 2014 e o que consta no Processo nº 48500.001344/2019-40, decide: (i) renovar o credenciamento da empresa Chronus Consultores S/S LTDA., CNPJ nº 24.126.652/0001-35 para a execução de avaliação dos ativos que compõem a base de remuneração das concessionárias de serviços de energia elétrica; e (ii) o presente credenciamento tem validade de 36 (trinta e seis) meses a partir da publicação deste despacho.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 1.637, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 3.925, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta dos Processos nº 48500.001596/2020-11, nº 48500.003012/2020-33 e nº 48500.003383/2020-15, decide: conhecer e, no mérito, negar provimento ao Requerimento Administrativo apresentado pela Go Energy Comercializadora de Energia Ltda. com vistas à alteração do índice de atualização monetária aplicado aos valores não pagos associados às penalidades por insuficiência de lastro de energia apuradas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, nas contabilizações dos meses de julho, agosto, setembro e novembro de 2019 e de janeiro e fevereiro de 2020, indicadas nos Termos de Notificação nº 1416/2019, nº 1599/2019, nº 1742/2019, nº 644/2020, nº 1.430/2020 e nº 1.889/2020, devendo ser mantido o índice contido no § 4º do art. 12 da Resolução nº 552, de 14 de outubro de 2002.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 175/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
870.479/2015-MINERAÇAO VISTA LINDA LTDA-QUARTZITO-LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA/BAHIA
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
870.479/2015-MINERAÇAO VISTA LINDA LTDA-LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA/BA - Guia n° 12/2021-15.996TONELADAS-QUARTZITO- Vigência da Guia:3 ANOS

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 147/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
830.566/2020-MINERAÇÃO S J TADEU LTDA ME- Cessionário:ANA MARIA SOARES DO PRADO 41281861634- CPF ou CNPJ 41.643.182/0001-04- Alvará n°4411/2020
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
830.423/2008-SCHERRER & CAMPOS LTDA- Área de 946,34 ha para 49,28 ha-AREIA (Uso Construção Civil).-ALPERCATA e GOVERNADOR VALADARES/MG
830.215/2011-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE- Área de 1993,13 ha para 49,66 ha.-Areia e Cascalho (construção civil).-João Pinheiro/MG
830.041/2017-CONSULTORIA TERRA VIVA LTDA- Área de 135,33 ha para 48,70 ha.-AREIA (uso Agregado de uso imediato na construção civil).-GOUVEIA/MG
830.707/2015-MARCUS VINICIUS VARGAS- Área de 986,78 ha para 710,13 ha.-QUARTZITO (uso ornamental e revestimento).-FRANCISCO DUMONT/MG
830.316/2012-BRAMAR COMÉRCIO EXTERIOR LTDA EPP- Área de 52,01 ha para 43,00 ha.-GRANITO (uso ornamental e revestimento).-PIAU/SANTOS DUMONT/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.423/2008-SCHERRER & CAMPOS LTDA-OF. N°16640/2021/UAGV - MG/GER - MG
834.266/2010-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE-OF. N°17183/2021/UAPM-MG/ANM.
834.264/2010-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE-OF. N°17157/2021/UAPM-MG/ANM.
832.763/2012-MARCELO LACERDA DE MESQUITA-OF. N°15954 e 15955/2021/DIREM-MG/ANM
831.172/2018-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-OF. N°16912/2021/DIREM-MG/ANM
830.239/2017-CONSTRUTORA MADEMA - EIRELI-OF. N°16418/2021/DIREM-MG/ANM
830.230/2017-STONE GOLD MINERAÇÃO EIRELI-OF. N°16892/2021/DIREM-MG/ANM
832.727/2016-GENIVAL CAVALCANTI DE SOUSA-OF. N°17122/2021/DIREM-MG/ANM
832.325/2016-COSTA E VITA LTDA ME-OF. N°16899/2021/DIREM-MG/ANM
832.107/2014-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME-OF. N°16414/2021/DIREM-MG/ANM
830.110/2014-MPC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°17307/2021/DIREM-MG/ANM
831.902/2013-MICAPEL-MINERACAO CAPAO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°17264/2021/DIREM-MG/ANM
832.853/2012-MICAPEL-MINERACAO CAPAO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°17266/2021/DIREM-MG/ANM
831.142/2012-MINAS PEROLA LTDA-OF. N°16410/2021/DIREM-MG/ANM
834.238/2011-MINERAÇÃO E AGROINDÚSTRIA FAZENDA DA PRAIA LTDA ME-OF. N°16863/2021/DIREM-MG/ANM
832.048/2010-MICAPEL-MINERACAO CAPAO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°16554/2021/DIREM-MG/ANM
Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)
830.643/2017-EPNA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA- Alvará N°1524/2018- DOU de 07/03/2018
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
831.359/2018-ODIN BRASIL MINERACAO LTDA.
831.358/2018-ODIN BRASIL MINERACAO LTDA.
831.356/2018-ODIN BRASIL MINERACAO LTDA.
830.245/2018-JOSÉ MAGALHÃES
830.166/2018-JOSÉ MAGALHÃES
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
831.357/2018-ODIN BRASIL MINERACAO LTDA. -Alvará N°1959/2020
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
830.669/2018-MINERACAO & TRANSPORTE ROSA DO VALE LTDA-AREIA (uso agregado para construção civil).-BELO VALE/MG
830.140/2018-JAPH COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE SAIBRO LTDA-AREIA (uso: agregado de uso imediato na construção civil).-PIAU/MG
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
832.727/2016-GENIVAL CAVALCANTI DE SOUSA- AI N°2006/2021/DIREM-MG/ANM - (Proc.Adm. 931.616/2021)
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
834.238/2011-MINERAÇÃO E AGROINDÚSTRIA FAZENDA DA PRAIA LTDA ME-ALVARÁ N°3759/2017
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
831.677/1986-KWG MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
830.943/2006-CERÂMICA MINEIRA LTDA.
Fase de Concessão de Lavra
Nega provimento a defesa apresentada(476)
008.774/1961-VALE S.A.
801.204/1975-VALE S.A.
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
008.774/1961-VALE S.A.- AI Nº 7671/2020 - Gerência Regional - MG - (Proc.Adm. 930.813/2020)
801.204/1975-VALE S.A.- AI Nº 7293/2020 - Gerência Regional - MG (Proc.Adm 930.750/2020)
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
001.995/1963-MINERACAO CONEMP LTDA-OF. N°17211/2021/DFMIM-MG/ANM
002.700/1936-FERRO + MINERAÇÃO S.A.-OF. N°16044/2021/DFMIM-MG/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
001.995/1963-MINERACAO CONEMP LTDA-OF. N°17214/2021/DFMIM-MG/ANM
001.834/1958-SETOVI MINERAÇÃO SA-OF. N°15485/2021/DFMIM-MG/ANM
002.700/1936-FERRO + MINERAÇÃO S.A.-OF. N°16047/2021/DFMIM-MG/ANM
833.409/2007-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°16069/2021/DFMIM-MG/ANM
830.551/1980-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO-OF. N°16804/2021/DFMIM-MG/ANM
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
001.834/1958-SETOVI MINERAÇÃO SA- AI N° 1747 - 1748 - 1749 /2021 - Proc.Adm. (931.472/2021 - 931.473/2021 - 931.474/2021)
833.409/2007-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA- AI N° 1838/2021/GER-MG/DFMIM-MG. - (Proc.Adm :931.514/2021)
830.551/1980-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO- AI N° 1972/2021/GER-MG/DFMIM-MG. - Proc.Adm. 931.584/2021)
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
830.414/2013-TRACAJA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-PIRANGA/MG - Guia n° 207/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-8.500 toneladas/ano-AREIA (uso imediato na construção civil)- Vigência da Guia:3 ANOS (á partir de sua publicação)
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
832.618/2016-VILSON DOS REIS RESENDE 05674074623-OF. N°17029/2021/UAGV-MG/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
830.632/2019-SUL COMERCIO & CONSTRUÇÃO EIRELI ME-OF. N°16725/2021/DFMNM-MG/ANM
Despacho publicado(756)
830.632/2019-SUL COMERCIO & CONSTRUÇÃO EIRELI ME-Nego o pedido de Servidão Minerária
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.083/2004-MINERAÇÃO BARATINHA S.A.-OF. N°17196/2021/DFMIM-MG/ANM
832.582/2016-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA-OF. N°17179/2021/DFMIM-MG/ANM
832.652/2013-GUILHERME DE SOUZA LIMA-OF. N°17178/2021/DFMIM-MG/ANM
830.584/1989-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. N°16016/2021/DFMIM-MG/ANM
830.500/2008-RIO PRESERV LTDA-OF. N°17176/2021/DFMIM-MG/ANM
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.868/2016-SPLENDOUR MINERACAO E TRANSPORTE LTDA-BOCAIÚVA/MG - Guia n° 200/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-QUARTZITO (uso rocha ornamental e revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da Emissão da Licença Ambiental
831.545/2012-AREAL JR LTDA-PASSA TEMPO/MG - Guia n° 201/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-50.000 toneladas/ano-AREIA (uso imediato na construção civil)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da Emissão da Licença Ambiental)

JANIO ALVES LEITE
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 125/2021

Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1730)
850.370/2016-JOSÉ VICENTE DA CRUZ PINHEIRO-OF. N°17400/2021/DIFAM-PA/ANM
850.369/2016-JOSÉ VICENTE DA CRUZ PINHEIRO-OF. N°17398/2021/DIFAM-PA/ANM
850.368/2016-JOSÉ VICENTE DA CRUZ PINHEIRO-OF. N°17394/2021/DIFAM-PA/ANM
850.532/2018-ROSINETE BENVINDO DA SILVA-OF. N°17381/2021/DIFAM-PA/ANM
850.575/2018-FRANCISCA PINHEIRO-OF. N°17378/2021/DIFAM-PA/ANM
850.574/2018-FRANCISCA PINHEIRO-OF. N°17374/2021/DIFAM-PA/ANM
850.573/2018-FRANCISCA PINHEIRO-OF. N°17373/2021/DIFAM-PA/ANM
850.581/2017-IRIS LUCIA DE SOUSA RODRIGUES-OF. N°17300/2021/DIFAM-PA/ANM
850.602/2005-NIVALDO MONTEIRO-OF. N°16557/2021/DIFAM-PA/ANM
850.603/2005-NIVALDO MONTEIRO-OF. N°16551/2021/DIFAM-PA/ANM
850.604/2005-NIVALDO MONTEIRO-OF. N°16545/2021/DIFAM-PA/ANM
850.132/2016-RAIMUNDO NONATO PONTES FERREIRA-OF. N°16276/2021/DIFAM-PA/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
850.604/2005-NIVALDO MONTEIRO-OF. N°3379/2021/DIFAM-PA/ANM
Auto de infração lavrado- Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(576)
850.132/2016-RAIMUNDO NONATO PONTES FERREIRA- AI N°1866/2021/DIFAM-PA/ANM
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Homologa desistência do requerimento de PLG(613)
850.835/2020-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS E MINERADORES SUSTENTA
Indefere por Interferencia Total(1339)
851.603/2020-ANTONIO DA SILVA PINTO

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 126/2021

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
850.253/2015-J C DA SILVA & CIA LTDA ME.-OF. N°17406/2021/DIFAM-PA/ANM
850.980/2018-R C CARDOSO INDUSTRIA EPP-OF. N°17337/2021/DIFAM-PA/ANM
851.024/2019-GN EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°17248/2021/DIFAM-PA/ANM
850.675/2019-PINHEIRO IND. E COM. DE CERAMICA LTDA-OF. N°17232/2021/DIFAM-PA/ANM
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
851.089/2014-JOÉLCIO CAMILO DA SILVA-OF. N°1771, 1772, 1773, e 1774/2020/DIFAM-PA/GER-PA
851.074/2014-ADEMIR CORDEIRO DE SOUZA-OF. N°1768, 1769 e 1770/2020/DIFAM-PA/GER-PA
850.908/2014-TAKASHI SHIMIZU-OF. N°1765, 1766, 1767/2020/DIFAM-PA/GER-PA

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 127/2021

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.569/2009-INDUSTRIA DE TIJOLOS BRASIL NOVO LTDA- Registro de Licença N° 035/2009 - Vencimento em 13/05/2024

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 128/2021

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
850.839/2007-NSA DA CONCEICAO PRODUCAO SERVICOS E COMERCIO DE-OF. N°16686/2021/DIFAM-PA/ANM

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 39/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
890.768/2013-CERAMICA FENIX EIRELI-AI N°2111/2021
890.686/2013-C. A. GOMES & PEREIRA INDUSTRIA E COM. DE ARGILA LTDA-AI N°2112/2021
890.351/2014-AREAL SAPUCAIA LTDA-AI N°2114/2021
890.149/2014-M. LILIA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-AI N°2116/2021
890.233/2014-PEDRA SUL EXTRAÇÃO E BRITAMENTO LTDA-AI N°2117/2021
890.059/2014-SANDRA M T TOLEDO NOGUEIRA CERÂMICA-AI N°2119/2021
890.065/2014-SANDRA M T TOLEDO NOGUEIRA CERÂMICA-AI N°2120/2021
890.071/2014-SANDRA M T TOLEDO NOGUEIRA CERÂMICA-AI N°2122/2021
890.375/2014-AREAL ESKEMA LTDA-AI N°2125/2021

RODRIGO STUTZ SALGUEIRO
Chefe do SEREM-RJ

DESPACHO
Relação nº 40/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
890.068/2015-PBM PARTICIPAÇÕES LTDA-AI N°2151/2021
890.141/2015-MRS DUTRA MARQUES LTDA-AI N°2152/2021
890.111/2015-MARCELO GUIMARAES ALZUGUIR-AI N°2153/2021
890.353/2015-JOCELI GOMES-AI N°2154/2021
890.345/2015-MARCIA LUSTOSA MACHADO-AI N°2155/2021
890.245/2014-BAYER S.A-AI N°2159/2021
890.126/2014-ENGELIDER CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-AI N°2161/2021
890.232/2014-BAYER S.A-AI N°2162/2021
890.204/2014-J.C. PEREIRA VALLE-AI N°2163/2021
890.380/2014-INDÚSTRIA CERÂMICA DO COLÉGIO LTDA-AI N°2164/2021
890.263/2014-AREAL PIRANEMA EIRELI-AI N°2165/2021
890.382/2014-CERAMICA UNIÃO DE CAMPOS LTDA-AI N°2166/2021
890.282/2014-COMAT MATERIAIS DE COSNTRUÇÃO LTDA-AI N°2168/2021

RODRIGO STUTZ SALGUEIRO
Chefe do SEREM-RJ

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 47/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.073/2019-MAURICIO PEREIRA DO NASCIMENTO
848.203/2019-EXATA ENGENHARIA LTDA
Não conhece requerimento protocolizado(270)
848.206/2019-EXATA ENGENHARIA LTDA
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(2067)
848.136/2018-CLÓVIS DE ARAÚJO OLIVEIRA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
848.149/2019-ART SUL MÁRMORES E GRANITOS LTDA- Cessionário:GRANITOS CALABREZ LTDA.- CPF ou CNPJ 03.885.129/0001- 12- Alvará n°4696/2019
848.195/2018-WALTER FERNANDES DE MIRANDA NETO- Cessionário:SARAH INDUSTRIA DE AGUA MINERAL LTDA- CPF ou CNPJ 41.759.065/0001- 00- Alvará n°7297/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.014/2005-EMPROGEO LTDA-OF. N°15771/2021/SEFAM-RN/ANM
848.052/2011-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°15738/2021/SEFAM-RN/ANM
848.024/2019-VULCANO EXPORT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO-OF. N°17403/2021/SEFAM-RN/ANM
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
848.071/2021-KALINA C DA SILVA BEZERRA PROJETOS MINERAIS LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
848.002/2021-ASTÉRIO ALVES DE ARAÚJO FILHO-OF. N°16751/2021/SEFAM-RN/ANM
848.205/2020-TASIA LEOCADIO DA SILVA-OF. N°17067/2021/SEFAM-RN/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
848.066/2021-DACOSTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 54/2021

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
848.167/2015-ESVALDO CONRADO DE LIMA ME-OF. N°112/2020/SEFAM-RN/GER-RN-DOU de 11/09/2020

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 203/2021

ASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Espólio de Laércio Ribeiro dos Santos (Ivani Torezane dos Santos, Willian Torezane Ribeiro, Wander Nilson Torezane dos Santos, João Vitor Torezane dos Santos) - 830518/2010 - Not. Adm. 3588A/2021- R$ 5.273,49.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 1 (MG)

DESPACHO
Relação nº 201/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Exigência - prazo para cumprimento: 60 (sessenta) dias (250): 831799/2017 - Marcelo Moreira de Melo Me. - Ofício nº 17912/2021/DIRAR-1/ANM - Juntar cópia da certidão de óbito de Marcelo Moreira de Melo.

WAGNARA ALVES RIBEIRO
Chefe de Divisão

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 3.936, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.870509/2021-57-C R X MINERACAO E TRANSPORTES EIRELI (Documento SEI: 2601372)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 3.937, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830704/2021-43-LEAO DE JUDA MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2601582)

JOTÁVIO BORGES GOMES

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48062.870718/2021-09-JOSE EURICO TEIXEIRA NETO (Documento SEI: 2601586)

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS

AUTORIZAÇÃO CPT-ANP Nº 328, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O COORDENADOR GERAL do CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 265, de 10 de setembro de 2020, e com base no disposto na Resolução ANP nº 804, de 20 de Dezembro de 2019, concede os registros aos produtos discriminados a seguir:

Nº DESPACHO	RAZÃO SOCIAL DO DETENTOR	CNPJ DO DETENTOR	MARCA COMERCIAL	PROCESSO	REGISTRO
1368355	PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S A	03.613.421/0001-86	TUTELA GI-M	48600.201434/2021-25	2871
1368533	ICONIC LUBRIFICANTES S.A.	05.524.572/0001-93	TEXACO 2T SUPER	48600.200271/2021-63	6011
1368270	PETROS-INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	34.883.214/0001-75	GULF MAX	48600.201329/2021-96	8524
1367194	PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S A	03.613.421/0001-86	TUTELA GI-MV	48600.204245/2020-23	12758
1373520	PDV BRASIL COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	04.780.146/0001-58	MOTO PREMIUM SL	48600.200129/2018-11	17969
1376356	PETROS-INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	34.883.214/0001-75	GULF SYNTRAC 4T	48600.201386/2021-75	17984

1362809	JSL DA CUNHA SOUZA AUTOMOTIVOS ME	28.213.513/0001-08	DRAGON 4T 20W50	48600.201217/2021-35	21008
1372989	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA	43.054.261/0001-05	KLÜBERALFA XZ 3-1	48600.201232/2021-83	21009
1373482	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	34.274.233/0001-02	LUBRAX EXTRA TURBO PRO	48600.201458/2021-84	21010
1374180	GOLD INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS INDUSTRIAIS EIRELI - ME	23.342.706/0001-37	GOLD LUBRIFICANTES 5W30 SINTÉTICO	48600.201309/2021-15	21011

ALEX RODRIGUES BRITO DE MEDEIROS

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 329, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.212484/2020-38, e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, CNPJ 02.709.449/0001-59, autorizada a pré-operar para efeito de testes e de comissionamento a Estação de Bombeamento de São Bernardo do Campo (ESBC) do Plano Diretor de Dutos I, onde haverá o recebimento de Petróleo através do duto OSSP P 12" e de GLP através do duto OSSP A 14", ambos provenientes do Terminal de Cubatão, e bombeamento de petróleo e de GLP por meio desses dutos para a RECAP.

Art. 2º A empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO deverá realizar os testes até o dia 27 de novembro de 2021.

Art. 3º A empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO deverá apresentar relatório das atividades desenvolvidas no período para a obtenção da Autorização de Operação definitiva.

Art. 4º Esta Autorização será cancelada caso não sejam mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga e caso seja descumprido o prazo para envio do relatório descrito no Art. 3° desta Autorização.

Art. 5º Fica revogada a Autorização ANP Nº 49 , de 25 de janeiro de 2021, publicada no DOU Nº 17 de 26 de janeiro de 2021.

Art. 6º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE

DESPACHO SSM-ANP Nº 581, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 06 de dezembro de 2007, considerando o que consta no processo nº 48610.209677/2021-92 e as incertezas quanto à integridade estrutural da instalação marítima Ocean Courage (SS-75), decorrentes da colisão com a aeronave OTF, modelo AW139, às 19:35 do dia 3 de junho de 2021, durante a realização de voo noturno, resolve:

Revogar a aprovação da Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à instalação marítima de perfuração Ocean Courage (SS-75) / Operador do Contrato: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) / Operador da Instalação: Brasdril Sociedade de Perfurações Ltda (Brasdril) / Contrato nº 48610.012961/2017-61, objeto do Despacho SSM-ANP Nº 367, de 5 de Abril de 2021.

RAPHAEL NEVES MOURA

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 330, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.006032/2017-13, resolve: autorizar a empresa LWART LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ nº 46.201.083/0007-73, a operar a instalação de coletor de óleo lubrificante usado ou contaminado, localizada a Av. Ingá, s/n, Quadra 43-A, Lote 09 - Jardim Progresso. Aparecida de Goiânia/GO. CEP: 74.911-430. [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -16:44:07,800; -49:15:14,100 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 91,62 m³.

TQ	Ø (m)	Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	2,54	6,00	30,54	IIIB	Horizontal Aéreo
02	2,54	6,00	30,54	IIIB	Horizontal Aéreo
03	2,54	6,00	30,54	IIIB	Horizontal Aéreo

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 331, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de OUTUBRO de 2014, e considerando o que consta no Processo nº 48610.209485/2021-86, resolve: autorizar a filial da empresa SETTA COMBUSTÍVEIS S/A - CNPJ nº 55.483.564/0013-58, a exercer a atividade de Distribuidor de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação

CEZAR CARAM ISSA

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 1.803, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Institui grupos de trabalho relativos às áreas de atuação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas sob a coordenação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 13, §§ 1º e 4º, do Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021, e na Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam instituídos grupos de trabalho temáticos, de caráter consultivo, relativos às áreas de atuação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas sob a coordenação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, de acordo com os §§ 1º e 4º do art. 13 do Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021.

Art. 2º São diretrizes a serem observadas pelos coordenadores e participantes dos grupos de trabalho instituídos por esta Portaria:

I - a integração e a coordenação das atividades com os demais grupos de trabalho da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, incluídos os que estarão sob a coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

II - o intercâmbio, a tempestividade e a transparência nos procedimentos, na comunicação e no compartilhamento de dados e de informações não sigilosas;

III - o zelo pela fidedignidade e pelo sigilo das informações tratadas e produzidas; e

IV - a intercomunicabilidade dos protocolos, formulários e demais insumos produzidos pelos grupos de trabalho, que deverão observar matriz mínima comum de dados.

Art. 3º São atribuições dos grupos de trabalho instituídos por esta Portaria:

I - definir o escopo de suas atividades gerais ou específicas e os respectivos agentes responsáveis por tais atividades;

II - estabelecer regras para seu funcionamento interno;

III - adotar cronogramas de execução das ações sob sua responsabilidade;

IV - providenciar a elaboração de protocolos, artefatos e insumos com vistas a alcançar os objetivos estabelecidos em cada área respectiva da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas;

V - apresentar planos e propostas para a gestão de eventuais recursos disponibilizados para a realização de suas atividades e entregas; e

VI - praticar outras atividades necessárias ao desenvolvimento de seus trabalhos.

Art. 4º Os integrantes dos grupos de trabalho instituídos por esta Portaria serão indicados pelos titulares das unidades que representam e designados pelo Secretário Nacional de Proteção Global.

§ 1º Os convidados permanentes serão indicados pelos órgãos que representam ou, no caso de especialistas, pelo Secretário Nacional de Proteção Global.

§ 2º Os grupos de trabalho poderão convidar, em caráter eventual, especialistas e representantes de outros órgãos e entidades públicas e privadas para acompanhar as reuniões e ou participar de suas atividades.

Art. 5º Os grupos de trabalho instituídos por esta Portaria se reunirão em caráter ordinário mensalmente e em caráter extraordinário sempre que convocados por seu coordenador.

§ 1º O quórum de reunião dos grupos de trabalho é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Além do voto ordinário, o coordenador dos grupos de trabalho terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º Os membros dos grupos de trabalho que se encontrem em outros entes federativos que não o Distrito Federal participarão das reuniões por meio de videoconferência.

§ 4º As convocações para reuniões especificarão o horário de início e o horário de término da reunião, período que não deverá ultrapassar duas horas.

Art. 6º A secretaria-executiva dos grupos de trabalho instituídos por esta Portaria será exercida pela Secretaria Nacional de Proteção Global.

Art. 7º A participação dos integrantes e convidados nos grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Grupo de Trabalho de Adoção Segura (GT-ADS)

Art. 8º O GT-ADS tem por finalidade definir critérios e desenvolver protocolos obrigatórios, entre outras providências, que evitem a adoção de crianças subtraídas ilegalmente do convívio familiar ou, ainda, que guardem pertinência temática com o tema do GT.

Art. 9º O GT-ADS será composto pelos seguintes integrantes e convidados permanentes:

I - integrantes:

a) um representante da Secretaria Nacional de Proteção Global, que o coordenará;

b) um representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

c) um representante da Secretaria Nacional da Família;

II - convidados permanentes:

a) um representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

b) um representante do Ministério da Cidadania;

c) dois membros do poder Judiciário;

d) um representante do Ministério Público; e

e) um Conselheiro Tutelar.

Grupo de Trabalho de Atendimento Psicossocial e Jurídico às Vítimas e aos Familiares (GT-AT)

Art. 10. O GT-AT tem por finalidade definir protocolos de atendimento psicossocial, jurídico e assistencial para famílias de desaparecidos e para pessoas encontradas.

Parágrafo único. O GT-AT poderá definir protocolos de atendimento de outra natureza, a partir de deliberação do próprio Grupo.

Art. 11. O GT-AT será composto pelos seguintes integrantes e convidados permanentes:

I - integrantes:

a) um representante da Secretaria Nacional de Proteção Global, que o coordenará;

b) três representantes da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres; e

c) um representante da Secretaria Nacional da Família;

II - convidados permanentes:

a) dois representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

b) um representante do Ministério da Cidadania;

c) um membro do Poder Judiciário;

d) um membro do Ministério Público;

e) um Conselheiro Tutelar;

f) um representante do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social;

g) um representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social;

h) um representante do Comitê Internacional da Cruz Vermelha; e

i) um representante da sociedade civil com notória atuação junto a movimento de pessoas em situação de rua.

Grupo de Trabalho de Capacitação e Educação em Direitos Humanos (GT-CEDH)

Art. 12. O GT-CEDH tem por finalidade:

I - estabelecer regras que orientem a criação de cursos de capacitação para servidores públicos de diversas áreas na temática da Busca de Pessoas Desaparecidas; e

II - buscar meios de introduzir a temática na formação de estudantes, servidores públicos e empregados de empresas privadas, especialmente com vistas a aumentar a atenção da população para casos de ausências continuadas, no ambiente escolar ou laboral, que possam configurar desaparecimentos de pessoas.

Art. 13. O GT-CEDH será composto pelos seguintes integrantes e convidados permanentes:

I - integrantes:

a) dois representantes da Secretaria Nacional de Proteção Global, um dos quais o coordenará;

b) três representantes da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres; e

c) um representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - convidados permanentes:

a) dois representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

b) dois representantes do Ministério da Cidadania;

c) um representante do Ministério da Saúde;

d) um representante da Escola Nacional de Administração Pública;

e) dois membros do Poder Judiciário;

f) um membro do Ministério Público;

g) um defensor público; e

h) três especialistas com notório conhecimento na área.

Grupo de Trabalho de Óbitos e Cemitérios (GT-OC)

Art. 14. O GT-OC tem por finalidade sugerir melhorias no modelo e no preenchimento de declaração de óbito, bem como no regramento aplicável a cemitérios, de modo a garantir que nenhum cadáver seja enterrado sem a devida caracterização que permita sua identificação, mesmo que posterior, e de modo que os cemitérios brasileiros sejam devidamente regulados e fiscalizados, em especial com vistas a eliminar a existência de cemitérios ilegais, que facilitam a inumação de pessoas sem qualquer informação sobre características que permitam identificação posterior.

Art. 15. O GT-OC será composto pelos seguintes integrantes e convidados permanentes:

I - integrantes:

a) dois representantes da Secretaria Nacional de Proteção Global, um dos quais o coordenará;

II - convidados permanentes:

a) um representante do Ministério da Justiça;

b) um representante do Ministério da Saúde;

c) um membro do Poder Judiciário;

d) dois membros do Ministério Público;

e) um representante do Conselho Nacional dos Dirigentes de Polícia Científica;

f) um representante do Conselho Nacional dos Dirigentes de Órgãos de Identificação Civil e Criminal; e

g) dois especialistas com notório conhecimento na área.

Grupo de Trabalho de Registro Civil (GT-RC)

Art. 16. O GT-RC tem por finalidade analisar todos os aspectos do registro e da identificação civil que possam guardar relação com o tema da Busca de Pessoas Desaparecidas, a partir do que poderão ser criados protocolos-padrão e sugerida a edição de normas, entre outras atividades.

§ 1º O GT-RC considerará todos os esforços, atuais e passados, levados a cabo por instituições públicas no sentido de modernizar e padronizar as regras para o registro e para a identificação civil, bem como buscará estabelecer marco legal atinente à evolução do tema.

§ 2º O GT-RC terá por objetivo permanente a eliminação do sub-registro no Brasil.

Art. 17. O GT-RC será composto pelos seguintes integrantes e convidados permanentes:

I - integrantes:

a) dois representantes da Secretaria Nacional de Proteção Global, um dos quais o coordenará; e

b) um representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - convidados permanentes:

a) dois representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

b) um representante do Ministério da Saúde;

c) um representante do Ministério da Cidadania;

d) um representante da Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República;

e) dois membros do Poder Judiciário;

f) um membro do Ministério Público;

g) um defensor público;

h) um representante do Tribunal Superior Eleitoral;

i) um representante da Corregedoria Nacional de Justiça;

j) um representante do Conselho Nacional dos Dirigentes de Polícia Científica;

k) um representante do Conselho Nacional dos Dirigentes de Órgãos de Identificação Civil e Criminal; e

l) seis especialistas com notório conhecimento na área.

Grupo de Trabalho de Aperfeiçoamento Normativo (GT-ANOR)

Art. 18. O GT-ANOR tem por finalidade sugerir legislação que complemente e ou altere o regramento atual sobre a Busca de Pessoas Desaparecidas, com vistas a potencializar o impacto das medidas tomadas na área.

Art. 19. O GT-ANOR será composto pelos seguintes integrantes e convidados permanentes:

I - integrantes:

a) um representante da Secretaria Nacional de Proteção Global, que o coordenará;

b) um representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

c) um representante da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;

II - convidados permanentes:

a) cinco representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

b) um representante do Ministério da Saúde;

c) um representante do Ministério da Cidadania;

d) um membro do Poder Judiciário;

e) dois membros do Ministério Público; e

f) um especialista no combate ao desaparecimento de pessoas.

Disposições finais

Art. 20. Os grupos de trabalho instituídos por esta Portaria terão duração até 31 de julho de 2022.

Parágrafo único. Os relatórios finais das atividades dos grupos de trabalho serão encaminhados à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Art. 21. A edição desta Portaria não prejudica os atos referentes à Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas já praticados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Art. 22. Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de julho de 2021.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 1.158, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a Estados e Município

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 510, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 471, de 17 de março de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI 25000.077668/2021-17, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios, no montante de R$ 3.059.020,80 (três milhões, cinquenta e nove mil, vinte reais e oitenta centavos), conforme Anexo.

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria correspondem ao mês de maio de 2021.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVC0 - Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	TIPO DE ESTABELECIMENTO	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COD. 28.06	VALOR TOTAL (30 DIAS)
AM	130190	ITACOATIARA	HOSPITAL REGIONAL JOSE MENDES	2016923	HOSPITAL	MUNICIPAL	142112	6	R$ 86.169,60
AM Total								6	R$ 86.169,60
BA	290100	AMARGOSA	HOSPITAL MUNICIPAL DE AMARGOSA	2414244	HOSPITAL	MUNICIPAL	143961	1	R$ 14.361,60
BA	293030	SERRA DOURADA	HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO DE SOUZA FAGUNDES	4032594	HOSPITAL	MUNICIPAL	144186	2	R$ 28.723,20
BA	291070	EUCLIDES DA CUNHA	HOSPITAL PORTUGUES UNID ANTONIO CARLOS MAGALHAES	2401231	HOSPITAL	MUNICIPAL	144195	5	R$ 71.808,00
BA	292740	SALVADOR	UNIDADE DE SUPORTE VENTILATORIO DE VALERIA	0548111	HOSPITAL	MUNICIPAL	144342	10	R$ 143.616,00
BA	292740	SALVADOR	SUPORTE VENTILATORIO PULMONAR VALE DOS BARRIS	0622222	HOSPITAL	MUNICIPAL	144343	10	R$ 143.616,00
BA	292265	NORDESTINA	HOSPITAL MUNICIPAL DR OTTO ALENCAR	3358860	HOSPITAL	MUNICIPAL	143989	2	R$ 28.723,20
BA Total								30	R$ 430.848,00
CE	231010	PALMACIA	UNIDADE MISTA DE SAUDE VIRGINIA RODRIGUES SIMPLICIO	2664283	UNIDADE MISTA	MUNICIPAL	143405	2	R$ 28.723,20
CE	230210	BATURITE	UMPA UNIDADE MUNICIPAL DE PRONTO ATENDIMENTO	6619908	PRONTO SOCORRO	MUNICIPAL	143981	3	R$ 43.084,80
CE	230220	BEBERIBE	HOSPITAL MUNICIPAL MONSENHOR DOURADO	2372819	HOSPITAL	MUNICIPAL	144274	3	R$ 43.084,80
CE Total								8	R$ 114.892,80
GO	520025	AGUAS LINDAS DE GOIAS	HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	2442728	HOSPITAL	MUNICIPAL	142354	15	R$ 215.424,00
GO Total								15	R$ 215.424,00

MA	211130	SÃO LUIS	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 DE SAO LUIS	0154369	HOSPITAL	ESTADUAL	144164	10	R$ 143.616,00
MA	210290	CARUTAPERA	HOSPITAL REGIONAL DE CARUTAPERA	2463784	HOSPITAL	ESTADUAL	144183	1	R$ 14.361,60
MA Total								11	R$ 157.977,60
MG	310730	BOCAIUVA	HOSPITAL MUNICIPAL DE BOCAIUVA	2119471	HOSPITAL	MUNICIPAL	141792	6	R$ 86.169,60
MG Total								6	R$ 86.169,60
MT	510560	MATUPA	HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPA	2391724	HOSPITAL	MUNICIPAL	142685	2	R$ 28.723,20
MT	510785	SÃO FELIX DO ARAGUAIA	HOSPITAL MUNICIPAL PREFEITO JOAO ABREU LUZ	2604426	HOSPITAL	MUNICIPAL	142690	2	R$ 28.723,20
MT	510790	SINOP	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19	0218669	HOSPITAL	MUNICIPAL	144285	1	R$ 14.361,60
MT	510020	ÁGUA BOA	HOSPITAL REGIONAL DE AGUA BOA	2473046	HOSPITAL	MUNICIPAL	144410	6	R$ 86.169,60
MT	510025	ALTA FLORESTA	HOSPITAL REGIONAL DE ALTA FLORESTA ALBERT SABIN	2471345	HOSPITAL	ESTADUAL	144412	7	R$ 100.531,20
MT	510320	COLIDER	HOSPITAL REGIONAL DE COLIDER	2392410	HOSPITAL	ESTADUAL	144413	6	R$ 86.169,60
MT	510340	CUIABÁ	HOSPITAL ESTADUAL SANTA CASA	9841903	HOSPITAL	ESTADUAL	144414	2	R$ 28.723,20
MT	510760	RONDONOPOLIS	HOSPITAL REG IRMA ELZA GIOVANELLA	2604434	HOSPITAL	ESTADUAL	144415	1	R$ 14.361,60
MT	510792	SORRISO	HOSPITAL REGIONAL DE SORRISO	2795655	HOSPITAL	ESTADUAL	144416	4	R$ 57.446,40
MT Total								31	R$ 445.209,60
PA	150810	TUCURUI	HOSPITAL MUNICIPAL DE TUCURUI	2621649	HOSPITAL	MUNICIPAL	143328	5	R$ 71.808,00
PA	150563	PIÇARRA	UNIDADE MISTA DE SAUDE DE PICARRA	2622491	UNIDADE MISTA	ESTADUAL	144405	1	R$ 14.361,60
PA Total								6	R$ 86.169,60
PB	251230	PRINCESA ISABEL	HOSPITAL DEPUTADO JOSE PEREIRA LIMA	2321637	UNIDADE MISTA	MUNICIPAL	143914	5	R$ 71.808,00
PB Total								5	R$ 71.808,00
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	HOSPITAL SAO FRANCISCO	2666731	HOSPITAL	MUNICIPAL	142394	2	R$ 28.723,20
PR Total								2	R$ 28.723,20
RN	240810	NATAL	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 SMS NATAL RN	0104515	HOSPITAL DE CAMPANHA	MUNICIPAL	142929	17	R$ 244.147,20
RN	240810	NATAL	HOSPITAL MUNICIPAL NATAL SUL	0677477	HOSPITAL	MUNICIPAL	144490	4	R$ 57.446,40
RN Total								21	R$ 301.593,60
SP	355220	SOROCABA	HOSPITAL DE CAMPANHA CENTRO DE TRANSICAO E ESTABILIZACAO COV	0605107	HOSPITAL	MUNICIPAL	142401	5	R$ 71.808,00
SP	352440	JACAREI	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 JACAREI	0134163	HOSPITAL	MUNICIPAL	143011	10	R$ 143.616,00
SP	350170	AMERICO BRASILIENSE	UNIDADE HOSPITALAR DR JOSE NIGRO NETO AMERICO BRASILIENSE	2090171	UNIDADE MISTA	MUNICIPAL	143794	5	R$ 71.808,00
SP	354390	RIO CLARO	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 RIO CLARO	0302961	HOSPITAL DE CAMPANHA	MUNICIPAL	144095	6	R$ 86.169,60
SP	350900	CAIEIRAS	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 CAIEIRAS	0110310	HOSPITAL DE CAMPANHA	MUNICIPAL	140617	5	R$ 71.808,00
SP	353440	OSASCO	PS JOSE IBRAHIN	7682581	PRONTO SOCORRO	MUNICIPAL	143621	21	R$ 301.593,60
SP	350570	BARUERI	PRONTO SOCORRO MUNICIPAL JOSE AGOSTINHO DOS SANTOS	2024373	PRONTO SOCORRO	MUNICIPAL	143643	10	R$ 143.616,00
SP	350570	BARUERI	PS E MATERNIDADE NAIR FONSECA LEITAO ARANTES	2082209	PRONTO SOCORRO	MUNICIPAL	143660	7	R$ 100.531,20
SP	353730	PENAPOLIS	SANTA CASA DE PENAPOLIS	2078503	HOSPITAL	MUNICIPAL	144149	3	R$ 43.084,80
SP Total								72	R$ 1.034.035,20
TOTAL GERAL								213	R$ 3.059.020,80

PORTARIA GM/MS Nº 1.162, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Prorroga e altera a Portaria GM/MS nº 3.290, de 4 de dezembro de 2020, para incluir representante no Comitê Técnico para o acompanhamento das ações relativas à vacina AZD 1222/ChAdOx1 n-CoV19 contra a Covid19, decorrentes da Encomenda Tecnológica firmada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a empresa AstraZeneca

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 10.697, de 10 de maio de 2021, que, entre alterações, criou a Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19; e

Considerando os encaminhamentos da 6ª Reunião Ordinária do Comitê Técnico para o acompanhamento das ações relativas à vacina AZD 1222/ChAdOx1 n-CoV19 contra a Covid-19, realizada em 21 de maio de 2021, que deliberou quanto à necessidade de prosseguimento das ações de acompanhamento relativas à vacina AZD 1222/ChAdOx1 n-CoV19, no âmbito da Encomenda Tecnológica do Comitê Técnico, em conformidade com o art. 5º da Portaria GM/MS nº 3.290, de 4 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 180 (cento e oitenta) dias o prazo de duração do Comitê Técnico para o acompanhamento das ações relativas à vacina AZD 1222/ChAdOx1 n-CoV19 contra a Covid-19, decorrentes da Encomenda Tecnológica firmada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a empresa AstraZeneca.

Art. 2º O art. 3º da Portaria GM/MS nº 3.290, de 4 de dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 3º .....

.....

V - Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

PORTARIA GM/MS Nº 1.185, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Institui a Política de Gestão de Riscos no âmbito do Ministério da Saúde (PGR/MS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição e tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.203, de 22 novembro de 2017, no Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, e na Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Instituir a Política de Gestão de Riscos do Ministério da Saúde - PGR/MS, estabelecendo objetivos, princípios, responsabilidades e competências a serem observados no âmbito desse Ministério, em todos os processos organizacionais, incluindo o planejamento estratégico e todos os processos de gestão de projetos e gestão de mudanças.

OBJETIVOS DA POLÍTICA

Art. 2º São objetivos desta Política de Gestão de Riscos:

I - subsidiar a tomada de decisão para o alcance dos objetivos institucionais; e

II - fortalecer os controles internos da gestão, contribuindo para a melhoria dos processos e do desempenho institucional.

Art. 3º A PGR/MS, seus planos, metodologias, guias e procedimentos são aplicáveis a todas as Unidades da estrutura deste Ministério, abrangendo todos os colaboradores e aqueles que, de alguma forma, desempenham atividades no Órgão.

Art. 4º Para efeito desta Política de Gestão de Riscos, entende-se por:

I - Apetite a risco: nível de risco que uma organização está disposta a aceitar na busca de seus objetivos;

II - Controles internos da gestão: conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos e rotinas destinados a evitar, mitigar, transferir, compartilhar ou aceitar os riscos e a oferecer segurança razoável para a consecução da missão da organização;

III - Gerenciamento de riscos: processo destinado a identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar os potenciais eventos ou situações que possam impactar o alcance dos objetivos da instituição;

IV - Gestão de riscos: processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que sistematiza, estrutura e coordena as atividades de gerenciamento de riscos da organização;

V - Plano de Gestão de Riscos: documento que aborda os processos definidos como prioritários para o gerenciamento de riscos no período subsequente;

VI - Plano de Respostas aos Riscos: documento que contém o conjunto de ações necessárias para adequar os níveis de riscos de determinado processo, considerando o custo-benefício da implantação dos controles; e

VII - Risco: possibilidade de ocorrência de um evento que poderá impactar o cumprimento dos objetivos institucionais.

Art. 5º A gestão de riscos do Ministério da Saúde observará os seguintes princípios:

I - estar alinhada com os objetivos institucionais do planejamento estratégico;

II - ser aderente às boas práticas de governança, à integridade e à inovação;

III - abordar explicitamente a incerteza, com vistas à melhoria contínua dos processos, observada a relação custo-benefício da implantação dos controles;

IV - estar amparada no apetite a riscos declarados pela alta administração;

V - agregar valor e proteger o ambiente interno do Ministério;

VI - ser parte integrante dos processos organizacionais e das políticas públicas do Ministério da Saúde;

VII - adotar os planos, metodologias e ferramentas definidos pela instituição;

VIII - ser sistemática, estruturada e oportuna;

IX - ser baseada nas melhores informações disponíveis;

X - ser compatível com a natureza, a complexidade e a relevância dos riscos dos projetos estratégicos e processos organizacionais;

XI - ser realizada de forma contínua; e

XII - considerar os valores humanos e culturais da instituição.

DA ESTRUTURA

Art. 6º A estrutura de governança da gestão de riscos do MS será composta por:

I - Comitê Interno de Governança (CIG): composto pelo Ministro de Estado do Ministério da Saúde, pelo Secretário Executivo e pelos titulares das demais Secretarias, conforme Portaria GM/MS nº 870, de 3 de maio de 2021;

II - Comitê de Gestão de Riscos (CGR): composto por representantes das Secretarias, indicados pelos Secretários das pastas, com cargo de Direção e Assessoramento Superior (DAS) 5 ou equivalente, que tenham conhecimento em gestão de riscos e autonomia para a tomada de decisão;

III - Unidade de Gestão de Riscos e Integridade (UGRI): composta, em cada Secretaria e Superintendência Estadual do Ministério da Saúde (SEMS), por profissionais com conhecimento em gestão de riscos que serão vinculados, hierarquicamente, às Unidades Organizacionais e, tecnicamente, à Diretoria de Integridade (DINTEG); e

IV - Gestor de Processo (GP): responsável direto por determinado processo, inclusive pelo seu gerenciamento de riscos.

§ 1º Os titulares das Secretarias são responsáveis pelos processos e pelo gerenciamento dos riscos de sua Unidade.

§ 2º Ao menos 1 (um) integrante da UGRI deverá ter dedicação exclusiva para atuação em gestão de riscos.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 7º Ao Comitê Interno de Governança (CIG), compete:

I - assegurar o alinhamento da gestão de riscos com os objetivos do planejamento estratégico institucional;

II - aprovar a Política e o Plano de Gestão de Riscos;

III - definir o apetite a riscos e deliberar sobre as propostas de alteração dos níveis de exposição a riscos que possam impactar o alcance dos objetivos institucionais;

IV - assegurar que as informações relevantes sobre gestão de riscos estejam disponíveis para subsidiar a tomada de decisão;

V - assegurar a utilização de mecanismos de comunicação e de institucionalização da gestão de riscos;

VI - deliberar sobre o resultado da avaliação de desempenho institucional da gestão de riscos;

VII - assegurar a realização de ações que incentivem e promovam a cultura e a capacitação na gestão de riscos; e

VII - assegurar alocação dos recursos necessários à gestão de riscos.

Art. 8º Ao Comitê de Gestão de Riscos (CGR), compete:

I - promover o alinhamento da gestão de riscos com os objetivos do planejamento estratégico institucional;

II - avaliar as propostas de Política de Gestão de Riscos para submetê-la ao CIG;

III - aprovar a Metodologia de Gestão de Riscos;

IV - avaliar o Plano de Gestão de Riscos consolidado pela DINTEG e definir quais processos serão sugeridos ao CIG para integrar o Plano;

V - manifestar sobre o apetite a risco e sobre as propostas de alteração dos níveis de exposição a riscos recebidos das UGRI, para submetê-los aos CIG;

VI - comunicar ao CIG, informações relevantes sobre a gestão de riscos para subsidiar o processo de tomada de decisão;

VII - aprovar mecanismos de comunicação da gestão de riscos;

VIII- aprovar os Planos de Respostas aos Riscos;

IX - analisar o relatório de avaliação de desempenho institucional da gestão de riscos e submetê-lo ao CIG; e

X - apoiar as ações que incentivem e promovam a cultura e a capacitação em gestão de riscos.

Art. 9º À Unidade de Gestão de Riscos e Integridade (UGRI), compete:

I - coordenar o gerenciamento de riscos dos processos de sua Unidade Organizacional;

II - assegurar o alinhamento do processo de gerenciamento de riscos da sua Unidade Organizacional com os objetivos do planejamento estratégico institucional;

III - apoiar e monitorar o processo de gerenciamento de riscos da sua Unidade Organizacional;

IV - consolidar as informações apresentadas pelos Gestores de Processos e propor os processos prioritários de sua Unidade Organizacional que poderão compor o Plano de Gestão de Riscos;

V - assegurar o cumprimento do apetite a risco definido e submeter as propostas de alteração dos níveis de exposição a riscos ao titular da Unidade Organizacional;

VI - comunicar, ao titular da Unidade Organizacional, as informações relevantes sobre a gestão de riscos para subsidiar o processo de tomada de decisão;

VII - avaliar os Planos de Respostas aos Riscos elaborados pelos Gestores de Processos, submetê-los ao titular da Unidade Organizacional para aprovação e encaminhá-los à DINTEG;

VIII - analisar e emitir opinião sobre os Relatórios de Gestão de Riscos elaborados pelos Gestores de Processos, submetê-los ao titular da Unidade Organizacional e encaminhá-los à DINTEG;

IX - apoiar a cultura e as ações de capacitação em gestão de riscos; e

X - atuar na articulação com os Gestores de Processos e com as demais Unidades responsáveis pela gestão de riscos no MS.

Art. 10. Ao Gestor de Processos (GP), compete:

I - alinhar o processo de gerenciamento de riscos com os objetivos do planejamento estratégico institucional;

II - aplicar a Metodologia e utilizar as ferramentas da gestão de riscos nos processos sob sua responsabilidade;

III - selecionar os processos sob sua responsabilidade que devam ter os riscos gerenciados e tratados com prioridade e propor sua inclusão no Plano de Gestão de Riscos;

IV - observar o apetite a risco definido e propor alterações dos níveis de exposição a riscos, quando for o caso;

V - gerar e comunicar à UGRI, informações relevantes sobre a gestão de riscos para subsidiar o processo de tomada de decisão;

VI - elaborar o Plano de Resposta aos Riscos dos processos sob sua responsabilidade;

VII - avaliar os resultados da execução dos Planos de Resposta aos Riscos;

VIII - elaborar os Relatórios de Gestão de Riscos dos processos sob sua responsabilidade e encaminhar à UGRI para análise;

IX - estimular a cultura e a capacitação em gestão de riscos; e

X - averiguar, ao longo do tempo, se os riscos de seus processos estão em níveis aceitáveis, considerando os controles implementados.

Art. 11. À Diretoria de Integridade (DINTEG), compete:

I - supervisionar o alinhamento da gestão de riscos com os objetivos do planejamento estratégico institucional;

II - propor Política, Metodologia e normas para a gestão de riscos;

III - apoiar e assessorar as UGRI no processo de gerenciamento de riscos das suas Unidades Organizacionais;

IV - consolidar as informações apresentadas pelas UGRI para subsidiar a elaboração da proposta do Plano de Gestão de Riscos e sugerir ajustes, se for o caso;

V - contribuir com a definição de apetite ao risco e monitorar as propostas de alteração dos níveis de exposição a riscos das Unidades Organizacionais;

VI - propor mecanismos de comunicação e de institucionalização da gestão de riscos;

VII - consolidar e comunicar, ao CGR e ao CIG, as informações relevantes sobre a gestão de riscos para subsidiar o processo de tomada de decisão;

VIII - manifestar sobre os Planos de Respostas aos Riscos das Unidades Organizacionais, encaminhando ao CGR para análise e aprovação;

IX - acompanhar a implementação dos Planos de Respostas aos Riscos e comunicar o seu estágio de execução ao CGR;

X - elaborar, anualmente, o relatório de avaliação de desempenho institucional da gestão de riscos e submetê-lo ao CGR;

XI - promover a cultura e as ações de capacitação em gestão de riscos;

XII - acompanhar o resultado da gestão de riscos e propor os encaminhamentos necessários;

XIII - apoiar a implantação e melhoria contínua do processo de gerenciamento de riscos; e

XIV - assessorar tecnicamente o Comitê Interno de Governança e o Comitê de Gestão de Riscos.

§ 1º A DINTEG é dotada de autonomia para solicitar, às Unidades do Ministério da Saúde, documentos e informações necessárias à execução de suas atividades;

§ 2º A DINTEG poderá promover outras ações relacionadas à implementação da gestão de riscos em conjunto com Unidades do Ministério da Saúde, resguardados os princípios de independência e autonomia na forma de atuação.

Art. 12. Ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS), compete:

I - avaliar, de forma independente, a gestão de riscos do MS;

II - avaliar o alinhamento da gestão de riscos com os objetivos do planejamento estratégico institucional; e

III - subsidiar as áreas técnicas com os resultados das auditorias, de forma a auxiliar na seleção de processos prioritários para o gerenciamento de riscos.

DO FUNCIONAMENTO DO COMITÊ DE GESTÃO DE RISCOS (CGR)

Art. 13. O CGR-MS será coordenado pelo representante da Secretaria Executiva, que em seus impedimentos legais será representado pelo seu substituto legal.

§ 1º Os titulares indicados para compor o CGR-MS terão como suplentes seus substitutos legais em suas respectivas Secretarias.

§ 2º A secretaria executiva do CGR-MS será exercida pela Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, que será responsável pela pauta das reuniões técnicas, prestará apoio administrativo e logístico aos trabalhos do CGR/MS.

Art. 14. O CGR-MS reunir-se-á, em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, quando convocado pelo seu Coordenador, sempre que necessário.

§ 1º O quórum para a reunião do CGR-MS é de maioria simples dos membros e o quórum de aprovação é de maioria dos presentes.

§ 2º As atas e resoluções do CGR-MS serão disponibilizadas em sítio eletrônico do Ministério da Saúde, ressalvado o conteúdo sujeito a sigilo ou restrição de acesso, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 3º Os membros do CGR-MS que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 15. A participação no CGR-MS será considerada prestação de serviço público relevante não remunerada.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. A implantação e implementação desta Política será realizada de forma gradual e continuada no âmbito do MS e das Unidades do Ministério da Saúde.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Fica revogada a Portaria GM/MS nº 1.822, de 20 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 139, de 21 de julho de 2017, Seção 1, página 163, que trata do tema de gestão de riscos.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

PORTARIA GM/MS Nº 1.186, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 510, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 471, de 17 de março de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI 25000.082962/2021-32, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios, no montante de R$ 244.147,20 (duzentos e quarenta e quatro mil, cento e quarenta e sete reais e vinte centavos), conforme Anexo.

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria correspondem ao mês de junho de 2021.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Municipais de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVC0 - Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - CÓD. 28.06	VALOR TOTAL
BA	292870	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	UPA 24 HORAS ANTONIO REGINALDO FERNANDES DOS SANTOS	0156132	MUNICIPAL	141464	2	R$ 28.723,20
BA Total							2	R$ 28.723,20
RN	240810	NATAL	UPA 24H DE PAJUÇARA	6531288	MUNICIPAL	142933	5	R$ 71.808,00
RN Total							5	R$ 71.808,00
CE	230523	HORIZONTE	UPA DE HORIZONTE	7381158	MUNICIPAL	143657	2	R$ 28.723,20
CE Total							2	R$ 28.723,20
MG	313130	IPATINGA	UPA JOSE ISABEL DE NASCIMENTO	7417659	MUNICIPAL	144123	8	R$ 114.892,80
MG Total							8	R$ 114.892,80
TOTAL GERAL							17	R$ 244.147,20

PORTARIA GM/MS Nº 1.187, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Cancela a autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Manhuaçu.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional e temporário, para o atendimento exclusivo de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave SRAG/Covid-19;

Considerando a Portaria SAES/MS nº 237, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 431, de 11 de março de 2021, que autoriza leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 567, de 29 de março de 2021, que autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19;

Considerando o Memorando SES/URSMAN-CAS nº 51/2021, de 09 de abril de 2021 e Oficio SES/SUBPAS-SRAS nº 84/2021, de 19 de abril de 2021; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.073883/2021-31, resolve:

Art. 1º Fica cancelada a autorização de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo COVID-19, do estabelecimentos descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecida a devolução de recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Manhuaçu, no montante de R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), relativo à 3ª (terceira) parcela de 2021.

Art. 3º A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde adotará os procedimentos junto ao Fundo Municipal, para a imediata devolução do recurso financeiro repassado, acrescido da correção monetária prevista em lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	LEITOS NOVOS UTI ADULTO COVID-19 Cód. 26.12	VALOR CUSTEIO MÊS
MG	313940	MANHUACU	2173166	HOSPITAL CESAR LEITE	MUNICIPAL	137958	10	480.000,00
TOTAL							10	480.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 1.188, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Taquaritinga.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 510, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 471, de 17 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.081466/2021-61, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, do estabelecimento de saúde descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Município de Taquaritinga do Estado de São Paulo, no montante de R$ 100.531,20 (cem mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte centavos).

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria correspondem ao mês de maio de 2021.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Taquaritinga, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVC0 - Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - CÓD. 28.06	VALOR TOTAL
SP	355370	TAQUARITINGA	UPA 24 HORAS	7429568	MUNICIPAL	141600	7	R$ 100.531,20

PORTARIA GM/MS Nº 1.189, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado do Pará e Município de Breu Branco.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 510, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 471, de 17 de março de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI 25000.080112/2021-08, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Pará e Município de Breu Branco, no montante de R$ 71.808,00 (setenta e um mil e oitocentos e oito reais).

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria correspondem ao mês de maio de 2021.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Breu Branco - PA, IBGE: 150178, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVCO - Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - CÓD. 28.06	VALOR TOTAL
PA	150178	BREU BRANCO	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MANOEL FRANCISCO DE AGUIAR	7313233	MUNICIPAL	144501	5	R$ 71.808,00

PORTARIA GM/MS Nº 1.190, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Torna sem efeito a autorização, em caráter excepcional e temporário, de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, no Município de Birigui (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 643, de 7 de abril de 2021, que autoriza leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a Estado, Distrito Federal e Municípios;

Considerando a Portaria GM/MS nº 808, de 27 de abril de 2021, que autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios;

Considerando Ofício nº 17/2021 - SEC.SAÚDE, de 19 de maio de 2021, oriundo da Prefeitura Municipal de Birigui/SP; e

Considerando a correspondente avaliação do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI 25000.075824/2021-05, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito a autorização de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar do estabelecimento de saúde descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os leitos referenciados no Anexo foram autorizados pela Portaria nº 808/GM/MS, de 27 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTAO	N° DE LEITOS DESAUTORIZADOS - LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR (CÓD. 28.06)	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	CUSTEIO A SER DEVOLVIDO	JUSTIFICATIVA
SP	350650	BIRIGUI	SANTA CASA DE BIRIGUI	2078252	MUNICIPAL	5	PORTARIA GM/MS Nº 808, DE 27 DE ABRIL DE 2021	R$ 71.808,00	DUPLICIDADE DE PAGAMENTO

PORTARIA GM/MS Nº 1.191, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado de Pernambuco e Município de Caruaru.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 510, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 471, de 17 de março de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI 25000.081986/2021-74, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, do estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Pernambuco e Município de Caruaru, no montante de R$ 114.892,80 (cento e catorze mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos), conforme Anexo.

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria correspondem ao mês de junho de 2021.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Caruaru, IBGE 260410, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVC0 - Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - CÓD. 28.06	VALOR
PE	260410	CARUARU	UPA BOA VISTA DR AMORIM	9070427	MUNICIPAL	144363	8	R$ 114.892,80

PORTARIA GM/MS Nº 1.192, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 510, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes do COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 471, de 17 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.080718/2021-35, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, dos estabelecimentos de saúde descritos no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios, no montante de R$ 1.637.222,40 (um milhão, seiscentos e trinta e sete mil duzentos e vinte e dois reais e quarenta centavos), conforme Anexo.

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria correspondem ao mês de maio de 2021.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVC0 - Medida Provisória nº 1.041, de 30 de março de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	TIPO DE ESTABELECIMENTO	GESTAO	Nº PROPOSTA SAIPS	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COD. 28.06	VALOR TOTAL (30 DIAS)
AM	130406	TABATINGA	UNIDADE HOSPITALAR DE TABATINGA	7459750	HOSPITAL	ESTADUAL	144350	02	R$ 28.723,20
AM								02	R$ 28.723,20
BA	292740	SALVADOR	HOSPITAL DE CAMPANHA CENTRO DE INICIACAO ESPORTIVA CIE I	0622508	HOSPITAL DE CAMPANHA	MUNICIPAL	144341	30	R$ 430.848,00
BA	290690	CARAVELAS	HOSPITAL MUNICIPAL DE CARAVELAS	4024222	HOSPITAL	MUNICIPAL	144266	02	R$ 28.723,20
BA								32	R$ 459.571,20
CE	230523	HORIZONTE	HOSPITAL E MAT VENANCIO RAIM DE SOUSA	2561433	HOSPITAL	MUNICIPAL	143334	06	R$ 86.169,60
CE								06	R$ 86.169,60
MA	210350	COLINAS	HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA CONSOLACAO	2697947	HOSPITAL	MUNICIPAL	144634	06	R$ 86.169,60
MA	211200	TASSO FRAGOSO	HOSPITAL IRMA MARIA PAES TAVARES	2646471	HOSPITAL	MUNICIPAL	144418	02	R$ 28.723,20
MA	210820	PEDREIRAS	HOSPITAL DE CAMPANHA DR KLEBER CARVALHO BRANCO	0196231	HOSPITAL	ESTADUAL	144161	05	R$ 71.808,00
MA								13	R$ 186.700,80
MG	311120	CAMPO BELO	SANTA CASA DE CAMPO BELO	2192020	HOSPITAL	MUNICIPAL	144074	15	R$ 215.424,00
MG	314480	NOVA LIMA	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 CEACOR	0104213	HOSPITAL	MUNICIPAL	143441	07	R$ 100.531,20
MG								22	R$ 315.955,20
PE	261360	SÃO JOSÉ DO EGITO	HOSPITAL MARIA RAFAEL DE SIQUEIRA	2715317	HOSPITAL	MUNICIPAL	142092	05	R$ 71.808,00
PE								05	R$ 71.808,00
RJ	330360	PARACAMBI	HOSPITAL MUNICIPAL DR ADALBERTO DA GRACA	2279355	HOSPITAL	MUNICIPAL	144403	10	R$ 143.616,00
RJ								10	R$ 143.616,00
RS	432150	TORRES	HOSPITAL BENEFICENTE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES	2707950	HOSPITAL	ESTADUAL	143951	03	R$ 43.084,80
RS	430590	CORONEL BICACO	ASSOC HOSP SANTO ANTONIO DE PADUA	2235382	HOSPITAL	ESTADUAL	143945	02	R$ 28.723,20
RS								05	R$ 71.808,00
SC	421320	POMERODE	HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO	2513838	HOSPITAL	ESTADUAL	144124	05	R$ 71.808,00
SC								05	R$ 71.808,00
SP	355100	SÃO VICENTE	HOSPITAL MUNICIPAL DE SAO VICENTE	3021378	HOSPITAL	MUNICIPAL	140802	04	R$ 57.446,40
SP	355410	TAUBATE	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 MUNICIPIO DE TAUBATE	0133272	HOSPITAL CAMPANHA	MUNICIPAL	144240	06	R$ 86.169,60
SP	350900	CAIEIRAS	UNIDADE MISTA DE SAUDE ROSA SANTA PASIN AGUIAR	2085976	UNIDADE MISTA	MUNICIPAL	140783	04	R$ 57.446,40
SP								14	R$ 201.062,40
TOTAL GERAL								114	R$ 1.637.222,40

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 219, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Fica publicado o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):

DADOS DA INSTITUIÇÃO

NUP: 25000.164067/2019-11

Instituição: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CNPJ: 78.595.857/0001-99

Município/UF: Siqueira Campos/PR.

DADOS DO PROJETO

Título do projeto: Inovação nos tratamentos de Reabilitação/Habilitação da APAE de Siqueira Campos.

Extrato do projeto (Resumo): Qualificar a prestação de serviços de apoio à saúde para as PCDs_Pessoas com Deficiências - 103 usuários desta unidade que possuem Deficiências Múltiplas e/ou Neurológicas na faixa etária de 6 meses a 60 anos. Envolvendo a área clínica multiprofissional no preparo do deficiente para sua vida em comunidade e sua inclusão social.

Prazo de execução do projeto: 12 (doze) meses.

Valor do projeto inicialmente aprovado: R$ 112.218,00 (cento e doze mil e duzentos e dezoito reais).

DADOS DO PEDIDO

Valor de readequação solicitado: R$ 134.658,00 (cento e trinta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e oito reais).

Fundamento legal: Art. 70 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Mérito.

Parecer conclusivo: Parecer de Mérito nº 184/2021-CGSPD/DAET/SAES/MS (0020546309).

Resultado: APROVADO COM READEQUAÇÃO DE VALOR.

Valor aprovado da readequação: R$ 134.658,00 (cento e trinta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e oito reais).

Art. 2º Fica revogado o inciso III do art. 1º da Portaria nº 702, de 18 de dezembro, publicada no Diário Oficial da União nº 243, na data de 21 de dezembro de 2020, Seção 1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 220, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Fica publicado o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):

DADOS DA INSTITUIÇÃO

NUP: 25000.178569/2019-29

Instituição: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES

CNPJ: 05.898.222/0001-97

Município/UF: Luís Eduardo Magalhães/BA.

DADOS DO PROJETO

Título do projeto: Projeto ERDI: ESTIMULAR/REABILITAR/DESENVOLVER/INCLUIR - Ampliação e Melhoria dos Serviços de Saúde da APAE de Luís Eduardo Magalhães.

Prazo de execução do projeto: 24 (vinte e quatro) meses.

Valor do projeto inicialmente aprovado: R$ 1.277.770,87 (um milhão, duzentos e setenta e sete mil setecentos e setenta reais e oitenta e sete centavos).

DADOS DO PEDIDO

Valor de readequação solicitado: R$ 1.533.304,00 (um milhão, quinhentos e trinta e três mil, trezentos e quatro reais)

Fundamento legal: Art. 70 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Mérito.

Parecer conclusivo: PARECER DE MÉRITO Nº 190/2021-CGSPD/DAET/SAES/MS (0020601464).

Resultado: APROVADO COM READEQUAÇÃO DE VALOR.

Valor aprovado da readequação: R$ 1.533.304,00 (um milhão, quinhentos e trinta e três mil, trezentos e quatro reais).

Art. 2º Fica revogado o inciso XXIV do art. 1º da portaria nº 702, de 18 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 243, na data de 21 de dezembro de 2020, Seção 1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 221, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

DADOS DA INSTITUIÇÃO

NUP: 25000.188587/2019-19

Instituição: FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRP-USP

CNPJ: 57.722.118/0001-40

Município/UF: Ribeirão Preto/SP.

DADOS DO PROJETO

Título do projeto: Coorte Dinâmica Oncológica: Identificação de Escores Poligênicos de Câncer para a População Brasileira.

Extrato do projeto (Resumo): Criação de uma coorte prospectiva dinâmica oncológica que permitirá identificar escores poligênicos oncológicos específicos para a população brasileira, em colaboração com serviços de atenção primária à saúde.

Prazo de execução do projeto: 36 (trinta e seis) meses.

Valor do projeto inicialmente aprovado: R$ 7.362.771,73 (sete milhões, trezentos e sessenta e dois mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e três centavos).

DADOS DO PEDIDO

Valor de readequação solicitado: R$ 8.786.694,67 (oito milhões, setecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sessenta e sete centavos).

Fundamento legal: Art. 70 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS).

Tipo de análise: Mérito.

Parecer conclusivo: Parecer Técnico nº 84/2021-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0020587929).

Resultado: APROVADO PARCIALMENTE O PEDIDO DE READEQUAÇÃO.

Valor aprovado da readequação: R$ 8.159.237,48 (oito milhões, cento e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e sete reais e quarenta e oito centavos).

Art. 2º Fica revogado o inciso VII do art. 3º da Portaria nº 703, de 18 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 243, na data de 21 de dezembro de 2020, Seção 1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 222, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Fica publicado o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):

DADOS DA INSTITUIÇÃO

NUP: 25000.027064/2019-05

Instituição: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA

CNPJ: 83.661.074/0001-04

Município/UF: Criciúma/SC.

DADOS DO PROJETO

Título do projeto: Sorrindo melhor: atendimento domiciliar odontológico e multiprofissional aos pacientes do Centro Especializado em Reabilitação da UNESC.

Extrato do projeto (Resumo): Atendimento odontológico e multiprofissional domiciliar de pacientes acamados, domiciliados ou com dificuldade de locomoção que estejam em atendimento pelo Centro Especializado em Reabilitação (CER II-UNESC).

Prazo de execução do projeto: 24 (vinte e quatro) meses.

Valor do projeto inicialmente aprovado: R$ 899.623,34 (oitocentos e noventa e nove mil seiscentos e vinte e três reais e trinta e quatro centavos).

DADOS DO PEDIDO

Valor de readequação solicitado: R$ 842.111,11 (oitocentos e quarenta e dois mil, cento e onze reais e onze centavos).

Fundamento legal: Art. 69 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Mérito.

Parecer conclusivo: Parecer de Mérito nº 221/2021-CGSPD/DAET/SAES/MS (0020789699).

Resultado: APROVADO COM READEQUAÇÃO DE VALOR.

Valor aprovado da readequação: R$ 842.111,11 (oitocentos e quarenta e dois mil cento e onze reais e onze centavos).

Art. 2º Fica revogado o inciso LXXIX do art. 1º da portaria nº 1.212, de 27 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 231, na data de 29 de novembro de 2019, Seção 1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 223, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de

2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

Razão Social: Centro Infantil de Investigações Hematológicas Dr. Domingos A. Boldrini.

CNPJ: 50.046.887/0001-27

Município/UF: Campinas/SP

Título do projeto: Sequenciamento de alto desempenho para quantificação da Doença Residual Mínima em Leucemia Linfóide Aguda.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS)

Tipo de análise: Execução física

Período analisado: 01/01/2018 a 31/12/2019

Processo NUP: 25000.057709/2015-01

Embasamento: Parecer de Técnico nº 51/2020-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0014663648), Despacho GAB/SCTIE (0015184852) e Parecer de Técnico nº 75/2021-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0020376075)

Resultado: APROVADO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 224, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Dá publicidade ao resultado de análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Dores de Campos/MG

CNPJ: 26.128.926/0001-50

Município/UF: Dores de Campos/MG

Título do projeto: Clínica de Terapia e Reabilitação - APAE Dores de Campos

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)

Tipo de análise: Execução Física.

Período analisado: Exercício de 2018.

Processo NUP: 25000.077899/2015-74

Embasamento: PARECER DE MÉRITO Nº 22/2020-CGSPD/DAET/SAES/MS (0013452414)

Resultado: APROVADO COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GLAUCO DOS ANJOS DE VASCONCELOS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 623, DE 1º DE JUNHO DE 2021

Retifica o prazo estabelecido pela Portaria SAS/MS nº 46, de 15 de janeiro de 2019, que concede renovação de autorização para retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado pelo Hospital Infantil Pequeno Príncipe / Associação Hospitalar de Proteção a Infância Dr. Raul Carneiro.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o princípio da autotutela administrativa para rever seus atos;

Considerando a Nota nº 00492/CONJUR-MS/CGU/AGU, de 29 de abril de 2021; e

Considerando o disposto no Processo SEI nº 25000.045851/2021-45, resolve:

Art. 1º Fica retificado o prazo estabelecido pela Portaria SAS/MS nº 46, de 15 de janeiro de 2019, que autoriza, até o prazo de 25 de janeiro de 2021, a renovação de autorização para retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado pelo Hospital Infantil Pequeno Príncipe / Associação Hospitalar de Proteção a Infância Dr. Raul Carneiro.

Art. 2º O termo final da renovação de autorização para retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado concedida pelo art. 2º da Portaria SAS/MS nº 46, de 15 de janeiro de 2019, ao Hospital Infantil Pequeno Príncipe / Associação Hospitalar de Proteção a Infância Dr. Raul Carneiro, é fixado em 13 de abril de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 631, DE 1º DE JUNHO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Felisburgo, com sede em Felisburgo (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 409/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.176182/2020-71, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Felisburgo, CNPJ nº 17.117.656/0001-91, com sede em Felisburgo (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 02 de abril de 2021 a 1º de abril de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 632, DE 1º DE JUNHO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Liga Álvaro Bahia Contra à Mortalidade Infantil, com sede em Salvador (BA).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 406/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.162400/2020-91, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Liga Álvaro Bahia Contra à Mortalidade Infantil, CNPJ nº 15.170.723/0001-06, com sede em Salvador (BA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 634, DE 1º DE JUNHO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Irmandade de Santo Antônio do Curvelo, com sede em Curvelo (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 398/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.148906/2020-97, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade de Santo Antônio do Curvelo, CNPJ nº 19.989.904/0001-10, com sede em Curvelo (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 635, DE 1º DE JUNHO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Liga Alagoana Contra à Tuberculose, com sede em Maceió (AL).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 407/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.177309/2020-70, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Liga Álvaro Alagoana Contra à Tuberculose, CNPJ nº 12.310.579/0001-78, com sede em Maceió (AL).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 638, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Altera a Portaria SAES/MS nº 873, de 19 de julho de 2019, que cancela o CEBAS da Liga Beneficente São João Batista de Macaé, com sede em Macaé (RJ).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições e considerando a Nota Técnica nº 36/2021-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS FTS nº 907, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.476723/2017-63, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento parcial dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Portaria SAES/MS nº 873, de 19 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 143, de 26 de julho de 2019, Seção 1, página 194, passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 1º de janeiro de 2014, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 640, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência HCFMRPUSP, com sede em Ribeirão Preto (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 413/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167652/2020-14, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência HCFMRPUSP, CNPJ nº 57.722.118/0001-40, com sede em Ribeirão Preto (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 12 de junho de 2021 a 11 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 641, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Defere a Concessão do CEBAS do Banco de Olhos de Joinville, com sede em Joinville (SC).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 416/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.170065/2018-80, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Banco de Olhos de Joinville, CNPJ nº 83.791.848/0001-03, com sede em Joinville (SC).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 642, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Indefere a Concessão do CEBAS da Fundação de Olhos da Paraíba - FOP, com sede em Campina Grande (PB).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 415/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.058669/2021-54, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Fundação de Olhos da Paraíba - FOP, CNPJ nº 05.623.324/0001-08, com sede em Campina Grande (PB).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 643, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Hospitalar Comunitária Regional de Saúde, com sede em Constantina (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 417/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.060458/2020-09, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar Comunitária Regional de Saúde, CNPJ nº 04.928.075/0001-98, com sede em Constantina (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 04 de junho de 2020 a 03 de junho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 644, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Defere a Concessão do CEBAS do Grupo Terapêutico Goiás sem Drogas, com sede em Senador Canedo (GO).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 421/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.018890/2021-70, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, em conformidade com o Art. 7-A da Lei nº 12.101, de 2009, do Grupo Terapêutico Goiás sem Drogas, CNPJ nº 14.657.835/0001-23, com sede em Senador Canedo (GO).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 645, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Defere, em Grau de Reconsideração, a Concessão do CEBAS da Associação Beneficente Davi Muller, com sede em Cianorte (PR).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 322/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.224922/2018-79, que conclui, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, em conformidade com o Art. 7-A da Lei nº 12.101, de 2009, da Associação Beneficente Davi Muller, CNPJ nº 10.340.470/0001-58, com sede em Cianorte (PR).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 91/SAES/MS, 5 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 28, de 10 de fevereiro de 2020, Seção 1, página 175.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 646, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Indefere a Concessão do CEBAS do Instituto de Saúde Comunitária Santa Clara, com sede em Manaus (AM).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 419/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.116679/2020-31, que conclui pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do Instituto de Saúde Comunitária Santa Clara, CNPJ nº 04.465.531/0001-00, com sede em Manaus (AM).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 647, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Beneficente de Presidente Bernardes, com sede em Presidente Bernardes (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 423/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.177077/2019-16, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente de Presidente Bernardes, CNPJ nº 55.250.476/0001-72, com sede em Presidente Bernardes (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 10 de abril de 2020 a 9 de abril de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 648, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia de Avaré, com sede em Avaré (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 418/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.062866/2021-78, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Avaré, CNPJ nº 44.584.019/0001-06, com sede em Avaré (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 649, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS da Associação Hospitalar Beneficente Moacir Micheletto de Assis Chateaubriand, com sede em Assis Chateaubriand (PR).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1 de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 317/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.028983/2020-21, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar Beneficente Moacir Micheletto de Assis Chateaubriand, CNPJ nº 17.398.245/0001-11, com sede em Assis Chateaubriand (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de junho 2020 a 31 de maio de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 603/SAES/MS, de 16 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 140, de 23 de julho de 2020, Seção 1, página 80.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 650, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Defere, em Grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS da Associação Beneficente Hospital São Lucas, com sede em Guaraciaba (SC).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando as orientações da CONJUR/MS exarada no Parecer Referencial nº 00038/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU; e

Considerando a Nota Técnica nº 328/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.052730/2010-05, que conclui, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998 e da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Associação Beneficente Hospital São Lucas, CNPJ nº 86.245.982/0001-05, com sede em Guaraciaba (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 2.199/SAS/MS, de 21 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 245, de 22 de dezembro de 2016, Seção 1, página 73.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 651, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Reconsidera a decisão que cancela o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Fundação Hospitalar de Rio dos Cedros, com sede em Rio dos Cedros (SC).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, de que trata o art. 4º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009; e altera as Leis nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.429, de 2 de junho de 1992;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 87/2021-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS FTS nº: 1504, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.024355/2018-52, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica reconsiderada a decisão que cancela o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Fundação Hospitalar de Rio dos Cedros, inscrita no CNPJ nº. 83.793.877/0001-04, com sede em Rio dos Cedros (SC).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria SAES/MS nº 324, de 08 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 73, 16 de abril de 2020, Seção 1, página 78.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 9 DE JUNHO DE 2021

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 551ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 9 de junho de 2021, votou pelo deferimento do pedido de parcelamento de débito - Ressarcimento ao SUS, nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Registro ANS	Natureza do Débito	Valor do Débito (R$)
33910.017143/2021-80	Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda	302147	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 24976254	2.908.061,99 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 48.467,70)
33910.017446/2021-01	Unimed do Rio Grande do Norte - Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	348406	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 25219404	1.105.622,83 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 18.427,05)

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor-Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GERÊNCIA-GERAL DE RECURSOS

ARESTO Nº 1.434, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O Gerente-Geral de Recursos, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Sessão de Julgamento Ordinária - SJO n°19 realizada no dia 09 de junho de 2021, com fundamento no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 86, inciso I, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e em conformidade com o art. 22 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, decidiu sobre os recursos, conforme anexo.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

ANEXO

Recorrente: LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 05.044.984/0001-26
Número do Processo: 25351.663380/2010-18
Expedientes: 0122758/15-1, 0122771/15-8, 0122778/15-5, 0122788/15-2 e 0122799/15-8
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 103/2021 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: MEDQUÍMICA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 17.875.154/0001-20
Número do Processo: 25000.011281/99-14
Expediente: 0225689/14-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 95/2021 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: EMS S.A.
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Número do Processo: 25351.080622/2017-02
Expediente: 0225792/17-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 106/2021 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: BLAU FARMACÊUTICA S.A.
CNPJ: 58.430.828/0001-60
Número do Processo: 25351.015254/2006-77
Expediente: 1776425/16-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 57/2021 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. (GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA.)
CNPJ: 61.072.393/0001-33 (33.247.743/0001-10)
Número do Processo: 25351.190295/2019-66 (25351.416131/2020-16)
Expediente: 0339382/13-8
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 344/2020 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.
CNPJ: 17.159.229/0001-76
Número do Processo: 25000.005811/98-32
Expediente: 1213623/16-9
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 392/2020 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA.
CNPJ: 30.280.358/0006-90
Números dos Processos: 25351.368577/2019-85 e 25351.368507/2019-27
Expedientes: 0607360/19-3 e 0611525/19-0
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita nos Votos nº 407/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 408/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: IGL AMÉRICA LATINA PRODUTOS DE TRANSPLANTES E MÉDICOS LTDA.
CNPJ: 11.769.266/0001-10
Número do Processo: 25751.127488/2018-97
Expedientes: 0282819/18-7, 0291626/18-6 e 0291634/18-7
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 415/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.
CNPJ: 35.820.448/0069-24
Número do Processo: 25752.204500/2018-84
Expedientes: 0435137/18-1 e 0376437/18-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 417/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: TECNO 4 PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 04.124.669/0001-46
Número do Processo: 25351.391268/2018-28
Expediente: 0821261/18-9
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 418/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: STRYKER DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 02.966.317/0002-93
Número do Processo: 25759.723065/2018-22
Expediente: 1213130/18-0
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 480/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Número do Processo: 25752.198251/2018-81
Expediente: 1218409/18-8
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso por PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 416/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Número do Processo: 25759.337561/2018-67
Expediente: 0028563/19-3
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER DO RECURSO por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 532/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 04.967.408/0001-98
Número do Processo: 25351.660903/2020-47
Expediente: 3793100/20-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 563/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: DIOXIDE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.
CNPJ: 10.945.393/0001-60
Número do Processo: 25351.420855/2019-12
Expediente: 0653058/21-7
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 564/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Expediente: 0467715/21-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso por LITISPENDÊNCIA, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 574/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: GALENA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 57.442.774/0001-90
Número do Processo: 25759.054431/2017-09
Expediente: 055610/18-6
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a penalidade de multa, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 301/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: DOMINUS QUÍMICA LTDA.
CNPJ: 07.694.393/0001-20
Número do Processo: 25743.349156/2015-75
Expediente: 1398871/16-9
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 302/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: ULTRADENT DO BRASIL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.
CNPJ: 06.295.846/0001-82
Número do Processo: 25759.004882/2017-05
Expediente: 0251466/18-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a penalidade de multa, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 303/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: DHL EXPRESS BRASIL LTDA.
CNPJ: 58.890.252/0028-33
Números dos Processos: 25759.054321/2017-76 e 25759.054165/2017-31
Expedientes: 0013829/18-1 e 0253049/18-0
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita nos Votos nº 304/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 305/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: AERPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A.
CNPJ: 14.522.178/0001-07
Número do Processo: 25759.579503/2016-31
Expediente: 2141658/17-3
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, com arquivamento do processo por insubsistência do auto de infração, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 306/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Número do Processo: 25759.225129/2013-16
Expediente: 1153115/16-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a penalidade de multa, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 310/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Número do Processo: 25759.225047/2013-81
Expediente: 1153105/16-3
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 311/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: INTERIORS SERVICE - SERVIÇOS AERONÁUTICOS LTDA.
CNPJ: 07.538.019/0005-69
Número do Processo: 25759.004690/2017-43
Expediente: 034496/18-6
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, com arquivamento do processo por insubsistência do auto de infração, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 307/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: TAM LINHAS AÉREAS S.A.
CNPJ: 02.012.862/0001-60
Número do Processo: 25757.501418/2011-84
Expediente: 1288739/16-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o processo por DESISTÊNCIA TÁCITA do recurso, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 309/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.
CNPJ: 15.578.569/0001-06
Números dos Processos: 25759.010302/2015-76 e 25759.616235/2014-26
Expedientes: 003931/18-4 e 003932/18-2
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita nos Votos nº 312/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 313/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: GRSA - GRUPO DE SOLUÇÕES EM ALIMENTAÇÃO - DEPÓSITO DE ALIMENTOS
CNPJ: 02.905.110/0116-77
Número do Processo: 25759.741139/2013-16
Expediente: 0172673/18-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a penalidade de multa, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 314/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: CLIO LIVRARIA COMERCIAL LTDA.
CNPJ: 01.164.256/0002-88
Número do Processo: 25760.393099/2013-55
Expediente: 0270122/17-7
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a penalidade de multa, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 315/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: AJA EMPREENDIMENTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
CNPJ: 08.922.172/0001-24
Número do Processo: 25743.288574/2010-58
Expediente: 1403740/16-8
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, com arquivamento do processo por insubsistência do auto de infração, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 316/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: TAPAJOS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 84.521.053/0004-90
Número do Processo: 25760.021206/2014-12
Expediente: 0146071/17-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a penalidade de multa, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 317/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL
CNPJ: 33.127.002/0002-86
Número do Processo: 25760.022239/2014-46
Expediente: 0146970/17-3
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para afastar a penalidade de multa e aplicar advertência, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 318/2021 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: ALBERGARIA INDÚSTRIA DE PRODUTOS DOMISSANITÁRIOS LTDA.
CNPJ: 31.525.809/0001-60
Número do Processo: 25351.968734/2020-91
Expediente: 4098564/20-3
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 191/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: ALQUIMIS SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA.
CNPJ: 07.057.083/0001-02
Número do Processo: 25351.374137/2017-03
Expediente: 3691652/20-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 192/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: ATCLLOR QUÍMICA DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 22.579.541/0001-59
Número do Processo: 25351.411828/2020-92
Expediente: 3247435/20-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 193/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: BLEEDS CHEMICAL INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA.
CNPJ: 10.552.918/0001-05
Número do Processo: 25351.839202/2020-47
Expediente: 3862723/20-8
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 194/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: FORTSAN DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 03.415.835/0001-09
Número do Processo: 25351.029206/2017-19
Expediente: 4050787/20-2
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 195/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: P.P. FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DOMISSANITÁRIOS EIRELI
CNPJ: 29.173.822/0001-56
Número do Processo: 25351.568787/2019-71
Expediente: 4034853/20-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 196/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: QUIMIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CNPJ: 00.075.017/0001-08
Números dos Processos: 25351.469010/2008-72 e 25351.470512/2008-46
Expedientes: 4641774/20-0 e 4641771/20-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita nos Votos nº 197/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 198/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: QUIMAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 01.868.767/0001-08
Números dos Processos: 25351.735556/2020-13 e 25351.735557/2020-68
Expedientes: 4484232/20-1 e 4485256/20-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita nos Votos nº 199/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 224/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: MASHBIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 13.196.534/0001-87
Número do Processo: 25351.693226/2020-43
Expediente: 3414618/20-6
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 225/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA.
CNPJ: 59.557.124/0001-15
Números dos Processos: 25351.411496/2019-11 e 25351.411383/2019-15
Expedientes: 4428135/20-3 e 4428064/20-9
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita nos Votos nº 226/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 227/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: DOMINUS QUÍMICA LTDA.
CNPJ: 07.694.393/0001-20
Números dos Processos: 25351.533247/2019-77 e 25351.533134/2019-71
Expedientes: 3325754/19-0 e 3325751/19-5
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita nos Votos nº 228/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 229/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Números dos Processos: 25351.187953/2016-51, 25351.187953/2016-51, 25351.187916/2016-61, 25351.187929/2016-61, 25351.187943/2016-30, 25351.187953/2016-51, 25351.187971/2016-37, 25351.191533/2016-76, 25351.191582/2016-36, 25351.207453/2016-61, 25351.207457/2016-78, 25351.207463/2016-83, 25351.207465/2016-31, 25351.207470/2016-18, 25351.213082/2016-41, 25351.213095/2016-40, 25351.213113/2016-51 e 25351.213181/2016-26
Expedientes: 1987227/19-5, 1987291/19-7, 3362122/19-5, 3361797/19-0, 3361831/19-3, 3362207/19-8, 3361963/19-8, 3362331/19-7, 3362276/19-1, 3362263/19-9, 3373965/19-0, 3362242/19-6, 3361795/19-3, 3362468/19-2, 3361369/19-9, 3361440/19-7, 3361708/19-2 e 3361543/19-8
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR os recursos por PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO, acompanhando a posição do relator descrita nos Votos nº 230/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 231/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 232/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 233/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 234/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 235/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 236/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 237/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 238/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 239/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 240/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 241/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 242/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 243/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 244/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 245/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 246/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 247/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Números dos Processos: 25351.187916/2016-61, 25351.187929/2016-61, 25351.187929/2016-61, 25351.187943/2016-30, 25351.187953/2016-51, 25351.187971/2016-37, 25351.191533/2016-76, 25351.191582/2016-36, 25351.207453/2016-61, 25351.207457/2016-78, 25351.207463/2016-83, 25351.207465/2016-31, 25351.207470/2016-18, 25351.213082/2016-41, 25351.213095/2016-40, 25351.213113/2016-51 e 25351.213181/2016-26
Expedientes: 1796434/21-3, 1795125/21-7, 1795555/21-1, 1796287/21-1, 1796322/21-1, 1795431/21-1, 1796420/21-2, 1796631/21-3, 1796622/21-4, 1796547/21-2, 1796332/21-6, 1795590/21-1, 1796663/21-2, 1795586/21-4, 1795681/21-7, 1796531/21-9 e 1796277/21-5
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recurso por AUSÊNCIA DE CABIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita nos Votos nº 248/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 249/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 250/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 251/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 252/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 253/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 254/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 255/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 256/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 257/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 258/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 259/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 260/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 261/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 262/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 263/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 264/2021 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: BEBE SAÚDE LTDA.
CNPJ: 02.729.687/0001-26
Números dos Processos: 25351.936380/2020-15 e 25351.936385/2020-48
Expedientes: 1366498 e 1366500
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita nos Votos nº 18/2021 - CPROC/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 19/2021 - CPROC/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: CELLAVITA PESQUISAS CIENTÍFICAS LTDA.
CNPJ: 21.604.144/0001-27
Número do Processo: 25351.211508/2019-09
Expediente: 1847159/21-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, RETRATAR-SE da decisão a quo, conforme teor do Despacho nº 85/2021 - GGREC/GADIP/ANVISA.

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 491, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, VIII da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, com a nova redação dada pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e conforme decisão em Circuito Deliberativo - CD - DN nº 312/2021 de 9 de abril de 2021, adota a seguinte Resolução, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º O anexo III da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, passa a vigorar com as alterações dispostas no Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no 1º dia útil contado 7 dias após a data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO

"Anexo III
QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DE CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS
(Anexo III da Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018)

Nº	ÓRGÃO/UNIDADE	SIGLAS	QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CARGO
.....					
2.	Gabinete do Diretor Presidente	Gadip	1	Chefe de Gabinete	CGE I
			1	Assessor	CA I
			1	Assessor	CA III
			5	Assessor	CCT IV
			1	Assistente	CCT I
			1	Gerente de projeto	CGE IV
.....					
8.	Segunda Diretoria	DIRE 2	1	Diretor Adjunto	CGE I
			2	Assessor	CA II
			4	Assessor	CCT IV

....."(NR)

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União n° 106, de 9 de junho de 2021, Seção 1, pág. 245.
Onde se lê:
Despacho n° 61, de 28 de maio de 2021.
Leia-se:
Despacho n° 67, de 28 de maio de 2021.

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO RE Nº 2.255, DE 8 DE JUNHO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

QUINTILES BRASIL LTDA - 02.529.870/0001-88
M5049
58/2020
25351.672591/2020-14 1295705/21-4
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
PPD DO BRASIL SUPORTE A PESQUISA CLÍNICA LTDA - 00.251.699/0001-62
ADG20
56/2021
25351.536821/2021-63 2048263/21-9
10755 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Produtos Biológicos
25351.541954/2021-51 2063294/21-1
10478 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Produtos Biológicos
ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - 60.318.797/0001-00
Durvalumabe
71/2016
25351.845464/2018-26 3586509/20-1
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

RESOLUÇÃO RE Nº 2.256, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a mudança de medicamentos para intubação orotraqueal COVID-19, sob os números de processo constantes no anexo desta Resolução, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 484, de 19 de março de 2021, em virtude da

emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

Art. 2º Este ato administrativo publica o número de registro MS para as novas apresentações dos medicamentos citados no anexo com o objetivo de aumentar a disponibilidade do produto e decorre do atendimento, pelas empresas aqui relacionadas, ao disposto na Seção II - Do pós registro dos medicamentos registrados, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 484, de 19 de março de 2021.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)
APRESENTAÇÕES M.S.
EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
CLORIDRATO DE DEXMEDETOMIDINA 25351175669201788
2193282218 GENÉRICO - Mudança de medicamentos para intubação orotraqueal COVID-19
100 MCG/ML SOL INJ IV CT 5 AMP VD TRANS X 2 ML 1004312330047
100 MCG/ML SOL INJ IV CT 25 AMP VD TRANS X 2 ML 1004312330055
100 MCG/ML SOL INJ IV CT 50 AMP VD TRANS X 2 ML 1004312330063
EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
DEXLLA 25351414385201796
1809656215 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança de medicamentos para intubação orotraqueal COVID-19 - 1658742214 - 25351175669201788)
100 MCG/ML SOL INJ IV CT 25 FA VD TRANS X 2 ML 1004312380028
100 MCG/ML SOL INJ IV CT 50 FA VD TRANS X 2 ML 1004312380036

RESOLUÇÃO RE Nº 2.264, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

INSTITUTO BUTANTAN - 61.821.344/0001-56
Monovalente de NDV (HXP-S- ARS-CoV-2) concentrado a granel
55/2021
25351.245070/2021-79 1171338/21-1
10754 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Produtos Biológicos
25351.369602/2021-62 1551759/21-4
10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 2.263, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Imunoscan Engenharia Molecular Ltda. CNPJ: 06935380/0001-32
Endereço: Av. dos Vinhedos, 71 sala 1401, Acácias Uberlândia Loteamento, Uberlândia - Minas Gerais CEP: 38411-159
Autorização de Funcionamento: 8220307 Expediente: 1296081/21-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.

RESOLUÇÃO RE Nº 2.275, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018; considerando a necessidade de anulação de ato, prevista no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente o Cancelamento da Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa Waldemar Link GmbH &Co. KG, solicitada pela empresa CML - Centro Médico Logístico Ltda, CNPJ n.º 23378089000120, publicado pela Resolução-RE nº 1.114, de 17 de março de 2021, no Diário Oficial da União nº. 54, de 22 de março de 2021, Seção 1, pág. 145, devido ao cumprimento da decisão judicial expedida no Mandado de Segurança Cível n. 1022161-69.2021.4.01.3400 da 4ª Vara Federal Cível da SJDF.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO RE Nº 2.237, DE 4 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

POSITIVA COMERCIAL LTDA / 31.504.150/0001-66
25351.408480/2019-12 / 1191529
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 2013747217
25351.408480/2019-12 / 1191529
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 2013727216

F&F DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 10.854.165/0014-07
25351.743915/2018-91 / 1182761
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 2047257212

RESOLUÇÃO RE Nº 2.238, DE 4 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Dalcenter Material Hospitalar Eireli ME / 10.651.086/0001-76
25351.503198/2021-62 /
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1947300211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente descrevendo a capacidade da empresa para executar a atividade de relacionada a substâncias sujeitas ao controle especial, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15, § 4º e artigo 18 da RDC nº 16/2014

RESOLUÇÃO RE Nº 2.265, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

SUPER-FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 38.715.276/0001-29
25351.536479/2021-00 / 3104615
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047515211

FJJ COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICO LTDA / 37.832.442/0001-04
25351.553055/2021-00 / 7812202
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099737210

ZANOL E THOMAZ LTDA / 28.464.601/0017-31
25351.524920/2021-01 / 7811290
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015250217

CENTRAL MED DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 33.012.746/0001-74
25351.552703/2021-01 / 3104650
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2098782217

EREMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.340.103/0001-88
25351.503183/2021-02 / 1255979
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1947283219

ONE SOLUÇÕES PARA MEDICINA LTDA / 35.748.377/0001-08
25351.552774/2021-03 / 8224815
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2098860218

DROGARIA LIS EIRELI / 12.565.688/0003-06
25351.542035/2021-03 / 7811684
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063602214

DROGARIA BOM PRECO LTDA / 25.286.133/0001-05
25351.536574/2021-03 / 1256514
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047626218

SOUZA E LEAO LTDA / 29.250.197/0001-07
25351.087915/2021-03 / 7811870
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0706084210

C. V. BEZERRA DE ALENCAR / 39.331.121/0001-51
25351.553023/2021-04 / 7811852
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099624211

FARMACIA E DROGARIA M &D LTDA / 40.397.862/0001-14
25351.558092/2021-04 / 7812251

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2114953214

J R MARTINS COMERCIO / 41.159.273/0001-60
25351.564491/2021-04 / 7812481
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2132218210

ALPHANORTE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI / 31.117.814/0001-34
25351.552654/2021-06 / 1256700
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2098729219

COMERCIO DE MEDICAMENTOS CAVALCANTI LTDA / 37.932.128/0002-84
25351.553030/2021-06 / 7811818
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099645214

GAMMA BEAUTY COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESTETICA E BELEZA LTDA / 31.205.449/0001-10
25351.552816/2021-06 / 8224790
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2098908211

NEW LOGISTICA LTDA / 21.401.987/0001-26
25351.557839/2021-07 / 1256775
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2114142213

DROGARIA DROGACENTER EXPRESS LTDA / 18.824.134/0018-30
25351.553048/2021-08 / 7812156
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099696219

GAMMA BEAUTY COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESTETICA E BELEZA LTDA / 31.205.449/0001-10
25351.552742/2021-08 / 4034109
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2098823215

FARMACIA PREMIUM LTDA / 40.099.048/0001-13
25351.524913/2021-09 / 7811381
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015229219

NEW LOGISTICA LTDA / 21.401.987/0001-26
25351.557881/2021-10 / 3104710
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2114192211
---
almeida importacao e comercio atacadista de produtos medicos e hospitalares ltda / 35.255.509/0001-60
25351.557925/2021-10 / 4034188
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2114241211

QUIMENGER - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - ME / 82.083.668/0001-04
25351.536612/2021-10 / 3104572
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2047680212

NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI / 01.733.345/0001-17
25351.536299/2021-10 / 3104538
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047239214

ROCHA &BARRETO LTDA / 17.948.434/0013-54
25351.553037/2021-10 / 7812051
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099663212

BMC COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA EIRELI / 35.588.406/0002-00
25351.558130/2021-11 / 7812432
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115067212

Farmácia Lumertz Ltda / 39.913.578/0001-74
25351.418207/2021-11 / 7812571
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1947634215

BRASIL AMERICA EXPRESS LOGISTICA TRANS LTDA / 07.731.403/0001-50
25351.557835/2021-11 / 3104694
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2114134211

NEW LOGISTICA LTDA / 21.401.987/0001-26
25351.557899/2021-11 / 8224894
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2114214214

F.S. FOREST SUN INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 41.700.984/0001-09
25351.536420/2021-11 / 4034004
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2047446210

DROGARIA BOM PRECO LTDA / 25.286.133/0001-05
25351.536549/2021-11 / 4033989
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047597218

CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 39.610.184/0001-47
25351.541632/2021-11 / 4034052
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2062247214
---
3 Poderes Comércio LTDA-ME / 14.937.152/0001-20
25351.541713/2021-11 / 4034070
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2062362218

CELIO GOMES DA SILVA / 32.579.531/0001-77
25351.553044/2021-11 / 7812125
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099684215

MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0113-68
25351.542026/2021-12 / 7811667
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063581218

TRANSVILLE TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA. / 82.604.042/0001-04
25351.563538/2021-12 / 3104741
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2130598218

CENTRAL MED DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 33.012.746/0001-74
25351.552594/2021-13 / 4034083
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2098664214

DROGA CENTER - POUPE CERTO LTDA / 40.956.380/0001-57
25351.552837/2021-13 / 7811930
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2098935211

MM COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 40.153.754/0001-04
25351.394625/2021-13 / 7812017
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1625421210

USINA MONTE ALEGRE LTDA / 22.587.687/0001-46
25351.541630/2021-13 / 4034049
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2062244215

T A RODRIGUES PRODUTOS FARMACEUTICOS / 40.828.217/0001-09
25351.542017/2021-13 / 7811562
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063554211

DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 06.271.093/0152-88
25351.553051/2021-13 / 7812187
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099705211

WERTZ DE ALMEIDA NEVES / 11.275.790/0001-34
25351.553005/2021-14 / 7811912
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099569215

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0559-07
25351.542033/2021-14 / 7811744
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063596216

DROGARIA LEAL PHARMA LTDA / 42.106.261/0001-30
25351.558118/2021-14 / 7812324
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115035214
---
magalu log serviços logísticos ltda / 24.230.747/0001-02
25351.563545/2021-14 / 4034217
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2130607217

DROG PERF ROCHAFAR II LTDA / 39.310.133/0001-08
25351.524943/2021-15 / 7811133
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015357211

UNILIFE HOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA / 40.587.322/0001-01
25351.557803/2021-15 / 4034126
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2114054217

DROGARIAS BRITO LTDA / 40.351.701/0001-90
25351.542024/2021-15 / 7811640
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063575213

JF COMERCIOSERVICOS E ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS EIRELI / 16.692.231/0001-43
25351.563536/2021-15 / 1256821
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2130576214

PRIME CIRURGICA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 27.376.022/0002-98
25351.541729/2021-15 / 8224707
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 2062378211

DUMALE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 28.788.905/0001-97
25351.557876/2021-15 / 8224850
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2114187217

CORREIA E LUNA FARMACIA LTDA / 41.649.579/0001-03
25351.524934/2021-16 / 7811195
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015299210

VANESSA LIMA MEDICAMENTOS EIRELI / 39.490.424/0001-17
25351.315818/2021-16 / 7812970
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1391081217
---
cmr rack com de produtos farmaceuticos ltda / 38.412.926/0002-48
25351.542040/2021-16 / 7811789
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063617212

CONSTRU-MED COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME / 10.940.181/0001-90
25351.541664/2021-16 / 8224664
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 2062283211
---
veleda guimaraes comercio de equipamentos medicos ltda / 31.476.473/0001-93
25351.552770/2021-17 / 8224801
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2098856211

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1028-75
25351.553039/2021-17 / 7812079
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099669211

C. TESTI TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA / 37.795.781/0001-68
25351.392787/2021-17 / 4034157
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1622551214

PARAMETRO OZONIO COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 35.951.053/0001-72
25351.541655/2021-17 / 4034066
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2062272219

DROGARIA FARMA LU LTDA / 38.320.904/0001-77
25351.542031/2021-17 / 7811731
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063593211

OMEGA PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS EIRELI / 21.376.045/0001-35
25351.536651/2021-17 / 8224560
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2047724210

Ferrari &Folle Drogaria Ltda / 13.746.302/0020-18

25351.524941/2021-18 / 7811164
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015351211
---
magalu log serviços logísticos ltda / 24.230.747/0001-02
25351.557918/2021-18 / 3104737
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2114234215

FEDEX BRASIL LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA / 10.970.887/0107-52
25351.131260/2021-18 / 8224755
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 2001043210

BRASIL AMERICA EXPRESS LOGISTICA TRANS LTDA / 07.731.403/0001-50
25351.557909/2021-19 / 1256804
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2114224210

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/1251-08
25351.558123/2021-19 / 7812386
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115048216

DROGARIAS NOVA FARMA LTDA / 27.399.695/0006-97
25351.553046/2021-19 / 7812142
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099690210

AMALIA HOME PERFUMARIA DE AMBIENTES LTDA / 32.408.044/0001-41
25351.536314/2021-20 / 3104555
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2047283213

M FERREIRA AMORIM / 39.834.842/0001-84
25351.558121/2021-20 / 7812372
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115045211

AUNARE SOLUÇÕES EM INGREDIENTES NATURAIS LTDA / 29.325.863/0001-10
25351.557914/2021-21 / 4034174
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2114229211

A G GOMES DE OLIVEIRA / 26.963.487/0001-00
25351.541702/2021-22 / 8224681
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 2062347219

CRISTIANIA MARTINS DA CONCEICAO / 40.612.896/0001-84
25351.553042/2021-22 / 7812108
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099678211

SEROMA FARMACIAS E PERFUMARIAS LTDA / 09.580.548/0027-61
25351.524918/2021-23 / 7811329
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015244212

ACACIO SERAFIM DE SOUZA SANTOS LTDA / 21.821.902/0001-69
25351.564545/2021-23 / 7813009
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2132397216

RR CAMPOS DROGARIA LTDA / 24.331.103/0001-00
25351.543386/2021-23 / 7811961
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2069374215

FARMA ONOFRE DISTRIBUIDORA LTDA / 35.773.243/0001-47
25351.536392/2021-24 / 1256528
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047412218

D M COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 14.735.118/0001-72
25351.551140/2021-25 / 7811957
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2096258214
---
pinheirinho medicamentos ltda / 28.754.492/0001-20
25351.542022/2021-26 / 7811622
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063569219

ASA-COMERCIO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA / 00.247.786/0001-46
25351.536561/2021-26 / 4033992
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047613213

SUPER-FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 38.715.276/0001-29
25351.536515/2021-27 / 1256593
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047557216

DISTRIBUIDORA SILVA LOBO LTDA / 05.213.630/0001-68
25351.563541/2021-28 / 4034203
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2130601219

MEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 02.278.922/0001-90
25351.552641/2021-29 / 3104663
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2098714211

CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 39.610.184/0001-47
25351.541607/2021-29 / 3104632
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2062212216

T.L. MARCONATO LTDA / 41.971.634/0001-79
25351.564496/2021-29 / 7812541
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2132231217

DROGARIA E PERFUMARIA CANDANGA LTDA / 33.271.703/0001-03
25351.553028/2021-29 / 7811821
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099639210

CUITEGI PHARMA LTDA / 41.263.551/0001-25
25351.524948/2021-30 / 7811091
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015372214
---
drogaria sao sebastiao eireli / 38.146.079/0001-36
25351.558095/2021-30 / 7812281
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2114984214

DROGARIA DESTAQUE DO PINHEIRO LTDA / 41.903.371/0001-60
25351.564494/2021-30 / 7812510
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2132227219

FOREO BRASIL PRODUTOS DE TECNOLOGIA LTDA / 30.070.212/0001-06
25351.552576/2021-31 / 8224738
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2098638213

S1 FARMA DROGARIA LTDA / 41.827.137/0001-00
25351.553033/2021-31 / 7812021
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099654213

DELAI &ESTEBON LTDA / 38.201.092/0001-40
25351.440344/2021-31 / 8224711
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1950952215

SUNNY CURITIBA DROGARIA LTDA / 00.450.648/0002-40
25351.553040/2021-33 / 7812082
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099672211

MAX SUPRIMENTOS DE LIMPEZA EIRELI / 34.617.980/0001-98
25351.536418/2021-34 / 3104586
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047443211

MS PHARMA LTDA / 41.805.569/0001-01
25351.524916/2021-34 / 7811363
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015238218

E P DE ARAUJO / 18.767.288/0001-90
25351.542013/2021-35 / 7811531
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063542217

USINA MONTE ALEGRE LTDA / 22.587.687/0001-46
25351.541556/2021-35 / 3104629
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2062154216

OMEGA PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS EIRELI / 21.376.045/0001-35
25351.536425/2021-36 / 3104590
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047453216

FARMACIA E DROGARIA SCHNEIDER LTDA / 41.663.769/0001-77
25351.553001/2021-36 / 7811926
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099566211

E. S. DA SILVA BARBOSA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS / 40.773.630/0001-13
25351.211261/2021-37 / 7812662
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1068910219

CENTRAL FARMA DROGARIA LTDA. / 41.455.407/0001-90
25351.542020/2021-37 / 7811605
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063563210
---
e garcia de jesus ltda / 39.372.791/0001-16
25351.536351/2021-38 / 1256562
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047363217

Jane Eyre Produtos Farmaceuticos ltda / 40.751.801/0001-03
25351.558088/2021-38 / 7812247
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2114942219

DROGARIA SHOPFARMA LTDA / 41.937.318/0001-80
25351.542038/2021-39 / 7811761
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063611213

E.C DA SILVA FILHO LTDA / 10.416.991/0001-41
25351.023924/2014-39 / 7090465
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2030824218

Rodars Logística Integrada Eireli / 31.981.031/0001-02
25351.536303/2021-40 / 4033961
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047248213

GABRIELA LARISSA TAKII LTDA. / 36.424.173/0002-65
25351.492691/2021-40 / 7812338
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1916271215

RR DE MAGALHAES / 09.452.371/0001-89
25351.542036/2021-40 / 7811671
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063605219

IDERLANDIO PAULO DOS SANTOS / 33.071.805/0001-85
25351.558128/2021-41 / 7812415
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115061213

DROGARIA E PERFUMARIA FARMAVAN XVII LTDA / 41.724.012/0001-46
25351.558093/2021-41 / 7812264
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2114962213

PRODUTOS FARMACEUTICOS BORGES LTDA / 22.020.994/0031-66
25351.564492/2021-41 / 7812494
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2132221210

L C VERAS DA SILVA COMERCIO / 26.023.320/0001-50
25351.553024/2021-41 / 7811849
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099627216

DROGARIA MINAS CENTER LTDA / 07.351.986/0002-74
25351.553031/2021-42 / 7811804
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099648219

Dental Free Materiais e Soluções Odontológicas Ltda. / 32.677.058/0001-60
25351.536624/2021-44 / 8224542
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2047695210

BARROS E BARROSO LTDA / 41.988.128/0001-92
25351.553049/2021-44 / 7812160
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099699213

R. D. MEDICAMENTOS LTDA EPP / 05.070.993/0001-91
25351.524914/2021-45 / 7811377
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015232219

MARTINS BONFIM COMERCIO LTDA / 26.169.121/0003-17
25351.383083/2021-45 / 7812003

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1593021211

Unidental produtos odontologicos ltda / 37.174.971/0001-68
25351.536416/2021-45 / 8224602
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2047440211

O-LINKE MEDICAL LTDA. / 40.021.197/0001-60
25351.563731/2021-45 / 8224910
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 2130874215

Jane Cleide Damasceno Medeiros / 30.594.399/0001-47
25351.553056/2021-46 / 7812216
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099740210

SS LAZARINI INDUSTRIA E COMERCIO / 23.375.159/0001-96
25351.563604/2021-46 / 3104768
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2130742211

FARMÁCIA NOVA CONQUISTA EIRELI / 31.133.039/0001-00
25351.551193/2021-46 / 7811943
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2096478211

F.S. FOREST SUN INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 41.700.984/0001-09
25351.536399/2021-46 / 8224591
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 2047420211

DROGARIA BOM PRECO LTDA / 25.286.133/0001-05
25351.536550/2021-46 / 8224525
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2047599211

BS Farmacia de Manipulacao / 40.225.154/0001-04
25351.498238/2021-47 / 7812355
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1932481212

R C DE SOUSA / 41.767.099/0001-39
25351.524921/2021-47 / 7811286
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015253211

MARIA EDUARDA &LARA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 40.377.835/0001-80
25351.524985/2021-48 / 7811060
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015494211

ATIVA DISTRIBUIÇÃO E LOGISTICA LTDA / 01.125.797/0025-93
25351.417712/2021-48 / 8224877
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 1695083211

FARMACIA NOVA BAHIA LTDA / 41.801.914/0001-39
25351.542029/2021-48 / 7811713
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063587217

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0977-74
25351.556402/2021-48 / 7812220
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2111893211

IVANIA MATOS / 10.246.109/0001-67
25351.553017/2021-49 / 7811909
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099575210

R&F DRUGSTORE DROGARIAS LTDA / 40.974.463/0001-79
25351.558086/2021-49 / 7812233
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2114847213

D F V LOUREIRO AGENCIAMENTO DE CARGAS EIRELI / 30.775.790/0001-48
25351.557789/2021-50 / 1256758
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2113987210

Farmacia Carlos e Backer ltda / 41.275.687/0001-55
25351.553022/2021-51 / 7811866
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099621217
---
lucilane de sousa silva / 23.170.148/0001-70
25351.542034/2021-51 / 7811758
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063599211

Rodars Logística Integrada Eireli / 31.981.031/0001-02
25351.536301/2021-51 / 3104541
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047244218

J D NUNES / 07.954.315/0001-17
25351.558119/2021-51 / 7812341
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115038219
---
mcampos comercio de produtos farmaceuticos ltda / 26.279.833/0003-99
25351.524944/2021-51 / 7811116
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015360211

JGT DROGARIA LTDA / 40.820.319/0001-88
25351.558126/2021-52 / 7812401
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115057215

CENTRAL MED DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 33.012.746/0001-74
25351.552572/2021-53 / 8224724
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2098634218

NOVA DESSOL LOGÍSTICA EIRELLI ME / 28.357.650/0001-08
25351.557884/2021-53 / 8224881
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2114195210
---
3 Poderes Comércio LTDA-ME / 14.937.152/0001-20
25351.541626/2021-55 / 8224651
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2062238215

ATIVA SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI / 16.851.569/0002-81
25351.524912/2021-56 / 7811394
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015226214

BRASIL AMERICA EXPRESS LOGISTICA TRANS LTDA / 07.731.403/0001-50
25351.557926/2021-56 / 8224906
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2114243214

WELLINGTON RODRIGUES DO VALE / 37.760.962/0001-59
25351.418217/2021-56 / 7812614
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1969370212

DOMINGOS ZUCOLOTO LTDA / 36.806.185/0001-73
25351.553054/2021-57 / 7812191
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099714211

SUPER-FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 38.715.276/0001-29
25351.536478/2021-57 / 4034021
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047514215

QUEMEL COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR E LABORATORIAL LTDA / 29.602.266/0001-96
25351.552702/2021-58 / 8224772
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2098781211

EDUARDO N RODRIGUES COSMETICOS / 26.493.183/0001-18
25351.563539/2021-59 / 4034191
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2130599214

MARIA JOSE DA SILVA FARMACIA ME / 15.785.098/0001-07
25351.542027/2021-59 / 7811698
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063584212

TRANSPORTES GARCIA LTDA / 36.177.197/0001-86
25351.423360/2021-60 / 1256671
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1921817216

PAULO E JOSIHEL MEDICAMENTOS LTDA / 41.511.438/0001-11
25351.389324/2021-60 / 7812523
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1610635211

BIONORTE PRODUTOS HOSPITALARES / 08.073.901/0002-04
25351.557804/2021-60 / 8224832
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2114056210

ULTRA POPULAR INGA LTDA / 41.858.584/0001-18
25351.542025/2021-60 / 7811653
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063578218

AMANDA CAMARGO DE BARROS / 24.853.714/0001-00
25351.536564/2021-60 / 8224539
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 2047616212

DROGARIA BET E MARTINS LTDA. / 08.722.954/0002-09
25351.558117/2021-61 / 7812311
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115031211

VITACORPUS FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 01.297.697/0005-09
25351.264925/2021-61 / 7812676
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1230525211

DROGARIA ALMEIDA GOULART LTDA / 10.484.878/0001-01
25351.365753/2020-61 / 7811897
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3846739209

OMEGA PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS EIRELI / 21.376.045/0001-35
25351.536571/2021-61 / 1256499
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047623219

PORTAL EQUIPAMENTOS HOSPITALARES / 31.372.346/0001-44
25351.552725/2021-62 / 8224786
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 2098804211
---
almeida importacao e comercio atacadista de produtos medicos e hospitalares ltda / 35.255.509/0001-60
25351.557875/2021-62 / 8224846
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2114186211

EMANOEL SOARES LIMA - ME / 13.154.514/0001-43
25351.524942/2021-62 / 7811147
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015354216

DROGARIA CENTRAL DE SAO LOURENCO DA SERRA LTDA / 52.207.644/0001-59
25351.219407/2014-63 / 7210088
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1917541218

MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0123-30
25351.558124/2021-63 / 7812390
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115051216

AURINEIA S. ARAUJO / 28.568.521/0001-69
25351.558639/2021-63 / 1256818
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2116787211

MIXFARMA COMERCIAL LTDA / 11.421.889/0001-05
25351.536317/2021-63 / 4033975
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047295211

J &M FARMA LTDA / 42.088.461/0001-08
25351.553038/2021-64 / 7812065
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099666217

PRISCILA E THALES MENDES LTDA / 30.424.745/0001-49
25351.558131/2021-65 / 7812446
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115070212

R. Araujo Guimaraes - EPP / 27.563.336/0001-19
25351.536324/2021-65 / 8224508
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2047321212

NASCIMENTO, MARTINS E CIA LTDA / 28.944.225/0001-15
25351.553045/2021-66 / 7812139
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099687210

GOSALAN &PRADO FARMACIA LTDA / 41.092.030/0001-52
25351.564548/2021-67 / 7813026
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2132403214

Empreendimentos Pague Menos S/A / 06.626.253/0363-42
25351.542018/2021-68 / 7811580
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063557215

A.C. A.MOTA / 39.725.324/0001-22
25351.259590/2021-69 / 7812585
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1215086210

FISCHER &RECHSTEINER DO BRASIL LOGISTICA SA / 22.073.054/0006-24
25351.541421/2021-70 / 8224573
855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 2061978215
---
polyflex importadora e exportadora de artigos do vestuario e textil ltda / 23.283.233/0001-44
25351.536428/2021-70 / 8224620
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 2047457211

ROCHA E BEZERRA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 22.893.305/0003-74
25351.524926/2021-70 / 7811238
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015152217
---
almeida importacao e comercio atacadista de produtos medicos e hospitalares ltda / 35.255.509/0001-60
25351.557859/2021-70 / 3104706
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2114164217

MARAISA PEREIRA DE SOUZA VIEIRA / 41.035.208/0001-23
25351.561880/2021-70 / 7812463
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2128102215

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0561-21
25351.524933/2021-71 / 7811207
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015296215

LILIAN VIEIRA VAZ DROGARIA ME / 36.748.575/0001-34
25351.542023/2021-71 / 7811636
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063572219

CARDOSO IMPORTACAO DISTRIBUICAO E COMERCIO EIRELI / 22.318.820/0001-69
25351.552716/2021-71 / 1256744
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2098795211

Rodars Logística Integrada Eireli / 31.981.031/0001-02
25351.536308/2021-72 / 1256468
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047267218
---
5 S - FIVE SOLUTIONS COMERCIO E SERVICOS LTDA / 04.691.918/0001-85
25351.536650/2021-72 / 8224556
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2047723213

M.MARCIANO DE SOUZA / 40.257.964/0001-34
25351.542030/2021-72 / 7811727
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063590217

GS FARMA COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA / 25.404.162/0022-40
25351.564497/2021-73 / 7812554
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2132234211

DROGARIA TRIUNFO LTDA / 23.814.784/0002-78
25351.558098/2021-73 / 7812295
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115005212

BERNABE COMERCIO DE GASES LTDA / 22.290.296/0001-65
25351.595295/2021-73 / 1256866
70196 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS - ENVASADORA DE GASES MEDICINAIS (SOMENTE MATRIZ) / 2225562211
---
w b carmargo eireli / 32.818.398/0001-64
25351.524940/2021-73 / 7811178
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015348211
---
oncotech hospitalar comercio de medicamentos ltda / 10.542.511/0002-70
25351.827864/2020-74 / 8224863
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2761714202

BRASIL AMERICA EXPRESS LOGISTICA TRANS LTDA / 07.731.403/0001-50
25351.557908/2021-74 / 4034161
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2114223213

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/0577-73
25351.564440/2021-74 / 7812477
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2132040213

PRODUTOS FARMACEUTICOS BORGES LTDA / 22.020.994/0032-47
25351.553036/2021-75 / 7812048
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099660218

CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 39.610.184/0001-47
25351.541598/2021-76 / 8224647
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2062201214

DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS SUN LTDA / 37.803.862/0001-62
25351.541622/2021-77 / 4034035
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2062234210

MEDICAR INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI / 40.756.784/0001-05
25351.541703/2021-77 / 8224695
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 2062348215

PRODUTOS FARMACEUTICOS BORGES LTDA / 22.020.994/0034-09
25351.553043/2021-77 / 7812111
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099681211

K2 MED PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 38.367.417/0001-60
25351.552829/2021-77 / 8224829
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 2098923210

PEDRO MUFFATO E CIA LTDA / 81.433.765/0001-17
25351.435061/2021-78 / 3104681
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1743640218

A JACIARA DE S CARVALHO LTDA / 41.324.274/0001-13
25351.564546/2021-78 / 7813012
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2132400210

Longhi - Farmacias III Ltda / 41.969.218/0001-36
25351.524919/2021-78 / 7811301
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015247217

R.L.P. DIAS FARMACIA / 40.513.951/0001-89
25351.418213/2021-78 / 7812599
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1962552219

FARMÁCIA SUA SAÚDE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS LTDA / 39.845.411/0001-13
25351.424027/2021-78 / 7812601
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2028294210
---
recovery comercio de produtos hospitalares LTDA / 40.174.412/0001-62
25351.536393/2021-79 / 8224587
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2047413214

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1016-31
25351.542016/2021-79 / 7811559
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063551216

C&S DAMASCENO LTDA / 12.005.569/0001-29
25351.553050/2021-79 / 7812173
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099702217

CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 39.610.184/0001-47
25351.541719/2021-80 / 1256622
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2062368216

DROGARIA MAXIMA DE UNAMAR EIRELI / 31.727.198/0001-33
25351.542014/2021-80 / 7811545
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063545211

CARDIO PACE COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI / 40.012.774/0001-57
25351.536426/2021-81 / 8224616
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2047454212

DRUGSTORE M.M. LTDA / 41.952.499/0001-14
25351.542021/2021-81 / 7811619
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063566214

JB REPRESENTACAO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA / 36.122.201/0001-09
25351.563741/2021-81 / 1256835
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2130884211

FOREO BRASIL PRODUTOS DE TECNOLOGIA LTDA / 30.070.212/0001-06
25351.552707/2021-81 / 4034097
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2098786212

COSTA REBELO DROGARIA LTDA / 17.882.913/0002-62
25351.524931/2021-82 / 7811224
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015290216

BRBAC PRODUTOS BIOLÓGICOS LTDA / 12.121.926/0001-14
25351.563597/2021-82 / 3104754
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2130715214

DROGARIA LEON FARMA LTDA / 41.589.739/0001-68
25351.542039/2021-83 / 7811775
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063614218

Berthax Surgical EIRELI EPP / 23.297.441/0001-00
25351.503194/2021-84 / 8224633
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 1947295217

TOPFARMA 4 DROGARIA E PERFUMARIA LTDA ME / 37.788.524/0001-07
25351.553027/2021-84 / 7811835
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099636215

LGN COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 41.829.056/0001-30
25351.524949/2021-84 / 7811087
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015375219

UNILIFE HOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA / 40.587.322/0001-01
25351.557906/2021-85 / 3104723
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2114221211

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2707-01
25351.558120/2021-85 / 7812369
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115041219

ME CAVALHEIRO DROGARIA / 40.077.740/0001-40
25351.553034/2021-86 / 7812034
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099657218

DROGARIA BENECOR EIRELI / 39.286.816/0001-69
25351.553041/2021-88 / 7812096
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099675216

DROGARIA ADEFARMA LTDA ME / 38.543.147/0001-09
25351.564544/2021-89 / 7812997
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2132394211

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1013-99
25351.524917/2021-89 / 7811346
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015241218

ADRIELI STASIAK / 15.179.741/0002-30
25351.389289/2021-89 / 7812568
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1931816212

MAXI IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 31.011.966/0001-58
25351.557848/2021-90 / 4034143
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2114153215

GEDEILSON RODRIGUES SOARES / 41.918.056/0001-07
25351.564542/2021-90 / 7812983
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2132388217

SEEDBRAZIL COSMETICS EIRELI / 26.614.278/0001-42
25351.434850/2021-91 / 4034112
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1743406215

OMEGA PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS EIRELI / 21.376.045/0001-35
25351.536424/2021-91 / 4034018
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047452210

R. Araujo Guimaraes - EPP / 27.563.336/0001-19
25351.552543/2021-91 / 3104646
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2098568215

ALPHANORTE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI / 31.117.814/0001-34
25351.552670/2021-91 / 8224741
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2098745214

FERNANDES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS S.A / 93.641.710/0065-46
25351.524922/2021-91 / 7811255
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015256216
---
elisangela da silva d araujo eireli / 34.910.008/0001-07
25351.278052/2020-92 / 7811883
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3655024208

SCM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.111.661/0001-71
25351.524986/2021-92 / 7811042
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015517214

Rodars Logística Integrada Eireli / 31.981.031/0001-02
25351.536304/2021-94 / 8224496
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2047250218

BRITO SANTOS E MOURA LTDA / 40.144.302/0001-58
25351.558111/2021-94 / 7812307
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115022212

F.S. FOREST SUN INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 41.700.984/0001-09
25351.536449/2021-95 / 3104601
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2047483212

FARMACIA E DROGARIA SHOPPING DA SAUDE LTDA / 41.456.520/0001-90
25351.564493/2021-95 / 7812506
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2132224214

ML COMERCIAL FARMACÊUTICA LTDA / 39.922.051/0001-06
25351.558094/2021-95 / 7812278
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2114972211

Cirurgica Lajeadense Ltda / 21.112.395/0002-75
25351.541668/2021-96 / 8224678
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2062289219

NEW LOGISTICA LTDA / 21.401.987/0001-26
25351.557823/2021-96 / 4034130
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2114118215

F.A.EVANGELISTA CERQUEIRA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 41.098.611/0001-00
25351.561855/2021-96 / 7812450
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2128019213

D C DA S MAMANI / 39.818.795/0001-85
25351.558129/2021-96 / 7812429
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115064218

LSA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA / 35.095.642/0001-04
25351.552783/2021-96 / 3104677
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2098870213

EXPRESSO RODOMINAS LTDA / 04.799.398/0006-33
25351.451758/2021-96 / 8224769
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 2020934213

A D DO NASCIMENTO COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 41.304.712/0001-81
25351.553032/2021-97 / 7811792
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099651219

VICTOR YAN ZAMBENEDETTI ILHA / 39.914.994/0001-97
25351.564535/2021-98 / 7812628
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2132349216

FARMA ONOFRE DISTRIBUIDORA LTDA / 35.773.243/0001-47
25351.536544/2021-99 / 8224511
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2047591210

Agronatural Basso Ltda / 05.075.004/0001-52
25351.531070/2021-99 / 3104569
734 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2031971212

RESOLUÇÃO RE Nº 2.266, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

L E FARMACIA LTDA / 15.045.542/0001-58
25351.162580/2013-00 / 0911698
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133099219

ALMEIDA MAIA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 34.112.070/0001-53
25351.540330/2019-01 / 7680051
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2099937212

IDEAL FARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 38.377.783/0001-08
25351.333337/2020-01 / 7761888
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2099935216

BAPTISTON COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 35.152.857/0001-01
25351.166686/2020-01 / 7713384
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2066557211
---
latsch &bochi Ltda / 94.963.576/0010-99
25351.066510/2014-02 / 7103171
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1846904213

GFC COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 10.359.335/0001-54
25351.034740/2014-02 / 7097173
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2127539214

DIAGTEC PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI / 30.193.044/0001-46
25351.187563/2020-04 / 8197731
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2047679214

FRITZ EXPRESS LTDA / 97.360.549/0001-29
25351.697137/2012-05 / 3055967
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2047451213
---
bd distribuidora de medicamentos e material hospitalar ltda epp / 19.349.009/0001-30
25351.046222/2017-09 / 8146717
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1947461214

DROGARIA BONFIM ZULATO LTDA / 66.191.974/0001-08
25351.022971/2003-11 / 0323721
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2128023211

AD MICHELOTO &CIA LTDA EPP / 07.218.502/0001-32
25351.289182/2005-11 / 0426283
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133143210

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0391-04
25351.666235/2014-11 / 7324663
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2120585210

DROGARIA BONFIM ZULATO LTDA / 66.191.974/0001-08
25351.022971/2003-11 / 0323721
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2128122210

LUCIO JOAQUIM ELLER EPP / 02.313.859/0001-86
25351.578118/2013-12 / 7037790
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0706686214

M.A.B FARMACIA DE MANIPULACAO EIRELI / 56.847.403/0001-25
25351.613694/2013-13 / 7009393
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0990594204

DE CONTO E STEIGLEDER FARMACIA LTDA. / 09.527.564/0002-32
25351.268930/2014-13 / 7172031
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3588572206

JG RIBEIRO &CIA LTDA / 28.806.155/0001-39
25351.108581/2018-13 / 7569549
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133051214

M.A.B FARMACIA DE MANIPULACAO EIRELI / 56.847.403/0001-25
25351.613694/2013-13 / 7009393
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0990570207

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0289-19
25351.156258/2014-14 / 7141240
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133105217

MED@X COMERCIO ELETRONICO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES LTDA / 31.145.000/0001-03
25351.346754/2020-14 / 3093671
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2061997210

BULA BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA / 22.139.078/0001-24
25351.684725/2019-14 / 8192461
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2114203212
25351.684725/2019-14 / 8192461
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2114204219

J&G PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 05.283.263/0001-79
25351.366946/2018-14 / 3080820
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 2062198213
---
empreendimentos pague menos s/a / 06.626.253/0269-75
25351.395823/2014-16 / 7235117
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133133212

BIO ANALISE DROGARIA LTDA / 40.613.249/0001-97
25351.284831/2021-16 / 7797021
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133115214

DROGARIA VALLE RJ LTDA - ME / 11.505.341/0001-35
25351.782922/2018-17 / 7623639
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2160002213

MARIA LUCIA DORNELAS CERQUEIRA PINTO ME / 25.773.714/0001-63
25351.138822/2014-17 / 7142280
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2130421211

DROGARIA VIANA &VIANA LTDA / 09.478.195/0001-54
25351.431753/2014-18 / 7244348
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133109210

FARMACIA BAGATOLLI LTDA ME / 18.236.001/0001-03
25351.530880/2013-18 / 0595141
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133149219

JUSSANI &BERNARDINELLI LTDA / 18.247.139/0001-08
25351.401051/2014-18 / 7230842
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2128032211
25351.401051/2014-18 / 7230842
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2128030214

BEAUTY BRAZIL COSMETICS IMPORTACAO E EXPORTACAO - EIRELI / 24.868.650/0001-11
25351.524490/2021-19 / 4033900
7187 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE CLASSE / 2062034211

DROGARIAS ULTRA POPULAR QUERENCIA LTDA / 23.650.055/0001-42
25351.069140/2016-19 / 7456811
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133049212

DROGAMINAS LTDA / 32.485.807/0001-58
25351.027761/2003-19 / 0343799
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2099947210

SEVERINO ANTONIO SOARES DA SILVA ME / 06.097.247/0001-54
25351.642190/2013-19 / 7020136
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2159996213
---
farmacia itabaiana eireli / 30.886.278/0002-50
25351.119197/2019-19 / 7639317
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2099955211

DROGARIA SOUSA LTDA / 05.154.607/0001-40
25351.614939/2014-19 / 7305007
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2099927215

BRA SEG MED WORLD DROGARIA LTDA / 08.952.298/0002-22
25351.075531/2014-19 / 7107446
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2066563216

DROGARIA JMG LTDA ME / 09.314.046/0001-50
25351.527141/2014-20 / 7290841
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133075211

ARNON GERARD MELO FURTADO / 32.324.083/0001-60
25351.320243/2019-21 / 7658069
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1660037211

DROGAMIX DROGARIA LTDA - ME / 18.854.256/0001-21
25351.054957/2014-21 / 7100235
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2099931213

FARMÁCIA CABEÇUDA LTDA / 14.119.565/0001-05
25351.279010/2014-21 / 7310725
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133061211

Farmácia Homeopática Seiva da Natureza Ltda / 80.937.444/0001-97
25351.347466/2014-21 / 7210961
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2120611212

NEW PHOENIX FARMACIA LTDA ME / 17.578.000/0001-76
25351.147212/2013-23 / 0909881
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133137215

DROGARIA FTB BARRA DOS COQUEIROS EIRELI - EPP / 19.230.683/0001-00
25351.251106/2014-24 / 7164587
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1329254214

DROGARIA PLENITUDE LTDA / 39.322.611/0001-91
25351.683570/2020-24 / 7774421
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2066567219

J&G PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 05.283.263/0001-79
25351.366782/2018-25 / 1178339
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 2062178212

A J RAMOS MOTA EPP / 20.184.554/0003-65
25351.476040/2017-26 / 7539064
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2099987219

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0180-18
25351.349639/2015-26 / 7393831
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2120591214

ERTHAL E ROMANDINI FARMACIA LTDA / 25.096.716/0001-65
25351.211411/2017-26 / 7514431
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2120579215

TMI COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 37.885.915/0001-31
25351.149832/2020-26 / 7755562
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2159992211
25351.149832/2020-26 / 7755562
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2160022218

ROSANA ALVES GOUVEIA / 29.835.145/0001-94
25351.160787/2019-27 / 7642410
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0854941219

MED@X COMERCIO ELETRONICO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES LTDA / 31.145.000/0001-03
25351.346750/2020-28 / 8199442
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2062219211

JOSIANA SANT ANNA DA ROSA &CIA LTDA / 08.647.019/0001-36
25351.149431/2014-28 / 7133275
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2099929211

W.K. CATENACI LTDA / 65.912.388/0001-42
25351.075432/2014-29 / 7109035
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2099979218

SELMA APARECIDA DA SILVA &CIA LTDA / 10.502.321/0001-48
25351.424291/2011-30 / 0787200
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2160004210

DROGARIA UNIVERSITÁRIA LTDA -ME / 02.084.168/0001-58
25351.024275/2003-31 / 0327401
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133141213

DROGARIA SAMBAETIBA LTDA -ME / 61.869.608/0001-41
25351.200016/2002-31 / 0076181
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2099983216

TLE MEDICAMENTOS EIRELI / 37.434.906/0001-24
25351.459543/2020-32 / 7766334
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2099973219

FARMACIA A NATIVA LTDA-ME / 17.328.271/0001-73
25351.397014/2017-32 / 7528841
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2099965218

TLE MEDICAMENTOS EIRELI / 37.434.906/0001-24
25351.459543/2020-32 / 7766334
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2099933210
25351.459543/2020-32 / 7766334
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2099969211

CONTEXTO DISTRIBUIDORA LTDA / 02.094.445/0001-03
25351.468876/2021-33 / 8223520
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2047582211

ARPOADOR COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 27.326.719/0033-50
25351.098593/2017-33 / 7504331
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2099959213

R CASTRO DOS SANTOS / 08.696.975/0001-08
25351.579297/2020-34 / 7730605
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2099957217

LEITÃO E BARBOSA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 38.030.859/0001-16
25351.264906/2021-34 / 7795662
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2099967214

NOVALE INDUSTRIA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA / 94.371.309/0001-31
25025.522000/2010-34 / 3045120
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 2047391211

FARMACIA E DROGARIA PLETSCH &MIGUENS LTDA-ME / 08.508.342/0001-29
25351.155343/2007-36 / 0490743
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133131216

DROGARIA MENOR PREÇO LTDA / 32.075.317/0001-83
25351.149830/2020-37 / 7755545
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133119217

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0396-00
25351.264920/2021-38 / 7795831
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133123215

A.C. DA FONSECA REGIS MENDES CONRADO / 10.846.217/0001-70
25351.391827/2016-38 / 7481065
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133065214

FARMA REAL LTDA / 13.990.566/0001-50
25351.394159/2014-39 / 7243953
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133063218

MANZINI E KLINGER DROGARIA LTDA / 34.183.462/0001-03
25351.592795/2019-39 / 7686573
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133069217

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/1499-70
25351.336004/2016-40 / 7476590
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2115935211

M &R DROGARIA LTDA / 22.494.076/0002-34
25351.708690/2020-41 / 7774923
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2160000217

FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO FLORA MEDICINAL DO GUARUJÁ LTDA / 65.921.496/0005-05
25351.457552/2014-41 / 7259753
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2099963211

MAGNO CESAR DE CASTRO BRITO / 29.904.535/0001-79
25351.264090/2018-43 / 7583721
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133125211

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0413-46
25351.641945/2013-43 / 7035433

7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133117211

Dental Cremer produtos odontológicos s.a. / 14.190.675/0002-36
25351.272440/2012-43 / 2063873
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2061935214

EXCEL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO LTDA / 29.327.521/0001-30
25351.703501/2020-44 / 8205181
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2098845219

ARC TRANSPORTE &LOGISTICA DO TRANSPORTE - EIRELI / 21.160.941/0003-24
25351.380942/2021-44 / 8222586
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2098529210

FARMÁCIA E DROGARIA PREÇO MELHOR LTDA. / 13.730.568/0005-33
25351.150453/2019-45 / 7641951
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133139211

A. M. BEZERRA PUERTA LTDA / 14.575.461/0001-05
25351.136058/2014-45 / 7123308
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2129943219

MEDICAL SHOPPING LTDA / 29.682.734/0001-80
25351.732150/2019-45 / 8193268
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2047558212

DROGARIA CATEDRAL DE ASSIS LTDA - EPP / 69.043.503/0002-21
25351.073196/2011-47 / 0745741
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2066571217

ALDEIA DAS ERVAS COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS HOMEOPÁTICOS LTDA-ME / 22.103.399/0001-79
25351.718272/2018-48 / 7679954
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133113218

RIBEIRO E DUTRA LTDA - ME / 01.838.360/0001-20
25351.736509/2014-49 / 7344973
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133153217

DROGARIA INOVE FARMA LTDA / 30.572.402/0001-21
25351.746864/2018-50 / 7620308
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2159986216

BÉU &BÉU - DROGARIA LTDA ME / 10.693.409/0001-94
25351.485633/2013-50 / 0993914
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1021567211

VERABRAS COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - EPP / 23.351.120/0001-39
25351.751163/2015-51 / 8131961
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2062202211

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0351-24
25351.610777/2013-51 / 7007331
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2099951218

FARMACIA E DROGARIA ROMAO LTDA / 33.721.737/0001-52
25351.420745/2019-51 / 7671367
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133151211

ATIVA DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA / 01.125.797/0001-16
25351.271310/2006-51 / 8031795
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2047630215

GMRB Comércio de Produtos Médicos e Diagnósticos Eireli / 34.255.136/0001-64
25351.611183/2019-52 / 8190551
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2047462215

CLENILSON SOUZA BARRETO - ME / 17.269.074/0001-20
25351.080737/2014-52 / 7109694
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2120605218

GENOMMA LABORATORIES DO BRASIL LTDA / 09.080.907/0005-06
25351.365543/2021-53 / 8222971
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2062197217

DIMED S/A - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0046-79
25351.349921/2013-53 / 0957955
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2120619218
25351.349921/2013-53 / 0957955
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2120601215
---
farmacia droga nossa eireli / 37.812.491/0001-85
25351.394947/2021-54 / 7803584
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2120587216

BELCHER FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA ME / 14.146.456/0001-79
25351.520386/2021-55 / 3104420
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1998934217

OFS RJ LTDA / 04.779.685/0023-82
25351.685608/2014-55 / 7328452
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2066561210

BELCHER FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA ME / 14.146.456/0001-79
25351.520386/2021-55 / 3104420
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1998947211

NUTRILAR INDÚSTRIA DE SABÃO E ÓLEO LTDA ME / 04.742.371/0001-08
25351.751999/2008-56 / 3039079
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 2098821212
---
santos e lima drogaria / 10.709.549/0001-03
25351.695543/2014-56 / 7327656
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2120603211

M.C. BORGES DE SOUSA / 33.030.766/0001-78
25351.730374/2020-56 / 7737452
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2120595217
25351.730374/2020-56 / 7737452
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2120615215

MACER DROGUISTA LTDA / 71.448.047/0047-43
25351.571537/2017-57 / 7548541
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2099993213

SILVA E DELGADO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI / 08.393.709/0001-06
25351.088569/2009-58 / 1082001
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 2047336210

DIEGO MAGALHAES DA SILVA / 33.045.046/0001-86
25351.358755/2019-60 / 7660502
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2159988212

ASER COMERCIO ASSESSORIA REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 40.932.267/0001-31
25351.440370/2021-60 / 1255033
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1827996218

GENESIO JOSE COLOMBO &CIA LTDA / 04.058.075/0001-84
25351.218847/2002-60 / 0104351
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2120607214

MED@X COMERCIO ELETRONICO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES LTDA / 31.145.000/0001-03
25351.346746/2020-60 / 4019762
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2062072210

BASTON INDÚSTRIA DE AEROSSOIS LTDA / 05.855.974/0001-70
25023.035991/2009-61 / 3040673
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2062106211

Dental Cremer produtos odontológicos s.a. / 14.190.675/0002-36
25351.275096/2012-61 / 3051354
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2061996213

MED@X COMERCIO ELETRONICO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES LTDA / 31.145.000/0001-03
25351.346753/2020-61 / 1238128
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2062130210

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0196-85
25351.020857/2015-61 / 7358071
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133121219
---
drogaria lucimar ltda-me / 04.629.090/0001-35
25351.653307/2014-62 / 7323057
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2099953214
25351.653307/2014-62 / 7323057
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2099989215

VELOXX TRANSPORTES LTDA - EPP / 14.990.752/0001-51
25351.606914/2014-63 / 1122365
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1962823211

JOSÉ BENEDITO DE SOUSA DROGARIA / 11.480.527/0001-87
25351.514804/2013-65 / 0991780
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133071219

S M DE VASCONCELOS / 22.602.728/0003-98
25351.217881/2019-65 / 7647451
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1005459216

UNION QUÍMICA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA / 00.948.736/0001-96
25351.037155/2005-65 / 3030391
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 2062129211

ASSP DROGARIA REAL EIRELI / 31.498.390/0001-03
25351.767838/2018-65 / 7622357
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133055217

LEONARDO &LEONARDO DROGARIA LTDA / 53.590.956/0001-57
25351.051571/2014-67 / 7100850
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2099943217

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S.A. / 06.626.253/0090-27
25754.205728/2013-67 / 0914919
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2120597213

DALBANO APARECIDO DE JESUS / 39.816.560/0001-54
25351.626397/2020-67 / 7772221
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2128253216

CONTEXTO DISTRIBUIDORA LTDA / 02.094.445/0001-03
25351.469049/2021-67 / 4033490
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2047583217

DROGARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS LTDA / 08.635.224/0001-81
25351.410806/2014-67 / 7314991
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2099941211

BRASIL MÉDICO LABORATÓRIAL LTDA - EPP / 11.516.136/0001-75

25351.054168/2011-67 / 8072228
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0155696211

M DAS G DE SOUSA CAVALCANTE ME / 02.104.256/0001-74
25351.387822/2013-68 / 7007603
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2159984210

MEDICAL CORPORATION BRAZIL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS LTDA / 22.211.035/0001-02
25351.227911/2016-69 / 8139504
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2047495211

EQUILÍBRIO AMBIENTAL SOLUCOES EM TRATAMENTO DE EFLUENTES LTDA / 07.515.397/0001-01
25351.508728/2021-69 / 3104387
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2098746211

NURMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 23.669.731/0001-20
25351.362217/2019-70 / 8183977
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2062001215

NUTRIEX INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA / 15.058.160/0001-69
25351.225390/2012-70 / 2065965
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4369519209

DROGARIA CAPITAO TELES EIRELI - EPP / 19.403.547/0001-66
25351.353580/2015-71 / 7395234
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2159978215

CIN 3 A INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 11.470.361/0001-18
25351.192617/2010-71 / 3043649
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 2062246218
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 2062205210

DROGARIA JARDIM RIACHO LTDA / 35.506.656/0001-65
25351.200671/2020-71 / 7715401
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2099945213
---
abba &abba ltda / 23.368.554/0001-41
25351.188939/2021-71 / 7798715
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2120609211

FALAVINA DROGARIA E COSMETICOS LTDA - ME / 13.236.004/0002-04
25351.408597/2015-72 / 7399298
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2159980217

KRIEG TATTOO IMPORTACAO E COMERCIO LTDA / 31.473.431/0001-07
25351.779444/2020-74 / 8212792
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2098843216

MARIA DE JESUS MILHOMEM DA SILVA / 13.852.915/0001-77
25351.508153/2013-74 / 7007176
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133067211

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0337-50
25351.770114/2014-75 / 7352401
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133101214

ALEKOSMÉTICA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA. / 09.663.065/0001-91
25351.289576/2019-75 / 4009826
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1606159216

A.ZANUTTO FARMACIA LTDA ME / 05.221.913/0001-51
25351.138684/2014-76 / 7122961
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2133127218

VETTORE COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA / 33.746.675/0001-33
25351.522717/2019-77 / 8188181
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2050944217

R. DA SILVA ALENCAR / 24.512.328/0001-55
25351.249985/2017-77 / 7516390
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133059210
---
comercio de medicamentos brair ltda / 88.212.113/0207-12
25351.485839/2013-80 / 0995227
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133103211

BIOLINE COMERCIAL LTDA / 04.762.934/0001-11
25351.189712/2002-80 / 8012082
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2047549213

DROGARIA JANINEFARMA LTDA / 00.025.528/0001-15
25351.182636/2002-81 / 0020800
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2099977211

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0452-52
25351.326770/2014-81 / 7206131
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2120599210

PLANO A COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 35.688.272/0001-00
25351.448820/2020-81 / 7724740
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133107213

J&G PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 05.283.263/0001-79
25351.366781/2018-81 / 8168249
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2062287216
---
ismael auer junior me / 24.438.284/0001-60
25351.463587/2016-81 / 7485465
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2116951219

MARINHO &VALE FARMACIA LTDA - ME / 13.657.369/0001-13
25351.409908/2017-82 / 7530693
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3623485201

ATIVA DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA / 01.125.797/0001-16
25351.339727/2011-82 / 3048799
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 2047649218

QUATTROR COMERCIAL LTDA / 11.916.306/0001-09
25351.469140/2021-82 / 8223595
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2047732212

DROGARIA E PERFUMARIA CORTEZ LTDA / 07.154.884/0001-88
25351.047153/2005-84 / 0420948
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2120575212

D.R.N. DOS SANTOS &CIA LTDA / 01.405.742/0002-40
25351.726203/2014-84 / 7341642
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2130249219
---
empreendimentos pague menos s/a / 06.626.253/0224-73
25351.548426/2015-85 / 7416526
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2099985212

LIRA GIRAO COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 40.608.726/0001-26
25351.142913/2021-86 / 7789776
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133097212

MED ME MEDICAMENTOS LTDA / 31.131.990/0001-20
25351.412664/2019-87 / 7667406
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2066577216
---
jaime da silva lima drogaria me / 20.971.332/0001-20
25351.224918/2015-88 / 7380963
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133053211

F GERCYANNE BATISTA PEREIRA EIRELI / 33.803.045/0001-53
25351.402366/2019-89 / 7667151
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133057213

GENOMMA LABORATORIES DO BRASIL LTDA / 09.080.907/0001-82
25351.698962/2009-89 / 8058518
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2062282214

DRUGSTORE DROGARIA GUERRA E SILVEIRA LTDA / 32.781.394/0001-59
25351.296319/2019-90 / 7655639
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2120617211

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0131-30
25351.054568/2014-90 / 7122291
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2120583213

DROGARIA GRAZIELE MAGRI EIRELI - ME / 07.157.783/0001-60
25351.152682/2014-90 / 7132330
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2096240211

VELOXX TRANSPORTES LTDA - EPP / 14.990.752/0001-51
25351.606930/2014-91 / 3060844
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1962783219
25351.606928/2014-91 / 8111906
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1962836215
25351.606928/2014-91 / 8111906
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1962892212

DROGARIA AOE PHARMA LTDA / 14.309.746/0001-96
25351.401080/2013-91 / 0968238
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2066569215

FARMÁCIA SUPER ECONÔMICA EIRELI - ME / 22.521.798/0001-50
25351.410187/2015-91 / 7399574
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133129214

DROGARIA TAUMATURGO LTDA / 27.051.083/0001-02
25351.490466/2017-92 / 7547727
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2120581217

DIEGO MAGALHAES DA SILVA / 33.045.046/0002-67
25351.528504/2020-92 / 7728357
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2099939219

NILTON APARECIDO MARIQUITO / 00.524.143/0001-00
25351.715947/2013-92 / 7062761
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2099949216

DROGARIA TAUMATURGO LTDA / 27.051.083/0001-02
25351.490466/2017-92 / 7547727
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2120621210

ATIVA DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA / 01.125.797/0001-16
25351.002929/2002-94 / 1052902
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 2047367212
25351.062344/2004-95 / 2037339
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 2047368219

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0009-24
25351.034667/2014-95 / 7132741
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2120613219

Drogaria Lorena Oliveira Eirelli / 28.239.159/0002-63
25351.692170/2018-95 / 7615602
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133145216

FRANCISCA DAS CHAGAS DE SAMPAIO FONTENELE FILHA / 38.945.852/0001-24
25351.012024/2021-95 / 7784168
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2099961215

PFFILL INDUSTRIA DE COSMETICOS E SANEANTES LTDA / 26.816.103/0001-18
25351.007302/2018-97 / 2098744
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 2062099215

SAMYRAS EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA - ME / 11.780.793/0001-25
25351.372368/2017-99 / 8153185
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2047642213

IRMAOS CARDOSO COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME / 11.738.163/0001-92
25351.268929/2014-99 / 7173327
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1659811213

CIEX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA / 93.480.192/0001-61
25000.023219/97-78 / 1033282
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2047675219

RESOLUÇÃO RE Nº 2.267, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DROGA HIPER CUIABA EIRELI / 30.592.994/0001-43
25351.363397/2018-26 / 7593727
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0417989217

VITALLIS DIAGNÓSTICA LTDA / 01.663.156/0001-15
25351.013873/2006-27 / 8028965
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 1205552219

TECNOPHARMA DE FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 31.575.186/0019-60
25351.448118/2019-84 / 7673337
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2571215202

CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA. / 61.064.929/0001-79
250000817079 / 1008857
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 0771227213

RESOLUÇÃO RE Nº 2.268, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

L. P. VAZ - ME / 15.434.854/0001-53
25351.536630/2021-00 /
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 2047702216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE para a classe de produtos solicitada, nº 7.38207-7, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99. A autorização vigente já permite o comércio varejista de produtos para saúde (correlatos).

J.B. ALVES FARMACIA / 41.255.379/0001-68
25351.524984/2021-01 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015491217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

R H ROCHA / 26.148.006/0001-02
25351.524945/2021-04 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015363215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

LVL COMERCIO DE PRODUTO HOSPITALAR LTDA / 40.914.793/0001-79
25351.556214/2021-10 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2111087211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

DEOLINDA MARTINS DE SOUZA-ME / 29.041.224/0001-23
25351.553053/2021-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099711216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

ADELMIRA BRUM LOUVEIRA / 41.185.663/0001-05
25351.542019/2021-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063560215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

PROX DO BRASIL PRODUTOS QUIMICOS / 14.693.937/0001-02
25351.541687/2021-12 /
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2062308213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O relatório apresentado, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas (Indústria de Saneantes). Em desacordo com o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014

FARMACIA JLH LTDA / 41.285.502/0001-93
25351.553021/2021-15 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099618217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

GILBERTO DA SILVA - IRATI / 39.856.105/0001-82
25351.541486/2021-15 /
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2062074212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

VICTOR YAN ZAMBENEDETTI ILHA / 39.914.994/0001-97
25351.552763/2021-15 /
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 2098848218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui autorização nº 7.81262-8,que contempla a classe e a atividade pleiteadas, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, Resolução RDC 16/2014 e Lei 9.782/99.

SEVEN FARMACIAS LTDA / 19.664.574/0001-92
25351.558125/2021-16 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115054211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

NEXOMED MATERIAL MEDICO LTDA / 34.321.074/0001-41
25351.563778/2021-17 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2130923216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei nº 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto nº 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

PRODEMAX - PROTESE DENTARIA LTDA / 11.384.321/0001-53
25351.557793/2021-18 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2113992213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

VILA VITORIA MERCANTIL DO BRASIL LTDA / 14.024.944/0001-03
25351.486384/2021-20 / 4033441
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 2067212214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração, conforme o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. O documento encaminhado não evidencia que a alteração de endereço se deu por um ato do poder público.

BELLA FARMA FARMACIA LTDA. / 41.701.912/0001-78
25351.542015/2021-24 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063548216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

HELENA E SOUSA LTDA / 41.563.129/0001-95
25351.524932/2021-27 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015293211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011. (Documento sem assinatura)

H Z Y COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS EIRELI / 06.217.553/0001-87
25351.536520/2021-30 /
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047563216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. O relatório apresentado se refere a "comércio varejista de Artigo especializado de eletrodoméstico e equipamentos de áudio e vídeo.
---
helio pagliarini filho me / 14.419.114/0001-85
25351.563719/2021-31 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2130862217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei nº 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto nº 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

Berthax Surgical EIRELI EPP / 23.297.441/0001-00
25351.557849/2021-34 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2114154211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

EXCELLENCE CLINICA DE ESTETICA AVANÇADA E DROGARIA EIRELI / 41.327.298/0001-26
25351.564543/2021-34 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2132391217

MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

VILA VITORIA MERCANTIL DO BRASIL LTDA / 14.024.944/0001-03
25351.042914/2014-38 / 3057741
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 2067245210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração, conforme o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. O documento encaminhado não evidencia que a alteração de endereço se deu por um ato do poder público.

ORION FARMACEUTICA EIRELLI / 35.989.188/0001-27
25351.536577/2021-39 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2047629217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
r h rocha / 26.148.006/0002-85
25351.524946/2021-41 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015366210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.
---
vieira &assuncao produtos medicos e ortopedicos ltda / 28.770.096/0001-96
25351.541674/2021-43 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2062295219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa possui AFE para a atividade de varejista de produtos para saúde. Assim, a petição está em desacordo com a RDC 76/2008. Não há previsão de ampliação de atividade para AFE de varejista de produtos para saúde. A empresa deve solicitar o cancelamento da autorização vigente juntamente com o pedido de nova autorização para a atividade requerida de Atacadista.

RENNER sa / 92.754.738/0001-62
25351.849296/2021-43 /
746 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0142602213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

Berthax Surgical EIRELI EPP / 23.297.441/0001-00
25351.557928/2021-45 /
734 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2114246213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

M.G.D.DE OLIVEIRA MEDICAMENTOS / 36.444.625/0001-90
25351.579286/2020-54 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1998027202
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 2075648/20-8 no prazo estabelecido na regulamentação vigente, contrariando o § 3º do artigo 6º da RDC nº 204/2005.

MARIO CESAR VITAL RAMOS / 38.537.766/0001-82
25351.553047/2021-55 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099693214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

Foppa e Zanella LTDA / 11.175.226/0006-54
25351.524888/2021-55 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015132212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

FARMACIA MURIAENSE DA PIRAQUARA EIRELI / 39.152.497/0001-07
25351.524983/2021-59 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015488217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

A R M de Oliveira eireli / 14.532.556/0001-33
25351.541489/2021-59 /
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 2062077211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de contrato social com objeto compatível com a atividade pleiteada, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

DENTAL TRIANGULO COMERCIO LTDA - EPP / 37.071.230/0001-51
25351.541536/2021-64 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2062133219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente para a classe de produtos solicitada (correlatos), nº 8.12748-1, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99. Caso deseje, a regulada pode solicitar o cancelamento da autorização anterior e interpor recurso.
---
farma horto produtos farmaceuticos ltda / 37.122.685/0001-59
25351.553052/2021-68 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099708216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

Bella Farma Produtos Farmacêuticos Eireli / 38.594.330/0001-25
25351.553011/2021-71 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099572215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.
---
jean de oliveira gomes / 18.494.465/0001-01
25351.553029/2021-73 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2099642210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

SEBOLD INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA / 39.655.478/0001-95
25351.531229/2021-75 /
735 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2032346214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente, Nº 3.10451-1, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99. A empresa deve solicitar alteração por ampliação de atividade.

NORTE QUÍMICA EIRELI / 37.531.145/0001-29
25351.541686/2021-78 /
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2062307217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas(Cosméticos - Indústria), emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76.

GMEDICA - GESTAO MEDICA COMERCIO E REPRESENTACOES LIMITADA / 09.338.719/0001-01
25351.563609/2021-79 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2130747213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei nº 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto nº 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

LAM BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI - ME / 29.084.765/0001-39
25351.536602/2021-84 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2047666210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE de varejista vigente para a classe de produtos solicitada, nº 8.16317-8, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99. A regulada pode solicitar cancelamento da autorização anterior e interpor recurso.

EREMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.340.103/0001-88
25351.503155/2021-87 /
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1947248219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RICARDO MACIEL DA SILVA - ME / 24.743.083/0001-77
25351.552665/2021-88 /
855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 2098740212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui autorização vigente, nº 8.22395-9 para a classe e atividade pleiteada, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, Resolução RDC nº 275/2019 ou 16/2014 e Lei 9.782/99.

MEIRELES E CAVALCANTE LTDA / 29.603.041/0001-54
25351.552538/2021-89 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2098533217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. A licença sanitária não é aceita como documento válido para fins de concessão de AFE, conforme disposto na RDC nº 16/2014 e Lei 6.360/76.

DROGARIA PREFARMA LTDA / 39.779.546/0001-28
25351.524915/2021-90 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015235213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

IBPHARM DROGARIA LTDA / 38.260.660/0001-84
25351.542012/2021-91 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063539217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

Comércio de mdicamentos São Cristovão ltda / 41.852.509/0001-40
25351.558104/2021-92 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2115014211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

Drogaria JL LTDA / 40.925.246/0001-99
25351.542037/2021-94 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2063608213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.
---
drogaria poupefarma ltda-me / 18.875.844/0001-41
25351.524947/2021-95 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2015369214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

RESOLUÇÃO RE Nº 2.269, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

CONNEX COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 30.551.090/0001-70
25351.333781/2021-08 / 8221871
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2113986213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. O relatório apresentado não autorizou expressamente a atividade solicitada.

M L FERREIRA DE JESUS - EPP / 04.569.313/0001-16
25351.165658/2014-11 / 7147532
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2066565212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

EQUIPO FARMA COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP / 24.240.148/0001-61
25351.326198/2016-12 / 1158050
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3245710208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 3761974/20-8, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
25351.326150/2016-16 / 3070473
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3245834209
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 3764116/20-6, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.

Facil farma ltda me / 28.147.812/0001-83
25351.656923/2017-18 / 7553047
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1901697212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 2035415/21-1, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019.

NovaPharma Drugstore Comercio de Medicamentos Ltda / 28.928.781/0001-06
25351.724731/2018-22 / 7620265
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2066574211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

RENATO LUIZ CASSOL E CIA LTDA ME / 93.980.555/0001-28
25351.182845/2002-25 / 0080811
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4652110201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 0133537/21-5, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. A empresa solicitou prorrogação de prazo para cumprimento, todavia, não há previsão legal para a solicitação.

BR2 SAÚDE ATACADISTA FARMACÊUTICA LTDA / 37.174.107/0001-66
25351.039897/2021-45 / 8217651
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2047439213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento completo vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. O relatório apresentação tem páginas faltantes e não inclui conclusão.

SAUDE &VIDA FARMACIA LTDA / 20.008.501/0001-21
25351.329378/2014-47 / 7205885
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133073215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

Hertzog &Motta Drogaria Ltda - ME / 23.910.095/0001-86
25351.978961/2016-48 / 7447366
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133147212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

J F DOS SANTOS / 15.552.761/0001-23
25351.113453/2014-50 / 7119318
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0064845211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

SANTO ANTÔNIO MEDICAMENTOS EIRELI / 81.428.146/0001-34
25351.006902/2008-66 / 0521434
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133135219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

LEONARDO &LEONARDO DROGARIA LTDA / 53.590.956/0001-57
25351.051571/2014-67 / 7100850
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2099975215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

FARMACIA DO TRABALHADOR BOA VISTA LTDA - ME / 28.694.018/0001-50
25351.001865/2018-71 / 7562233
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2159998210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O Alvará Sanitário apresentado não contempla a atividade requerida e não houve apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

DROGARIA E PERFUMARIA CS LTDA / 06.294.259/0001-79
25351.450914/2014-72 / 7254509
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2160006216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.
25351.450914/2014-72 / 7254509
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2159982213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

C E M COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME / 17.142.751/0001-45
25351.160570/2016-74 / 7463141
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2778708207
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 3335802/20-8,no prazo regularmente estabelecido, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. É de responsabilidade do interessado a verificação quanto a existência de exigências, conforme estabelecem os artigos 4º e 5º da RDC 204/2005.

CRISTINA DA SILVA DROGARIA ME / 05.609.355/0001-04
25351.222463/2014-85 / 7165318
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2159994217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado pela empresa encontra-se com seu prazo de validade expirado, e não houve apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

BIGGI E BIGGI LTDA - ME / 11.861.613/0001-30
25351.473628/2014-85 / 7267182
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2159990214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

EQUIPO FARMA COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP / 24.240.148/0001-61
25351.326188/2016-94 / 8141251
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3245775202
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 3762531/20-4, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.

Vieira da Silva e Cia LTDA ME / 05.517.493/0001-55
25351.721630/2013-95 / 7064073
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2099981210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

Blimax-Iag Produtos de Limpeza Ltda / 01.985.864/0001-72
25005.056898/99-10 / 3022501
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 2098531214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

SA FABRICA DE TECIDOS SAO JOAO EVANGELISTA / 21.555.008/0001-94
2476497 / 1034166
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2047477212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO RE Nº 2.270, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

E F CASSA FARMACIA DE MANIPULAÇAO / 33.156.501/0001-10
25351.406931/2021-00 / 1256761
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 1661031218

EDMILSON E EDINALVA TAVARES LTDA / 10.814.537/0001-49
25351.541535/2021-10 / 1256792
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2062132212

M A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 39.883.898/0001-29
25351.541408/2021-11 / 1256559
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2061946216
---
transrefer transporte e logistica ltda / 19.694.199/0005-57
25351.552675/2021-13 / 1256731
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2098751214

OMEGA PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS EIRELI / 21.376.045/0001-35
25351.536572/2021-14 / 1256501
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2047624215

PÓLEN BROTAS MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS - EIRELI - EPP / 22.514.513/0001-53
25351.564714/2021-25 / 1256640
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2133047216

CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 39.610.184/0001-47
25351.541526/2021-29 / 1256636
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2062120214

NEOLAB IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 41.590.794/0001-78
25351.541725/2021-37 / 1256667
706 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2062374216

FARMA ONOFRE DISTRIBUIDORA LTDA / 35.773.243/0001-47
25351.536580/2021-52 / 1256531
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2047633214

PH COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 30.848.237/0001-98
25351.536541/2021-55 / 1256485
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2047588219

QLS - QUALITY LIFE SCIENCES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 37.182.605/0001-50
25351.451640/2021-68 / 1256684
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1953602215

ALPHA MAX COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 38.298.581/0001-62
25351.536379/2021-75 / 1256576
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2047397219

ATIVA DISTRIBUIÇÃO E LOGISTICA LTDA / 01.125.797/0025-93
25351.417890/2021-79 / 1256727
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 2016452218

RB DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE CONSUMO, MEDICAMENTOS E MERCADORIAS EM GERAL LTDA / 07.987.265/0004-17
25351.457399/2021-81 / 1256545
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1812281218

SUPER-FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 38.715.276/0001-29
25351.536514/2021-82 / 1256605
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2047556210

LSA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA / 35.095.642/0001-04
25351.552633/2021-82 / 1256698
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2098705212

DROGARIA BOM PRECO LTDA / 25.286.133/0001-05
25351.536433/2021-82 / 1256580
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2047463211

UNILIFE HOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA / 40.587.322/0001-01
25351.557864/2021-82 / 1256789
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2114172210

FEDEX BRASIL LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA / 10.970.887/0107-52
25351.131178/2021-85 / 1256713
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 2001052219

J&G PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 05.283.263/0001-79
25351.541650/2021-94 / 1256653
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2062267215

RESOLUÇÃO RE Nº 2.271, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FRITZ EXPRESS LTDA / 97.360.549/0001-29
25025.020682/2007-02 / 1219745
7106 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2047259215
---
gemmini gestora de equipamentos, materiais, medicamentos e implantes nacionais e importados ltda / 24.481.773/0001-03
25351.350343/2021-04 / 1255704
7093 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1947437216

ANIDRO DO BRASIL EXTRAÇÕES S.A. / 66.715.459/0005-03
25351.347749/2020-11 / 1239458
7117 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - INDÚSTRIA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4175322205

ATIVA DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA / 01.125.797/0001-16
25351.070074/2003-13 / 1214110
7014 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 2047648211

VIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 07.073.210/0001-59
25351.024692/2014-15 / 1102132
7093 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1605998214

E-LOG LOGISTICA LTDA - EPP / 22.566.515/0001-96
25351.365582/2021-51 / 1254604
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2062225211
25351.365582/2021-51 / 1254604
7254 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2062255217
25351.365582/2021-51 / 1254604
7000 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - EXPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2062261217

MED@X COMERCIO ELETRONICO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES LTDA / 31.145.000/0001-03
25351.346787/2020-56 / 1238114
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2062054211

AD MICHELOTO &CIA LTDA EPP / 07.218.502/0001-32
25351.038426/2014-68 / 1404669
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 2132212211

RESOLUÇÃO RE Nº 2.272, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ARC TRANSPORTE &LOGISTICA DO TRANSPORTE - EIRELI / 21.160.941/0003-24
25351.552532/2021-10 /
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2098521219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado pela empresa foi emitido pela autoridade sanitária local competente há mais de 12 (doze) meses, contrariando o artigo 17, da RDC nº 16/2014.Relatório válido até 03/2021.

TOP PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 07.556.851/0001-64
25351.557936/2021-91 /
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2114257215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO RE Nº 2.273, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresa de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DROGAVET FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 06.110.511/0006-57
25351.063230/2020-82 / 1225798
7024 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 2099561210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE n.º 1509, de 14 de abril de 2021, publicado no Diário Oficial da União de nº 70, de 15 de abril de 2021, Seção 1 págs. 620 e 621.

Onde se lê:

EMPRESA: M B DE ARAUJO XAVIER - MBX PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS.

ENDEREÇO: AV. BRASIL QD. 23 LT. 22 SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS / GO

BAIRRO: SETOR SUL CEP: 75375000

CNPJ: 37.205.854/0001-14

PROCESSO: 25351.290302/2021-43 AUTORIZ/MS: 8.22108.8

ATIVIDADE/CLASSES

DISTRIBUIR: CORRELATOS

Leia-se:

EMPRESA: M B DE ARAUJO XAVIER - MBX PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS.

ENDEREÇO: AV. BRASIL QD. 23 LT. 22 SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS / GO

BAIRRO: SETOR SUL CEP: 75375000

CNPJ: 37.205.854/0001-14

PROCESSO: 25351.290302/2021-43 AUTORIZ/MS: 8.22108.8

ATIVIDADE/CLASSES

DISTRIBUIR: CORRELATOS

ARMAZENAR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 325, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
211008 - OLHARES E RELEITURAS
INSTITUTO OLGA KOS DE INCLUSAO CULTURAL
CNPJ/CPF: 08.745.680/0001-84
Processo: 01400001008202186
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 441.472,07
Prazo de Captação: 10/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Edição e publicação do livro de arte "OLHARES E RELEITURAS" para registrar o momento da integração entre obras de artistas e obras recriadas por pessoas com e sem deficiência em vulnerabilidade social, como uma ponte entre as obras relidas pelos participantes das oficinas de artes do proponente e as obras dos artistas. Essas obras são parte do acervo do Instituto Olga Kos e é composto por obras de artistas modernos e contemporâneos, como Claudio Tozzi, Ivald Granato, Guto Lacaz, Marysia Portinari, entre outros.

211227 - O Trem do Progresso - Ferrovia Tereza Cristina, das Minas de Carvão ao Porto de Imbituba
LISBOA & ROCHA CONSULTORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.420.116/0001-29
Processo: 01400001227202165
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 119.285,76
Prazo de Captação: 10/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto visa a edição de livro para mostrar a importância da Ferrovia Tereza Cristina na formação do povoamento, da economia e da cultura de Santa Catarina, e realização de palestras para estudantes e professores da rede pública de ensino.

211230 - Comemorações e democratização do Centenário da Semana de 22
LUCIANA CANUTO DE FARIA
CNPJ/CPF: 068.526.927-28
Processo: 01400001230202189
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.123,21
Prazo de Captação: 10/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Lançamento de um livro e de um site em fevereiro de 2022 para comemorar o centenário da Semana de Arte Moderna, que será comemorado no ano que vem, bem como lançamento de um e-book e áudio-book gratuito nesse mesmo site. O livro vai abordar a passagem dos modernistas em Paris nos Anos 1920 e retratar as influências que eles receberam na Cidade Luz que contribuíram para que criassem uma nova visão de arte a partir de uma estética inovadora inspirada nas vanguardas europeias que culminou na Semana de Arte Moderna ocorrida em São Paulo entre os dias 13 e 18 de fevereiro de 1922. O evento de lançamento do livro e do site está sendo tratado nesse projeto como OBRA EXIBIDA e será aberto a toda a comunidade. Em atendimento ao Art. 22. da Instrução Normativa Nº 2, de 23 de abril de 2019 também iremos promover tours guiados para crianças da rede pública de ensino de escolas situadas no Capão Redondo a monumentos históricos da cidade de São Paulo que possuem correlação com a Semana de 22.

211234 - Livro Fotográfico - O Tempo das Estações - O Presente das Estações Ferroviárias da Noroeste do Brasil
ANGELO DE OLIVEIRA BACCILI
CNPJ/CPF: 220.462.108-08
Processo: 01400001234202167
Cidade: Penápolis - SP;
Valor Aprovado: R$ 193.973,61
Prazo de Captação: 10/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Produzir um livro fotográfico de arte, composto de imagem e texto referentes às Estações da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, o making-off da realização com o planejamento e execução das fotos e um site para hospedar tanto as imagens quanto o making-off. As fotos das estações ferroviárias e o making-off serão de natureza estética artística. Fazer também um workshop online contendo detalhes do projeto (história e ideia central) bem como as técnicas usadas para as fotos.

211262 - Memória da Pele - Livro
DIALETO POLODOC PRODUCOES SOCIO-CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 24.009.909/0001-79
Processo: 01400001262202184
Cidade: Indaiatuba - SP;
Valor Aprovado: R$ 426.380,45
Prazo de Captação: 10/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Produção de um LIVRO documental, no formato 26x27cmcom capa dura intitulado "MEMÓRIA DA PELE" (produto Principal), e realizar PALESTRAS sobre o tema, como Contrapartida Social.

211288 - O verso da página contém o outro lado
INSTITUTO ISSO CONTA
CNPJ/CPF: 40.070.684/0001-12
Processo: 01400001288202122
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 198.178,75
Prazo de Captação: 10/06/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: A presente proposta é um conjunto de ações com objetivo de apoiar a produção e expressão cultural, descentralizar a experiência da arte para além do espaço do museu, estabelecer novas formas de acesso para o fazer artísitco, gerar diálogos em torno de temas contemporâneos e sensibilizar o olhar para as diferentes formas do conhecer. O projeto visa o público infantojuvenil. 1.Seja por meio da criação do livro de artista, sua transcrição e impressão em braille e de seu acesso digital aos alunos e professores de escola pública participantes do projeto. 2.Seja através das palestras da artista com alunos e professores da rede pública como contrapartida social, a proposta pretende ampliar o acesso à arte e à leitura, sobretudo ao público infantojuvenil e alunos e professores de escola públicas.100% dos produtos são inteiramnente gratuitos aos públicos participantes do projeto.

PORTARIA Nº 326, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
171574 - Flexões Performáticas
Janaina Isabele Santos Baêta
CNPJ/CPF: 15.765.226/0001-50
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/08/2021
191809 - Circuito Carnavalesco Cidades Históricas - Abre Alas Tiradentes
PULSAR CULTURA E ESPORTE EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 23.377.031/0001-61
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 31/05/2021 à 31/12/2021

202204 - Circuito Carnavalesco de Ouro Preto - Cultura, Arte e História no Carnaval - Ano III
PULSAR CULTURA E ESPORTE EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 23.377.031/0001-61
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/06/2021 à 31/12/2021
202413 - A Menina que Morava no Chuveiro
Tema Eventos Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 97.453.393/0001-20
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/06/2021 à 31/12/2021

203368 - NEM SÓ AS PESSOAS FALAM
INSTITUTO ENSAIO ABERTO
CNPJ/CPF: 10.289.112/0001-68
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 31/05/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
183166 - Orquestra Sinfônica de Israel 2019
STRAWINSKI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
CNPJ/CPF: 59.891.531/0001-64
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

193873 - Dialogos III
Congregação Israelita Paulista
CNPJ/CPF: 60.766.060/0001-41
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

201500 - Projeto Allegro
THALITA BISPO BIANCHIN
CNPJ/CPF: 441.815.678-00
Cidade: Poços de Caldas - MG;
Prazo de Captação: 09/06/2021 à 31/12/2021

201553 - MAIS UM NATAL DE LUZ - ANO 4
SUELY CRISTINA GIMBERT PRESTES
CNPJ/CPF: 640.136.859-49
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 30/05/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
181210 - BIENAL DE CULTURA E ARTE EM RESÍDUOS
Instituto de Referência em Residuos - IRR
CNPJ/CPF: 11.057.711/0001-19
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/06/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
202215 - Restauração do Colégio Anchieta - Etapa 1: plano diretor e projeto arquitetônico do Teatro
Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS
CNPJ/CPF: 33.544.370/0001-49
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
177055 - Biblioteca Social
NOWGO CONSULTORIA E LETRAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 22.091.016/0001-90
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

184050 - As águas
CULTURA EM CENA - PRODUTOS E PROJETOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 09.370.219/0001-57
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

192510 - Pantaneiro - O homem das águas
Editoria Origem Ltda - ME
CNPJ/CPF: 04.762.467/0001-20
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/06/2021 à 31/12/2021

210757 - RAMBAM - O Livro Dos Tempos
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BRASILEIRA ISRAELITA YESHIVA TOMCHEI TMIMIM
CNPJ/CPF: 07.569.731/0001-00
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/06/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
200174 - Exposições MEMÓRIA E INOVAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO
SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI
CNPJ/CPF: 03.804.327/0001-04
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 01/06/2021 à 31/12/2021

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
178565 - RHUDIA NO EQUILÍBRIO DO BALAIO
ACGEPRO ASSOCIACAO DE CONSULTORIA, GERENCIAMENTO E PROJETOS
CNPJ/CPF: 28.503.228/0001-13
Cidade: Recife - PE;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

PORTARIA N° 327, DE 9 DE JUNHO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos IX e X da Portaria nº 39, de 12 de abril de 2017, publicada no D.O.U. do dia 12 de abril de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas da SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, a pedido, conforme disposto no Art. 23 da Portaria nº 39, de 12 de abril de 2017, os quais foram habilitados por meio do Edital de Credenciamento de Pareceristas nº 1/2018, por nome, CPF, área e segmentos, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

NOME	CPF	ÁREA	SEGMENTO
GISELA DE LUCA NOGUEIRA DA MOTTA	28269487848	Artes Visuais	Exposição de artes visuais que possua em sua concepção tratamento artístico e curatorial, em quaisquer suportes abrangendo as seguintes categorias: pintura, desenho, gravura, fotografia, escultura, objeto, grafite, instalação, performances, vídeo-arte, artes digitais, arte eletrônica, design, arquitetura, moda, arte cibernética e artes gráficas, que poderão se organizar sob a forma de exposições, feiras, festivais, mostras, circuitos artísticos
SHEILA MONTEIRO VERVLOET	08809136810	Artes Cênicas	Ações de capacitação e treinamento de pessoal
			Circo
			Teatro de formas animadas, de mamulengos, bonecos e congêneres

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA FUNARTE Nº 354, DE 21 DE MAIO DE 2021

O Diretor-Executivo da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, nomeado pela Portaria da Casa Civil n° 514, de 11 de maio de 2021, publicada no D.O.U. 12 de maio de 2021, no uso das competências que lhe foram delegadas pela Portaria de Pessoal Funarte nº 127, de 14 de maio de 2021, publicada D.O.U. de 18 de maio de 2021.

CONSIDERANDO o Decreto nº7.133/2010, de 19 de março de 2010, que Regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das gratificações de desempenho de que tratam as Leis nos ..., 11.233, de 22 de dezembro de 2005 (GDAC), ..., 12.277, de 30 de junho de 2010 (GDACE), ...;

CONSIDERANDO a Portaria Funarte nº346, de 8 de dezembro de 2010, que estabelece os critérios e procedimentos de Avaliação de Desempenho Individual e Institucional para Aplicação das Gratificações de Desempenho de Atividade Cultural - GDAC e de Cargos Específicos - GDACE, e suas alterações;

CONSIDERANDO a Portaria Funarte nº086, de 12 de março de 2020, que estabelece as Metas Globais da Funarte e o Calendário de Eventos para o XI Ciclo das Gratificações de Desempenho de Atividade Cultural - GDAC e de Cargos Especiais - GDACE;

CONSIDERANDO o Ofício Circular nº251/2020/GSE/SE do Ministério do Turismo - A necessidade de se evitar contaminações em grande escala, com máxima redução de pessoas ao risco de contaminação e transmissão;

CONSIDERANDO a Portaria MS nº356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria Funarte nº346, de 05 de abril de 2021, que prorroga o prazo de instituição do trabalho remoto, para os servidores, empregados públicos e prestadores de serviços da Fundação Nacional de Artes estabelecido pela PORTARIA N° 306, de 30 de outubro de 2020;

CONSIDERANDO a readequação feita pela Divisão de Planejamento - DIPLAN no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, por ocasião da Primeira Avaliação Físico Financeira, das metas globais MG-03 Fomento a Projetos em Arte e Cultura e MG-05 Funcionamento de Espaços Culturais para, respectivamente, 14 projetos apoiados e 9.174 pessoas atendidas;

CONSIDERANDO a identificação de uma falha de digitação na quantidade estimada da meta global MG-02 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos que originalmente era de 5 servidores beneficiados, tendo sido registrada no Anexo I da Portaria FUNARTE Nº 086, de 12 de março de 2020, como 95;

CONSIDERANDO a impossibilidade de realização de ações de desenvolvimento, que estavam previstas na modalidade presencial, tornando inexequível o cumprimento da meta estabelecida, em função das medidas legais adotadas ao combate da pandemia da Covid-19, tendo por consequência a implantação do trabalho remoto para servidores e empregados públicos;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 01530.000245/2021-44, resolve:

Art. 1º Retificar o Anexo I da Portaria Funarte nº086, de 12 de março de 2020, de acordo com o Anexo I desta Portaria, da seguinte forma:

I. alteração da quantidade prevista referente à meta global MG-01 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação de 95 para 32 servidores capacitados;

II. correção da falha de digitação detectada no registro da quantidade prevista da meta global MG-02 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos de 95 para 5 agentes públicos beneficiados;

III. consolidação das alterações realizadas pela Divisão de Planejamento - DIPLAN no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, por ocasião da Primeira Avaliação Físico Financeira de 2020, nas metas globais MG-03 Fomento a Projetos em Arte e Cultura e MG-05 Funcionamento de Espaços Culturais, respectivamente, 14 projetos apoiados e 9.174 pessoas atendidas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO NERY COSTA

ANEXO I

RELAÇÃO DAS METAS GLOBAIS DA FUNARTE
(Art. 2º, inciso II, da Portaria Funarte n°346/2010)

CÓDIGO	NOME	UNIDADE	PREVISTO
MG-01	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor capacitado	32
MG-02	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos	Agente público beneficiado	5
MG-03	Fomento a Projetos em Arte e Cultura	projeto apoiado	14
MG-04	Preservação, Identificação e Inventário de Acervos Culturais	bem preservado	50.000
MG-05	Funcionamento de Espaços Culturais	público atendido	9.174
MG-06	Ações Integradas de Cultura e Educação	Programa implantado	1

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 8, DE 9 DE JUNHO DE 2021 - 3ª PROSUS

A Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 3ª PROSUS, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob o nº 08190.022600/21-85, que tem como interessado: SES/DF referente à: Possível Improbidade Administrativa. Dispensa de Licitação nº 420/2019. Contratação de Serviços de Manutenção Predial.

FERNANDA DA CUNHA MORAES

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ATA Nº 18, DE 1º DE JUNHO DE 2021
(Sessão Telepresencial)

Presidente: Ministro Bruno Dantas
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

Às 10 horas e 30 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão telepresencial da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa, convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz, e André Luís de Carvalho; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente o Ministro Aroldo Cedraz, por motivo de férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a ata nº 17, referente à sessão realizada em 25 de maio de 2021.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-002.228/2021-1, TC-002.544/2020-2, TC-003.640/2021-3, TC-003.830/2021-7, TC-008.693/2021-8, TC-009.706/2019-4, TC-010.828/2014-1, TC-011.952/2017-2, TC-012.427/2016-0, TC-014.370/2014-0, TC-016.350/2015-4, TC-021.179/2020-4, TC-025.755/2013-7, TC-025.790/2016-1, TC-029.296/2017-0, TC-037.041/2019-3, TC-037.245/2019-8, TC-044.594/2020-8 e TC-046.668/2020-9, cujo Relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

- TC-000.367/2016-8 e TC-001.928/2020-1, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro; e

- TC-003.550/2021-4, TC-003.559/2021-1, TC-004.096/2020-7, TC-009.159/2021-5, TC-009.268/2021-9, TC-015.110/2018-4, TC-015.420/2016-7, TC-015.953/2008-5, TC-028.156/2020-0, TC-033.133/2020-4, TC-033.346/2019-4, TC-033.350/2019-1, TC-036.532/2016-9, TC-036.950/2019-0 e TC-044.077/2020-3, cujo Relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 8136 a 8209.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 8057 a 8135.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-029.098/2019-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, a Dra. Beatriz Veríssimo de Sena, apresentou sustentação oral em nome da empresa Boa Nova Produções Artísticas Ltda. e de Pedro Butcher.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo nº 039.701/2019-0 (Ata nº 14/2021) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 8068/2021 - 2C, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Ministro Jorge Oliveira.

ACÓRDÃOS APROVADOS

Os acórdãos de nºs 8136 a 8209, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os Acórdãos de nºs 8057 a 8135, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos e propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 8057/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 003.485-2015-3.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo.
3.2. Responsáveis: Genival Bento da Silva (237.937.674-34) e Ednaldo de Sousa Lima - ME (01.711.148/0001-05).
4. Órgão/Entidade: Município de Casserengue/PB.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal:
8.1. Antônio Marcos Barbosa Bizerra (OAB/PB 8.624) e Rodrigo dos Santos Lima (OAB/PB 10.478), representando Genival Bento da Silva e Ednaldo de Souza Lima ME.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 7.118/2019-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso interposto por Genival Bento da Silva e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. conhecer do recurso interposto por Ednaldo de Sousa Lima - ME e, no mérito, dar-lhe provimento, para desconsiderar o débito e a multa objetos, respectivamente, dos subitens 9.1 e 9.2 do acórdão recorrido;
9.3. dar ciência da presente deliberação aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8057-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8058/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.917/2019-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV- Admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Márcio de Pinho Vinagre (442.147.747-87); Thiago Felipe Campos Quintino (093.746.967-03).
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos este ato de admissão, oriundo da Instituto Nacional da Propriedade Industrial,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar legal o ato de admissão de Márcio de Pinho Vinagre, concedendo-lhe o registro;
9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8058-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8059/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.384/2018-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsável: Francinilson Menezes Barbosa (048.596.783-97)
3.2. Recorrente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Ect (34.028.316/0001-03).
4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Herbert Milhomens de Vasconcelos (29.585/OAB-DF) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - Ect.
8.2. Mariana Pereira Goncalo de Sousa (11.280/OAB-MA) e outros, representando Francinilson Menezes Barbosa.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (peça 33) contra o Acórdão 2614/2019-TCU-2ª Câmara (peça 21), da relatoria da Ministra Ana Arraes,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8059-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8060/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.541/2019-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).
3.2. Responsável: Romério Augusto Guimarães (220.538.241-15).
4. Órgão/Entidade: Município de São José do Egito - PE.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Hérica de Kássia Nunes de Brito (OAB/PE 23.577), representando Romério Augusto Guimarães (procuração à peça 69).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em desfavor de Romério Augusto Guimarães, ex-prefeito do município de São José do Egito - PE, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por meio do Convênio Siconv 802540/2014-SDH/PR, firmado entre a então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o referido município, que tinha por objeto o instrumento descrito como "Capacitação dos Conselheiros e Aquisição de Equipamentos para o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São José do Egito-PE";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo responsável Romério Augusto Guimarães;
9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 209, incisos II e III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, irregulares as contas de Romério Augusto Guimarães e condená-lo ao pagamento da importância de R$ 100.000,00, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data de 10/5/2015 até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU
9.3. aplicar ao responsável Romério Augusto Guimarães a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;
9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.6. esclarecer ao responsável Romério Augusto Guimarães que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, mas não se justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;
9.7. enviar cópia deste Acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;
9.8. dar ciência desta decisão ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e ao responsável, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8060-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8061/2021 - TCU - 2ª Câmara

1.1. Processo nº TC 008.934/2013-4.
1.2. Apensos: TC 034.554/2016-5, TC 029.839/2017-3, TC 010.896/2018-0, TC 027.787/2018-4 e TC 004.014/2017-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração.
3. Interessado/Embargante:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde (FNS)
3.2. Embargante: Ivan Rodrigues (CPF 224.510.218-53).
4. Unidade jurisdicionada: Município de São José dos Pinhais/PR.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: não atuou.

8. Representação Legal: Inácio Bento de Loyola Alencastro (OAB/DF 15.083), Getúlio Humberto Barbosa de Sá (OAB/DF 12.244), Lucy Marangon Barbosa (OAB/DF 35.328) e outros, representando Ivan Rodrigues (peças 177, 257/8 e 269).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia embargos de declaração opostos pelo Sr. Ivan Rodrigues, ex-prefeito do município de São José dos Pinhais (gestão: 2009 a 2012) contra o Acórdão 12.901/2020-2ª Câmara, por meio do qual esta Corte conheceu e negou provimento ao recurso de reconsideração interposto pelo mesmo recorrente contra o Acórdão 7.790/2018-2ª Câmara, de relatoria da Ministra Ana Arraes,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao embargante, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.3. informar à Procuradoria da República no Estado do Paraná e ao Fundo Nacional de Saúde que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.4. informar à Procuradoria da República no Estado do Paraná que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8061-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8062/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.290/2013-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (extinta)

3.2. Responsável: Pedro Lopes Aragão (074.524.623-00)

3.3. Recorrente: Pedro Lopes Aragão (074.524.623-00).

4. Órgão/Entidade: Município de Anajatuba - MA.

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. Renata Arnaut Araújo Lepsch (18.641/OAB-DF) e outros, representando Pedro Lopes Aragão.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que, nesta fase, aprecia-se recurso de reconsideração interposto por Pedro Lopes Aragão contra o Acórdão 453/2020-TCU-2ª - confirmado pelo Acórdão 4.067/2020-TCU-2ª Câmara -, pelo qual o Tribunal, entre outras deliberações, julgou irregulares as contas do recorrente e condenou-o pelo débito histórico de R$ 63.974,98, em razão de irregularidades na aplicação dos recursos do Convênio 941/1999, destinado à construção da primeira etapa da barragem de terra no Igarapé Troitá, no Município de Anajatuba/MA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, do recurso interposto e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao recorrente e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8062-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8063/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.109/2019-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Jairton Castro da Silva (328.601.371-49).

3.2. Interessado: Caixa Econômica Federal.

4. Órgão/Entidade: Município de Bom Jesus do Tocantins - TO.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor dos Srs. Gilvan Rodrigues Bezerra, ex-prefeito do município de Bom Jesus do Tocantins/TO na gestão 2001-2004, e Jairton Castro da Silva, ex-prefeito no período de 2005 a 2012, em razão da inexecução parcial do objeto do Contrato de Repasse 118.600-46/2001, referente à implantação de aterro sanitário e aquisição de equipamentos para coleta e transporte de lixo no município, no âmbito do Programa Morar Melhor,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir a Srª Rosângela Barbosa Bezerra dos registros eletrônicos deste processo junto aos sistemas informatizados do Tribunal;

9.2. considerar revel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, para todos os efeitos, o Sr. Jairton Castro da Silva (CPF 328.601.371-49), dando-se prosseguimento ao processo;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Jairton Castro da Silva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I, II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, abatendo-se na oportunidade as quantias eventualmente ressarcidas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de Ocorrência	Valor Histórico (R$)	Natureza
25/02/2003	16.612,87	Débito
19/12/2003	47.294,95	Débito
21/06/2004	16.037,25	Débito
24/11/2008	75.143,63	Crédito
12/12/2008	3.418,96	Crédito
19/12/2008	331,39	Crédito

9.4. autorizar, desde logo, com amparo no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. dar ciência desta decisão ao responsável, à Caixa Econômica Federal, ao representante legal do espólio do Sr. Gilvan Rodrigues Bezerra, e à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, para adoção das providências cabíveis.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8063-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8064/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.167/2020-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Ana Maria Carneiro Abrahão (791.145.637-20); Lucelena Souza da Silva (089.558.417-44); Luiz Fernando Guimaraes da Silva Porto (338.947.017-49); Regina de Oliveira Novaes da Silva (371.924.507-15); e Veronica Fonseca dos Santos Silva (042.951.783-14).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de aposentadoria concedida a servidores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legais e conceder registro aos atos de Veronica Fonseca dos Santos Silva, Luiz Fernando Guimaraes da Silva Porto, Lucelena Souza da Silva e Regina de Oliveira Novaes da Silva;

9.2. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Ana Maria Carneiro Abrahão, recusando o registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;

9.4. determinar à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com relação ao ato considerado ilegal, que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à aposentada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;

9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.6. dar ciência desta deliberação à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e aos interessados.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8064-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8065/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.412/2019-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Construtora e Incorporadora Nunes, Rodrigues Ltda - Me (06.259.966/0001-24); Hernani Tenório Falcão (943.539.804-91); Município de Iati - PE (11.286.374/0001-31).

4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em desfavor do Sr. Hernani Tenório Falcão, Prefeito Municipal de Iati/PE na gestão 2005-2008, e da Construtora e Incorporadora Nunes e Rodrigues Ltda., em razão da não apresentação de documentação complementar e de irregularidades na execução físico-financeira do Convênio 821/2003 - Siafi 490407, celebrado com a Funasa, tendo por objeto a execução de Sistema de Abastecimento de Água..

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Município de Iati/PE para todos os efeitos, com fundamento no § 3º, art. 12, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2 fixar o novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 202, §§ 2º e 3º, do RITCU, para que o Município de Iati/PE comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento do valor abaixo especificado em favor da Fundação Nacional de Saúde, com a atualização monetária até o efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data de Ocorrência
40.062,52	12/7/2006

9.3. informar ao aludido responsável que a liquidação tempestiva do débito, com a incidência apenas da atualização monetária, sanará o processo e permitirá que as suas contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, ao passo que, de outra sorte, o não recolhimento da dívida ensejará o julgamento pela irregularidade das contas, com a condenação em débito, não só atualizado, mas, aí, acrescido de juros de mora, além da eventual aplicação de multa legal no valor de até 100% do débito atualizado, nos termos do art. 202, §§ 3º e 4º, do RITCU;

9.3. autorizar, caso solicitado pelo responsável, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento da dívida fixada pelo subitem 9.2 deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao aludido responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.4. enviar cópia deste Acórdão, com o Relatório e voto que o fundamentam, aos interessados e aos responsáveis originalmente apontados no processo, para ciência.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8065-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8066/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.427/2020-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ana Karolina dos Santos Souza (172.964.187-37); Aurita de Sa Silva (663.671.907-91); Cacilda Vianna de Oliveira (023.964.457-31); Dea Muniz Pinto Sabroza (034.966.357-20); Jarina Claudia Moreira Heredia (008.976.887-67); Joselita Alvarenga da Cruz (601.057.477-34); Lucia Maria Monteiro Heredia (461.202.467-20); Lucia Maria dos Santos Ribeiro (590.866.537-15); Maria da Gloria de Assis dos Santos Pacheco (346.963.347-91); Marilena Ferreira de Souza Pinto (360.938.667-34); Regina Celia Mendes da Silva (716.179.907-44); Shirley de Fatima Heredia Tosi (690.724.857-34); Suely das Gracas Heredia Carnevali (000.719.325-42); Tereza Regina dos Santos Lessa (404.058.507-00); Valeria Aparecida Moreira Heredia (021.718.967-95); Wesley de Oliveira Zacarias de Souza (143.102.137-74); Yvonne Giffoni Caruso (085.766.947-86); Zeny de Araujo Euzebio (013.579.767-55).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de pensão militar concedidas pela Comando do Exército,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legais os atos instituídos por Lupercino Soares da Silva, Lenilson Zacarias de Souza, Arlindo de Oliveira, Jose dos Santos Junior, Murilo Joaquim Euzebio, Paulo Fernando de Souza Pinto, Rubens da Cruz e Jose De Freitas Heredia, determinando os respectivos registros;

9.2. considerar ilegais os atos instituídos por Armando Caruso e por Annibal Augusto Franklin Sabroza, recusando os respectivos registros;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas pelas beneficiárias dos atos considerados ilegais, em boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Comando do Exército, no tocante aos atos considerados ilegais, que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.4.2. dê ciência desta deliberação às beneficiárias, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. dê ciência a Yvonne Giffoni Caruso e a Dea Muniz Pinto Sabroza do direito de opção pela manutenção dos proventos de pensão militar, mediante a renúncia a um dos benefícios acumulados indevidamente, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.4.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as beneficiárias tiveram ciência desta deliberação;

9.5. dar ciência desta deliberação aos interessados e ao Comando do Exército.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8066-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8067/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 038.339/2020-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Admissão.

3. Interessados: Aldo Cesar de Souza Pinto (610.557.192-53); Celice Shirley Alvares Xavier (852.211.202-91); Edinara Lina de Oliveira (723.708.076-87); Gilvan Melo dos Santos (008.166.625-09); Glauciany Vieira Espalenza (085.247.087-86); Jose Fabio Nunes Lima (003.070.245-39); Jovani Rodrigues da Costa (780.525.641-15); Maria Izete Machado de Sousa (410.545.202-91); Maria das Graças Lopes da Silva (147.215.892-04); e Paula Regina Ferreira Lemos (788.893.162-68).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes atos de admissão, oriundos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

9.1. considerar legais e determinar os registros dos atos de Jose Fabio Nunes Lima, Celice Shirley Alvares Xavier, Aldo Cesar de Souza Pinto, Glauciany Vieira Espalenza, Gilvan Melo dos Santos, Jovani Rodrigues da Costa, Edinara Lina de Oliveira, Maria Izete Machado de Sousa e Maria das Graças Lopes da Silva;

9.2. considerar ilegal o ato de admissão de Paula Regina Ferreira Lemos, negando-lhe registro;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta decisão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) que:

9.4.1 nos termos do art. 261, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência, comunicando a este Tribunal as providências adotadas;

9.4.2 no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da ciência, notifique a servidora Paula Regina Ferreira Lemos acerca desta deliberação, franqueando-lhe o direito à opção pela manutenção do cargo, nos termos do art. 133 da Lei 8.112/ 1990;

9.4.3. caso a interessada opte pelo cargo versado neste processo, cadastre novo ato de admissão no sistema E-Pessoal, nos termos e prazos definidos na IN-TCU 78/2018;

9.4.4. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação:

9.4.4.1 comprovação de que o interessado Paula Regina Ferreira Lemos teve conhecimento do presente acórdão;

9.4.4.2 comprovação do eventual exercício pela mesma interessada do direito de opção previsto no art. 133 da Lei 8.112/1990;

9.5. dar ciência desta deliberação aos interessados e à EBSERH.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8067-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8068/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.701/2019-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria).

3. Recorrente: Joaquim Marcos Paris de Godoy (001.578.678-11).

4. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE/SP.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (94049/OAB-MG) e outros, representando Joaquim Marcos Paris de Godoy.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto por Joaquim Marcos Paris de Godoy, ex-servidor do TRE/SP, contra o Acórdão 9.244/2020 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e de acordo com os pareceres da Serur e do MPTCU, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência deste Acórdão ao recorrente, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8068-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8069/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.613/2020-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)

3. Recorrente: Francisco José dos Santos Cardoso (081.145.445-20)

4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto por Francisco José dos Santos Cardoso contra o Acórdão nº 8.677/2020-2ª Câmara, por meio do qual o Tribunal considerou ilegal seu ato de concessão de aposentadoria.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8069-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8070/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.615/2020-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedidos de Reexame (em Aposentadorias).

3.2. Recorrentes: Jucelia Ribeiro Torres (459.597.496-53); Jose Sergio Rodrigues da Cunha Colombo (123.633.676-34); Jose Martins Sobrinho (171.026.426-87); Jose Henrique Santana (255.420.016-53).

4. Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Claudiovir Delfino (OAB/MG 14.736), Luciano Borges Camargos (OAB/MG 126.056), Jucélia Ribeiro Torres (OAB/MG 64.200), Paulo Roberto Juliano Martins Júnior (OAB/MG 107.857), José Elias de Rezende (OAB/MG 98.938) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes pedidos de reexame interpostos pelos ex-servidores da Universidade Federal do Triângulo Mineiro acima indicados contra o Acórdão 12.543/2020 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos art. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame e dar-lhes provimento;

9.2. julgar legais e autorizar o registro dos atos de aposentadoria de José Martins Sobrinho, José Sergio Rodrigues da Cunha Colombo, José Henrique Santana e Jucélia Ribeiro Torres;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão aos recorrentes e à Universidade Federal do Triângulo Mineiro, com a informação de que o Relatório e o Voto que o fundamentam estão disponíveis no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8070-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8071/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.281/2020-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessado/Recorrente:

3.1. Interessado: Sergio dos Santos Andrade (304.753.254-00)

3.2. Recorrente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (10.744.098/0001-45)

4. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este pedido de reexame em face do Acórdão 11578/2020 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e, no mérito, dar-lhe provimento para tornar insubsistente o item 9.1 do Acórdão 11578/2020 - 2ª Câmara;

9.2. restituir os autos à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip, para que avalie a necessidade de fazer a revisão de ofício do ato concessório de aposentadoria de Sergio dos Santos Andrade;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão ao recorrente, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8071-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8072/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.775/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (em Pensão Civil)

3. Recorrente: Jose Ribeiro Gomes (254.294.425-34).

4. Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Sheila Santana Silva (OAB/BA 52.811).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto por Jose Ribeiro Gomes contra o Acórdão 8.989/2020-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. informar ao recorrente e ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas desta deliberação, destacando que o relatório e o voto que a fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8072-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8073/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.775/2018-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Felipe Vaz Amorim (692.735.101-91).

4. Unidade: Ministério da Cultura (extinto).

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Glauter Fortunato Dias Del Nero (356.932/OAB-SP) e outros, representando Felipe Vaz Amorim.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o recurso de reconsideração interposto por Felipe Vaz Amorim contra o Acórdão 8.652/2020 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão ao recorrente, à Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8073-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8074/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.251/2006-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Erivania Nobrega Fernandes Viana (046.483.824-04); Ermengarda Torres Cavalcanti (109.282.784-68); Katia Lucena de Araujo (089.061.494-68); Marcia de Medeiros Santiago (110.586.094-91); Maria Ivone de Melo Pires Vilar (110.646.414-15); Maria Jesus de Farias Belém (101.118.914-34); Maria de Fatima Ayres de Jongh (090.832.514-20); Marilia Mayer Freitas de Sousa (112.091.354-34); Niesia Galdino do Nascimento (132.068.184-00)

3.2. Recorrentes: Erivania Nobrega Fernandes Viana (046.483.824-04); Ermengarda Torres Cavalcanti (109.282.784-68); Maria Jesus de Farias (101.118.914-34); Maria Ivone de Melo Pires Vilar (110.646.414-15); Maria de Fatima Ayres Borges (090.832.514-20); Katia Lucena de Araujo (089.061.494-68).

4. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. José Ramos da Silva (8109/OAB-PB) e outros, representando Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social do Estado da Paraíba, Katia Lucena de Araujo, Maria de Fatima Ayres Borges, Ermengarda Torres Cavalcanti e Maria Jesus de Farias;

8.2. João Jose Ramos da Silva (8.109/OAB-PB) e outros, representando Maria Ivone de Melo Pires Vilar.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes pedidos de reexame interpostos pelas Sras. Erivania Nóbrega Fernandes Viana, Ermengarda Torres Cavalcanti, Kátia Lucena de Araujo, Maria Ivone de Melo Pires Vilar, Maria Jesus de Farias e Maria de Fátima Ayres Borges, contra o Acórdão 3.868/2019-TCU-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. não conhecer do pedido de reexame de Erivania Nóbrega Fernandes Viana e conhecer dos demais, considerando-os prejudicados;

9.2. tornar insubsistentes os itens 9.3, 9.3.1, 9.3.1.1, 9.3.1.2, 9.3.2 e 9.3.3 do Acórdão 3.868/2019-2ª Câmara, com esteio no que restou decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 636.553;

9.3. consignar, na base de dados do sistema Sisac, a anotação de registro tácito dos atos de aposentadoria de Ermengarda Torres Cavalcanti, Katia Lucena de Araujo, Maria de Fatima Ayres de Jongh, Maria Ivone de Melo Pires Vilar e Maria Jesus de Farias Belém;

9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que a fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acórdãos.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8074-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8075/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.228/2019-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria).
3. Interessada/Recorrentes:
3.1. Interessada: Cláudia Ribas (238.460.111-34)
3.2. Recorrentes: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - DF-TO (02.011.574/0001-90); Claudia Ribas (238.460.111-34).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF-TO.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes pedidos de reexame interpostos por Cláudia Ribas e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região contra o Acórdão 8.961/2020 - 2ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame, dar-lhes provimento e tornar insubsistente o Acórdão 8.961/2020 - 2ª Câmara;
9.2. determinar à Sefip a adoção de providências para instauração de revisão de ofício do ato de aposentadoria de Cláudia Ribas (238.460.111-34), tratado neste processo;
9.3. encaminhar cópia deste Acórdão os recorrentes, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8075-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8076/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.401/2019-7
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrentes: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (02.011.574/0001-90) e Maria de Fátima de Almeida (648.615.897-20), ex-servidora
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO (TRT-10)
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, agora em fase de análise de pedidos de reexame interpostos por Maria de Fátima de Almeida e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10), no interesse da primeira, contra o Acórdão 9.449/2020 - 2ª Câmara, que julgou o ato de aposentadoria da ex-servidora ilegal, negando-lhe registro, em decorrência da incorporação da parcela denominada "opção" aos seus proventos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos recursos para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, tornando sem efeito o item 9.3.2 do acórdão recorrido;
9.2. determinar ao TRT-10 que apenas mantenha, nos proventos da interessada, a parcela de quintos incorporados entre 08/04/1998 e 04/09/2001 caso a vantagem esteja amparada em decisão judicial transitada em julgado, caso contrário, promova seu destaque, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115/CE;
9.3. dar ciência deste acórdão aos recorrentes, informando-lhes que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8076-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8077/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.098/2019-0.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Boa Nova Produções Artísticas Ltda. (CNPJ 04.570.119/0001-50); e Pedro Butcher (CPF 013.049.587-52).
4. Órgão: então Ministério da Cultura.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: Ericka Gavinho D Icarahy (137.124/OAB-RJ), entre outros, representando Pedro Butcher e a Boa Nova Produções Artísticas Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Cultura em desfavor de Boa Nova Produções Artísticas Ltda., além de Pedro Butcher, como dirigente dessa entidade, diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais captados sob o valor original de R$ 815.734,06 no âmbito do Pronac 07-6617 destinado à execução do projeto cultural intitulado como "XIX CoHabitação" durante o período de 28/5/2008 a 31/12/2011;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa oferecidas por Boa Nova Produções Artísticas Ltda. e Pedro Butcher;
9.2. julgar irregulares as contas da Boa Nova Produções Artísticas Ltda., além de Pedro Butcher, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "a", "b" e "c", 19, **caput**, e 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Cultura, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Histórico (em R$)
2/9/2008	230.000,00
18/12/2008	96.000,00
5/10/2009	82.000,00
25/1/2010	204.000,00
30/6/2010	122.000,00
27/12/2010	87.734,06

9.3. aplicar em desfavor da Boa Nova Produções Artísticas Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento das referidas dívidas ao Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor, sem prejuízo, aí, de deixar de aplicar a aludida multa legal em desfavor dos correspondentes sócios para evitar o eventual **bis in idem**;
9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei n.º 8.443, de 1992, com o eventual pedido cumulativo de condenação por improbidade administrativa, diante do não atendimento à notificação; informando nesse ponto que, como a malsinada irregularidade configuraria a eventual conduta dolosa no sentido de efetivamente assumir o risco de facilitar, permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada incorpore ou utilize rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, resultando no eventual ilícito doloso de improbidade administrativa causador do aludido prejuízo ao erário, nos termos, por exemplo, do art. 10, I e II, além do art. 11, VI, da Lei n.º 8.429, de 1992, a eventual prescrição da ação de ressarcimento ao erário não subsistiria, estando esse entendimento em plena consonância com a jurisprudência fixada pelo STF no bojo do RE 852.475-SP, com o trânsito em julgado a partir de 6/12/2019, diante da Tese de Repercussão Geral n.º 897; e
9.6 enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penas cabíveis.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8077-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8078/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.951/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Recorrente: Virginia Mara Canabrava Paiva (482.252.316-00).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal:
8.1. Araceli Alves Rodrigues (26.720/OAB-DF) e outros, representando Virginia Mara Canabrava Paiva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa pedido de reexame interposto pela Sra. Virginia Mara Canabrava Paiva, ex-servidora do TRT da 3ª Região/MG, contra o Acórdão 10.863/2020 -TCU-2ª Câmara, rel. Ministro Aroldo Cedraz;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer do recurso interposto e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. informar ao(s) recorrente(s) e demais interessados do presente acórdão, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8078-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8079/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.981/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Recorrente: Rosália Maria de Azevedo Maciel Prado (198.222.274-34)
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato pedido de reexame interposto por Rosália Maria de Azevedo Maciel Prado, ex-servidora do TRT 6ª Região/PE contra o Acórdão 5.146/2020-TCU-2ª Câmara, rel. Ministro Augusto Nardes.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1 conhecer do pedido de reexame interposto por Rosália Maria de Azevedo Maciel Prado e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2 dar ciência do presente Acórdão à recorrente e aos órgãos/entidades interessados, ressaltando-se que o Relatório e o Voto que o fundamentarem podem ser consultados no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, no dia seguinte ao de sua oficialização.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8079-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8080/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-003.319/2015-6
2. Grupo II, Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrentes: Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação - Alice (CNPJ 07.187.987/0001-44) e Rosina Duarte de Duarte (CPF 210.546.650-87)
4. Unidade: Secretaria Especial de Direitos Humanos das Presidência da República
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Serur
8. Representação legal:
8.1. Roberto Rebés Abreu (26964/OAB-RS), representando Rosina Duarte de Duarte e Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação - Alice.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que se aprecia recurso de reconsideração interposto pela Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (Alice) e por Rosina Duarte de Duarte, coordenadora-geral da entidade, contra o Acórdão 7.918/2018-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Aroldo Cedraz, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas especiais de ambas as recorrentes, aplicando apenas à dirigente a multa prevista no art. 58, I, da Lei 8.443/1992.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 33 da Lei 8.443/1992 c/c o arts. 281 e 285 do RI/TCU, em:
9.1 não conhecer do recurso em relação à Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (Alice), por ser intempestivo;
9.2 conhecer do recurso de reconsideração quanto a Rosina Duarte de Duarte para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistente o Acórdão 7.918/2018-TCU-2ª Câmara;
9.3 julgar regulares com ressalva as contas especiais da Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (Alice) e de Rosina Duarte de Duarte, dando-lhes quitação;
9.4 dar ciência às recorrentes, à Secretaria Especial de Direitos Humanos das Presidência da República, e aos demais interessados a respeito do inteiro teor deste acórdão, informando que esta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, este Tribunal poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias impressas.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8080-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8081/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-008.705/2015-1
2. Grupo I, Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Francisco Augusto Pereira Desideri (CPF 310.929.347-15)
4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Serur
8. Representação legal: Felipe Gregório de Velloso Vianna e outros, representando Francisco Augusto Pereira Desideri

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Francisco Augusto Pereira Desideri, ex-chefe da Divisão de Construção do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), contra o Acórdão 2.792/2019-TCU-2ª Câmara, relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas especiais do ora recorrente, condenando-o em débito solidário com outros responsáveis,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do RI/TCU, em:
9.1 conhecer do recurso de reconsideração interposto por Francisco Augusto Pereira Desideri para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados no processo.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8081-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8082/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.156/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados: Lucia Helena Pires Ferreira de Barros (183.805.141-49); Paulo Marcio Rodrigues de Souza (142.249.505-10); Teresa de Jesus Leitao (107.418.015-15).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de aposentadoria exarados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em favor de Lucia Helena Pires Ferreira de Barros, de Paulo Marcio Rodrigues de Souza e de Teresa de Jesus Leitao,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal; do art. 1º, inciso V, e do art. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; e do art. 260, § 1º, do Regimento Interno:
9.1 considerar ilegais os atos de concessão inicial de aposentadoria de Lucia Helena Pires Ferreira de Barros, de Paulo Marcio Rodrigues de Souza e de Teresa de Jesus Leitao, negando-lhes registro;
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula nº 106;
9.3 determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que, nos termos dos art. 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU e 19, *caput*, da Instrução Normativa - TCU 78/2018:
9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos de concessão considerados ilegais, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência dessa deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;
9.3.2. promova o destaque da(s) parcela(s) de quintos incorporada(s) com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001 e transforme-a(s) em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
9.3.3 suprima a parcela "opção" incorporada aos vencimentos de aposentadoria do servidor Paulo Marcio Rodrigues de Souza, por incompatibilidade com o disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998;
9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, emita novos atos de aposentadoria de Lucia Helena Pires Ferreira de Barros, Paulo Marcio Rodrigues de Souza e Teresa de Jesus Leitao, livres das irregularidades apontadas, disponibilizando-os a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos fixados na Instrução Normativa nº 78, de 21 de março de 2018;
9.3.5 no prazo de 30 (trinta) dias, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovantes das datas em que os interessados tomaram conhecimento deste acórdão, conforme o art. 21, inciso I, da Instrução Normativa nº 78, de 2018;
9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais que monitore o cumprimento das determinações ora expedidas, representando ao Tribunal, em caso de irregularidades; e
9.5 dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8082-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8083/2021 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 009.206/2021-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Clarissa Cançado de Lara Resende (428.574.066-49); Maria Olinda Almeida de Souza (851.792.806-72); Simone Maria Alvim Borges (130.869.606-04).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam os atos iniciais de aposentadoria de Clarissa Cançado de Lara Resende (428.574.066-49), Maria Olinda Almeida de Souza (851.792.806-72) e Simone Maria Alvim Borges (130.792.606-04) servidoras aposentadas Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992; 1º, VIII, 259, II, 260, § 1º, e 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1 considerar ilegal, negando-lhes registro, os atos de concessão de aposentadoria de Clarissa Cançado de Lara Resende (428.574.066-49), Maria Olinda Almeida de Souza (851.792.806-72) e Simone Maria Alvim Borges (130.869.606-04) em razão da incorporação de parcelas de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas após a vigência da Lei 9.624/1998;
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, presumida a boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que, nos termos dos art. 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU e 19, *caput*, da Instrução Normativa - TCU 78/2018:
9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrente dos atos de concessão considerados ilegais, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência dessa deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;
9.3.2. promova o destaque das parcelas de quintos incorporadas com amparo em funções comissionadas, e transforme-as em "Parcela Compensatória", a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
9.3.3**.** comunique às servidoras aposentadas acerca do teor deste Acórdão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.3.4. emita e disponibilize no sistema e-Pessoal, no prazo de 30 (trinta) dias, novos atos de concessão, escoimados das irregularidades apontadas, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU; e
9.3.5. encaminhe ao Tribunal o comprovante de que as interessadas tomaram ciência do inteiro teor desta deliberação;
9.4. dar ciência deste Acórdão ao Órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8083-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8084/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.231/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Recorrente: Senado Federal, em nome de Marcos Evandro Cardoso Santi (315.937.710-53)
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Senado Federal, em face do Acórdão 11.542/2020 - TCU - 2ª Câmara, rel. Ministro Augusto Nardes, que considerou ilegal o ato de aposentadoria do interessado Marcos Evandro Cardoso Santi, negando-lhe o registro;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer do pedido de reexame interposto pelo Senado Federal em nome de Marcos Evandro Cardoso Santi (315.937.710-53) para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2 informar ao recorrente do presente acórdão, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8084-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8085/2021 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 009.236/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Eleusa Silva (495.265.966-68); Evaldo Régio Goncalves (024.417.128-96); Rosangela Martins Cover Carneiro (860.919.998-34).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992; 1º, VIII, 259, II, 260, § 1º, e 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1 considerar ilegal, negando-lhes registro, os atos de concessão de aposentadoria de Eleusa Silva (495.265.966-68), Evaldo Régio Goncalves (024.417.128-96) e Rosangela Martins Cover Carneiro (860.919.998-34) em razão da incorporação de parcelas de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas após a vigência da Lei 9.624/1998;
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, presumida a boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que, nos termos dos art. 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU e 19, *caput*, da Instrução Normativa - TCU 78/2018:
9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrente dos atos de concessão considerados ilegais, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência dessa deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;
9.3.2. promova o destaque das parcelas de quintos incorporadas com amparo em funções comissionadas, e transforme-as em "Parcela Compensatória", a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
9.3.3**.** comunique aos servidores aposentados acerca do teor deste Acórdão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.3.4. emita e disponibilize no sistema e-Pessoal, no prazo de 30 (trinta) dias, novos atos de concessão, escoimados das irregularidades apontadas, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU; e
9.3.5. encaminhe ao Tribunal o comprovante de que os interessados tomaram ciência do inteiro teor desta deliberação;
9.4. dar ciência deste Acórdão ao Órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8085-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8086/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 010.850/2015-5
2. Grupo I, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração/TCE
3. Embargante: Sérgio Alécio (CPF: 426.494.989-00)
4. Órgão/Entidade/Unidade: Central de Associações dos Pequenos Produtores Rurais de Epitaciolândia e Brasiléia (Capeb) (CNPJ 84.300.649/0001-18)/ Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB/AC 2708) e outros; procuração à peça 108

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração em TCE interposto por Sr. Sérgio Alécio, ex-presidente da Capeb, contra os termos do Acórdão 7132/2020-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Raimundo Carreiro,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração interpostos por Sérgio Alécio, com fundamento nos artigos 32, II e 34, da Lei 8.443/1992, e artigos 277, III e 287, do RI/TCU, e no mérito, rejeitá-los;
9.2. alertar o embargante, excepcionalmente, que outro recurso porventura ainda cabível poderá ser apresentado, instruído com documentação apta a comprovar que encaminhou as Declarações de Gastos Bimestrais - DGBs ao Fundo Nacional do Meio Ambiente e/ou houve o seu extravio;
9.3. comunicar o recorrente e aos demais interessados sobre esta decisão.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8086-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8087/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.544/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Pensão Militar)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrentes: Marcia Maria Ayres da Silva (808.026.727-87); Marta Ayres da Silva Scharf (811.535.977-72).
4. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionista do Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal:
8.1. Caroline Ricardo Amorim (200.517/OAB-RJ), representando Marta Ayres da Silva Scharf e Marcia Maria Ayres da Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Pedido de Reexame interposto pelas Sras. Marcia Maria Ayres da Silva e Marta Ayres da Silva Scharf, em face do Acórdão 9.722/2020-TCU-2ª Câmara, Relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, que considerou ilegal e negou registro ao ato de reversão de pensão militar instituída por Jurandyr Ayres da Silva.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer do Pedido de Reexame interposto por Marcia Maria Ayres da Silva e Marta Ayres da Silva Scharf e, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2 informar às recorrentes e à Subdiretoria de Inativos e Pensionista do Comando da Aeronáutica sobre o presente acórdão, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8087-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8088/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-027.274/2019-5
2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: José Edivan Félix (CPF 299.205.404-63) e Albino Félix de Sousa Neto (CPF 084.013.004-01)
4. Unidade: Município de Catingueira/PB
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: SecexTCE
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial referente ao Convênio 657961/2009, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Município de Catingueira/PB, cujo objeto foi a "*aquisição de veículo automotor, zero quilômetro, com especificações para transporte escolar, por meio de apoio financeiro, no âmbito do programa caminho da escola*",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento dos arts. 1º, I, 12, § 3º, 16, III, "a" e "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, em:
9.1 considerar revéis os responsáveis José Edivan Félix e Albino Félix de Sousa Neto;
9.2 julgar irregulares as contas de José Edivan Félix e Albino Félix de Sousa Neto;
9.3 condenar José Edivan Félix ao pagamento de R$ 196.515,00, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir de 4/1/2011 até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;
9.4 aplicar a José Edivan Félix a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5 aplicar a Albino Félix de Sousa Neto a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.6 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.7 autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada parcela,

corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.8 enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis;

9.9 enviar cópia deste acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8088-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8089/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.133/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Sandra Regina Santiago (088.390.198-63).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel - OAB/DF 22.256 - representando Sandra Regina Santiago

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Pedido de Reexame interposto pela Sra. Sandra Regina Santiago, em face do Acórdão 9.293/2020-TCU-2ª Câmara, Relatora Ministra Ana Arraes, que considerou ilegal e negou registro ao ato de aposentadoria da recorrente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do Pedido de Reexame interposto por Sandra Regina Santiago e, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2 informar à recorrente e ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região sobre o presente acórdão, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8089-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8090/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.257/2018-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Atos de Admissão

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Luiz Antônio Athayde Souto Junior (941.338.675-72); Niele Vinagre de Gusmao Freire (009.489.014-54); Rodrigo Sampaio Teles (009.200.723-64).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os atos de admissão de Luiz Antônio Athayde Souto Junior (941.338.675-72), Niele Vinagre de Gusmão Freire (009.489.014-54) e Rodrigo Sampaio Teles (009.200.723-64), junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais os atos de admissão de Luiz Antônio Athayde Souto Junior, Niele Vinagre de Gusmão Freire e Rodrigo Sampaio Teles e conceder-lhes o registro;

9.2. determinar ao Diretor-Geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e ao Diretor-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região que:

9.2.1. em eventual aproveitamento de candidatos aprovados em concurso realizado por outro órgão do Poder Judiciário, observe os requisitos estabelecidos n.º 1.618/2018-TCU-Plenário, especialmente o item 9.2.2, o qual veda o aproveitamento em questão, se não houver previsão editalícia expressa quanto a essa possibilidade;

9.3 dê ciência desta deliberação aos interessados, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região e ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8090-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8091/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.371/2020-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Sylvia Regina Freixinho (481.633.847-00).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Pedido de Reexame interposto pela Sra. Sylvia Regina Freixinho, em face do Acórdão 11.599/2020-TCU-2ª Câmara, Relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, que considerou ilegal e negou registro ao ato de aposentadoria da recorrente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do Pedido de Reexame interposto por Sylvia Regina Freixinho e, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2 Informar à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ sobre o presente acórdão, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8091-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8092/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-031.850/2015-4

2. Grupo I, Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (Representação)

3. Recorrente: Luciano Cartaxo Pires de Sá (CPF 601.049.704-30)

4. Unidade: Município de João Pessoa/PB

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Serur

8. Representação legal: Adelmar Azevedo Régis (10237/OAB-PB), representando Luciano Cartaxo Pires de Sá

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação em que se examina pedido de reexame interposto por Luciano Cartaxo Pires de Sá, ex-Prefeito do Município de João Pessoa/PB (gestão 2013-2020), contra o Acórdão 1.060/2020-TCU-2ª Câmara (peça 88), relator Ministro Aroldo Cedraz, por meio do qual este Tribunal rejeitou as razões de justificativa do ora recorrente, aplicando-lhe multa de R$ 20.000,00, com base no art. 58, II, da Lei 8.443/1992,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286 do RI/TCU, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Luciano Cartaxo Pires de Sá para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados no processo.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8092-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8093/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-008.064/2021-0.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Adriana Lopes Vital e Castro (513.986.805-91), Maria Lúcia Stefanini Pinto (100.626.737-93) e Rosalina Bittencourt de Araujo Silva (524.265.301-97).

4. Órgão: Comando da Marinha/Ministério da Defesa.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Pessoais - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de concessão de pensão militar emitidos pelo Comando da Marinha/Ministério da Defesa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegais as concessões de pensão militar instituídas a favor das Sras. Adriana Lopes Vital e Castro, Maria Lúcia Stefanini Pinto e Rosalina Bittencourt de Araujo Silva, negando registro aos correspondentes atos;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelas interessadas, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Marinha, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta Deliberação, que:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, **caput**, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovantes da referida ciência;

9.4. esclarecer ao Comando da Marinha que novos atos de concessão de pensão militar deverão ser emitidos e cadastrados no sistema e-Pessoal, livres das irregularidades verificadas, sendo submetidos a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8093-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8094/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.005/2014-2.
2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Manuel Plácido da Silva Filho (717.857.014-87).
4. Entidade: Município de Machados/PE.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.
8. Representação legal: Micheline de Souza Ferreira (OAB/PE 32.454), Leonardo Azevedo Saraiva (OAB/PE 24.034), Williams Rodrigues Ferreira (OAB/PE 38.498) e Francisco Soares Melo Júnior (OAB/DF 41.865).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo - MTur em desfavor do Sr. Manuel Plácido da Silva Filho, ex-Prefeito do Município de Machados/PE, em decorrência da não aprovação da prestação de contas relativa ao Convênio 1.359/2010 (Siafi 744050/2010).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea **c**, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Manuel Plácido da Silva Filho, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 09/06/2011 até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor;
9.2. aplicar ao Sr. Manuel Plácido da Silva Filho a multa prevista nos arts. 19, **caput**, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da referida importância ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;
9.5 enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis, bem como ao Ministério do Turismo, para ciência.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8094-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8095/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 019.378/2019-0.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Delmar Barros da Silveira Sobrinho (522.678.903-30) e Município de Nova Olinda do Maranhão/MA (01.612.625/0001-77).
4. Entidade: Município de Nova Olinda do Maranhão/MA.
5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em desfavor do Sr. Delmar Barros da Silveira Sobrinho, Prefeito de Nova Olinda do Maranhão/MA, na gestão de 2013/2016, em solidariedade com aquela municipalidade, devido à omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados àquele ente federado, por meio do Convênio 066/2013 - SPM/PR, registro Siafi 788206, que tinha por objeto a aquisição de equipamentos e implementos agrícolas para promover a construção e a implantação de uma unidade de beneficiamento de mandioca naquela municipalidade.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir o Município de Nova Olinda do Maranhão/MA do rol de responsáveis desta TCE;
9.2. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea a, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Delmar Barros da Silveira Sobrinho, condenando-o ao pagamento da quantia original de R$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 24/12/2013 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;
9.3. aplicar ao Sr. Delmar Barros da Silveira Sobrinho a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento da referida importância ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5. autorizar, desde logo, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.6. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis, bem como ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para ciência.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8095-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8096/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 021.676/2019-4.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Errefeme Serviços Editoriais - Eireli (07.020.079/0001-61), Renato de Freitas Menin (176.244.568-93) e Maria Martha de Freitas Menin (088.760.398-05).
4. Unidade Jurisdicionada: Secretaria Especial da Cultura.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Especial da Cultura em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados, com base na Lei Rouanet (Lei 8.313/1991), no âmbito do projeto cultural Pronac 07-8321, que visava à publicação e distribuição de livro com conteúdo voltado para o trabalhador do turismo.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir do rol de responsáveis desta Tomada de Contas Especial o nome da Sra. Maria Martha de Freitas Menin;
9.2. com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Renato de Freitas Menin e da empresa Errefeme Serviços Editoriais - Eireli e condená-los solidariamente ao pagamento das quantias a seguir indicadas, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Cultura, nos termos da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
30/10/2009	20.000,00
23/11/2009	20.000,00
22/3/2010	30.000,00

9.3. aplicar, com base no art. 57 da Lei 8.443/1992, multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) ao Sr. Renato de Freitas Menin e de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) à empresa Errefeme Serviços Editoriais - Eireli, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens 9.2 e 9.3 deste Acórdão, caso não atendidas as notificações, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e
9.6. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 7º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para adoção das medidas cabíveis, e à Secretaria Especial da Cultura e aos responsáveis, para ciência.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8096-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8097/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 033.849/2019-6.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Francisco Dantas de Araújo (369.122.474-15).
4. Entidade: Município de Laurentino Cruz/RN.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos ao Município de Laurentino Cruz/RN para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae/2015.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Dantas de Araújo e condená-lo ao pagamento das quantias descritas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das respectivas datas até o dia da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento do débito ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, na forma da legislação em vigor:

Valor histórico (R$)	Data de ocorrência
16.354,00	05/01/2015
13.226,00	10/03/2015
13.226,00	13/04/2015
15.466,00	06/07/2015
17.372,00	07/07/2015
10.578,00	06/08/2015
20.360,00	07/08/2015
15.440,00	03/09/2015
21.744,00	05/10/2015
140,00	06/10/2015
18.662,00	06/11/2015

9.2. aplicar ao Sr. Francisco Dantas de Araújo a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, caso paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5. enviar cópia deste Acórdão ao FNDE, para ciência, e à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 e no art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8097-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8098/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-041.869/2020-6.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessados: Jacqueline de Alencar Vieira Ripardo (241.768.183-87), Aline Asbeck Vieira Loureiro (701.838.641-15), Marilia Teresinha Leal (254.845.080-53), Maria das Neves de Oliveira (083.782.156-87), Giselle Matsu Sato (785.174.277-34), Denir Bessa Ribeiro Ferreira (110.876.337-53), Rosalia Leite Ferreira (116.910.341-34), Rosiclea Leite Ferreira de Almeida (117.327.501-06), Antonia Iranilda Barros da Cruz (786.578.731-68) e Maria Mary Cavalcante (079.443.733-87).
4. Órgão: 11ª Região Militar do Comando do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de concessão de pensão militar deferidos pela 11ª Região Militar do Comando do Exército.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legais as pensões militares instituídas pelos Srs. Euclides Leal, Eduardo Seji Sato e Raimundo de Melo Amorim em benefício, respectivamente, das Sras. Marilia Teresinha Leal (peça 3); Maria das Neves de Oliveira e Giselle Matsu Sato (peça 4); Antonia Iranilda Barros da Cruz e Maria Mary Cavalcante (peça 6), determinando o registro dos correspondentes atos;

9.2. considerar ilegais as pensões militares instituídas pelos Srs. Atualpa de Alencar Vieira e Rui Ribeiro Ferreira em benefício, respectivamente, das Sras. Jacqueline de Alencar Vieira Ripardo e Aline Asbeck Vieira Loureiro (peça 2); Denir Bessa Ribeiro Ferreira, Rosalia Leite Ferreira e Rosiclea Leite Ferreira de Almeida (peça 5), negando registro aos correspondentes atos;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelas beneficiárias mencionadas no subitem 9.2 acima, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à 11ª Região Militar do Comando do Exército, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta Deliberação, que:

9.4.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, **caput**, do Regimento Interno/TCU;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação às beneficiárias indicadas no subitem 9.2 retro, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.5. esclarecer ao órgão de origem que novos atos de concessão das pensões militares instituídas pelos Srs. Atualpa de Alencar Vieira e Rui Ribeiro Ferreira deverão ser emitidos e cadastrados no sistema e-Pessoal, livres das irregularidades verificadas nestes autos, sendo submetidos a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8098-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8099/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-044.574/2020-7.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Josiane Saltarelli Martins Melo (598.854.597-15).
4. Unidade Jurisdicionada: Instituto Benjamim Constant.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria deferida pelo Instituto Benjamim Constant em benefício de Josiane Saltarelli Martins Melo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Josiane Saltarelli Martins Melo, negando registro ao correspondente ato;

9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3 determinar ao Instituto Benjamim Constant, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência deste Acórdão, que:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato de interesse da Sra. Josiane Saltarelli Martins Melo, ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, **caput**, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.4. esclarecer ao Instituto Benjamim Constant que novo ato de concessão de aposentadoria em favor da Sra. Josiane Saltarelli Martins Melo deverá ser emitido e cadastrado no sistema e-Pessoal, livre da irregularidade verificada nestes autos, sendo submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8099-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8100/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.636/2021-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Celina Grether Ferreira (CPF 667.114.797-34).
4. Órgão: Ministério da Economia como sucessor do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em favor de Celina Grether Ferreira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Celina Grether Ferreira (à Peça 3 sob o n.º 67824/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei n.º 8.911, de 1994, e da indevida percepção cumulativa de "quintos ou décimos" de função com a referida "opção";

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Ministério da Economia, como sucessor do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria em favor de Celina Grether Ferreira ora considerado ilegal em função da indevida percepção da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei n.º 8.911, de 1994, e da indevida percepção cumulativa de "quintos ou décimos" de função com a referida "opção", sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, **caput**, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após as notificações, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes das correspondentes notificações ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão de aposentadoria em favor de Celina Grether Ferreira, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação em função da indevida percepção da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei n.º 8.911, de 1994, e da indevida percepção cumulativa de "quintos ou décimos" de função com a referida "opção", para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, **caput**, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno do Ministério da Economia, como sucessor do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de a unidade técnica promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8100-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8101/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.811/2021-0.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Atos de Admissão.
3. Interessados: Marcos Freitas Santos (CPF 096.848.336-44); Matheus Ferreira da Silva (CPF 112.678.516-43); Warley José de Araújo (CPF 052.828.956-09).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de admissão promovida pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em prol de Marcos Freitas Santos, Matheus Ferreira da Silva e Warley José de Araújo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, e 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade dos atos de admissão em favor de Marcos Freitas Santos (à Peça 3 sob o nº 133710/2019), Matheus Ferreira da Silva (à Peça 4 sob o nº 133717/2019) e Warley José de Araújo (à Peça 5 sob o nº 133719/2019), negando-lhes os respectivos registros;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância, por analogia, com as Súmulas nºs 106 e 249 do TCU, deixando, ainda, de, no presente momento, determinar a imediata cessação do pagamento dos correspondentes salários em respeito à decisão judicial prolatada no âmbito da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Caixa Econômica Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a Justiça do Trabalho e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável aos ora interessados, adote as providências cabíveis para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados dessa superveniente decisão judicial final, promover a efetiva desconstituição dos respectivos atos de admissão em prol dos ora interessados, nos termos do art. 262 do RITCU, informando o TCU, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da aludida decisão judicial final, sobre o efetivo resultado da adoção dessas providências;

9.3.2. dê ciência da presente deliberação do TCU aos interessados apontados pelo item 9.1 deste Acórdão;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Caixa Econômica Federal, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo; ficando a unidade técnica dispensada de promover o monitoramento sobre o item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8101-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8102/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.498/2019-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Eronildo Braga Bezerra (CPF 026.220.412-68).

4. Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: Sender Jacauna de Lima (OAB/AM 6.292), representando Eronildo Braga Bezerra.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) em desfavor de Eronildo Braga Bezerra, como então secretário estadual de Produção Rural no Amazonas (gestão: 1º/1/2007 a 25/5/2010 e 12/1/2011 a 3/4/2014), diante da não consecução dos objetivos pactuados pelo Convênio n.º 50/2007 destinado à aquisição de equipamentos agrícolas a partir do aporte de R$ 510.000,00 em recursos federais e de R$ 51.000,00 em recursos da contrapartida, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 12/12/2007 a 19/2/2013;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a revelia de Eronildo Braga Bezerra, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Eronildo Braga Bezerra, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
4/2/2010	120.754,00
28/1/2011	67.900,00
11/6/2013	4.315,00
14/6/2013	13.980,00
14/6/2013	1.985,00

9.3. aplicar em desfavor de Eronildo Braga Bezerra a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei n.º 8.443, de 1992, com o eventual pedido cumulativo de condenação por improbidade administrativa, diante do não atendimento à notificação; informando nesse ponto que, como a malsinada irregularidade configuraria a eventual conduta dolosa no sentido de efetivamente assumir o risco de facilitar, permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada incorpore ou utilize rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, resultando no eventual ilícito doloso de improbidade administrativa causador do aludido prejuízo ao erário, nos termos, por exemplo, do art. 10, I e II, da Lei n.º 8.429, de 1992, a eventual prescrição da ação de ressarcimento ao erário não subsistiria, estando esse entendimento em plena consonância com a jurisprudência fixada pelo STF no bojo do RE 852.475-SP, com o trânsito em julgado a partir de 6/12/2019, diante da Tese de Repercussão Geral n.º 897; e

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8102-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8103/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 034.138/2020-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Francisco José Meneses (CPF 043.600.443-72); Francisco Laerte Juvencio Magalhães (CPF 103.160.003-53); e Marco Antônio de Sousa Correia (CPF 104.543.574-00).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias deferidas pela Fundação Universidade Federal do Piauí em favor de Francisco José Meneses, Francisco Laerte Juvencio Magalhães e Marco Antônio de Sousa Correia;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade dos atos iniciais de aposentadoria em favor de Francisco José Meneses (à Peça 2 sob o n.º 1144/2020), Marco Antônio de Sousa Correia (à Peça 3 sob o n.º 1145/2020) e Francisco Laerte Juvencio Magalhães (à Peça 4 sob o n.º 1350/2020), negando-lhes os respectivos registros, diante da indevida continuidade na destacada percepção da parcela fixada como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessa parcela, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Fundação Universidade Federal do Piauí adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais pelo item 9.1 deste Acórdão sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, **caput**, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação aos interessados apontados no item 9.1 deste Acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não os eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento do recurso, devendo encaminhar os comprovantes das correspondentes notificações ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, os novos atos de concessão das aludidas aposentadorias apontadas no item 9.1 deste Acórdão, sem as ilegalidades indicadas nesta deliberação, para que sejam submetidos à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, **caput**, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Fundação Universidade Federal do Piauí, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8103-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8104/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.329/2018-5.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Camila do Espírito Santo (CPF 097.073.517-05); Nicole Algranti (CPF 957.139.567-68); e Taboca Produções Artísticas Ltda. (CNPJ 07.139.963/0001-10).

4. Órgão: então Ministério da Cultura.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: Defensoria Pública da União, representando Nicole Algranti e a Taboca Produções Artísticas Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Cultura em desfavor da Taboca Produções Artísticas Ltda., além de Camila do Espírito Santo e Nicole Algranti, como as sócias-administradoras da entidade, diante da não comprovação da boa e regular gestão dos recursos captados por meio do incentivo fiscal da "Lei Rouanet" sob o valor de R$ 200.000,00 no âmbito do Pronac 09-0730 destinado à execução do espetáculo intitulado como Cordel Épico Nordestino a partir do texto inédito em "Romance Nordestino" de Ferreira Gullar, com as apresentações em São Paulo - SP e Rio de Janeiro - RJ, além de duas capitais no Nordeste e de cidades na região serrana do Rio de Janeiro, tendo a vigência do projeto cultural sido estipulada para o período de 4/9/2009 a 30/11/2011;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a revelia de Camila do Espírito Santo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pela Taboca Produções Artísticas Ltda. e por Nicole Algranti;

9.3. julgar irregulares as contas da Taboca Produções Artísticas Ltda., além de Camila do Espírito Santo e Nicole Algranti, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alínea "c", e 19, **caput**, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento do correspondente débito, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Cultura, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde a data informada até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

9.3.1. débito solidário em desfavor da Taboca Produções Artísticas Ltda., além de Camila do Espírito Santo e Nicole Algranti, pelos seguintes valores:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
29/12/2009	198.980,00

9.3.2. débito solidário em desfavor da Taboca Produções Artísticas Ltda., além de Nicole Algranti, pelos seguintes valores:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
29/12/2009	1.020,00

9.4 aplicar em desfavor da Taboca Produções Artísticas Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor, sem prejuízo, aí, de deixar de aplicar a aludida multa legal em desfavor dos correspondentes sócios para evitar o eventual **bis in idem**;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação; e

9.7. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8104-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8105/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 040.806/2020-0.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Joanete Mendes da Silva (CPF 381.878.844-87).
4. Órgão: 59º Batalhão de Infantaria Motorizado junto ao Exército Brasileiro.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo 59º Batalhão de Infantaria Motorizado em desfavor de Joanete Mendes da Silva diante do desvio dos correspondentes recursos federais em função das apurações no âmbito do Inquérito Policial Militar (IPM) n.º 64238.0005828/2013-86, tendo sido identificadas a ausência de comunicação sobre o falecimento da beneficiária da pensão especial instituída pelo ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a apresentação de inidôneos documentos como comprovantes de vida, além dos indevidos saques durante o período de 18/1/2011 a 1º/7/2013;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. declarar a revelia de Joanete Mendes da Silva, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992;
9.2. julgar irregulares as contas de Joanete Mendes da Silva, nos termos dos arts. 16, III, alínea "d", e 19, **caput**, 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-la ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde a data informada até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
18/1/2011	2.159,92
1º/2/2011	5.073,04
1º/3/2011	5.073,04
1º/4/2011	5.120,51
1º/5/2011	5.120,51
1º/6/2011	5.120,51
1º/7/2011	5.120,51
1º/8/2011	5.120,51
1º/9/2011	5.121,04
1º/10/2011	5.121,04
1º/11/2011	10.235,03
1º/12/2011	5.121,04
1º/1/2012	5.160,68
1º/2/2012	5.160,68
1º/3/2012	5.160,68
1º/4/2012	5.160,68
1º/5/2012	5.160,68
1º/6/2012	5.160,68
1º/7/2012	5.160,68
1º/8/2012	5.160,68
1º/9/2012	5.160,68
1º/10/2012	5.160,68
1º/11/2012	10.314,31
1º/12/2012	5.160,68
1º/1/2013	5.202,11
1º/2/2013	5.202,11
1º/3/2013	5.589,45
1º/4/2013	5.589,45
1º/5/2013	5.589,45
1º/6/2013	8.570,40
1º/7/2013	5.589,45

9.3 aplicar em desfavor de Joanete Mendes da Silva a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, com a atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação; e

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penas cabíveis.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8105-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8106/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 047.342/2020-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Maria de Fátima Machado de Albuquerque (CPF 246.792.674-53).
4. Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela Universidade Federal de Alagoas em favor de Maria de Fátima Machado de Albuquerque;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Maria de Fátima Machado de Albuquerque (à Peça 2 sob o n.º 81694/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida continuidade na destacada percepção das parcelas fixadas como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessas parcelas, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Universidade Federal de Alagoas adote as seguintes medidas:
9.3.1 faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, **caput**, do RITCU;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada apontada no item 9.1 deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento do recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria apontada no item 9.1 deste Acórdão, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, **caput**, do RITCU;
9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Universidade Federal de Alagoas, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e
9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8106-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8107/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.081/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Elenita Batista da Costa Melo (297.279.791-49).
4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Elenita Batista da Costa Melo, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. informar deste acórdão ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8107-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO N.º 8108/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 002.152/2020-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Ministério Público Federal.

4. Órgão: Ministério Público Federal.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto pelo Ministério Público Federal contra o Acórdão 1.649/2021-TCU-Segunda Câmara, que considerou ilegal o ato de aposentadoria de Celita Pickler Oenning (533.220.539-20), ex-servidora de seu quadro,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame;

9.2. remeter cópia deste acórdão ao Ministério Público Federal.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8108-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8109/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.418/2019-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: José Carlos de Almeida Júnior (282.163.693-87); José Francisco Pestana (146.710.343-87); Planmetas Construções e Serviços Ltda - ME (07.594.706/0001-78).

4. Unidades jurisdicionadas: Município de Cururupu/MA; Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados ao Município de Cururupu/MA por meio do Termo de compromisso TC/PAC 1773/08 (Siafi 652059), que tinha por objeto a implementação de doze sistemas de abastecimento de água no ente municipal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar José Carlos de Almeida Júnior, José Francisco Pestana e a sociedade empresária Planmetas Construções e Serviços Ltda revéis, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de José Carlos de Almeida Júnior e José Francisco Pestana, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c", julgar irregulares as contas da Planmetas Construções e Serviços Ltda, condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir discriminados, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculado desde as datas de ocorrência indicadas até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

José Francisco Pestana solidariamente com Planmetas Construções e Serviços Ltda.ME:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
486.754,56	23/3/2011

José Francisco Pestana individualmente:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
433.245,44	23/3/2011

José Carlos de Almeida Júnior solidariamente com Planmetas Construções e Serviços Ltda. ME:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
686.460,31	08/10/2013

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar individualmente multa no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) a José Carlos de Almeida Júnior, de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) a José Francisco Pestana, e de R$ 185.000,00 (cento e oitenta cinco mil reais) à sociedade empresária Planmetas Construções e Serviços Ltda. ME, com valores a serem atualizados monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Maranhão, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão à Funasa, ao Município de Cururupu/MA e aos responsáveis.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8109-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO N.º 8110/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 008.679/2020-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Iucana Marilda Loureiro Jacob Zaidan (193.656.162-04).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (3.004/OAB-AM) e outros, representando Iucana Marilda Loureiro Jacob Zaidan.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto por Iucana Marilda Loureiro Jacob Zaidan contra o Acórdão 8.679/2020-TCU-Segunda Câmara, que considerou ilegal seu ato de aposentadoria;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e negar provimento ao pedido de reexame;

9.2. remeter cópia deste acórdão à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8110-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8111/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.684/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessado: Marcos Vinicius Branco (425.668.359-34).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Marcos Vinicius Branco, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8111-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8112/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.868/2020-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria Amélia de Carvalho Parahym Xavier (223.850.104-53).

4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Maria Amélia de Carvalho Parahym Xavier, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8112-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8113/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.093/2020-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Andréa Góes Bakaj Rezende (153.111.981-68).
4. Órgão: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Senado Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Andréa Góes Bakaj Rezende, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. determinar ao Senado Federal que:
9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.2.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.2.3. providencie o levantamento das quantias pagas indevidamente a título de parcela compensatória oriunda de quintos incorporados em razão da função de Analista Legislativo (FC-7), adotando todas as medidas administrativas necessárias à recomposição desses valores; não havendo a elisão do dano, a autoridade competente deve providenciar a imediata instauração de tomada de contas especial, mediante autuação de processo específico, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias;
9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.3. informar deste acórdão ao Senado Federal.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8113-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8114/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.282/2021-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria das Gracas Colli Moreira (327.277.719-91).
4. Órgão: Ministério Público Militar.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Ministério Público Militar,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Maria das Gracas Colli Moreira, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Ministério Público Militar que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. informar deste acórdão ao Ministério Público Militar.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8114-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8115/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.298/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Gláucia Maria Carvalho Rangel (220.550.611-00).
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal de Contas da União,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Gláucia Maria Carvalho Rangel, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal de Contas da União que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. informar deste acórdão ao Tribunal de Contas da União.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8115-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8116/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.802/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessado: Wania Lucia Pasquarelli do Nascimento (297.072.771-49).
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal de Contas da União,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Wania Lucia Pasquarelli do Nascimento, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal de Contas da União que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. informar deste acórdão ao Tribunal de Contas da União.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8116-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto que alegou impedimento na Sessão: Marcos Bemquerer Costa.
13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8117/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.402/2020-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Admissão
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Alberto Martins Vieira (052.095.787-39); Aline Santana Fayer (054.434.997-00); Allan Phillip Conceicao de Oliveira (128.238.007-94); Ana Noemi Borges dos Santos de Anaide (126.471.387-88); Magda de Souza Chagas (975.031.937-00); Marcio Jose da Silva Moreira (081.390.767-59); Marcos Eduardo de Oliveira (098.721.867-07); Mariana Ferreira Pombo (115.968.337-93); Rodrigo Lopes de Lima (087.035.937-11); Savio Soares Dias (030.276.101-20).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de admissão;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar legais as admissões de Alberto Martins Vieira, Aline Santana Fayer, Allan Phillip Conceicao de Oliveira, Ana Noemi Borges dos Santos de Anaide e Rodrigo Lopes de Lima, concedendo o registro aos atos correspondentes;
9.2. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos emitidos em favor de Magda de Souza Chagas, Marcio Jose da Silva Moreira, Marcos Eduardo de Oliveira, Mariana Ferreira Pombo e Savio Soares Dias;
9.3. dar ciência deste acórdão à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8117-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8118/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.466/2020-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Admissão
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Camila Biango da Silva Santos (122.283.587-89); Carla Alessandra Brito da Silva Pecanha (103.532.797-06); Carlos Alex de Brito (115.870.827-05); Carolina Akemi Kano Silva (121.799.757-16); Daniele Vieira Cassol Arruda (010.416.840-45); Diego Alonso Sanhueza Sanhueza (062.714.717-81); Lucas Ribeiro Coutinho (148.038.027-00); Paulo Ricardo Braz de Sousa (120.862.457-18); Tais Hanae Kasai Brunswick (305.783.898-78); Thiago Custodio dos Santos (007.501.461-09).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de admissão;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar legais as admissões de Camila Biango da Silva Santos, Carla Alessandra Brito da Silva Pecanha, Carlos Alex de Brito e Carolina Akemi Kano Silva, concedendo o registro aos atos correspondentes;
9.2. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos emitidos em favor de Daniele Vieira Cassol Arruda, Diego Alonso Sanhueza Sanhueza, Lucas Ribeiro Coutinho, Paulo Ricardo Braz de Sousa, Tais Hanae Kasai Brunswick e Thiago Custodio dos Santos;
9.3. dar ciência deste acórdão à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8118-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8119/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.764/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão civil
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Monica Maria de Oliveira Monteiro (747.740.777-04).
4. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de pensão civil,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 4º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a pensão civil de Monica Maria de Oliveira Monteiro, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrente do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no subitem anterior;
9.4. dar ciência deste acórdão ao Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8119-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8120/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.272/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Reforma
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Jorge Vidal Sambrana (178.788.021-49).
4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de reforma;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a reforma de Jorge Vidal Sambrana, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Comando da Marinha que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.2. informe ao interessado que poderá optar pelos proventos da reforma militar ou pelos vencimentos do cargo de auxiliar de enfermagem junto à Prefeitura Municipal de Corumbá;
9.3.3. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido nos itens anteriores;
9.4. dar ciência deste acórdão ao Comando da Marinha.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8120-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8121/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.787/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessado: Nelio Barreto (590.473.057-87).
4. Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Nelio Barreto, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. informar deste acórdão ao Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8121-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8122/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.063/2020-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Darlan Alcantara de Padua (872.980.158-34); Italo Robert Trindade de Carvalho (120.731.131-68); Jose Americo Garciano da Silva (130.886.534-15); Jose Antonio de Faria (357.482.576-53); Jose Fernandes de Medeiros (178.386.574-15); Maraci de Fatima Malachias (043.375.448-60); Monica Martins de Melo (418.345.186-87); Paulo Sergio Spinola (694.204.758-91); Silvana Querino da Silva (500.018.256-15); Wellington Vinicius de Macedo Carvalho (225.663.921-53).

4. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos em que se apreciam atos de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 4º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legais as aposentadorias de Darlan Alcantara de Padua, Italo Robert Trindade de Carvalho, Jose Americo Garciano da Silva, Jose Antonio de Faria, Jose Fernandes de Medeiros, Maraci de Fatima Malachias, Monica Martins de Melo, Paulo Sergio Spinola e Silvana Querino da Silva, concedendo o registro aos atos correspondentes;

9.2. considerar ilegal a aposentadoria de Wellington Vinicius de Macedo Carvalho negando o registro ao ato correspondente;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.4. determinar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrente do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberaçãoao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no subitem anterior;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8122-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8123/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.403/2019-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: A.S.A. Construtora e Comércio Ltda. (03.251.890/0001-00); Reinaldo Santos Barros (013.123.244-49).

4. Unidades jurisdicionadas: Município de Lagoa dos Gatos/PE; Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Thiago de Franca Rodrigues (41572/OAB-PE) e outros, representando Reinaldo Santos Barros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Funasa em desfavor de Reinaldo Santos Barros, ex-Prefeito de Lagoa dos Gatos/PE, e da empresa ASA Construtora e Comércio Ltda, em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio 311/2007, firmado entre a entidade e o ente municipal, tendo por objeto a construção de 34 (trinta e quatro) Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar a empresa ASA Construtora e Comércio Ltda. revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Reinaldo Santos Barros;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Reinaldo Santos Barros e da ASA Construtora e Comércio Ltda., condenando-os ao pagamento do débito a seguir discriminado, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres da Funasa, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Reinaldo Santos Barros solidariamente com a empresa ASA Construtora e Comércio Ltda.:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
8.451,82	19/7/2010
39.903,80	28/7/2010
3.990,38	10/11/2010

Reinaldo Santos Barros individualmente:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	DÉBITO/CRÉDITO
23/7/2009	28.000,00	D
10/12/2009	56.000,00	D
12/7/2010	56.000,00	D
19/7/2010	8.451,82	C
28/7/2010	39.903,80	C
10/11/2010	3.990,38	C

9.4. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar, individualmente, a Reinaldo Santos Barros multa no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), e à ASA Construtora e Comércio Ltda., multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.6. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.7. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em Pernambuco, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.8. remeter cópia deste acórdão à Funasa, ao Município de Lagoa dos Gatos/PE e aos responsáveis.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8123-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8124/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 034.130/2020-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Antonio Mendes Feitosa (055.853.923-87); Reynaldo Mendes de Carvalho Junior (097.122.163-49); Rita de Cassia Magalhaes Mendonca (274.373.373-04).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Antonio Mendes Feitosa, Reynaldo Mendes de Carvalho Junior e Rita de Cassia Magalhaes Mendonca, negando o registro aos atos correspondentes;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal do Piauí que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. a partir do trânsito em julgado do MS 31.412/DF, promova a absorção da vantagem referente à URP de fevereiro de 1989, paga sob a forma de rubrica judicial, pelas leis que vierem a alterar a estrutura remuneratória dos interessados;

9.3.3. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;

9.4. dar ciência deste acórdão à Fundação Universidade Federal do Piauí.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8124-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8125/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.239/2020-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Regina Corradi Cruz (442.193.006-78).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Maria Regina Corradi Cruz, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8125-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8126/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.244/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Andrea Rocha Oliveira (813.515.007-59).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Andrea Rocha Oliveira, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8126-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8127/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.250/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessado: Raimundo Carvalho Bulcao (076.343.072-20).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Raimundo Carvalho Bulcao, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8127-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8128/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.273/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Christiane Zattar Barra Ribeiro (628.875.997-04).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Christiane Zattar Barra Ribeiro, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8128-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8129/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.160/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Sonia Tereza Ramalho Ferreira (185.569.221-04).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Sonia Tereza Ramalho Ferreira, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. informar deste acórdão à Câmara dos Deputados.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8129-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8130/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.962/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessado: Oswaldo Santana da Silva Junior (019.256.828-03).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Oswaldo Santana da Silva Junior, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8130-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8131/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.989/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessada: Marinete de Souza Paulo (053.048.572-91).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Marinete de Souza Paulo, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8131-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8132/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.406/2019-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessado: Valdir Pinheiro Azevedo (270.623.176-91).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Valdir Pinheiro Azevedo, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8132-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8133/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 046.638/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessados: Ana Maria Suyama (010.242.818-25); Maria Auxiliadora Ortiz Winkel (554.994.068-04); Sergio Martins de Souza (981.094.218-49).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de aposentadoria emitidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Ana Maria Suyama, Maria Auxiliadora Ortiz Winkel, e Sergio Martins de Souza, negando o registro aos atos correspondentes;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas, a serem submetidos à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão aos interessados cujos atos ora são considerados ilegais, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;
9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8133-18/21-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8134/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 046.644/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.
3. Interessado: Antonio Ribeiro do Vale Junior (085.937.098-42); Regina Helena Patricio de Moura (046.464.638-30); Regina Nair Sforcin Pinheiro (027.024.938-90).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Antonio Ribeiro do Vale Junior, Regina Helena Patricio de Moura, e Regina Nair Sforcin Pinheiro, negando o registro aos atos correspondentes;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas, a serem submetidos à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão aos interessados cujo atos ora são considerados ilegais, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;

9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8134-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8135/2021 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 047.358/2020-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Pensão civil.

3. Interessado: Maria de Nazare Oliveira Monteiro (306.869.622-49).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de pensão civil emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a pensão civil de Maria de Nazare Oliveira Monteiro, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência deste acórdão à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.4. informar deste acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.

10. Ata n° 18/2021 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/6/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8135-18/21-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Augusto Nardes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8136/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.892/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Bittencourt (006.178.140-15); Arnaldo Ferreira (233.360.567-72); Beatriz Eli Amaral Hildebrand Manao (021.229.978-69); Cosme de Oliveira Campelo (520.970.307-00); Rose May Nacul Berthier (434.668.000-30)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8137/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.669/2021-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Dulcineia Maria Martins Lopes (562.763.033-72); Euzemaria de Fatima Tavares Silva (329.237.913-04); Francisca Maria Viana Lindoso (827.711.383-87); Izabel Maria Conceicao Vieira Silva (258.404.601-68); Lucas Maia Braga Martins (060.981.473-70); Lucas Pereira Amorim (067.385.513-98); Maria Adelina de Lima Silva (010.231.353-96); Maria Jose Ramos Damaceno (483.836.783-04); Maria do Rosario Monteiro Pereira Amorim (468.152.013-68); Maria do Socorro Vasconcelos Pereira (177.781.073-68); Miguel Pereira Martins (016.793.683-20); Raymunda da Victoria Oliveira Pires (045.847.683-82)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8138/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.718/2021-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Antonieta de Farias Arnaud (200.159.412-72); Eliadar Lanznaster (030.551.189-01); Elizete Pereira dos Santos (282.462.505-82); Luan Rodrigues de Souza (103.905.039-59); Luzia Keles Rabelo (764.783.786-91); Maria Amalia da Silva (474.107.102-25); Maria Auxiliadora da Cruz e Silva (541.194.054-00); Marlene Lenz Marques (643.825.750-87); Odete Costa de Oliveira (022.160.724-27)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8139/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.758/2021-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adriana da Senhora Lemos Faria (605.583.340-91); Antonio Lemos Faria Loureiro (028.050.780-12); Ivani da Costa Silveira (363.664.200-68); Luzia Bampi Delicor (316.795.520-15); Maria Auta Pereira Ribeiro (523.512.460-04); Maria Lilian Barrios Vinade (243.331.400-30); Odila dos Santos Pappen (626.453.740-34); Raquel de Magalhaes Loureiro (008.194.080-77)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8140/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.510/2021-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Celma Ferreira Moraes Dutra (014.342.167-05); Edmilson Araujo da Silva (004.949.137-70); Helena Oliveira Santos (140.990.797-08); Ieda Maria Dutra Loreto da Silva (030.614.694-00); Zilda Maria de Arruda Santos (026.434.667-05)

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8141/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.146/2021-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Arlete Leonilde Salvatori Niero (025.082.518-01); Dalmares Ferreira Salinas (606.620.428-91); Irene Marques Ferreira (857.689.958-20); Luiz Brito dos Santos (094.360.348-06); Maria de Lourdes Rodrigues da Silva (400.545.598-04); Mirian Martins da Silva (003.830.968-80); Neusa Yoshiko Saito Masuda (183.631.138-91); Sonia Mara de Andrade Fasano (032.178.798-64); Sonia Yulie Mori (379.597.578-60); Terco Campos (141.041.568-68)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8142/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Verônica de Queiroz Araújo Batista, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.013/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Verônica de Queiroz Araújo Batista (399.604.981-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8143/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, , quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 169, inciso III, 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, §1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, e em determinar o arquivamento do processo, após o envio de cópia desta deliberação ao representante e ao órgão concedente.

1. Processo TC-013.029/2021-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Maracaçumé - MA
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.5. Representação legal:
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8144/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII e parágrafo único e 250, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, e ainda de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 7), em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la improcedente, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-014.025/2021-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Dar ciência desta deliberação à Chesf e ao representante;
1.6.2. Arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 8145/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 47 da Resolução TCU 259/2014, em sobrestar a apreciação do presente processo, até o dia 31/12/2021, de forma que decorra tempo suficiente para que o módulo de Convênios de Ciência, Tecnologia e Inovação seja internalizado na plataforma +Brasil, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-022.573/2020-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsáveis: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Ministério da Educação
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Ministério da Educação
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Informar ao Ministério da Educação, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e ao Ministério da Economia que a implementação de módulo para registro das informações acerca dos projetos celebrados com fundações de apoio, como previsto no art. 12-A do Decreto 7.423/2010, no art. 18 do Decreto 8.240/2014 e no subitem 9.2 do Acórdão 1178/2018- TCU-Plenário, deve ser priorizado, de modo a garantir maior governança, transparência e boa gestão da utilização dos recursos, além de criar condições mais propícias para o ensino, a pesquisa, a extensão, o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e o estímulo à inovação;
1.7.2. Ordenar à SecexEducação que, em integração com a SecexAdministração, atue em caráter preventivo e colaborativo junto aos órgãos envolvidos para acompanhar as providências e tratativas que vêm sendo dadas à situação, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão dos projetos, o desenvolvimento nacional e o atingimento do bem público.

ACÓRDÃO Nº 8146/2021 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria, de ex-servidor da Universidade Federal de Minas Gerais, encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, o presente processo foi autuado com quatro atos de aposentadoria, com propostas de mérito pela ilegalidade e prejudicado por perda de objeto;

Considerando que, foi detectado um erro na autuação de alguns atos de pessoal, quando as instruções foram geradas sem as devidas análises das irregularidades encontradas e com proposta de mérito não condizente com a realidade do ato;

Considerando que, na avaliação da Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip), indica-se como mais proveitosa nesse momento a desautuação dos atos com posterior devolução dos mesmos à base do sistema e-Pessoal e o encerramento do presente processo;

Considerando que, após a realização de análise mais aprofundada e correção da rotina de autuação, será feita nova autuação e encaminhamento dos mesmos para apreciação; e

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os artigos 143, inciso II, 169; 259, inciso II e 260, do Regimento Interno/TCU, c/c o artigo 7º, da Resolução TCU 206/2007, em:
a) devolver o presente processo à Sefip para que essa Secretaria promova a desautuaçao dos atos de pessoal nele presentes com seu posterior encerramento; e
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-009.989/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Balbino Cosme de Siqueira Neto (508.247.326-34); Celio Matias de Siqueira (280.209.796-20); Helio Raimundo de Carvalho (325.212.006-20); Paulo Alvarenga Junqueira (016.219.126-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8147/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.759/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Regina Maura Rodrigues Flores (237.236.611-49); Revil Alves dos Santos (304.439.707-34); Ricardo Augusto Lerario (059.398.521-49); Ricardo de Oliveira Moraes (021.396.708-17); Roberto Luiz Neves Silva (076.537.434-04); Rosalia Maria Lacerda Gomes (102.444.254-34); Severino Verissimo da Silva (466.330.578-49); Suely Solange Rossi de Lima (221.032.361-49); Vera Lucia Aquino Barbosa (114.295.851-53); Wagner Rodrigues da Silva (113.950.521-15)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8148/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.793/2021-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Angela Maria Piroli da Silva (026.437.736-24); Angela Maria dos Santos (452.739.016-34); Arlete Stela do Nascimento Sampaio (475.351.566-49); Fabio Matosinhos de Andrade (790.690.456-72); Henrique Leite de Andrade (019.070.886-79); Lourdes de Souza Reis (525.845.696-04); Maria Aparecida da Silva Oliveira (288.977.816-91); Maria da Penha dos Passos (016.299.596-26); Nair Segato de Paula Motta (025.275.226-02); Otto Teixeira Filho (227.972.626-20); Ulda Celes Ferreira da Silva Gomes (387.662.306-59)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8149/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-011.675/2021-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Fidelis Perito Neto (499.090.968-20); Magda Maria Guerreiro de Goes Coelho (810.282.108-68); Maria Antonieta de Menezes Lopes (140.524.568-90); Terezinha Moizes Lousada (113.322.628-05); Vilma Felippe de Oliveira Arruda (588.708.738-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8150/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-013.633/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Celeste Barbosa de Lima (172.743.488-92); Tertuliana Pereira Candido (403.632.828-07)
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8151/2021 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos que tratam de Tomada de Contas Especial (TCE), instaurada em desfavor de Roger da Silva Pêgas, de Camter - Construções e Empreendimentos S.A. e de PACS - Planejamento, Assessoria, Consultoria e Sistemas Ltda., em atenção ao item 1.7 do Acórdão nº 1.986/2017-Plenário (peça 40), relator o Ministro José Múcio Monteiro, aprovado nos autos do processo de Monitoramento, TC 001.171/2014-3, *in verbis*:

1.7. Instaurar processo de tomada de contas especial para apurar os danos decorrentes da execução de serviços com qualidade deficiente nas obras de restauração da rodovia BR-356/RJ entre os quilômetros 146,5 e 187,7 e determinar a citação dos responsáveis, para apresentarem alegações de defesa ou recolherem as respectivas importâncias, no prazo de 15 (quinze) dias, relativamente às irregularidades apontadas na instrução da unidade técnica;

Considerando que, após proferida a mencionada decisão, novos critérios de avaliação estrutural definidos para as obras analisadas foram estabelecidos por meio do Acórdão nº 2.187/2020-Plenário, relator o Ministro Raimundo Carreiro;

Considerando que, de acordo com esses novos parâmetros, segundo a avaliação da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil, nenhum segmento do trecho rodoviário auditado apresenta qualidade deficiente;

Considerando que, descaracterizada a ocorrência motivadora desta tomada de contas especial, a unidade técnica propõe o arquivamento dos autos por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 212 do Regimento Interno;

Considerando que cabe incorporar as conclusões apresentadas pela unidade técnica como razão para decidir;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 169, inciso VI, e o art. 212 do Regimento Interno, em arquivar estes autos ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

1. Processo TC-002.631/2018-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 043.052/2012-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.2. Responsáveis: Roger da Silva Pêgas (CPF 410.106.550-00); Camter - Construções e Empreendimentos S.A. (CNPJ 05.500.018/0001-76); PACS - Planejamento, Assessoria, Consultoria e Sistemas Ltda. (CNPJ 34.271.379/0001-96);
1.3. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)
1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8152/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto o processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação à senhora Rosane Christine Hahn (CPF 783.744.807-34), ante o recolhimento da multa cominada por meio do subitem 9.2 do Acórdão 11917/2020-TCU-2ª Câmara - de minha relatoria, conforme os pareceres emitidos nos autos e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

Data Evento D/C Valor	Saldo do crédito em 30/03/2021 R$ 0,00
27/10/2020 D R$ 3.246,00	
22/12/2020 C R$ 3.273,92	

1. Processo TC-009.894/2018-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Rosane Christine Hahn (783.744.807-34)
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Rodolfo Yuji Miyashita Piona (14.049/OAB-MT) e outros, representando Rosane Christine Hahn.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8153/2021 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos que tratam de Tomada de Contas Especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde no Mato Grosso do Sul, em desfavor de Izaias Pereira da Costa, João Paulo Barcellos Esteves e Matias Gonsales Soares, em razão de não estar comprovada a regular aplicação de recursos federais recebidos pela Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul;

Considerando que Izaias Pereira da Costa foi notificado por meio do ofício acostado à peça 16, recebido em 16/10/2013, conforme AR de peça 17, cujas irregularidades datam de 31/8/2000;

Considerando que João Paulo Barcellos Esteves foi notificado por meio do ofício acostado à peça 18, recebido em 15/10/2013, conforme AR de peça 19, cujas irregularidades datam de 26/7 a 9/8/2002;

Considerando que Matias Gonsales Soares foi notificado por meio do ofício acostado à peça 20, recebido em 14/10/2013, conforme AR de peça 21, cujas irregularidades datam de 27/4 a 4/12/2006;

Considerando que a Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial, em relação a Izaias Pereira da Costa e a João Paulo Barcellos Esteves, conclui que tais transcursos de tempo deram ensejo ao arquivamento das contas, sem julgamento do mérito, por ausência de pressupostos para desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU c/c o art. 6º, inciso II, e o art. 19 da Instrução Normativa nº 71, 28 de novembro de 2012;

Considerando que a unidade técnica conclui também que ocorreram inconsistências processuais relacionadas a evidências da irregularidade atribuída a Matias Gonsales Soares e a sua correta responsabilização, o que, aliado ao longo decurso de prazo entre os fatos e a citação pelo TCU, determina o arquivamento dos autos por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU c/c o art. 6º, inciso II, e o art. 19 da Instrução Normativa nº 71, 28 de novembro de 2012;

Considerando que o Ministério Público acolhe as conclusões oferecidas pela unidade técnica;

Considerando que cabe incorporar as conclusões apresentadas nos pareceres constantes dos autos como razão para decidir;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, em arquivar as presentes contas, sem julgamento do mérito, por ausência de pressupostos para desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU c/c o art. 6º, inciso II, e o art. 19 da Instrução Normativa nº 71, de 28 de novembro de 2012.

1. Processo TC-039.599/2019-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Izaias Pereira da Costa (CPF 030.885.021-15); João Paulo Barcellos Esteves (CPF 037.673.928-28); Matias Gonsales Soares (CPF 530.304.949-34)
1.2. Entidade: Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul (MS)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8154/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-003.220/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Leda Maria Falcao Fonseca (107.668.203-00); Shirley Ivete Brasil Soares Frota (230.558.713-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8155/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.813/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Amalia Pereira Goncalves (245.708.771-68)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8156/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos com fundamento nos art. 143, V, "e", 183, parágrafo único, e 185, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por mais 30 dias, o prazo para atendimento às determinações exaradas no Acórdão 5115/2021-TCU-2ª Câmara, de acordo com o parecer emitido nos autos.

1. Processo TC-005.676/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Josimeire Palma da Silva Carletto (382.152.765-04); Mariene Bomfim Alves (133.715.845-34); Sandra Rebello de Almeida (348.007.515-00)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8157/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.751/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cicero Carlos de Almeida (305.625.624-00); Eliane Bezerra da Silva (292.924.504-25); Ivaneide Maria Monteiro (166.286.084-68); Jorge Luiz Cruz (167.957.504-00); Jucimar Luiz de Melo Siqueira (224.936.544-04); Luiz Antonio da Silva (266.564.774-53); Manoel Teixeira de Deus (227.112.794-72); Rita Maria da Silva (197.687.614-15); Romulo Augusto da Silva (153.466.504-82); Sulene Aleixo Alves de Melo (216.774.094-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8158/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.923/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Chan Tat Fong (465.188.517-91); Cleuza Hansen Chaveiro (882.095.988-72); Darleno de Paiva Lima (150.166.333-04); Ednelza Peixoto Mota (112.411.952-34); Francelina Pereira dos Santos (294.523.922-15); Luciene Cristina Franca dos Santos (215.003.802-10); Marinete Lima da Silva (153.894.212-72); Michel Grunspan (303.798.140-72); Orlando Guedes Rodrigues (144.063.904-30); Severina Abreu Vasconcelos (327.312.304-44)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8159/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.777/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wagner Ozeias (905.867.278-68)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8160/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.034/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ailton Antônio Ferreira (373.321.206-15)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8161/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.081/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abrahão Israel Myssior (112.839.476-68); Flavio Magagnin (584.852.608-72); Gilson Loures Brugiolo (148.984.897-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8162/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.781/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Carvalho Pacheco Nunes (435.122.407-04); Carla Aparecida Grossi Costa Homem (597.975.257-91); Nelson Martos de Aguiar (026.208.338-84); Raimundo Rodrigues de Sousa (332.103.907-97); Tome Sampaio Franca (083.239.172-72); Vicente Vitaliano da Silva (130.756.164-00)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8163/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-011.863/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edmar Jose de Castro (299.780.681-04); Francisco Carlos Lopes (199.509.771-34); Gilberto Carlos Borges (197.224.601-10); Juvercino Dias Rosa (124.547.371-91); Lucimar Maria Luiz Ribeiro (265.022.671-49); Luis Carlos Rodrigues Cipriano (093.446.671-87); Maria do Socorro Cardoso Gomes (484.627.301-63); Neiva Maria de Souza Ribeiro (254.369.451-04); Rosemir Neves Leao (101.206.611-87); Vicente Aurelio de Oliveira e Silva (160.663.401-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8164/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.880/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aureo Miranda (109.773.686-53); Bernardo Eustaquio Starling Loureiro (143.525.246-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8165/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.984/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcelo Andre de Barros Oliveira (667.928.947-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto) pasta incorporada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8166/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.985/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Armando Leite Ribeiro (142.317.191-87); Maria Ubaldina Costa Sanches (086.442.769-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8167/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-012.016/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Isabel Cristina Santos Lopes (379.828.501-20); Isnar Freire de Oliveira (182.770.121-87); Liene Chrisostomo de Oliveira (641.596.987-00); Raimunda de Jesus Ferreira (339.290.251-91); Sandra de Oliveira Juliao (313.414.461-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8168/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-012.260/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Leila Marins de Melo (185.471.331-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8169/2021 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o recurso foi apresentado intempestivamente;
Considerando que a peça recursal traz apenas argumentos e teses jurídicas que, ainda que inéditos, se limitam a tentar rediscutir as conclusões deste Tribunal acerca dos fatos já existentes à época da decisão;
Considerando que tais elementos não ensejam o conhecimento do recurso fora do prazo legal, uma vez que não são considerados fatos novos supervenientes capazes de alterar o mérito do acórdão recorrido;
Considerando os pareceres uniformes no âmbito da Secretaria de Recursos, acolhidos pelo Ministério Público junto ao TCU, no sentido da intempestividade e ausência de fatos novos, e, por consequência, do não conhecimento do recurso;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 32, parágrafo único, e 48 da Lei 8.443/1992, art. 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer do pedido de reexame interposto por Ailton Batista de Andrade (peça 19) em face do Acórdão o 9.443/2020-TCU-Segunda Câmara - (Peça 10), por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 22), ao recorrente e à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.418/2019-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Recorrente: Ailton Batista de Andrade (265.723.621-91)
1.2. Interessado: Ailton Batista de Andrade (265.723.621-91)
1.3. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.8. Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (OAB/DF 16.619), representando Ailton Batista de Andrade.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8170/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.306/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Rodrigues de Lemos (777.366.567-20); Arnaldo da Cruz Pamplona (572.968.207-72); Elmo Pereira da Silva (639.365.857-68); Marisa Alcantara de Freitas (459.578.277-20); Marizete de Oliveira (723.622.357-34); Nelson Luiz Christ Mussumesci (843.024.457-34); Roberto Jose de Goes Sobral (406.544.517-53); Rogerio Pereira Guimaraes (716.219.707-87); Rosangela Marques Marinho (881.592.647-04); Valmir Cordeiro da Silva (545.444.597-53)

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8171/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.870/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eliana Maria de Andrade Ayres Jameli (250.221.216-20)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8172/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos com fundamento nos art. 143, V, "e", 183, parágrafo único, e 185, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 5.906/2021-TCU-Segunda Câmara.

1. Processo TC-047.329/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Economia; Irene Lopes do Prado da Cunha (294.050.761-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8173/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.273/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Barbieri de Barros (806.728.251-04); Carolina Negrao Baldoni (049.356.686-44); Felipe Jose Minervino Pacheco (303.118.548-00); Gleice Carvalho de Lima Moreno (026.391.844-07); Graciela Fatima Lourenco Joca (510.008.732-34); Isaura Isabel Conte (925.561.400-20); Kamila Diniz Correia de Araujo (041.874.034-85); Marijane Silveira da Silva (898.443.001-34); Vinicius Ortigosa Nogueira (317.636.958-16); Vitor Cei Santos (100.649.097-35)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8174/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.308/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Marcos Spiecker Gasparin (076.425.599-17); Italo de Mello Rodrigues da Silva (155.161.497-97); Jean Fernando de Almeida Carvalho (964.407.832-20); Juliano Wendt (065.112.049-79); Leonardo da Silva Souza (083.091.509-54); Luis Carlos de Quadros Alves (461.920.930-91); Maxuel Julio Grellmann (075.431.269-07); Oclair Jose de Souza (025.479.909-46); Sara Cristina Stacheski Martins (087.916.739-41); Sidinei Frank (061.046.949-50)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8175/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.318/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Bireahls (083.076.619-78); Cesar Antunes Maciel (753.896.499-15); Edilando Rosa de Almeida (015.537.627-62); Ivam Carlos Dallabrida (907.706.929-15); Jocelia Pires de Souza Triaca (049.780.919-26); Jose Clodoaldo da Silva (798.426.409-06); Juscimara Romancini Gentilini (058.902.749-29); Luis Antonio Rosso Morona (067.702.459-22); Marcio Baptista Pinto (065.255.499-73); Roselene Becker Oswald (039.275.849-08)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8176/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.649/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Francisco Celio Ferreira dos Santos (213.973.683-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8177/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-003.827/2021-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Filipe Fernandes Dieb de Araujo (006.656.953-22); Maria Aguiar Brandao (056.049.493-96); Terezinha Estacio de Souza Martins (060.497.453-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8178/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-008.082/2021-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alcemira Lopes da Silva (284.447.952-91); Antonio Marcos Queiroz Santos (022.623.012-04); Benjamin Laranhaga Filho (099.532.212-00); Dayvid Tenazor Queiroz (025.483.602-02); Francisco das Chagas Silva de Oliveira (092.210.772-68); Francislaine Rabelo Tenazor (917.075.522-15); Jose Silva Bastos (344.063.442-68); Maria Eduarda Queiroz Santos (022.623.772-94); Maria de Cascia Cavalcante Queiroz Santos (290.685.842-00); Raab de Souza Guimaraes (018.616.582-06); Rayna dos Santos Souza (022.442.492-04); Sophia Tenazor Queiroz (092.015.392-58); Sylvio Mario Puga Ferreira (405.295.092-53); Thaciany dos Santos Souza (022.459.352-84); Thauany dos Santos Souza (037.110.942-60); Waddysson Helio de Lima Queiroz (027.130.452-90); Wellysson de Lima Queiroz (025.484.722-64)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8179/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.166/2021-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ademir Comin (200.919.400-44); Carol Majewski (095.106.720-68); Celi Dorneles Santa Maria (884.420.470-34); Genesi Haack (254.687.150-15); Ieda Godinho de Moura (707.053.210-53); Luis Sergio Vieira Pinheiro (231.519.510-15); Maria Cleusa Abreu Neves Allemand (010.192.950-15); Marilia Agra Andriotti (290.238.740-72); Noemia Maciel dos Santos (315.772.880-68); Verbena Duarte Brito de Carvalho (066.412.884-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8180/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-013.853/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eunice Arruda de Barros (024.916.627-52); Maria Margarete Alves (565.475.524-20); Rosemere Marques da Silva (073.534.257-17); Washington Siqueira de Souza Junior (137.340.887-12)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Artes
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8181/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-013.880/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Olga Ribeiro de Carvalho (398.280.857-04); Wagner Ribeiro de Carvalho (848.288.037-34)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8182/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.943/2020-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Floripes Diniz Vieira (005.370.268-94)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8183/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, bem como art. 7º, § 3º da IN 78/2018 para os atos que tem como instituidor Nelson Alves de Barros em:

a) Considerar a análise prejudicada por perda de objeto do ato nº 43405/2016, uma vez que cessaram os pagamentos referentes a tal ato, sendo este substituído pelo ato a seguir; e

b) considerar legal e conceder o registro do ato nº 125182/2020, uma vez que sanou a irregularidade apresentada no ato nº 43405/2016, ajustando a base de cálculo de proventos de pensão militar para o posto de 2º Tenente.

1. Processo TC-016.022/2020-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Graças da Conceição Pinto de Barros (094.550.863-87)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8184/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-036.876/2019-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Elizabeth Rodrigues do Nascimento (004.276.377-08); Katia Fontinelle de Freitas (671.592.907-63); Kenia Maria Sarkis Martins dos Santos (900.122.757-00); Lilian Cristina Pereira Mota (024.876.527-21); Marcia Mendonca Fontinele (860.800.837-87); Miriam Cristina Pereira Mota (000.369.557-36); Ramon Barbosa de Lima (133.559.857-08)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8185/2021 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério da Cidadania em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União realizadas por meio do Convênio 00250/2009 (SIAFI 722955), firmado entre o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o município de Parobé/RS, e que tinha por objeto "o apoio à implantação de Feira Popular" no ente municipal;

Considerando as conclusões contidas no parecer à peça 68, que contou com a anuência do corpo diretivo da SecexTCE (peças 69 e 70) e do *Parquet* especializado (peça 71), no sentido de que os documentos apresentados na prestação de contas final do convênio (peças 17 a 35) estão completos, não se podendo afirmar pela inexecução do objeto, irregularidade apontada como motivo para instauração desta TCE;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU e no art. 7º, inciso II, da Instrução Normativa TCU 71/2012, em determinar o arquivamento desta Tomada de Contas Especial, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.649/2020-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Gilda Maria Kirsch (534.222.010-68)
1.2. Órgão/Entidade: Município de Parobé - RS
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhada da instrução (peça 68), à Secretaria Executiva do Ministério da Cidadania, ao Município de Parobé/RS e à responsável.

ACÓRDÃO Nº 8186/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU e no art. 6º, inciso II c/c art. 19, *caput,* da Instrução Normativa TCU 71/2012, em arquivar os presentes autos sem julgamento de mérito, tendo em vista o transcurso de mais de dez anos desde o fato gerador, sem que tenha havido a notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa federal competente, circunstância que inviabiliza o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

1. Processo TC-015.506/2020-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Mongue Protecao Ao Sistema Costeiro (05.259.733/0001-69); Plinio Edgar Borba de Castro Melo (749.538.188-49)
1.2. Unidade jurisdicionada: Secretaria Especial da Cultura
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8187/2021 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de tomada de contas especial (TCE) instaurada pela Caixa Econômica Federal em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse 193.198-31/2016 (Siafi 566492), celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa, e o município de Cascavel/CE, tendo por objeto a "construção de unidades habitacionais";

Considerando que a TCE foi instaurada em desfavor de Décio Paulo Bonilha Munhoz, Prefeito Municipal na gestão 2009-2012, e de Francisca Ivonete Mateus Pereira, Prefeita na gestão 2013-2016;

Considerando as alegações de defesa apresentadas por Francisca Ivonete Mateus Pereira, com aproveitamento ao Sr. Décio Paulo Bonilha Munhoz, uma vez que foram suficientes para sanar as irregularidades a eles atribuídas e, consequentemente, afastar o débito apurado;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar revel Décio Paulo Bonilha Munhoz, acatar as alegações de defesa apresentadas por Francisca Ivonete Mateus Pereira, julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis arrolados nestes autos, dando-lhes quitação, e encaminhar cópia deste acórdão, acompanhada da instrução (peça 78), às unidades jurisdicionadas e aos responsáveis.

1. Processo TC-015.975/2017-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Décio Paulo Bonilha Munhoz (310.971.540-68); Francisca Ivonete Mateus Pereira (264.174.723-53)
1.2. Unidades jurisdicionadas: Município de Cascavel/CE; Ministério das Cidades; Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Julio Cesar de Souza Munhoz (38.839/OAB-CE) e outros, representando Décio Paulo Bonilha Munhoz.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8188/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em julgar regulares as contas dos responsáveis arrolados nestes autos, dando-lhes quitação plena, e em encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 50) aos responsáveis e à Caixa Econômica Federal.

1. Processo TC-016.693/2019-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Abduljabar Galvin Mohammad (420.058.681-91); Ademir Gaspar de Lima (856.494.149-04); Max Joel Russi (777.051.901-25)
1.2. Unidades jurisdicionadas: Município de Jaciara/MT; Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF) e outros, representando Max Joel Russi; Pedro Aparecido de Oliveira (7549/OAB-MT), representando Abduljabar Galvin Mohammad e Prefeitura Municipal de Jaciara - MT.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. cientificar a Caixa Econômica Federal deste acórdão para que no exame das prestações de contas dos Contratos 0.281.371-11/2008 (construção geral) e 0.348.608-92/2010 (estrutura metálica da cobertura) leve em conta a totalidade dos recursos repassados a todo o conjunto da obra para efeito de eventualmente ser necessária a instauração de outra tomada de contas especial, inclusive o do Contrato de Repasse 264.926-58/2008 (terraplenagem), pois correspondem a etapas interdependentes do mesmo objeto consistente na implantação de Centro de Convenções, Esportes e Eventos Turísticos no Município de Jaciara/MT.

ACÓRDÃO Nº 8189/2021 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de recurso de reconsideração em face do Acórdão 448/2020-TCU-Segunda Câmara (peça 50), retificado por erro material pelo Acórdão 7.112/2020-Segunda Câmara (peça 84), interposto por Ivan Santos Magalhaes (peça 106);

Considerando que o recurso foi apresentado intempestivamente, inclusive em período superior a 180 dias da decisão;

Considerando que a peça recursal traz apenas argumentos e teses jurídicas que, ainda que inéditos, se limitam a tentar rediscutir as conclusões deste Tribunal acerca dos fatos já existentes à época da decisão;

Considerando que tais elementos não ensejam o conhecimento do recurso fora do prazo legal uma vez que não são considerados fatos novos supervenientes capazes de alterar o mérito do acórdão recorrido;

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do não conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer do recurso de reconsideração, e encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 108) ao recorrente.

1. Processo TC-023.680/2017-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Ivan Santos Magalhaes (064.649.803-78)
1.2. Recorrente: Ivan Santos Magalhaes (064.649.803-78)
1.3. Órgão/Entidade: Fundo Municipal de Saúde de São Joao do Soter/MA
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8190/2021 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de tomada de contas especial (TCE) instaurada pela Caixa Econômica Federal, em desfavor de Gilberto Muniz Dantas, ex-Prefeito de Fagundes-FB, em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse 267.347-13 (SIAFI 642124), firmado entre o ente municipal e o então Ministério do Esporte, representado pela Caixa, tendo por objeto ""a execução de implantação da infraestrutura para o desenvolvimento do Esporte Educacional" (Quadra de esportes)" no município;

Considerando o Contrato de Repasse 267.347-13 é objeto de outra TCE no TCU, processo TC 005.959/2015-2, instaurada por determinação do Acórdão 118/2015-TCU-Primeira Câmara, proferido em processo de Relatório de Auditoria, em razão de irregularidades detectadas na aplicação de recursos federais transferidos voluntariamente ao município de Fagundes/PB entre 2007 e 2011;

Considerando a a relação de dependência por conexão/continência estabelecida entre os dois processos, e que o processo TC 005.959/2015-2 é mais antigo e já possui julgamento imputando débito no valor integral dos recursos do contrato de repasse utilizados na obra;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a", do Regimento Interno/TCU e no art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, em apensar definitivamente estes autos ao processo TC 005.959/2015-2.

1. Processo TC-029.176/2019-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Gilberto Muniz Dantas (203.798.974-15); José Pedro da Silva (690.918.204-97)
1.2. Órgão/Entidade: Município de Fagundes - PB
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8191/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU e no art. 6º, inciso II c/c art. 19, *caput,* da Instrução Normativa TCU 71/2012, em arquivar estes autos sem julgamento de mérito, tendo em vista o transcurso de mais de dez anos desde o fato gerador, sem que tenha havido a notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa federal competente, circunstância que inviabiliza o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

1. Processo TC-033.398/2019-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Maria Jose Pereira Viana (063.714.184-91)
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria do Gabinete Civil do Estado de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8192/2021 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor da Associação de Kitesurf do Ceará (AKC) e de seu ex-presidente Daniel Menezes Cavalcante em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio 399/2005 (Siconv 532106), que tinha por objeto a promoção e o incentivo ao turismo no estado do Ceará, por meio do apoio à realização do Projeto "Superkite Brasil 2005";

Considerando que os argumentos de defesa apresentados pelo Sr. Daniel Menezes Cavalcante, têm o condão de modificar o entendimento antes firmado, pois as lacunas documentais foram preenchidas e as dúvidas, devidamente saneadas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar revel a revel a Associação de Kitesurf do Ceará (AKC), acatar parcialmente as alegações de defesa apresentadas por Daniel Menezes Cavalcante, aproveitando-as, no que concerne às circunstâncias objetivas, em favor da AKC, e julgar suas contas regulares com ressalva, dando-lhes quitação, e remeter cópia deste acórdão e da instrução (peça 125) ao Ministério do Turismo e aos responsáveis.

1. Processo TC-033.938/2019-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Associação de Kitesurf do Ceara (AKC) (05.608.822/0001-73); Daniel Menezes Cavalcante (852.231.743-72)
1.2. Unidades jurisdicionadas: Ministério do Turismo; Associação de Kitesurf do Ceara (AKC).
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8193/2021 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se do monitoramento das determinações proferidas no Acórdão 3.039/2021-TCU-Segunda Câmara, as quais foram dirigidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e às Superintendências Regionais da Polícia Federal no Rio Grande do Sul (SR/DPF/RS) e em Roraima (SR/DPF/RR), referentes a relatório de auditoria de conformidade em contratações de serviços da área logística promovidas por órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;

Considerando que, pelo subitem 9.1 do acórdão monitorado, o TCU determinou à SR/DPF/RS que designasse "fiscais setoriais para cada unidade descentralizada compreendida no escopo de execução do Contrato 21/2018", e que o órgão apresentou documentação (peça 31) na qual demonstra o atendimento da deliberação;

Considerando que, pelo subitem 9.2 daquela decisão, esta Corte determinou à SR/DPF/RR que se abstivesse de prorrogar o Contrato 30/2019, e que o órgão informou que já havia prorrogado o ajuste anteriormente à prolação do acórdão monitorado, mas que, no intuito de atender ao estabelecido pelo TCU, assinou o Contrato 8/2021 (peça 33), com vistas a substituir o Contrato 30/2019, que será oportunamente rescindido;

Considerando, por fim, que, pelo subitem 9.3 daquele acórdão, o Tribunal determinou ao INSS que designasse fiscais de contrato e/ou setoriais para cada unidade descentralizada compreendida no escopo de execução dos Contratos 93/2018 (512006), 24/2018 (510297) e 35/2018 (511341), e que o órgão comprovou (peça 20) o atendimento da decisão;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 243, 250, incisos II e III, 254, 143, inciso V, "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, c/c art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar atendidas as medidas determinadas nos subitens 9.1., 9.2. e 9.3. do Acórdão 3.039/2021-TCU-Segunda Câmara; remeter cópia deste acórdão ao INSS e às Superintendências Regionais da Polícia Federal no Rio Grande do Sul (SR/DPF/RS) e em Roraima (SR/DPF/RR); e apensar estes autos ao processo originador TC 026.797/2020-8 e arquivá-lo.

1. Processo TC-009.097/2021-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.4. Representação legal: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8194/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no artigo 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c os artigos 143, I, 'a', e 218 do RITCU, ACORDAM em adotar a providência abaixo e arquivar este processo, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.274/2013-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Hilton Soares Cordeiro (289.105.753-87); Lúcio de Gusmão Lobo Júnior (183.437.081-72); Marcos Aurélio Alves Freitas (471.367.153-34); Ricardo de Alencar Fecury Zenni (114.355.341-15) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional (73.471.963/0001-47)
1.2. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego - (extinto)
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dar quitação ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (CNPJ 73.471.963/0010-38), bem como aos demais responsáveis condenados, ante o recolhimento integral do débito, imputado pelo item 9.2 do Acórdão nº 2.912/2017-2ª Câmara, consoante comprovantes acostados nestes autos (peças 181 e 185).

ACÓRDÃO Nº 8195/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 243, 250, III, 169, V, e 143, V, "a", do RITCU, em considerar concluído o monitoramento do Acórdão 7.870/2017-2ª Câmara, adotar as providências abaixo, e arquivar estes autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.949/2020-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgãos: Controladoria-geral da União e Universidade Federal de Minas Gerais
1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência à Controladoria-Geral da União da necessidade de prosseguir com o acompanhamento das determinações veiculadas no Acórdão 7.870/2017-2ª Câmara, e de publicar, nos relatórios de auditoria de gestão das contas da Universidade Federal de Minas Gerais, os avanços obtidos neste acompanhamento; e
1.6.2. encaminhar esta deliberação e instrução que a suporta à Universidade Federal de Minas Gerais e à Controladoria-Geral da União, destacando que esta deliberação pode ser acessada por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 8196/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.755/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ieda Silva Campos (012.112.168-29); Zenon Jose dos Anjos (060.092.041-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação - MEC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8197/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do ato de concessão de pensão civil em favor do Sr. Wander Leite Silva, por perda de objeto, tendo em vista o atingimento de sua maioridade, bem como em restituir os autos à Sefip, a fim de que promova o destaque dos atos de pensão civil referentes ao Sr. Eduardo Batista Junior (Peças 3 e 4), para autuação em processo apartado juntamente com os outros dois atos de alteração que estão na base do Sistema e-Pessoal, para análise em conjunto, sem prejuízo de considerar legais, para fins de registro, os demais atos a seguir relacionados, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-003.440/2021-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Analia Gomes Silva (071.096.102-25); Benedita de Oliveira Machado Araujo (049.717.601-72); Carmem Alcina da Silva (712.686.344-68); Jamercia da Silva Bezerra (036.011.304-40); Luis Felipe dos Santos Camargo (025.332.280-44); Luisa dos Santos Camargo (025.332.250-29); Maria Eduarda Silva Dantas Batista (104.463.874-52); Marizete Lins Santana (130.045.905-06); Neusa de Freitas Correia (031.033.847-69); Rachel de Freitas Seixas (255.463.929-91); Wander Leite Silva (700.345.701-60).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal - PF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8198/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares e dar-lhes quitação plena, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional de Minas Gerais - Senai/MG, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-047.737/2020-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2019)
1.1. Responsáveis: Alisson Jose Coutinho Junior (064.718.606-33); Carlos Magno de Freitas (425.754.866-53); Christiano Paulo de Mattos Leal (044.345.236-94); Cláudio Marcassa (006.470.518-85); Emir Cadar Filho (000.165.986-36); Fabricio Lara Santos (039.758.036-30); Fausto Varela Cançado (232.459.726-87); Flavia Gonzaga Costa Chagas (855.439.776-20); Flavio Roscoe Nogueira (902.534.186-15); Flávio Antônio dos Santos (503.025.236-34); Joao Carlos Gontijo de Amorim (162.017.016-72); Jorge Filho Lacerda (866.093.196-34); Jose Fernando Coura (254.424.066-00); Jose Ricardo Martins da Silva (459.928.946-91); José Antônio Gontijo do Couto (469.166.796-20); João Fabio Britto Grossi (422.213.076-15); Kecia Aparecida Machado Silveira (715.917.886-68); Luiz Eduardo Notini Greco (364.426.406-63); Marcelo Bregagnoli (666.113.426-72); Mario Morais Marques (635.870.506-78); Mônica Soares Lage Costa (008.254.826-90); Paulo Roberto Martins Dalmeida (968.551.697-91); Paulo Soares Ribeiro de Oliveira (941.122.826-72); Pedro Henrique Mota Costa (071.722.426-02); Rafael Junqueira Fernandes (265.162.268-06); Rene Wakil Junior (418.954.876-68); Ricardo Salera de Carvalho (764.846.966-91); Roberto Gil Rodrigues Almeida (485.107.186-87); Rogerio Livramento Mendes (563.457.636-91); Ronaldo Alves Martins (452.457.546-49); Ronildo Rodrigues de Oliveira (563.980.506-49); Tadeu Monteiro de Barros Pinto (033.059.226-21); Tiago Gomes de Carvalho Pinto (941.310.586-34); Uriel Ribeiro de Rezende (232.308.866-15); Welington Mumic (192.132.716-20)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional de Minas Gerais - Senai/MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8199/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de dar ciência da seguinte ocorrência ao Ministério da Economia e de encaminhar cópia desta deliberação e da instrução produzida pela unidade técnica ao responsável, à Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú/SC e ao Ministério da Economia, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.929/2020-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Edson Renato Dias (648.581.209-10).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração e Logística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Ciência:
1.7.1. ao Ministério da Economia acerca dos valores recebidos a maior que o devido do Município de Balneário Camboriú/SC, a título de devolução de parcela não executada dos recursos federais transferidos ao aludido ente municipal, por força do Plano de Implementação 6958.001087/2009-71 (Siafi 299.554), os quais devem ser restituídos ao município nos termos descritos na instrução produzida pela unidade técnica (peça 170).

ACÓRDÃO Nº 8200/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 201, § 2º, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas do Município de Pesqueira/PE regulares com ressalva e dar-lhe quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.594/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Cleide Maria de Souza Oliveira (496.423.164-04); Evandro Mauro Maciel Chacon (075.172.204-97); Prefeitura Municipal de Pesqueira/PE (10.264.406/0001-35).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pesqueira/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Luís Alberto Gallindo Martins (20189/OAB-PE) e outros, representando Cleide Maria de Souza Oliveira.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao Acórdão 2.014/2016, proferido pela 2ª Câmara, em Sessão de 23/2/2016, Ata 4/2016.

Data de origem do débito: 31/12/2010 Valor original do débito: R$ 350.000,00
Datas dos recolhimentos: Valores recolhidos:
22/04/2016R$ 14.057,36
28/07/2016 R$ 14.364,58
31/08/2016R$ 14.434,28
30/09/2016R$ 14.496,75
31/10/2016R$ 14.509,42
30/11/2016R$ 14.547,11
23/08/2017R$ 14.829,09
11/09/2017R$ 14.829,09
18/10/2017R$ 14.880,99
11/12/2017R$ 14.943,27
10/01/2018R$ 14.987,91
09/02/2018R$ 15.097,32
14/03/2018R$ 15.145,28
10/04/2018R$ 15.145,28
10/05/2018R$ 15.158,77
08/06/2018R$ 15.193,24
10/07/2018R$ 15.445,04
10/08/2018R$ 15.496,00
10/10/2018R$ 15.567,25
09/11/2018R$ 15.637,04
09/11/2018R$ 15.700,00
10/12/2018R$ 15.604,47
10/01/2019R$ 15.604,47
08/02/2019R$ 15.627,73
08/03/2019R$ 15.700,00
10/04/2019R$ 15.800,00
10/05/2019R$ 16.000,00
10/06/2019R$ 16.000,00
10/07/2019R$ 16.000,00
09/08/2019R$ 16.010,00
10/09/2019R$ 16.026,00
10/10/2019R$ 16.017,47
08/11/2019R$ 16.038,83
10/12/2019R$ 16.200,00
13/01/2020R$ 16.306,41
10/02/2020R$ 16.259,40

ACÓRDÃO Nº 8201/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente e encaminhar cópia da instrução da SecexAmb (peça 12) e desta deliberação à representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-006.801/2021-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Erika Kokay (CPF: 224.411.071-00).
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Nacional do Abastecimento - Conab.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8202/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, por perda de seu objeto, ante as providências adotadas pela Fundação Nacional de Saúde no âmbito do Convênio 2.343/2005 (Siafi 557.061), promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e à Funasa, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-010.773/2020-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Sr. Josevan Leite de Oliveira, Prefeito.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mauriti/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8203/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente e encaminhar cópia desta deliberação ao representante e à Prefeitura Municipal de Natal/RN, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-028.180/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: José Alexandre dos Reis Cardozo (CPF 618.176.517-49).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal do Natal/RN.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8204/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.809/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antônio Carlos Tomas Fialho Magalhães (CPF 452.464.326-53).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8205/2021 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.650/2021-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Anne Cristina da Silva Diniz (CPF 038.582.803-99); Ildefonso Luiz Ximenes (CPF 315.210.457-04); Juliana de Sousa Oliveira Ximenes Cruz (CPF 759.452.663-53); Maria Madalena Mendonça Pinheiro (CPF 279.615.673-72); Maria da Conceição Matias Chagas (CPF 476.704.103-10); Marlene Queiroz Carvalho (CPF 498.787.353-20); Raimunda Pereira Sousa (CPF 128.072.858-21); Raquel Queiroz Carvalho (CPF 062.850.783-60); Reginaldo Carvalho Telles de Sousa Filho (CPF 107.021.133-87); Richard Queiroz Carvalho (CPF 062.850.543-47); Silvina de Jesus Pereira Costa Ferreira (CPF 966.540.583-72); Terezinha de Jesus Sousa (CPF 404.607.973-87) e Valdeci Ximenes Cruz Terceiro (CPF 056.998.663-02).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8206/2021 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de monitoramento da determinação proferida pelo item 1.6.1 do Acórdão 5.633/2020-TCU-2ª Câmara (Relação 15/2020), no bojo do TC 012.039/2020-9, ao cuidar da representação formulada pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPC-TCE - PE) sobre os indícios de irregularidade na execução do Convênio nº 865946/2018 celebrado, em 12/6/2018, entre o então Ministério do Esporte e o Município de Paulista - PE para a realização do evento esportivo intitulado como "*Taça Cidade do Paulista de futebol feminino no Nordeste*";

Considerando que o item 1.6.1 do aludido Acórdão 5.633/2020 foi proferido pela 2ª Câmara do TCU nos seguintes termos:

"(...) *1.6.1 promova, se ainda não fez, a instauração da tomada de contas especial para a necessária reparação do dano ao erário, devendo encaminhar ao TCU, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da ciência desta deliberação, o resultado desse subsequente processo de tomada de contas especial para a efetiva reparação do aludido dano ao erário";*

Considerando que, por meio do Ofício n.º 396/2020/SE/SGFT/DTEDS/CGPCE/MC (Peça 281), de 27/11/2020, a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDT) teria emitido, como responsável pela análise técnica do ajuste, o Parecer n.º 17/2019/SEESP/SNFDT/DFDT/CGDT/CODAF (SEI 5622162, Peça 10, p. 230-240) em 12/11/2019, anotando a aprovação, com ressalva, para o cumprimento do aludido Convênio n.º 865946/2018;

Considerando que, após a análise da prestação de contas do referido Convênio nº 865946/2018 e por intermédio da Nota Técnica nº 020.949 (SEI nº 9180940, Peça 10, p. 272-276), a Coordenação-Geral de Prestação de Contas do Ministério da Cidadania (SE/SGFT/DTEDS/CGPC) teria identificado as inconsistências na prestação de contas e indicado a pendência das seguintes providências necessárias: (i) recolher o valor atualizado de R$ 3.301.498,67 em conformidade com o Demonstrativo de Débito do TCU (SEI nº 9158070) para o valor nominal de R$ 2.948.100,92 diante da não aprovação da subcontratação da Izabel e Alberto Ltda. - ME e da consequente inviabilidade da análise financeira conclusiva do Convênio n° 865946/2018, além da não autorização da área técnica do então Ministério do Esporte para transferir totalmente o objeto pactuado pelo ajuste e da ausência de documentos complementares para a devida comprovação dos supostos dispêndios incorridos no ajuste sob o valor total de R$ 2.954.944,30 como indicado na referida Nota Técnica nº 246/2020 (9180940); e (ii) recolher, via sistema, o saldo de R$ 68,84 existente na "aba rendimento de aplicação" junto ao módulo de "Execução" na Plataforma +Brasil;

Considerando que, após a análise do feito, a unidade técnica propôs a continuidade do monitoramento sobre o item 1.6.1 do Acórdão 5.633/2020-TCU-2ª Câmara, já que as providências administrativas ao encargo da Coordenação-Geral do Ministério da Cidadania estariam prejudicadas e temporariamente suspensas em face da publicação da Portaria nº 134, de 30/3/2020, a partir da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) pelo Covid-19, além de destacar a similaridade com os indícios de irregularidade apurados no âmbito do Convênio Siconv nº 883009/2019 sob o TC 046.987/2020-7;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 157, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução TCU nº 246, de 2011, em assinalar a determinação proferida pelo item 1.6.1 do Acórdão 5.633/2020-TCU-2ª Câmara como "em cumprimento", além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-020.949/2020-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto.

1.2. Entidade: Município de Paulista - PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: SecexEducação.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. reiterar a determinação proferida pelo item 1.6.1 do Acórdão 5.633/2020-TCU-2ª Câmara para que, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da notificação deste Acórdão, o Ministério da Cidadania informe o TCU sobre a definitiva situação do Convênio nº 865946/2018 celebrado entre o então Ministério do Esporte e o Município de Paulista - PE para a realização do evento esportivo intitulado como "Taça Cidade do Paulista de futebol feminino no Nordeste", sem prejuízo de, dentro do referido prazo fixado, promover o efetivo ressarcimento do eventual dano ao erário por intermédio da subjacente conclusão do devido processo de tomada de contas especial, nos termos do art. 8º da Lei n.º 8.443, de 1992;

1.7.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao Ministério da Cidadania, para ciência e efetivo cumprimento ao item 1.7.1 deste Acórdão dentro do prazo fixado; e

1.7.3. prosseguir com o presente monitoramento sobre o efetivo cumprimento do item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 8207/2021 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de monitoramento sobre o cumprimento dos itens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 6.391/2015 proferido pela 2ª Câmara (Relação n.º 30/2015), ao apreciar a representação formulada no bojo do TC 032.748/2014-0 diante dos indícios de irregularidade na execução do contrato celebrado pela Emater-PI com vistas à execução do Convênio MMA/SRHU nº 7805/2012 (Siafi 778434/2012) destinado à "*recuperação, implantação e gestão de sistemas de dessalinização em comunidades do semiárido piauiense, fornecendo água de qualidade para o consumo humano, em conformidade com a metodologia do Programa Água Doce*" sob o valor de R$ 13.149.944,87 por meio do aporte de R$ 11.834.950,38 em recursos federais e de R$ 1.314.994,49 em recursos da contrapartida;

Considerando que os aludidos itens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 6.391/2015 foram proferidos pela 2ª Câmara do TCU nos seguintes termos:

"(...) *1.7.1. ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) que adote as providências cabíveis em relação às irregularidades noticiadas no presente feito, fixando-lhe o prazo de 90 (noventa) dias para que informe o TCU a respeito das providências adotadas;*

1.7.2. à Controladoria-Geral do Estado do Piauí (CGE/PI) que encaminhe os resultados conclusivos de seu trabalho de auditoria no âmbito do Convênio MMA/SRHU nº 7805/2012 diretamente ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), órgão responsável pela apreciação primeira da prestação de contas do citado convênio";

Considerando que, em 29/9/2020, por intermédio do Acórdão 10.899/2020, a 2ª Câmara do TCU reiterou a determinação proferida pelo item 1.7.1 do Acórdão 6.391/2015, tendo a correspondente deliberação do TCU sido prolatada nos seguintes termos:

"(...) *9.1. assinalar a ausência do pleno cumprimento à determinação prolatada pelo item 1.7.1 do Acórdão 6.391/2015-2ª Câmara e, reiterando essa determinação, passar a fixar o novo e improrrogável prazo de 90 (noventa) dias, contados da ciência desta deliberação, para que a atual gestão do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) promova todas as medidas cabíveis com vistas à efetiva reparação do dano ao erário já averiguado sobre o Contrato n.º 07/2014 firmado pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (Emater-PI) e a Gaia Engenharia Ambiental Ltda., sem prejuízo de instaurar a devida tomada de contas especial, nos termos do art. 8º da Lei n.º 8.443, de 1992;*

9.2. promover o prosseguimento do presente monitoramento em sintonia com o item 9.1 deste Acórdão; e

9.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, além da cópia do parecer da unidade técnica, ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.1 deste Acórdão, informando os gestores - no ofício de notificação - sobre a possibilidade de serem responsabilizados solidariamente pelo eventual débito, diante da omissão na reparação do aludido dano ao erário, e multados individualmente, diante do eventual descumprimento desta decisão do TCU, nos termos dos arts. 8º e 58 da Lei n.º 8.443, de 1992";

Considerando que, por meio do Ofício 91/2021/AECI/Gabinete SE-MDR, a Assessoria de Controle Interno do MDR teria encaminhado o despacho da Secretária Nacional de Segurança Hídrica (Substituta), registrando que o correspondente débito teria sido restituído à conta do convênio pela Ematur-PI, como convenente, em duas parcelas: a primeira parcela sob o valor de R$ 859.680,00 depositado pela Ordem Bancária 2020OB02764, em 5/1/2021, e a segunda, sob o valor de R$ 2.099.516,92 depositado pela Ordem Bancária 2021OB00123 (Peça 42), em 9/2/2021, correspondendo ao valor total de R$ 2.959.196,93 atualizado até 22/12/2020;

Considerando que a SecexAgroAmbiental teria assinalado que a Controladoria-Geral do Estado do Piauí teria encaminhado o relatório final de análise do aludido convênio (Peça 4, p. 6-23) em cumprimento à determinação prolatada pelo item 1.7.2 do Acórdão 6.391/2015-2ª Câmara;

Considerando que, após a análise final do feito, a unidade técnica sugeriu a anotação de cumprimento para os itens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 6.391/2015-TCU-2ª Câmara, tendo em vista a devolução dos recursos provenientes da não-execução integral do contrato celebrado entre a Emater-PI e a Gaia Engenharia Ltda no âmbito do Convênio MMA/SRHU 7805/2012 e o encaminhamento do Relatório CGE nº 009/2015 pela Controladoria-Geral do Estado do Piauí ao TCU;

Considerando, pelo exposto, que o presente processo teria cumprido o seu objetivo, podendo ser apensado ao TC 032.748/2014-0, sem prejuízo do envio de cópia desta deliberação aos órgãos de controle estaduais para ciência e adoção das medidas cabíveis em função da eventual restituição dos aludidos valores a partir do indevido uso de recursos estaduais;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a" do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em assinalar o cumprimento das determinações prolatadas pelos itens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 6.391/2015-TCU-2ª Câmara, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, e, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-035.495/2017-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).

1.2. Instituições: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí (Emater-PI).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: SecexAgroAmbiental.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (MDR), à Controladoria-Geral do Estado do Piauí (CGE-PI) e ao Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí (Emater-PI), para ciência;

1.7.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí e ao Ministério Público do Estado do Piauí, para ciência e eventual adoção das medidas cabíveis em função da suscitada restituição dos aludidos valores a partir do indevido uso de recursos estaduais; e

1.7.3. promover o encerramento deste feito pelo definitivo apensamento do presente processo ao TC 032.748/2014-0, nos termos dos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259, de 2014.

ACÓRDÃO Nº 8208/2021 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de monitoramento da determinação prolatada, no bojo do TC-021.163/2017-0, pelo Acórdão 7.585/2017-2ª Câmara nos seguintes termos:

"(...) *1.7. Determinar:*

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que apure os indícios de superfaturamento no Contrato nº 049/2013 celebrado entre o Município de São Gonçalo/RJ e a Cooperativa de Pescadores e Agricultores Familiares Organizados (Coopafo) com vistas à aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, instaurando, se necessário, a devida tomada de contas especial, de sorte que deve informar o TCU, no prazo de até 90 (noventa) dias, sobre o resultado das providências adotadas";

Considerando que o aludido TC 021.163/2017-0 tratou de representação autuada a partir do recebimento da documentação encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), com a cópia digital do inteiro teor do voto proferido na apreciação do Processo TCE-RJ nº 217.872-1/2015, tratando da apuração de eventual superfaturamento na aquisição de gêneros alimentícios pelo Município de São Gonçalo - RJ a partir do aporte de recursos federais provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

Considerando que, após analisar a cópia do Termo de Instauração de TCE 349/2017 encaminhada pelo FNDE, a SecexEducação teria anotado o eventual cumprimento da determinação proferida pelo item 1.7.1 do aludido Acórdão 7.585/2017, diante das ações adotadas pelo FNDE, tendo a 2ª Câmara do TCU prolatado, contudo, o Acórdão 13.315/2019 nos seguintes termos:

"(...) *1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para ciência, determinando que o FNDE apresente, ao TCU, o resultado da TCE instaurada pelo Termo de Instauração de TCE 349/2017, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias*";

Considerando que, resultando do Termo de Instauração de TCE 349/2017, a TCE 1727/2020 estaria na Auditoria Interna do FNDE e aguardaria o devido envio à Controladoria-Geral da União, de tal sorte que a 2ª Câmara do TCU teria proferido o Acórdão 9.670/2020 (Peça 27) no sentido de fixar o prazo improrrogável de 30 dias para que o FNDE concluísse a fase interna da referida TCE;

Considerando que o FNDE teria apresentado os novos documentos com vistas a indicar que a aludida TCE teria sido devidamente encaminhada ao TCU por meio do e-TCE sob o número 1727/2020 e, após a devida tramitação pela Controladoria-Geral da União e pelo Ministério da Educação (Peça 37, p. 16-20), ela teria sido recebida e autuada no TCU sob o TC 039.261/2020-4, estando em análise na Secex-TCE;

Considerando, pelo exposto, que o presente processo teria cumprido o seu objetivo, podendo ser apensado ao TC 021.163/2017-0;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a" do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em assinalar o cumprimento das determinações prolatadas pelo item 1.7.1 do Acórdão 13.315/2019-TCU-2ª Câmara e pelo item 1.7.1 do Acórdão 9.670/2020-TCU-2ª Câmara, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, e, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo fixada pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-036.940/2018-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.2. Entidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Município de São Gonçalo - RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: SecexEducação.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providência: promover o encerramento deste feito pelo definitivo apensamento do presente processo ao TC 021.163/2017-0, nos termos dos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259, de 2014.

ACÓRDÃO Nº 8209/2021 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela GR Gestão de Administração Imobiliária Instalação Serviços Obra - Eireli sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico n.º 60.2020.2162 conduzido pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) para a contratação dos serviços de manutenção de linha de transmissão nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte sob o valor estimado de R$ 15.793.154,56;

Considerando que o TCU deve conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que a ora representante alegou, em suma, a subsistência das seguintes supostas falhas:

(a) ilegalidade do ato de desclassificação da empresa, ao não aceitar a documentação apresentada (balanço com os índices e o capital circulante líquido exigidos no edital);

(b) vedação do edital para a desclassificação de licitante ante a apresentação de documentos com os vícios sanáveis e conteúdo meramente declaratório;

(c) ausência de previsão legal sobre a exigência de registro do balanço patrimonial em afronta, assim, ao princípio da legalidade;

(d) ausência de prorrogação do prazo de resposta à diligência, por igual período, para que o balanço fosse apresentado com o registro em afronta, desse modo, aos princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório; e

(e) ausência de análise do pregoeiro sobre o e-mail enviado pela empresa com a comprovação do registro em 16/10/2020;

Considerando que, após a análise do feito à Peça 23, a unidade técnica teria anotado que teriam sido oportunizadas em prol da ora representante tanto a apresentação do balanço retificado (por duas vezes) quanto a apresentação da garantia substitutiva, não subsistindo, então, a suposta ilegalidade na desclassificação da ora representante;

Considerando que, por esse ângulo, a unidade técnica propôs o conhecimento da presente representação para, no mérito, assinalar a sua improcedência, anotando como prejudicado o respectivo pedido de cautelar suspensiva;

Considerando, todavia, que, como não caberia ao TCU atuar na defesa de interesses particulares junto à administração pública, nem atuar, tampouco, como mera instância recursal em face da efetiva decisão tomada pela administração pública no certame, o Tribunal pode conhecer da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada;

Considerando, enfim, que o presente processo teria sido anteriormente pautado para o julgamento e teria sido desvinculado da sessão para a prolação do Despacho à Peça 29, declarando, como prejudicado, o subjacente pedido realizado pela ora representante para a produção de sustentação oral durante o julgamento do feito (Peça 27), já que, nos termos dos arts. 144 a 146 do RITCU, ela não ostentaria a necessária qualidade de parte neste processo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, dando por prejudicado o pedido de cautelar suspensiva, ante a perda do seu objeto, sem prejuízo de indeferir o subjacente pedido realizado pela ora representante para a produção de sustentação oral durante o julgamento do feito (Peça 27), já que, nos termos dos arts. 144 a 146 do RITCU, ela não figuraria como parte neste processo, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-045.258/2020-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: GR Gestão de administração Imobiliária Instalação Serviços Obras - Eireli (CNPJ 29.492.111/0001-44).

1.2. Entidade: Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).

1.6. Representação legal: Laila Barros de Araújo Ataíde (OAB-PE 36.708), entre outros, representando a GR Gestão de Administração Imobiliária Instalação Serviços Obras - Eireli.

1.7. Providências:

1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à ora representante e à Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), para ciência; e

1.7.2. arquivar o presente processo.

ENCERRAMENTO

Às 11 horas e 21 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 9 de junho de 2021.

(Assinado eletronicamente)

BRUNO DANTAS
Presidente

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 133, DE 9 DE JUNHO DE 2021

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando o concurso público realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho, regido pelo Edital nº 1/2017, publicado no DOU de 10/8/2017;

considerando a Recomendação nº 96 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, de 9/4/2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do CNJ de 14/4/2021; e

considerando o constante do Processo Administrativo TST nº 501.083/2021-4, resolve:

Art. 1º Prorrogar a suspensão do prazo de validade do concurso público realizado para o provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal, regido pelo Edital nº 1/2017, publicado no DOU de 10/8/2017, a contar do término de vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 até 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º O prazo será retomado a partir de 1º de janeiro de 2022.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 1.132, DE 27 DE MAIO DE 2021

Altera a Resolução nº 1.066, de 25 de setembro de 2015.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "f", da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando a Resolução nº 1.066, de 25 de setembro de 2015, que dispõe de forma expressa que os valores referentes a anuidades de pessoas físicas e jurídicas não pagas em cota única poderão ser parcelados em até 6 (seis) vezes;

Considerando que a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, prevê em seu art. 6º, § 2º, que o valor exato da anuidade, o desconto para profissionais recém-inscritos, os critérios de isenção para profissionais, as regras de recuperação de créditos, as regras de parcelamento, garantido o mínimo de 5 (cinco) vezes, e a concessão de descontos para pagamento antecipado ou à vista, serão estabelecidos pelos respectivos conselhos federais; e

Considerando a necessidade de promover a equidade de condições às pessoas físicas e jurídicas quanto ao acesso ao parcelamento de suas anuidades, resolve: Art. 1° Alterar o caput e incluir o inciso III no art. 20 da Resolução n° 1.066, de 25 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 29 de setembro de 2015 - Seção 1, pág. 104 e 105, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. Os valores referentes a anuidades de pessoas físicas e jurídicas, sejam em valor total ou do valor proporcional, em razão do mês de registro, não pagas em cota única poderão ser parcelados em até 6 (seis) vezes, da seguinte forma, conforme o caso: (NR)

.....

III - Parcelamento das anuidades de novos profissionais e empresas, além dos casos de reativações dos registros, em até 6 (seis) parcelas iguais e sucessivas do valor proporcional apurado, desde que a última parcela não ultrapasse a competência de dezembro do ano correspondente. (NR)"

Art. 2° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOEL KRÜGER
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃOS DE 28 DE MAIO DE 2021

Nº 049741 - Processo Administrativo nº 1107/2016. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do PARANÁ - CRF/PR. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2015. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES AS CONTAS DO CRF/PR DO EXERCÍCIO DE 2015, conforme Ata da III Sessão da 504ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 049742 - Processo Administrativo nº 1204/2019. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do RIO GRANDE DO norte - CRF/RN. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2018. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES AS CONTAS DO CRF/RN DO EXERCÍCIO DE 2018, conforme Ata da III Sessão da 504ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 049743 - Processo Administrativo nº 1440/2017. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado DE MINAS GERAIS - CRF/MG. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2016. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES AS CONTAS DO CRF/MG DO EXERCÍCIO DE 2016, conforme Ata da III Sessão da 504ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 049744 - Processo Administrativo nº 474/2015. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do AMAPÁ - CRF/AP. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2014. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES AS CONTAS DO CRF/AP DO EXERCÍCIO DE 2014, conforme Ata da III Sessão da 504ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 049745 - Processo Administrativo nº 8408/2021. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado DA PARAÍBA - CRF/PB. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2020. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES AS CONTAS RELATIVAS ÀS AÇÕES DE PREVENÇÃO DA COVID-19 DO CRF/PB DO EXERCÍCIO DE 2020, conforme Ata da III Sessão da 504ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 049746 - Processo Administrativo nº 8828/2020. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do DISTRITO FEDERAL - CRF/DF. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2020. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES AS CONTAS RELATIVAS ÀS AÇÕES DE PREVENÇÃO DA COVID-19 DO CRF/DF DO EXERCÍCIO DE 2020, conforme Ata da III Sessão da 504ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 049747 - Processo Administrativo nº 1436/2017. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado DO PARÁ - CRF/PA. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2016. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, com abstenção do Conselheiro Gerson Antonio Pianetti (MG), JULGAR IRREGULARES AS CONTAS DO CRF/PA DO EXERCÍCIO DE 2016, com a imediata instauração da competente Tomada de Contas Especial, conforme Ata da III Sessão da 504ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 049748 - Processo Administrativo nº 1539/2018. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado DO PARÁ - CRF/PA. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2017. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR IRREGULARES AS CONTAS DO CRF/PA DO EXERCÍCIO DE 2017, com a imediata instauração da competente Tomada de Contas Especial, conforme Ata da III Sessão da 504ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR
RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR CFM Nº 010/2021 (PAe 000010.31/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000002/2021) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/interditado. Por unanimidade foi reformada a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/interditado a Interdição Cautelar Total do exercício da Medicina, para aplicar-lhe a INTERDIÇÃO CAUTELAR PARCIAL, vedando o exercício profissional para as atividades cirúrgicas, sendo permitido as atividades ambulatórias não cirúrgicas ou administrativas, sem restrições, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 25 de maio de 2021. JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 126/2020 (PAe 000126.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 11.074-284/13) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar não provimento aos recursos, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a sanção de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09) e artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de outubro de 2020. (data do julgamento) HELENA MARIA CARNEIRO LEÃO, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 459/2018 (PAe 000492.13/2019- CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 10.880-090/13) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, negar provimento ao recurso, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a sanção de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por unanimidade por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246 /88), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09) e artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de dezembro de 2020. (data do julgamento) MARCOS LIMA DE FREITAS, Presidente da Sessão; ANDRE SOARES DUBEUX, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 326/2019 (PAe 000476.13/2019-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (PEP nº 000050/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 05 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, negar provimento ao recurso, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 87 e 88 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 87 e 88 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), solicitando, ainda, a abertura de sindicância para investigação dos fatos em relação ao Dr. K.C.C.S. que operou primeiramente o paciente, nos termos do voto da conselheira revisora. Brasília, 17 de dezembro de 2020. (data do julgamento) VENANCIO GUMES LOPES, Presidente da Sessão; JENE GREYCE OLIVEIRA DA CRUZ, Revisora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 361/2019 (PAe 000026.13/2019-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 11.607-103/14) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer os recursos interpostos pelos apelantes/denunciados e, por maioria, dar provimento parcial ao recurso interposto pelo 1º apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por maioria por infração ao artigo 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), descaracterizando por unanimidade a infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09); e, por unanimidade, negar provimento ao recurso interposto pelo 2º apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 18 de dezembro de 2020. ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; MARIA INÊS DE MIRANDA LIMA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 007/2021 (PAe 000007.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Mato Grosso do Sul (PEP nº 000019/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade não foi confirmada sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de abril de 2021. (data do julgamento) JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 030/2021 (PAe 000030.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Mato Grosso do Sul (PEP nº 000010/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciante. Por unanimidade não foi determinada a culpabilidade do apelado/denunciado, mantendo-se a decisão do Conselho de origem, que o ABSOLVEU, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 15 de abril de 2021. (data do julgamento) JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Presidente da Sessão; CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 035/2021 (PAe 000035.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.197-154/15) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade não foi confirmada sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional Por 30 (Trinta) Dias", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 56 e 57 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de abril de 2021. (data do julgamento) SERGIO TAMURA, Presidente da Sessão; CLEITON CASSIO BACH, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 036/2021 (PAe 000036.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.044-001/15) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para lhe aplicar a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (imprudência e negligência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de abril de 2021. (data do julgamento) CLEITON CASSIO BACH, Presidente da Sessão; FLÁVIO FREITAS BARBOSA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 055/2021 (PAe 000055.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (PEP nº 000060/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 23, 73 e 75 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 23, 73 e 75 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 30 de abril de 2021. (data do julgamento) TOMÉ CESAR RABELO, Presidente da Sessão; MAÍRA PEREIRA DANTAS, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 075/2021 (PAe 000075.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Mato Grosso do Sul (PEP nº 000006/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade não foi confirmada sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 19 de maio de 2021. (data do julgamento) TATIANA BRAGANCA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA, Presidente da Sessão; RICARDO SCANDIAN DE MELO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 077/2021 (PAe 000077.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000146/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciante. Por unanimidade não foi determinada a culpabilidade da apelada/denunciada, mantendo-se a decisão do Conselho de origem, que a ABSOLVEU, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 19 de maio de 2021. (data do julgamento) RICARDO SCANDIAN DE MELO, Presidente da Sessão; TATIANA BRAGANCA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA, Relatora.

Brasília-DF, 9 de junho de 2021.
JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 10ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREF10/PB Nº 109, DE 22 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre alteração da Resolução CREF10/PB nº 069/2017 de 24 de janeiro de 2017 - Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da 10ª Região - CREF10/PB.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 10ª Região - CREF10/PB, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do art. 40 do Estatuto do CREF10/PB, e: CONSIDERANDO o art. 116 do Estatuto do CONFEF (Resolução CONFEF nº. 206/2010) que determina que: As eleições dos Membros dos CREFs realizar-se-ão de 03 (três) em 03 (três) anos, a partir do término do primeiro mandato nomeado pelo CONFEF;

CONSIDERANDO o art. 66 do Estatuto do CREF10/PB (Resolução CREF10/PB nº. 069/2017) que determina que "as eleições dos Membros do CREF10/PB realizar-se-ão de 03 (três) em 03 (três) anos, a partir do término do primeiro mandato nomeado pelo CONFEF"; CONSIDERANDO, a Resolução CONFEF nº. 403/2021 que dispõe sobre a alteração da Resolução CONFEF nº. 206/2010, que dispõe sobre o Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF; CONSIDERANDO, a Resolução CONFEF nº. 402/2021 que estabelece as instruções disciplinadoras das eleições dos Conselhos Regionais em 2021; CONSIDERANDO, a necessidade de unificar as datas dos mandatos a fim de criar unicidade e conferir maior organização eleitoral no Sistema CONFEF/CREF's; CONSIDERANDO, finalmente, a deliberação do Plenário do CREF10/PB, em reunião ordinária, de 22 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º - A Resolução CREF10/PB nº. 069/2017, que dispõe sobre o Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da 10ª Região - CREF10/PB, passa a vigorar acrescida do artigo 86-A, abaixo: Art. 86-A - A validade do disposto no caput do art. 24 e no caput do art. 68 deste Estatuto, especificamente, no que tange ao período de mandato, não terá eficácia para os Conselheiros Regionais eleitos no pleito de 2021, cujos mandatos iniciar-se-ão em 01 de janeiro de 2022 e cessarão em 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

FRANCISCO MARTINS DA SILVA

RESOLUÇÃO CREF10/PB Nº 113, DE 22 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre instituição do Suprimento de Fundos do Conselho Regional de Educação Física da 10ª Região - CREF10/PB.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 10ª Região - CREF10/PB, no uso de suas atribuições estatutárias, e: CONSIDERANDO a previsão legal autorizadora da instituição do Suprimento de Fundo, prevista na Lei nº 4.320/1964 c/c Decreto-Lei nº 14.133/21; CONSIDERANDO, a necessidade de pagamentos de aquisições de bens e serviços emergenciais e de pequena monta, não enquadráveis na possibilidade de aquisição nos termos da Lei 14.133/21; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CREF10/PB, em reunião ordinária no dia 22 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Fica instituída a sistemática de contratação de serviços e bens ATRAVES DE Suprimento de Fundo (SF). §1º O Suprimento de Fundo consiste no adiantamento de numerário à servidor previamente designado, que fará uso do dinheiro para atendimento de necessidades do CREF10/PB de caráter emergencial e de pequena monta, observadas todas as instruções e sendo, impreterível, sob pena de responsabilidade pessoal, obrigatória, a prestação de contas, nos termos desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

FRANCISCO MARTINS DA SILVA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL

RESOLUÇÃO CRMV-MS Nº 104, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020

Estabelece documentações complementares à Resolução CFMV nº 1041 de 13 de dezembro de 2013, para suspensão do registro da pessoa jurídica.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (CRMV/MS), no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução CFMV nº 591/92, do Conselho Federal de Medicina Veterinária;

CONSIDERANDO as prerrogativas dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária de regularem complementarmente normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária sempre que necessário e em face de suas características de regionalidade; e,

CONSIDERANDO os §§ do artigo 39 da Resolução CFMV nº 1041/2013, publicada no DOU de 10-01-2014, Seção 1, págs. 135 a 137, resolve:

Art. 1º. Fica estabelecido como documento suficiente para suspensão do registro da pessoa jurídica nos termos do §7º do art. 39 da Resolução CFMV nº 1041/2013, publicada no DOU de 10-01-2014, Seção 1, págs. 135 a 137:

I - Termo de Constatação emitido pelo Setor da Fiscalização, onde fique constatado a paralisação das atividades ou não localizá-la no endereço constante nos registros do Regional.

Art. 2º. Fica acrescido como documento suficiente para suspensão do registro da pessoa jurídica, a ser constatado pelo Regional mediante consulta em sítios eletrônicos de órgãos oficiais:

I - Certidão emitida pelas Receitas Federal, Estaduais e/ou Municipal que demonstre que houve suspensão, inatividade, paralisação ou outro motivo semelhante.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO BORDIN PIVA
Presidente do Conselho

JONAS DE SOUZA CAVADA
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO CRMV-MS Nº 105, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

Padroniza o aceite de fotografia para fins de emissão de cédula de identidade profissional no âmbito do CRMV-MS.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - CRMV/MS, no uso de suas atribuições que lhe confere a letra "r", artigo 4º, da Resolução CFMV 591, de 26 de junho de 1992 (RIP).

CONSIDERANDO a diversidade de tipos e espécie de fotografias que ora instruem os requerimentos para confecção de cédula de identidade profissional;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar tal procedimento não especificado no art. 4º, inciso II, letra "e", da Resolução CFMV n. 1041/2013, publicada no DOU de 10/01/2014 (Seção 1, pg. 135/137);

CONSIDERANDO o parágrafo único do art. 35 da Lei 5517/68;

CONSIDERANDO que, de forma leiga e usual, a identificação de pessoas é realizada através de visualização, quer pessoal quer fotográfica, e que para tanto usam as cédulas de identidade profissional; e,

CONSIDERANDO que é de interesse coletivo a correta identificação dos profissionais inscritos no Conselho, resolve:

Art. 1º A fotografia para expedição da Cédula de Identidade Profissional deverá seguir o seguinte padrão:

I - Formato 2x2 cm;

II - papel fino, liso, e brilhante;

III - enquadramento de 1/3 do corpo e 2/3 do rosto em 1º plano;

IV - nítidas, sem manchas ou descoramentos em sua superfície;

V - plano de fundo branco;

VI - contraste adequado com nítida distinção do plano de fundo e o rosto, visualizando o reconhecimento de detalhes dos olhos, nariz, boca e orelha;

VII - sem adereço ou cobertura na cabeça;

VIII - sem acessórios.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO BORDIN PIVA
Presidente do Conselho

JONAS DE SOUZA CAVADA
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO CRMV-MS Nº 106, DE 16 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre procedimentos para registro e anotação de Responsabilidade Técnica de canis, gatis, criadouros, e abrigos para animais.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - CRMV/MS-, no uso de suas atribuições que lhe confere a letra "r", artigo 4º, da Resolução CFMV 591, de 26 de junho de 1992 (RIP);

CONSIDERANDO a sua função de fiscalizar o exercício da Medicina Veterinária e da Zootecnia, bem como supervisionar e disciplinar as atividades relativas ao propósito de

resguardar e defender os direitos e interesses da sociedade;

CONSIDERANDO a necessidade de se padronizar os trâmites administrativos para estabelecimentos de mesma natureza;

CONSIDERANDO a Lei Complementar n. 392/2020;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n. 6505/2020; e,

CONSIDERANDO a Resolução SESAU n. 208/2015, resolve:

Art. 1º Os canis, gatis, criadouros, e abrigos para animais, quando constituídos na forma de pessoa jurídica, mesmo integrados à empresa, deverão ter registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Mato Grosso do Sul - CRMV/MS, na forma da Lei nº 5.517/68 e Resolução CFMV nº 1.041/2013, publicada no DOU de 10-01-2014, Seção 1, págs. 135 a 137, estando sujeito ao pagamento de taxas de registro, Certificado de Regularidade, Anotação de Responsabilidade Técnica e anuidade.

Art. 2º Os canis, gatis, criadouros, e abrigos para animais, quando constituídos na forma de pessoa física, deverão se cadastrar no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Mato Grosso do Sul - CRMV/MS através do CPF do criador, e deverá contar com um(a) Responsável Técnico(a) Médico(a) Veterinário(a) por suas atividades.

A documentação obrigatória para cadastro será:

Requerimento de Cadastro devidamente preenchido e assinado;

Cópia de documento oficial de identificação do criador (com foto);

Cópia do CPF do criador;

Cópia do comprovante de residência do local onde os animais são criados;

Anotação de Responsabilidade Técnica.

§1º Caracterizar-se-á como sendo um criadouro, mesmo sem fins comerciais, toda residência particular que possuir a criação, o alojamento e a manutenção de mais de 10 (dez) cães e gatos, no total, com idade superior a 90 (noventa) dias, salvo normatização própria da Vigilância Sanitária do Município.

2º O criador constituído sob pessoa física ficará isento de taxa de registro, Certificado de Regularidade e anuidade.

Art. 3º Os casos não previstos nesta Resolução serão objeto de análise e deliberação do Plenário do CRMV/MS.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO BORDIN PIVA
Presidente do Conselho

JONAS DE SOUZA CAVADA
Secretário-Geral

